



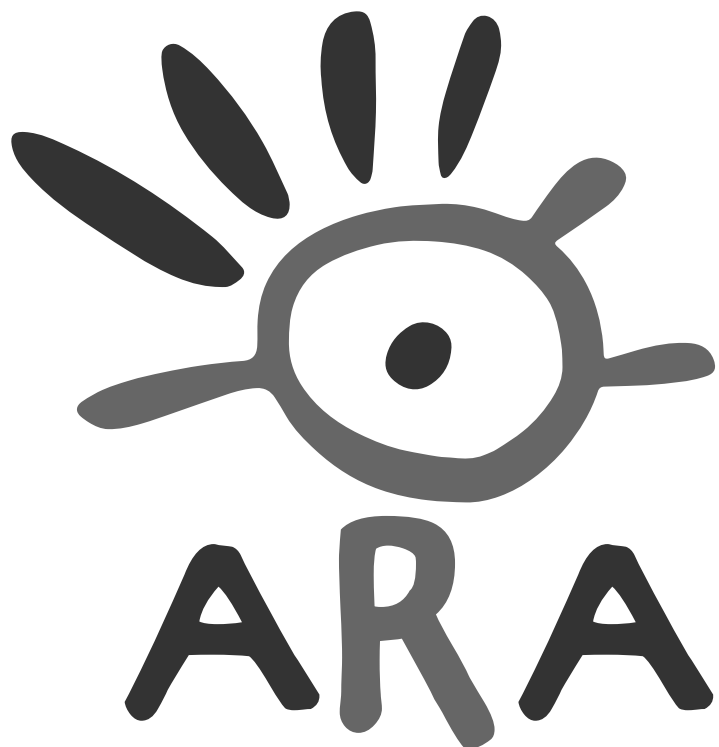
AMAZÔNICA: REVISTA DE ANTROPOLOGIA

ISSN 1984-6215

**OFÍCIOS E
PROFISSÕES:
MEMÓRIA E
TRABALHO**



VOLUME 11 | NÚMERO 1 | JUNHO 2019



AMAZÔNICA: REVISTA DE ANTROPOLOGIA

VOLUME 11 | NÚMERO 1 | JUNHO 2019

Publicada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), da Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil. AMAZÔNICA: REVISTA DE ANTROPOLOGIA (ARA) é um periódico científico transnacional, voltado a promover o debate, a construção do conhecimento e a veiculação de resultados de pesquisas científicas nos quatro campos da antropologia. ARA pretende ser um fórum de debates para integrar cientistas que atuam nos diversos países, de forma a romper as barreiras nacionais que têm mantido suas produções científicas isoladas e dificultado o diálogo.

Incentiva-se a publicação de artigos de cunho transdisciplinar e resultados de pesquisas que envolvam equipes interinstitucionais e transnacionais. São aceitos artigos em português, inglês, espanhol e francês.

A revista publica artigos originais inéditos, relatórios de pesquisa, notícias de pesquisas em andamento, resenhas, traduções, resumos de teses e ensaios fotográficos.

Com periodicidade semestral, publicada em março e setembro.

Para envio de originais e acesso às
normas de publicação, acesse o site
<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica>

Published by the Graduate Program in Anthropology (PPGA), Federal University of Pará, Belém, Brazil.

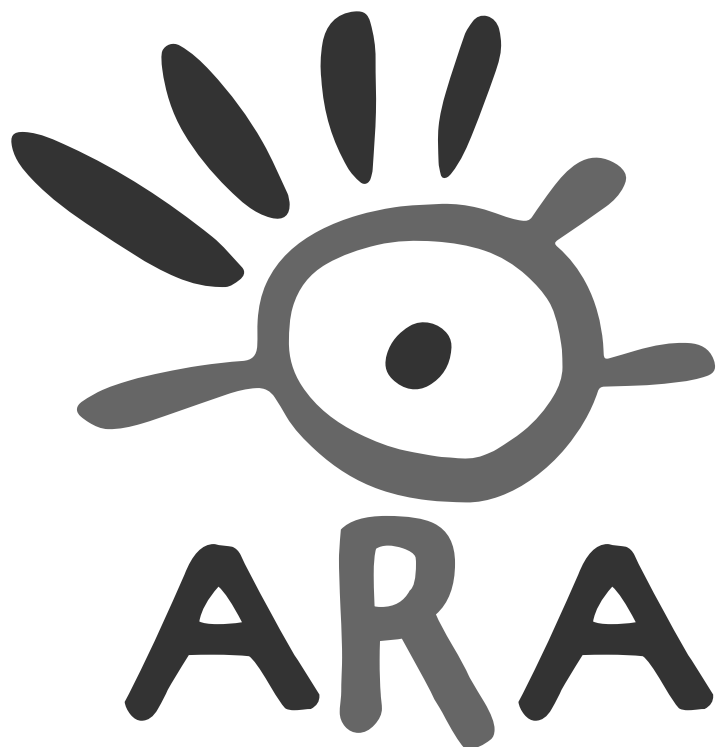
AMAZÔNICA: REVISTA DE ANTROPOLOGIA (ARA) is an international journal committed to encouraging the debate, construction of knowledge, and sharing of results of scientific research in the four fields of anthropology. ARA is designed to be a forum for discussions that bring together scientists who work in various countries in order to diminish the national barriers that have tended to isolate our scientific work and hobble the free exchange of data and experience.

Articles in Portuguese, English, Spanish and French will be accepted. The journal publishes original articles, research reports, current research news, reviews, translations, thesis summaries, and photographic essays.

Periodicity twice a year, published in March and September.

For articles submission and
editorial norms go to:
<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica>





AMAZÔNICA: REVISTA DE ANTROPOLOGIA

ARA - AMAZÔNICA: REVISTA DE ANTROPOLOGIA

Editores | *Editors*

- Diogo Menezes Costa, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Érica Quinaglia Silva, Universidade de Brasília, Brasil

Editora Adjunta | *Co-editor*

- Renata de Godoy, Universidade Federal do Pará, Brasil

Editores Assistentes | *Assistant Editors*

- Amanda Daltro de Viveiros Pina, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Brenda Bandeira de Azevedo, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Ítala Suzane da Silva Figueiredo, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Tallyta Suenny, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Thaise Macedo Costa, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Tiago Muniz, Universidade Federal do Pará, Brasil

Editoras Tradutoras | *Translator Editors*

- Marília Calegari Quinaglia, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
- Laura Sofia Fontal Gironza, Universidade Federal do Pará, Brasil

Editores de Seção | *Section Editors*

- Agenor Sarraf Pacheco, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Beatriz de Almeida Matos, Universidade Federal do Pará, Brasil
- César Ernesto Abadía-Barrero, University of Connecticut, EUA
- Edna Ferreira Alencar, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Eliane Miranda Costa, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Fabiano Gontijo, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Flávio Bezerra Barros, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Hilton P. da Silva, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Júlia Otero Santos, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Katiane Silva, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Pedro José Tótor da Glória, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Renata de Godoy, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Tiago Tomé, Universidade Federal do Pará, Brasil

Conselho Editorial | *Editorial Board*

- Ândrea Kely Campos Ribeiro dos Santos, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Anna Curtenius Roosevelt, University of Illinois, EUA
- Antonio Carlos de Souza Lima, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
- Carlos Coimbra, Fundação Oswaldo Cruz, Brasil
- Cristóbal Gnecco, Universidad del Cauca, Colômbia
- Eduardo Viveiros de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
- Eglé Barone Visigalli, Université des Antilles et de la Guyane, Guyana
- Fabíola Andrea Silva, Universidade de São Paulo, Brasil
- Gaspar Morcote-Ríos, Universidad Nacional de Colombia, Colômbia
- Gustavo Politis, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Argentina
- Jane Felipe Beltrão, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Klaus Peter Kristian Hilbert, Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
- Maria Luíza Garnelo Pereira, Fundação Oswaldo Cruz, Brasil
- Michael Heckenberger, University of Florida, EUA
- Rafael Gassón, Universidad de los Andes, Colômbia
- Robert Carneiro, Columbia University, EUA
- Roque de Barros Laraia, Universidade de Brasília, Brasil
- Rosa Elizabeth Acevedo Marín, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza, Fundação Oswaldo Cruz, Brasil
- Walter Alves Neves, Universidade de São Paulo, Brasil

Capa desta edição | *Cover image*

Imagem retratando o ex-garimpeiro Sr. Toim, publicada no ensaio fotográfico de autoria de Carlos de Matos Bandeira Junior e Rubens Elias da Silva. Foto: Carlos Bandeira Jr. (2018).

Projeto gráfico e diagramação | *Graphic design and typesetting*

Artur Arias Dutra

EDITORIAL

A Amazônica: Revista de Antropologia (ARA) é um periódico científico internacional, voltado para promover o debate, a construção do conhecimento e a veiculação de resultados de pesquisas científicas atinentes aos quatro campos da Antropologia – sociocultural, arqueológico, biológico e linguístico.

A revista possui sete seções: artigos originais, traduções, relatórios, notícias de pesquisa em andamento, resumos de teses e dissertações, resenhas de livros e ensaios fotográficos. Em cada uma delas, aceitamos trabalhos originais em português, inglês, espanhol e francês.

A ARA é semestral, mas podemos receber edições especiais durante o ano, incluindo dossiês. Todos os artigos são revisados por pares, na forma de revisão cega. Qualquer pesquisador/a interessado/a em partilhar sua pesquisa com o público acadêmico, não só da Amazônia, pode submeter contribuições. Todos os artigos devem ser submetidos pelo site da revista, hospedado no portal de periódicos da UFPA, no endereço: <http://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica>.

A revista possui 21 edições desde que foi lançada em 2009. Atualmente, a encontra-se no Volume 11 Número 1 de 2019. Segundo a última avaliação da Capes, a ARA encontra-se com Qualis B1. Além do Qualis Capes, também estamos trabalhando ativamente para a indexação mais condizente em outras diversas bases, como a Coleção SciELO Brasil.

A revista tem como editores-chefes Diogo Menezes Costa, professor da Universidade Federal do Pará, e Érica Quinaglia Silva, professora da Universidade de Brasília. Renata de Godoy, professora da Universidade Federal do Pará, é a

editora adjunta. Ítala Suzane da Silva Figueiredo, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Pará, Amanda Daltro de Viveiros Pina, Brenda Bandeira de Azevedo, Tallyta Suenny, Thaise Macedo Costa e Tiago Muniz, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal do Pará, são os editores assistentes. Marília Calegari Quinaglia, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Demografia, da Universidade Estadual de Campinas, e Laura Sofia Fontal Gironza, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal do Pará, compõem a equipe editorial como editoras tradutoras.

Ademais, os seguintes professores da Universidade Federal do Pará atuam como editores de seção: Beatriz de Almeida Matos, Júlia Otero dos Santos, Hilton Pereira da Silva, Pedro José Tótora da Glória, Renata de Godoy e César Abadía-Barrero (professor da University of Connecticut), editores de artigos; Katiane Silva, editora de relatórios de pesquisas; Tiago Pedro Ferreira Tomé, editor de notícias de pesquisas em andamento; Agenor Sarraf Pacheco e Eliane Costa, editor de resumos de dissertações e teses e de resenhas de livros ou teses; e Edna Alencar, Fabiano de Souza Gontijo e Flávio Bezerra Barros, editores de ensaios fotográficos.

Do corpo editorial fazem parte, ainda, Ândrea Kely Campos Ribeiro dos Santos, professora da Universidade Federal do Pará; Anna Curtenius Roosevelt, professora da University of Illinois; Antonio Carlos de Souza Lima, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Carlos

Coimbra, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz; Cristóbal Gnecco, professor da Universidad del Cauca; Eduardo Viveiros de Castro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Eglé Barone Visigalli, professora da Université des Antilles et de la Guyane; Fabíola Andrea Silva, professora da Universidade de São Paulo; Gaspar Morcote-Ríos, professor da Universidad Nacional de Colombia; Gustavo Politis, professor da Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires; Jane Felipe Beltrão, professora da Universidade Federal do Pará; Klaus Peter Kristian Hilbert, professor da Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Maria Luíza Garnelo Pereira, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz; Michael Heckenberger, professor da University of Florida; Rafael Gassón, professor da Universidad de los Andes; Robert Carneiro, professor da Columbia University; Roque de Barros Laraia, professor da Universidade de Brasília; Rosa Elizabeth Acevedo Marín, professora da Universidade Federal do Pará; Sheila

Maria Ferraz Mendonça de Souza, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz; e Walter Alves Neves, professor da Universidade de São Paulo. Os editores-chefes agradecem a disponibilidade e a dedicação de toda a equipe da revista.

Este número apresenta o dossiê “Ofícios e profissões: memória e trabalho”, com oito artigos, uma notícia de pesquisa em andamento e um ensaio fotográfico, organizado pelas professoras Fernanda Valli Nummer, da Universidade Federal do Pará, e Maria Cristina Caminha de Castilhos França, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Além disso, há quatro artigos originais, dois ensaios fotográficos e uma resenha de livro.

É com prazer que compartilhamos com leitoras e leitores brasileiras/os e internacionais este novo número da ARA. Desejamos a todas/os ótimas leituras e reflexões!

Diogo Menezes Costa e Érica Quinaglia Silva
Editores-chefes

EDITORIAL

ARA is an international scientific journal, aimed to promote debate, construction of knowledge and dissemination of scientific research results related to the four fields of Anthropology - sociocultural, archaeological, biological and linguistic.

The journal has seven sections: original articles, translations, reports, current research news, theses and dissertations summaries, book reviews and photo essays. In each of them we accept original works in Portuguese, English, Spanish and French.

ARA is semi-annual, but we can receive special editions during the year, including dossiers. All articles are peer reviewed, in the form of blind review. Any researcher interested in sharing his/her research with the academic public not only from the Amazon can submit articles. All articles must be submitted by the magazine's website, hosted in the UFPA journals portal, at <http://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica>.

The journal has 21 issues since it was released in 2009. Currently the journal is in Volume 11 Number 1 of 2019. According to the last evaluation of Capes, ARA is with Qualis B1. In addition to Qualis Capes, we are also actively working for the most appropriate indexing in other diverse indexes such as Scielo.

The journal has as responsible editors Diogo Menezes Costa, professor at the Federal University of Pará, and Érica Quinaglia Silva, professor at the University of Brasília. Renata de Godoy, professor at the Federal University of Pará, is the co-editor. Ítala Suzane da Silva Figueiredo, linked to the Graduate Program in Health, Environment and Society in the Amazon of the Federal University of Pará, Amanda Daltro de Viveiros Pina, Brenda

Bandeira de Azevedo, Tallyta Suenny, Thaise Macedo Costa and Tiago Muniz, linked to the Graduate Program in Anthropology of the Federal University of Pará, are the assistant editors. Marília Calegari Quinaglia, linked to the Graduate Program in Demography of the State University of Campinas, and Laura Sofia Fontal Gironza, linked to the Graduate Program in Anthropology of the Federal University of Pará, make up the team as translator editors.

In addition, the following professors at the Federal University of Pará act as editors of section: Beatriz de Almeida Matos, Júlia Otero dos Santos, Hilton Pereira da Silva, Pedro José Tótora da Glória, Renata de Godoy and César Abadía-Barrero (professor at the University of Connecticut), editors of articles; Katiane Silva, editor of research reports; Tiago Pedro Ferreira Tomé, editor of ongoing research reports; Agenor Sarraf Pacheco and Eliane Costa, editors of dissertations and theses abstracts and book or theses reviews; and Edna Alencar, Fabiano de Souza Gontijo and Flávio Bezerra Barros, editors of photographic essays.

The editorial staff also includes Ândrea Kely Campos Ribeiro dos Santos, professor at the Federal University of Pará; Anna Curtenius Roosevelt, professor at the University of Illinois; Antonio Carlos de Souza Lima, professor at the Federal University of Rio de Janeiro; Carlos Coimbra, researcher at the Oswaldo Cruz Foundation; Cristóbal Gnecco, professor at the University of Cauca; Eduardo Viveiros de Castro, professor at the Federal University of Rio de Janeiro; Eglé Barone Visigalli, professor at the Université des

Antilles et de la Guyane; Fabíola Andrea Silva, professor at the University of São Paulo; Gaspar Morcote-Ríos, professor at the National University of Colombia; Gustavo Politis, professor at the National University of the Center of the Province of Buenos Aires; Jane Felipe Beltrão, professor at the Federal University of Pará; Klaus Peter Kristian Hilbert, professor at the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul; Maria Luíza Garnelo Pereira, researcher at the Oswaldo Cruz Foundation; Michael Heckenberger, professor at the University of Florida; Rafael Gassón, professor at the University of the Andes; Robert Carneiro, professor at the Columbia University; Roque de Barros Laraia, professor at the University of Brasília; Rosa Elizabeth Acevedo Marín, professor at the Federal University of Pará; Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza, researcher at the Oswaldo Cruz Foundation; and Walter Alves

Neves, professor at the University of São Paulo. The responsible editors appreciate the availability and dedication of the entire journal staff.

This issue presents the dossier “Jobs: memory and work”, with eight articles, one ongoing research report and one photographic essay, organized by Fernanda Valli Nummer, professor at the Federal University of Pará, and Maria Cristina Caminha de Castilhos França, professor at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul. In addition, there are four original articles, two photographic essays and one book review.

We are happy to share this new ARA number with Brazilian and international readers. We wish you all the best readings!

Diogo Menezes Costa and Érica Quinaglia Silva
Responsible editors

SUMÁRIO

DOSSIÊ OFÍCIOS E PROFISSÕES: MEMÓRIA E TRABALHO

Apresentação do Dossiê “Ofícios e profissões: memória social, identidades e construção de espaços de sociabilidade”	13
A concepção dos Institutos Federais e seus atores sociais: a história narrada por trás da história	17
A construção das feminilidades nos discursos das agentes penitenciárias do Instituto Penal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.	37
De lá para cá: classe, raça e gênero em narrativas autobiográficas de antropólogas em memoriais acadêmicos (USP/UNICAMP, 2004-2014)	59
Etnografias da duração e os desejos de memória ferroviária no Sul do Brasil	83
Família, criatividade e prazer no ofício: etnografia da aprendizagem em uma marcenaria na Amazônia	111
Memórias, disputas de sentido e transformações sociais: as estratégias e as trajetórias dos ex-trabalhadores da VARIG dez anos após sua venda	129
O ofício teatral no contexto de transformações urbanas: a experiência do Teatro Popular União e Olho Vivo	163
Pintor ou <i>designer</i> popular: a etnografia de um ofício através do acervo de Edson Meirelles	181

ARTIGOS ORIGINAIS

Monitoramento participativo da biodiversidade em sistemas de unidades de conservação: o caso do ProBUC no estado do Amazonas	219
Indigenismo empresarial em Belo Monte: uma etnografia da política do licenciamento ambiental de um megaempreendimento na Amazônia	233
Campesinato de fronteira, pagamentos e serviços ambientais: análise da expressão diferenciada da lógica de mercado em Anapu, Pará.	267
Levantamento das perspectivas dos atores sociais da feira do pescado de Santarém, Pará, Brasil, acerca do período de defeso	299

NOTÍCIAS DE PESQUISA EM ANDAMENTO

“Odor de rosas”: família e memória da Phebo em Belém. 323

ENSAIOS FOTOGRÁFICOS

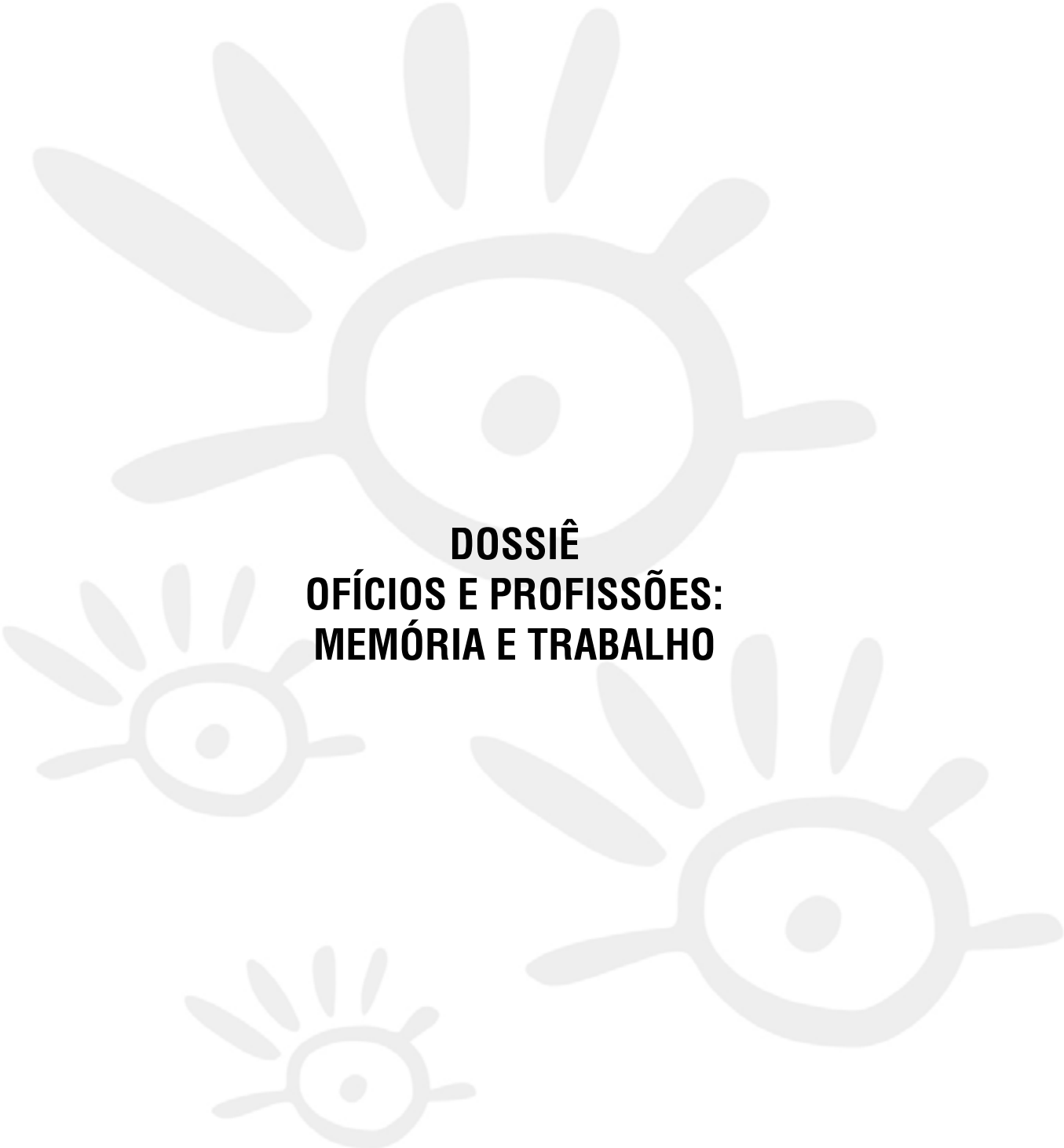
Conexões entre imagem fotográfica e memória social do garimpo 329

Mulheres da etnia anambéna produção de farinha de mandioca 345

Carpintaria naval em contextos de territórios de assentamentos rurais ribeirinhos em
Abaetetuba, Pará, Brasil. 355

RESENHA DE LIVRO

Estado, políticas e agendamentos sociais em saúde 373

The background features four stylized sun icons in a light gray color. Each sun has a central circle with a smaller dot inside, surrounded by several elongated, teardrop-shaped rays. The suns are arranged in a scattered pattern: one large sun at the top center, one medium sun to the left, one large sun to the right, and one small sun at the bottom left.

DOSSIÊ
OFÍCIOS E PROFISSÕES:
MEMÓRIA E TRABALHO

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ “OFÍCIOS E PROFISSÕES: MEMÓRIA SOCIAL, IDENTIDADES E CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE”

Fernanda Valli Nummer

Universidade Federal do Pará | Belém - PA - Brasil

Maria Cristina Caminha de Castilhos França

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Rio Grande do Sul | Porto Alegre - RS - Brasil

Nesta edição da *Amazônica - Revista de Antropologia*, apresentamos a segunda produção resultante da quarta edição do Grupo de Trabalho (GT) intitulado “Ofícios e profissões: memória social, identidades e construção de espaços de sociabilidade”, ocorrida na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), em Brasília, em dezembro de 2018. A publicação destes resultados está organizada na estrutura de um dossiê, cujo suporte é exclusivamente *online*.

O principal objetivo deste dossiê é compartilhar pesquisas desenvolvidas nos temas a que o GT se propõe, a fim de fornecer subsídios para reflexões sobre etnografia, visando o enriquecimento e a atualização das temáticas em meio às mazelas que o mundo do trabalho tem enfrentado no atual momento político brasileiro.

Nesse cenário, expor este tema e propor reflexão sobre aspectos que transitam entre ofícios e profissões são situações que reiteram o que o Prof. Giovanni Alves afirma, de forma precisa, no prefácio sob o título “*Animal laborens e Homo faber*” ao livro que organizamos, ainda na primeira produção do GT:

[...] resgatar a experiência oculta do *Homo faber* nas narrativas do trabalho significa demonstrar que, apesar do processo de especialização e fragmentação do sujeito que trabalha, existe (e persiste), nos interstícios do mundo vivido de homens e mulheres que trabalham em ofícios e profissões, narrativas de resistências e memória [que] expõem o outro lado da condição humana

salientada por Hanna Arendt: a experiência do *Homo faber* (Alves 2015:14).

Ou seja, o contraste entre o *Animal laborens* (trabalhador meramente braçal) e o *Homo faber* (trabalhador reflexivo) compreende o trabalho humano na sua dimensão histórica e resultante das relações sociais: *locus* da aprendizagem de práticas, que são vivenciadas e reproduzidas. Nessa aparente contradição, estrutura-se o movimento dialético entre a forma social, que determina a consciência – e pela qual se aprende a ser homem –, e as formas de consciência, que produzem o mundo no qual se vive.

Esse, então, é o contexto que configura o GT “Ofícios e profissões: memória social, identidades e construção de espaços de sociabilidade”, da 31ª RBA: a centralidade do trabalho no processo de humanização, produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens; bem como os efeitos do capitalismo e a memória de antigos ofícios/profissões, que resistem, definindo estilos de vida e estabelecendo espaços de sociabilidade, por meio das teias de relações que marcam identidades sociais.

Em “A concepção dos Institutos Federais e seus atores sociais: a história narrada por trás da história”, de Silvia Schiedeck e Maria Cristina Caminha de Castilhos França, a educação profissional no Brasil é discutida por meio da criação dos Institutos Federais de Educação. O resgate da memória de dois importantes personagens que atuaram nas políticas de implementação deste novo campo de profissionalização no país é o foco do estudo.

Daniel Attianesi reconstrói os espaços de uma profissão predominantemente masculina, a

das agentes penitenciárias do Instituto Penal de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, no artigo intitulado “A construção das feminilidades nos discursos das agentes penitenciárias do Instituto Penal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil”, percebendo que tanto o ambiente quanto a profissão, em uma instituição total, fazem com que as mulheres esquadrinhem alternativas para exercer suas feminilidades.

“De lá para cá: classe, raça e gênero em narrativas autobiográficas de antropólogas em memoriais acadêmicos (USP/UNICAMP, 2004-2014)”, de Wilton Carlos Lima da Silva e Rafaela Duarte Vieira, é um artigo que retoma os memoriais acadêmicos como lugares de narrativas de memórias, de história de vida e de trabalho, para nos fazer compreender como cada intelectual conta sua autobiografia, relacionando pessoas, produções acadêmicas, vida pessoal, sociabilidades...

Em “Etnografias da duração e os desejos de memória ferroviária no Sul do Brasil”, os autores Guillermo Stefano Rosa Gómez, Yuri Schönardie Rapkiewicz e Cornelia Eckert resgatam memórias nas narrativas dos ferroviários aposentados, por meio da criação de uma comunidade interpretativa, desenvolvida a partir da desativação das ferrovias brasileiras.

A aprendizagem do ofício de marceneiro é o tema de “Família, criatividade e prazer no ofício: etnografia da aprendizagem em uma marcenaria na Amazônia”, de Luiz Francisco Loureiro, Ana Claudeise Silva do Nascimento, Marília de Jesus da Silva e Sousa e Nelissa Peralta. A técnica, os valores e os materiais são relatados a partir de um estudo de caso desenvolvido no interior do estado do Pará.

A empresa VARIG é o centro do enredo que reúne ex-trabalhadores da área da aviação civil no artigo “Memórias, disputas de sentido e transformações sociais: as estratégias e as trajetórias dos ex-trabalhadores da VARIG dez anos após sua venda”, de Madhiana Valéria Almeida Rodrigues. Memórias entristecidas e regozijantes misturam-se nas lembranças de honra e no esquecimento destes trabalhadores.

O Teatro Popular União e Olho Vivo, em São Paulo, revive desde os anos 60, a mesma cultura do teatro popular. As relações de trabalho para a manutenção desta arte passaram por mudanças que ficaram na memória de seus fundadores, e este é o tema central de “O ofício teatral no contexto de transformações urbanas: a experiência do Teatro Popular União e Olho Vivo”, de autoria de Ana Paula Parodi Eberhardt.

Suíá Omim faz uma densa etnografia visual das obras de Edson Meirelles, fotógrafo e pesquisador carioca, buscando definir seu ofício de pintor ou *designer* gráfico, no artigo “Pintor ou *designer* popular: a etnografia de um ofício através do acervo de Edson Meirelles”.

Na seção de relatos de pesquisa, a edição traz os objetivos de um estudo que vem sendo realizado na Universidade Federal do Pará por Fernanda Valli Nummer sobre a família fundadora da empresa Phebo, do ramo de perfumaria, cujo título é “‘Odor de rosas’: família e memória da Phebo em Belém”.

Já na seção de ensaio fotográfico, é apresentada uma antropologia de imagens antigas sobre as atividades de garimpeiros que ainda estavam na ativa na região de Tapajós. Esta contribuição é intitulada de “Conexões entre imagem fotográfica e memória social do garimpo”, sendo de autoria de

Carlos de Matos Bandeira Junior e Rubens Elias da Silva.

O dossiê “Ofícios e profissões: memória social, identidades e construção de espaços de sociabilidade”, ora publicado, tem, portanto, a perspectiva de contribuir para a compreensão da complexidade que envolve o mundo do trabalho, circulando entre os conceitos de ofício e profissão, por meio de diferentes espaços e limites de grupos profissionais e de suas trajetórias histórico-sociais. Sabemos que os temas propostos não se esgotam nesta edição da revista, mas entendemos que o presente número preenche lacunas abertas resultantes de grupos profissionais que prospectam

sentidos a espaços construídos e vivificados pelas narrativas – em diferentes suportes. Esperamos, então, apresentar os leitores com reflexões atuais sobre memória e sociabilidade, expressadas nos modos de pensar, criar, saber e fazer, e que incitam as nossas capacidades de irmos além do que presenciamos e pensamos sobre as práticas, colocando-nos na condição de *Homo faber*.

REFERÊNCIA

Alves, G. 2015. *Animal Laborens e Homo faber*, in *Entre ofícios e profissões: reflexões antropológicas*. Organizado por F. V. Nummer, e M. C. C. C. França, pp. 9-14. Belém: GAPTA.

A CONCEPÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS E SEUS ATORES SOCIAIS: A HISTÓRIA NARRADA POR TRÁS DA HISTÓRIA

Silvia Schiedeck

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Rio Grande do Sul | Porto Alegre - RS - Brasil

Maria Cristina Caminha de Castilhos França

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Rio Grande do Sul | Porto Alegre - RS - Brasil

submissão: 29/01/2019 | aprovação: 04/05/2019

RESUMO

Este artigo versa sobre a criação de uma nova institucionalidade que transformou a educação profissional no Brasil: a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), em 2008. Registramos, por meio de entrevistas em suporte audiovisual, as narrativas memoriais dos atores sociais que definiram essas políticas para a educação profissional e aqui analisamos as narrativas de dois interlocutores: os professores Eliezer Pacheco, secretário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação (SETEC/MEC) (2005 a 2012), e Cláudia Schiedeck Soares de Souza, diretora do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (CEFET-BG) e reitora do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) (2007 a 2015), enquanto relatos de caráter temporal de suas presenças nas instâncias políticas decisórias.

Palavras-chave: educação profissional; Institutos Federais; memória.

THE CONCEPTION OF THE FEDERAL INSTITUTES AND THEIR SOCIAL ACTORS: THE STORY BEHIND THE STORY

ABSTRACT

This article is about a new institutionality that changed the professional education in Brazil: the creation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology (IF), in 2008. We registered, through audiovisual media interviews, the memorandum narratives of the social actors who defined these policies for professional education, and we also analyzed the narratives of two interlocutors: Professor Eliezer Pacheco, secretary of the Secretariat of Professional and Technological Education of the Ministry of Education (SETEC/MEC) (2005 to 2012) and Professor Cláudia Schiedeck Soares de Souza, director of the Federal Center for Technological Education of Bento Gonçalves (CEFET-BG) and rector of the Federal Institute of Rio Grande do Sul (IFRS) (2007 to 2015), as temporal reports of their presence in political decision-making.

Keywords: professional education; federal institutes; memory.

LA CONCEPCIÓN DE LOS INSTITUTOS FEDERALES Y SUS ACTORES SOCIALES: LA HISTORIA NARRADA POR DETRÁS DE LA HISTORIA

RESUMEN

Este artículo discute la creación de una nueva institucionalidad que transformó la educación profesional en Brasil: la creación de los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología (IF), en 2008. Por medio de entrevistas en soporte audiovisual, soportamos las narrativas de memoria de los actores sociales que definieron las políticas para la educación profesional y analizamos las narrativas de dos interlocutores: los profesores Eliezer Pacheco, secretario de la Secretaría de Educación Profesional y Tecnológica del Ministerio de Educación (SETEC/MEC) (2005 a 2012) y Cláudia Schiedeck Soares de Souza, directora del Centro Federal de Educación Tecnológica Bento Gonçalves (CEFET-BG) y rectora del Instituto Federal de Rio grande del Sur (IFRS) (2007 a 2015), en calidad de relatos de carácter temporal de la presencia de ambos en las instancias políticas decisórias.

Palabras clave: educación profesional; Institutos Federales; memoria.

1. INTRODUÇÃO

Em julho de 2004, no segundo ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), foi promulgado o Decreto nº 5.154, fruto da ampla discussão nacional que ocorria entre diversos segmentos da sociedade, teóricos da educação profissional e o governo federal (Brasil 2004). Este decreto deu início às mudanças propostas para a educação profissional durante a campanha eleitoral de Lula em 2002 e tornou-se referência pontual da “luta teórica em termos da pertinência político-pedagógica do ensino médio integrado à educação profissional” (Frigotto et al. 2012:26).

Entre este decreto e a Lei nº 11.892, de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) e instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mais de 18 atos legais foram efetivados pelo governo Lula (Brasil 2008). Segundo Pacheco et al. (2010), para que os IF pudessem ser criados e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) fosse alçada a assumir papel de destaque, foi necessário “forte esforço político visando revogar o aparato legal responsável por impedir sua ampliação por todo o país” (Pacheco et al. 2010:72).

Os IF são, na opinião de Pacheco (2011), uma revolução na educação profissional, haja vista o estabelecimento de uma institucionalidade sem precedentes, nacional ou internacionalmente falando. Os institutos foram criados com o entendimento de que o trabalho é uma “atividade criativa fundamental da vida humana e em sua

forma histórica, como forma de produção” (Vidor et al. 2011:47), com uma proposta de organização pedagógica verticalizada, ou seja, desenvolvida desde a educação básica até a superior, e fundamentada na interiorização de suas unidades.

Um dos principais objetivos dos IF, garantido pela Lei nº 11.892/2008, é o oferecimento de 50% de suas vagas para o ensino médio (EM), priorizando a forma de oferta integrada e buscando “articulação entre trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana” (Pacheco 2011:15). Segundo Ciavatta (2012), a defesa pela oferta de ensino médio integrado com a educação profissional busca assegurar a superação da dualidade educacional¹ presente historicamente no Brasil, sustentada pela divisão entre a educação geral e a educação técnica.

Valendo-nos da delimitação de tempo entre a promulgação do Decreto nº 5.154/2004 e da Lei nº 11.892/2008, assumimos o desafio de identificar alguns dos atores sociais, e também trabalhadores – políticos e intelectuais – envolvidos na concepção e na aprovação das políticas educacionais que culminaram na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. E, com o registro de suas narrativas memoriais e representações, apoiar a história na reconstituição e reordenação dos acontecimentos deste passado recente.

Por ser um projeto identificado com a pesquisa social de natureza qualitativa, adotamos o método etnográfico como forma de produção e análise de dados, baseando-nos principalmente na observação participante e em entrevistas semiestruturadas,

1 Dualidade educacional é a expressão que reflete a fragmentação da escola a partir da qual se delineiam caminhos diferenciados, que acabam por reproduzir a diferenciação existente das classes sociais, repartindo-se os indivíduos por postos antagonistas na divisão social do trabalho, com uma rede para a formação dos trabalhadores e outra para a elite intelectual.

gravadas em áudio e vídeo. Nosso embasamento teórico foi alicerçado em duas vertentes: em uma delas, relacionada aos conceitos sobre educação profissional e à importância do EM integrado para a formação profissional, para os quais adotamos a concepção de teóricos reconhecidos da EPT, como Maria Ciavatta, Gaudêncio Frigotto, Marise Ramos e Dermeval Saviani.

A segunda vertente trata do entrelaçamento dessas teorias com a análise dos relatos oriundos das memórias dos entrevistados, participantes ativos na construção da trajetória atual da EPT, suas motivações, significados e valores apresentados nas narrativas. Para essa análise, recorreremos aos escritos de Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Santo Agostinho, Pierre Bourdieu e Michel Pollak, sobre memória social, coletiva e política, esquecimento, identidade, narrativa histórica e temporalidade.

Neste artigo, abordaremos, segundo o entendimento dessas teorias sobre a EPT e sobre memória e narrativa, duas entrevistas. Uma realizada com a professora Cláudia Schiedeck Soares de Souza, diretora-geral do CEFET Bento Gonçalves entre os anos 2007/2008 e que, após a implementação da lei que determina a incorporação das instituições federais de educação técnica à criação dos IF, passou a atuar como reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) entre os anos de 2008 a 2015. Outra entrevista foi realizada com o professor Eliezer Moreira Pacheco, secretário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) entre os anos de 2005 e 2012.

Na tentativa de evitar o sepultamento dessas memórias pelo esquecimento, já que este é mais presente quanto mais remoto se encontra no tempo o fato narrado, e também em razão da distância do grupo em que o momento foi vivido, o registro dessas narrativas nos permite preencher espaços e lacunas que aparecem quando analisamos a própria história linear documental. A fidelidade dos fatos é suscetível a enganos e personalizações, pois são reinterpretados a cada lembrança dos agentes envolvidos nesta memória coletiva (Halbwachs 1990).

Essas lembranças somente podem ser reconhecidas e reestruturadas por pertencerem a um passado comum e compartilhado, formando um espaço social historicamente construído e delimitado nas particularidades das histórias coletivas narradas por seus atores sociais (Bourdieu 2008).

2. O QUE A HISTÓRIA NOS CONTA?

O objetivo deste artigo foi analisar as narrativas memoriais de dois dos atores sociais que vivenciaram o desenvolvimento da EPT no Brasil, em especial a criação dos IF, no período delimitado entre 2004 e 2008. Para entender o que estava acontecendo no âmbito da educação profissional e da política neste momento, é necessário retroceder um pouco na história da educação profissional.

Ao analisar mais detidamente as iniciativas de diversos governos brasileiros em relação às políticas públicas para a formação profissional, pode-se perceber continuamente mais interesse em encobrir os efeitos de uma sociedade desigual, traduzidos em baixos índices de justiça, desenvolvimento e direitos sociais, do que ações que incidissem efetivamente na origem ou na causa destas situações. Citando Frigotto (2014:17), este cenário não se alterou

na trajetória histórica e ainda vivemos em uma sociedade com uma “impossibilidade de efetivo desenvolvimento social. Uma sociedade que produz a miséria e se alimenta dela”.

A formação profissional no Brasil, analisada frente a esta perspectiva, assume o caráter assistencialista e separatista, oferecendo como alternativas à precarização do trabalho e à diminuição da pobreza uma educação de caráter instrumental, que mantém e legitima a divisão social de classes. Essas políticas de formação profissional, associadas a políticas de emprego e renda, servem, neste contexto, ao controle da sociedade, mostrando-se de pequeno alcance na diminuição das desigualdades sociais e mais interessadas na formação de trabalhadores que sirvam ao mercado de trabalho (Ciavatta 2007; Frigotto 2014).

Para exemplificar esta situação, podemos citar o governo imediatamente anterior ao de Lula, marcado pela ideologia neoliberal², o de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que, quando da aprovação do texto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n° 9.394, em 1996, trouxe em seu texto a marca da estrutura dual existente entre capital e trabalho (Brasil 1996). Nesta lei, o EM e a educação profissional foram tratados em capítulos diferentes (II e III, respectivamente), sendo esta última

apresentada em apenas quatro pequenos artigos, posteriormente regulamentados pelo Decreto n° 2.208³ (Brasil 1997) e pela Portaria MEC n° 646⁴ (Brasil/MEC 1997), ambos de 1997.

Como outra ação vinculada à ideologia neoliberal e à educação profissional, citamos a Lei n° 9.649 de maio de 1998, que proibia os investimentos do governo federal na ampliação de escolas, vagas e cursos para a educação profissional (Brasil 1998). Moura (2010) comenta que a intenção, neste momento em que o governo de FHC negociava empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), era transferir parte do patrimônio público nacional para a iniciativa privada a baixos custos, objetivando

[...] reestruturar a rede desde o ponto de vista de suas ofertas educacionais, da gestão e das relações com empresas e comunidades na perspectivas de torná-la competitiva no mercado educacional e, dessa forma, caminhar na direção do aumento da capacidade de autofinanciamento. Assim, o Estado gradativamente se eximiria do seu financiamento (Moura 2010:72).

É nesse ambiente que, em 2003, assume como 35° Presidente da República Federativa do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, com uma proposta

2 Esta teoria, baseada no liberalismo, nasceu nos Estados Unidos da América e teve como alguns dos seus principais defensores Friedrich A. Hayeck e Milton Friedman. Na política, neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

3 Sua redação propõe que a educação profissional de nível técnico teria organização curricular própria, independente do ensino médio e apenas nas formas concomitante ou sequencial a este (Brasil 1997).

4 Esta portaria reduziu em 50% as vagas do EM nas instituições federais de educação tecnológica, favorecendo diretamente o fortalecimento do mercado educacional privado (Brasil/MEC 1997).

ideológica diametralmente oposta, instituindo políticas desenvolvimentistas⁵ e de forte viés de inclusão social. Nesta conjuntura, reaparece grande mobilização em torno da retomada de uma educação destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica (Moura 2010).

Para reverter inicialmente este quadro, o governo promulgou dois decretos que possibilitariam as futuras ações de expansão da rede federal: a Portaria MEC nº 2.736 em outubro de 2003 e o Decreto nº 5.154 em julho de 2004. A Portaria nº 2.736/2003, ao revogar a Portaria nº 646/97, já anunciava que, “considerando a política de abertura e expansão da educação profissional com elevação da escolaridade” (Brasil/MEC 2003), estava permitida outra vez a abertura de novas vagas no ensino público federal.

Já a promulgação do Decreto nº 5.154/2004, que revogou o Decreto nº 2.208/97, possibilitou a aproximação do EM com a educação profissional, autorizando também a forma de ensino integrado. Este decreto, em que pese ter contribuído pouco para a efetivação de mudanças estruturais no sistema de educação, tornou-se a referência pontual da “luta teórica em termos da pertinência político-pedagógica do ensino médio integrado à educação profissional” (Frigotto et al. 2012:26).

Entre o decreto de julho de 2004 e o de dezembro de 2008, foram necessárias mais de 18 ações, considerando-se apenas o âmbito legal, para que o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, resultasse na criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892.

Com esse cenário, são instituídos 38 IF em todo território nacional, unindo estruturas já existentes no campo da educação profissional, como os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e as Escolas Técnicas vinculadas às universidades. Com esta nova institucionalidade constituída, o país salta de 140 escolas técnicas federais, criadas entre 1909 até 2002, para 644 *campi* em 2016, atendendo a mais de 568 municípios e um milhão de alunos em todo o território nacional. Suas áreas de atuação estão centradas na oferta da

[...] educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (MEC 2016).

Por ser fruto de um projeto progressista do governo Lula, que entendia a educação como transformadora da sociedade, a implantação dos IF somou-se à expansão da rede federal que estava em curso no país. Esta expansão estava associada à ampliação da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio e à política de apoio ao aumento do número de mestres e de doutores para os profissionais da rede. Para concretizar a proposta do aumento da escolaridade, foi incluído o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, o PROEJA (Pacheco 2011).

Visto como um de seus principais objetivos, os IF tiveram, por força de lei, que garantir o oferecimento

5 O desenvolvimentismo é uma teoria centrada no crescimento econômico com participação ativa do Estado. Suas ideias centrais estão ligadas ao keynesianismo (Bresser-Pereira 2016).

de 50% de suas vagas para o ensino médio, prioritariamente na forma de cursos integrados. Para os teóricos da EPT que defendem a politécnica⁶, é na integração do EM com a profissionalização que se alcançaria sua maior expressão, propiciando uma gradativa generalização de formação a todos, independentemente da escolha profissional futura, disponibilizando ao educando as “modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes” (Saviani 2007:161).

Somente a concepção de uma educação pautada no trabalho como princípio educativo, mesmo que não necessariamente profissionalizante, mas obrigatoriamente integrando trabalho, ciência e cultura, garantiria a todos o direito de acesso aos conceitos científicos, tecnológicos e históricos de produção, propiciando ao educando a possibilidade de diferentes escolhas e caminhos para a vida profissional (Ciavatta & Ramos 2011). Este seria um dos ideais para concepção de uma escola unitária, em que a educação é percebida como direito de todos.

Esta era a proposta de campanha de governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, quando enfatizou que a educação seria vital para romper com a histórica dependência científica, tecnológica e cultural do país, desenvolvendo sujeitos na direção de uma cidadania plena, internalizada e aplicada cotidianamente, interrompendo a condição de subalternidade da maioria do povo (Caderno Temático do Programa de Governo 2002).

Concretizando uma parte deste projeto, que tinha a intenção de valorizar a educação e considerava as instituições públicas de ensino fundamentais para a construção de um país democrático, a missão dos IF, desde o início, baseou-se na justiça social, na equidade, na competitividade econômica e na geração de novas tecnologias, tendo em vista a essencialidade da educação profissional e tecnológica de contribuir para o progresso socioeconômico da nação (Pacheco 2011).

Os atores sociais presentes neste recorte participaram, em maior ou menor grau e cada um a seu tempo, da construção dessa história. O que suas narrativas memoriais podem nos contar? O que seus esquecimentos ocultam? Lembrar e esquecer são dois lados de uma mesma história e, ao percebermos que esquecemos, podemos nos dar conta de que retemos apenas a “imagem do esquecimento, e não o esquecimento em si” (Santo Agostinho 1973:207), posto que podemos contemplar apenas sua ausência.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Este artigo, em função de seu objeto de estudo – narrativas memoriais dos atores sociais envolvidos com a EPT no período inicial do governo de Luiz Inácio Lula da Silva –, foi definido como sendo uma pesquisa social e, por essa delimitação, de natureza qualitativa. Envolveu uma fase exploratória, dedicada à delimitação do campo de investigação, revisão bibliográfica e definição do referencial

6 Politécnica, na definição de Saviani (2003:140), “diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno”. Assim, a politécnica pressupõe que o trabalhador possui condições de compreender o caráter e a essência de diferentes atividades e não apenas esteja treinado para executar determinadas tarefas que se encaixem nas necessidades do mercado de trabalho.

teórico, e uma segunda etapa, abrangendo o trabalho de campo, com produção e análise de dados, bem como elaboração do espaço relacional entre teoria e a significação das memórias dos atores sociais investigados.

Para fundamentar o estudo sobre as políticas educacionais que conceberam os IF, utilizamos prioritariamente teóricos citados como referência na estruturação das bases conceituais da EPT e abordam a educação de modo geral e a EPT de modo específico, como destinadas à promoção do homem e ao “trabalho como princípio educativo” (Saviani 2007:152). Essa investigação foi complementada com a análise documental, por meio da legislação promulgada sobre a EPT, no período delimitado entre 2004 e 2008.

Na etapa da produção e da análise de dados, o interesse esteve voltado para a significação das motivações, interpretações e valores dos nossos entrevistados enquanto participantes ativos nesta história, a qual tentamos desvelar através de suas memórias e narrativas. Para sustentar teoricamente esta fase, utilizamos os autores referenciados anteriormente sobre memória social, coletiva e política, esquecimento, identidade, narrativa histórica e temporalidade.

Para tal investigação, delineamos estas narrativas como o fundamento da experiência humana, enfatizada pela sua intencionalidade, e mediada pelas memórias narradas, possibilitando a formação e a transformação da história continuamente. Entendemos que, conforme estas experiências

são (re)lembradas e relatadas, também é possível reinterpretar, reconstruir e compartilhar as realidades, socializando a história que faz parte da educação profissional brasileira recente (Ricoeur 1994).

As lembranças, mesmo que aparentem ser uma reflexão pessoal, permanecem coletivas, já que “trazemos sempre em nossa memória as pessoas, os espaços, as circunstâncias e nossa própria história que constroem aquela recordação” (Halbwachs 1990:26). Cada memória individual é uma parte da memória coletiva e, de acordo com Halbwachs (1990:51), esta parte muda “conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”. Dessa maneira, compreende-se que é possível realizar a reconstrução destes momentos, já que

[...] fazemos um apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras (Halbwachs 1990:25).

Para nos conduzir na produção de dados, adotamos o método etnográfico⁷, comportando processos de interação, por meio da observação participante, de entrevistas semiestruturadas e da produção de áudio e vídeo. Em relação à observação participante, nos valem da definição apresentada por Rocha & Eckert (2013) sobre etnografia da duração nos estudos antropológicos sobre memória coletiva, que tem

7 A antropóloga Mariza Peirano alerta para o uso do termo método etnográfico em pesquisas, no sentido de evitar o esvaziamento de seu significado. Para a autora, a etnografia não é apenas um detalhe metodológico, mas sim constitui-se como parte do empreendimento teórico da antropologia. Assim, propõe a reflexão de extrapolar o conceito de método para “formulações teórico-etnográficas” (Peirano 2014:383).

por desafio acompanhar os deslocamentos (nos espaços vividos, nos tempos lembrados etc.) dos habitantes de uma grande metrópole aos confins das experiências nela vividas, que ultrapassam até mesmo suas referências históricas e geográficas mais ontológicas, mais concretas e palpáveis (Rocha & Eckert 2013:22).

Este termo, etnografia da duração, cunhado por Rocha & Eckert (2013), envolve a pesquisa da vida urbana, que se apresenta nas sociedades modernas, principalmente no estudo de narrativas biográficas, as quais oferecem ao pesquisador “procedimentos-padrão de compreensão da complexidade antropológica que encerram as cidades contemporâneas” (Rocha & Eckert 2013:23-24). A etnografia da duração habilita o pesquisador a pensar as narrativas biográficas dos sujeitos em relação à amplitude e à pluralidade temporal que aparecem no contexto das grandes metrópoles, como uma forma dos indivíduos se reconhecerem, tanto quanto aos projetos de vida que orientam suas trajetórias sociais (Rocha & Eckert 2013). Assim, é possível compreender a vocação dos sujeitos que, pela narrativa de suas memórias, reduplicam o mundo e transcendem o tempo, revelando-se, desse modo, como “parte integrante (e integradora) dos estudos antropológicos da memória coletiva nas modernas cidades contemporâneas” (Rocha & Eckert 2013:6).

Para Halbwachs (1990), nossas lembranças permanecem coletivas porque, “em realidade, nunca estamos sós” (Halbwachs 1990:26), já que, para evocarmos nosso próprio passado, precisamos nos referir ao que existe fora de nós e é registrado pela sociedade, por meio das palavras e das ideias. A

memória se apoia também no que o autor chama de passado vivido, que constitui o “quadro vivo e natural em que um pensamento conserva e reencontra a imagem de seu passado” (Halbwachs 1990:71).

Assim, nossas lembranças são a reconstrução do passado “com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (Halbwachs 1990:71). Na trama urdida dos tempos sociais, onde as memórias se situam, está também implicada a necessidade de o homem ajustar-se a esse ritmo e a essa velocidade, sendo a sociedade encarregada de convencionar e organizar essas divisões do tempo, que se sucedem nas diversas etapas da vida social (Halbwachs 1990).

Porém, o tempo histórico e documentado é linear e estanque, em uma sucessão de recortes de fatos cronológicos, diferentemente do tempo da narrativa histórica, em que o relato da experiência humana tenta elaborar, pelo discurso, a relação contraditória existente entre o que é passado, presente ou futuro, antecipando o futuro ainda não dito sobre o passado vivido no presente (Ricoeur 2012). Dessa forma, a etnografia da duração permite entender as rupturas temporais e a memória coletiva nas sociedades urbanas modernas como

[...] insubordinação à ação corrosiva do tempo. É nela que inscrevemos o regresso aos tempos vividos, vocação de inteligência humana para enquadrar a descontinuidade das recordações empíricas, assegurando a toda a humanidade a continuidade de sua consciência (Rocha & Eckert 2013:32).

Para a condução das entrevistas, utilizamos um roteiro semiestruturado, permitindo ao entrevistado desenvolver o tema como se estivesse em uma conversa informal. O método etnográfico é definido, para além da observação participante e das entrevistas, pela utilização da técnica do diário de campo, onde, ao longo das entrevistas e posteriormente a elas, o pesquisador pode registrar suas impressões. Essa técnica oferece um espaço de escrita no qual o investigador pode organizar suas ações futuras, sua própria conduta e, inclusive, pode registrar uma “avaliação das incorreções e imperfeições ocorridas no seu dia de trabalho de campo, dúvidas conceituais e de procedimento ético [...] numa constante vigilância epistemológica” (Eckert & Rocha 2008:18).

O universo desta pesquisa foi delimitado em dois grupos de atores sociais, conforme as motivações que os ligam à EPT: o grupo político, que se refere aos atores envolvidos na arguição e na formalização legal das propostas que envolvem as decisões sobre EPT no referido período; e o grupo dos teóricos, que promove o embasamento científico, por meio de investigações, que configuram as bases conceituais da EPT na perspectiva da formação integral para o mundo do trabalho.

Esta investigação foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, e o resultado final consistirá de um produto educacional no formato de documentário.

4. OS NARRADORES DA HISTÓRIA

Um acontecimento só toma lugar na série de fatos históricos depois de algum tempo de sua ocorrência. Quando narrado, nas lembranças,

situa-se no espaço das memórias coletivas e históricas. Para orientar esta questão, recorreremos a Halbwachs (1990:90), ao afirmar que “a vida em sociedade implica que todos homens se ajustem aos tempos e às durações”.

Essa opção de definição de tempo cumpre a necessidade de permitir que possamos “conservar e lembrar dos acontecimentos que ali se produziram. [...] Isso é verdade para os acontecimentos do passado” (Halbwachs 1990:99). Por meio da composição de um quadro de dados temporais – datas, documentos, eventos –, relacionaremos as lembranças destes fatos. Para Ricoeur (1994), essa relação do homem com o tempo é um paradoxo, já que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (Ricoeur 1994:85).

Falamos de um tempo específico nesta análise, situado entre os anos de 2004 e 2008. Porém, os fatos não se iniciaram nesse período. Podemos identificar essa situação na narrativa da professora Cláudia, que comenta:

Em 2007, nós já tínhamos um movimento iniciado de discussão sobre a criação dos institutos federais, quando eu assumi a direção do CEFET Bento Gonçalves [RS], em julho de 2007. Então, esse movimento já havia iniciado antes. Tanto é, e aí é importante resgatar um pouco. Eu sou professora federal há 20 anos, iniciei em 1997. E já na época, quando o presidente Lula ganhou as eleições em 2003, a partir dali, começou a ocorrer um movimento muito forte, uma pressão grande para expansão das nossas escolas. Porque

nós vínhamos praticamente de oito anos de sucateamento das instituições. As instituições não tinham dinheiro para pagar suas contas, não tinham dinheiro para viajar, ou seja, para diárias, para passagens. E a expansão das nossas instituições enquanto CEFET, enquanto escolas agrotécnicas, era uma demanda muito grande da nossa comunidade (Cláudia Schiedeck Soares de Souza, comunicação pessoal, 20 maio 2018).

Historicamente, o Brasil esteve submetido à perspectiva e à lógica do capital, com a aplicação de ideologias econômicas liberais e neoliberais. A ideologia neoliberal fundamenta-se na concepção de estado mínimo, possuindo duas grandes premissas: a privatização das empresas estatais, ou seja, a diminuição da capacidade e do compromisso do Estado em ofertar serviços públicos; e as reduções da regulamentação (ou a desregulamentação) e da interferência dos poderes públicos sobre as organizações privadas (Ortigara 2014).

Essa política pode ser identificada na fala da professora Cláudia, quando comenta a respeito dos oito anos de sucateamento a que as instituições federais de ensino foram submetidas, referindo-se à reforma educacional executada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que enfatizava o ensino como um serviço regulado pelo mercado, e não como direito social, sendo parte integrante do projeto de privatização do Estado brasileiro (Frigotto 2018). Por conta disso, existiam vários dispositivos legais que desobrigavam o governo federal a investir na educação pública, com o intuito de promover a

privatização e, gradativamente, eximir-se de seu financiamento (Moura 2010).

A falta sistemática de investimento do governo federal e a impossibilidade de criar novos cursos e vagas eram sentidas pela comunidade e pelo Brasil, como comenta a professora Claudia:

[...] de maneira geral, as comunidades pressionavam muito. Porque, veja, no caso de Bento Gonçalves [RS], quando eu assumi o CEFET, tinha quinhentos e poucos alunos. Imagina numa cidade que tinha já, na época, 80 mil habitantes, a pressão por vagas de cursos técnicos, de cursos superiores. E muita gente que vinha de outras cidades. Então, a gente tinha, por exemplo, alunos de Alpestre, alunos de regiões do estado muito deprimidas financeiramente e que vinham pra buscar essa qualificação aqui. E que queriam muitas vezes que essa qualificação fosse levada pra sua cidade. [Só que] nós éramos proibidos por lei. Porque nós não podíamos aumentar os custos. Não podíamos, enfim, mandar os professores pra fazer essa qualificação [cursos]. Isso demandava recursos, que as instituições não tinham. Então, havia uma pressão na época para que a gente pudesse melhorar, digamos assim, e ampliar as nossas vagas por uma série de locais no estado do Rio Grande do Sul e do Brasil. Se isto acontecia no Rio Grande do Sul, que é um estado que potencialmente tem um desenvolvimento maior, imagina, por exemplo, o que acontecia no Acre. A gente imagina isso no Brasil inteiro, em locais em que nunca chegou uma escola federal, um curso técnico. Uma possibilidade de gerar desenvolvimento

para aqueles locais (Cláudia Schiedeck Soares de Souza, comunicação pessoal, 20 maio 2018).

Se esta era a realidade dos governos anteriores, quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência, modificou as prioridades da educação profissional. Quem nos conta é o professor Eliezer, quando relata uma de suas primeiras conversas com o Ministro da Educação, Fernando Haddad:

Nós, como pessoas progressistas, de esquerda, nós sempre tivemos muita crítica à educação profissional desenvolvida no país, que era formação de mão de obra para o capital. O grande exemplo disso é o sistema S⁸, que faz um excelente trabalho. Mas é um trabalho destinado à formação de mão de obra, de profissionais, eventualmente bem preparados, mas não para a formação da cidadania, mas para serem funcionários. Então nós queríamos, achávamos fundamental que para o processo de desenvolvimento do país tinha que ter trabalhadores qualificados, era necessário que houvesse a produção de tecnologia, especialmente tecnologias sociais. Porque sem tecnologia esse discurso da soberania é um discurso vazio. Soberania existe quando existe autonomia tecnológica. Então era necessário pensar em uma outra coisa, que rompesse com essa matriz universidade e escola técnica vinculada,

que é uma matriz que, na verdade, corresponde à hierarquia de classe na sociedade. Universidade para as elites e escolas técnicas para os trabalhadores e filhos dos trabalhadores (Eliezer Pacheco, comunicação pessoal, 11 jun. 2018).

Bourdieu (2008) comenta sobre a sociedade dual, na qual os grupos sociais podem ser divididos em função de sua inserção e identificação com dois “princípios de diferenciação” (Bourdieu 2008:19): o capital econômico e o capital cultural. As classes sociais podem, então, surgir como agrupamentos de agentes evidenciando o que possuem em comum entre estas duas dimensões e, ao mesmo tempo, se distanciando das demais classes, quanto mais distintas forem suas posições em relação a estes recursos.

Assim, a distância é estabelecida pelas possibilidades de diferenciação de acúmulo de capital, econômico e/ou cultural, e a aceitação desta diferença pelos diversos grupos, que justificariam a existência das classes enquanto espaço social, “um espaço de diferença” (Bourdieu 2008:27). E isso poderia explicar a necessidade da classe hegemônica de manter e aumentar, sempre que possível, este espaço, a fim de preservar os recursos que legitimam o poder, em relação às outras classes sociais. A distinção de uma educação específica para o trabalhador e uma para a elite dirigente é um exemplo palpável quanto à subsistência destes espaços.

8 Sistema S é o nome convencionado para identificar o conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição Federal de 1988: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Com a intenção de diminuir as diferenças sociais apontadas, e sem um modelo para servir de base, estava aberta a perspectiva para a criação da nova institucionalidade. Conforme narra o professor Eliezer:

Era preciso uma outra coisa, mas essa outra coisa não existia. Os institutos surgiram como algo da necessidade histórica daquele momento. Então, nós precisávamos construir uma coisa nova. Uma coisa que possibilitasse itinerários formativos em que o trabalhador, enfim, o educando, se tivesse talento e vontade, pudesse [ter] lá sua formação inicial e fazer a sua graduação, pós-graduação, doutorado. Coisa que na universidade clássica é quase impossível. Tem exceção que confirme a regra. Mas é muito difícil o trabalhador conseguir fazer esse itinerário da universidade (Eliezer Pacheco, comunicação pessoal, 11 jun. 2018).

Percebe-se a combinação das forças sociais a exigir a expansão da oferta de ensino público e o interesse do governo em executar esta política. Contudo, segundo Saviani (2015), apesar dos projetos para a educação no Brasil serem oriundos do poder Executivo – MEC –, o legislativo (Congresso Nacional) acaba influenciando e interferindo nas aprovações, por meio de emendas, podendo alterar substancialmente projetos originais.

Sobre isso, o professor Eliezer lembra que

havia a demanda da expansão, da retomada da expansão, de acabar com aquele famigerado decreto [referindo-se à Lei nº 9.649/98] do

Fernando Henrique, que impedia a expansão da rede federal. Aquilo nós perdemos quase um ano tentando mudar no Congresso Nacional. Até conseguirmos mudar, parcialmente. Porque a correlação de forças também não era muito fácil no Congresso. Tanto que esse decreto, ele de certa forma ainda é uma ameaça à rede. Porque o que nós conseguimos colocar foi a palavra “preferencialmente”. Nós colocamos a palavra, negociamos. Estou resumindo aqui, foi uma negociação longa. Tá, tá bom, então colocamos preferencialmente pela rede estadual, municipal, comunitária. A oposição aceitou naquele momento. Só que preferencialmente não te obriga a fazer (Eliezer Pacheco, comunicação pessoal, 11 jun. 2018).

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada com este nome e para ter este propósito, em dezembro de 2008, não nasceu efetivamente nesse momento. Foi sendo construída, mesmo que originalmente não com esta finalidade, pelos grupos sociais que estiveram à frente da educação profissional brasileira: em 1909, foram criadas 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, uma em cada estado da União, com o objetivo de ofertar ensino técnico aos desfavorecidos da fortuna, afastando-os da ociosidade e do crime.

Entre 1909 e 2002, apenas outras 121 escolas técnicas foram criadas no Brasil. É neste cenário que são instituídos 38 IF, em todo território nacional, saltando de 140 escolas técnicas federais para 644 *campi*, em 2016, atendendo a mais de 568 municípios e a um milhão de alunos em todo o país, com o objetivo de articular trabalho, ciência e

cultura, na perspectiva da busca pela emancipação humana. Se imaginarmos que essa história pode ter começado em 1909, quantas lembranças, hoje apenas fatos históricos, foram necessárias para se construir esta realidade?

Porém, fazemos destas memórias, aqui narradas, a reintegração das lembranças no espaço e no tempo, cujas divisões estabelecidas socialmente situam-se entre as datas que somente fazem sentido porque são compartilhadas historicamente.

5. O QUE SE ESQUECE DA HISTÓRIA?

A permanência de algumas memórias pode estar limitada à existência do próprio grupo em que elas se formaram. Quando o grupo não mais existe e não se pensa mais nele, nem se pode a ele retornar, a reconstrução de certos acontecimentos pode estar fadada a rupturas e a descontinuidades. Esquecemos. Muitas vezes, grupos que se aproximaram pelas necessidades da obra comum, ao se separarem, cada pessoa guarda apenas parte do que fizeram juntos e “vários quadros do passado comum não coincidem e dos quais, nenhum é verdadeiramente correto” (Halbwachs 1990:35).

Ao lembrar o passado, narrando suas memórias, o ser humano pode enfrentar sua finitude, afirmando-se enquanto ser social na história. Nesse cenário, o esquecimento é mais presente quanto mais distante no tempo se encontra o fato narrado. A fidelidade dos fatos é suscetível a enganos e a personalizações, pois são reinterpretados a cada lembrança dos agentes envolvidos nessa memória coletiva (Halbwachs 1990).

Em relação a isso, fazemos um pequeno recorte na narrativa do professor Eliezer, quando foi apresentada a sequência de atos legais⁹ do governo, em muitos dos quais ele esteve presente, como secretário da SETEC: “se um dia tu puderes me mandar essa linha do tempo, eu agradeceria. Porque eu não lembro mais assim das coisas”. Em outro momento, quando quis lembrar os nomes dos colaboradores do grupo, referiu: “eu já estou esquecendo os nomes das pessoas agora”.

A professora Cláudia, ao comentar, no final de sua narrativa sobre os esquecimentos, nos conta:

eu acho que pesquisas como essas fazem com que a gente possa relembrar um pouco de como foi essa história. De como ela aconteceu. São sempre importantes. Porque eu sempre digo, a gente precisa. E aí, isso em algum momento acaba esquecendo. Porque um dia eu não vou estar mais aqui. E um dia as pessoas que estavam comigo não vão mais estar aqui. E isso em algum momento acaba. [Os Institutos Federais] foram feitos a muitas mãos, com muitas ideias. Com muita participação de muita gente. Muitas pessoas ajudaram e deixaram a sua história impressa nas paredes do *campus* e de vários Institutos Federais. E essa história precisa ser contada. Porque se ela não for contada vai ficar parecendo que tudo foi muito fácil (Cláudia Schiedeck Soares de Souza, comunicação pessoal, 20 maio 2018).

É pela memória coletiva que grupos com interesses convergentes se mantêm unidos,

⁹ As pesquisadoras organizaram uma linha do tempo com os atos legais que o governo Lula promulgou entre os anos de 2003 e 2008, com a intenção de ilustrar, para os entrevistados, o período abrangido pela pesquisa.

reforçando sentimentos de pertencimento e de referência. Nesse caso, a abordagem das narrativas dos atores implicados na construção das políticas atuais para EPT, além de embasar o que a história já escreveu, também refere um processo permanente de reinterpretação do passado, mantendo a credibilidade e a correlação política dos discursos (Pollak 1989).

É o esquecimento, segundo Santo Agostinho (1973), que absorve e sepulta o que armazenamos nos grandes “palácios da memória” (Santo Agostinho 1973:200). E por lembrar que ele (o esquecimento) existe, precisamos recordar pela memória o que é vivido, se não corremos o risco de não conservar a história de tantos conflitos e deixar desaparecer estas lembranças, no todo ou em parte.

6. POR QUE RELEMBRAR E REGISTRAR: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TEMA

Para além de chegar a uma conclusão, buscamos, com este artigo, provocar o leitor para a importância de registrar narrativas de histórias vividas, já que contar uma história é compreender o homem na sua totalidade existencial e, nas palavras de Ricoeur (2012:309), “contamos histórias porque finalmente as vidas humanas têm necessidade e merecem ser narradas”.

A história que envolve a educação profissional no Brasil é marcada pela dualidade estrutural mantida por uma sociedade hegemônica, que procura preservar seu *status*. Ao analisarmos o paralelismo das forças políticas, hegemônicas e de resistência, citamos Bourdieu (2008), segundo o qual, mais do que os capitais econômico e cultural, existe outra força, outro tipo de capital, que, em função de seu rateio, também desigual, reforça as

diferenças de acesso a oportunidades, chamado por ele de capital político. A classe social conservadora e prevalente utiliza-se desse poder como principal fundamento para manter a diferenciação do espaço social e sustentar a “apropriação privada de bens e de serviços públicos” (Bourdieu 2008:31).

Evocando Pollak (1989:5), encontramos que o discurso contra-hegemônico, que muitas vezes parece silenciar, longe de levar ao esquecimento, “transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas”.

As políticas progressistas para a educação profissional executadas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva culminaram com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, contrapondo-se às concepções neoliberais vigentes até então. Nessa visão, a educação é apresentada como estratégica para realizar um projeto que buscava

[...] não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social (Pacheco 2011:8).

Recuperando a narrativa da professora Cláudia, sobre a construção dos IF, refletimos que:

parece que tudo caiu pronto. Talvez muitas pessoas que entram hoje talvez

achem que, ingressando na rede hoje, elas achem que já estava pronto. Não, isso foi começado do zero, com muito sacrifício de muitas pessoas. Isso exigiu muito trabalho, muita dedicação, muito compromisso de todos os meus colegas que estavam na época [à frente dessa construção]. Muitos deles tiveram problemas de saúde, perderam familiares, perderam mulher, casamento se desfez. Porque é um trabalho que absorvia realmente 24 horas por dia, a gente ficava comprometido com o processo. Então, isso a gente precisa contar, essa história. E essa história é muito importante que ela venha, que esteja explícita. Que as pessoas possam um dia dizer: pô, foi assim. Nós podemos também em algum momento repetir essa história. E continuar fazendo com que essa história seja cada vez mais uma história de sucesso (Cláudia Schiedeck Soares de Souza, comunicação pessoal, 20 maio 2018).

Queremos que o registro destas memórias permita o preenchimento de espaços e de ausências que aparecem quando analisamos a história linear documental, e que elas não se percam no esquecimento do tempo e do espaço. Como expressa Santos (2003:17-18), “a memória é um dos valores mais prezados ao ser humano e sua preservação está vinculada à defesa da justiça e da liberdade”.

7. REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P. 2008. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papiurus.
- Brasil. 1996. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União* de 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 nov. 2017.
- Brasil. 1997. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União* de 18 de abril de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 20 nov. 2017.
- Brasil. 1998. Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. *Diário Oficial da União* de 28 de maio de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9649cons.htm. Acesso em: 26 maio 2018.
- Brasil. 2004. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União* de 26 de julho de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 20 nov. 2017.
- Brasil. 2008. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União* de 30 de

- dezembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 26 mai. 2018.
- Brasil/MEC. 1997. Portaria MEC nº 646/97 de 14 de maio de 1997. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97 e dá outras providências (trata da rede federal de educação tecnológica). *Diário Oficial da União* de 15 de maio de 1997.
- Brasil/MEC. 2003. Portaria nº 2.736 de 30 de setembro de 2003. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, de 1 out. 2003. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=10&data=01/10/2003>. Acesso em: 10 set. 2018.
- Bresser-Pereira, L. C. 2016. *Modelos de estado desenvolvimentista*. São Paulo: FGV. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Texto-Discuss%C3%A3o/350-Modelos-Estado-Desenvovimentista-TD412.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.
- Caderno Temático do Programa de Governo. 2002. *Uma escola do tamanho do Brasil*. Coligação Lula Presidente. São Paulo. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=25218. Acesso em: 10 set. 2018.
- Ciavatta, M. 2007. Apresentação: a vida de uma população tem como corpo a própria cidade, in *Memória e temporalidades do trabalho e da educação*. Coordenado por M. Ciavatta, pp. 3-16. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj.
- Ciavatta, M. 2012. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade, in *Ensino Médio Integrado - concepções e contradições*. Organizado por G. Frigotto et al., pp. 83-106. São Paulo: Cortez.
- Ciavatta, M., e M. Ramos. 2011. Ensino Médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. *Retratos da Escola* 5(8):27-41. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42>. Acesso em: 10 set. 2018.
- Eckert, C., e A. L. C. Rocha. 2008. Etnografia: saberes e práticas, in *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Organizado por C. R. J. Pinto e C. A. B. Guazelli, pp. 9-24. Porto Alegre: Editora da Universidade.
- Frigotto, G., M. Ciavatta, e M. Ramos. 2012. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita, in *Ensino Médio Integrado - concepções e contradições*. Organizado por G. Frigotto et al., pp. 21-56. São Paulo: Cortez.
- Frigotto, G. 2014. Alcance e limites das políticas públicas de educação profissional de emprego e renda, in *Educação profissional: desafios e debates*. Editado por A. Z. Kuenzer et al., p. 11-23. Curitiba: Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Educa%C3%A7%C3%A3o-Profissional-desafios-e-debates.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

- Frigotto, G. 2018. Contexto da problemática do objeto da pesquisa, objetivos, categorias de análise e procedimentos metodológicos, in *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento*. Organizado por G. Frigotto, pp. 17-39. Rio de Janeiro: UERJ.
- Halbwachs, M. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Ministério da Educação (MEC). 2016. *Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Perguntas Frequentes. Brasília (DF). Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/perguntas-frequentes>. Acesso em: 10 set. 2018.
- Moura, D. H. 2010. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração, in *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Organizado por J. Moll, pp. 58-79. Porto Alegre: Artmed.
- Ortigara, C. 2014. *Políticas para a educação profissional no Brasil: os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e a educação integral*. Pouso Alegre: IFSuldeMinas.
- Pacheco, E. M., L. A. C. Pereira, e M. D. Sobrinho. 2010. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. *Linhas Críticas* 16(30):71-88.
- Pacheco, E. 2011. Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica, in *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Organizado por E. Pacheco, pp. 13-32. São Paulo: Moderna.
- Peirano, M. 2014. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos* 20(42):377-391. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>.
- Pollak, M. 1989. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos* 2(3):3-15.
- Ricoeur, P. 1994. *Tempo e narrativa (tomo 1)*. Campinas, SP: Papyrus.
- Ricoeur, P. 2012. Entre tempo e narrativa: concordância/discordância. *Kriterion* 53(125):299-310. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-512X2012000100015>.
- Rocha, A. L. C., e C. Eckert. 2013. *Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. Porto Alegre: Marcavísal.
- Santo Agostinho. 1973. *Confissões*. São Paulo: Abril.
- Santos, M. S. 2003. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume.
- Saviani, D. 2003. O choque teórico da politécnica. *Trabalho, Educação e Saúde* 1(1):131-152. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>.
- Saviani, D. 2007. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de*

Educação 12(34):152-165. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>.

Saviani, D. 2015. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. Campinas: Autores Associados.

Vidor, A., C. Rezende, E. Pacheco, e L. Caldas. 2011. Institutos Federais: Lei nº 11.892 de 29/12/2008 - comentários e reflexões, in *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Organizado por E. Pacheco, pp. 47-113. São Paulo: Moderna.

A CONSTRUÇÃO DAS FEMINILIDADES NOS DISCURSOS DAS AGENTES PENITENCIÁRIAS DO INSTITUTO PENAL DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL, BRASIL

Daniel Attianesi

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul | Campo Grande - MS - Brasil

submissão: 01/03/2019 | aprovação: 03/05/2019

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as percepções das agentes penitenciárias do Instituto Penal de Campo Grande (IPCG) sobre a relação entre as ideias de feminilidade e o trabalho decorrente de suas profissões, presente em seus imaginários e suas narrativas. Busca-se aqui uma proximidade entre esses conceitos, pensando na construção da feminilidade por meio do espaço de uma “instituição total” e de um ambiente marcado pela masculinidade dos detentos. A proposta é entender o gênero feminino como um processo em construção de uma identidade tanto de si quanto percebida pelos outros. Aqui, a identidade social é entendida como algo que se forma a partir de determinada profissão e das condições demarcadas por ela. Destacamos o IPCG como foco pelo caráter excludente das diversas relações sociais dos sujeitos e pelo papel de ambiente reconhecidamente masculinizado. Recorremos aos conceitos de feminilidade performativa, de Judith Butler, de instituição total, de Erving Goffman, e de identidade profissional, de Pedro Bodê.

Palavras-chave: feminilidades; prisão; gênero; agentes penitenciários.

THE CONSTRUCTION OF FEMININITIES IN THE DISCOURSE OF THE PENITENTIARY AGENTS OF THE PENAL INSTITUTE OF CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL, BRAZIL

ABSTRACT

This article aims to analyze the perceptions of penitentiary agents of the Penal Institute of Campo Grande (IPCG) on the relation between the ideas of femininity and the work resulting from their professions, present in their imaginaries and narratives. We seek a proximity between these concepts, thinking of the construction of femininity by the space of a “total institution” and an environment marked by the masculinity of inmates. The proposal is to understand the female gender as a process in the construction of an identity both of itself and perceived by others. Social identity is understood as something formed from a particular profession and the conditions demarcated by it. We emphasize the IPCG as focus for the exclusionary character of diverse social relations of the subjects and for the role of recognized masculinized environment. We turn to the concepts of Judith Butler’s performative femininity, Erving Goffman’s total institution, and Pedro Bodê’s professional identity.

Keywords: femininities; prison; gender; penitentiary agents.

LA CONSTRUCCIÓN DE LAS FEMINIDADES EN LOS DISCURSOS DE LAS AGENTES PENITENCIARIAS DEL INSTITUTO PENAL DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL, BRASIL

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar las percepciones de las agentes penitenciaras del Instituto Penal de Campo Grande (IPCG) sobre la relación entre las ideas de feminidad y el trabajo derivado de sus profesiones, presente en sus imaginarios y sus narrativas. Se busca una proximidad entre esos conceptos, pensando en la construcción de la feminidad en el espacio de una “institución total” y de un ambiente marcado por la masculinidad de los detenidos. La propuesta es entender el género femenino como construcción de una identidad para sí y percibida por los demás. La identidad social es entendida como algo que se forma a partir de determinada profesión y de las condiciones determinadas por ella. Destacamos el IPCG como foco por el carácter excluyente de las diversas relaciones sociales de los sujetos y por el papel del ambiente reconocidamente masculinizado. Recurrimos a los conceptos de feminidad performativa de Judith Butler, de institución total de Erving Goffman, y de identidad profesional de Pedro Bodê.

Palabras clave: feminidades; prisión; género; agentes penitenciaros.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre a construção da feminilidade a partir do ponto de vista das agentes penitenciárias, resultante de uma pesquisa com viés etnográfico, realizada entre novembro de 2017 e abril de 2018 na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, no Instituto Penal de Campo Grande (IPCG). O objeto deste texto são as práticas discursivas dos agentes penitenciários do IPCG. Ao privilegiar o discurso dos agentes, problematizo a identidade feminina, por meio da concepção dos sujeitos sobre a relação entre o seu trabalho e a “feminilidade”¹, que se apresenta em diferentes formas através das quais os agentes vivenciam suas identidades e as relacionam com questões sobre gênero.

A proposta deste artigo filia-se à perspectiva teórica dos estudos sobre gênero, por meio da discussão sobre a construção social da feminilidade, e privilegamos os discursos de si, para si e em si, assim como as experiências dos sujeitos. No campo do gênero, essa proposta ganha relevância a partir do deslocamento que faz quanto ao foco tradicional de estudos sobre o gênero feminino², a fim de realizar uma ampliação do escopo de investigação sobre a temática desta área. Assim, o artigo acompanha a progressiva contraposição a teorias essencialistas, as quais procuram, no sujeito biológico, as “marcas” que buscam definir seu gênero, através do desenvolvimento de teorias

que pensam este aspecto enquanto uma construção social performática.

A análise aqui é orientada por dois eixos conceituais, que perpassam todo o trabalho: a feminilidade e o ambiente da prisão. Desenvolvo-os à medida que me ajudam a pensar sobre os dados e a tecer algumas interpretações acerca da constituição da “feminilidade” e das especificidades do campo no qual os participantes da pesquisa se encontram imersos em suas relações cotidianas.

Esses dois eixos principais mostraram-se potentes depois que conheci a análise realizada por Marcelo Campos & Marcos Alvarez (2017:143), acerca dos “estudos no âmbito da punição e as prisões”. Este texto ajudou-me a pensar em que subcampos dos estudos de violência e de punição das ciências sociais este trabalho se adequava e sobre como ter uma percepção inédita em relação ao que vinha sendo trabalhado na área. Busco também dialogar com outro autor cuja obra já se tornou leitura obrigatória para aqueles que pretendem se debruçar sobre a temática das prisões: Erving Goffman (2015[1961]), em “Manicômios, prisões e conventos”. Além disso, a referência a essa literatura ajudará na compreensão da instituição penitenciária como um todo.

No eixo sobre a feminilidade, foi relevante para a pesquisa o debate realizado por Isadora Lins França & Regina Facchini (2017), sobre o movimento atual no âmbito dos estudos de gênero no Brasil.

1 Aqui, busca-se pensar a feminilidade não como um atributo natural das mulheres, mas sim como um ato performático de determinada constituição de “mulher” que nossa sociedade possui. Neste artigo, aprofundaremos essa questão com os estudos de Judith Butler, mais à frente.

2 Os estudos brasileiros sobre gêneros surgem de pesquisas sobre mulheres, por isso grande parte da área de gênero foca-se nas questões sobre “feminilidades”. Aqui, buscamos deixar claro que gênero não diz respeito apenas às mulheres, mas também aos homens, que se constituem a partir de diversas “masculinidades”.

Elas destacam o aprofundamento das pesquisas sobre gênero a partir da intersecção com diversos marcadores sociais da diferença como uma questão em ascensão dentro da área de estudo. A partir dessa perspectiva interseccional, consigo pensar na articulação entre os marcadores sociais da diferença (raça, classe, geração e educação) e a categoria de gênero (entre os espectros masculinos e femininos) no espaço do IPCG.

Neste artigo, o conceito de gênero é utilizado como ferramenta para a análise das práticas sociais relacionadas à constituição das “mulheres” e de seus significados para as participantes da pesquisa. Utilizo-me desse conceito a partir de elaborações críticas realizadas no âmbito da antropologia nos anos noventa. Esses trabalhos privilegiam a problematização referente à questão de oposição entre o masculino e o feminino. Tal problematização não prevê apenas a consideração dessa oposição como construção cultural discursiva, mas também inclui as reflexões sobre a forma como elas são constituídas em homologia a outras oposições, tais como público/privado, natureza/cultura e paternidade/maternidade.

Tendo isso em mente, utilizei como base algumas formulações presentes na obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, de Judith Butler (2003). Butler (2003:13) busca “observar o modo como as fábulas de gênero estabelecem e fazem circular sua denominação

errônea de fatos naturais”, o que me fez pensar nas masculinidades e nos discursos sobre este assunto enquanto estava em campo. Esta autora já se tornou clássica nos estudos de gênero a partir da perspectiva demonstrada, mesmo com o pouco tempo de sua obra, na qual é possível observar uma percepção bastante comum para a terceira onda do movimento feminista³ recorrente em sua época.

Os dados foram coletados por meio das técnicas de observação participante e de entrevistas semiestruturadas, realizadas em visitas programadas⁴ ao IPCG. A observação participante foi realizada no início do campo como forma de conhecer a rotina dos funcionários e o ambiente da instituição total. Em um segundo momento, foram realizadas as entrevistas com cinco agentes penitenciários (sendo quatro identificados como mulheres e um como homem), em seus horários de trabalho, no turno diurno, em suas salas. As entrevistas foram feitas de forma individual, com gravação consentida por parte dos participantes.

Este artigo está dividido em três partes. Na primeira, é apresentado o campo de estudo, bem como sua contextualização, no sentido em que ele produz os sujeitos que são o foco deste trabalho. Nesta parte, é realizada uma análise mais macro e de caráter teórico para entender o campo investigado, assim como as questões maiores em voga no sistema penitenciário

3 As ondas feministas são entendidas como as gerações dos projetos feministas, muitas vezes controversas nos níveis teórico e prático. Para aprofundar o debate sobre o desenvolvimento das ondas e suas categorias, ver Adriana Piscitelli (2002).

4 As visitas foram programas de acordo com a disponibilidade do agente específico que iria ser entrevistado no dia, assim como segundo os horários e as regras explicitadas pelo diretor do presídio para a realização da pesquisa naquele ambiente.

brasileiro, as particularidades do estado do Mato Grosso do Sul e uma breve reflexão sobre a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado (AGEPEN). Esses temas são discutidos por meio das ideias de Erving Goffman e de Michel Foucault a respeito de suas compreensões sobre a prisão.

Na segunda parte, adentro a questão da profissão do agente penitenciário em si e o estigma que a acompanha de forma corriqueira. Utilizei, para tanto, a obra “Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários”, de Pedro Moraes (2005), que aborda a construção da identidade dos agentes penitenciários nos presídios do Paraná. Também consultei Goffman (1988), em sua obra “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”. Dessa forma, juntei a questão do estigma do trabalho com as especificidades que um campo de atuação, como a prisão, tem sobre a formação da identidade desses agentes.

Na terceira e última parte, refleti sobre a questão da construção de gênero, como o momento a ser pensando depois de falar sobre a prisão e a profissão estigmatizada. Para isso, analisei a compressão de gênero a partir da obra de Butler (2003), acompanhada pelas falas de algumas agentes penitenciárias, entrevistadas durante o campo, as quais trataram da questão de seu gênero dentro desse ambiente específico. Neste tópico, são ponderadas as dificuldades, as diferenças e as expectativas que as mulheres agentes possuem decorrentes de sua condição

generificada em um presídio de segurança média masculino.

2. TORNANDO A PRISÃO UM CAMPO: O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO, O MATO GROSSO DO SUL E A AGEPEN

A minha primeira lembrança sobre o começo do campo no “instituto” foi o barulho dos portões se fechando. Ao olhar para frente ou para trás, me vi rodeado por uma fileira de grades. Era o primeiro passo, ao adentrar o Instituto Penal de Campo Grande (IPCG), reconhecido como um espaço carcerário de excelência em Mato Grosso do Sul⁵. Já no nome, podemos notar certo tom higienizante, depois confirmado pela pesquisa de campo. No instituto, raramente ouvi as palavras cadeia, prisão ou presídio para referir-se à instituição. Apesar dessa particularidade, essa valoração não importa para o recém-chegado. Ao chegar ali, me senti, claramente, preso.

Diferentemente da frieza com que Goffman (2015[1961]) trata as “instituições totais”, o IPCG não se mostra nada frio e rígido. O universo institucional presente no instituto penal mostra-se sempre em mudança, com variações quase diárias de temperamento e ambientação. Os sujeitos se encontram emaranhados em diversas relações de poder, que tencionam práticas e agenciamentos internos. A partir do trabalho etnográfico, com idas semanais ao estabelecimento penal, busquei, por meio da observação participante, com foco nos detalhes do cotidiano dessas vidas que por ali passam, as tessituras que constituem a identidade de gênero dos que ali estão, bem como seus

⁵ Ideia percebida durante o trabalho de campo tanto entre os funcionários da AGEPEN sede quanto entre os funcionários da AGEPEN no IPCG e, curiosamente, também por parte dos detentos do estabelecimento penal.

agenciamentos em torno de diversas formas de construções das masculinidades e feminilidades.

O sistema penitenciário brasileiro é entendido como o conjunto de unidades de regime aberto, fechado e semiaberto, masculinas e femininas, incluindo também os ambientes em que o interno ainda não foi condenado, sendo eles chamados de estabelecimentos penais. É nesse sentido que o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) faz a pesquisa que resulta no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o Infopen.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), do Ministério da Justiça, é responsável pela formulação da política carcerária. Entre suas funções, buscamos ressaltar a de “propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito, administração da Justiça Criminal e execução das penas e das medidas de segurança” e o de “contribuir na elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo as metas e prioridades da política criminal e penitenciária”, de acordo com Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Brasil 1984).

De quatro em quatro anos, o CNPCCP elabora o Plano Nacional de Política Criminal, como colocado na segunda de suas atribuições ora mencionadas. O atual está em vigor desde 2015. Nesse documento, estão diversas medidas que deverão influenciar as políticas dos estados da federação a respeito da situação do sistema penitenciário. Entre as diversas medidas progressivas que podemos citar, está a busca por medidas alternativas penais, uma prisão provisória sem abusos, a implementação dos direitos das pessoas com transtornos mentais em

situação prisional, a redução do encarceramento feminino e o reconhecimento do racismo como elemento estrutural do sistema punitivo.

Abaixo do CNPCCP, há três instâncias⁶: o Juízo da Execução, responsável pela execução da pena ao infrator e sua cabível punição; o Ministério Público (estadual e federal), que tem o dever de fiscalizar a pena e a medida de segurança, assim como cuida das condições dos internos no estabelecimento penal; por último, há o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o órgão executivo do CNPCCP, responsável pelo acompanhamento da aplicação das normas de execução penal em todo o território nacional, assim como por administrar os presídios federais pelo país.

Em uma sequência hierárquica, é preciso destacar as instâncias estaduais. Um órgão importante é o Conselho Penitenciário Estadual, responsável pela emissão de indultos e comutação de penas, bem como pela inspeção dos estabelecimentos e de serviços penais. É preciso ressaltar que existem especificidades de cada estado. Em Mato Grosso do Sul, há a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN), responsável pela administração e organização de todos os presídios do estado. Através da agência é que foi requerido e realizado o processo burocrático para o desenvolvimento da pesquisa. Por fim, nessa estrutura toda, temos a direção do IPCG, que, como veremos a seguir, possui suas formas específicas de atuação e de cumprimento das regras dos demais órgãos. A Figura 1 mostra como a legislação vigente hierarquiza cada órgão até a chegada do IPCG.

6 Para mais informações sobre as atribuições de cada um desses órgãos, ver a Lei de Execução Penal, em Título III, “Dos órgãos da execução penal” (Brasil 1984).

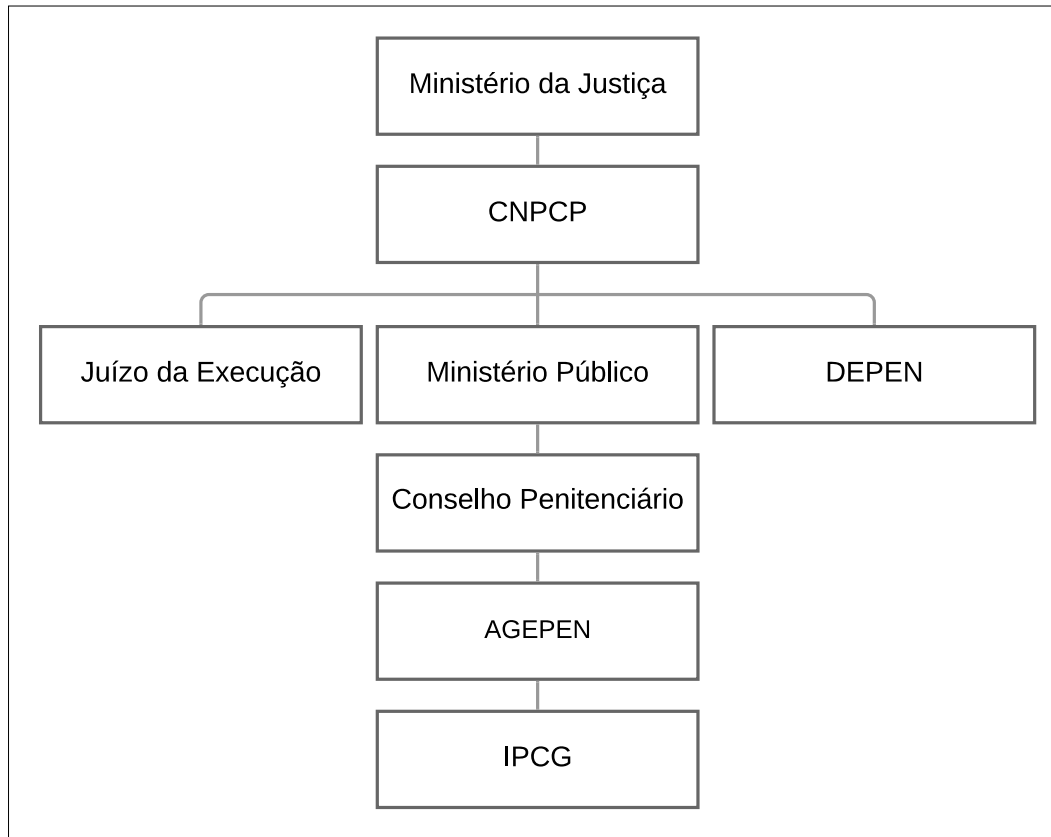


Figura 1 – Hierarquia institucional do sistema penitenciário brasileiro até o IPCG.
Gráfico elaborado por Daniel Attianesi.

No que diz respeito, especificamente, ao estado de Mato Grosso do Sul, segundo os dados do Infopen, são 18.688⁷ pessoas encarceradas. Esses mesmos números contam que 16.614 são homens e 1.465 são mulheres. A partir dessas informações, é possível ter uma noção da disparidade de gênero nas prisões do Mato Grosso do Sul⁸. Para cada mulher presa, existem onze homens atrás das grades. E, desse total de presos, 32,4% de internos

dentro do sistema penitenciário ainda não foram condenados pelas instâncias legais.

Atualmente, o estado do Mato Grosso do Sul conta com 47 unidades penais, localizadas em 19 cidades, sendo Campo Grande a que mais possui unidades, no total de dez. Entre essas, estão os estabelecimentos de regime fechado femininos e masculinos, assim como os de regimes mais brandos, como o Centro Penal Agroindustrial da

7 Apesar de ser o décimo estado com maior quantidade de população prisional, Mato Grosso do Sul é o que possui a maior taxa de aprisionamento por unidade da federação (presos por população) de todo o país, com o número de 696,7 para cada 100 mil habitantes (Santos 2017).

8 Esse índice de Mato Grosso do Sul é menor em relação à disparidade de gênero nacional, em que, para cada mulher, são quinze homens presos (Santos 2017).

Gameleira. Todas essas unidades penais são de responsabilidade da AGEPEN.

A AGEPEN é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). Sua fundação ocorreu em 1 de janeiro de 1979, dia em que o estado foi oficialmente criado na federação, sob a primeira denominação de Departamento do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul (DSP). A atual designação foi adotada em outubro de 2000. Sua missão, de acordo com o *site* oficial (AGEPEN 2018), é de administrar o sistema penitenciário estadual, que assegura a custódia dos presos provisórios e sentenciados, bem como a execução das penas de prisão. A agência busca a promoção da ressocialização e da reintegração do sentenciado quando do seu regresso à sociedade.

Este órgão divide sua função entre três setores: 1) administração e finanças; 2) assistência e perícia; 3) segurança e custódia (que seriam entendidos popularmente como os carcereiros). Durante a pesquisa, foram entrevistados funcionários das três áreas, sendo a grande maioria (três dos cinco entrevistados) lotada na área de assistência e perícia: duas psicólogas e uma assistente social. Cada área possuiria sua função dentro do sistema penitenciário sul-mato-grossense.

O primeiro setor é o de administração e finanças, uma atividade que requer qualificação em nível superior, dentro das áreas de direito, administração, economia, ciências contábeis e análise de sistemas e estatísticas, sendo responsável pelos serviços de administração dos recursos humanos, materiais e patrimoniais, orçamentários e financeiros, inspeção, supervisão, fiscalização de serviços terceirizados, contratos, controle

e acompanhamento de contratos e convênios, elaboração de parecer, análises, estudos, coletas de informações, orientação, divulgação dentro de sua área de atuação. Esse setor no IPCG é o que está mais distante dos detentos e da prisão em si, com responsabilidades mais relacionadas com questões administrativas e burocráticas quanto ao funcionamento do presídio. O contato com os internos é feito apenas de maneira indireta e, às vezes, nas questões jurídicas dos casos de cada interno.

O segundo setor é o de assistência e perícia, composto também por profissionais com qualificação em nível superior, mas dentro das áreas de psicologia, serviço social, pedagogia, direito e ciências sociais, os quais são responsáveis pelos serviços afeitos à realização de exames gerais e criminológicos, perícias, formulação e acompanhamento de programas de tratamento, elaboração de prognósticos, emissão de pareceres, sempre tendo em vista os limites legais e regimentais da organização penitenciária. Dentro da unidade penal, este seria o setor que tem o contato mais “íntimo” com os internos, sendo os profissionais que mais escutam as demandas dos detentos e que trabalham diretamente com eles, individualmente ou em grupos pequenos. Para Foucault (2012), é neste setor que estaria a legitimidade científica do aparelho penal, no sentido de uma “recuperação” ou “ressocialização” do interno para a volta do convívio em sociedade, o que seria uma das tarefas fundadoras da prisão.

O terceiro e último setor é composto pela área de segurança e custódia. O requisito para atuar nele ainda é ter diploma de ensino superior, mas sem nenhuma especificação de algum curso em especial.

Esses profissionais são responsáveis pelo trabalho tradicional da prisão, no sentido de vigilância, segurança e disciplina penitenciárias, devendo atendimento, orientação e acompanhamento dos presos nos diversos regimes de execução penal, tudo de acordo com a legislação, os regimentos, as ordens e os programas de tratamento em vigor. No IPCG, essa área é a que comporta a maior concentração de profissionais do sexo masculino. Eles são os “protetores da cadeia”, os “pais da instituição”. Muitos dos profissionais desse segmento consideram-se como os mais “importantes”, o que gera conflito com as outras duas áreas já mencionadas.

Aqui, nossas leituras são agregadas, pois enfocarão a especificidade do campo enquanto um estabelecimento prisional, utilizando Foucault e Goffman. Para isso, utilizamos a obra “Manicômios, prisões e conventos”, de Goffman (2015[1961]), focando principalmente o conceito de instituição total e a questão dos dirigentes da instituição, em razão de os agentes penitenciários serem o centro da pesquisa que desenvolvi. Acreditamos, ainda, ser importante a realização de uma análise quanto ao contexto histórico da instituição prisão, por isso adotamos a obra, já clássica, de Michel Foucault (2012), “Vigiar e punir”⁹.

A obra de Goffman (2015[1961]) é importante para compreender o Instituto Penal de Campo Grande como uma “instituição total”, bem como seus conceitos auxiliam na análise das relações

entre os detentos do instituto penal e os agentes penitenciários, na classificação de internos e dirigentes, além de possibilitar pensar sobre os efeitos que a prisão costuma produzir nos sujeitos que ali estão. Dentro dos cinco agrupamentos definidos pelo autor para separar as “instituições totais”, o IPCG poderia ser encaixado no terceiro tipo – “organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias” (Goffman 2015[1961]:17). Nesses locais, todos os aspectos da vida seriam realizados em um só lugar e sob uma única autoridade, representados pelos funcionários da AGEPEN.

Para Goffman (2015[1961]), a base de todas as “instituições totais” seria o caráter que elas têm de controle de muitas necessidades humanas por meio de uma organização burocrática dos internos, e disso recorreram várias consequências. Teríamos a questão da vigilância – algo que também aparece no trabalho de Foucault (2012) –, aspecto que busca condicionar todos os internos para que “façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros” (Goffman 2015[1961]:18). Aqui, temos um pequeno¹⁰ contingente de funcionários da AGEPEN que estaria controlando um número

9 Tanto a obra de Goffman (2015[1961]) quanto a de Foucault (2012) são revistas de forma crítica na dissertação de mestrado da qual esse artigo foi originado, ainda em fase de produção.

10 De acordo com o Santos (2017), há uma defasagem de agentes penitenciários (apenas considerando os de segurança e custódia, segundo a separação da AGEPEN) no estado de Mato Grosso do Sul, havendo a proporção de um agente para 18,6 internos. Este número é alarmante, segundo Resolução de 2009 do CNPCP, que indica que a proporção deveria

muito maior, a chamada massa carcerária. Outra questão seria a divisão básica, quase antagônica, entre a posição dos agentes e dos internos. Goffman (2015[1961]:20) diz que até mesmo a edificação e o seu nome seriam, devido a essa divisão, entendidos como algo que pertence à equipe dirigente.

No capítulo “Mundo dos dirigentes”, Goffman (2015[1961]) traz a questão de como o objeto de trabalho dos agentes penitenciários são as próprias pessoas dentro da “instituição total”. Com isso, ele quer nos dizer que esses internos podem acabar “adquirindo características de objetos inanimados”, fazendo com que

[...] os maus tratos em objetos animados ou inanimados podem [possam] deixar marcas visíveis para os supervisores. Assim como um artigo que está sendo fabricado numa indústria precisa ser acompanhado por uma papeleta que mostre o que foi feito por cada um, e quem teve a responsabilidade final por ele, também um objeto humano [...] (Goffman 2015[1961]:70).

Nesse sentido, os funcionários da AGEPEN possuem parte da responsabilidade sobre as vidas dos internos, que serão o foco de seu trabalho dentro da prisão. Dessa forma, a instituição troca a liberdade do interno pela garantia de uma segurança tutelada pelo Estado, algo que nem sempre é possível de ser realizado, em razão da condição das prisões na realidade brasileira. Há mais uma questão levantada por Goffman (2015[1961]) nessa

parte do texto referente aos membros da equipe dirigente, os quais, diferentemente dos internos, possuem certo “*status* e relações” com o mundo externo à prisão, o que deve ser considerado em sua função dentro do estabelecimento.

Dessa forma, os funcionários são constantemente lembrados de sua posição – que, como veremos a seguir, acaba sendo estigmatizada pela sociedade –, de suas obrigações e quanto aos direitos das pessoas que estão sob sua “vigia”. Esse tipo de cobrança é feito não apenas pelos “seus superiores hierárquicos, mas também por várias agências [como demonstrado na Figura 1] da sociedade mais ampla e, muitas vezes, pelos parentes do internado” (Goffman 2015[1961]:72). Isso se mostra muito perceptível principalmente para os agentes penitenciários que eram do setor da assistência e da perícia, onde havia assistentes sociais e psicólogas do IPCG. Com essa posição, elas possuem contato direto com os familiares dos internos, e fazem/controlam o diálogo entre o interno e os familiares. Fora dos dias marcados de visita, essas profissionais são alertadas pelos familiares para “cuidarem ou ficarem de olho em determinados internos”(comunicação pessoal, 08 nov. 2017), de acordo com uma agente.

Esse tipo de situação entra no que o autor entenderia como um “constante conflito entre padrões humanitários, de um lado, e eficiência da instituição, de outro” (Goffman 2015[1961]:73). Dentro disso, Goffman (2015[1961]:76) ressalta que, em algumas situações específicas, os agentes penitenciários podem ser “obrigados a ‘maltratar’

ser de “1 agente para cada 5 pessoas presas como padrão razoável para a garantia da segurança física e patrimonial nas unidades prisionais, a partir de parâmetro oferecido pela Estatística Penal Anual do Conselho da Europa, data-base 2006” (Santos 2017:48).

tais pacientes, e criam, de si mesmos, uma imagem de pessoas duras e autoritárias”, como uma forma de controlar a situação dentro da instituição. É nesses momentos que “o controle emocional [torna-se] extremamente difícil para as pessoas da equipe dirigente” (Goffman 2015[1961]:76).

No que diz respeito às ideias de Michel Foucault (2012), é perceptível uma diferença na abordagem em relação à de Goffman (2015[1961]). Esses olhares distintos no que tange à prisão foram positivos para entender melhor o IPCG. Enquanto Goffman faz uma análise geral de diversas instituições totais em seu tempo, Foucault utiliza o processo genealógico¹¹, buscando, a partir de uma história de formação das prisões, analisar as relações entre o saber-poder que está por trás da constituição desses espaços.

Os dois autores aproximam-se na compreensão da categorização da prisão como instituição completa em si. Para Foucault (2012:217), a “forma-prisão pré-existe à sua utilização sistemática nas leis penais”. Nesse sentido, a própria prisão existiria antes mesmo de sua formalização nos códigos penais enquanto uma modalidade de punição adequada. Então, “a forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, por meio de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição-prisão” (Foucault 2012:217). Ainda assim, o autor reconhece que a

prisão, no conjunto de punições possíveis, marcaria um momento central na história da justiça penal no Ocidente. O que marcaria a prisão, nesse sentido, seria seu duplo fundamento, que consiste do aparato “jurídico-econômico”, por um lado, e “técnico-disciplinar”, por outro. Para o autor, esse primeiro aparato seria jurídico, sendo constituído por meio do processo legal de punição. Ele buscaria punir os indivíduos. A prisão, em si, seria o aparato técnico-disciplinar dos corpos dos internos.

Para Foucault (2012), a prisão é um “aparelho disciplinar exaustivo”. Ela deve “tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições”(Foucault 2012:222). O autor percebe o exercício do poder disciplinar¹², especialmente a partir da ação dos dirigentes no que diz respeito à repressão e ao castigo dos internos. O primeiro ponto, para ele, seria o de que a prisão busca o “isolamento do condenado em relação ao mundo exterior, a tudo o que motivou a infração, às cumplicidades que a facilitaram” (Foucault 2012:222). Quando fala que a pena deveria ser individualizante, logo me lembro do trabalho de campo, pois é parte do processo de admissão do interno ao IPCG e também parte do trabalho dos profissionais de psicologia do instituto penal.

11 Como forma de analisar as relações entre saber-poder, Foucault utiliza esse método a partir da noção de dispositivo, que ele conceituou como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (Foucault 2017:364). Portanto, a categoria dispositivo é um operador metodológico que auxilia na análise das práticas discursivas de poder e de subjetivação.

12 Apesar de ser um poder total, sempre existe resistência por partes dos internos, tanto que Foucault (2017:10) afirma que “onde há poder há resistência e, no entanto, essa nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. Goffman (2015[1961]:22), por seu turno, diz que “as instituições totais não deixarão de enfrentar resistências”.

O segundo ponto para o autor seria a questão do trabalho prisional. Nesse sentido, deve-se “fazer nascer neles o desejo de trabalhar, diferenciando o destino dos que se ocupam e dos detentos que querem permanecer ociosos. Os primeiros serão mais nutridos, mais bem acomodados que os segundos” (Real 1816 apud Foucault 2012:226). Isso também foi observado no campo, na medida em que os internos que trabalham no IPCG ficam em solários diferentes dos outros.

No terceiro ponto, Foucault nos mostra que a prisão:

[...] excede a simples privação de liberdade de uma maneira mais importante. Ela tende a se tornar um instrumento de modulação da pena: um aparelho que, através da execução da sentença de que está encarregado, teria o direito de retomar, pelo menos em parte, seu princípio [...]. Assim para duração do castigo: ela permite quantificar exatamente as penas, graduá-las segundo as circunstâncias, e dar ao castigo legal a forma mais ou menos explícita de um salário (Foucault 2012:230-231).

Nesse sentido, apesar de o autor notar que essa medida não se encontrava presente nas prisões dos séculos XIX ou XX, mesmo com a tentativa de alguns responsáveis pela administração penitenciária da época (Foucault 2012:230), ela já parece estar presente no século XXI. No próprio IPCG, existem formas em que o detento conseguiria diminuir sua própria pena, dependendo de seu comportamento na instituição, por exemplo, a cada 12 horas na escola um interno “recupera” um dia de sua pena. Ocorre o mesmo com o trabalho:

a cada três dias trabalhados, há redução de um dia da pena. Até mesmo a leitura de livros pode oportunizar redução da pena para o interno: cada livro lido resulta na remissão de quatro dias. Essa é uma forma de individualizar ainda mais a pena de cada interno, “não é a partir do indivíduo-infrator, sujeito jurídico de seu ato, autor responsável do delito, mas a partir do indivíduo punido, objeto de uma matéria controlada de transformação” (Foucault 2012:231). Dessa forma, compreende-se que a gravidade do ato do interno não teria nada a ver com a sua chance de “recuperação”.

3. PENSANDO OS AGENTES COMO ESTIGMATIZADOS

Nesta parte do artigo, mais breve do que as demais, o foco são as identidades dos agentes penitenciários, em decorrência de sua atividade profissional nos estabelecimentos penais, bem como faço uma discussão referente à forma com que essa mesma identidade pode ser estigmatizada dentro de nossa sociedade atual. Aqui, faço uma discussão mais teórica como auxílio para desenvolver a análise das narrativas de meus interlocutores no decorrer da pesquisa.

A princípio, é necessário demarcar que a identidade dos agentes penitenciários surge devido à especificidade de seu trabalho. Logo, pensamos aqui em uma identidade social que se forma a partir de determinada profissão e das condições demarcadas por ela. Em nossa sociedade, o trabalho possui grande importância, como afirmado por Castel (1998:578 apud Moraes 2005:199): “[...] o trabalho ‘continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente

e simbolicamente dominantes”’. Há, com isso, a formação de uma identidade pessoal dos interlocutores a partir de sua profissão e do lugar que ela ocupa na instituição prisional, pois ela

[...] permite aos sujeitos falarem ou sentirem ‘mudanças’ e ‘permanências’, ou então, falarem e sentirem ‘estações’ e ‘idades’ [...] [que] enfatiza valores que instauram e fazem perseverar e que também, eventualmente, fazem desistir, conformar-se, rebelar-se ou mudar. Sempre, porém [...], por mais complexo e contraditório que seja, fornece significação e, portanto, ‘universo’ aos sujeitos” (Duarte 1986:11 apud Moraes 2005:215).

Para começarmos a compreender essa identidade do agente, precisamos voltar um pouco na ideia de “instituição total”, apresentada na seção anterior deste artigo. Assim como os internos, os agentes também acabam por conviver de maneira parecida dentro dessa instituição, mas, para os profissionais, a instituição não parecia tão “total” quanto para os internos que lá vivem. A primeira separação identitária que o agente costuma fazer é exatamente em relação aos sujeitos que estão ali. Logo, os agentes penitenciários precisam se diferenciar dos presos. Nesse sentido, eles começam a se ver como os “trabalhadores”, enquanto os presos seriam “vagabundos” ou “marginais” que estão querendo “ganhar a vida de maneira fácil”. Essa é uma distinção clássica¹³, muito comum nas camadas populares da cultura brasileira.

Apesar de haver essa separação cabal por parte dos agentes penitenciários, eles têm que passar por algo muito parecido com o que os internos novos vivem ao adentrar na “instituição total”. Estamos falando aqui da pressão inicial que o próprio ambiente prisional traz nas relações sociais dos indivíduos no campo. Nesse contexto, os agentes “precisam também [como os presos] muito rapidamente entender a dinâmica da prisão, principalmente apreender, para fins de manutenção da ordem” (Moraes 2005:221). A partir dessa questão, Moraes (2005:222) também fala sobre o processo de “familiarização” que os agentes penitenciários vivem e, em razão de sua profissão, devem a todo momento permanecer atentos e em alerta no ambiente em que estão. Como podemos notar na transcrição abaixo, extraída de um relato de um dos agentes no campo do IPCG:

Aqui é um lugar que você se acostuma, e acha que é um lugar normal, pensa que está na igreja trabalhando. Mas você está num lugar que pode acontecer qualquer coisa. Então você está normal, a gente sai, vai almoçar. Mas qualquer som, parece que o ouvido é treinado. Um som que você ouviu que não é normal, a gente já sai. Sempre em alerta, então hoje alguém estava assoviando mais forte lá em baixo, estava eu e mais os dois diretores conversando, quando ouvimos o assovio, os três pararam e ficaram em prontidão para descer. Então você pode estar fazendo o que tiver, eu estou conversando com você, mas eu estou ouvindo tudo que está

13 Indicamos a obra de Alba Zaluar (1994:51), que nos mostra como a “separação entre trabalhadores e bandidos faz parte do processo social de construção da identidade de trabalhador”.

acontecendo. E um apito é a pior coisa que tem para gente (comunicação pessoal, 20 nov. 2017, grifos meus).

Nesse sentido, tanto no que foi registrado em campo nesta pesquisa quanto com base em Moraes (2005:226), percebemos quão “paradoxal e dramático caso em que se familiarizar indica um tipo de rotina que significa pôr-se permanentemente alerta e em guarda”. A prisão é onde o silêncio e a quietude podem ser ironicamente sinais de algo não estar certo com a massa carcerária. Esse tipo de atribuição dos agentes penitenciários não aconteceria sem a alteração de vida desses sujeitos, sob constante pressão, dentro da escolha profissional que fizeram.

A vida desses profissionais é afetada por esse contexto até mesmo fora da prisão, tornando a rotina extracárcere mais difícil e estressante. No campo, ao perguntarmos sobre como a cadeia afeta as suas relações fora do espaço prisional, muitos dos agentes falaram a respeito de seu comportamento com os filhos ou as esposas e os maridos, no sentido de haver uma preocupação por parte desses familiares sobre as questões de segurança do próprio agente. Também relataram que buscam ter cuidado para não tratar a família ou a rotina de vida em casa como se estivessem na prisão, lidando com os internos, onde agem de forma mais agressiva ou mantêm-se sempre em alerta com o ambiente onde estão. Nisso, podemos entender, a respeito da relação entre o trabalho e a família, que:

[...] a trama complexa dessa interface, numa visão preliminar, deixa entrever uma via de mão dupla: de um lado,

há o fluxo em que a subjetividade desloca experiências familiares para o mundo do trabalho; de outro a corrente que transporta para a vida familiar determinações emanadas do trabalho. Mas os dois fluxos se entrecruzam muitas vezes, ao mesmo tempo em que dão lugar a dinâmicas pelas quais se realimentam reciprocamente (Seligmann-Silva 1994:197 apud Moraes 2005:232, grifos meus).

Dessa forma, por meio da pauta das relações extramuro que entramos na questão do “estigma” trazido pela profissão de agente penitenciário. Aqui, adentramos mais uma vez na obra de Goffman (1988), livro no qual o autor conceitualiza a questão do que é estigmatizado em nossa sociedade. Para esse autor, o “estigma” consistiria em um “atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos [...], ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso” (Goffman 1988:6). Nesse sentido, Goffman (1988) nos mostra que este aspecto não é um atributo essencial em si, mas que está dentro das relações dos sujeitos específicos, não havendo, dessa forma, um “estigma” tão generalista.

Na ideia do autor, esse conceito seria dividido em três tipos específicos: o primeiro seria o das “abominações do corpo”, que se referem às deformidades físicas no geral, como amputações, paralisias, cegueira e outros atributos nesse sentido; o segundo tipo, aquele mais adequado a pensarmos sobre os agentes penitenciários, é o das “culpas de caráter individual” – o sujeito é percebido com certa posição desonesta na sociedade, vindo de um ambiente que seria

considerado “sujo” e com pessoas “erradas” (a prisão seria um lugar desses) –; o terceiro tipo é o dos “estigmas tribais de raça, nação e religião”, nos quais normalmente estariam inseridos aspectos relativos a famílias, passando por discussões que giram em torno de questões “de sangue”.

A partir da percepção desse “estigma” pelos sujeitos do entorno, os indivíduos realizariam vários tipos de “discriminações”, pois “[...] tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original” (Goffman 1988:8). Com isso, o agente penitenciário percebido enquanto tal seria tratado de forma diferente, visto como degradante ou com menos estima social. Podemos perceber isso no relato a seguir, dado por uma agente penitenciária em nossa pesquisa de campo:

Aí o médico falou: “Você é agente penitenciário?!”. Eu falei: “Eu sou”. Ele: “Nossaaa, sai disso”. Eu peguei, fiquei olhando para ele, e falei: “Não, é engano do senhor, eu gosto de ser agente penitenciário”. Aí ele ficou olhando para mim e falei: “O senhor não é médico? Então, é uma profissão, né?”. Aí acho que ele viu e tentou consertar: “Ah, não, achei que você fosse advogada”. Como achou que eu fosse advogada com uma camisa da cadeia? Porque rola um preconceito também com o agente penitenciário. [...]. Existe uma criminalização, meio que o agente é discriminado junto com o preso. A gente carrega um pouco do artigo do preso. É que nós somos a extensão do preso (comunicação pessoal, 20 nov. 2017, grifos meus).

Na fala da agente penitenciária, podemos perceber algo como o “estigma” dos presos “acabar por passar” para os que trabalham com eles, como se houvesse desconfiança nessa linha de trabalho. Durante o campo, isso foi relatado, de forma a despertar o meu interesse, quando disseram: “Aqui é como se fossemos lixeiros da sociedade, estamos trabalhando com o pior que ela tem” (comunicação pessoal, 20 nov. 2017). Parece importante ressaltar que, assim como em outras situações, os lixeiros em nossa sociedade são pensados enquanto pessoas “sujas” e “estigmatizadas”, acontecendo o mesmo com os agentes penitenciários.

4. O GÊNERO DAS AGENTES FEMININAS

Neste tópico, é discutido um conceito de identidade feminina no sentido de Hall (2000), na medida em que se busca não essencializar as identidades, que não devem ser pensadas como singulares, mas como multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições, que podem se cruzar ou ser antagônicas. A partir dessa noção de identidade, adentro também nos estudos de Butler (2003) sobre a questão da performatividade do gênero, onde ela busca demonstrar que

Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade (Butler 2003:235, grifos meus).

Nesse sentido, acreditamos que os corpos das agentes penitenciárias se “marcaram” por diversos atos, gestos e atuações que, dessa forma, demonstram para os demais sujeitos do IPCG o “corpo gênero”, no sentido de Butler (2003), que seria atribuído a determinadas agentes. Aqui, busca-se, então, “expor os atos contingentes que criam aparência de uma necessidade natural” (Butler 2003:69) na construção dos gêneros, o qual busca, de certa forma, legitimá-los perante à sociedade.

Para isso, utilizaremos as entrevistas de duas agentes penitenciárias do IPCG, uma que trabalha no setor de assistência e perícia e outra do setor de administração e finanças da AGEPEN. A partir das narrativas e das experiências dessas duas agentes mulheres, iremos observar de que maneira ocorre a construção da feminilidade dentro da “instituição total” que é o IPCG. Durante a entrevista com as duas agentes, a questão de ser mulher em um ambiente considerado masculino, como o IPCG e o presídio em si, sempre aparecia como um ponto demarcado.

Começo pela assistente social Maria¹⁴, uma mulher¹⁵ na casa dos 40 anos, que gosta de ser vista como “forte” e não tolera muitas brincadeiras feitas em decorrência de ser mulher. Possui pele parda e corpo malhado, gosta muito de praticar corridas de longa distância e acredita que “uma mulher pode ser tão forte quanto um homem”. Atualmente,

cuida da parte da educação dos internos. É solteira e se considera responsável por toda a família (filho, irmão e mãe). Falando a respeito da diferença no que concerne à violência entre os internos homens e mulheres, ela declarou:

Se tiver é bem, resolve lá por dentro. É porque o homem é diferente de mulher, né? A mulher faz aquele escândalo, o homem resolve mais em silêncio. Então, às vezes, acontece situação de briga lá que a gente nem fica sabendo. Eles resolvem entre eles lá, quietinhos, para não chamar a segurança (comunicação pessoal, 08 nov. 2017, grifo meu).

Nessa fala de Maria, observa-se muito do que Butler (2003) busca criticar em seu livro. No primeiro recorte, momento em que a informante pergunta de maneira afirmativa – “É porque o homem é diferente de mulher, né?” –, pode-se depreender que o gênero é como uma característica essencial e assimétrica que busca diferenciar os “homens” das “mulheres” de maneira tão clara, fazendo com que, para o sujeito, não seja algo questionável, por ser como as coisas se dão em sua realidade. Nesse sentido, existe uma coerência lógica para identidade de gênero que, como Butler mostra, na verdade “não são características

14 A questão dos nomes dos funcionários da AGEPEN entrevistados foi pensada de forma a afastar qualquer possibilidade de identificação dos sujeitos da pesquisa. Com isso, optei por selecionar nomes a partir da plataforma “Nomes no Brasil”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tendo isso em vista, todos os nomes foram trocados neste artigo, até mesmo os apresentados durante as conversações, de maneira a garantir o sigilo dos interlocutores.

15 Seguindo as ideias de França e Facchini (2017) a respeito das interseccionalidades, acredito aqui ser importante a demarcação dos interlocutores principais. Dessa forma, sempre que os citar pela primeira vez, descrevo suas características a partir de quatro marcadores: gênero (todos identificados como cis); cor, etnia ou origem; cargo ocupado; e faixa etária.

lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas o contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas” (Butler 2003:43). É nessas normas de inteligibilidade que temos a compreensão de uma “obviedade” das diferenças de gênero.

Outra discussão presente em Butler (2003) diz respeito à questão dos “gêneros inteligíveis” que, para a autora, é a única forma em que uma identidade de gênero poderia ser compreendida em nossa cultura. Com isso, ela pensa em uma matriz de inteligibilidade composta por três termos: 1) o sexo, entendido como o órgão sexual (pênis ou vagina, macho e fêmea) que o sujeito possuiria “naturalmente”; 2) a questão do gênero (masculinidade e feminilidade), sendo eles culturalmente construídos; 3) o desejo pelo outro (heterossexual, homossexual ou bissexual). Nesse sentido, para a autora, existiriam dois “gêneros inteligíveis” que seriam os hegemônicos em nossa sociedade: o macho/homem/hétero e a fêmea/mulher/hétero. Para maior compreensão dessa matriz, observemos um recorte da entrevista com Maria a respeito dos relacionamentos homossexuais dentro do estabelecimento penal:

Pesquisador: Mas, no caso, eles namoram e se consideram homossexuais? Ou não se consideram homossexuais?

Maria: Não. Tem alguns que não se consideram. Não assumem. Mas a gente sabe, oh o menino da cozinha namora a Jaqueline. A Jaqueline ela é uma, mulher toda, se veste. Ela que fazia minha limpeza. Tiraram ela. Uma mulher, se não diz que é.

Pesquisador: Aí, no caso ele, ele é homem, né? Ele não seria gay por causa disso, né?

Maria: Ééé, isso que não entendo muito bem. Esse mundo, porque, assim, falam que se o cara também é a partir do momento que ele se relaciona, eu não entendo. Eu não sei. Mas é, na maioria das vezes é uma coisa só do momento, temporário, né? É igual no feminino, que acontece, né? A mulher se envolver, é a carência, aquela situação. Elas têm um envolvimento ali, até como fato de uma coisa para proteger, né? Mas quando sai, volta com marido, volta com homem. A vida normal. É uma coisa de momento (comunicação pessoal, 08 nov. 2017, grifos meus).

Dois assuntos que foram trabalhados por Butler estão presentes no recorte dessa entrevista. No primeiro, temos o caso de Jaqueline, uma transgênero que atualmente se encontra detida no IPCG. Mais à frente, retomo esse caso. O ponto aqui tratado diz respeito à matriz e como ela se dá no dia a dia do presídio. Nesse aspecto, temos a primeira fala da interlocutora, onde ela diz: “Não. Tem alguns que não se consideram. Não assumem”, ao ser questionada sobre como os homens que namoram as transgêneros se considerariam na questão do desejo. Para Maria, não importa que Jaqueline não seja uma mulher “completa”, sobre a qual não poderíamos dizer que “não é uma mulher”, mas, ainda assim, o discurso pode ser enquadrado na matriz de Butler, pois ela parece pensar na possibilidade de essa relação entre um homem e uma transsexual ser fruto de um desejo heterossexual tradicional, apesar de aceitar que

Jaqueline possui a “passibilidade”¹⁶ de mulher. Aqui, a marcação do órgão sexual parece ser, nesse caso, onde estaria a “verdade” do sexo da qual Butler fala.

Na segunda fala, observarmos exatamente o que Butler entende por inteligibilidade da matriz, na medida em que Maria não consegue compreender muito bem qual classificação social o sujeito de que estamos falando possuiria. Ela entra em um questionamento acerca do que é esperado socialmente, por meio da fala “porque assim, falam que se o cara também é a partir do momento que ele se relaciona”. Essa quebra de expectativa causa um estranhamento e a não compreensão do fenômeno por parte da agente. Logo no final de sua fala, ela parece buscar uma “solução” para o “problema” apresentado, justificando-o por meio da “carência” do sujeito, em uma situação que ocorre dentro de uma “instituição total”. Essa seria a forma que Maria encontrou de tornar inteligíveis o gênero e a posição daqueles sujeitos.

Trago também as experiências de Patrícia, mulher jovem, com cerca de 30 anos, de pele parda, que é outra interlocutora da pesquisa. Ela é da carreira de administração e finanças e, no tempo em que a entrevista foi realizada, trabalhava com o diretor do IPCG, na condição de sua assistente. Patrícia mostrou-se combativa às ideias hegemônicas da construção da feminilidade que é esperada dela e, durante toda a entrevista, não quis colocar a mulher em seu lugar tradicional de “fragilidade”.

Como exemplo, há dois momentos nos quais demonstrou esse posicionamento:

Pesquisador: Você diria que a instituição do presídio é meio masculinizada, porque é um lugar assim de homens? Porque a própria instituição, no caso, que é uma instituição, com a própria estrutura do presídio, as paredes e cores.

Patrícia: Sim, sim. Eu nunca imaginei que o presídio fosse um lugar só para homem, eu sempre vim para cá com muita confiança, sabendo que uma mulher faz a mesma coisa que um homem faz. Em tudo, eu acho que a única diferença entre homem e mulher é o órgão sexual, entendeu? Diferença fisicamente, ainda assim cada um é o que quer ser, né? Mas eu acho que não existe diferença nenhuma. Uma mulher pode ser chefe de plantão, um homem pode ser um administrador, por algumas coisas da carreira, não pode, por exemplo, se uma equipe tem dez pessoas e uma mulher, naturalmente que os homens vão ficar nos pavilhões e a mulher na portaria. Mas numa necessidade, ela vai ficar no pavilhão, e ela vai fazer igualzinho. Se ela tiver que entrar numa saída geral, ela vai dar. Mas na minha cabeça nunca teve essa divisão.

Pesquisador: Mas você acha, assim, da forma que você foi lidando, você teve que se masculinizar um pouco? Tipo, mostrar que não é diferente deles? Mas mostrar que você entende dos assuntos deles, sabe, dirigir carro, sabe falar de futebol, essas coisas.

16 Esse é um conceito êmico do trabalho de campo de Tiago Duque, presente em sua obra “Gêneros incríveis”. Esse conceito diz respeito ao “reconhecimento/passibilidade, isto é, à inteligibilidade social dos corpos sexuados” (Duque 2017:26).

Patrícia: Sim, é..., não... Me masculinizar em que sentido, assim? Ser mais dura? [Pesquisador: Ser mais dura, mais rígida?] É..., eu sempre fui firme, com eles. Mas tudo com muita educação e todo um jeito, e qualquer coisa, qualquer fala viesse que eu sentia um recorte de gênero ali, eu sentia isso. Eu fazia de conta que não estava entendendo ele, e perguntava de novo o que ele queria dizer com aquilo [...] (comunicação pessoal, 20 nov. 2017, grifos meus).

Nesse recorte da entrevista de Patrícia, observamos de que forma ela busca negar uma posição tradicional para o seu gênero identificado. Na medida em que diz que “a única diferença entre homem e mulher é o órgão sexual”, ela busca separar as ideias de gênero e de construção do corpo biológico a partir das diferenciações sexuais, aproximando a sua conclusão da crítica estabelecida por Butler ao binarismo. Com isso, a concepção parece se aproximar de Butler, quando diz que

[...] mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações (Butler 2003:235, grifos meus).

Dessa forma, Patrícia contesta as posições e as classificações do que seria considerado como a categoria “mulher” e em qual sentido ela estaria limitada, buscando, assim, uma ressignificação da categoria de gênero, apesar dos limites que ainda

possui na compreensão tradicional de que o sexo “construiria” o gênero.

Como última questão, voltemos à história de Jaqueline, a transgênero mencionada na entrevista de Maria. Apesar de não a termos entrevistado propriamente, alguns assuntos abordados por Maria lembram algo que Butler (2003), ao final do primeiro capítulo, busca definir como forma de fazer política nas questões de gênero. No trecho a seguir, Maria comenta sobre os “homossexuais” e acaba por inserir Jaqueline na história. Durante o relato, ela fica curiosa com o nome de nascimento de Jaque (apelido pelo qual ela gosta de ser chamada), e acaba comentando sobre ela,

Maria: A maioria dos delitos dos homossexuais, pelo menos daqui, que eu tenho contato. A Jaque foi matar um PM, mas porque tinha outras coisas no meio, ela falou que se não matasse iam matar ela, já tavam armando para poder pegar, porque ela era uma traficante conhecida no meio. Então, assim, ela teve que matar.

Pesquisador: Mas ela é travesti, alguma coisa assim?

Maria: Ela se veste mulher. E se prostituía também. [...]. Vamos ver a Jaque que está com foto de mulher mesmo. Eu chamo de Jaque. Não tem como chamar diferente. [Procurando a Jaque nos dados]. Ó, é Jefferson Gonçalves... [Saiu para perguntar o nome masculino da detenta para um interno que trabalha] Vê para mim lá com o menino do jurídico, com a menina ali da CT, como é o nome da Jaque. Eu tenho ela aqui na minha pasta, porque ela vai fazer curso.

Pesquisador: Algum dos detentos que trabalha aqui fica no bloco dos homossexuais?

Maria: Hum..., não. Eles tão no pavilhão 2, a Jaque fica com os homens, ela é homossexual e fica com os homens.

Pesquisador: Ela tem namorado?

Maria: Tem, ela tem um namorado.

Ah, aqui ela aqui [Mostrando que achou o nome], Alessandro. Aqui ela [Mostrando no monitor], haha, tava loira, Meu Deus. Agora ela tá morena. Ela se veste, pinta, tem um corpo bonito, precisa ver como ela fica ali no solário. Fica de buchezinho, um shortinho e lavando roupas, aí ela fica dançando. Eu fico vendo daqui da sala da Patrícia. Vou te mostrar. Já teve briga por causa dela. Porque ela é a Mulher, e o corpão, falo puta merda, olha eu. Melhor que a gente aqui (comunicação pessoal, 8 nov. 2017, grifos meus).

Neste trecho, observamos a maneira confusa como a transgênero aparece no discurso de Maria, sempre confundida com homem homossexual e, em alguns momentos, sendo comparada com “Mulher com um corpão”, e que parece ter deixado a própria interlocutora insegura com suas qualidades “femininas”. Nesse momento, vemos claramente que Jaqueline seria uma das contestadoras das “ficções reguladoras do sexo e do gênero” hegemônicas, o que, com esse movimento, demonstra que “a própria multiplicidade de sua construção oferece a possibilidade de uma ruptura de sua postulação unívoca” (Butler 2003:68).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, busquei, em três momentos, compreender melhor a realidade generificada e estigmatizada dos agentes penitenciários do

Instituto Penal de Campo Grande. Iniciei o trabalho pensando sobre as estruturas e a atual situação do sistema penitenciário brasileiro, bem como sobre a sua realidade no estado do Mato Grosso do Sul. Também realizamos uma breve análise teórica sobre Goffman e Foucault, a respeito de seus conceitos sobre a ideia de “prisão”. Em um segundo momento, destaquei o caráter da identidade social do trabalho de um agente penitenciário, assim como a sua posição, pouco pensada enquanto uma profissão estigmatizada. No último tópico de discussão, busquei realizar uma breve análise a partir das falas de duas agentes penitenciárias do IPCG, junto a uma leitura em consonância com as ideias de Judith Butler.

Este artigo pretende instigar outros pesquisadores e pensadores contemporâneos da área de Ciências Sociais, e das demais áreas das humanidades, a problematizar o campo da prisão, além de trazer novas questões, como a perspectiva de gênero para dentro dessa área de difícil acesso, mas, ainda assim, de grande importância para o debate da segurança pública em voga no Brasil.

O pesquisador que vos fala busca isso também por meio de sua dissertação que está sendo desenvolvida para o mestrado em antropologia social, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, com foco nas masculinidades criminosas, tentando, assim, compreender melhor a construção de gênero em relação aos internos desse mesmo presídio, o IPCG. Esta pesquisa destaca-se, ainda, em razão de pouco se olhar para a produção científica advinda da área de Ciências Humanas no país. Espero que esse tipo de produção desperte o interesse dos pesquisadores das demais regiões do Brasil, como o Norte e o Nordeste, para contribuírem com o fazer acadêmico em nossa área.

6. REFERÊNCIAS

- Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN). 2018. Disponível em: www.agepen.ms.gov.br. Acesso em: 06 jun. 2018.
- Brasil. 1984. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l7210.htm. Acesso em: 20 jun. 2018.
- Butler, J. 2003. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Campos, M. S., e M. C. Alvarez. 2017. Políticas públicas de segurança, violência e punição no Brasil (2000-2016), in *Sociologia brasileira hoje*. Organizado por S. Miceli e C. B. Martins, pp. 143-217. Cotia, SP: Ateliê Editorial.
- Duque, T. 2017. *Gêneros incríveis: um estudo socioantropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher*. Campo Grande: Ed. UFMS.
- Foucault, M. 2012. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhe. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. 2017. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- França, I. L., e R. Facchini. 2017. Estudos de gênero no Brasil: 20 anos depois, in *Sociologia brasileira hoje*. Organizado por S. Miceli e C. B. Martins, pp. 283-259. Cotia, SP: Ateliê Editorial.
- Goffman, E. 1988. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- Goffman, E. 2015[1961]. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva.
- Hall, S. 2000. Quem precisa de identidade?, in *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Organizado por T. Silva, pp. 103-133. Petrópolis: Vozes.
- Moraes, P. R. B. 2005. *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo: IBCCRIM.
- Piscitelli, A. 2002. Recriando a (categoria) mulher?, in *A prática feminista e o conceito de gênero*. Organizado por L. Algranti, pp. 7-42. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/UNICAMP.
- Santos, T. (Org.). 2017. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização - junho de 2016*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em: 6 jun. 2018.
- Zaluar, A. 1994. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.

DE LÁ PARA CÁ: CLASSE, RAÇA E GÊNERO EM NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE ANTROPÓLOGAS EM MEMORIAIS ACADÊMICOS (USP/UNICAMP, 2004-2014)

Wilton Carlos Lima da Silva

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" | Assis - SP - Brasil

Rafaela Duarte Vieira

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" | Assis - SP - Brasil

submissão: 27/02/2019 | aprovação: 30/04/2019

RESUMO

Nas universidades brasileiras, os memoriais acadêmicos são documentos que apresentam uma autorreflexão sobre a trajetória intelectual e profissional de um docente, caracterizando uma das raras manifestações de escrita autobiográfica a respeito de intelectuais e de pesquisadores de diferentes áreas, formações e pertencimentos. Este artigo apresenta reflexões sobre a percepção de classe, raça e gênero, a partir de relatos autobiográficos dos memoriais de titularidade de antropólogas da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Campinas (UNICAMP), aprovadas em concursos entre 2004 e 2014. Para o docente, este é um momento que representa a ascensão ao topo da carreira. No entanto, a universidade é uma instituição na qual as mulheres ainda lutam para superar preconceitos, por isso tais narrativas autorreflexivas estão inseridas em certas estruturas e tradições do campo intelectual-acadêmico e mostram-se como um rico material para a compreensão da trajetória e do papel feminino neste espaço, enquanto um exercício de autoetnografia.

Palavras-chave: memoriais acadêmicos; autoetnografia; antropólogas.

FROM ONE TIME TO ANOTHER: CLASS, RACE AND GENDER IN AUTOBIOGRAPHICAL NARRATIVES OF ANTHROPOLOGISTS IN ACADEMIC MEMORIALS (USP/UNICAMP, 2004-2014)

ABSTRACT

In the Brazilian public university, the academic memorials are documents that presents a self-reflection on the intellectual and professional trajectory of a professor, characterizing one of the rare manifestations of autobiographical writing of the intellectuals and researchers from different areas and formations. This article presents reflections on the perception of class, race and gender, based on autobiographical narratives of the memorials held by anthropologists of University of São Paulo (USP) and University of Campinas (UNICAMP), approved in contests between 2004 and 2014. For the professor, this is a moment that represents the rise to the top of the career. However, the university is an institution in which women still struggle to overcome prejudices, so these self-reflexive narratives are embedded in certain structures and traditions of the intellectual-academic field and are shown as a rich material to understand the trajectory and the feminine role in this space, as an exercise of autoethnography.

Keywords: academic memorials; autoethnography; women anthropologists.

DE ALLÁ PARA ACÁ: CLASE, RAZA Y GÉNERO EN LAS NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE ANTROPÓLOGAS EN MEMORIALES ACADÉMICOS (USP/UNICAMP, 2004-2014)

RESUMEN

En la universidad pública brasileña, el memorial académico es un documento que presenta una autorreflexión sobre la trayectoria intelectual y profesional de un profesor, constituyendo una de las raras manifestaciones de la escritura autobiográfica de intelectuales e investigadores en diferentes áreas, formaciones y departamentos. Este artículo presenta algunas reflexiones sobre clase, raza y género a partir de informes autobiográficos de los memoriales de antropólogas de la USP y la UNICAMP, entre 2004 y 2014. El memorial marca el punto más alto de la carrera universitaria de un profesor. No obstante, la universidad es una institución en que las mujeres aún luchan por superar los prejuicios. Tales narrativas autorreflexivas están dentro de ciertas estructuras y tradiciones del campo intelectual-académico y en la tradición antropológica, mostrándose como un material rico para entender la trayectoria y el papel femenino en este espacio, como un ejercicio de autoetnografía.

Palabras clave: memorias académicas; autoetnografia; antropólogas.

1. INTRODUÇÃO

Dentro da composição burocrática dos documentos das carreiras universitárias, os memoriais acadêmicos constam como uma fonte de pesquisa privilegiada, tanto por haver número restrito de narrativas autobiográficas dos docentes quanto por se configurarem como o relato de uma trajetória profissional e pessoal daqueles que desejam alcançar os maiores cargos, refletindo personalidades de seus pesquisadores e professores, assim como estruturas e funcionamentos institucionais das universidades brasileiras.

Por meio deste documento burocrático, os relatos dos pesquisadores nos interessam enquanto espaço de memórias pessoais, íntimas, coletivas, públicas e privadas, e, em particular, na dimensão da experiência de classe, raça e gênero, entre mulheres que atingiram o topo da carreira docente através da aprovação em um concurso de titularidade, tomando como base experiências de mulheres aprovadas na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) entre os anos de 2004 e 2014¹.

As questões identitárias, neste artigo, são apontadas a partir de vestígios de memória autobiográfica feminina, no interior de uma instituição cuja estrutura ainda apresenta características relevantes de elitismo, tradicionalismo, misoginia e patriarcalismo. Acreditamos que, no futuro, caso sejam estabelecidos processos de abertura dos quadros superiores da universidade a uma sociedade mais plural, serão possíveis os desdobramentos de outros estudos com as

mesmas fontes, buscando trazer resultados mais amplos e diversos.

2. MEMORIAL ACADÊMICO: MEMÓRIA INSTITUCIONAL E MEMÓRIA INDIVIDUAL

Os professores produzem significativa documentação ao longo de suas carreiras, importantes vestígios para a construção e a reflexão sobre a memória universitária brasileira. Todavia, tais documentos, como atas, programas, livros, cadernos e diários de campo, entre outros, ainda não ocupam um espaço específico nos arquivos universitários, ficando distribuídos em salas, depósitos ou bibliotecas pessoais, o que dificulta a pesquisa que se destina a enfocar outros tipos de fontes não convencionais.

Devido à sua função institucional, essas fontes caracterizam-se como egodocumento/autodocumento, ou seja, como documentos corporativos com narrativas que possuem como ponto de partida a manifestação da individualidade e que podem ser vistos como reflexos das relações coletivas, de valores, de mentalidades e da dinâmica existente entre a instituição e o indivíduo.

Assim, aqui nos propomos a ler e a mapear memoriais acadêmicos, documento exigido nos concursos para ascensão profissional nas universidades públicas brasileiras, e que se caracterizam tanto por apresentar uma estrutura burocraticamente determinada quanto uma dimensão autobiográfica/memorialística, de acordo com as escolhas narrativas de seus autores. O recorte escolhido privilegia a questão das percepções sobre a condição de classe, de raça e de

1 O corpo documental escolhido reúne quatro memoriais acadêmicos de titularidade, escritos por Lilia K. Moritz Schwarcz (2004), Sylvia Caiuby Novaes (2010), Vanessa R. Lea (2010) e Heloísa André Pontes (2014).

gênero entre antropólogas que, como dito, atuam como professoras e pesquisadoras em duas das maiores e mais importantes universidades do país, Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), entre 2004 e 2014, em seus memoriais de titularidade, o mais alto nível da carreira universitária.

Enquanto narrativa, a situação na qual narrador e personagem são a mesma pessoa assinala a presença do “pacto autobiográfico” (Lejeune 2008:48), no qual a confluência entre narrador e personagem busca construir um “relato retrospectivo em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, enfatizando sua vida individual e, em particular, a história de sua personalidade” (Lejeune 2008:48).

No caso particular do memorial acadêmico, o pacto realizado com o leitor é iniciado antes mesmo da escrita, uma vez que, por ser um critério adotado para seleção em concurso, espera-se que o candidato desenvolva um texto sólido e verdadeiro sobre sua trajetória intelectual e profissional. Essas narrativas, todavia, também contam com outras formas de explicar as “verdades” expostas, a exemplo de recursos como citações e paráfrases ou mesmo apresentação de documentos oficiais, como currículos, cartas, fotografias, entre outros.

Ao observar esses relatos que expressam espaços individuais e coletivos, buscamos pensar o desenvolvimento de marcadores discursivos sobre a condição feminina nessas trajetórias. E, para conseguir refletir sobre esta temática, é necessário tanto ler aquilo que foi explicitado na narrativa como interpretar os silêncios e as lacunas que são mais expressivos nas relações familiares, corporais e psicológicas,

entre outras possíveis dimensões ao longo de tais carreiras.

Os memoriais que temos como fonte de estudo neste artigo originam-se de duas instituições com políticas bastante distintas em relação ao cuidado com essa documentação: no caso da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, após os concursos de ascensão profissional, os memoriais são arquivados no Centro de Apoio à Pesquisa “Sérgio Buarque de Holanda”; enquanto no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, tais documentos eram vistos apenas como um apenso aos processos, sendo descartados após o resultado.

Câmara & Passeggi (2012) apontam alterações nas estruturas formal, estética e textual dos memoriais, que são documentos utilizados desde o surgimento da documentação no Brasil até o presente momento. Segundo Silva (2015, 2017), tais modificações acompanharam os processos de estruturação administrativo-burocrática da universidade no país e refletiram, ainda, debates teóricos e metodológicos nas ciências humanas em um contexto em que a figura do *self* é evidenciada como somatória de experiências.

Ainda segundo Câmara & Passeggi (2012), a historicização dos memoriais acadêmicos no país permite identificar: um momento inicial, entre 1930 e 1950, marcado por um processo de institucionalização e que apresenta os primeiros documentos desta natureza, concebidos como modelos com construção rígida e que mesclavam dados pessoais e profissionais; enquanto na fase seguinte, de 1950 a 1970, de consolidação, a estrutura se aproxima daquela que caracteriza o *curriculum vitae*, com dados de identificação e

enumeração de realizações; e, finalmente, desde 1970, o período de diversificação, no qual há uma ampliação do espaço autobiográfico, com a valorização da escrita autodiegética.

Os estudos que buscam compreender essas relações, hoje, feitos com base no espaço da universidade só se tornaram possíveis a partir da década de noventa, quando se registram pesquisas que buscam entender como os professores universitários escrevem sobre as suas próprias trajetórias dentro e fora das universidades, qual a importância dos arquivos deixados por esses professores, os quais são, ainda, acompanhados da construção de uma perspectiva sobre a história do trabalho, que utiliza relatos orais e registros escritos.

Quando nos restringimos mais em relação ao grupo de disciplinas e de formação desses profissionais, percebemos que o número de trabalhos e de grupos de estudos voltados para essa temática ainda é pouco, e que a profissionalização e as escolhas de carreira no campo das ciências humanas, em geral, e em especial utilizando-se de tal fonte, ainda não são suficientemente pesquisadas.

Em contraste com a relativa pouca atenção despertada pelos memoriais acadêmicos, em sua diversidade, quer pelas escolhas do narrador, quer pelo *ethos* da área e do grupo no qual ele se insere, neste tipo de documento são apresentadas valiosas informações sobre os docentes, não só enquanto professores e pesquisadores, mas também como indivíduos e membros de grupos, permitindo a delimitação de origens sociais (dinâmicas familiares, posições no núcleo familiar, redes de sociabilidade, ocupações e rendas, locais de

residência, genealogia, entre outros), de educação familiar e formal (processos de alfabetização e formação intelectual, atividades de lazer e culturais, viagens diversas, domínio de idiomas, panteão cultural, artístico e intelectual, esperanças subjetivas, alternativas de carreira, modelos de excelência, percepções de desempenho etc.), de trajetória social (vida afetiva, casamento, dados sobre o cônjuge e sua família, capital material, entre outros) e da trajetória intelectual em si (para além do currículo, incorporando não só a sucessão de empregos, realizações e inserção no campo, mas, ainda, escolhas, heranças, trocas e rupturas, representações sobre corpo, classe, gênero e raça, perfis de identidade e referências etc.).

No contato com tal documentação, deparamo-nos com dois grupos distintos de memoriais: um dos textos onde foram mais filtradas as informações sobre o espaço individual e coletivo, contendo uma escrita mais cartesiana, onde os aspectos mais explorados são voltados para as etapas e a trajetória dentro do ambiente universitário, e outro em que, através de uma escrita mais hermenêutica, com forte componente autobiográfico e memorialístico, os textos apresentam a carreira como entremeada com a experiência pessoal e as esferas políticas, culturais e sociais do período abordado.

Elaborar um memorial é, portanto, um processo exploratório de si, no qual se procuram os resquícios de um passado não muito distante, filtrando-se o que é mais ou menos importante para o momento, na busca por escrever um relato autobiográfico, que, por mais delimitado que seja pela burocracia das universidades, é sempre um processo de exposição pública e privada, muitas vezes representando uma luta consigo mesmo,

gerando críticas e autocríticas sobre a formação individual e coletiva.

Portanto, embora o desenvolvimento de um texto autorreflexivo sobre escolhas e conquistas individuais possa ser visto inicialmente como algo fácil e simples, uma vez que, enquanto pesquisadoras, as autoras são bastante familiarizadas com a prática de expressar-se pela palavra escrita – e, no caso particular da Antropologia, por dever de ofício estão habituadas à construção de diários de campo, com reflexões sobre identidades e alteridades –, quando realizamos as primeiras leituras, percebemos o incômodo que escrever um relato autobiográfico pode gerar nessas professoras:

Depois de escrever alguns livros e muitos artigos, parece fácil, à primeira vista, redigir umas poucas páginas sobre o próprio percurso intelectual. Pois não é. Antes de mais nada, é difícil reconstruir uma trajetória notando e alinhando continuidades. Soa estranho buscar coerência em decisões, muitas vezes, marcadas por embaraços contextuais, hoje um pouco distantes no tempo. Mais complicado, ainda, é perceber que o passado, no meu caso, é um tanto recente (Schwarcz 2004:3).

Escrever um memorial gera, para o autor, uma série de lembranças e de reflexões que, para alguns, resulta na simples descrição do Currículo Lattes e, para outros, em um texto autobiográfico/memorialístico com o aprofundamento dos

horizontes passados e a atualização das novas perspectivas. Portanto, em sua dimensão narrativa, o texto não precisa se encaixar necessariamente em configurações cronológicas ou temáticas básicas, quando se pensa o desenvolvimento de uma vida e de uma carreira, podendo ser apresentado como um projeto de vida em andamento, onde cada escolha direcionou a novos caminhos nos horizontes acadêmicos e pessoais. Isso pode ser originado de narradores eufóricos ou contritos.

Encaixar lembranças, documentos e fotografias faz com que o narrador-personagem monte uma trajetória em forma de mosaico, onde algumas peças, por mais que haja sentido que estejam ali, já não se encaixam mais, visto que a distância entre o vivido e o lembrado, dentro de uma nova temporalidade, pode redimensionar ou reformular o passado. Por isso, encontramos inúmeras lacunas nos textos, principalmente quando a vida pessoal é focada²:

Envelhecer – diz um dos personagens de Guimarães Rosa – devia de ser bom, a gente ganhando maior acordo consigo mesmo”. Quando li esta frase pela primeira vez, ela passou despercebida. No auge do “açoite de viver”, o assunto parecia distante demais para me interpelar. Quando a reli, muitos anos depois, foi como um clarão que iluminou a noite. Não só pelo ajuste sincrônico com a minha própria experiência de envelhecimento, mas, sobretudo, pela maneira de dizer e revolvê-la na sintonia da concordância consigo mesmo. Nela encontrei a chave

2 “A nossa experiência do presente fica, portanto, inscrita na experiência passada. A memória representa o passado e o presente ligados entre si e coerentes, neste sentido, um com o outro. [...] Claro que esta inserção da memória na experiência presente pode também ser a raiz da sua debilidade como fonte de conhecimento do passado” (Fentress & Wickham 1992:39).

para abrir a caixa-preta que é esta peça de linguagem chamada memorial (Pontes 2014:3).

Esse olhar retrospectivo é composto por inúmeros filtros, e o primeiro é o de que sua gênese se liga ao concurso. Logo, essa fonte não pode ser encarada como uma autobiografia, no sentido estrito do termo, mas também não pode ser vista apenas como um dado burocrático, pois busca marcar a individualidade do candidato. Portanto, é algo que se realiza no momento em que o pesquisador se destina a uma avaliação acadêmica, na qual as realizações nesta dimensão, se não dão início à narrativa, são as principais linhas de força do relato, sendo recorrente a abordagem cumulativa e teleobjetivada, contextualizando, dentro de tal perspectiva, as dificuldades, os pertencimentos, as rede de relações e as conquistas profissionais:

Qualquer trajetória intelectual envolve interesses, descobertas, desejos, paixões, empenho, avanços e recuos, interlocução, mudanças de rumo, retomadas de antigos trajetos e muito mais. Os interesses, inicialmente, podem não parecer muito claros e consistentes, mas aos poucos vão se delineando mais nitidamente. São muitas as atividades que vamos assumindo ao longo da vida e, quando vistas à distância, podem demonstrar uma coerência antes não imaginada. Os diferentes cursos realizados na graduação e na pós, cursos de pós-doutorado, diferentes atividades de pesquisa, os cursos ministrados, as atividades de orientação de alunos. É o esforço de reflexão para a redação do memorial que permitirá desvendar se

há, efetivamente, consistência entre a formação teórica, a pesquisa e a docência, nas diferentes fases da vida acadêmica (Novaes 2010:3).

Ao optar por uma abordagem mais cartesiana, com maior proximidade com o modelo de *curriculum vitae*, o autor-narrador utiliza-se dos referenciais mensuráveis, como o discurso de um terceiro (o conjunto de instituições que legitimam os títulos, os prêmios e as métricas) que fale sobre sua trajetória, de modo que a quantidade de graus acadêmicos, de livros, capítulos, artigos e orientandos, por exemplo, diz mais sobre ele do que detalhes sobre as relações, qualidade dos trabalhos e esforço desenvolvido para conseguir tais feitos, que poderiam ser distorcidos pela pessoalidade.

De outra forma, ao incorporar a experiência, isto é, a dimensão vivencial, o processo de escrita reflete outro horizonte de expectativa, no qual o memorial é o resultado de um artesanato, uma lapidação através dos exercícios de lembrar, organizar e filtrar, utilizando mais do que a enumeração, mas a ficção, no sentido de contar uma história, e que permite incorporar referenciais para além do institucional.

Algo que se destaca nessa fonte é a possibilidade de escrever em primeira pessoa, recurso ainda pouco utilizado dentro do ambiente acadêmico, pois a impessoalidade da escrita seria uma marca de reconhecimento da construção coletiva do conhecimento e uma prova de objetividade. No entanto, mesmo que o “eu” faça uma entrada em busca de certa notoriedade, é recorrente que não se mantenha sozinho e se faça acompanhar de “outros”, com referências e citações de autores acadêmicos ou literários, ou ainda de marcas de pertencimento, como as referências e notas de rodapé, enquanto são

expostas mais vitórias e sucessos do que derrotas e desgastes de uma trajetória que se justifica e se sedimenta página após página.

Falta, porém, o principal. Sei que nenhum memorial resume o trabalho de uma vida, que mistura temas profissionais com aspectos mais ou menos pessoais. No meu caso, sempre quis fazer muitas coisas ao mesmo tempo. Esse não é necessariamente um bom modelo, ou nem ao menos constitui um modelo. E, talvez, a única maneira como aprendi a desenvolver meu ofício (Schwarcz 2004:75).

O processo de escrita dos memoriais, enquanto escrita de natureza autobiográfica e/ou memorialística, intercala dimensões subjetivas e conscientes do narrador, de maneira que apresenta tanto lembranças quanto esquecimentos, proposais ou não, envolvendo situações com terceiros. O memorial acadêmico, portanto, é um vestígio de memória, individual e institucional, e representa também uma situação profissional e um pertencimento grupal:

Memória aqui entendida como fenômeno coletivo cuja consolidação e perpetuação não deriva automaticamente da existência e permanência de uma “comunidade afetiva”, mas da participação ativa dos atores sociais que – através de estratégias, suportes e construções narrativas variadas – intervêm no processo de constituição

e formalização das recordações. Tal processo implica, necessariamente, de forma mais ou menos consistente, apagamentos, adaptações, omissões e não-ditos, os quais, em determinados momentos, podem vir à tona na forma de “lembança dissidentes” (Schmidt 2009:56).

O concurso de titularidade, do qual faz parte o memorial³, é visto como um dos últimos rituais de passagem no interior das instituições universitárias, e marca o fim de um ciclo. Todavia, ele não representa o encerramento da vida ou da carreira acadêmica, tornando-se algo inacabado dentro da sua própria finalidade, a exemplo dos relatos a seguir:

Fui promovida de Professor Assistente a Professor Associado MS5 no dia 03/01/2001, portanto, este relato enfoca mais especificamente minhas atividades a partir de 2001. No entanto, já que eu não compreendia bem o espírito de um memorial na última ocasião que redigi um, em 2000, julguei necessário apresentar um novo memorial abrangente. Para quem, como eu, a língua materna é o inglês, um memorial soa como algo apropriado apenas para os mortos (Lea 2010:2).

Mas este memorial marca uma identidade, sua feitura representa um ajuste de contas com o tempo e leva, assim, a uma identidade profissional,

3 Destaque-se a particularidade das universidades paulistas, nas quais existe o título de professor livre-docente, que antecede a titularidade e cujos procedimentos do concurso são muito semelhantes aos de titularidade, oferecendo a possibilidade de comparação entre os memoriais de professores que fizeram ambos os concursos e, assim, podem ter mantido ou alterado suas escolhas de forma e estilo e os conteúdos das narrativas.

realizada, no limite, em conjunto e a partir de tantas colaborações. Nunca parei (deste modo) para repensar minha própria trajetória e lembrar dos colegas que estiveram ao lado. Na verdade, diria que foi minha trajetória que parou para que eu pudesse refletir sobre ela (Schwarcz 2004:75).

A busca por um acerto de contas com o tempo é mais presente nos memoriais com perspectiva hermenêutica, onde um jogo com os pontos negativos e positivos é desenhado na escrita, em uma tentativa de fazer um acordo com fatos que se passaram. No caso dos memoriais femininos, esta dimensão se faz de forma bastante recorrente.

Devido ao caráter público dos memoriais, notamos que certas marcas na narrativa são mais atenuadas do que outras. No caso das mulheres, percebemos que a condição de gênero e a posição social possuem um peso maior na escrita do texto do que a de raça, fazendo com que certas indagações surgissem e se colocassem como grande desafio: o que seria uma narrativa feminina? O que podemos considerar como uma marca discursiva da situação de classe ou da condição de gênero? Em que medida o silêncio sobre a questão racial é um componente geracional? Responder de forma definitiva tais questões, mesmo que seja algo possível, transcende os objetivos do

presente artigo, mas referenciá-las permite mantê-las como um ponto constante de reflexão no trabalho com as fontes.

Um primeiro aspecto que se destaca é que todas as autoras-narradoras aqui abordadas têm origem social de classe média e alta, nenhuma é negra ou indígena, embora duas trabalhem com antropologia de grupos indígenas, e apenas uma delas teve as questões de gênero como ponto central em suas pesquisas.

O segundo aspecto refere-se ao fato de esses relatos contruírem uma determinada memória da universidade e de sua forma de institucionalização, além de serem documentos públicos. Quando tratam de dimensões pessoais, os documentos fazem referência à rede de relações nas quais o autor-narrador está inserido e permanece relacionado, o que pode influenciar na maneira como este – que aqui, em particular, trata-se de interlocutoras mulheres – poderia utilizar este espaço como algo “pessoal” o suficiente para referir-se às situações de exclusão, assédio, conflitos etc.⁴.

Portanto, mesmo com as modificações ocorridas e a abertura, com o passar dos anos, para o desenvolvimento de relatos mais pessoais, escrever sobre a condição de ser mulher na universidade e seus espaços ainda continua sendo difícil e, muitas vezes, visto como algo dispensável, pelo receio de provocar conflitos e preconceitos diversos.

4 Hipoteticamente, a grande vantagem do memorial de titularidade em relação ao de livre-docência é que, como este marca um apogeu de carreira, subentende-se que os vínculos de dependência e de subordinação sejam menores. É possível lembrar também da ideia de “horizontes de expectativa”, embora os dois tipos de memoriais se refiram a uma história inacabada, relatando uma carreira em movimento, na qual o autor/personagem ainda está em suas atividades acadêmicas. Essa particularidade distingue, inclusive em conteúdos e formas narrativas, os memoriais de livre-docência, que retratam uma carreira em consolidação, dos de titularidade, que se assemelham ao coroamento do projeto de vida intelectual.

É válido ressaltar que, na multiplicidade de narrativas presentes nos memoriais, há, em alguns momentos, uma perspectiva confessional e que isso representa um conjunto de significados:

A confissão tornada pública atua de forma ambígua, tanto como gestão possível de realização pessoal quanto na forma de recalque de situações de extrema solidão. Busca-se no outro a identificação que lhe dá direito de pertencer a um grupo ou a uma tribo. Michel Maffesoli, um dos teóricos citados, reitera a tendência do procedimento autobiográfico diferente do simples narcisismo, ao defini-lo como narcisismo de grupo (Souza & Passeggi 2008:32).

Os documentos localizam o indivíduo em um espaço de grupos onde se busca inserção ou demonstração de certo deslocamento, mesmo que menos aparente, através de críticas sutis ao departamento ou à administração, ao mesmo tempo em que percebemos que algumas temáticas seriam mais ou menos aceitas dentro dessa escrita, uma vez que o projeto de memória apresentado não representa apenas um indivíduo, mas também os seus pares, a quem o relato se destina.

Estruturar os memoriais atendendo ao objetivo de uma escrita pessoal, que busque contemplar as lutas íntimas, sociais, culturais e políticas, e, entre elas, as questões de classe, raça e gênero, torna-se um desafio dentro dos próprios pré-requisitos burocráticos/administrativos apresentados pela formatação do edital, todavia, quando isso ocorre, quer de forma explícita quer nas entrelinhas, apresenta-se uma ampliação do valor documental

desse material e a possibilidade de compreensão de aspectos importantes da memória desses atores, de seus grupos e de suas instituições.

Da mesma forma, Josso (1999) distingue as histórias de vida como “projeto de conhecimento” das histórias de vida “a serviço de projetos”. No primeiro caso, o relato oral ou escrito tenta abranger a totalidade da vida em seus diferentes registros, bem como em sua duração, mas na maior parte das vezes dá-se o segundo caso, em que a história produzida pelo relato é limitada a uma entrada que visa fornecer o material útil a um projeto específico.

De acordo com Bueno (2006), inserimos o memorial acadêmico como um projeto específico, para além de outros tipos de memoriais, cujos objetivos são o reconhecimento dos relatos do sujeito e do ator reabilitado ou a consolidação de um instrumento de formação.

3. O MEMORIAL ACADÊMICO COMO AUTOETNOGRAFIA

Ao longo do século XX, as particularidades metodológicas da Antropologia, com a imersão cultural e os necessários diários de campo, colocam a discussão sobre autorreflexão e narrativa de forma precoce. Isto se relaciona com o aparecimento do neologismo “autoetnografia” e com os desdobramentos das questões da narrativa, da escrita de si e do fazer etnográfico.

A autoetnografia é uma metodologia estabelecida no campo da Antropologia Social, a partir do momento em que a experiência etnográfica é percebida como algo que vai além da coleta de dados, das constantes observações e das anotações descritivas, incorporando a

particularidade do ser e do estar em campo, bem como preocupando-se com a maneira como foram estabelecidas as interações com os contextos socioculturais, enquanto uma experiência de aprendizagem, com desafios e soluções, falhas e sucessos, que seriam, assim, compartilhados através da escrita. Segundo Versiani (2005)⁵, os processos autoetnográficos surgem como uma construção do indivíduo e com a produção de sua memória ou de concepções sobre si.

Através de processos físicos, como a escrita de diários de campo, registros fotográficos e gravações, ou processos relacionados ao sujeito observador/observado, há necessidade do autodistanciamento (Waizbort 1998), que agora acontece de forma intermediária, uma vez que o antropólogo analisa a sua própria trajetória em tempos diferentes. Assim, percebemos como as antropólogas entrevistadas, além das delimitações ou aberturas do concurso, buscaram se inserir em um espaço de produção onde o memorial é visto como um objeto de competição, aproximação ou igualdade entre os pares na profissão.

Ellis (2004) define a autoetnografia como a descrição e a análise sistemática da vivência pessoal (auto), que busca compreender a experiência cultural (etno), inserida em uma forma de pesquisa e de escrita (grafia), com ênfase no processo de autorreflexão, aproximando-se de características da autobiografia (escrita sobre

o próprio passado) e da etnografia (estudo de práticas culturais) para a produção de descrições estéticas, evocativas e densas⁶.

Neste processo de contar-se, as autoras-narradoras têm percepção do *ethos* que se manifesta na permeabilidade entre as suas formações profissionais e a maneira como desenvolvem seu exercício de autorreflexão:

Empenhada no entendimento alargado de experiências sociais e simbólicas diversas, a etnografia só se realiza por meio da escrita e só se completa na escrita. Daí que não basta dizer que o real é sempre construído e que os sentidos são sempre negociados numa trama complexa de dispositivos de poder. É preciso descrever: mostrar como e de que forma, em que contextos, com que entonação e modulação de voz, se no público ou no privado, por homens ou por mulheres etc. Os tais dos “imponderáveis da vida social”, que tanto encantam os antropólogos, precisam antes ser descritos. Descrever, escrever, inscrever. Etnografar. Grafar, grafia, escrita (Pontes 2014:7).

E, afinal, o que é o ofício do antropólogo, senão a busca da alteridade desse movimento que leva a procurar no “outro” o próprio “eu” e sua afirmação. Mais do que isso, a descoberta do “outro” e sua compreensão realiza

5 A origem do termo “autoetnografia”, segundo Versiani (2005:97), ocorre na Antropologia a partir de textos de Reed-Danahay, Phillippe Lejeune, Alice Deck e Mary Louise Pratt, como um desdobramento de discussões entre produção textual e subjetivação, nas quais são alguns exemplos significativos a coletânea “Writing Culture: the poetics and politics of ethnography” (1986), organizada por Clifford e Marcus, e os trabalhos de Michael Fischer sobre autobiografias étnicas.

6 Essa aproximação entre a autobiografia e a etnografia pode resultar em um amálgama de documentos impressos e/ou audiovisuais produzidos por um pesquisador que pretende oferecer aos leitores uma escrita que incorpore “ação, diálogo, emoção, corporalidade, espiritualidade e um senso de autoconsciência” (Raab 2013:2).

transformações no sujeito e em sua própria percepção. Por isso, talvez, a Antropologia nunca tenha primado por “falar sobre”, mas, antes, por “falar com”. E, nesse sentido, este memorial é também um exercício de alteridade. Termino-o, de certa forma, “alterada”, como se tivesse olhado de esguelha para mim mesma, e estranhando (Schwarcz 2004:75-76).

Acreditamos que tais questões, por porosidade ou capilaridade do campo intelectual, apresentam-se na escrita dos memoriais das antropólogas analisados, quer por aproximação quer por afastamento.

Em tais textos, as autoras-narradoras reorganizam as instâncias dicotômicas sujeito-objeto, através da inclusão explícita de suas personas como foco de análise, na qual, ao mesmo tempo em que a narradora produz uma manifestação discursiva em que se coloca em relação consigo mesma, esta é mediada pelas exigências da contratualidade, ou seja, pelas expectativas do possível auditório em relação ao discurso em primeira pessoa, como relato crítico de sua trajetória cultural e intelectual, assim como de suas expectativas profissionais e acadêmicas.

O corpo documental escolhido reúne quatro memoriais acadêmicos de titularidade, escritos por Lilia K. Moritz Schwarcz (2004) e Sylvia Caiuby Novaes (2010), da Universidade de São Paulo, e Vanessa R. Lea (2010) e Heloísa André Pontes (2014), da Universidade Estadual de Campinas.

Os memoriais, apesar de não possuírem um formato estético rígido, apresentam um padrão, delimitado pela normatização acadêmica, cujo texto é impresso em sulfite A4, com margens de

3 e 2,5 cm, em tipo *Times New Roman* ou *Arial*, tamanho 12, com espaço 2 ou 1,5, ocupando, em geral, cerca de quatro dezenas de páginas, sendo comum o uso de notas de rodapé. Nos documentos analisados, processos de estetização (como uso de imagens, utilização de textos literários, para além de tímidas e raras epígrafes, ou editoração do volume) ou mesmo maiores arroubos literários mostraram-se quase totalmente ausentes.

Mesmo sendo raros memoriais com processos de estetização, eles nos mostram uma nova forma de apresentar-se academicamente, uma vez que deve haver cuidado ao inserir fotografias e ir tecendo a narrativa através delas, ou, ainda, para a utilização de um poema como epígrafe do texto, bem como para a implementação de modificações que vão para além do conteúdo interno do memorial. Essas alterações passam pela escolha do material da capa, se algum dado imagético será incorporado, se essa imagem fará parte da narrativa de forma direta ou apenas de forma estilística, pela seleção quanto ao tamanho e à gramatura das folhas, ao tipo de encadernação, entre outras possibilidades. Quando nos deparamos com um memorial com tais modificações, ficamos surpresos com os cuidados estabelecidos por seu autor e nos perguntamos qual tipo de performance, legado ou competição que este tinha em mente, sendo, inclusive, comum que, além da própria banca, também outros professores consultem eventualmente os memoriais de conhecidos para realizarem os seus.

Os memoriais em análise apresentam características individuais e coletivas bem delimitadas, a partir de suas falas, escolhas, justificativas, decisões, dinâmicas estabelecidas,

objetos de pesquisa e ênfases, mais ou menos acentuados dentro da narrativa, em meio a dados formais que são expostos de forma mais objetiva, como as inevitáveis datas de entrada na universidade, conclusão da dissertação de mestrado e da tese de doutorado, realização de concurso e efetivação na universidade etc., delimitando campos geracionais amplos.

A descrição da identidade profissional docente é apresentada como a sequência de simultâneas fases, quase como algo ininterrupto e sem dificuldades, as quais vão além da esfera institucional. Nesta descrição, ainda na infância é construída uma base sólida, com aprovações escolares e familiares, e o processo posterior é descrito como fruto desse trabalho inicial e da rede de relações, que justificam o lugar alcançado.

As narrativas de natureza mais privada, como as considerações sobre familiares, a língua materna, as viagens realizadas, a infância, os casamentos, a maternidade, as intrigas, a corporalidade, os sonhos, a atuação política, entre outras, também referenciam certas dimensões geracionais, não tanto em termos cronológicos, mas de vínculos

diversos, como convivência política, familiar e intelectual⁷.

O memorial de Heloísa Pontes (2014) possui 37 páginas de narrativa, com capa, sumário, notas de rodapé e foi impresso em folha sulfite, tamanho A4, encadernado em espiral. Apresenta uma abordagem fortemente hermenêutica, com reflexões sobre suas percepções pessoais, embora circunscritas ao campo intelectual. As notas de rodapé guiam o leitor a compreender algumas lacunas na narrativa principal⁸.

Por sua vez, a narrativa de Vanessa R. Lea (2010) apresenta 51 páginas, com capa, sumário, também impresso em folha sulfite, tamanho A4, encadernado em espiral, apresentando algumas tabelas que fazem referência quantitativa aos trabalhos de campo realizados no Brasil, assim como diagramas e tabelas sobre educação indígena e uma análise sobre modificações ortográficas em uma cartilha de alfabetização indígena.

O relato de Lilia Schwarz (2014) desenvolve-se por 76 páginas, sendo encadernado em capa dura, com páginas em sulfite, tamanho A4, apresentando 152 notas de rodapé, que dotam o texto de maior densidade descritiva⁹.

7 Comparando as carreiras das quatro professoras, por exemplo, em termos temporais, Sylvia Novaes formou-se em nível de graduação em 1971, Vanessa R. Lea em 1974, Heloísa Pontes e Lilia Schwarz em 1980, e o ingresso no doutorado de Lea foi em 1986, de Novaes em 1990, de Schwarz em 1993 e de Pontes em 1996. Por sua vez, se tomarmos o espaço entre o fim da graduação e a titularidade, Schwarz levou 24 anos para completar tal percurso, Pontes, 34, Lea, 36, e Novaes, 39.

8 Todos os memoriais apresentam, além do texto, única parte que buscamos analisar, o Currículo Lattes do candidato ao concurso, atendendo a uma exigência para a inscrição, que consta dos editais, o que produz um volume maior de páginas.

9 No caso dos memoriais da USP, preservados no Centro de Apoio a Memória Histórica (CAPH), na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, cabe destacar uma particularidade documental do material referente à existência das atas dos concursos de livre-docência e titularidade em muitos dos memoriais pesquisados, ou seja, um documento produzido pela banca examinadora que oficializa o resultado e que apresenta as notas obtidas, o tema exposto pelo candidato, o dia, a hora e o local em que o processo foi realizado, além de considerações breves sobre a tese e o memorial acadêmico apresentados. Tal documentação não estava presente em todos os memoriais catalogados, uma vez que ela não faz parte

Finalmente, o documento de Sylvia Novaes (2010) tem 50 páginas e apresenta características de estrutura e forma idêntica aos dois anteriores, com a particularidade de que trechos do memorial de livre-docência foram copiados na íntegra para o texto da titularidade¹⁰.

4. VESTÍGIOS DA CONDIÇÃO DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO

Como já afirmado, os memoriais apresentam distintas formas de narrar uma trajetória, que, esquematicamente, dividimos como cartesianas ou hermenêuticas, sendo uma característica recorrente, quase um “era uma vez”, a contextualização do ingresso na vida acadêmica, o que pode se iniciar pela vida propriamente universitária ou se projetar para as origens familiares, que seriam um indicador de origem social e de condição de classe.

Entre os memoriais analisados no presente artigo, tal regressão temporal, embora tratada de forma diversa quanto à extensão e à profundidade, quase sempre mostra o que antecede a vivência acadêmica e apresenta indicações sobre as origens de classes médias ou altas das autoras-narradoras.

A exceção é Pontes (2014), cuja narrativa se inicia com o ingresso na universidade e

os caminhos intelectuais possíveis, ao mesmo tempo em que minuciosamente detalha escolhas e desdobramentos que mostram uma abordagem subjetiva e autorreferente, omitindo as relações extra-acadêmicas, que não são nunca contempladas, deixando-nos sem maiores informações sobre o que antecede a vida universitária e o seu cotidiano.

Lea (2010:2-3), por sua vez, identifica a gênese de seus interesses acadêmicos na infância, quando morou em Liverpool, tendo grande proximidade com famílias de cónsules oriundos de países latinos, além da vivência compartilhada com estes na escola. Ela também se refere à sua primeira experiência de ensino, em Valência, na Espanha, aos 15 anos, onde deu aulas particulares de inglês e entrou em contato com a cultura da América Latina. A formação escolar é identificada por ela como um sólido alicerce intelectual e cultural, que definiu gostos, interesses e aptidões para a universidade, através do contato com uma cultura letrada e erudita:

Influenciada por peças de Tchekhov e romances russos, quis aprender russo, mas somente a escola católica para meninos oferecia essa possibilidade. Tive que assistir aulas de latim a

do corpo narrativo do mesmo e não possui obrigatoriedade de ser entregue para arquivamento, mas, em alguns casos, encontrava-se inserida entre as páginas dos textos. Esse registro permitiria vislumbrar algumas relações acadêmicas e redes de vínculo que foram estabelecidas durante os anos de carreira universitária do docente, sendo que, em alguns casos, existem agradecimentos, elogios e demonstrações diretas de interação e de reciprocidade.

10 Não é um caso único e, na realidade, menos incomum do que se poderia esperar, sendo possível justificar isso por diferentes aspectos: o vivido é o mesmo, resultado de um passado que não mudará e, portanto, a repetição se justifica pela experiência passada ser a mesma; embora tenham uma dimensão pública, os memoriais não são entendidos pela imensa maioria dos candidatos como futuro objeto de leitura e análise posterior, mas como parte secundária de um todo que os supera em importância, ou seja, a trajetória e a obra, que podem ser comprovadas por pesquisas, cargos, publicações e outras realizações ao longo da carreira; ou, ainda, a banca, enquanto público-alvo, normalmente não leu o relato do concurso anterior e não terá motivos para cotejar os dois textos, mas somente apreciar aquele que se apresenta como prova de verdade, conforme o edital exige, entre outras possibilidades.

contragosto. [...] Tive que esperar até treze anos de idade para começar a estudar espanhol, algo que ansiava fazer devido à minha convivência intensa com pessoas que falavam essa língua. Comecei a estudar francês aos onze anos de idade e pretendia estudar literatura francesa e espanhola na universidade. Em francês, eu tinha lido autores como Molière, Racine e Mauriac, além de muita poesia, e o currículo em espanhol incluiu Cervantes, Pio Baroja, de Lara, entre outros (Lea 2010:3).

Schwarcz (2004:3) não contextualiza sua origem familiar e sua infância, mas identifica o Colégio Vocacional¹¹, no final da década de 1960, durante sua adolescência, como o fator de estímulo para o desenvolvimento de certas habilidades e potencialidades (“na prática de seminários, nos trabalhos de equipe, conheci a lógica de ‘participar’ e entendi o que significava informar e formar”)¹², enfocando, no entanto, mais a estrutura, os conteúdos e os objetivos da formação escolar do que suas particularidades pessoais.

Finalmente, Novaes (2010:4) escreve uma introdução de duas páginas, com ponderações sobre a trajetória pessoal, o capital cultural já

acumulado antes do curso universitário e a escolha pelas Ciências Sociais em um momento tenso da vida político-institucional do país, em 1968, sem referência às origens familiares, apenas mencionando a “formação pré-universitária em colégios leigos e particulares” (com citação nominal do tradicional colégio Dante Alighieri) e a enumeração de três anos de italiano, seis de francês e alemão e onze anos de inglês (com um intercâmbio de três meses nos Estados Unidos), assim como cursos de formação complementar de história da arte, fotografia e pintura, além da frequência a teatros, cinemas e exposições, que surgem como um alicerce cultural humanista.

Por diferenças de estilo ou geracionais, a questão da ditadura militar, dimensão estrutural na trajetória de todas elas e que poderia oferecer um forte referencial memorialístico, é apontada com variadas ênfases pelas quatro autoras: Pontes (2014) inicia o relato a partir de sua estada na universidade, de 1977 a 1980, quando o processo de abertura já estava em andamento, mas não toca no assunto; Lea (2010:6-7) só entrou em contato com o autoritarismo do regime quando decidiu se dedicar aos índios brasileiros, como objetivo de seu doutorado, na década de 1980, através das dificuldades em abordar o tema e de justificar

11 Colégios Vocacionais, também chamados de Ginásios Vocacionais, foram parte de um projeto pioneiro criado pela pedagoga Maria Nilde Mascellani, com seis escolas da rede pública paulista, entre 1962 a 1969, sendo uma delas localizada no bairro paulistano do Brooklin (as outras eram unidades em Americana, Batatais, Rio Claro, Barretos e São Caetano do Sul). Tais escolas apresentavam uma proposta pedagógica inovadora, com aulas ocorrendo em período integral, conteúdos amplos e métodos de ensino e de avaliação que enfatizavam a criatividade e a participação pessoal, assim como o desenvolvimento do pensamento crítico. Tal projeto, por sua dimensão crítica, foi encerrado, e alguns de seus professores foram perseguidos a partir do recrudescimento do regime militar.

12 “No entanto, depois de tantos anos, tendo a reconhecer que o Vocacional marcou opções futuras e me fez vivenciar e entender a importância da História. Não uma História fechada em datas, heróis e eventos; mas, antes, aquela que faz sentido na própria experiência pessoal. O passado é uma nação distante, diz o ditado; o fato é que, quando chegou a hora de escolher uma carreira, a Faculdade de História pareceu-me uma saída possível” (Schwarcz 2004:3).

sua permanência no país, enquanto estrangeira; Schwarcz (2004:3) afirma que acompanhou, no final da década de 1960, “(quase de arquiabancada) os anos da ditadura e da repressão”, embora percebesse as perseguições através do afastamento inesperado de professores do Colégio Vocacional por conta de preferências políticas; e, por último, Novaes (2010), que, tendo se formado em 1971, traz de forma mais significativa as referências ao período ditatorial, inclusive porque seu objeto de estudo no mestrado foram os Bororos, e a questão indigenista sempre foi um campo de tensão entre a sociedade civil e os militares¹³.

A questão de raça, por sua vez, é algo inexistente e, infelizmente, ainda é uma ausência sentida em relação a praticamente todos os memoriais pesquisados por nós nas duas instituições, haja vista a ainda baixa representatividade de negros entre os professores universitários atualmente e, mais ainda, em períodos anteriores, nos quais políticas inclusivas não eram adotadas nem para o acesso à graduação pelas instituições de ensino

superior. Com certeza, memoriais acadêmicos das décadas de 20 e 30 do século XXI oferecerão maior diversidade em relação às origens étnicas e raciais do que atualmente encontramos.

Por sua vez, a questão étnica também aparece pouco, pois, nos casos aqui analisados, a origem judaica de Schwarcz não recebe nenhuma referência e a herança britânica de Lea somente é identificada no início do texto, por suas recordações de infância e formação, sendo de alguma forma repudiada, quando pede naturalização brasileira¹⁴.

Conforme já apontado anteriormente, a questão de gênero apresenta-se como um enorme desafio para ser utilizada como marcador discursivo, justamente na tentativa de delimitação daquilo que seria exclusivo da condição feminina e, mais ainda, como indicador legítimo de uma tradição misógina dentro do campo intelectual.

Por outro lado, referências ao feminismo ou à forma como a questão de gênero impactou as pesquisas desenvolvidas pelas autoras-narradoras, se não são uma recorrência, também não constituem uma ausência¹⁵.

13 “Durante os anos 70 as sociedades indígenas começam a se fazer cada vez mais presentes no cenário nacional. O modelo de desenvolvimento econômico imposto pelo governo militar a partir de 1964 afetara seriamente estas sociedades, cujos territórios foram atravessados por rodovias, inundados por represas, invadidos por projetos que ignoravam sua existência e em nada as beneficiava. Se até a década de 70 as notícias sobre os índios nos grandes jornais ocupavam as páginas dedicadas às espécies em extinção da fauna e da flora, a partir de então estas notícias passam a ocupar as páginas de política nacional, ao lado daquelas sobre a organização do movimento dos posseiros, a greve dos boias-frias, os movimentos sociais na periferia das grandes cidades. A ‘abertura política’ que se inicia na década de 80 abre espaço para a reorganização de diferentes segmentos da sociedade civil. Entidades de apoio à luta indígena são organizadas nos grandes centros urbanos já no final da década de 70” (Novaes 2010:10-11).

14 “Em 2005 naturalizei-me brasileira mais por minha indignação com a invasão do Iraque pela Inglaterra do que por acreditar que esse ato modificaria minha vida no Brasil” (Lea 2010:6).

15 “Um tema que me acompanha desde a chegada ao Museu Nacional, conforme já mencionado, é a questão de gênero. Na UNICAMP me beneficieei da possibilidade de apresentar dois trabalhos no Núcleo de Estudos Pagu, onde pude contar com Marisa Correia e Adriana Piscitelli como interlocutoras. Publiquei um primeiro artigo sobre gênero feminino nos Cadernos Pagu, em 1994, e outro na Revista de Estudos Feministas, em 2000. Publiquei um artigo sobre

De certa forma, optamos, a partir das características das fontes, por uma percepção binária da memória evocada em relação aos papéis socialmente validados como masculino e feminino, assim como identificamos uma redução significativa da dimensão físico-corporal à possível referência à existência de filhos, mas ao completo silêncio sobre o sexo, a doença ou a morte em tais relatos.

Observamos que muitas vezes o que define essa dimensão binária, fundada nas tradições sociais, presente nos relatos, em relação aos femininos não é uma crítica expressa ou um relato detalhado sobre alguma situação que teve imposição direta pela condição de “ser mulher”, mas sim uma falta nos masculinos sobre determinados aspectos da trajetória pessoal como os filhos, os casamentos ou as separações como temas sobre os quais os homens em geral calam, enquanto as mulheres eventualmente falam.

Assim, o que nos orientou foi escolher vestígios de memória do que observamos ser narrado e cobrado em nossa sociedade de forma distinta para homens e mulheres, mesmo quando possuem profissões semelhantes, levando em consideração

que as narradoras nasceram entre as décadas de cinquenta e sessenta.

A junção entre a herança social e a perspectiva profissional é apresentada em diversos momentos, como nessa descrição de Lea sobre seu contato com as hierarquias de gênero em uma tribo indígena brasileira:

Na minha pesquisa de campo a questão de gênero estava sempre presente. Ficava inconformada quando meu poderoso “pai” Raoni me despachava para a roça quando estavam acontecendo reuniões políticas importantes nos Postos da FUNAI [Fundação Nacional do Índio] e eu era impedida de ir junto. Apesar disso ele me levava à casa dos homens para ficar ouvindo a conversa dos velhos. Minha “mãe”, a mulher dele, perguntava se eu tinha pênis quando ia à casa dos homens. Eu retrucava que não tinha pênis, mas tampouco filhos com quem ficar em casa de noite. Também afirmava que os chefes no meu país eram duas mulheres – a rainha Elizabeth e Margaret Thatcher (Lea 2010:14).

a performance do choro cerimonial, uma arte feminina, na revista *Indiana*, em Berlim, depois de apresentar o trabalho no Congresso de Americanistas no Chile em 2003. Retorno a esse tema num trabalho sobre a morte, apresentado no México e publicado num livro no Peru em 2007, além do capítulo de livro sobre uma aula de choro, já mencionado. Ainda ligado à questão de gênero, publiquei um capítulo de livro sobre a pintura corporal Mebengokre, executada pelas mulheres, e outro capítulo na primeira coletânea dedicada à questão da paternidade múltipla” (Lea 2010:41-42). Ou ainda: “Empolgada com a leitura de ‘Orlando’, de Virginia Woolf – que confirmava mais uma vez, para mim, o vigor com que a literatura descortina dimensões ao mesmo tempo sutis e poderosas da vida social, tornando pálidas muitas das leituras feitas no curso de ciências sociais – formulei o projeto ‘Literatura no feminino?’. A ideia era analisar a poesia de Adélia Prado à luz do debate que se travava na época sobre a existência ou não de uma escrita feminina. Desencadeado pela releitura de Clarice Lispector e pela entrada na cena política do final dos anos de 1970, dos então chamados novos movimentos sociais, entre eles o feminista, tal debate desaguava na discussão sobre as construções sociais do feminino e do masculino (gênero ainda não era um termo utilizado) e, por tabela e para resumir uma discussão interessante, na antropologia” (Pontes 2014:4).

Isso também fica evidente no trecho em que Novaes identifica tensões derivadas da mesma questão:

Admitida, em 1972, para o programa de pós-graduação em Antropologia não tive dúvidas em optar pela etnologia, sob a orientação da Professora Thekla Hartmann... O tema era aquele que iniciara na graduação: examinar o grupo doméstico Bororo como esfera fundamental para se pensar a relação entre o público e o privado nesta sociedade, mas agora com um foco mais definido – estava interessada em entender melhor a perspectiva das mulheres. A literatura sobre os Bororo sempre foi das mais abundantes em termos de etnologia brasileira, mas intrigava-me o fato de todas as análises privilegiarem, com exclusividade, a perspectiva masculina, mesmo aquelas empreendidas por antropólogas (Novaes 2010:8).

Quanto ao feminismo, referências sobre o tema são bastante comuns, como objeto ou enquanto vivência e/ou influência, como nos excertos a seguir:

Os tempos eram diferentes: algumas colegas viravam feministas; outros militavam no movimento homossexual; outros, ainda, passavam a defender a preservação do meio ambiente. Eram muitos os elementos de dispersão e, em meio a tantas motivações de ordem diversa, fazer “política séria” e entender formas diversas de participação social eram parte da nossa agenda, que incluía ler os “clássicos” e experimentar os “novos clássicos”. Os grandes partidos já não respondiam tanto à imaginação,

e nessa época os movimentos sociais despertavam a atenção para suas reivindicações. “Somos todos gays, lésbicas e negros”, dizia a faixa em frente ao Teatro Municipal, no ano de 1980, convidando todos a aderir às novas causas (Schwarcz 2004:4).

Comecei a pesquisar, em meio à extensa população de paquistaneses que mora em Manchester, uma organização feminista – Al Masoom, composta por mulheres muçulmanas que procuravam lutar contra a violência às mulheres e às crianças na Bósnia, arrecadavam fundos para a construção de um hospital no Paquistão e se articulavam em termos da política local de Manchester, procurando garantir os direitos do grupo étnico a que pertenciam. “Al Masoom, Wonder Women” foi meu primeiro vídeo. Procuro nele mostrar a força política e a sensualidade de mulheres que o ocidente só consegue ver como um grupo apático e subjugado (Novaes 2010:16).

O final da década de 1970, no mundo intelectual do Rio de Janeiro, foi também marcado pela explosão de interesse no feminismo. Três colegas da minha turma, Bruna Franchetto, Maria Laura Cavalcanti e Maria Luiza Heilborn, lançaram a revista *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, e a questão de gênero era um assunto debatido diariamente. Dois fatos no meu passado já haviam me sensibilizado para essa questão. Minha avó materna me contou que, quando se casou, meu avô quebrou seu equipamento de retocar fotografias (sua profissão na época). A partir daí

o único provedor era ele. E minha mãe reclamava que o pai dela não se preocupava com a educação dela, mas somente do irmão dela; ele acabou estudando em Ruskin College, Oxford, e era comunista (Lea 2010:13-14).

que lhe confere forma e direção, fui me distanciando dos pressupostos e das motivações iniciais que me levaram ao feminismo, ao mesmo tempo em que procurava uma forma expressiva de apresentar a etnografia (Pontes 2014:12).

No caso de Pontes, cuja dissertação de mestrado, defendida em 1986, era sobre o SOS-Mulher e as práticas feministas¹⁶, as tensões entre militância e vida acadêmica são apontadas claramente:

Tendo iniciado a vida profissional com uma pesquisa de campo sobre o movimento feminista, do qual inicialmente participei como militante, me vi às voltas no decorrer da pesquisa com os problemas postos pela relação sujeito e objeto e com as dificuldades para traduzi-los em chave etnográfica. Para levar adiante a pesquisa fui me distanciando da militância, sob pena de não fazer nem antropologia nem política. No movimento feminista passei a ser vista como uma militante pela “metade”, enquanto na academia, corria o risco de não ser reconhecida como pesquisadora por estar comprometida demais com o meu objeto. Para sair do impasse em que me vira colocada – o de estar em lugar algum, que é o mesmo que estar no pior dos mundos – tive que objetivar a minha própria experiência em conjunto com a experiência das militantes que eu pesquisava. Nesse esforço de objetivação e no compasso analítico

Se o feminismo, no qual as relações entre a persona militante e a intelectual são problemáticas pelas exigências distintas e eventualmente excludentes que possam apresentar, não aparece de forma direta nos relatos autorreflexivos aqui abordados, a identidade pessoal inevitavelmente é permeada por seus referenciais e mescla-se nas tramas do discurso.

Retomando a questão do binarismo nos discursos, a temática mais abordada nos memoriais femininos e a que menos é tocada nos memoriais masculinos é a maternidade e/ou a paternidade, sendo apresentada dentro da narrativa de inúmeras maneiras, utilizada como justificativa para entrada ou saída de emprego, fonte de inspiração ou item decisivo para escolhas na carreira ou, ainda, como suporte emocional fundamental.

Segundo Perrot (2007), a maternidade é vista como um marcador na identidade da mulher, mesmo quando não deseja ser mãe, pois estamos inseridas em um universo onde a mulher torna-se completa a partir do momento que gera alguém, já as figuras masculinas já nascem completas.

Para além da maternidade em si, temos todas as formas de trabalho informal que ela agrega,

16 “Do palco aos bastidores: o SOS-Mulher e as práticas feministas contemporâneas’, minha dissertação de mestrado e meu primeiro trabalho de fôlego, é uma tentativa de analisar o perfil e a ideologia do movimento feminista paulista, a composição de seu quadro de militantes, sua dinâmica e trajetória no cenário político brasileiro, assim como as representações e as formulações feministas sobre a então chamada condição feminina e suas implicações nas práticas políticas e culturais do movimento. Os dois primeiros capítulos apresentam uma análise do movimento feminista em São Paulo; os dois últimos constituem a etnografia do grupo SOS-Mulher” (Pontes 2014:13).

observada como carinho, onde tempo, saúde, disposição, paciência são, em sua maioria, mais oferecidos pela figura materna. Dessa forma, conseguimos imaginar, portanto, porque nos memoriais femininos essa temática é pontual, enquanto nos masculinos não.

Através deste grupo de mulheres fui convidada a ir ao Paquistão, onde ocorreria o casamento da filha de uma delas e para esta pesquisa obtive uma bolsa da ICCCR - *International Centre for Contemporary Cultural Research*. Os paquistaneses são extremamente hospitaleiros. Passei um mês, com minhas três filhas, hospedada na casa da avó da noiva e pude me exercitar na filmagem do ritual do casamento, constituído de várias fases, que se estendem por três semanas. Apesar do pouco tempo de contato com esta cultura, a experiência prévia em Manchester e, fundamentalmente, minha longa pesquisa de campo entre os Bororo – tempo suficientemente longo, mesmo que em diferentes períodos – foram estratégicos para que eu rapidamente conseguisse me adaptar à nova situação. Contribuí também para isto o fato de ter levado minhas filhas (Novaes 2010:16).

Descrita de forma breve, observamos também como a questão do trabalho no âmbito privado é explorada e delineada nas entrelinhas do texto,

apresentando uma dupla carga, que dificilmente existe para os homens, todavia, sempre buscando evidenciar que foi feito por cuidado/amor com o outro/outros. Um ponto importante a ser considerado é que a experiência do trabalho do lar, para essas mulheres, é diferente, pois elas estão inseridas em um grupo econômico diferenciado em nossa sociedade.

Ao observar a construção dessas trajetórias e realizar algumas comparações com os memoriais masculinos, percebemos como a escrita feminina é articulada por meio de um viés coletivo, enquanto a masculina, individual, sendo que as questões de gênero estão diretamente ligadas com essa escrita, uma vez que a rede de relações citada pelas mulheres nos memoriais inúmeras vezes vai além do espaço acadêmico.

Os relatos construídos por meio de uma linguagem coletiva estão mais inseridos nas questões familiares, segundo as quais parentes mais próximos surgem como agentes ativos em suas trajetórias, auxiliando em diversos momentos. Portanto, o memorial torna-se um espaço não só de retomada na trajetória, mas também de agradecimentos para essas pessoas que estiveram presentes na construção da vida privada e coletiva. Nos memoriais masculinos, por sua vez, agradecimentos desse tipo surgem, em sua maioria, apenas no espaço público, enquanto o privado fica como que esquecido¹⁷.

17 “Para Paul Thompson, há diferenças quando se enquadra o gênero na memória. Os homens têm uma tendência em falar da vida como sua, sendo os sujeitos de suas ações. Em contraposição, as mulheres utilizam verbalizações típicas, calcadas sobre as relações sociais ao incluir nas suas histórias de vida pedaços das histórias de outras pessoas, usando mais frequentemente o nós. Para as mulheres, são importantes as relações afetivas e humanas representadas por aquilo que elas construíram com os outros, o companheiro, os filhos, enquanto o homem centra-se nas suas realizações individuais. Thompson se refere àquilo que ele chama de processo terapêutico original mediante a liberação da memória, em que pelo fato de saber-se possuidor de algo que interessa ao outro (o pesquisador), o depoente (a pessoa idosa)

Enquanto todas fazem referências a alguns professores, colegas de pós-graduação ou de departamento, Pontes (2014) e Schwarcz (2004) não citam nem seus companheiros ou filhos, Lea (2010), que se concentra quase totalmente na descrição minuciosa de suas atividades acadêmico-profissionais, também faz rápidas referências à vida privada – como sobre a existência de um “companheiro” (Caio Navarro de Toledo) na descrição de sua defesa de doutorado (Lea 2010:18) ou menciona um afastamento da pesquisa de campo frente à sua gestação (Lea 2010:20) –, assim como Novaes (2010:16), que também identifica seu vínculo materno.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O memorial propõe ao autor-narrador um acerto de contas com o tempo, onde este escolhe quais pontos deseja demonstrar ao leitor, tendo a possibilidade de construir uma narrativa ampla, com reflexões sobre grandes feitos ou trivialidades, expressando o poder de escolha sobre a dinâmica do texto, que pode assumir uma dimensão mais cartesiana ou hermenêutica, embora não de forma estanque, no encontro entre a assertividade do concurso e a abstração da memória.

Por mais que o edital determine o que o documento deva conter – um texto que expresse de

forma objetiva a trajetória intelectual e profissional –, não é estabelecido o que não pode constar, espaço que permite o exercício da narratividade, a inserção do subjetivo e a estetização da escrita, reafirmando a natureza dual desta fonte, que é tanto burocrática quanto pessoal.

A partir dessas narrativas, ainda muito pouco exploradas enquanto objeto de pesquisa, quer pelas chaves analíticas de classe, raça ou gênero, quer por outras abordagens, talvez seja possível a compreensão de diferentes concepções do “eu” e das formas como ele é inserido no espaço acadêmico e social.

Para além de traços de personalidade de cada uma e das escolhas narrativas feitas para a estruturação do documento, acreditamos que a experiência com o desenvolvimento da pesquisa de campo entre os índios e a utilização do inevitável “diário de campo” aproximam Novaes (2010) e Lea (2010) de uma escrita autorreflexiva¹⁸, que, mesmo quando se pretende objetiva, faz concessões ao íntimo e pessoal, enquanto Pontes (2014), que teve uma significativa experiência etnográfica no mestrado, a partir do doutorado optou por pesquisas mais bibliográficas e arquivísticas, assim como as de Schwarcz (2004). Embora não tenham tal referencial metodológico, estão ambas inseridas em uma geração na qual o giro linguístico

introjeta um sentimento de importância e renovação, de finalidade, de algo por esperar. A liberação da memória pode possibilitar a emergência de sentimentos poderosos funcionando como uma descarga emocional para alguém que há tempos não é mais ouvido. Falar sobre o passado significa rememorar alegrias, sucessos ou fracassos, perdas, dores, rancores mal resolvidos que adquirem nova significação no momento presente. Sempre é gratificante relembra o que se foi e o que se realizou, apesar da carga de pesares que qualquer existência relativamente longa acumula” (Almeida 1998:54-55).

18 A temática da escrita autorreflexiva na antropologia e na pesquisa etnográfica já produziu uma ampla bibliografia (Green & Vallat 1981; Clifford & Marcus 1986; Erickson 1988; Clifford 2008), assim como as dores e as angústias da pesquisa em arquivo também originaram algumas reflexões bastante instigantes (Derrida 2001; Farge 2009).

se apresentou de forma enfática, e cujos textos, inclusive, apresentam forte dimensão subjetiva, mas mais internalista. Acreditamos, portanto, que, embora se apropriem de formas distintas do ethos antropológico, se caracterizam por suas perspectivas pessoais como exemplos distintos de autoetnografia.

Assim resta, a partir de tais caminhos e possibilidades, problematizar sempre e mais tanto a escrita do campo quanto a grafia da vida.

6. AGRADECIMENTOS

O artigo é resultado de pesquisas realizadas com apoio de bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processos 2016/19014-0 e 2018/05783-7.

7. REFERÊNCIAS

Almeida, J. 1998. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP.

Bueno, B. O. 2006. Histórias de vida e autobiografias na formação de professores e profissão docente (Brasil, 1985-2003). *Educação e Pesquisa* 32(2):385-410. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022006000200013>.

Câmara, S. C. X., e M. C. Passeggi. 2012. O gênero memorial acadêmico no Brasil: concepções e mudanças de uma autobiografia intelectual. *Anais da Jornada Nacional do Grupo de Estudos Linguístico Do Nordeste* 24:1-12. Disponível em: <http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2012/Arquivos/%C3%A1reas%20tem%C3%A1ticas/G%C3%AAneros%20textuais/Sandra%20e%20Maria%20-%20O%20G%C3%8ANERO%20>

MEMORIAL%20ACAD%C3%8AMICO.pdf. Acesso em: 27 abr. 2014.

Clifford, J., e G. Marcus. 1986. *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.

Clifford, J. 2008. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Derrida, J. 2001. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Ellis, C. 2004. *The ethnographic I: a methodological novel about autoethnography*. Walnut Creek, California: Alta Mira Press.

Erickson, F. 1988. Ethnographic description, in *Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society*. v. 2. Editado por U. Ammon, N. Dittmar, K. Mathier, pp. 1081-1095. New York: Walter de Gruyter.

Farge, A. 2009. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp.

Fentress, J., e C. Wickham. 1992. *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema.

Green, J. L., e C. Vallat, 1981. *Ethnography and language*. Norwood, NJ: Ablex Press.

Josso, M.-C. 1999. História de vida e projeto: a história de vida como projeto e as “histórias de vida” a serviço de projetos. *Educação e Pesquisa*

- 25(2):11-23. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97021999000200002>.
- Lea, V. R. 2010. *Memorial*. Concurso de Professor Titular em Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Lejeune, P. 2008. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: UFMG.
- Novaes, S. C. 2010. *Memorial*. Concurso de Professor Titular em Antropologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Perrot, M. 2007. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto.
- Pontes, H. A. 2014. *Memorial*. Concurso de Professor Titular em Antropologia. Instituto de Filosofia, e Ciências Humanas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Raab, D. 2013. Transpersonal approaches to autoethnographic research and writing. *The Qualitative Report* 18(21):1-18. Disponível em: <http://nsuworks.nova.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1516&context=tqr>. Acesso em: 16 mar. 2018.
- Schmidt, B. B. 2009. Nunca houve uma mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher “excepcional”, in *Memórias e narrativas (auto) biográficas*. Editado por B. B. Schmidt e A. C. Gomes, pp. 55-75. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/FGV.
- Schwarcz, L. K. M. 2004. *Memorial*. Concurso de Professor Titular em Antropologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Silva, W. C. L. 2015. A vida, a obra, o que falta, o que sobra: memorial acadêmico, direitos e obrigações da escrita. *Tempo & Argumento* 7(15):103-136. DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180307152015103>.
- Silva, W. C. L. 2017. Brilho etéreo de arquivos e lembranças: algumas questões sobre arquivos pessoais e biografias. *Diálogos* 21(2):32-43. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/diálogos.v21i2.39526>.
- Souza, E. C., e M. C. Passeggi. 2008. *Pesquisa (auto) biográfica: cotidiano, imaginário e memória*. Natal-São Paulo: EDUFRN-Paulus.
- Versiani, D. B. 2005. *Autoetnografias: conceitos alternativos em construção*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Waizbort, L. 1998. Para uma sociologia do memorial acadêmico – um fragmento. *Revista de Teoria Literária e Literatura Comparada* 3(3):77-82. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i3p77-82>.

ETNOGRAFIAS DA DURAÇÃO E OS DESEJOS DE MEMÓRIA FERROVIÁRIA NO SUL DO BRASIL

Guillermo Stefano Rosa Gómez

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Porto Alegre - RS - Brasil

Yuri Schönardie Rapkiewicz

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Porto Alegre - RS - Brasil

Cornelia Eckert

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Porto Alegre - RS - Brasil

submissão: 09/02/2019 | aprovação: 18/04/2019

RESUMO

Neste artigo, buscamos estabelecer diálogo e convergência imagética entre etnografias da duração realizadas com comunidades de trabalho ferroviário em distintos contextos do Sul do Brasil. Tomando como categorias fundamentais a memória coletiva, a crise, a ruína, a cidade e o trabalho, queremos indicar a pluralidade e a complexidade das situações do patrimônio ferroviário no contexto da desativação das ferrovias brasileiras. Escolhemos como aspecto interpretativo central os desejos de memória dos ferroviários aposentados, indicando o caráter político cotidiano que a memória coletiva assume nos mais variados projetos de rememorar. Ressaltamos a pertença à nossa comunidade interpretativa, bem como a importância de, enquanto antropólogos(as) visuais, reconhecer, impulsionar e se aliar aos projetos êmicos de duração dos trabalhadores das cidades contemporâneas.

Palavras-chave: antropologia visual e da imagem; etnografia da duração; memória coletiva; trabalho ferroviário.

ETHNOGRAPHIES OF DURATION AND THE WISHES OF RAILWAY MEMORY IN SOUTHERN OF BRAZIL

ABSTRACT

In this paper, we propose a dialogue and imaging convergence between ethnographies of the duration carried out with railway work communities in different contexts of Southern Brazil. Taking as fundamental categories the collective memory, the crisis, the ruin, the city and the work, we indicate the plurality and complexity of railway heritage situations in the context of the deactivation of Brazilian railroads. We choose as central interpretative aspect the “wishes of memory” of the retired railway workers, indicating the daily political character that collective memory assumes in several remember projects. We emphasize belonging to our interpretative community, as well as the importance of as visual anthropologists to recognize, promote and ally with the emic projects of duration of the workers of contemporary cities.

Keywords: visual anthropology and anthropology of image; ethnography of duration; collective memory; railway work.

ETNOGRAFÍAS DE LA DURACIÓN Y LOS DESEOS DE MEMORIA FERROVIARIA EN EL SUR DE BRASIL

RESUMEN

En este artículo buscamos establecer un diálogo y una convergencia imagética entre etnografías de la duración realizadas con comunidades de trabajo ferroviario en distintos contextos del Sur de Brasil. Tomando como categorías fundamentales la memoria colectiva, la crisis y la ruina, la ciudad y el trabajo, buscamos indicar la pluralidad y complejidad de las situaciones del patrimonio ferroviario en el contexto de desactivación de las ferrovías brasileñas. Escogemos como aspecto interpretativo central los deseos de memoria de los ferroviarios jubilados, indicando el carácter político cotidiano que la memoria colectiva asume en los más variados proyectos de rememoración. Resaltamos, desde nuestra comunidad interpretativa, la importancia de, como antropólogos / visuales, reconocer, impulsar y aliarnos a los proyectos êmicos de duración de los trabajadores de las ciudades contemporâneas.

Palabras clave: antropologia visual y de la imagen; etnografia de la duración; memoria colectiva; trabajo ferroviario.

1. INTRODUÇÃO: MEMÓRIAS FERROVIÁRIAS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA

O trabalho como valor ritmou os diferentes ciclos econômicos no Brasil. Dos tempos de colonização aos tempos modernos, foram inúmeros os movimentos migratórios, compulsórios ou livres que efetivaram uma política de ocupação, exploração, expansão e, por fim, urbanização e industrialização. Entre tantos empreendimentos econômicos, as estradas de ferro amalgamavam todos os citados motes para o projeto de desenvolvimento e de construção do estado-nação que emergia no mundo Ocidental moderno. Dessa forma, ao adentrarmos o século XX no Brasil, a imagem que prevalece é a do trabalho desenvolvido em atividades estratégicas para a economia, como motor de desenvolvimento. O destaque para a atividade ferroviária sintetiza o símbolo de uma cultura de conquistas, seja nos moldes da República ainda oligárquica seja nos padrões da República mais urbana e industrializada.

A atenção com que a Antropologia brasileira se voltou para estes processos históricos, na medida de sua atuação acadêmica na segunda metade do século XX, cedo se consolidou nas linhas de pesquisa da Antropologia do Trabalho e da Antropologia Urbana. Estes campos de conhecimento também se mostraram como objetos de pesquisa de interesse do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAS), inaugurado nos anos 1980 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Uma tradição que se mantém ainda hoje, mesmo que se apresente de forma mais complexa e entrecruzada por novos desafios e campos de interpretação, como discussões sobre memória, gênero, família,

envelhecimento, patrimônio, imagem, política, meio ambiente, entre outros conceitos.

Assim, não é nenhuma surpresa que tenhamos por objetivo, neste artigo, trazer o relato de investigações etnográficas centradas no tema do trabalho como valor, convergindo interesses de pesquisas e trajetórias de pesquisadores(as). Mais especificamente, abordamos o tema da memória coletiva de trabalhadores ferroviários no Rio Grande do Sul. Propomos um texto-diálogo que reverbera experiências presentes em produções desenvolvidas para conclusão de graduação e de mestrado, elaboradas entre interlocutores(as) vinculados(as) ao modo de vida ferroviário.

As pesquisas seguiram as trilhas das estradas de ferro e de algumas de suas principais estações: Porto Alegre, como capital do estado, importante centro articulador dos interesses econômicos e comerciais da região. Assim, na área metropolitana, a primeira ferrovia instalada no Rio Grande do Sul alcançava São Leopoldo, cidade caracterizada pelo histórico de receber a imigração alemã, conhecida pelo seu pioneirismo em manufaturas e empresas familiares; Pelotas, uma estação que ganhou importância não só como região economicamente relevante em tempos do domínio da produção pecuária, mas igualmente como território estratégico de segurança nacional, por sua proximidade com as fronteiras de países de conquista hispânica; nas proximidades de Pelotas, destacam-se outras estações, como Rio Grande, porto no extremo sul do estado, e Capão do Leão, também localizada nesta região sul; além destas, outras linhas férreas levam nossa pesquisa às regiões serranas de imigração italiana, como Caxias do Sul e Bento Gonçalves, centro econômico

da produção de uvas e de vinho; contando, ainda, com Passo Fundo, para inserir uma cidade da região missioneira.

Tivemos como interesse compartilhado as imagens-memória das cidades, do trabalho, das transformações urbanas e das múltiplas formas de duração (o envelhecimento, as memórias, os “usos e desdobramentos” dos patrimônios culturais, as sociabilidades no presente e os projetos de futuro), aspectos que reverberam também a crise das ferrovias no Brasil. Hoje, estas estações são apenas rastros de um passado recente considerado promissor. Nestas cidades ainda residem os(as) trabalhadores(as) ferroviários(as) aposentados(as) e/ou seus familiares, em sua maioria pertencentes a uma faixa etária dos sessenta aos oitenta anos. São estes os principais interlocutores de nossas pesquisas, pessoas com quem convivemos intensamente, graças ao seu consentimento e mesmo às suas demandas por nossos estudos antropológicos.

Sob a luz desse percurso de pertencimentos, os objetivos deste artigo são: a) narrar o trajeto e as convergências de formação e de pesquisa, pertencimentos institucionais e teórico-metodológicos, visando refletir sobre a particularidade das “etnografias da duração” (Rocha & Eckert 2013) no contexto de patrimonialização das urbes contemporâneas; b) refletir, a partir de nossas experiências entre comunidades de trabalho, sobre os plurais e complexos percursos das memórias do trabalho, da ruína ao patrimônio; c) situar os narradores e os interlocutores de pesquisa a partir

de seus “desejos de memória” (Rapkiewicz 2018), indicando a necessidade de os(as) antropólogos(as) da memória estarem sensíveis aos projetos ênicos de duração, indicando de que maneira se pode participar desses projetos.

2. UMA ANTROPOLOGIA COM IMAGENS EM CONTEXTOS URBANOS

O ato de escrever coletivamente e a sua permanência no tempo enquanto atitude de pesquisa dizem respeito a um trajeto compartilhado. A primeira característica, que dá base para essa produção em conjunto, é a nossa inserção no Núcleo de Antropologia Visual (Navisual) do PPGAS da UFRGS. Esse núcleo, com tradição na formação de pesquisa na área da Antropologia Visual, tem a coordenação de Cornelia Eckert, também orientadora de nossas pesquisas. O Navisual atua em parceria com o Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV), um projeto de pesquisa de Cornelia Eckert e de Ana Luiza Carvalho da Rocha. Ambos têm como marca a atuação coletiva, que se efetiva nas produções de entrevistas, artigos, relatos de pesquisa, apresentações de trabalho, saídas de campo e “etnografias de rua” (Rocha & Eckert 2013), reuniões semanais, seminários de leitura, a manutenção expositiva da galeria “Olho Nu”¹, ensaios fotográficos, crônicas filmicas, oficinas sobre narrativas e imagens, eventos, intercâmbios, exposições e curadorias².

Enquanto o Navisual atua, de forma sistemática, na formação em Antropologia Visual, o Banco de Imagens e Efeitos Visuais atua na produção de

1 A Galeria “Olho Nu”, vinculada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFRGS, é um espaço expositivo, gerenciado pelo Navisual que recebe propostas expográficas de cunho etnofotográfico.

2 Citamos como exemplo o mais recente projeto, intitulado “Cartas aos narradores urbanos” (Braz et al. 2018).

“coleções etnográficas em formato multimídia e etnografias hipertextuais sobre o patrimônio etnológico do mundo urbano contemporâneo” (Rocha & Eckert 2015a: 48), a partir das pesquisas desenvolvidas pelas coordenadoras, bem como por orientandos, bolsistas e voluntários. A produção do BIEV é divulgada na internet (<https://www.ufrgs.br/biev/> - BIEV UFRGS 2018), sendo acessível ao público.

Com a influência dessa formação, buscamos atuar de maneira colaborativa e compartilhada, ao nos relacionarmos com linhagens de conhecimento, com as parcerias intelectuais e com as plurais relações de interlocução. Nesse contexto, Guillermo Gómez, vindo de graduação cursada na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), iniciou participação no Navisual em 2016, em razão de seu mestrado em Antropologia Social. Atua no núcleo desde então, agora como doutorando do PPGAS/UFRGS. Yuri Rapkiewicz, por sua vez, foi bolsista de iniciação científica (IC) de ambos os núcleos a partir de 2010, vinculado ao projeto “Trabalho e cidade: antropologia da memória do trabalho na cidade moderno-contemporânea”, seguindo como pesquisador colaborador do Navisual e do BIEV até 2018, ano em que concluiu o mestrado no PPGAS/UFRGS.

Estes núcleos de pesquisa foram nossos espaços de produção e de reflexão sobre “o estatuto da representação etnográfica no contexto da cultura visual no mundo contemporâneo” (Rocha & Eckert 2015a: 12). Seguindo essa

linhagem, nos filiamos à prática da etnografia da duração (Rocha & Eckert 2013).

A pesquisa de Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert possui o objetivo de propor, como abordagem antropológica, a etnografia da duração, sob o prisma da metodologia da convergência:

O que o método de convergência aponta, no caso da antropologia interpretativista que adotamos nos estudos da etnografia da duração, é compreender e interpretar os jogos da memória coletiva. Não significa admirá-los com os olhos do artista ou fotógrafo, ou cronista ou cineasta, mas questionar o sentido desta obra na convergência com outras, homólogas, a partir da trama de ideias que compõem o dinamismo criador que encerra suas formas e/ou estruturas (Rocha & Eckert 2013:64).

Os “jogos da memória” e suas “tramas de ideias” são organizados pela conduta colecionista engajada do antropólogo com os desejos de memória dos grupos pesquisados. Assim, pensar a partir da etnografia da duração significa considerar o fenômeno da memória desde sua pluralidade de imagens. Acessamos, enquanto etnógrafos da duração, as formas narrativas pelas quais essas imagens assumem continuidade no tempo, isto é, pelos “esforços” (Bachelard 1988) com os quais habitantes das cidades agenciam os tempos vividos em uma composição narrativa³. O “grau de imersão

3 O conceito de duração aqui referido provém de uma interpretação advinda da filosofia de Gastón Bachelard, em especial de suas obras “A dialética da duração”, de 1936, e “A intuição do instante”, de 1932 (Bachelard 1988, 2010), e, posteriormente, de Gilbert Durand, com a obra “As estruturas antropológicas do imaginário”, de 1984 (Durand 2002). Tratar do tempo na sua rítmica afasta nossa perspectiva de outras apropriações conceituais da duração, tais como as de Henri Bergson. Para Bergson, a memória “é um ato de resistência da duração à matéria puramente espacial ou

do antropólogo nos jogos da memória do outro” (Rocha & Eckert 2013:54) está relacionado com sua compreensão das “identidades do si mesmo” (Ricoeur 1991), narradas pelos interlocutores. A identidade narrativa, enquanto gesto criador e modo de articular os tempos vividos, é um projeto de continuidade frente às descontinuidades e às rupturas temporais. Esse “desejo de transcender o tempo” (Rocha & Eckert 2013:27) não diz respeito somente ao indivíduo, como ensina Maurice Halbwachs (2006), pois sua memória, apoiada e tramada às memórias de sua comunidade afetiva, faz vibrar as imagens-memórias do coletivo.

Se este fenômeno “raro” (Bachelard 1988) que é a memória está repleto e faz suscitar as mais variadas imagens, nossa aproximação das memórias e do imaginário dos habitantes das urbes contemporâneas demanda uma abordagem antropológica bastante específica:

Para investigar esse fenômeno da memória, portanto, não há outra forma senão aderir a essa dinâmica das imagens, mergulhar nas imagens em que o próprio narrador se deixa navegar, para encontrar as suas razões para durarem na paisagem do mundo contemporâneo (Devos 2005:17).

Imagens são, portanto, a maneira pela qual acessamos o mundo do outro e como “narramos” (Rocha & Eckert 2005) essa relação de interlocução. Nesse sentido, cabe ressaltar duas questões importantes: 1) quando falamos em “imagem”,

estamos fazendo isso a partir da perspectiva durandiana do “imperialismo das imagens” (Rocha & Eckert 2013:59), que significa reconhecer que elas podem ser sonoras, visuais, escritas, filmicas etc.; 2) a compreensão dos regimes de imagens perpassa a produção, por parte dos(as) antropólogos(as), de outras imagens que – engendradas por categorias, princípios de sentido e núcleos semânticos em formas constelares – dão vazão à experiência etnográfica de interlocução, arranjando-as em formato imagético-narrativo.

3. A DURAÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA COLETIVA

Há outra influência que inspira o pensar antropológico colaborativo defendido por nossas pesquisas: as próprias características do campo etnográfico investigado, isto é, do trabalho ferroviário. Esta atividade era organizada em rede, envolvendo desde o nome da principal empresa estatal que controlava a maior parte das linhas férreas no país – a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) –, passando pela estrutura de níveis e posições dispostas em organogramas, chegando até as microcooperações entre os diferentes setores nos processos de trabalho.

Ainda que o modelo de trabalho ferroviário buscasse aproximar as camadas trabalhadoras do espaço urbano controlado pela empresa, por meio das vilas operárias (Leite Lopes 1978), ou que produzisse um “encapsulamento das redes sociais” (Hannerz 2015), fazendo com que colegas de trabalho fossem também familiares e

intelectual” (apud Rocha & Eckert 2013:28). Bachelard e Durand rejeitam as premissas bergsonianas, não reduzindo a memória a um fenômeno da consciência (cf. Rocha & Eckert 2000), apostando na potência da imagem e do imaginário. A fenomenologia da imaginação, à qual a etnografia da duração mostra-se pertencente, apresenta uma contestação às antíteses bergsonianas, especialmente no que tange ao caráter secundário que seu pensamento atribui à imagem.

vizinhos, o “enraizamento de uma comunidade de trabalho” (Eckert 2012) se dava de maneira particular. Os deslocamentos, característica dessa profissão, ressoam nas memórias que acessamos durante os itinerários de campo. Nossos universos de pesquisa⁴ acompanharam, assim, os fluxos e os deslocamentos na medida em que não obedecem a uma circunscrição geográfica específica, pelo contrário, nossas etnografias acessaram memórias plurais em movimento, em uma composição de camadas biográficas, culturais, societárias e de Estado. Nesse contexto, as imagens e as memórias do trabalho ferroviário sugeriram-nos tanto os encontros afetivos e etnográficos com os interlocutores ferroviários aposentados quanto com as organizações de convergências de narrativas imagéticas que abarcam diferentes territórios do Rio Grande do Sul.

Esse empreendimento de convergência entre nossas pesquisas, inspirado pelas diferentes razões que apresentamos até aqui, já tem, em si mesmo, uma duração no tempo. Além de termos como influências algumas das leituras clássicas da Antropologia Urbana brasileira (os narradores urbanos⁵, como Gilberto Velho, Ruben Oliven, Eunice Durham, Ruth Cardoso, Hélio Silva e Tereza Caldeira) e as referências da Antropologia do Trabalho (Leite Lopes 1978; Eckert 2012; Cioccarri 2015), damos também

destaque para interlocutores do nosso programa de pós-graduação. Um dos exemplos é Lucio Lord (2002), pioneiro em tomar a memória coletiva ferroviária em Porto Alegre como objeto de investigação etnográfica no âmbito do Navisual e do BIEV. O pesquisador centrou sua etnografia na vila ferroviária e no pátio de operações dos trens, ambos localizados no bairro Humaitá, em Porto Alegre. Outra leitura importante foi a da antropóloga Rojane Brum Nunes (2013), cuja pesquisa, realizada no município de Santa Maria (importante entroncamento ferroviário no Rio Grande do Sul), narra a apropriação da urbe pelos aposentados, em um revigorante estudo sobre processos de envelhecimento.

Assim, no que diz respeito à nossa primeira parceria, momento no qual nos propusemos a realizar exercícios de escrita e de bricolagem (Benjamin 1989), realizamos um ensaio fotográfico (Rapkiewicz & Gómez 2016), mobilizando imagens colecionadas desde a graduação. As fotografias deste ensaio estão imersas nas narrativas das “sentinelas da memória” ferroviária no Rio Grande do Sul. Já no campo das publicações, o capítulo “Entre trilhos e temporalidades: o tempo do trabalho nas memórias dos ferroviários aposentados de Porto Alegre” (Rapkiewicz & Eckert 2015) foi síntese do trabalho de conclusão de curso da graduação em Ciências Sociais de Yuri

4 Magnani (2002, 2012) chama atenção para que os antropólogos urbanos não caiam na “tentação da aldeia”, isto é, de estabelecer fronteiras bem definidas para um grupo social, dentro das quais poderia se apreender sua totalidade. Argumentamos que pesquisar sobre a fluidez das memórias e de seus jogos temporais e imagéticos, tecidos pelas narrativas dos interlocutores, é um ato de potência para transcender o tempo cronológico ou a delimitação geográfica das espacialidades.

5 A coleção intitulada “Narradores urbanos” é composta por vídeos-entrevista feitos com alguns dos principais antropólogos(as) urbanos(as) do Brasil. Foi organizada e distribuída pelo BIEV a partir de 2010 (BIEV UFRGS 2018).

Rapkiewicz e integrou o livro “Etnografias do trabalho: narrativas do tempo”⁶.

Em nossas dissertações de mestrado (Gómez 2018a; Rapkiewicz 2018), evidenciamos com mais fôlego os argumentos apreendidos em cada experiência etnográfica. Gómez (2018a) seguiu as narrativas da crise ferroviária desde as condições de inserção profissional, passando pela manutenção de projetos de estabilidade e pela memória do trabalho e a interação mnêmica com documentos, instrumentos e veículos de trabalho e paisagens. Destacou a especificidade narrativa dos modos temporais e imagéticos de narrar o “fim” do trabalho, acompanhando, também sob a chave interpretativa do tempo e da imagem, os projetos de resiliência, crítica e indignação durante o envelhecimento e/ou aposentadoria.

Já Rapkiewicz (2018)⁷ apresentou narradores aposentados, colecionadores e militantes da memória ferroviária, agregando reflexões sobre o papel do antropólogo urbano e da restituição no âmbito de pesquisas relacionadas ao campo do patrimônio cultural. Neste estudo, os ferroviários narradores contam suas biografias de trabalho e de militância política pela memória social da ferrovia. Contextualmente, a etnografia acompanhou projetos de duração associados aos

desejos de memória do grupo no Sul do Brasil, observando como os “etnolecionadores” (Rapkiewicz 2018) são os guardiões protagonistas das histórias de trabalho que significam, no tempo presente, o patrimônio cultural ferroviário. Nesse entremeio, a pesquisa dialogou com a burocracia e os dispositivos de Estado que legitimam a continuidade formal deste recorte da memória industrial do país, abordando as políticas públicas de memória do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN), de forma aplicada ao cotidiano dos interlocutores da pesquisa.

Ao longo das investigações, compartilhamos os resultados parciais das pesquisas em alguns dos principais fóruns de discussão da Antropologia e das Ciências Sociais, como a Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), a Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) e nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), nos quais buscamos dialogar por meio de campos temáticos como os estudos antropológicos do envelhecimento, da imagem, da memória, do patrimônio e do trabalho. Na 30ª RBA, o tema em foco consistiu no estudo de apelidos ferroviários, resultando posteriormente no

6 Este livro (Rocha & Eckert 2015b) esteve vinculado ao projeto denominado “Trabalho e cidade: antropologia da memória do trabalho na cidade moderno-contemporânea”, com a participação de diferentes pesquisadores(as) do campo da Antropologia do Trabalho pertencentes ao Navisual e ao BIEV, como Ana Paula Marcante, Luisa Dantas, Rafael Lopo, Maria Cristina França, Fernanda Nummer, Olavo Ramalho, Marize Schons, Pedro Paulo Soares e Viviane Vedana.

7 Cabe registrar que a ferrovia abordada na dissertação de Rapkiewicz (2018) é um fragmento memorial afetivo e familiar, relacionado ao trabalho do avô paterno de Yuri, que havia servido no Batalhão Ferroviário, em Bento Gonçalves. A primeira entrevista desta etnografia foi realizada com Casemiro Rapkiewicz, o soldado 1.029, seu avô, que havia servido em 1950 na serra Gaúcha. Ele narrava, em 2010, ao lado do fogão a lenha, as suas histórias do quartel. Contava sobre a sua função de abrir picadas no mato e nivelar o terreno para instalação posterior dos trilhos, bem como sua rápida participação, já que foram apenas três meses de atividade, até ter sido definitivamente afastado do trabalho por um acidente.

artigo de Magni & Gómez (2017)⁸. No 41º Encontro da ANPOCS, debatemos como os rumores, enquanto uma peculiar forma narrativa, podem ser úteis para entender a crise ferroviária (Gómez & Rapkiewicz 2017) e discutimos sobre coleções etnográficas e restituição no âmbito das pesquisas sobre a patrimonialização do complexo ferroviário e portuário de Porto Alegre (Rapkiewicz & Abalos Junior 2017). Na XII RAM, aproximamos duas biografias de ferroviários aposentados, de Hélio Bueno (artífice da via permanente) e de Orlando Chagas (maquinista), para refletir sobre a complexidade do envelhecimento entre camadas trabalhadoras urbanas.

Nesse deslocamento, evidenciam-se diálogos com nossos coetâneos, como a coordenadora do projeto “Memorial da Estação Férrea de Pelotas” e orientadora de graduação de Guillermo Gómez, professora Claudia Turra Magni (Magni & Gómez 2017), além da equipe interdisciplinar que acompanhou a pesquisa no ano de 2015 junto ao Laboratório de Ensino Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som (LEPPAIS/UFPel). Destacam-se também parcerias construídas com a mestra em antropologia Andressa Pereira (Pereira 2017) e com a Rádio Comunitária de Pelotas (RadioCom), as quais possibilitaram, nas palavras do ferroviário Orlando Chagas, tornar “a cultura transmissível”.

Yuri Rapkiewicz, como mediador cultural e estagiário do Museu do Trem de São Leopoldo entre os anos de 2012 e 2014, firmou parcerias com

seus colegas da instituição de memória. Assim, produziu um artigo sobre a experiência crítica do programa de “Ação Educativa” do museu, dialogando sobre o cotidiano de trabalho e os projetos do Museu do Trem (Benvenuti et al. 2013). No âmbito dessa mesma experiência, integrou a equipe do projeto cultural “A tecnologia resgatando a memória ferroviária do Rio Grande do Sul”, realizado no biênio 2016/2017, no qual atuou com a pedagoga Lucélia Toldo de Souza e o historiador Ícaro Estivalet (Estivalet & Rapkiewicz 2017). Ainda no âmbito dessas discussões sobre a memória ferroviária, localizamos a dissertação de mestrado em História de Cinara Isolda Koch Lewinski (2017), que também é colaboradora do Museu. Sua produção aborda o contexto histórico e social da implementação do centro de preservação da história ferroviária do Rio Grande do Sul (Museu do Trem de São Leopoldo).

4. ETNOGRAFIAS DA DURAÇÃO FRENTE ÀS CRISES DA FERROVIA SUL-BRASILEIRA

Antes de adentrarmos nas constelações imagéticas que escolhemos como fomentadoras do debate sobre patrimônio ferroviário e projetos de memória, retornamos aos fragmentos do contexto geopolítico local e global no qual as ferrovias brasileiras se inseriram ao longo do tempo. Afinal, a historiografia do tema (Flôres 2007; Harres 1996; Heinen 1981) teve destacada contribuição para a compreensão dos cenários nos quais se desenham esses projetos de duração, em consonância com a prática etnográfica de reminiscências da comunidade ferroviária.

8 Tratou-se do GT 49, “Ofícios e profissões”, coordenado por Fernanda Valli Nummer (Universidade Federal do Pará - UFPA) e Maria Cristina França (Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS).

Falar sobre a “situação ferroviária contemporânea” é apresentar, reconhecer e valorizar as memórias de uma profissão que teve papel de destaque nos processos de urbanização e de industrialização do Brasil. O seu protagonismo, como “setor estratégico” das políticas de desenvolvimento econômico nacional (Simões 2004:29), foi diminuído ao longo das décadas, principalmente com os robustos investimentos no sistema rodoviário registrados a partir da década de 1950. Logo, identificamos a presença ferroviária no Rio Grande do Sul colocando em relevo os “jogos da memória”, que trazem para a pauta essas continuidades, rupturas e transformações.

Em nível internacional, os primeiros trens surgiram na Inglaterra, com o advento da tecnologia da máquina a vapor. Eram visíveis os impactos da Revolução Industrial e do capitalismo financeiro como fatores determinantes para a proliferação de trens pelo mundo, conseqüentemente desencadeando o desenvolvimento industrial e a ascensão dos núcleos urbanos (cf. Hobsbawm 1977:72). No Sul do Brasil, a implementação das ferrovias serviu à necessidade de modernizar o transporte entre as zonas de produção agropecuária e as regiões portuárias, onde os produtos eram embarcados em navios para fins de abastecimento interno e exportação ultramarina. As linhas férreas também tiveram como importante papel o reconhecimento e a guarnição das fronteiras, ainda bastante conflitivas naquele contexto do final do século XIX.

O desenvolvimento da infraestrutura férrea foi possível por meio de vantagens econômicas e

comerciais concedidas aos investidores estrangeiros por parte do governo imperial brasileiro, visando o custeio da construção e a manutenção das estradas de ferro. Durante as primeiras décadas (1870-1920), foram diversas as companhias estrangeiras que obtiveram o controle da malha ferroviária do estado, sendo a principal delas a *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*, formada por capitais belgas, que, desde 1898, operavam no Rio Grande do Sul. Em 1905, a *Compagnie* adquiriu o privilégio de arrendar todos os ramais ferroviários rio-grandenses, unificando a malha ferroviária dessa região. Em 1920, com a criação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), o governo provincial encampou os caminhos de ferro do estado, quando, então, em 1957, a empresa pública estadual foi absorvida e federalizada, integrando o patrimônio da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), já no governo de Juscelino Kubitschek, que tinha a intenção de organizar um plano ferroviário nacional. A RFFSA foi “formada a partir da união de dezoito das vinte e duas ferrovias estatais então independentes” (Paradela 1998:54), mas a sua criação já era uma espécie de resposta ao cenário de precarização das ferrovias, porém “as subvenções foram incapazes de evitar a constante deterioração do setor, que continuou em queda na sua participação” (Silva Junior 2007:27).

Na década de 1990, a RFFSA entrou em fase de desestatização, signo bastante representativo do processo de declínio em que se encontrava esse modelo de transporte no Brasil⁹. Mais recentemente, um conglomerado privado norte-americano começou a administrar as estradas de ferro do Rio Grande do Sul e de outras regiões

9 Sobre a privatização da RFFSA, ver Amorelli (2003), Nunes (2016) e Paradela (1998).

brasileiras a partir de 1997, quando adquiriu este direito por meio de concessão, firmada no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. O evento de desestatização das ferrovias, enquanto marco temporal da extinção da RFFSA, é lembrado pelos aposentados com tristeza e indignação, denominando-o de “fim da ferrovia”. Esse fim tem “plurais expressões e formas narrativas” e, inclusive, imagéticas particulares (cf. Gómez 2018b).

Em contraponto à situação atual de terceirização e de precarização das condições de trabalho, os narradores ferroviários vivenciaram um período em que a prestação de serviços e as relações hierárquicas eram geridas por um “gigante burocrático”, com quase 160 mil funcionários em seu auge (Rapkiewicz & Eckert 2015; Amorelli 2003). Ainda hoje, a comunidade ferroviária faz referência à RFFSA mediante o uso de metáforas como “família” e “mãe carinhosa” – ou, no caso de sua ausência, se colocam como “órfãos” ou “viúvos” da empresa. Além desses termos associados a um glossário paternalista, é corrente a menção a ela apenas pelo termo “Rede”.

A “Rede” era portadora de uma estrutura assistencialista, ofertando moradia, escola, assistência familiar, lazer, serviço de saúde, previdência social e planos de carreira. Esse modelo institucional, baseado nas políticas de

longa permanência, típicas de um modelo de capitalismo social (Sennett 2015), fazia com que ingressar na profissão ferroviária fosse um projeto de vida almejado. O principal motivo que incentivava a entrada na profissão era a “conquista da estabilidade” (Gómez 2018a), princípio de distinção entre as camadas trabalhadoras urbanas. Claro que esses atrativos também configuravam as exigências da “disciplina empresarial” (Palermo 2012), isto é, moldavam os trabalhadores em um regime de controle, necessário para a reprodução do capital¹⁰. Em entrevista a Guillermo Gómez, um empregado da Rumo Logística declarou:

E a gente tem hoje um coordenador. Exemplo: lá em Rio Grande, hoje, são dois coordenadores. Para ti só ter só uma noção, no tempo da rede ferroviária, todo mundo era engenheiro. Tinha uns oitocentos engenheiros, era engenheiro da via permanente, era engenheiro da estação, era engenheiro de maquinista... Todo mundo era engenheiro! Inclusive os caras tinham mania de ser chamado de doutor, nunca tiveram doutorado nenhum, mas Deus me livre se não chamasse o cara de doutor fulano de tal. Hoje a gente tem dois coordenadores, e só! Rio Grande ali, na época, ali ficavam os engenheiros tudo, se a gente fosse contar, tinha uns 50, ali, mais ou menos. Hoje são dois coordenadores. Dois coordenadores a gente faz tudo, muito mais do que antes,

10 Nesse sentido, a empresa burocratizou sua estrutura, num modelo que perpassava toda vida social dos trabalhadores, disciplinando-os (cf. Lord 2002:55): “[...] burocratizar e hierarquizar em seu corpo administrativo, as organizações operariadas, a empresa fez obrigatória a inscrição e pagamento de taxas por parte dos operários a essas organizações. Dentro desse novo sistema entram organizações como a Sociedade Beneficente, criada para substituir a Liga Operária formada pelos operários, e a Associação Protetora, também originalmente formada pelos operários. Ainda fez parte do sistema de dominação paternalista, a construção de casas operárias pela empresa. [...]”. Em última instância, a moradia operária seria a forma mais direta de controle da empresa sobre a família operária, conforme mostra Leite Lopes (1978).

com dois caras. Para ti ver a mudança.
(Ubirajara, 62 anos, comunicação pessoal,
12 set. 2017).

Mais recentemente, a empresa norte-americana responsável pelas linhas férreas tem operado com terceirização das funções de trabalho, pulverizando as vinculações institucionais mais diretas e reduzindo o quadro profissional de especialidades para execução de processos cotidianos de trabalho. Um bom exemplo nesse aspecto é o dos maquinistas e dos auxiliares que viajavam juntos e tinham responsabilidades complementares até a década de 1990. Após a exclusão da categoria dos auxiliares, as tarefas de duas pessoas foram assumidas unicamente por um trabalhador. O agente de estação aposentado Ricardo Reischak conta que:

[...] foi no Plano de Cargos e Carreiras (PCC) revisado da RFFSA em 1990. Na oportunidade, os auxiliares de agente de estação passaram todos para agentes especiais de estação, assim como os artífices mecânicos, metalúrgicos, eletricitistas e afins, que foram classificados como artífices de manutenção. Algumas funções foram extintas, como operador de telex, camareiro e etc. (Ricardo Reischak, 55 anos, comunicação pessoal, set. 2016).

As equipes de artífices da via permanente também foram reduzidas numericamente e suas famílias deixaram de habitar as casas das vilas ferroviárias. Havia aposentadorias, mas não eram feitas novas

contratações e, assim, a ausência de trabalhadores, de ferramentas, de equipamentos e de maquinários foi se manifestando de forma lenta. Aos poucos, os próprios ferroviários podiam perceber que este “esvaziamento” da RFFSA anunciava o pior. Não poderiam imaginar que, após o sucateamento, viria a extinção da empresa. O que era apenas rumor tornou-se um fato irreversível. O maquinista, que já viajava sozinho por trechos precários de ferrovia nos quais arrastava a composição de locomotivas e vagões a baixas velocidades durante os últimos anos da “Rede”, passou da condição de “trabalhador só” para desempregado. Assim, o processo de sucateamento da malha ferroviária (“ou projeto”, como nos colocam alguns interlocutores) é narrado com pesar pelos trabalhadores. O abandono de construções da antiga empresa estatal, por exemplo, é um aspecto destacado no discurso de indignação de muitos ferroviários aposentados: “esta situação não é justa com os tantos anos de trabalho que desempenhamos como ferroviários” (Hélio Bueno da Silveira, 77 anos, comunicação pessoal, out. 2010).

É nesse contexto de crise (Eckert 2012) – conceito de que fazemos uso para referenciar a ruptura dramática com os tempos ritmados pelo trabalho – que se politiza a necessidade de uma investigação sobre as memórias ferroviárias. Mas não devemos nos enganar, temos consciência de que não podemos nos colocar enquanto “antropólogos frente ao dilúvio” (Marcus 2016)¹¹, recuperando uma tradição clássica da Antropologia de preservar culturas em face de desaparecimento. Estamos sensíveis às transformações da história e da economia política, como as narram os interlocutores, sem essencializar ou idealizar o passado ou, de outro

11 George Marcus (2016) direciona sua crítica para modos etnográficos de lidar com a mudança histórica, chamados por ele de “modo de resgate” e de “modo redentor” (Marcus 2016:237). No primeiro, os “sinais de mudança são

lado, condenar, de maneira quase sadista (cf. Ortner 2016), o tempo presente, de contexto neoliberal.

Advogamos a favor da manutenção e do reconhecimento dos “desejos de memória” (Rapkiewicz 2018) da comunidade ferroviária em suas mais diversas expressões. Ao indicarmos essa dimensão política e cotidiana da memória, queremos enfatizar inúmeras atividades resilientes dos(as) sujeitos(as) para fazer suas biografias e sua comunidade de pertença durarem no tempo. Se, como nos ensina o mestre da memória coletiva, “esquecer um período da vida é perder o contato com os que então nos rodeavam” (Halbwachs 2006:37), interpretamos as identidades narradas dos ferroviários(as) enquanto esforços coletivos e “teimosos” (Certeau 1994), que integram uma duração “ordinária” e que insistem em se insubordinar perante as descontinuidades.

Enquanto antropólogos, ao longo dos anos de pesquisa, fomos percebendo que os interlocutores nos transformavam em “aliados” dessa politização da memória. Faziam com que nossa atuação, seja em projetos acadêmicos seja nos poderes públicos, funcionasse como eixo propulsor da memória coletiva da ferrovia no sul do Brasil.

5. CONSTELAÇÕES DE IMAGENS

A Antropologia Visual teve e tem um papel preponderante na parceria engajada dos projetos de duração. A antropóloga Ana Lucia Ferraz – cuja tese de doutoramento resultou do estudo realizado entre grupos de trabalhadores na região metropolitana de São Paulo (Ferraz 2009a) – enfatiza, com influência de Jean Rouch, que a

Antropologia Visual permite “a participação do grupo estudado na produção das representações etnográficas” (Ferraz 2009b:83). No contexto de produção compartilhada de vídeo etnográfico em etnografias do/no mundo do trabalho, a autora destaca que “falar para a câmera trazia a possibilidade de emergência de discursos silenciados em outros espaços, como a assembleia, ou em reuniões formais” (Ferraz 2009b:88).

Nesse mesmo sentido, as exposições e os ensaios fotográficos, as atividades em museus e escolas, as projeções de vídeos-documentários e a circulação de museu de rua que fizemos colocaram a imagem como central nos projetos de duração da memória coletiva do trabalho ferroviário. Nossa tarefa foi, em um primeiro momento, reconhecer quais eram os projetos êmicos de continuidade da memória, entender e interpretar, ao modo antropológico, suas “teias de significados” (Geertz 2014) para, em segundo plano, durante o aprofundamento das relações em campo, conseguir efetivamente se inserir nas redes de memória e transformar o imperativo de duração da memória ferroviária em um trajeto antropológico compartilhado.

Nossas narrativas imagéticas passaram a contar com a vibração dos acervos pessoais, públicos e privados, com os *prints* de indignações manifestadas na internet, com as narrativas cotidianas presentes nos bairros de moradia, registrados em nossas fotografias e em nossos diários de campo. Logo, a memória ferroviária efervesce em múltiplas imagens e arranjos temporais, tomando forma nas coleções

evidentes, mas o etnógrafo é capaz de resgatar um estado cultural à beira da transformação” (Marcus 2016:237). No segundo, “o etnógrafo demonstra a sobrevivência de sistemas particulares e autênticos, apesar das inegáveis mudanças” (Marcus 2016:237).

etnográficas de nossas pesquisas. Nossas constelações de imagens, apresentadas neste artigo, se entrelaçam às ressonâncias dos projetos “Memorial da Estação Férrea de Pelotas”, “Centro Cultural Grêmio Esportivo Ferrinho” e “A tecnologia resgatando a memória ferroviária do Rio Grande do Sul”.

Destacamos esse contexto de alianças nos projetos de duração e de afirmada militância compartilhada na manutenção da memória ferroviária, justamente em face da crise das ferrovias brasileiras, mas, especialmente, da precarização do “público” enquanto conceito e setor de empregos, da redução de iniciativas nos setores da cultura e da educação e, mais atualmente, de enxugamento do Estado. Dessa forma, a experiência de gerações de famílias, avós, pais e netos que ingressavam na profissão da vida sobre os trilhos, ressoa agora na forma de memórias narradas e patrimônios preservados ou ameaçados. No caso de nosso universo de pesquisa, a categoria profissional que possui um histórico de greves e de militância sindical e política em prol dos trabalhadores atua tanto em adesão como em resistência frente às diversas políticas de governo disponíveis, embora mantenha um ativismo contínuo e duradouro em relação à fiscalização das condições materiais e subjetivas dos patrimônios ferroviários¹².

Advogamos a favor do comprometimento antropológico com investigações em torno da memória, ancorados nos pressupostos de compreensão dos regimes êmicos de tempo e de valorização do repertório de imagens das culturas locais e periféricas. A abordagem da etnografia da duração, afinal, está preocupada com os processos de patrimonialização nas cidades contemporâneas, em suas diversas escalas e particularidades.

Mas, afinal, como optamos por materializar esse esforço nesse texto, escrito a seis mãos? Como não poderia deixar de ser, organizamos narrativas imagéticas, convergindo imagens suscitadas pelas experiências de trabalho de campo entre comunidades ferroviárias no Rio Grande do Sul. Não buscamos, com essas duas constelações, abranger a pluralidade de discussões abordadas até aqui, mas deixamos que as imagens e suas convergências levem a outras possíveis.

Cabe dizer que a constelação é, para nós, conceito teórico e expográfico. Não é possível pensarmos uma imagem isolada da outra, e assim procedemos nas diferentes instâncias em que as imagens de pesquisa vibraram. Nas exposições coletivas do Navisual ou em sua metodologia aplicada a cada contexto etnográfico, imagens sempre se dispuseram juntas, aproximaram-se, formaram narrativas. Portanto, é por meio das convergências que dispomos e apresentamos as imagens neste artigo.

Selecionamos dois conjuntos de imagens, cada qual com seus “núcleos semânticos organizadores de sentido nessas constelações” (Rocha & Eckert 2013:57). Ambos estão vinculados às categorias centrais de “crise” e “duração”, subscritas ao “tempo” enquanto categoria predominante. Entendemos crise como a ruptura de uma rítmica temporal e duração como o esforço manifesto por sua continuidade. Destas categorias, na primeira constelação, desdobram-se as categorias de “ruína” e de “patrimônio”, nas quais oscilam a “degradação” e a “recuperação”, a “cidade” e o “trabalho”. Na segunda constelação, a transformação da crise em duração se dá pelos atos de politização da memória, pelo “envelhecimento resiliente”, pelas vibrações da memória do trabalho em diferentes suportes, aspectos que, em suma, efetivam “projetos de duração”.

12 Sobre o tema da adesão ou da resistência frente às políticas culturais de patrimônio, ver Lima Filho (2015).

6. ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS: DAS RUÍNAS DO TRABALHO AOS PATRIMÔNIOS DAS CIDADES



Figura 1 – A) Imagem retirada do Facebook; B) fotografia de Yuri Rapkiewicz (2017).



Figura 2 – A) Folder turístico; B) fotografia de Guillermo Gómez (maio de 2017).



Figura 3 – A) Imagem de acervo do Museu do Trem; B) fotografia de Guillermo Gómez (setembro de 2016).

Nessa constelação, acompanhamos o paradoxal cenário contemporâneo das ferrovias no Brasil. A extinção da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), no final da

década de 1990, apenas deu fim a um longo e agonizante processo de abandono, que durou décadas. Como o trabalho ferroviário é caracterizado pela dispersão da

mão de obra por longas extensões do território, também dispersos estão seus patrimônios, sejam eles materiais ou imateriais. Após a dissolução da empresa, os terrenos e as habitações operárias ficaram em situação inconclusa juridicamente. Já as estações, clássico símbolo do ocidente, tiveram os mais variados destinos, que vão desde a patrimonialização até o completo abandono.

A Figura 1A é uma fotografia publicada pelo ferroviário Ricardo Reischak no grupo “Ferroviários da SR-6 - FOTOS”, do *Facebook*. Esta “imagem-denúncia” ressalta o abandono da estação ferroviária Cândida Vargas, localizada no ramal desativado do trecho Dillermando Aguiar – Santiago – São Borja, na região central do Rio Grande do Sul.

O espaço virtual do grupo do *Facebook* ora mencionado é ocupado por trabalhadores, como os funcionários aposentados da RFFSA, parentes de ferroviários e pesquisadores. Mais do que um repositório de imagens, é um lugar de sociabilidades, reencontros e desabafos entre os ex-colegas de ferrovia. Acompanhar as atualizações da plataforma *online* no que concerne à postagem de fotografias e aos comentários, bem como a “compartilhamentos e curtidas”, evidencia os protagonismos, os conflitos e a diversidade de sujeitos imersos nessa temática, com diferentes posicionalidades e interesses. Segundo Gómez (2018a:186):

Estas ações nas redes sociais, enquanto manutenções da memória coletiva, contam com algumas características peculiares das informações que circulam na internet. A primeira delas é a efemeridade do registro, os dados não estão ali para serem acervados para as futuras gerações. Mas é por meio de outra característica das informações compartilhadas em uma rede como o *Facebook* que se produz uma relação ímpar com a memória coletiva: a constante renovação e a periodicidade diária.

Este uso êmico das imagens permite que todos os dias se esteja lembrando, discutindo, denunciado assuntos relacionados à ferrovia. Uma rítmica singular da manifestação da duração deste grupo geracional, profissional e afetivo.

As estações desativadas, parte da imagética da crise ferroviária, também servem de moradia para famílias de ferroviários aposentados, fenômeno recorrente no Rio Grande do Sul. A Estação São Valentim (Figura 1B), pertencente ao Ramal do Vinho, na serra Gaúcha, por exemplo, é habitada por um casal de ferroviários: Inês Augusta Justina da Silva, 82 anos, e seu marido, Garibaldino Alves da Silva, 81 anos. O aposentado narrou ter ingressado no Batalhão Ferroviário aos 19 anos. Durante a trajetória de trabalho, foi transferido para Lages, no estado de Santa Catarina, por curto período, retornando para o Rio Grande do Sul. Sobre a ocupação da Estação, relatou que ela estava desativada desde a década de 1970, e que ganhou o direito à moradia e às chaves do imóvel “da mão do Sargento Inácio”. A casa poderia seguir sob a posse do aposentado, como reconhecimento pelos anos de profissão. Segundo o relato do casal, nunca foram importunados por residirem no “seu imóvel”.

Apesar da crise, as estações ainda são espaços de trabalho, como vivenciamos em Passo Fundo (Figura 2B), recebidos por trabalhadores locais terceirizados. Porém, é claro que a “profissão ferroviária”, tal como é desempenhada hoje, distancia-se muito das práticas rememoradas pelos aposentados. Foi o que narrou Ubirajara, trabalhador na cidade de Rio Grande, um dos poucos que atuaram na Rede Ferroviária e foram recontratados pelas concessionárias privadas:

Ubirajara: [...] a função mudou completamente. O Rubem, aquele que tu acompanhou ali, era da época que a

gente trabalhava na estação, tudo passava por nós, os trens, documentação. Hoje, para ti ter uma ideia, o maquinista está escalado para um trem, digamos às 17 horas. Ele vai lá, entra na máquina, o trem tá pronto, tem um teclado que ele põe no colo ali, se comunica diretamente com Curitiba, ele licencia o trem dele, o cara diz ó tu tá autorizado a avançar até Pelotas e vai cruzar em tal lugar com outro trem. Guillermo: não se comunica mais com as outras estações?

Ubirajara: Nada, não existem mais as estações (Ubirajara, 62 anos, comunicação pessoal, 12 set. 2017, grifo nosso).

Em Pelotas, o ferroviário aposentado Orlando Chagas (Figura 3B), que vive “à beira dos trilhos”, convive com a estação recuperada pela secretaria de cultura e pelo IPHAN, e conhece as promessas do poder público quanto ao estabelecimento de um memorial ferroviário. É o que conta ele, em fala proferida em um programa da Rádio Comunitária de Pelotas (RadioCom), organizado em parceria com as redes de pesquisa:

Hoje a gente já ganhou vários aliados. A gente já tinha muitas pessoas. A gente ganhou o seu Paulo e a RadioCom. Estamos empenhados em organizar o museu ferroviário. E onde a gente gostaria de fazer o museu ferroviário? É na ferrovia, na estação. Tem aquele memorial vivo, o nosso patrimônio, que é a estação, foi restaurado, e hoje funciona lá o Cerest e o Procon e nada, nada de ferroviário. Eu, que convivo ali diariamente, porque eu sou delegado sindical, representante aqui de Pelotas, e o sindicato é ao lado da estação. Hoje, que que acontece, a gente tá convocando os ferroviários que todos que tiverem histórias, licenças, algo de ferroviários, que venham até nós, vai servir para nós começar a fazer nosso memorial. (Orlando Chagas, 61 anos, comunicação social, 27 jan. 2018).

A memória, reivindicada pelos ferroviários como patrimônio, também ganha matizes de “espetacularização e mercantilização” em contextos turísticos. No Rio Grande do Sul, a cidade de Bento Gonçalves é o exemplo mais marcante (Figura 2A). Lá, as imagens da ferrovia são transformadas em anúncios da experiência da “viagem do trem do vinho como um momento inesquecível”. A estação ferroviária de Bento Gonçalves é atualmente gerenciada pela empresa Giordani Turismo, que administra o passeio no trem turístico Maria Fumaça. A viagem sobre os trilhos tem duração de 1h30min, percorrendo o vale dos Vinhedos (cidades de Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa). A viagem, em clima de festa, é regada a vinho, espumante, canções italianas e danças regionais, encenadas por atores caracterizados. A passagem da locomotiva a vapor e o som do apito tornam-se o clímax do percurso. Na beira dos trilhos, a interação fugaz com os moradores ocorre por meio de acenos, palmas e gritos. Enquanto isso, no interior dos carros de passageiros, ocorre a incessante comercialização de quitutes, bebidas e *souvenirs*.

A imagem de acervo do Museu do Trem (Figura 3A) retrata a maior estação ferroviária de Porto Alegre, a Estação Castelinho, em um período de efervescência do sistema ferroviário no Rio Grande do Sul (década de 1940). Demolida na década de 1960, a construção deu lugar à avenida Castelo Branco, via de grande circulação da cidade, durante as transformações da infraestrutura urbana, que privilegiavam o setor rodoviário em detrimento das estradas de ferro. A presença de uma fotografia de acervo nesta constelação também abarca um horizonte comum das imagens por nós colecionadas, afinal, ao longo de nossas pesquisas, encontramos imagens de acervo em diferentes contextos: em coleções particulares ou museológicas, em álbuns de família e na internet.

7. PROJETOS DE DURAÇÃO E OS DESEJOS DE MEMÓRIA



Figura 4 – Fotografias de Yuri Rapkiewicz (2011) e Guillermo Gómez (2018).



Figura 5 – Fotografias de Yuri Rapkiewicz (2011-2018) e acervo do Museu do Trem (2010).

Nesta constelação, abordamos a complexidade dos jogos de memória, nos quais os velhos narradores agenciam politicamente suas imagens, fazendo vibrar as temporalidades do trabalho ferroviário. Como já afirmamos anteriormente, os projetos ênicos de continuidade, em suas variadas expressões, são importantes para nós. Também se faz fundamental a potencialização destes projetos, por meio da constituição de alianças que têm como contribuição engajada o próprio conhecimento antropológico. Destacamos o processo compartilhado no qual a memória do trabalho passa da reminiscência para a ação. Esses movimentos realizados pelos sujeitos de pesquisa nos colocam desafios, enquanto etnógrafos, de acompanhar outros contextos e situações. A etnografia passou a se situar nos museus, nas falas públicas, nas salas de aula, nos eventos acadêmicos, nas defesas de dissertação e na internet. Esses “outros espaços”, ocupados pela comunidade ferroviária em seus projetos de duração, fizeram a memória do trabalho se transformar e se adaptar criativamente aos diferentes contextos.

Paulo Nilton de Carvalho (Figuras 4C e 5A) é conhecido entre os ferroviários por ser um protagonista na militância cotidiana pela memória coletiva. Desde que se aposentou, organizou uma exposição itinerante de painéis com suas próprias fotografias tiradas durante o período de trabalho¹³.

Boa noite, meu nome é Paulo Carvalho, estou com 81 anos. Em primeiro lugar agradecendo esta honra aqui, para mim, que tenho origem toda ferroviária, quando

me convidam para fazer parte de uma programação, me emociona muito, apesar da idade. Até porque, esses dias – eu tenho uma exposição ferroviária – um repórter perguntava por que eu tinha essa paixão pela ferrovia. Tem uma origem até na minha fabricação, quando meus pais me fabricaram dentro de um trem. Eles viajaram num trem quando casaram e esse trem ficou retido em Cruz Alta e dali a nove meses eu nasci. Esse é o sangue do ferroviário que eu levo e depois, várias outras coisas, mas é uma alegria grande estar aqui na presença de vocês (Paulo Carvalho, 81 anos, em participação no programa “Memória Ferroviária”, veiculado na Rádio Comunitária de Pelotas em janeiro de 2018).

A exposição itinerante de Paulo já percorreu os municípios de Porto Alegre, São Leopoldo, Santa Maria, Rio Grande, Pelotas, Capão do Leão, Restinga Seca, Canela, entre outros. Os painéis são constantemente aperfeiçoados (em conteúdo e forma) pelo ferroviário, idealizador e curador. Sua circulação por diferentes municípios do estado faz vibrar e circular a memória do trabalho como parte fundamental da constituição desse “personagem” e da maneira pela qual ele se apresenta, fazendo, ainda, durar a biografia de sua comunidade afetiva.

Em Pelotas, os ferroviários aposentados Orlando Chagas (Figura 4A) e Rubem Medeiros (Figura 4D), são engajados com as repercussões

13 Paulo tem livro publicado com suas memórias, de autoria do historiador Humberto Calloni (2010).

do Memorial da Estação Férrea¹⁴ e apresentam um verdadeiro conceito de memorial adaptado às práticas do dia a dia. Além da itinerância dos *banners* e do vídeo etnográfico (Figura 4B), organizamos, em 2017 e 2018, um conjunto de atividades que envolveram entrevistas na mídia local, programas de rádio e os encontros de gerações (Figuras 4A e 4D), com o apoio do Colégio Francisco Simões, da Casa de Cultura do Capão do Leão e da Escola Barão do Arroio Grande. Nestes encontros, os octogenários Paulo Carvalho e Rubem, junto com o delegado sindical Orlando Chagas, guiaram as crianças por uma exposição compartilhada (que contou com uma combinação dos acervos de pesquisa com os objetos pessoais do acervo de Paulo), na qual os instrumentos de trabalho, como lanternas e quepes, locomotivas em miniatura, somados à profusão de imagens dos painéis, fizeram com que o conhecimento do trabalho ferroviário e a memória cotidiana do ofício se tornassem um saber a ser transmitido. No colégio Simões, as imagens dos acervos pessoais dos ferroviários Orlando e Rubem, projetadas no *Power Point*, transformaram as memórias em conteúdo das aulas de geografia e de história. Após as intervenções, os ferroviários mostraram-se surpresos com a atenção que os alunos de 5º ao 8º ano dispenderam para suas falas. O embaraço inicial de falar perante o público logo esvaneceu e se apropriaram dos espaços com maestria. Seguem militando a favor da criação de um memorial no prédio recuperado da Estação Férrea de Pelotas e,

enquanto isso, agregam ao repertório da duração atividades, habilidades e parcerias múltiplas.

No município de São Leopoldo, a memória ferroviária recebe um tratamento institucional. Lá se encontra o edifício da primeira estação ferroviária do estado (1874), que hoje abriga o Centro de Preservação da História da Ferrovia no Rio Grande do Sul (CPHFRGS). O Museu do Trem (Figura 5B), como é comumente conhecido, é uma instituição municipal estabelecida em 1976. Atualmente, é catalisador de iniciativas em que os ferroviários aposentados são valorizados perante o público das escolas da região, com contínua visita de estudantes dos ensinos fundamental e médio. O Programa de Ação Educativa, criado em 2009 pelo Museu, abrangia visitas mediadas, o “cine-vagão”, exposições permanentes e temporárias e oficinas de educação patrimonial e conservação de metais. O Museu do Trem também é receptor e multiplicador de projetos de políticas públicas patrimoniais, entre elas a Semana Nacional dos Museus. Essa temporada cultural ocorre anualmente no mês de maio e é organizada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Assim, a equipe do Museu do Trem organiza um calendário de intervenções culturais, ligadas à temática proposta pelo IBRAM.

A agenda da Semana de Museus de 2012 incluiu as Rodas de Memórias temáticas, que foram oportunidades nas quais os ferroviários

14 Memorial da Estação Férrea de Pelotas é um museu de rua, itinerante, inaugurado em 2015, cujas últimas exposições, até a data desse escrito, foram em dezembro de 2018.

aposentados compartilharam suas biografias de trabalho. Os ferroviários-colecionadores Hélio e Paulo (Figura 5A) integraram a programação do evento. As Rodas de Memória proporcionaram a interação entre ferroviários aposentados e jovens estudantes. Ao descreverem suas vivências, encontravam espectadores adolescentes atentos e curiosos, que ouviam os testemunhos de trabalho. As histórias de vida partilhadas no interior de um museu entre antigos colegas de trabalho e o público inscreviam o cenário onde se sobrepunham tempos distintos.

Durante a Semana de Museus, Hélio Bueno da Silveira (Figura 5C), militante da memória férrea e trabalhador aposentado da RFFSA, destaca que trabalhou “por trinta e dois anos, cinco meses e doze dias” na empresa estatal. Ele é morador da vila ferroviária de Porto Alegre e guardião do Grêmio Esportivo Ferrinho. O aposentado simboliza o Ferrinho como um espaço afetivo, parte importante de sua vida. Há muito tempo luta para transformar o local em um centro cultural de reconhecimento na cidade. O prédio, situado em área operacional da Rumo Logística, tem um nível de conservação precário, com pintura desbotada, infiltrações e rachaduras nas paredes. Hélio sempre esteve engajado na preservação do edifício, inclusive, em certo momento, residindo no espaço com sua família. Apesar de ser aberto e sensível a toda ajuda possível, o aposentado tem muita discrição em relação às atividades desenvolvidas no espaço. Ele procura evitar tensões com a empresa concessionária, uma vez que o imóvel, formalmente, permanece como

propriedade da Rumo Logística, dinamizando a pauta do movimento pela regularização do espaço e buscando a parceria de moradores, artistas, pesquisadores e políticos, com intuito de promover o Ferrinho, enquanto aparelho cultural aberto ao público de Porto Alegre. No final de setembro de 2016, no Grêmio Esportivo Ferrinho, ele comemorava, exibindo, orgulhosamente, a certidão de tombamento do espaço, concedida pelo governo do município de Porto Alegre em julho de 2016.

Hélio Bueno, enquanto militante da memória ferroviária, também estava engajado ao projeto cultural “A tecnologia resgatando a memória ferroviária do Rio Grande do Sul”, na interlocução com Moises Porto (maquinista) e Ricardo Reischak (agente de estações). A iniciativa, financiada pelo Fundo de Apoio à Cultura (FAC), vinculado à Secretaria Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul (SEDAC) em 2015, oportunizou a emergência e o compartilhamento de perspectivas singulares sobre a história ferroviária, que puderam ser narradas em vídeos pelos ferroviários convidados. Entre os propósitos do projeto, estava a composição de vídeos-crônicas temáticos, acervados para consulta em um “totem multimídias”, também disponível como aplicativo de celular (Figura 5D). A plataforma digital interativa reúne vídeos, fotografias, mapas e informações das estações e ramais férreos do Rio Grande do Sul. Logo, os objetivos de contribuir para a experiência de visita ao Museu do Trem resultaram em um instrumento tecnológico de restituição das imagens de nossas pesquisas.

8. CONCLUSÕES

Neste texto, buscamos demonstrar a força da convergência de imagens e dos materiais etnográficos, enfatizando a importância da escrita coletiva. Essa foi a forma de creditarmos um trajeto de aprendizados em uma ciência que é, por pressuposto teórico e metodológico, dialógica. Não há aprendizado sem trocas e sem interlocuções, no amplo sentido do termo.

Essa justificativa se afirma na filiação à etnografia da duração (Rocha & Eckert 2013), no caráter dos objetos de pesquisa e na forma como compreendemos o fenômeno da memória coletiva nas cidades contemporâneas e estruturamos metodologicamente nossas interpretações sobre ela.

[...] pensar o fenômeno da memória coletiva pela elaboração e geração de coleções etnográficas de conjuntos documentais de imagens pelo encadeamento de símbolos e das motivações simbólicas que as orientam torna evidente que este ato de pesquisa não pode ser uma obra sistemática de um só pensador, uma vez que a pesquisa com a etnografia da duração integra, ela própria, o patrimônio da humanidade (Rocha & Eckert 2013:64).

Esforçamo-nos em operar eticamente com as imagens e as narrativas “dos outros”, produzindo nossas próprias histórias a serem narradas, nunca descoladas das experiências de campo. Assim, nossas chaves interpretativas estiveram organizadas em constelações de imagens, regidas por categorias que nos foram

caras, como as de crise, duração, patrimônio, projeto, ruína, cidade e trabalho. Ambas as constelações procuram situar os engajamentos da comunidade ferroviária do estado do Rio Grande do Sul a favor da permanência de sua memória coletiva sobre um tempo descontínuo. Quisemos, com as constelações imagéticas, acompanhar os regimes de imagens da crise e da duração ferroviária no Sul do Brasil, apontando para nosso engajamento, enquanto comunidade antropológica, nos projetos de duração das populações das urbes contemporâneas.

Destacamos, ainda, o diálogo com o campo da etnografia do e no mundo do trabalho, em contexto de envelhecimento, aposentadoria e crise profissional. Ao centrarmos a abordagem nos “desejos de memória”, acompanhamos uma comunidade de trabalhadores fora dos espaços e dos tempos que seriam mais comuns. Não estamos falando de trabalhadores na fábrica ou “na lida”. Também não estamos falando de aposentados resignados ao abandono ou à depressão, por conta da “inutilidade” em uma sociedade cada vez mais produtivista.

A valorização dos narradores ferroviários fez com que acompanhássemos alguns dos projetos de memória dos grupos, transpondo a etnografia para contextos que eram, em princípio, inusitados, mas que foram se afirmando cada vez mais como importantes ao longo dos trajetos de pesquisa e de alianças. Os museus, as palestras, as falas públicas, os programas de rádio e de televisão, as atividades universitárias, os eventos acadêmicos e os grupos no *Facebook* transformaram-se em

“lugares antropológicos” fundamentais para a compreensão da complexidade da duração e da memória coletiva do trabalho e das cidades contemporâneas. Em todos esses contextos, as imagens da memória ferroviária vibraram, acompanhando as narrativas comprometidas e a militância cultural e patrimonial dos ferroviários(as) aposentados(as) e de suas famílias.

9. REFERÊNCIAS

- Amorelli, L. C. 2003. Cultura organizacional e relações de poder: mapeando a Rede Ferroviária Federal S.A., em liquidação. Dissertação de Mestrado, Departamento de Gestão Empresarial, Fundação Getúlio Vargas.
- Bachelard, G. 1988. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática.
- Bachelard, G. 2010. *A intuição do instante*. Tradução Antonio de P. Danesi. 2. ed. Campinas: Verus.
- Benjamin, W. 1989. Sobre alguns temas em Baudelaire, in *Walter Benjamin obras escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense.
- Benvenuti, A., L. M. Pizzato, e Y. S. Rapkiewicz. 2013. Ação educativa: uma experiência inclusiva no Museu do Trem. in *I Salão Científico Cultural MARS Santander Cultural: patrimônio cultural e museus*. Organização de Márcia Bertotto e Walmir Pereira, pp. 145-158. Porto Alegre: Museu da UFRGS/PROEXT.
- BIEV UFRGS. 2018. Banco de Imagens e Efeitos Visuais. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/biev/>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- Braz, C., C. Eckert, D. Dubiela, F. Barreto, F. S. Rodrigues, G. Gómez, J. Calixto, J. L. Abalos Junior, M. Baldissera, M. Bordin, N. Rigon, R. Simon, R. Kubo, Y. S. Rapkiewicz, D. Wobeto, L. Palhano, L. Dantas, e T. Tavares Freitas. 2018. Etnografia de rua e arte urbana em Porto Alegre (RS, Brasil). *Vista* (3):217-236. Disponível em: <http://vista.sopcom.pt/ficheiros/20190128-navisual.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- Calloni, H. 2010. *Nos trilhos da história da ferrovia: entrevista com Paulo Nilton de Carvalho*. Rio Grande: Editora da FURG.
- Certeau, M. 1994. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. v. 1. Rio de Janeiro: Petrópolis.
- Cioccari, M. 2015. *Ecos do subterrâneo: cotidiano e memória em uma comunidade de mineiros de carvão*. Rio de Janeiro: Ventura.
- Devos, R. 2005. Etnografia visual e narrativa oral: da fabricação à descoberta da imagem. *Iluminuras* 6(14):1-20.
- Durand, G. 2002. *As estruturas antropológicas do imaginário*. 3a. ed. São Paulo: Martins Fontes.

- Eckert, C. 2012. *Memória e trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros do carvão (La Grand-Combe, França)*. Curitiba: Appris.
- Estivalet, Í. R., e Y. S. Rapkiewicz. 2017. Audiovisualidade e museu: relatos de ferroviários do rio grande do sul. *Anais Eletrônicos do Encontro História, Imagem e Cultura Visual – ANPUH-RS* 4:298-308.
- Ferraz, A. L. 2009a. *Dramaturgias da autonomia: a pesquisa etnográfica entre grupos de trabalhadores*. São Paulo: Perspectiva.
- Ferraz, A. L. 2009b. 'No decorrer da luta, você vai se descobrindo': experiências com o vídeo etnográfico na representação de processos sociais. *Revista Antropológicas* 20(1-2):81-96.
- Flôres, J.R. A. 2007. *Fragmentos da história ferroviária brasileira: fontes documentais, principais ferrovias, Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), Santa Maria, a "cidade ferroviária"*. Santa Maria: Palloti.
- Geertz, C. 2014. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Gómez, G. S. R., e Y. S. Rapkiewicz. 2017. Rumores ferroviários e seus jogos temporais: estudo antropológico sobre crise e duração no Rio Grande do Sul. Trabalho Apresentado no 41º Encontro Anual da ANPOCS, no SPG 04 – Antropologia e Sociologia dos Rumores. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg04-4/10944-rumores-ferroviarios-e-seus-jogos-temporais-estudo-antropologico-sobre-crise-e-duracao-no-rio-grande-do-sul/file>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- Gómez, G. S. R. 2018a. Etnografia da crise e da duração ferroviária em Pelotas: um estudo antropológico de memória coletiva. 238 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179424>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- Gómez, G. S. R. 2018b. Imagens do verde e da ferrugem: crise e duração do trabalho ferroviário sul-brasileiro. *Revista Fotocronografias* 3(6). Disponível em: <https://medium.com/fotocronografias/imagens-do-verde-e-da-ferrugem-crise-e-dura%C3%A7%C3%A3o-do-trabalho-ferrovi%C3%A1rio-sul-brasileiro-ccbb1fec8b76>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- Halbwachs, M. 2006. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Hannerz, U. 2015. *Explorando a cidade: em busca de uma antropologia urbana*. Petrópolis: Vozes.

- Harres, M. M. 1996. Disciplina e trabalho: administração de iniciativa na VFRGS. *Estudos Ibero-Americanos* 22(2):111-127.
- Heinen, N. T. 1981. Introdução ao estudo das ferrovias no Rio Grande do Sul: 1874-1905. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Hobsbawm, E. 1977. *A era do capital 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Leite Lopes, J. S. 1978. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários de açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lewinski, C. I. K. 2017. Um lugar de memória da estrada de ferro: o centro de preservação da história ferroviária do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Unisinos.
- Lima Filho, M. F. 2015. Cidadania patrimonial. *Revista Antropológicas* 26(2):134-155.
- Lord, L. 2002. Nascidos na beira do trilho: um estudo antropológico na Vila dos Ferroviários/Porto Alegre. *Iluminuras* 3(5):1-75.
- Magnani, J. G. C. 2002. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 17(49):11-29.
- Magnani, J. G. C. 2012. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana*. São Paulo: Terceiro Nome.
- Magni, C. T., e G. S. R. Gómez. 2017. “Vida nos trilhos”: desafios de um projeto participativo para ensino, pesquisa e extensão em Antropologia Visual. *Anais do 41º Encontro da ANPOCS*. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt14-22/10729-vida-nos-trilhos-desafios-de-um-projeto-participativo-para-ensino-pesquisa-e-extensao-em-antropologia-visual/file>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- Marcus, G. 2016. Problemas contemporâneos da etnografia no sistema mundial moderno, in *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Organizado por J. Clifford & G. Marcus, pp. 237-270. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.
- Nunes, I. 2016. Expansão e crise das ferrovias brasileiras nas primeiras décadas do século XX. *América Latina en la Historia Económica* 23(3):204-235.
- Nunes, R. B. 2013. *A boca, a esquina e o recanto: territórios urbanos e memória coletiva no centro de Santa Maria, RS*. Santa Maria: Pallotti.

- Ortner, S. B. 2016. Dark anthropology and its others theory since the eighties. *Hau - Journal of Ethnographic Theory* 6(1):47-73.
- Palermo, H. 2012. *Cadenas de oro negro: en el esplendor y ocaso de YPF*. Buenos Aires: Antropofagia.
- Paradela, C. L. 1998. Desestatização da rede ferroviária federal S/A. Impactos sobre os recursos humanos da administração geral. Dissertação de Mestrado, Departamento em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas.
- Pereira, A. P. 2017. Sonoridades do trem na cidade de Pelotas-RS: percepções e significados. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia Social, Universidade Federal de Pelotas.
- Rapkiewicz, Y. S., e C. Eckert. 2015. Entre trilhos e temporalidades: o tempo do trabalho nas memórias dos ferroviários aposentados de Porto Alegre. in *Etnografias do trabalho: narrativas do tempo*. Organizado por C. Eckert e A. L. C. Rocha, pp. 276-303. Porto Alegre: Marcavisual.
- Rapkiewicz, Y. S., e G. S. R. Gómez. 2016. Vestígios, ruínas e os sentinelas da memória ferroviária do Rio Grande do Sul: ensaio etnofotográfico nas cidades de Pelotas e Porto Alegre. *Nova Revista Amazônica* 4(3):82-94. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BwCIcth2qyvMR01aVmxGMjBjNDA/view>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- Rapkiewicz, Y. S., e L. J. Abalos Junior. 2017. Imaginário e restituição no colecionamento etnográfico: convergências de imagens e patrimônios de Porto Alegre - RS. Trabalho apresentado no 41º Encontro Anual da ANPOCS, no GT04 – Coleções, colecionadores e práticas de representação. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt04-20/10627-imaginario-e-restituicao-no-colecionamento-etnografico-convergencias-de-imagens-e-patrimonios-em-porto-alegre-rs/file>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- Rapkiewicz, Y. S. 2018. Cidades, patrimônios e etnocolecionadores: uma etnografia das reminiscências ferroviárias no Sul do Brasil. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10183/182798>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- Ricoeur, P. 1991. A questão da ipseidade, in *O si-mesmo como um outro*. Editado por P. Ricoeur, pp. 11-28. Campinas: Papirus.
- Rocha, A. L. C., e C. Eckert. 2000. Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração. *Iluminuras* 1(1):2-14.

- Rocha, A. L. C., e C. Eckert. 2005. O antropólogo na figura do narrador, in *O tempo e a cidade*. Editado por A. L. C. Rocha e C. Eckert, pp. 21-33. Porto Alegre: UFRGS.
- Rocha, A. L. C., e C. Eckert. 2013. *Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. Porto Alegre: Marcavísal.
- Rocha, A. L. C., e C. Eckert. 2015a. *A preeminência da imagem e do imaginário nos jogos da memória coletiva em coleções etnográficas*. Brasília: ABA.
- Rocha, A. L. C., e C. Eckert. 2015b. *Etnografias do trabalho: narrativas do tempo*. Porto Alegre: Marcavísal.
- Sennett, R. 2015. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Silva Junior, R. 2007. O transporte ferroviário de cargas no Brasil e na Argentina: da implantação à recente privatização. *Revista de Economia Política e História Econômica* (7):5-38.
- Simões, J. A. 2004. Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública, in *Família e envelhecimento*. Organizado por C. Peixoto, pp. 25-56. Rio de Janeiro: FGV.

FAMÍLIA, CRIATIVIDADE E PRAZER NO OFÍCIO: ETNOGRAFIA DA APRENDIZAGEM EM UMA MARCENARIA NA AMAZÔNIA

Luiz Francisco Loureiro

Universidade do Estado do Amazonas | Tefé - AM - Brasil

Ana Claudeise Silva do Nascimento

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá | Tefé - AM - Brasil

Marília de Jesus da Silva e Sousa

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá | Tefé - AM - Brasil

Nelissa Peralta

Universidade Federal do Pará | Belém - PA - Brasil

submissão: 30/01/2019 | aprovação: 05/04/2019

RESUMO

Este artigo discute aspectos do aprendizado como meio de reprodução do ofício de marceneiro, em uma cidade do interior do estado do Amazonas. Por meio da observação do contexto e do levantamento de evidências orais, buscamos conhecer as dimensões técnicas e simbólicas desta prática social que circulam entre os membros de uma comunidade de praticantes. Os resultados obtidos sugerem que, do ponto de vista técnico, os principais itens ali aprendidos são o diagnóstico de situações e a aplicação de técnicas adequadas para a resolução de problemas comuns a este ofício. Já do ponto de vista simbólico, é o aprendizado de valores necessários e as percepções sobre o ofício em relação à sociedade que possuem maior ênfase. Finalmente, apontamos como as principais características do ofício de marceneiro, no contexto analisado, suas dimensões familiares e criativas, que conferem a esta prática social a qualificação de prazerosa entre seus praticantes.

Palavras-chave: aprendizado; identidade profissional; artesãos.

FAMILY, CREATIVITY AND PLEASURE IN THE CRAFT: ETHNOGRAPHY OF LEARNING IN A WOODWORK IN THE AMAZON

ABSTRACT

This article discusses aspects of learning as a means of reproduction of the woodworker's craft in a town in the interior of the state of Amazonas. Through observation of the context and the collection of oral evidence, we seek to know the technical and symbolic dimensions of this social practice among the members of a community of practitioners. The results obtained suggest that, from a technical point of view, the main items learned are the diagnosis of situations and the application of adequate techniques to solve common problems of this craft. From the symbolic point of view, learning the necessary values and the perceptions about the craft in relation to the society have greater emphasis. Finally, we point out as the main characteristics of woodwork craft, in the analyzed context, its familiar and creative dimensions, which confer to this social practice the qualification of pleasure among its practitioners.

Keywords: learning; professional identity; craftsman.

FAMILIA, CREATIVIDAD Y PLACER EN EL OFICIO: ETNOGRAFÍA DEL APRENDIZAJE EN UNA CARPINTERÍA EN LA AMAZONIA

RESUMEN

Este artículo discute los aspectos del aprendizaje como medio de reproducción del oficio de carpintero en una ciudad del interior del estado de Amazonas. Mediante observación del contexto y levantamiento de evidencias orales, buscamos conocer las dimensiones técnicas y simbólicas de esta práctica social que circulan entre los miembros de una comunidad de practicantes. Los resultados sugieren que, desde el punto de vista técnico, los principales factores aprendidos son el análisis de situaciones y la aplicación de técnicas adecuadas para solucionar problemas comunes a la práctica del oficio. Del punto de vista simbólico, poseen mayor énfasis el aprendizaje de valores indispensables y las percepciones sobre el oficio con relación a la sociedad. Finalmente, señalamos las dimensiones familiares y creativas como las principales características del oficio de carpintero, en el contexto analizado, las cuales hacen que los practicantes le confieran a esta práctica social la calificación de placentera.

Palabras clave: aprendizaje; identidad profesional; artesanos.

1. INTRODUÇÃO

A marcenaria é, como sugere Emília Ribeiro (1950), um ofício tradicional, cujas origens remetem ao longínquo período em que os humanos deixaram de se preocupar apenas com o abrigo contra intempéries e inimigos, e passaram a se dedicar ao conforto e à praticidade de suas moradias. Trata-se de um ofício que exige de seus praticantes domínio sobre um processo de produção em que o maquinário e as ferramentas utilizadas são determinantes para o ritmo e a forma de trabalho. No mesmo sentido, ao praticante da marcenaria, exige-se habilitação para a feitura de objetos, cuja produção, diferente do modo de produção capitalista, tem alto grau de dependência das habilidades do trabalhador. Assim, ainda que seja realizada entre as mais variadas sociedades ao longo da história e ao redor do mundo, a marcenaria não pode ser considerada uma prática unívoca, pois apresenta importantes variações, de acordo com os contextos em que é praticada (Ribeiro 1950).

Em Tefé, um município situado no estado do Amazonas, na região do médio rio Solimões, fatores como a oferta de madeira de boa qualidade, a existência de pequenos grupos de prática bem estruturados e a ausência de grandes empresas moveleiras permitem que esta prática social ainda sobreviva com características familiares e semiartesanal. Por exemplo, na oficina de Raimundo, nosso contexto etnográfico, os principais produtos são portas, batentes, mesas, cômodas, prateleiras e araras para pendurar cabides. Além disso, como pretendemos demonstrar a seguir, neste espaço de trabalho também se produz aprendizado, pois é na prática diária que

os personagens desta etnografia da aprendizagem criam e recriam o tradicional ofício de marceneiro.

Entre as 25 oficinas de marcenaria de Tefé (Marcos & Peralta 2016), este grupo de prática foi escolhido como objeto desta etnografia da aprendizagem por reunir certas características que o tornam um caso interessante. Uma delas é o seu longo período de existência, pois seu fundador, a despeito de mudanças na composição do grupo, trabalha no mesmo lugar há pelo menos trinta anos, o que configura a oficina de Raimundo como uma das mais antigas em atividade na cidade. Além disso, consideramos que fatores presentes nesta oficina, como o número reduzido de praticantes reunidos e o trabalho por meio de encomendas, são ilustrativos em relação à forma mais comum das oficinas de marcenaria da região, fazendo da oficina de Raimundo uma boa amostra quanto a questões pertinentes também às suas congêneres, no mesmo contexto.

É nas ideias de que a cultura se aprende e de que o aprendizado de técnicas e de significados coletivos é um fator indispensável para a existência das práticas sociais que encontramos a justificativa para a realização deste trabalho. Consideramos, assim, que o estudo do fenômeno do aprendizado, nos moldes como buscamos realizá-lo, é uma forma de lançar luz sobre a reprodução das práticas sociais e dos grupos de praticantes. Além dessa razão, outra importante fundamentação para este estudo é o conhecimento e a apresentação das perspectivas dos próprios sujeitos, dos menos aos mais experientes, sobre sua identificação com o ofício que praticam e as dificuldades que encontram para exercê-lo.

O objetivo principal deste estudo etnográfico foi descrever e interpretar o processo de reprodução do ofício de marceneiro. Podemos elencar também uma série de objetivos secundários, que possibilitaram a construção de nossa descrição interpretativa: o conhecimento do espaço da aprendizagem em questão e das características dos sujeitos envolvidos; do contexto social de desenvolvimento da prática aprendida e do sistema de relações nele desenvolvido; e de como e o que se aprende, e quais as motivações para aprender.

Este estudo foi desenvolvido em duas etapas. Na primeira, em 2017, ao longo de uma semana de observação na oficina, foi coletada a maior parte dos dados, empregados em uma versão preliminar deste artigo. Na segunda, já em 2018, retornamos ao contexto etnografado, com o intuito de coletar as opiniões dos marceneiros sobre a primeira versão do manuscrito e obtivemos dados adicionais que permitiram maior detalhamento de nossas análises. É importante assinalar, a respeito da identidade dos marceneiros envolvidos, que optamos pelo uso de seus nomes verdadeiros, e que essa escolha se deu mediante consulta e autorização deles. Com isso, pretendemos dar espaço para a continuidade das relações destes artesãos com suas ideias sobre o ofício que desenvolvem.

A metodologia desenvolvida para alcançar o objetivo de compreender aspectos da reprodução da marcenaria como um ofício esteve baseada na observação direta e na realização de conversas durante o trabalho dos artesãos marceneiros. Na observação, tendo como base a ideia de etnografia defendida por Clifford Geertz (1989), empregamos nossa atenção para descrever e interpretar o comportamento dos praticantes durante o

desempenho de suas tarefas. Nesses momentos, tínhamos em vista, sobretudo, a compreensão do sistema de relações, o uso do espaço e do maquinário pelos praticantes e a identificação da forma como o aprendizado contribui para a reprodução das técnicas do ofício de marceneiro.

As conversas, por outro lado, foram conduzidas de forma menos sistemática, em meio à realização das tarefas diárias ou em pequenas pausas para descanso, o que conferiu um caráter menos formal para o processo de levantamento de dados, em comparação com a realização de entrevistas. A vantagem desta estratégia foi que alguns assuntos surgiram mesmo sem que houvesse o estímulo de perguntas mais ou menos estruturadas, com os praticantes dizendo espontaneamente o que achavam da marcenaria ou das tarefas que realizavam.

O texto que segue é composto por duas seções: a primeira é um apanhado teórico, que visa esclarecer as premissas e os conceitos que orientaram tanto a observação quanto a análise do contexto de aprendizagem etnografado; a segunda é a apresentação dos resultados da pesquisa e traz a discussão sobre o contexto ora debatido, revelando nossas impressões e considerações sobre a aprendizagem do ofício de marceneiro na comunidade de praticantes estudada.

2. OS CONCEITOS E O CONTEXTO

A noção de aprendizagem que norteou nossas observações é aquela que entende o aprendizado como um fenômeno difuso e onipresente no tempo e no espaço (Gomes 2014). Não há, portanto, momento ou lugar mais apropriados ou exatos para a aprendizagem. Aprendemos quando alguém

nos ensina, mas também enquanto observamos, executamos ou discutimos determinada prática. No contexto analisado, isso significa assumir que Timóteo, o marceneiro com menor experiência em nosso contexto etnográfico, aprende marcenaria todos os dias, todo o tempo que passa trabalhando. Não apenas ele, mas todos que estavam ali, inclusive os mais experientes, vivem um processo contínuo de aprendizado. Isso, sem dúvida, torna a tarefa da antropologia da aprendizagem mais complexa, mas também deve fazer com que seus resultados sejam mais instigantes e completos.

Compreendemos que a forma das relações pelas quais se ensina e se aprende é a da educação da atenção, rejeitando, portanto, a visão equivocada de que o conhecimento pode ser transmitido de um para outro indivíduo (Ingold 2010). O que há, nos casos em que o aprendizado é decorrente de uma relação de ensino, é uma espécie de orientação, a educação da atenção do aprendiz pela experiência do instrutor. No contexto observado, essa educação era expressa, por exemplo, durante as conversas de Timóteo e de Raimundo a respeito dos trabalhos realizados. É por ter mais apurada a educação de sua atenção para assuntos de marcenaria que Raimundo pode estar em uma posição central no grupo de praticantes, o que significa, do ponto de vista teórico, que ele possui conhecimentos e habilidades suficientes para reunir ao seu redor um grupo de praticantes iniciados e iniciantes no ofício.

Outra ideia importante sobre o aprendizado é a de que este fenômeno tem “a exploração e a mudança” como suas características principais (Bateson 1986:55), de tal modo que a aprendizagem é uma forma contínua de troca de informações

entre o contexto, sempre se renovando, e os indivíduos. É, portanto, na relação com os contextos que aprendemos. Assim, tanto Timóteo quanto Raimundo estão constantemente aprendendo, porque, inseridos em seu contexto de prática, os marceneiros se deparam diariamente com situações novas e exploram possibilidades dentro de seu ofício. Daí vem a importância de estar em contato com aquilo que se pretende aprender, para se tornar experiente em determinada prática social.

É interessante dar relevo também à ideia de que a aprendizagem envolve a construção de identidades, ou seja, envolve relações de longo prazo entre pessoas, bem como a filiação social a uma comunidade de prática (Lave & Wenger 1991). Com a aprendizagem, a pessoa muda a si mesma e, ao mesmo tempo, transforma a sua comunidade de prática. Ter isso em mente nos ajuda a pensar na aprendizagem para além dos sujeitos aprendizes, nos obrigando a olhar as relações por eles desenvolvidas em seus contextos de prática.

Metodologicamente, a abordagem da “aprendizagem situada”, um conceito elaborado por Jean Lave & Etienne Wenger (1991), demanda a descrição da organização sociocultural do espaço onde a atividade e a circulação de experiência ocorrem, o que significa que, como observadores da aprendizagem, é importante que voltemos nossos olhares para conflitos, interesses, significados e motivações compartilhados pelos praticantes.

Ainda a respeito do aprendizado, é importante estar atento ao fato de que ele “é uma dimensão integral e inseparável das práticas sociais” (Lave & Wenger 1991:2). É por meio do aprendizado que tais práticas se perpetuam e renovam seus

quadros de praticantes, assim como suas técnicas. Em síntese, a reprodução de comunidades de praticantes é o sustentáculo das práticas sociais, e o seu meio de acontecer é o aprendizado.

Outros conceitos úteis para nossas análises foram os de “prática social”, “comunidade de praticantes” e “participação periférica legítima” (Lave & Wenger 1991). Uma prática social pode ser definida como um mundo gerador de técnicas e de significados compartilhados entre seus praticantes. Nessa perspectiva, uma comunidade de praticantes pode ser entendida como um grupo de determinada prática social. Já a participação periférica legítima seria o modo de ingresso nessa comunidade, envolvendo, simultaneamente, a aceitação dos indivíduos iniciantes pelo grupo e o seu movimento da periferia para o centro da prática, conforme eles adquirem experiência. No caso deste estudo, a “prática social” em questão é a marcenaria; a “comunidade de praticantes” é o grupo que compõe a oficina de Raimundo; e a “participação periférica legítima” analisada foi a de Timóteo.

Já o termo “técnica”, empregado neste artigo, representa “um ato tradicional eficaz”, sendo que sua definição depende desta característica (Mauss 2003:407). O papel de sua qualidade de tradição é assegurar sua difusão, enquanto a eficácia é o que garante sua aplicabilidade. Uma das características fundamentais do aprendizado é possibilitar que as técnicas possam sobreviver ao afastamento de seus detentores.

São muitas as técnicas que observamos no cotidiano da oficina de Raimundo. Alguns exemplos são a feitura de uma fresa, para dar acabamento às peças de madeira, que envolve o preparo e o uso

de uma trave, capaz de sustentar a extremidade da peça, já plainada, e o olhar direcionado às quinas das peças, a fim de verificar sua retidão.

Isso nos remete ao fato de que, no contexto etnografado, o aprendizado pode ser localizado entre os patamares de aprendizagem 1 e 2 sugeridos por Bateson (Oliveira 2016), ou seja, envolve tanto a transferência de respostas conhecidas para novos contextos (patamar 1) quanto a criação de novas respostas em novos contextos (patamar 2). Portanto, o que se aprende no contexto descrito diz respeito às técnicas e às suas possibilidades de aplicação. Não era o caso de aprender a utilizar ferramentas simples, nem de aprender a fazer tamboretas. Não se tratava, pois, de aprender a postura ou a força necessária para desempenhar as tarefas de um marceneiro, mas de aprender a diagnosticar situações e a aplicar técnicas adequadas para a solução dos problemas.

3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CONTEXTO DE APRENDIZADO

A oficina de Raimundo é uma empresa familiar, que trabalha principalmente por encomendas. Nela atuam, além de Timóteo e Raimundo, um irmão e um filho de Raimundo. Este irmão é vigia e trabalha na oficina apenas nos dias de folga. O filho não recebe salário como um funcionário, apenas paga a madeira que utiliza e tem acesso livre ao maquinário. Timóteo é o único funcionário fixo. Ele e o irmão de Raimundo recebem, por produção, 30% do valor das obras. Trata-se, portanto, de um contexto social profissional, mas, em grande medida, as relações que ali se desenrolam são familiares.

O barracão da oficina fica em um terreno adjacente à casa de Raimundo. Não há muro nem cerca que os separe, de modo que o quintal se confunde com o depósito de madeiras e o trânsito entre os microambientes é desimpedido: se, algumas vezes, os netos de Raimundo brincam próximo ao maquinário, outras vezes Timóteo, seu funcionário, entra na cozinha de sua casa para tomar água ou remover a serragem dos olhos. Pela manhã, a sombra da cobertura de telhas do barracão se funde com a de duas grandes mangueiras, que crescem no quintal. No terreno, cães e galinhas ajudam a reforçar o clima rural, ainda que em

plena cidade. Isso é algo que diz respeito às origens de Raimundo, o qual não esconde o desejo de morar em seu sítio e de se dedicar à criação de alguns animais. Assim, é evidente a relação próxima que há entre a oficina de marcenaria e a casa de Raimundo, sendo que muitas vezes a primeira parece uma extensão da segunda (Figura 1).

Destoando das demais faixadas da rua, o barracão tem sua única parede, a de entrada, toda feita em madeira. Mesmo havendo uma porta frontal, é comum que clientes da oficina entrem por um portão grande, que dá para o quintal da casa. No interior, a luz pela manhã e à tarde é



Figura 1 - Visão da oficina a partir do quintal da casa de Raimundo. Foto: Luiz Loureiro (2018).

sempre amarela e reduzida. Nada, no entanto, que comprometa a visibilidade dos marceneiros (Figura 2). Ali, o maquinário é organizado quase irregularmente, respeitando apenas um caminho central, entremeado por retalhos de madeira, pilhas de serragem e móveis em construção. Sob um telhado de telhas de amianto, um emaranhado de fios conecta cada máquina à rede elétrica. São doze itens, entre bancadas e máquinas, distribuídos com não mais de 2 metros de intervalo entre cada um, em uma área de aproximadamente 7 x 15 m. Como em uma casa de família, ainda que realizando tarefas distintas, nesse espaço um sempre pode observar o que faz o outro.

Raimundo tem 65 anos. É oriundo do baixo rio Juruá e seus avós eram todos seringueiros de origem nordestina. Ele mesmo conta que cortou seringa desde os oito ou nove anos de idade. Antes de se casar, serrou madeira em tora e trabalhou em roças de mandioca. Há 30 anos tem a sua oficina. Conta também que começou no ofício sozinho, sem mestre, e diz que, no início, as coisas eram tão difíceis para ele que até pensou em largar o negócio. Hoje, no entanto, é provavelmente um dos principais marceneiros de Tefé, posição conquistada por meio da aquisição de maquinário único na cidade, como ele mesmo ressalta, e de muitos anos de experiência.



Figura 2 - Interior da oficina de Raimundo. Foto: Luiz Loureiro (2018).

Timóteo tem 27 anos. Nascido em São Paulo de Olivença, Amazonas, desde os sete anos de idade foi criado em Jutai. Trabalha desde os 18 anos com madeira, mas tem pouco mais de um ano de serviço na oficina de Raimundo. “Eu não sei muito, quem sabe bem é o sr. Raimundo”, disse Timóteo sobre o ofício de marceneiro. Já trabalhou no garimpo e como selecionador de peixes em um flutuante frigorífico. “Eu não achava interessante esse negócio de trabalhar com madeira, comecei porque me chamaram e eu fui. Agora não sei mais o que fazer se não for mexer com madeira”, declarou.

É interessante notar que, apesar de se considerar pouco experiente na marcenaria, colocando-se em posição inferior a de Raimundo nesse assunto, Timóteo parece entender que este é, de forma muito clara, o seu ofício. Tal perspectiva pode ser um importante indício de como tornar-se marceneiro envolve um processo de formação progressiva, que permite tanto o reconhecimento daqueles mais experientes quanto a compreensão de que há um percurso a ser trilhado por meio do que chamamos de engajamento progressivo, no caso de Timóteo indo do desinteresse à completa identificação com o ofício.

Durante os dias de observação, acompanhamos o beneficiamento de algumas vigas, pesadas peças de madeira utilizadas como bases na estrutura de telhados, com medidas de até seis metros de comprimento. Um serviço que Raimundo e Timóteo fizeram juntos.

Nesse caso específico, Timóteo realizou as etapas que demandavam mais força, enquanto Raimundo o orientava. É possível, no entanto, que seja uma prática comum, dadas as idades de cada um. Na divisão das tarefas relacionadas ao início do beneficiamento das vigas, Timóteo ficou responsável por limpar a máquina dos resíduos de um uso anterior, enquanto Raimundo tratou de preparar uma trave improvisada, capaz de sustentar as extremidades que já tivessem passado pela lâmina da plaina desengrossadeira (Figura 3).

Depois de um intervalo no serviço para tratar de assuntos pessoais, Raimundo retornou ao improviso, enquanto Timóteo enchia um saco com serragem, que seria dada a uma criadora de galinhas. De volta ao trabalho, Timóteo se aproximou de Raimundo, que lhe deu algumas explicações e passou a instruí-lo no preparo do improviso que fazia: uma trave entre dois pilares de madeira, próprios da estrutura do barracão da oficina, na mesma altura da bancada da plaina.



Figura 3 - Raimundo e Timóteo trabalham vigas na plaina desengrossadeira. Foto: Luiz Loureiro (2018).

Embora viesse agindo como um assistente de Raimundo, houve alguns raros momentos em que Timóteo também determinou ações e papéis. Um exemplo foi uma inversão de papéis entre quem sustentaria a ponta da viga antes que ela chegasse à trave improvisada e quem a empurraria sobre a plaina. A um gesto de Timóteo, Raimundo atendeu prontamente e os dois trocaram de lugar. Não ficou claro a que necessidade correspondia aquela inversão, mas, em todo caso, episódios como este sugerem que não há papéis fixos no desempenho das funções dentro desta comunidade de prática.

Poucas vezes, no período observado, os papéis de patrão e de empregado ficaram evidentes. Apenas nas horas de saída, Timóteo avisava respeitosamente a Raimundo que já havia dado seu horário. Por outro lado, algo que pudemos identificar como determinante nas relações foi o nível de experiência, especialmente entre os dois protagonistas de nossa observação. Mesmo assim, Raimundo e Timóteo conversavam sobre as tarefas que realizavam com muita naturalidade. Uma forma amigável de trabalhar, que pode dizer muito sobre a forma de ensinar e de aprender que se desenrola naquela comunidade de praticantes.

Observamos com frequência que Timóteo opinava sobre as tarefas e Raimundo, se discordasse, explicava porque não era como ele havia dito. De qualquer forma, as opiniões de Timóteo sempre passavam pela validação de Raimundo, demonstrando que ele ainda não tem autonomia para tomar algumas decisões referentes à prática. Aqui não devemos descartar as relações profissionais que se desenrolam neste contexto. Raimundo é, ao mesmo tempo, empregador e dono do maquinário e da matéria-prima com que

Timóteo trabalha. Mas, para além disso, como ficou evidente em certas declarações suas, o respeito pela experiência e a admiração pelas capacidades de Raimundo é que parecem dar a tônica da relação entre os dois. Assim, algumas características das relações entre os dois personagens principais desta etnografia - e a extrapolação das relações entre patrões e empregados, a natureza familiar com que assumem essas relações e uma forma de predominância dos patrões que se tornam uma espécie de “pais” dos grupos de prática - se assemelham a características observadas por Ricardo Bresler (1996), na oficina de marcenaria por ele observada.

A análise desse contexto de aprendizagem deve levar em consideração também a experiência prévia de Timóteo, que já não é um iniciante, e sim um praticante com mais de oito anos de marcenaria. Mesmo assim, não devemos descartar que haja aprendizado. Tanto as relações pedagógicas quanto as técnicas de ensino e aprendizagem estavam baseadas no fato de que Timóteo já era um iniciado na prática da marcenaria. Observamos, por exemplo, que Raimundo, na maioria das vezes, não tomava as decisões sozinho e, sempre que possível, analisava e fazia comentários sobre detalhes da prática, junto de Timóteo.

As estratégias para ensinar e aprender foram construídas a partir da experiência de cada um dos envolvidos na prática social em questão. Embora houvesse diferença na perícia resultante de mais ou menos vinte anos de exercício da marcenaria entre os dois praticantes, nem Raimundo agia como um professor, sempre voltado para o ensino, nem Timóteo como um aluno, sempre voltado para o aprendizado. Era, pois, a experiência

que definia o que um ensinaria e o que o outro aprenderia, sendo que não havia uma relação de instrução estabelecida para todas as ocasiões. O que Raimundo ensinava, ou mostrava, era a forma como um marceneiro com trinta anos de experiência enxergava as situações que se lhes apresentavam, como na noção de educação da atenção de Ingold (2010). Tal constatação nos levou à conclusão de que, em uma prática social como a marcenaria, os diferentes níveis de experiência em cada tarefa são um fator da maior importância para a definição das relações de ensino e aprendizagem, ou seja, é o fator que determina a existência e a forma destas relações.

A experiência de Raimundo transparecia, pelo grande domínio que ele tem sobre os detalhes da prática social: ajustes das máquinas, características das peças trabalhadas e improvisos que facilitam a execução do trabalho. É interessante notar que o improviso, ou a capacidade de improvisar, é um importante aspecto da ideia de aprendizagem apresentada por Bateson (1986), um processo no qual constantemente são elaboradas e aplicadas novas respostas a novos contextos-problema. Os improvisos, que podem ser entendidos como formas de criatividade, seriam, em síntese, demonstrações de domínio sobre o espaço e as técnicas da marcenaria. O que ficou claro é que Raimundo, com sua maior experiência – o que na prática significa maior tempo de aprendizado –, possui grande domínio sobre as técnicas da marcenaria e sobre o ambiente de trabalho.

Já Timóteo, quando perguntado se havia aprendido algo novo na oficina de Raimundo, respondeu que aprendeu principalmente técnicas novas para fazer portas, dar

acabamento e formas de tornar o serviço mais eficaz. Questionado se ele saberia dizer quais seriam essas formas, respondeu sorrindo: “já são tantas que agora eu nem vou saber contar uma por uma, mas com certeza são muitas”. Além disso, aprendeu a “usar as máquinas, que são diferentes. Em Jutai tinha máquina também, mas era outro jeito, mais difícil”. Podemos nos perguntar quanto desta maior dificuldade não estaria associado com a menor experiência que possuía na época.

De volta ao beneficiamento das vigas de madeira, foi possível observar que Raimundo não sabe trabalhar apenas com madeira: é ele quem produz, a partir de molas de caminhão usadas, as fresas que dão formas em relevo a pernas de mesa, almofadas de portas e outras obras. É ele mesmo quem concebe e executa a ideia de novas fresas, únicas em suas medidas, linhas e curvas. Aqui temos uma habilidade que é estabelecida a partir da criatividade.

O processo de feitura das fresas é relativamente simples. Ele consiste em marcar, com um lápis sobre a pequena placa retangular de aço – nesse caso, com cerca de vinte centímetros –, o formato desejado e pressioná-la sobre o esmeril que a limará, de acordo com a pressão feita, até as linhas esboçadas. Algo simples, mas demorado e cansativo. Questionado sobre se havia algum molde para aquela fresa, Raimundo, sorrindo, respondeu: “não, não, isso aqui veio foi da cabeça mesmo”. A compreensão da tecnologia da prática está, assim, além da mera habilidade de usar ferramentas, sendo mesmo um modo de se conectar com a história daquela prática e de participar de sua vida cultural (Figura 4).



Figura 4 - Fresas feitas por Raimundo sobre peça de madeira que demonstra o resultado da fresa montada na máquina. Foto: Luiz Loureiro (2018).

A prática é, para Raimundo, aliás, uma grande mestra: ele contou que aprendeu a fazer fresas sozinho, “tentando”, quer dizer, por meio do método de tentativa e erro. Lembrando sobre como se iniciou no ofício de marceneiro, explicou que:

Tinha um primo da minha mulher que já era marceneiro, mas eu nunca trabalhei com ele. Eu ia até ele, perguntava como é que se fazia e vinha fazer em casa. Por isso eu falo que eu aprendi foi na prática mesmo. Eu comecei fazendo tamborete, e até os primeiros tamboretos eu fiz errado. É bem diferente de quem

aprende trabalhando com alguém que já tem mais experiência (Raimundo, comunicação pessoal, 14 jul. 2017).

Esse fato não apenas ilustra o empenho de Raimundo, mas também evidencia a importância da prática para o aprendizado da marcenaria. O que suas palavras revelam é que, mesmo sem um mestre e uma comunidade de praticantes para se inserir como praticante periférico legítimo, apesar das dificuldades consequentes, é possível tornar-se um marceneiro por meio de uma prática, mais ou menos como a descrita por Jean Lave & Etienne Wenger (1991), baseada no engajamento,

quer dizer, na prática interessada. Para o sucesso do processo de tornar-se marceneiro, há uma importante condição, como o próprio Raimundo esclarece:

Não é todo mundo que aprende bem trabalhar com madeira. Tem que ter interesse. Tem um rapaz que me ajuda aqui às vezes, lixando, fazendo serviço simples. Mas ele não aprende nada de novo. É porque ele vem, faz o serviço, mas não tem interesse. Então não é todo mundo que aprende (Raimundo, comunicação pessoal, 12 jul. 2017).

Essa declaração demonstra o fato de que replicar as técnicas não torna alguém um marceneiro. Isso porque parte do processo de tornar-se marceneiro envolve a participação ativa, quer dizer, o envolvimento interessado nas atividades que fazem parte da marcenaria. É esse tipo de participação que fornece arsenais para a capacidade criativa dos praticantes deste ofício que, como pudemos observar, é caracterizado pela criatividade e pelo improviso.

Como sugerido por Lave & Wenger (1991), é o interesse que define o sucesso do processo de aprendizado. Além disso, em comunidades de prática, é o engajamento que permite aos praticantes se legitimarem e, adquirindo experiência, se moverem da periferia para o centro das práticas sociais. Este é um ponto muito importante, pois é a motivação para a aprendizagem que permite a apropriação das culturas próprias das práticas sociais, por meio da elaboração de currículos ou de percursos de aprendizados potenciais, além da

experiência, que possibilita o progresso de alguém na prática da marcenaria, por exemplo.

Depois de terminar a fresa usada para dar acabamento nas vigas de madeira, Raimundo conversou com Timóteo sobre o resultado obtido. Eles discutiram sobre a sua forma, os ângulos de suas curvas e o seu provável efeito sobre a madeira. Antes disso, o próprio Timóteo havia destacado o fato de que, diferentemente de muitos marceneiros que dependem de peças prontas, que vêm de São Paulo, era sempre Raimundo quem fazia as fresas usadas em sua oficina. Hoje, Timóteo também sabe fazer fresas.

Sobre aquela recém-terminada peça, os dois decidiram que ela deveria ser experimentada. Foi Timóteo quem montou a fresa nova na máquina, que a girava “como um ventilador”. O resultado obtido em um retalho de madeira foi novamente discutido entre eles e, por fim, Raimundo chegou à conclusão de que alterações seriam necessárias, e voltou ao esmeril.

Em uma conversa sobre marcenaria, Timóteo contou que algo que acha muito interessante nessa profissão, e que em sua opinião a difere das demais, é a criatividade. Revelou que gosta de imaginar que a madeira que ele está trabalhando provavelmente veio de muito longe, e agora está ali, para que ele crie alguma coisa com ela. E, em seguida, o filho de Raimundo acrescentou que a marcenaria não é um trabalho que estressa. Ela, na verdade, dá prazer a quem a pratica. A isso, Raimundo acrescentou, retomando a ideia da criatividade, que não se trata apenas do prazer de criar, pois “a criatividade chama o freguês”.

Sobre essa noção mais prática a respeito da criatividade, Raimundo ofereceu dois exemplos

ilustrativos. O primeiro deles foi o fato de que, há algum tempo, só se fazia um modelo de porta na marcenaria de Raimundo, mas hoje, por outro lado, eles produzem pelo menos cinco tipos diferentes, e então outras pessoas, com preferências diferentes, podem gostar e comprar seu trabalho. O segundo exemplo dado por Raimundo foi o das “cadeiras de fechar”, que ele está começando a produzir: “antes eu nunca tinha feito, não sabia fazer. Agora já tenho até encomenda”, disse, apontando para uma pilha de armações, explicando que no começo só precisou de um modelo para se basear.

Questionado se havia algo que poderia ser considerado um problema na profissão de marceneiro, Timóteo disse que se ela pode ser prazerosa, por outro lado, é uma profissão que pode prejudicar a saúde do praticante, por causa do pó que o marceneiro inala todo dia. Aqui, devemos acrescentar que o uso de equipamentos de proteção individual entre os artesãos não foi observado. À declaração de Timóteo, no entanto, Raimundo retrucou que, na realidade, toda profissão tem disso: “é assim também para quem mexe com ferro, quem mexe com vidro. Todo trabalho tem o seu lado ruim”. O que transpareceu deste ponto é que, para ambos, o lado negativo das profissões parece estar principalmente relacionado a riscos e possíveis prejuízos à saúde dos profissionais.

Outro assunto que surgiu nesta conversa foi o desmatamento, que Timóteo disse achar ser outro ponto negativo da marcenaria. A esse respeito, Raimundo também tinha sua opinião. Disse que o verdadeiro problema “é a madeira que vai para fora”, porque “aqui na marcenaria, sendo bem planejado, a gente passa até um ano inteiro usando só quatro árvores de madeira”. Em sua opinião,

mais danoso seria o que vai para outras regiões ou o que é derrubado para fazer roça e pasto, “porque muita árvore boa, que ninguém vai poder usar, se perde”. Segundo ele, isso é um problema sério, pois “a culpa sempre cai nos pequenos”, quer dizer, sobre marcenarias como a sua.

Raimundo disse, ainda, que na marcenaria o lucro sempre é pequeno, mas constituindo freguesia tudo melhora. Ou seja, a rede de contatos estabelecida ao longo dos anos e o prestígio adquirido com a experiência são os fatores que possibilitam a manutenção do empreendimento. É por isso também que o marceneiro tem que ser honesto, afirmou. É preciso ser correto com o dinheiro dos clientes e não pegar serviços que não são possíveis de serem executados. Assim se constrói freguesia, assinalou.

Para ele, o lado negativo da marcenaria é que sempre falta capital e não há incentivos do governo para esta classe de trabalhadores. A esse respeito, Raimundo revelou que gostaria de ter um galpão maior e de vender seu trabalho para fora de Tefé, mas que, sem algum tipo de financiamento no início, se torna muito difícil realizar esses desejos.

Os principais problemas para a marcenaria, na visão de Raimundo, são, portanto, a falta de recursos e a “perseguição”. Ele assinalou que a falta de recursos sempre afeta mais as empresas pequenas, familiares, como a sua, porque elas não têm capital de giro para investir em reformas necessárias nos galpões ou em renovação do maquinário, que se torna velho e pouco eficiente. Já a “perseguição” (que pode ser entendida como a fiscalização do setor madeireiro) se expressa na dificuldade em conseguir, na cidade, madeira manejada, situação que sugeriu que poderia ser

resolvida com a facilitação de planos de manejo na região. “É por causa da burocracia que o negócio não cresce”, concluiu.

Aqui, podemos acrescentar que a crítica de Raimundo se aproxima, de certa forma, da realizada por João de Araújo (2011). Analisando a invisibilidade dos trabalhadores do setor marceneiro de Xapuri, no Acre, este autor sugere que, a fim de contornar certas contradições do desenvolvimento na Amazônia brasileira, as perspectivas do manejo florestal não podem perder de vista parcelas da população urbana que representam riscos diminutos à conservação e dependem do recurso madeireiro para a manutenção de sua prática social.

De volta às perspectivas dos praticantes, para o filho de Raimundo, por exemplo, que já é pai de família, ainda que a marcenaria seja uma boa profissão, ela não deve ser seu único “ganha pão”. Seu desejo parece resultado de algo que ficou claro também em declarações de seu pai, para quem, apesar do excepcional maquinário para o perfil da marcenaria tefeense, a prática do ofício já não é tão recompensadora em seu sentido econômico, como foi outrora. Assim, parece plausível a hipótese de que empresas familiares, como a de Raimundo, ainda que sejam um modelo frequente em Tefé, têm tido dificuldades em se adequar ao processo de modernização da cidade.

O que foi dito nessa conversa ilustrou tanto como estes praticantes se entendem dentro de sua prática quanto como eles compreendem sua prática no mundo, dando indícios da identidade profissional reproduzida naquela comunidade. Se, por um lado, a marcenaria é por eles relacionada

com a criatividade e o prazer, por outro está reconhecidamente desvalorizada. Um caminho, segundo Raimundo, pode ser deixar de lado os trabalhos com madeira e ingressar nos negócios com MDF (sigla internacional para placa de fibra de média densidade), um material mais barato e que tem a procura em ascensão. Com isso, alguns elementos próprios da prática da marcenaria serão alterados, mas também devemos nos lembrar que adaptações a novos contextos são condições para a reprodução de práticas sociais. Mas essa é apenas uma possibilidade. Os verdadeiros resultados, apenas o tempo poderá revelar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a reprodução social desta prática está, como buscamos demonstrar ao longo deste artigo, baseada no aprendizado. Isso porque o que se aprende em grupos de praticantes, como a oficina de Raimundo, inclui técnicas próprias da marcenaria e a identificação com o ofício de marceneiro. O aprendizado é fundamental, portanto, porque permite que os indivíduos tenham acesso a grupos nos quais circulam técnicas e são elaborados significados sociais para o ofício, quer dizer, proporcionam tanto o autorreconhecimento destes indivíduos como praticantes da marcenaria quanto compreensões sobre como esta prática é entendida pela sociedade.

Além disso, ficou clara a importância da experiência na estrutura da prática social e no sistema de relações que compõe a comunidade de praticantes que observamos. Como ficou patente, o papel central da experiência pode ser atribuído tanto ao fato de ser esta qualidade a responsável por determinar a posição dos sujeitos nesse

sistema de relações quanto à sua característica de definir as estratégias pedagógicas que deverão ser adotadas ao longo do processo de aprendizagem. Além disso, é a experiência resultante de longo período de engajamento na prática que confere aos indivíduos maior conhecimento sobre situações-problema e possíveis soluções, o que contribui para a capacidade de improvisar e de criar com a madeira. É essa capacidade que confirma o sucesso dos indivíduos no ofício, permitindo que se movam da periferia para o centro desta prática social.

Outros fatores também merecem destaque. Um deles é a forte relação entre a casa e a família de Raimundo e a oficina, algo que revela uma característica importante da prática da marcenaria na região, onde o trabalho destes artesãos se desenrola em oficinas localizadas nos quintais de casa ou em terrenos adjacentes, com a participação de parentes próximos e de funcionários que acabam se tornando, de certa forma, agregados do grupo familiar. Outro fator importante é a identificação e o engajamento de Timóteo nesta que pode ser, a despeito de reconhecidamente uma profissão menos rentável do ponto de vista econômico, a profissão de sua vida. Tanto o tom familiar que possuem ou assumem as relações desenvolvidas em oficinas como esta quanto a identificação com um ofício caracterizado como criativo são indicativos de por que a marcenaria, nos moldes observados, pode ser considerada um ofício que dá prazer a quem o pratica. Casos como este são uma importante prova da vitalidade de práticas sociais que, apesar dos constrangimentos impostos pela modernização,

seguem adaptando suas técnicas e reinventando seus significados.

5. AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Timóteo e a Raimundo e sua família, por nos receberem e colaborarem conosco. Ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMA), pela infraestrutura cedida, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de pesquisa concedida ao mestrando.

6. REFERÊNCIAS

- Araújo, J. M. 2011. Novas contradições do desenvolvimento na Amazônia brasileira: a indústria florestal e a invisibilidade dos trabalhadores do setor marceneiro de Xapuri. *Anais do Circuito de Debates Acadêmicos CODE/IPEA* (1):1-16.
- Bateson, G. 1986. *Mente e natureza: a unidade necessária*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Bresler, R. 1996. *Identidade e vínculos em uma oficina de marcenaria*. São Paulo: Núcleo de Pesquisas e Publicações/FGV-EAESP.
- Geertz, C. 1989. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura, in *A interpretação das culturas*, pp.3-24. Rio de Janeiro: LTC.
- Gomes, A. M. R. 2014. Um (possível) campo de pesquisa: aprender a cultura, in *Diálogos sem*

- fronteiras: história, etnografia e educação em culturas ibero-americanas*. Organizado por S. P. Tosta e G. Rocha, pp. 205-220. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Ingold, T. 2010. Da transmissão de representações à educação da atenção. *Educação* 33(1):6-25.
- Lave, J., e E. Wenger. 1991. *Situated learning: legitimate peripheral participation*. New York: Cambridge University Press.
- Marcos, V., e N. Peralta. 2016. Empreendimentos transformadores de madeira da microrregião de Tefé: características e desafios. *Anais do Simpósio sobre Conservação e Manejo Participativo na Amazônia* (13):1-19.
- Mauss, M. 2003. As técnicas do corpo, in *Sociologia e antropologia*, pp. 399-424. São Paulo: Cosac Naify.
- Oliveira, M. C. 2016. Aprendizagem e comunicação em Bateson: a exigência de uma epistemologia formal e complexa. *Trans/Form/Ação* 39(1):93-118. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-31732016000100006>.
- Ribeiro, E. M. 1950. Profissiografia de marcenaria. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* 2(2):73-82.

MEMÓRIAS, DISPUTAS DE SENTIDO E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS: AS ESTRATÉGIAS E AS TRAJETÓRIAS DOS EX-TRABALHADORES DA VARIG DEZ ANOS APÓS SUA VENDA

Madhiana Valéria Almeida Rodrigues

Universidade Federal de Roraima | Boa Vista - RR - Brasil

submissão: 18/02/2019 | aprovação: 28/05/2019

RESUMO

O artigo trata dos fenômenos de transformação ocorridos na trajetória dos ex-funcionários da VARIG, tanto os aposentados quanto os que ainda estavam na ativa quando do fechamento da empresa, atingindo sistemas de representações e relações anteriormente construídas. Trata-se de um caso paradigmático na história da aviação civil no país. Seguindo a metodologia etnográfica, foram realizadas quinze entrevistas não estruturadas e pesquisa em mídias. Argumenta-se que, diante das necessidades e das disputas de sentido do presente, a memória e a função fantástica do imaginário são utilizadas como ferramentas estratégicas de resistência e de transformação, sobretudo relacionadas às novas formas de sociabilidade e de organização. Por fim, analisa-se a situação contemporânea do grupo que vive “exposto à ameaça do esquecido” (Ricoeur 2007:18). Conclui-se que o esquecimento pode revelar indícios de uma interpretação vulnerável dos acontecimentos e de uma atitude ideológica geral diante da “naturalização” das perdas de direitos, inclusive trabalhistas, em curso no Estado.

Palavras-chave: trabalho; perda de direitos; dimensão simbólica; alteridade; transporte aéreo.

MEMORIES, DISPUTES OF MEANING AND SOCIAL TRANSFORMATIONS: THE STRATEGIES AND TRAJECTORIES OF THE FORMER WORKERS OF VARIG TEN YEARS AFTER THEIR SALE

ABSTRACT

This article deals with the transformation phenomena that occurred in the trajectory of the former VARIG employees, both retired and those who were still active in its closing process, reaching previously constructed systems of representation and relations. This is a paradigmatic case in the history of civil aviation in the country. Following the ethnographic methodology, fifteen unstructured interviews and media research were conducted. It is argued that in the face of the needs and disputes of meaning of the present, the memory and the fantastic function of the imaginary are used as strategic tools of resistance and transformation, especially related to the new forms of sociability and organization. Finally, the contemporary situation of the group that lives “exposed to the threat of the forgotten” is analyzed (Ricoeur, 2007: 18). We concluded that forgetfulness may reveal signs of a vulnerable interpretation of events and of a general ideological attitude towards “naturalization” of the loss of rights, including labor rights, in progress in the country.

Keywords: work; loss of rights; symbolic dimension; alterity; air transport.

MÉMOIRES, CONFLITS DE SENS ET TRANSFORMATIONS SOCIALES: STRATÉGIES ET TRAJECTOIRES DES EX-TRAVAILLEURS DE VARIG DIX ANS APRÈS SA VENTE

RÉSUMÉ

Cet article traite des phénomènes de transformation survenus dans la trajectoire des anciens employés de VARIG, retraités et restant actifs dans son processus de fermeture, atteignant des systèmes de représentation et de relations précédemment construits. Il s’agit d’un cas paradigmatique dans l’histoire de l’aviation civile du pays. Suivant la méthodologie ethnographique, quinze entretiens non structurés ont été réalisés, ainsi que des recherches sur des sites Web et des journaux. Nous proposons que, face aux besoins et aux conflits de sens du temps présent, la mémoire et la fonction fantastique de l’imaginaire sont utilisées comme des outils stratégiques de résistance et de transformation. Ils concernent avant tout de nouvelles formes de sociabilité et d’organisation. Enfin, nous analysons la situation actuelle du groupe qui vit “exposé à la menace de l’oubli” (Ricoeur 2007:18), et concluons que l’oubli peut révéler des signes d’une interprétation vulnérable des événements et d’une attitude idéologique générale à l’égard de la “naturalisation” des pertes de droits, y compris des droits du travail, en cours dans le pays.

Mots-clés: travail; perte de droits; dimension symbolique; altérité; transport aérien.

1. INTRODUÇÃO

Todos aqueles que se inclinaram de maneira antropológica, isto é, a um só tempo com humildade de espírito e largueza de horizonte poético, sobre o campo do imaginário, estão de acordo em reconhecer à imaginação [...] esse poder realmente metafísico de erigir suas obras contra o apodrecimento da Morte e o Destino (Gilbert Durand).

As reflexões apresentadas aqui expressam parte do esforço que venho desenvolvendo no sentido de compreender, à luz da antropologia, temáticas concernentes ao universo dos ex-trabalhadores da aviação civil, suas trajetórias e seus projetos para a vida, após o fechamento daquela que foi a maior empresa de aviação que o Brasil já teve. Tenho como foco de interesse empírico os ex-funcionários da Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG), tanto os aposentados quanto os que ainda estavam na ativa na época de seu fechamento, em sua maioria, sediados nas cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Porto Alegre.

A ideia inicial para este artigo, portanto, veio da possibilidade de acompanhamento dos projetos de vida atuais dos ex-funcionários da VARIG, a fim de verificar como eles vão moldando sonhos, desejos, sentidos e significados do trabalho, continuidades e descontinuidades na forma de vida e nas necessidades de sustento. A análise dos dados de campo ampliou os objetivos na direção da compreensão de como essas pessoas vêm (re)significando suas experiências passadas no trabalho na VARIG e como vêm renegociando a busca pela sobrevivência, no confronto com os desafios práticos do dia a dia. A hipótese aqui

levantada é de que a VARIG e o universo da aviação estiveram, e ainda estão, mergulhados em símbolos específicos, ideias e mitos, sob os quais seus ex-funcionários (re)criam suas ferramentas de luta e de resistência.

O artigo busca traçar alguns pontos representacionais importantes do contexto e das especificidades da profissão vivida no passado, com objetivo de entender a real dimensão dos seus projetos de vida e de seus desejos no presente. Projetos e desejos que estão diretamente fundidos ao universo da aviação no Brasil e à função simbólica do imaginário.

Como já foi observado em outra pesquisa (Rodrigues 2000), a aviação, apesar de ser um espaço dominado pela técnica, pelos procedimentos frios de um computador, está repleta da fascinação daqueles que observam e, por que não dizer, daqueles que participam de maneira mais direta deste mundo. Busco demonstrar que os relatos atuais sobre o conjunto de habilidades vividas por meio do trabalho na aviação permitem a eles uma reação positivamente relacionada aos valores apreendidos nos anos de VARIG.

Para tanto, o papel da memória na vida das pessoas nos mostra um caminho promissor na direção da compreensão desejada. Assim como salientou Lopes (2011) com relação aos trabalhadores industriais, afirmo que os ex-trabalhadores da VARIG, de símbolo de progresso, mudança e transformação social, passaram a ser objeto de memória. A pesquisa realizada busca, portanto, responder à necessidade de incorporar o estudo da memória e das trajetórias profissionais como chave para a compreensão dos processos de transformação acelerada, que vêm atravessando a sociedade e a cultura brasileiras.

Considero o fechamento da VARIG como paradigmático na história da aviação civil do país, sobretudo no que concerne aos trabalhadores, à construção de suas identidades, suas formas de sociabilidade, sua orientação em face ao Estado e às empresas, assim como às novas formas de organização do trabalhador na conquista de seus projetos para a vida. “Projetos para a vida” aqui entendidos como padrões culturais, junto com Geertz (1966:42) e Kluckhohn (apud Geertz 1966:42). É também um caso paradigmático no que se refere ao processo de falência dos direitos dos passageiros. Desde o fechamento da VARIG, novas regras surgiram no mercado, por exemplo, a criação de taxas extras, como pagamentos para despachar a primeira bagagem, para ocupar assento com maior espaço e até mesmo para reserva antecipada de assento, sendo ou não especial. Sem falar no aumento do número de escalas, pouca oferta de voos, monopólio de rotas e diminuição da concorrência.

A vertente teórica adotada na pesquisa compartilha do paradigma hermenêutico, sobretudo de autores que consideram a imagem, o nível simbólico, como local de mediação para tomada de atitudes diante dos desafios da vida. Utilizei as bases teóricas de Gilbert Durand (1983, 1997), Edgar Morin (1975), Pierre Bourdieu (1989, 1998), Clifford Geertz (1966, 1978, 1998), entre outros. Ou seja, diálogo com autores que consideram as imagens como totalidades multiformes e vetores de formação da dinâmica cultural. Imagens que permitem a conservação, a produção de ficção, assim como as transformações sociais. Imagens que dizem respeito às tradicionais categorias subjetivas implicadas em uma relação dialógica, responsáveis pela produção de vários níveis da subjetividade do trabalhador. Trata-se de uma dialógica, portanto,

de uma lógica ternária. Lógica na qual os pares de opostos se encontram em eterna tensão, fomentados por um terceiro elemento, que jamais resultará em uma síntese. Os valores imagéticos, que obsidiam o universo pesquisado, assim como contextos e ações, concebidos como importantes na análise dos dados, serão encontrados neste artigo por meio de destaques em negrito.

Em termos teóricos, considero a organização humana cada vez mais, segundo as afirmativas de Morin (1975), sob o signo da desordem. O ser humano, como eternamente inacabado, uma quimera, em busca da eterna juventude (Morin 1975:149, 150, 151). O que se procura evitar é o reducionismo epistemológico e, com ele, a ideia de que a desordem é um elemento apenas desestruturante dos projetos de vida.

No sentido de buscar compreender o uso da técnica, permeado por valores culturais, considero que uma profissão designa uma realidade objetiva, relacionada ao sustento próprio e familiar, dotada de ação intencional e pragmática, de obrigações, normas, funções e responsabilidades. Ao mesmo tempo, pondero a relação pessoal com o trabalho como subjetiva e íntima, desenvolvendo-se por meio de um conjunto de representações e de simbologias, que podem transformar os projetos culturais dos trabalhadores, os sobrecarregando de valores negativos ou positivos. As imagens criadas em torno do trabalho aéreo formam-se tanto em sua vertente interior – imagens de prazer, de sofrimento, de patologias – quanto em sua vertente exterior, em sua superfície visível, estando seus uniformes e objetos técnicos revestidos não somente de praticidades, como de símbolos, estendidos até mesmo às formas gestuais.

Sahlins (1979), em “Cultura e razão prática”, já chamou atenção para o fato de que a realização prática pelo trabalho está intrinsecamente relacionada ao que é instituído como desejante em cada cultura. Ele alerta para o fato de que a qualidade de uma determinada cultura não se prende apenas ao ato de conformar-se a pressões materiais, mas a fazê-lo de acordo com um esquema simbólico definido, que nunca é o único possível (Sahlins 1979:8). Cultura e razão prática definem valores locais e se expressam na forma de identidade do grupo social. A experiência vivida no trabalho oscila, portanto, entre um trabalho necessário e real, acessível ao olhar de todos, e outra dimensão feita de possíveis, de devaneios, de fantasias, de irrealidades que o podem esvaziar, expandir, duplicar, mascarar ou mesmo fazê-lo indesejado paulatinamente.

No caso estudado, a experiência vivida ao trabalhar na aviação e as insistentes e saudosas referências de satisfação, orgulho, paixão e amor devem-se, muito provavelmente, à importância que as próprias características desse ramo de atuação assumem, por meio das marcas e dos sentidos da sua trajetória. Os valores da profissão de aeronautas e de aeroviários (Rodrigues 2000) estão repletos de devaneios, que começam a ser tecidos no passado, quando a humanidade se sentiu atraída pela magia de voar, e quando surgem os primeiros sonhos acordados de elevação. Remete a um tempo que reanima a memória dos mitos de ascensão e do voo, ao tempo dos xamãs e das bruxas, da magia daqueles que já voavam bem antes dos pilotos atuais. A aviação fornece uma forma alongada à modernidade, pois se projeta sobre uma tradição, iniciada, para a memória da civilização ocidental, na Antiguidade Clássica,

saída do mito de Dédalo e Ícaro, até alcançar os dias de hoje. Trata-se de uma memória expandida.

A memória não se pretende como verdadeira, mas dilemática, carregada de contradições, paradoxos, que, apesar da possibilidade de serem conciliados temporariamente, estão desvinculados da noção de tempo lógico, métrico, matemático. Durand (1997) alerta que a memória é o poder reflexógeno geral da vida e, como tal, tem a capacidade de reação, de regresso, enfim, de uma organização que nega a irreversibilidade do tempo. A memória como imagem, diz o autor, “é essa magia vicariante pela qual um fragmento existencial pode resumir e simbolizar a totalidade do tempo reencontrado” (Durand 1997:403).

Para Durand, é possível construir uma escala de realização do mito. O autor pega emprestado o conceito de distância do real, que vem de Abraham Moles. Ele toma como exemplo o mito de Ícaro que, pertencendo aos **grandes sonhos**, já é mais ou menos realizado pela ciência, pela técnica:

Nos nossos dias, quando se vê na televisão os cosmonautas que pousam o pé na lua, já não é um mito [...] tendes aí uma distância do real que é muito pequena, de onde, paralelamente, a mitologização dos cosmonautas, são personagens que se divinizaram – ou dos grandes aviadores de minha juventude, como Lindbergh, que foram personagens absolutamente míticos mas realizados (Durand 1983:57).

Voar, ter liberdade e enganar o tempo, eternizando-se, características do universo aéreo, permitem que a constelação de imagens associadas a esse universo multiplique-se. Prometeu e Ícaro

estão juntos no que se refere ao tema da liberdade, o qual é flutuante, integra-se tanto ao mito de Ícaro como ao de Prometeu. O mesmo acontece com o tema da **imortalidade**. Apesar de Prometeu ocupar o papel de ladrão de imortalidade, Ícaro também eterniza o momento do voo. Ou melhor, quando Ícaro atinge seu objetivo (a realização do voo que deseja), por meio de seu esforço e trabalho, esvazia o sentido moral e mortal da queda. A liberdade, diz Durand (1997:400), “é um repouso, luxo supremo que engana o destino. O valor situa-se na explosão do devir”.

É difícil descrever, nos limites de um artigo, o cenário simbólico relatado. Cenário em que o grupo profissional estudado esteve inserido antes do leilão e posteriormente ao fechamento da empresa. Os entrevistados desta pesquisa foram artífices de uma empresa que alcançou setenta e nove anos de vida, possuiu mais de 33 empresas no Brasil, entre elas, rede de hotéis, banco, locadora de automóveis etc. Chegou a ter cento e vinte e sete aviões, aproximadamente vinte mil funcionários e oferecer viagens com destinos para trinta e seis países. A VARIG foi uma empresa aérea que, por um lado, permitia ao trabalhador o convívio dentro de uma lógica funcional, pragmática e, acima de tudo, econômica, por outro, não se dissociava de um sentido oculto ou mesmo inacessível, muito próximo ao conceito de símbolo na perspectiva durandiana. Nesse sentido, foi possuidora de um significado especial, relacionado à ostentação, ao luxo e ao crescimento do próprio Estado brasileiro.

Considera-se aqui o caráter pluridimensional do símbolo, na medida em que ele permite “ligar, além das contradições naturais, os elementos inconciliáveis, as barreiras sociais e as segregações

dos períodos da história” (Durand 1997:38). A VARIG foi, portanto, um símbolo nacional, do progresso, da modernidade, sem perder, contudo, seu estatuto de empresa tradicional e internacional. A memória da VARIG também fornece uma forma alongada à modernidade. Surge na memória dos variguanos como a primeira e mais importante empresa aérea brasileira de todos os tempos.

O leilão e a decretação de sua falência ocorreram a partir de uma nova legislatura. O que veiculou a imprensa foi que a empresa veio a ser uma das primeiras a se “beneficiar”, em 2005, da Lei de Falência – como é chamada a Lei Federal n. 11.101/2005 (Brasil 2005). Tese de Romeiro (2014), defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, na Universidade Federal Fluminense (UFF), assevera que:

o que se verificou foi que a recuperação judicial permitiu a alienação da parte produtiva solvável e das subsidiárias lucrativas, mas a VARIG, em si, não foi recuperada, ficando com a dívida, além dos trabalhadores se sujeitarem aos riscos do negócio, quando o acordo judicial os fez suportar todo o ônus da atividade empresarial; às demoras processuais, quando exigiu que aguardassem anos sem receber, e à imperatividade do juízo, que mesmo sem a observância da norma do artigo 612 da CLT, declarou o Plano de Recuperação Judicial cumprido, restringindo frontalmente os direitos dos trabalhadores, via Acordo Coletivo de Trabalho, alterando o seu *status* para investidor/debenturista, enquanto que nem ao mínimo tiveram direito. Nem mesmo as instituições que deveriam proteger os abusos, ou seja, o MPE e o administrador judicial, e que deveriam

zelar pelo princípio da função social da empresa, não o fizeram, violando, inclusive, a norma de garantia mínima salarial, prevista no artigo 54 da LREF e aplicando interpretações contrárias à lei, para salvaguardar o interesse de determinados grupos (Romeiro 2014:7).

Na opinião, no entanto, do vice-presidente da Associação de Pilotos da VARIG (APVAR), “Vendeu-se a empresa para recuperá-la, o que já é uma incoerência jurídica. A situação só piorou e não pagaram absolutamente nada aos trabalhadores. Foi um golpe clássico e descarado” (Melo & Araujo 2018). Segundo relatos partilhados, além de não ter se recuperado financeiramente, a companhia acumulou uma dívida ainda maior, a qual aumentou de R\$ 7 bilhões para R\$ 18 bilhões, em 2018, dando um salto de 157%.

Não há números precisos, mas estima-se que pelo menos cerca de nove mil e quinhentos funcionários ainda existiam quando da venda da empresa, segundo dados fornecidos pelo Sindicato dos Aeroviários. Conta-se mais de mil funcionários mortos após o seu fechamento, entre eles a primeira morte registrada, em julho de 2006, foi a do piloto Rodrigo da Matta, filho do antropólogo Roberto da Matta, em sua residência, por ataque fulminante do coração. No mesmo mês, a VARIG anunciava a demissão coletiva de 5.500 funcionários (Nascimento 2006). Conforme relatos, o piloto tinha acabado de passar nos exames médicos exigidos para a renovação de sua licença, mas o estresse que vinha acumulando, somado ao choque do anúncio do leilão e das demissões, foi

demais para ele. Rodrigo morreu aos 44 anos. A última morte a que tive acesso em campo foi em razão de um suicídio. Segundo notícia veiculada na mídia, o ex-comissário Guilherme Ribeiro Gotel suicidou-se como provável consequência da desestruturação de seu projeto de vida, no dia 25 de julho de 2018, na casa de sua mãe, na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro¹, onde passou a morar após separação da esposa.

Como muitos relatam, a VARIG era uma empresa onde as pessoas nasciam, cresciam, trabalhavam e morriam, apoiadas por um grupo fiel de funcionários e de administradores. Conforme entrevistas e *sites*, até o ano de 2018, havia ainda mobilização dos “sobreviventes”, todas as quartas-feiras úteis, em frente ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), solicitando indenizações e direitos retirados. No cotidiano da cidade, no entanto, não se ouve mais falar daquela que durante décadas foi a maior companhia aérea da América Latina.

Do ponto de vista antropológico, levo em consideração que a construção dos valores e dos significados para o grupo se faz por meios simbólicos e culturais; conseqüentemente, a ordenação e a organização da experiência e da ação humanas dependem de uma construção irreduzível apenas relacionada ao mero rendimento em dinheiro e à racionalização do comportamento.

É preciso abrir outro parêntese importante nesta introdução. Diferentemente de Clifford Geertz (1978), no capítulo “Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa”, quando descreve como se sentia em sua pesquisa de

1 Além da informação ser mencionada em entrevistas e em algumas páginas pessoais de ex-variguanos, também está veiculada em Melo & Araujo (2018).

campo em Bali, eu fazia parte da rinha. Portanto, posso dizer que, de certa forma, foi nas figuras de profissionais da aviação encontradas nos tios, primos e pai (lembranças infantis) e, posteriormente, na minha própria experiência (o contato e a vivência com o grupo pesquisado) que a problemática foi se delimitando. Trago para essa investigação igualmente os anos em que trabalhei em empresas aéreas. Somente por meio do afastamento necessário para a pesquisa, no entanto, compreendi os fatores, ou poderíamos dizer, as pulsões que levavam as pessoas desse universo a acreditarem que é quase impossível sair deste emprego.

É, portanto, com a mesma fidelidade, outrora inconsciente, que escrevo cada linha deste artigo. Responsabilidade, amor, respeito, confiança, como muito bem descreveu Eugène Enriquez (1997), devem fazer parte de todo trabalho que se deseja publicar: “Ora, um livro só o é de verdade se foi desejado, escolhido, sonhado e se foi escrito com amor. As palavras fazem amor, dizia André Breton” (Enriquez 1997:8). Espero poder demonstrá-lo.

Por fim, busquei pautar a descrição e a análise dos fatos para além das razões de ordem histórica, na medida em que, depois do leilão da empresa, os movimentos a favor dela e dos direitos dos trabalhadores passaram rapidamente ao esquecimento geral. A análise das ações práticas verificadas em pesquisa de campo, na direção da luta por manter viva a memória do grupo, faz concordar com a afirmativa de Ricoeur, de que o esquecimento “é o emblema de quão vulnerável é nossa condição histórica” (Ricoeur 2007:300). O esquecimento coletivo da

VARIG, portanto, pode revelar indícios de uma interpretação vulnerável dos acontecimentos e de uma atitude ideológica social diante da “naturalização” das perdas de direitos, inclusive trabalhistas, em curso no Estado.

Veremos, na conclusão deste artigo, que as imagens simbólicas e as suas raízes afetivas, ao tomarem lugar no âmago da condição humana, vão ao fundo do ator social e possuem significação no seu intelecto; por outro lado, as imagens que permeiam esse universo estão carregadas de um determinismo eficaz, sem, contudo, estarem reduzidas ao aspecto meramente funcional. Observaremos, ainda, que a sensação de potência, de liberdade, de eternidade, o prazer de fazer parte de algo importante para a humanidade, o senso da responsabilidade por vidas, o estudo constante e, por fim, o improvável das situações cotidianas, que prescinde de capacidade e rapidez para lidar com o imprevisto, com decisões imediatas, exigia deles uma importante habilidade: a de saber como se relacionar com o novo.

A metodologia partiu de uma abordagem de caráter etnográfico e qualitativo, envolvendo entrevistas com ex-trabalhadores e com membros de sindicatos e órgãos representativos. Os passos metodológicos incluíram a realização de um levantamento documental nos sindicatos e na imprensa sobre o desmantelamento do grupo, as consequências na vida profissional, o desemprego, o trabalho informal e a história das suas relações de alteridades. A pesquisa, portanto, se insere nos estudos vinculados à problemática do trabalho e do imaginário,

buscando avançar na construção de um campo de análises sobre a memória, a dimensão simbólica e as transformações sociais.

O artigo está baseado na análise de entrevistas, assim como na análise de *sites*, a maioria deles criada pelos próprios ex-funcionários com a intenção de registrar queixas e insatisfações, rememorar histórias saudosas e perenizar memórias compartilhadas. As entrevistas, em número de quinze, foram idealizadas como instrumento para que eles pudessem falar livremente de suas trajetórias, após a saída da VARIG. O caminho das narrativas diz respeito aos momentos que vão desde a entrada na empresa, o desfecho traumático e, por fim, o momento atual vivido. Nas falas, buscaram-se as articulações, os paralelos ou as contradições entre as narrativas e as suas posições atuais como profissionais em novas áreas de trabalho ou em novas empresas do ramo aeroviário.

Uma preocupação inicial era de não me deixar enredar pelo fascínio das narrativas longas. As entrevistas sempre ultrapassaram a margem duas horas e, na maioria dos casos, ainda terminavam em algum local aprazível para um lanche. Entre um pastel e outros petiscos, surgiam novas observações sobre o que foi dito. Acréscimos e justificativas pareciam inevitáveis, porém, sem o registro de áudio ou anotações. Neste artigo, irei utilizar duas entrevistas e a análise das justificativas das recusas para não participar da pesquisa. Fiz essa escolha por considerá-las as que mais sintetizam núcleos temáticos recorrentes. Vale ressaltar que utilizo nomes fictícios por opção própria. Nenhum

dos entrevistados solicitou anonimato sobre a provável exposição das declarações feitas.

2. VARIG! VARIG! VARIG!

Um dos *jingles* de sucesso da empresa, “VARIG! VARIG! VARIG!” foi encontrado em diversos *sites* e blogs de ex-variguanos. A expressão surge como reafirmação de uma imagem perene, acompanhada de relatos do tipo, “**uma vez variguiano, para sempre variguiano**”.

Do ponto de vista social, é bastante surpreendente a presença da VARIG na vida cotidiana das cidades em que possuía bases, principalmente aquelas com maior representatividade de funcionários e voos. Numerosos seriam os exemplos da função social que chegou a exercer. A maioria delas é descrita com muito orgulho pelos ex-variguanos e influía de forma direta na identidade construída e em seus projetos de vida no passado. Eram oferecidas desde viagens gratuitas para crianças que precisavam de “tratamento aéreo” (leia-se, ar mais rarefeito), para se curar da coqueluche, nas décadas de 1950 a 1970, até a importação e o transporte de medicamentos inexistentes no Brasil, como no início da disseminação do vírus HIV, no final do século XX. A representatividade e o alcance da sua presença fora dos limites da empresa atingiam a vida de pessoas com as quais nem mesmo seus funcionários poderiam imaginar. Destaco a inusitada presença da VARIG na vida dos catadores e das catadoras de lixo daquele que foi o maior aterro da América Latina, localizado em Jardim Gramacho, um bairro do município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

Em entrevista dada no ano de 2012, uma catadora de lixo destaca que ela e o grupo de catadores percebiam a VARIG como responsável por proporcionar **as boas memórias** do seu ofício, resgatadas aqui por meio da dissertação de mestrado em Antropologia de Adriana Xerez:

[...] ela nos conta das maravilhas do lixo da VARIG, lembrança essa compartilhada por muitos catadores. Havia os talheres de alumínio, os doces que vinham bem embalados e frescos, além das garrafas de champanhe que chegavam intactas. Quando o lixo da VARIG caía no aterro, era uma verdadeira festa. Glória brinca que ficava admirada com o lixo da companhia de aviação e lembra da decepção que foi sua primeira viagem de avião com as barras de cereal e o suco de caixinha. Sentiu-se em um ônibus (Xerez 2013:38, 39).

Xerez (2013) afirma, sobretudo, que o lixo da VARIG era motivo de atração para se trabalhar no aterro. A análise dos relatos realizada por esta autora identificou que a VARIG era vista como fator motivacional para enfrentar o processo de iniciação como catadoras. Conforme registro de Xerez (2013:49), a entrevistada afirma que “foi atraída pelo lixo da VARIG, de que todos falavam”.

A queda da empresa, como se pode ver, atingiu diversas dimensões cotidianas e representativas, mesmo fora do seu quadro de funcionários. O acróstico da empresa, visível por anos na extensão da praia

do Flamengo, é outro exemplo. Localizado acima do prédio, de propriedade da empresa, ao lado do Santos Dumont, hoje hotel de luxo, era considerado parte integrante de um dos cenários mais valorizados da cidade do Rio de Janeiro. De certa forma, contribuía com a identidade daquela paisagem. A retirada do nome da empresa, assim como do acróstico da VASP, foi motivo de reportagens, que denunciavam um vazio no cenário visual do Parque do Flamengo.

3. O CAMINHAR DAS NARRATIVAS: MITOLOGIAS E RAZÃO PRÁTICA

Os símbolos, ideias, mitos, criaram um universo onde os nossos espíritos habitam (Edgar Morin).

Início a análise efetiva dos dados e dos relatos obtidos na pesquisa, afirmando que as narrativas e as imagens encontradas em campo são emblemáticas. As profissões procuradas fora da aviação mantiveram-se ligadas, de certa forma, às imagens de **liberdade**, de **transcendência** e de **imortalidade**, dimensões presentes no grupo e que são responsáveis pela união e por muitas das ações desenvolvidas após o fechamento da empresa. Trabalhar na VARIG, nas palavras dos entrevistados, além de um bom salário material, oferecia um bom salário psicológico. Aqueles que procuraram novos ofícios, por não conseguirem espaço em outras companhias, foram trabalhar com o transporte terrestre. Transportando coisas e pessoas, viraram motoristas de taxi, de camionetes, muitos estão trabalhando via um aplicativo de corridas de passageiros. Existem aqueles que foram para a área de turismo, abriram pequenos comércios relacionados ao lazer (como quiosques ou *trailers* de praia), são

vendedores ambulantes, outros ainda investiram o tempo estudando para passar em concursos. Sem falar de muitos variguanos que seguiram carreira internacional, após o fim da companhia². A maioria deles é composta por aeronautas, pilotos, comissários de bordo e os que já moravam fora do Brasil. Há, contudo, registro de um ex-comissário que virou morador de rua. O grupo de aposentados foi bastante afetado. O fundo de pensão complementar de aposentadoria, mantido majoritariamente pela VARIG, o AERUS, faliu. Mesmo com a garantia do rendimento proveniente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), precisaram complementar renda.

Muitos dos relatos são comoventes, com uma expressiva quantidade deles exposta nos *sites* pesquisados, que objetivam manter viva a memória variguiana e, por consequência, a própria imagem. Com efeito, afirmam: **“estamos aposentados, não mortos!”**. Sobretudo quando motivados pela busca dos seus direitos trabalhistas. Ao mesmo tempo, o teor das entrevistas e das frases disponíveis no espaço cibernético e jornalístico revela que, ao sair da VARIG, algo além do sustento foi retirado deles: “Tiraram de mim não só um emprego; tiraram uma paixão, meu orgulho”, declaração feita por uma ex-comissária, com sessenta anos. “Sonho quase todos os dias que estou dentro de um avião, servindo as pessoas. Era a coisa que eu mais amava. Quando acordo, sento na cabeceira da cama e choro. Sei que, pela idade, é algo que não vou mais voltar a fazer”, declaração de outro ex-comissário da VARIG, de 53 anos. Para alguns, mesmo morando de favor em casa de amigos, a

esperança se mantém: “A vida é um ciclo. Agora, estamos girando na parte de baixo da roda, mas creio que ela vai girar de novo e vamos parar na parte de cima”³.

Sendo assim, diante desse cenário complexo de funções diferenciadas e pessoas nas mais diversas condições de reação econômica, busquei reunir, por meio dos sentidos e significados dados ao trabalho aeroviário, uma chave para interpretação dos momentos vividos. A ideia é demonstrar que forças movem ainda os ex-funcionários da empresa, independente da atual posição que possuem. Vejamos, no Apêndice 1, relato que condensa as trajetórias profissionais de um ex-variguiano, após a falência.

O que eu quero chamar atenção no relato constante do Apêndice 1 é o sentido cíclico dado à vida. Na verdade, para um tempo cíclico, que é bom com o interlocutor, não o levando à morte; um tempo similar a um tempo litúrgico, de uma temporalidade sagrada e possuidora de um presente eterno, vivido por meio do trabalho na aviação. O fato de o entrevistado não querer se aposentar, o fato de viver o presente, de sentir-se sereno e, ao mesmo tempo, impulsivo, segue na temática do eterno retorno, de uma eternidade que, mesmo após ter o fígado devorado, como Dédalo, após o fechamento da VARIG, ele volta a nascer no dia seguinte. Esses significados associados ao seu trabalho, além do sentimento de plenitude e de totalidade que a experiência de participar dele oferece, se relacionam com a missão de continuar a

2 Estima-se que seiscentos pilotos estão ainda voando fora do país, assim como não foram absorvidos sequer 8% dos funcionários da VARIG no mercado nacional. A informação também é veiculada em Melo & Araujo (2018).

3 Relatos disponíveis em Melo & Araujo (2018).

existir como projeto de vida. E a missão da vida para Durand (1997:400) é “‘retardar’ a queda de energia; por esta dilatação da morte, é anunciadora da liberdade”. Como se aposentar, então?

Na obra “Ensaio sobre a dádiva”, Mauss (1974) chama a atenção para a existência do jogo entre liberdade aparente e constrição verdadeira, que, para ele, existe em toda sociedade humana. O que faz com que os funcionários, no caso específico da aviação, não se sintam apenas como sujeitos “aprisionados” por um contrato de trabalho ao exercerem suas funções? Por que se sentem satisfeitos, bem na sua pele, como diriam os franceses, no local e na função que habitam? Quais são os “presentes voluntários” trocados? A análise dos relatos permite contemplar o fato de que, apesar de toda a rigidez, o controle, a precisão e a disciplina exigidas no trabalho, as obrigações realizadas são fartamente recompensadas pelo sentido de liberdade e de segurança. A segurança não é vista apenas pelo progresso das técnicas, mas pela possibilidade de produzir arte no trabalho ou pelo menos de senti-la. De forma linear, como assevera Durand, o sapateiro mantém sua arte, na medida em que “o verdadeiro processo de hominização não consiste no fato ou no processo da vida, nem no progresso das técnicas. Situa-se nos valores ‘estéticos’, isto é, no nível da invenção dos ritmos, dos símbolos, da arte” (Durand

1995:140). O trabalho aeroviário, nesse aspecto, tem a ver com o ritmo das suas próprias vidas, com uma cotidiana explosão do devir (Durand 1997:400). A maximização da responsabilidade de todos não é sentida como coerção, mas, antes disso, é um projeto de vida coletivo. Com efeito, posso dizer que vemos interligadas as simbologias da arte e das invenções dos ritmos com o trabalho aeroviário, proporcionadas pelos valores e atrativos estéticos que as mobilizam.

André Comte-Sponville (1984:219), em sua obra “Le mythe d’Icare: traité du désespoir et de la béatitude”, faz uma analogia entre o artista e o personagem de Ícaro. O artista/poeta é como um militante que assalta o céu, mesmo que o céu não exista. É ele que constrói sua rota para o céu e, nesse sentido, Ícaro é a sua casa, é o chefe do seu trabalho. Ícaro funciona como metáfora da **eternidade**, pois a sua queda não muda nada neste cenário. Afinal, Ícaro é a história de uma ascensão furiosa, vertical. Para Durand (1997:134, 135), a intenção do voo é sempre a ascensão, meio simbólico de transcendência. O importante é a linha que o voo de Ícaro conseguiu fazer ou, no caso do poeta, a linha que o voo do poema fez, e é ela quem irá conservar-se na imagem infinita dos seres vivos: “O poeta tira o melhor de seu próprio desastre”, afirma Comte-Sponville (1984:219). Da mesma forma, as atitudes prometeicas⁴ de aceitar desafios, enfrentá-los e acabar triunfante estão permeadas por uma racionalidade instrumental, por uma racionalidade de meios, por uma

4 Prometeu foi um titã da mitologia grega que roubou de Zeus o fogo do céu para trazê-lo à terra e oferecê-lo aos homens. Zeus o condenou a ser acorrentado num rochedo, onde todos os dias um abutre lhe devorava o fígado, que voltava a nascer. Foi o Centauro Quirão que pôs fim ao seu sofrimento, entregando-lhe sua imortalidade, e Prometeu pôde, assim, ascender à esfera dos Deuses.

desobediência tecnocrática hábil⁵, que lhe garante a vitória.

É o estar agarrado ao trabalho que lhe permite o tempo das viagens e do conhecimento, a experiência, a liberdade, os valores da vontade, e todos eles reunidos enchem de sentidos a profissão, os quais relacionam-se com a função fantástica do imaginário pelo poder de bloquear o fatal determinismo do destino. Para Durand (1997:311), a função fantástica do imaginário tem o sentido de instituir-se contra o destino mortal. A intensa e a imediata projeção de imagens voltadas para os sentidos da liberdade e do conhecimento relatados sugerem a busca por atividades que permitam aos ex-variguanos se manterem fora do tempo fatal. No caso do entrevistado, aos sessenta anos sente-se, na verdade, com quinze e está em busca de iniciar um novo curso universitário. Poderia ser em música, pois frequenta todos os sábados o curso de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para músicos, porém se inscreveu para Ciências Aeronáuticas, mesmo sendo à distância. O único curso de graduação nessa área, no Brasil.

Outro aspecto que parece ser derivado de sua identidade profissional variguiana está relacionado à falta de ambição. Com efeito, o fato de ser um profissional padrão VARIG, ou seja, fazer o seu trabalho com responsabilidade e competência – apesar de não ter dedicado esforços na VARIG para galgar o poder e assumir uma supervisão ou gerência –, não se distancia de uma política e de uma narrativa há muito valorizadas dentro da própria empresa. Valores que parecem se manter no tempo, para

muitos que já participaram dela. Sacrifícios, visão social, devotamento, esforço, dedicação e disciplina formavam uma base identitária profissional de grande importância no seio da organização aeroviária. Revelam ligações com o passado e dão lugar social àqueles dispostos a reproduzi-los em sua prática cotidiana, mesmo sem ocupar cargo de chefia.

Xausa (1993), no início da década de 1990, demonstrou, em entrevista realizada com o diretor de administração da empresa, admitido na VARIG em 1956, a valorização de determinadas características associadas à identidade variguiana. Nas palavras do diretor:

Esta disciplina eu colocaria em primeiro lugar e, em segundo plano, esta “falta de ambição”, porque a VARIG foi, ao passar destes 35 anos, tendo uma trajetória sem ambições, sem guerras internas [...]. Mas os homens da VARIG [...] sempre foram desprendidos no sentido de não ter ambições pelo poder, quer dizer, o poder é para todos nós, e eu estou há 20 anos como diretor, o poder sempre foi uma forma de você querer mais coisas para fazer. É diferente do poder que visa *status*, que visa prerrogativas e privilégios. Não. Poder sempre foi alguma coisa que a gente buscava no sentido de atender bem os destinos da organização; o poder sempre foi uma forma de você querer dar mais e não de querer tirar mais [...], fundamentalmente estas duas coisas que deram sustentação: disciplina interna e “desambição” dos homens, ao longo de sua trajetória histórica, e é muito importante porque

5 A desobediência hábil é um dos mitemas que compõe o Mito de Prometeu, segundo Gilbert Durand. Nesse aspecto, introduzi a palavra “tecnocrático” apenas para aproximá-la ainda mais da valorização técnica a que a aviação remete. Gilbert Durand reconstitui um tipo ideal do mito de Prometeu, com base em mitemas originários, fixos em qualidade e em quantidade, que se alicerçam em atos, situações e cenários, quais sejam a natureza titanésca, a desobediência hábil, o castigo, o pai dos homens, a liberdade e a imortalidade.

isto faz com que o sentido de equipe, de família, seja preservado. São dois fatores culturais (Xausa 1993:120, 121).

Tomo como exemplo paradigmático os trechos dessa entrevista porque, além de eles se alongarem no tempo (surgindo em relatos de funcionários que entraram na empresa, em 1956), considero aqui a importância da orientação da direção administrativa da empresa para a seleção e a procura de pessoas que congregavam esses perfis. Ou seja, não ser ambicioso, no discurso explícito dos representantes da empresa, fazia parte do funcionário padrão variguiano e que, portanto, não feria a estima pessoal, ao contrário, garantia ainda mais a sua importância e seu espaço dentro dela e, conseqüentemente, deveria garantir a manutenção do seu emprego. Como no *potlatch*, para galgar prestígio na VARIG era preciso mostrar-se generoso. Certas características dos funcionários não somente eram estimuladas, desde a entrada (1958) do futuro administrador entrevistado por Xausa (1993), como já faziam parte das qualidades esperadas para o futuro empregado nos processos seletivos mais recentes.

O projeto coletivo associado a esses sentidos da vida mostra-se ainda mais importante quando a necessidade prática de manter o sustento próprio aparece como algo de pouca importância. A “sorte” de ter o dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nas mãos, para poder se dedicar a outro ofício, era algo lamentável e lamentada por não ter mais aquele lugar variguiano para **habitar**, lugar do qual ele nunca quis sair (muito menos acreditava que ia sair ou mesmo que a empresa poderia acabar). De certa forma, todas essas emoções permaneceram presentes nas decisões de um novo, ou melhor, de

um renovado projeto de vida, fincado em valores que apreendeu nos seus dezoito anos de trabalho.

Por fim, do ponto de vista de uma importante representação simbólica, vemos surgir, no seu relato, um personagem mítico explícito, qual seja Deus. A coerência é imagética e repleta de pulsão pela vida. Poderíamos dizer, em termos durandianos, que, nesse caso: “as imagens figurativas de Deus podem passar justificadamente por modelo de todo antidesígnio, pelo que transcende as fatalidades lineares de um tempo newtoniano e das causalidades entrópicas” (Durand 1995:142). Dessa forma, mais uma vez, está presente a negação de um tempo dramático para eles, a negação da própria morte profissional, na medida em que o Eterno abole os valores cotidianos (Durand 1995:143). Mais uma vez, destaque, no relato do Apêndice 1, a ênfase na transitividade e na circularidade dinâmicas, criadoras da necessidade de opções por vezes não duradouras, mas constante e conscientemente renovadas. A figura de Deus, redundante na maioria das entrevistas, tem como função a transcendência diante das situações efêmeras e da frágil e soberba segurança que a história lhes oferece (Durand 1995:170).

Neste particular, as qualidades dos heróis solares valorizadas no meio aeroviário encontram-se nas características dos personagens míticos que sobrevivem na memória dos ex-funcionários da aviação. Na sua maioria, são os fundadores, os primeiros administradores das empresas aéreas ou o próprio Santos Dumont. Eles são os benfeitores da aviação, aqueles que não só tornaram possível ao homem voar, mas que faziam questão de dividir com todos as benesses alcançadas por seu investimento. Essas formas míticas estão vivas e são expressas por meio de lamentos na memória do grupo. Os relatos são seguidos por queixas de um tempo que não existe mais. Atingidos primeiro pela precarização e

depois pelo desemprego, administradores como Ruben Berta, o comandante Rolim, são lembrados para mostrar que os propósitos deles foram esquecidos. Os relatos sugerem o caráter quase filantrópico dos fundadores e dos antigos presidentes das empresas aéreas.

É possível verificar, por meio dos reencontros organizados (Figura 1) e do compartilhamento de espaços, mesmo aqueles com objetivos pragmáticos para reivindicação de seus direitos, o quanto a memória tem papel importante. Percebemos aquilo que Durand chamou de reintegração de um tempo perdido por meio da memória. Assim, a vida profissional recomeça não só a partir de fragmentos vividos, mas dos sentimentos de potência e da possibilidade de enfrentar novos desafios em locais diferentes. Reunidos em novos espaços compartilhados, buscam no elã coletivo e no rememorar de momentos felizes forças para assegurar, nas

flutuações do destino, a sobrevivência e a perenidade do grupo (Durand 1997).

Manter-se como um profissional padrão em outros ofícios ou reconhecer um passado de glórias pessoais e grupais permite a recordação de acontecimentos do passado no presente, dando lugar, portanto, à criação e ao **redobramento dos instantes**. Segundo Durand, a memória se integraliza com a função fantástica do imaginário, pois:

Longe de estar às ordens do tempo, a memória permite um redobramento dos instantes e um desdobramento do presente; ela dá uma espessura inusitada ao monótono e fatal escoamento do devir, e assegura nas flutuações do destino a sobrevivência e a perenidade da substância [...]. A memória pertence de fato ao domínio do fantástico, dado que organiza esteticamente a recordação (Durand 1997:402).



Figura 1 - Encontro de ex-variguanos em hotel de luxo que foi propriedade da VARIG (2017). Neste encontro, foram simbolicamente celebrados os 90 anos da VARIG. Foto: acervo de Miriam Alves.

O espaço representativo que a memória ocupa para o grupo, seja por meio da manutenção de objetos, uniformes, seja por meio das histórias e de seus lugares de identificação, ao se tornar dominante em relação a um todo, concede a esse grupo a possibilidade de reversibilidade no tempo, de “deter o voo do tempo” (Bachelard 1976:24). Para o autor, o espaço é o local onde se mantém o tempo comprimido.

Em uma análise que busca ultrapassar a noção de espaço apenas como um meio material, determinado, Bachelard (1976:25) chama a atenção para o fato de que o espaço e a memória se estabelecem a partir da vivência íntima e interior, chegando a afirmar que “as lembranças são imóveis e tanto mais sólidas quanto mais espacializadas”. Daí, apesar de considerar as representações do tempo e do espaço indissociáveis da memória, reserva ao espaço uma posição de maior destaque:

Aqui o espaço é tudo, porque o tempo não mais anima a memória. A memória – coisa estranha! – não registra a duração concreta, a duração no sentido bergsonianiano. Não se podem reviver as durações abolidas. Só se pode pensá-las na linha de um tempo abstrato privado de toda densidade. É pelo espaço, é no espaço que encontramos os belos fósseis de uma duração concretizados em longos estágios [...]. Mais urgente que a determinação das datas é, para o conhecimento da intimidade, a localização nos espaços de nossa intimidade (Bachelard 1976:25).

O Museu VARIG, provavelmente, é um espaço íntimo para os variguanos. A possível

reabertura desse museu, fechado entre 2005 e 2006, em Porto Alegre, motiva muitos depoimentos no desejo de manter a VARIG viva para as futuras gerações. A contribuição para um possível filme sobre a história da **pioneira**, como eles gostam de nomear, não somente faz parte das dimensões das identidades dos sujeitos no presente, mantendo memórias vivas, como se revela importante motivador de luta para os projetos de vida. O lugar da memória, portanto, surge como antídoto contra a maré avassaladora de um destino mortal, fornece em superabundância imagens ativas de fé, em novas possibilidades, novas decolagens. Em outros espaços, a memória faz a sutura dos tempos vividos com a manutenção de suas vidas atuais, gerando esquemas de percepção e de ação no mundo social, mesmo estando fora da VARIG.

Vejo surgir na vivência atual do grupo a relação entre memória, identidade e o tema da imortalidade. A experiência simbólica, possibilitada pela memória, surge de modo terapêutico, como mecanismo de autodefesa de um grupo que teve seus projetos de vida ameaçados com o fechamento da empresa. Em seus relatos saudosos, percebo a idealização de um tempo fantástico e sem problemas. Posso dizer que, quando se trata da imagem da própria pessoa ou, no caso, da própria empresa e das relações que se estabeleceram a partir da vivência no trabalho, a atitude adotada pelo grupo é similar àquela adotada na cultura Ocidental, ou seja, a atitude é aquela do Narciso.

Tenho condição, agora, para concluir e para responder à pergunta feita sobre qual é o papel da

memória e das disputas de sentido no caso estudado: a reprodução de imagens positivas tem como objetivo, por um lado, negar a morte, imortalizando-se, por outro lado, produzir uma imagem de si mesmo, a mais bela possível (narcísica), para convencer a si próprio de sua beleza e importância, e, assim, ganhar autoafirmação. Trata-se aí da representação encomendada, elaborada, pelos próprios donos da imagem. As representações, as imagens de si e da empresa relatadas não fogem a essa tendência e estão guardadas em suas memórias como fatores importantes para os projetos para vida. Não importa o quão próximas do “real” elas estejam, é significativa a potência fundamentalmente simbólica que delas emanam e as categorias motivantes que possuem nos comportamentos elementares do psiquismo humano. Nesse caso, a potência de ligar as contradições naturais e seus elementos inconciliáveis (Durand 1997:38).

Por outro lado, as repetidas falas sobre a queda dessas figuras emblemáticas e o conseqüente esquecimento da função social das empresas aéreas como um todo direcionam a análise para a situação de abandono e de mudanças nos cenários do trabalho em si.

4. MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: COMPLEMENTARES, CONCORRENTES E ANTAGÔNICOS

Nesse ponto da análise, a intenção foi trazer o relato específico referente a uma recusa em participar da pesquisa. A importância do relato consistia no fato de esta entrevista explicitar dados que demonstravam a proximidade e a relação anteriormente construída entre a pesquisadora e o pesquisado no passado. No entanto, não foi possível a autorização para uso público deste

relato, que representou, para esta pesquisa, um exemplo de uma entrevista “entre aspas” ou mesmo um exemplo de fracasso etnográfico. Insisto, no entanto, em manter algumas reflexões relacionadas à negativa de participação do entrevistado nesta publicação. Primeiro, porque acredito que o silêncio, os não ditos podem ser reveladores e lugares de aprendizado. Em segundo lugar, por ter obtido em pesquisa de campo três outras recusas justificadas pela mesma motivação: essas pessoas informaram que não suportariam lembrar o passado. Apesar da minha insistência em dizer que o interesse da entrevista era saber das trajetórias e dos momentos vividos pós-VARIG.

Como interpretar estas recusas? Eles estariam fartos do assunto VARIG? Não querem mais se identificar com esse grupo? Seria a proximidade da eleição presidencial, radicalmente polarizada entre Haddad e Bolsonaro? Talvez acreditassem que meu candidato não seria o mesmo que o deles? Para a maioria dos funcionários e de suas famílias, a falência da VARIG é responsabilidade de uma trama realizada entre os políticos do Partido dos Trabalhadores, com a anuência de Lula, e, posteriormente, o abandono vivido no governo Dilma. Isto foi verificado em análise de páginas de *Facebook* e de blogs de ex-variguanos.

Ou, simplesmente, deveria acreditar na fala dos entrevistados e aceitar que, depois de tantas tensões, pressões e perdas, com os dramas pessoais vividos, se recusavam a fazer aquele voo da memória que, no fundo, só os faria sofrer? Por fim, o que fez com que a trajetória de vida após a saída do trabalho na VARIG tenha se tornado algo indesejado de ser narrado? Para onde foi a explosão de devir e os novos valores?

A partir de minha relação anterior com o “não entrevistado”, inspirada em Pollak (1989) e Ricoeur (2007), e por conhecer parte de sua trajetória, busquei encontrar o significado do atual silêncio. Dessa forma, objetivo oferecer um quadro mais completo, sem deixar de fora uma tentativa de expor o porquê de certos ex-funcionários se recusarem a falar de suas trajetórias apelando para os traumas vividos e que as pessoas não gostariam de lembrar, mesmo com a insistência da pesquisadora, ao dizer que não era necessário falar da VARIG e, sim do momento presente.

Peço, portanto, uma dose de vossa indulgência para trazer para esta análise outro conceito, o qual, acredito, irá elucidar melhor o que talvez pudéssemos chamar de fracasso etnográfico. Proponho, para tanto, o conceito de anomia, que pode muito bem nos aproximar da análise do que aconteceu com a trajetória desses trabalhadores.

A mutação irreversível da companhia sugere uma complexidade que nem os conhecimentos de seus funcionários, nem as mitologias incorporadas, muito menos os analistas de plantão estavam preparados para entender ou explicar.

Com efeito, os ex-trabalhadores da extinta VARIG, desde então, vivem permanentemente fortes perturbações. Posso afirmar que eles viveram, e muitos ainda vivem, em anomia. O conceito de anomia, utilizado por Émile Durkheim (1999, 2000) e Jean Duvignaud (1973), mostra como as sociedades vêm se transformando e provocando diversas reações imprevistas para os trabalhadores e os indivíduos de maneira geral.

A anomia é um conceito de extrema importância para Jean Duvignaud, pois as mutações são condicionantes da vida social. A problemática

relacionada a este conceito está irredutivelmente ligada àquele da ruptura social. Por vezes, não somos capazes de perceber o momento em que ela acontece, apenas quando nos defrontamos com suas consequências (Duvignaud 1973:45).

No entanto, a importância principal para se entender a mudança não está na sociedade, mas na individualidade, pois é ela que não só experimenta a mutação, como em grande medida é responsável por esta mudança. O autor não busca, portanto, por leis ou por uma teoria positiva e controladora. Ele lembra que devemos estudar menos a permanência das estruturas fixas e nos preocupar mais com a mudança, sem encobrir os fatos no vazio da coletividade, mas entender por qual razão, a partir do coletivo, existe o individual (Duvignaud 1973:63).

Na busca por não encobrir os fatos no vazio do coletivo, acho importante que haja um esforço interpretativo no sentido de compreender as negativas para as entrevistas. O desfecho da falência mostrou ao grupo como determinadas formas de organizar ofícios e empresas, considerados até então seguros, vêm se transformando e provocando inúmeras reações inesperadas. Os comportamentos inéditos aparecem e tornam-se necessários para a sobrevivência, as normas são contestadas e o desvio se enriquece de novas forças. Se, para alguns, é possível perceber que o sagrado, o imaginário, o sonho, a contestação se insinuam aqui e ali, como forma de encarar a nova situação, suas novas realidades; para outros, o sofrimento, a dor, a saudade, a falta de poder econômico e político **entram as ações** e conduzem o grupo a repensar o lugar e o papel das suas escolhas numa sociedade na qual se vive permanentemente fortes perturbações. Suas ações e reformulações da própria vida deixam claro que a vida imaginária desse grupo mudou de

sentido. Não vale mais a pena falar do passado. A vida passada é negada de uma forma profunda. Afinal, o que permanece?

Na solidão social em que se encontraram, percebem que as formas aparentemente mais estáveis e mais sólidas de sociabilidade desapareceram (rotinas familiares, rotinas de férias, reunião com amigos, casamentos etc.) ou estão se transformando. Como disse, a vida imaginária mudou de sentido a partir do momento em que não possuíam mais o *ethos* e uma rotina ancorada no modo variguiano de ser. Desempregados, percebem que a sociedade vem a ser, ao mesmo tempo, mais complexa e mais ameaçadora. Descobrem que o domínio da vida se ampliou de maneira infinita e indefinida. Os conceitos que serviam para analisar uma realidade dominada pelo trabalho cotidiano, conhecido como mais querido e mais estável, não têm mais valor. A vida profissional deles, nesses mais de dez anos, somente pode ser apresentada como uma vida das mutações.

O aumento da desordem social e administrativa interna, o pouco apoio do governo, entre outros abandonos jurídicos e de representatividade, semearam entre eles, senão o esquecimento da VARIG próspera, a busca pelo afastamento de tudo que poderia prendê-los àquela derrocada. A VARIG, como legítima herdeira de uma empresa de bandeira nacional, suscitou mais regressões, contestações e insurreições do que solidariedade por parte do governo e da sociedade envolvente. Além disso, seus funcionários, na represa entre duas VARIG's – uma dona de um passado de glórias e outra esquecida –, entre dois mundos onde tentavam navegar, se defrontaram com a angústia do abandono e do esquecimento coletivo.

Nesse aspecto, provavelmente, há uma nova **razão prática** surgindo, plena de sua **eficácia simbólica**. Busco entender a mudança a partir dessas individualidades desconcertantes. Há uma determinante troca de verdade subjetiva por outra que demonstra novos meios de tomada de consciência da atual situação de mudanças de valores. Dessa forma, sugiro que as mudanças individuais e culturais na direção do esquecimento refletem as mudanças relacionadas às alterações sociais, políticas e econômicas, voltadas para um individualismo endêmico. Transformações contidas nos desencontros da globalização, no egoísmo individualista, na postura maniqueísta esquerda/direita. Em campo, são visíveis os sinais de descontentamento com o Ocidente globalizado. No caso da VARIG, os fatos de desordem estariam relacionados a uma situação global, econômica e social, marcada pelo afundamento do sistema de organização dos valores anteriormente compartilhados.

Os antigos valores rompidos eram derivados de uma monopolização orquestrada pela empresa, promovida e reproduzida por décadas no setor aéreo, por meio de simbolismo próprio. A efervescência de novos grupos, novas companhias a preços populares, baixos salários e serviços de transporte menos luxuosos produziu não só anomia, mas frustrações. Uma nova ordem estabelecida caracterizou-se por uma necessidade fundamentada em movimentos globais e, portanto, naturalizados, de tal maneira que restou para alguns ex-variguianos buscar, como saída, o total afastamento da substância social anteriormente vivida.

Provavelmente, esse tipo de trajetória tem como objetivo estratégico a administração da própria fragilidade, por meio do afastamento e da

negação da memória dos tempos vividos. Detecta-se, após mais de dez anos de sofrimentos e perdas, uma transição para outros modos de subjetivação. Na esteira das análises feitas por Lévi-Strauss (2008) sobre a eficácia simbólica, verifica-se que a verdade subjetiva de uma cultura dada é mais determinante para o processo humano (e mesmo para o processo médico) do que o objeto do qual se toma consciência. Trata-se, portanto, de viver uma nova ordem global e que passa necessariamente pela mudança e pelo esquecimento.

Se, antes, tinham as asas da liberdade e da eternidade inscritas no *ethos* variguiano de ser, fora da empresa, angustiados com a proposta de dar uma entrevista e repensar os papéis disparatados e desconexos que vivem, preferiram se afastar do tema. A entrevista, provavelmente, faz crescer ainda mais a angústia e o sentimento que voam sem asas, ou melhor, que voam agora só com uma asa. A asa dos direitos, que acreditavam jamais acabar, tinha desaparecido. Só resta agora se adaptar e aceitar que o que antes havia (salários altos, reconhecimento internacional, altos padrões de atendimento ao cliente etc.) não é mais uma realidade possível de existir nos tempos atuais, ditos modernos e globalizados. Pelo menos não no setor da aviação civil no Brasil.

O que cabe ressaltar, nesse ponto, é que, mesmo justificada – e, de certa forma, estando os funcionários convencidos das mudanças, aparentemente, necessárias e irreversíveis –, a segurança, alicerçada pelo antigo trabalho, é abalada.

O enfraquecimento das instâncias reguladoras no âmbito da aviação é algo pouco discutido socialmente; as mudanças na lei ocorrem sem a existência de um debate público explícito. Aqui, utilizo as reflexões de

um autor que se transformou em referência sobre as metamorfoses da questão social mundial: Robert Castel (2001). Suas ideias não poderiam ficar de fora desta análise, pois muitos são os elementos concernentes aos fatos relacionados à precarização do trabalho no meio aviatório e ao abandono do ideário humanista diante da flagrante dispensabilidade de milhares de variguianos. De certa forma, o autor ajuda na consolidação de outra importante dimensão deste artigo, desta vez, na direção, inevitável, de uma crise da sociedade salarial. Ou melhor, na compreensão acerca da forma como o capitalismo atual vem encolhendo sociabilidades, ao excluir cada vez mais as pessoas das relações assalariadas. A falta de consideração, de seguridade, de bens garantidos e de vínculos estáveis configura o que Castel (2001:598) denomina como “individualismo negativo”, tornando-se parte do mal-estar contemporâneo, interpretado de modo mais amplo por alguns autores como uma crise da nossa própria civilização.

No Brasil, existe uma frágil concepção de responsabilidade pública em relação aos problemas sociais. No caso específico do trabalhador brasileiro, a partir da década de 1930 e da promulgação das leis trabalhistas, o Brasil passou a obedecer ao que Santos (1979) identifica como sendo uma “cidadania regulada”, ou seja, uma cidadania concedida não ao indivíduo e com o caráter universal, mas apenas a algumas categorias sociais e ocupacionais regulamentadas dos assalariados urbanos. Ficam à margem, então, o setor informal, os trabalhadores rurais e, certamente, os setores terceirizados, sobretudo aqueles regidos pela nova lei voltada para o microempreendedor individual. Opção trilhada pela maioria dos ex-variguianos entrevistados na condição de prestadores de serviços. Como microempreendedor ou como terceirizado, a

possibilidade de ser substituído a qualquer momento é facilitada, por não haver custos indenizatórios ao empregador.

Castel (2001) chama a atenção sobre a regulamentação que, no passado, constituiu uma identidade social para o trabalhador. Nos atuais processos de mudança, ao contrário, vive-se, segundo ele, a vulnerabilidade de “após proteções” (Castel 2001:593). Está em jogo uma nova regulamentação do trabalho, que vem sendo caracterizada pela falta de vínculos e pela ausência de suportes, somadas à substituição do trabalho humano pelo avanço tecnológico, afastando, portanto, qualquer referência ao coletivo, mesmo em relação aos profissionais da aviação brasileira, considerados por políticos e dirigentes de empresas aéreas como **diferenciados na sociedade**. Isso ocorre pelo menos no âmbito do discurso.

5. MEMÓRIA E (RE)CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES PROFISSIONAIS

Do próximo relato constante do Apêndice 2, busco mostrar, entre as dimensões já assinaladas, a experiência do **individualismo negativo** e do renascimento via a trajetória da ex-gerente de aeroporto da VARIG, ex-gerente regional e ex-gerente de aeroporto da Gol, com 49 anos; assim como analiso o quanto a sobrevivência e a perenidade ganham novo sentido e possibilitam a tomada de decisões, ou melhor, a busca pela sobrevivência entra em ação por meio da memória do antigo ofício. Esta personagem foi identificada nesta pesquisa como Zangolbireve.

O relato do Apêndice 2 contempla uma postura encontrada na análise das outras entrevistas e nas narrativas postadas em blogs: a luta para se manter

vivo e renascido. O ressurgir das cinzas, tão bem caracterizado pelo mito de fênix, cuja simbologia representa a imortalidade e o reaparecimento cíclico (Chevalier & Gheerbrant 1996:422).

Posso afirmar que os trabalhadores da extinta VARIG viveram e vivem momentos de transformação profunda. Permanecem em busca por novas formas de estar em atividade e produzindo o próprio sustento. Forçados, portanto, pela luta pela sobrevivência e para manter o padrão de vida que possuíam, eles se mantêm no incansável caminho da transição, do imprevisto. As representações e as imagens de si e da empresa relatadas não fogem a essa tendência, estando guardadas em suas memórias como fator importante para a vida atual.

O grupo de trabalhadores da VARIG pode ter sido o primeiro caso da nova Lei de Falência, porém, a meu ver, não se trata de um caso isolado. A anomia vista aqui como algo representado por manifestações incansáveis – que acompanham a difícil passagem de um gênero de atuação profissional degradado a outro que lhe sucede (mas ainda sem forma) – é similar aos acontecimentos sociais de transformação que estamos assistindo na sociedade brasileira. Esses processos de mudanças são justificados, nesse caso, pela globalização da economia e pelas novas e antigas narrativas sobre a modernidade.

A anomia vivida pelos variguanos foi experimentada, em 1966, pelos funcionários da *Pan-Air* do Brasil. A empresa foi fechada pela ditadura militar e envolvida em um processo fraudulento de falência, no qual seus ex-trabalhadores foram abandonados pelo Estado, nesse caso, em razão de a empresa e de seus

dirigentes serem considerados inimigos dos desígnios ditatoriais da época. No caso da *Pan-Air*, diferentemente da VARIG, a anomia ocorreu por uma mutação repentina.

Nada fica no lugar quando uma empresa fecha suas portas e afasta todos do cotidiano e dos seus espaços vividos. Restaram para eles a memória de tempos compartilhados, bem como suas habilidades e conhecimentos adquiridos com o ofício de voar e de fazer voar. Mas o que fazer com os padrões culturais aprendidos? O que fazer com os seus projetos para a vida? A VARIG, como já foi dito, era uma empresa que apresentava um rumo certo: a aposentadoria. Era nascer, crescer, estudar, trabalhar e morrer. Todo o pacote incluído com a participação presente dos auxílios que a Fundação Ruben Berta proporcionava a todos. Sem esquecer o respeito pela necessidade, pela hierarquia do tempo de empresa, pelos cargos e salários e, por que não dizer, pela proximidade que o funcionário apresentava com a cúpula do poder executivo da empresa. A aposentadoria vinha como um lamento. Mesmo desvinculados profissionalmente do universo da aviação, é suficiente entrar em um aeroporto para que a postura técnica e a visão dos detalhes, imperceptíveis para o viajante comum, comecem a fazer sentido. A partir da observação desses sinais invisíveis, é possível ter acesso às informações somente acessíveis aos iniciados.

O espaço de um artigo é pouco para dimensionar a alteridade proporcionada pelo trabalho aéreo aos ex-variguanos. Ou, como já assinalado: “uma vez variguanos, para sempre variguanos”. E saem por aí orgulhosos de ter participado de uma empresa tão importante para eles, que, infelizmente,

segundo o ponto de vista deles, teve o próprio Estado como maior inimigo no final.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas mesmo quando não restasse mais nada... além de máscaras vazias de sentido, pinturas incompreensíveis e danças sem objeto, não deixaria de ser certo que, para este povo, por detrás de todas essas formas e de todos esses ritmos, se esconde a sua vontade de durar, vontade que teve no momento em que, segundo os seus ditos, tomou consciência da decomposição da morte (Marcel Griaule).

Este artigo dividiu-se em duas dimensões de análise: a primeira, voltada para a compreensão da memória e das imagens simbólicas como totalidades representacionais, resistentes à separação do sujeito e do objeto. A imagem considerada igualmente como ativa, possuidora de um poder imediato de transformação daquele que a vê e, logo, a vive. Seja no trabalho, seja fora dele. A segunda buscou documentar etnograficamente os modos como o capitalismo, com dominância autoritária (Velho 2009:35), afirma-se e reafirma-se de modo insistente e proeminente na contemporaneidade. Buscou-se, aqui, trazer reflexões acerca da temática do trabalho precário, informal e, sobretudo, dos abandonos e das vulnerabilidades, seja por parte do Estado, no âmbito jurídico, representacional ou social, tendo como pano de fundo o esquecimento coletivo do grupo de antigos trabalhadores.

Por meio da etnografia da trajetória de vida de ex-variguanos, foi possível demonstrar a crise da sociedade salarial, assim como o que vem se configurando como “individualismo negativo” (Castel 2001:598).

É notório, no contato com a pesquisa de campo, a influência de diversas imagens que obsidiam e modelam a vida psíquica e social daqueles que trabalhavam e dos que ainda trabalham no meio aeroviário. As formas de sociabilidades experienciadas através das referências às cerimônias, às festas, às reuniões informais, formadoras de sistemas de linguagem e de representações, proporcionaram a compreensão de como o conjunto dessas imagens ainda participa na construção da identidade do grupo e dos seus projetos para a vida.

O sentido que lhes é atribuído é proveniente de um considerável reservatório de imagens, marcado igualmente pela historicidade. A reflexão sobre o uso de imagens ligadas à **ascensão** e à **mobilidade** é importante, pois esclarece um conjunto de significados latentes. Contribui com a definição pluridimensional do ser humano no espaço social, com seus corpos, suas interioridades e sua ligação com o desejo de **perenidade**.

Fidelidade e **fascínio** formavam o elã necessário para conseguir colocar e manter no alto aquele objeto mais pesado do que o ar. E, por mais que entendamos os princípios da Física e da Aerodinâmica, quem, ao olhar um avião no céu, não se questionou do porquê de um objeto tão pesado conseguir voar? Atração e fascínio fazem parte deste universo. Um bom exemplo é verificar que aeroportos ainda são lugares

atraentes de passeio, aonde pessoas vão para assistir o vai-e-vem das aeronaves no pátio, assim como para testemunhar seus pousos e decolagens.

Se o grupo de trabalhadores não estava preparado para ver o fechamento da empresa, de certa forma estava disposto a viver modificações constantes na medida em que elas ocorriam tanto na forma de procedimentos de trabalho como nas adaptações das regras mutantes do universo aéreo, onde a modificação é constante e veloz, e que escapam frequentemente à observação dos analistas políticos ou administrativos.

As formas de existência coletiva, apesar de tradicionais, como já foi realçado, eram modernas, no sentido, sobretudo, do novo. Além do mais, o regime por escala, com horários dos mais diversos, enchia de excepcionalidades a vida individual, que não se confundia com a vida de quem trabalhava com outros ofícios de horários fixos, com interrupções em finais de semana e feriados. Esses trabalhadores tinham uma rotina ou uma não rotina, como costumam dizer. A vida social era a mais afetada, de todas as dimensões. Se for possível falar de um *ethos* variguaniano, este provavelmente estaria relacionado a uma heterogeneidade de modo de vida que o trabalho permitia, ou melhor, exigia de seus funcionários.

Com efeito, o pensamento auxiliado pelos mecanismos da memória encontra formas de achar continuidades em rupturas aparentemente permanentes. Logo, a memória vem como aquela que irá fazer a sutura dos novos sentidos da vida. Diante das necessidades e das disputas do presente, a memória das habilidades e seu potencial

simbólico anteriormente utilizado no trabalho aeroviário vão se transformando como ferramentas estratégicas de resistência, por meio dela ou de sua negação. Em alguns casos, busca-se o reencontro com suas próprias capacidades de se colocar no mercado de trabalho e de encarar as mudanças.

A memória, nesse caso, transformou-se ao longo do tempo, de acordo com as necessidades de sobrevivência e de disputas do presente. Em alguns relatos, tornou-se um elemento de coesão e de orgulho, assim como forma de escapar do esquecimento e da morte. Trago para esta conclusão outro exemplo representativo da função fantástica do imaginário. As imagens levadas para as manifestações na frente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e nos movimentos públicos de reivindicação, realizados no ano de 2018, funcionam como promotoras de energia para enfrentar novos desafios. Uma delas, constante da Figura 2, era um boneco uniformizado, com uma máscara de caveira, representativa da morte. Um cartaz pendurado ao pescoço do boneco dizia: “Esperando Justiça – VARIG”. Uma imagem que representa a morte do funcionário e a morte da empresa VARIG, à espera de justiça, mas, ao mesmo tempo, “afia em segredo as armas que abaterão o Dragão” (Durand 1997:288).

Esse tipo de representação, segundo análise durandiana, tem como função minimizar, dominar e afastar o perigo, sendo um adequado exemplo quanto ao poder metafísico do imaginário de erigir imagens que vão de encontro ao apodrecimento da morte e do destino. Para Durand (1997:288):

É aqui que transparece um princípio constitutivo da imaginação [...] figurar um mal, representar um perigo, simbolizar uma angústia, já é, pelo



Figura 2 – Imagem que acompanha as manifestações públicas referentes à situação dos ex-funcionários da VARIG perante a justiça. Fonte: Melo & Araujo (2018).

poder (*maîtrise*) do cogito, dominá-los. Qualquer epifania de um perigo à representação minimiza-o, e mais ainda quando se trata de uma epifania simbólica. Imaginar o tempo sob uma face tenebrosa é já submetê-lo a uma possibilidade de exorcismo pelas imagens da luz. A imaginação atrai o tempo ao terreno onde poderá vencê-lo com toda a facilidade. E, enquanto projeta a hipérbole assustadora dos monstros da morte, afia em segredo as armas que abaterão o Dragão.

Insisti em falar de memória, no caso VARIG, em grande medida porque ela própria, na busca da conservação e da sua manutenção,

tinha como projeto interno e externo o uso da memória do passado da empresa como um meio de acúmulo a ser incorporado à consciência do presente. Com essa estratégia, buscava com que todos acreditassem que as normas internas da empresa, suas decisões, poderiam sempre dar respostas na direção das mudanças necessárias e, portanto, deveriam ser seguidas, apoiadas e respeitadas.

As pessoas envolvidas com esse trabalho viveram o mal-estar decorrente de uma democracia autoritária, que provocou a queda na crença da VARIG como uma e indivisível. Foram obrigadas a viver uma dispersão explosiva. Com isso, assumem a essência cada vez mais personalista, característica das transformações em curso. Isso pode ser visto como resultado da maximização das responsabilidades da iniciativa individual, com a utopia de alcançar um modelo de humanidade capaz de se reciclar a cada instante para responder às exigências do mercado, de maior rentabilidade, eficiência e desempenho. O efeito mais evidente dessa transformação é uma nova rede de circulação de significados em termos de produção de subjetividades, voltadas para a aceitação das perdas como algo inevitável.

Por fim, com relação ao abandono do Estado, além do que já foi dito, é preciso registrar que nenhum variguiano sabe como foram feitos os cálculos de quanto a empresa deve a eles. O valor total de cada funcionário ainda na ativa, na época do fechamento, encontra-se em um *site* de acesso público, onde eles podem verificar o que receberão de

salários atrasados e de direitos trabalhistas. Como a quantia foi calculada ou mesmo como questionar esses cálculos, ninguém sabe dizer ao certo. Todos os entrevistados apresentam um sentimento de revolta e de tristeza diante dessa situação por três motivos: 1) por não ter clareza do cálculo e não ter para quem apelar; 2) por ter seu nome e valores expostos para qualquer um que queira acessá-los; 3) por não saber quando e se receberão os referidos valores. Muitas são as limitações. Alguns ex-funcionários, por exemplo, não conseguiram dados sobre o valor do FGTS, por falta de informações completas do extrato analítico, sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal. Dessa maneira, não têm como calcular nem mesmo o valor da multa de 40%, prevista em lei.

Enfim, diante do abandono e da perda de direitos garantidos pela lei, ficam felizes com qualquer quantia que ainda possam, de fato, receber. Apenas no dia 15 de outubro de 2018, começou a ser pago o 2º rateio parcial aos ex-funcionários, liberado pelo Judiciário. Uma média de cálculo realizada entre os que ainda estavam na ativa, por meio da soma dos valores recebidos dos dois rateios depositados, demonstra que o valor não alcança nem mesmo o percentual de 5% do devido, calculado e explicitado na *web*.

Praticamente abandonados à própria sorte, mais do que nunca, os antigos artífices desse trabalho precisam, para sobreviver, de renovados espaços representativos, sobre os quais eles possam se projetar e pelos quais eles possam ser saciados. Para além das necessidades básicas, desejos

e tendências, carecem, como provavelmente diria Bachelard, de encontrar novos espaços de intimidade para continuamente renascer.

7. AGRADECIMENTOS

A pesquisa que resultou neste artigo contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Este trabalho foi escrito durante o 2º semestre de 2018, como parte de minhas atividades como pesquisadora de pós-doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional, da UFRJ. Agradeço os comentários e as sugestões que José Sérgio Leite Lopes e Beatriz Maria Alasia de Heredia (*in memoriam*) ofereceram no Seminário de Antropologia do Trabalho, no qual apresentei algumas dessas ideias, permeadas de dúvidas e de expectativas. Agradeço à Danielle Rocha Pitta, eterna orientadora e estimuladora dos caminhos do imaginário. Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 9 e 12 de dezembro de 2018, em Brasília, no Distrito Federal. Aproveito para agradecer as contribuições de Fernanda Valli Nummer, Maria Cristina Caminha de Castilhos França e Wilton Carlos Lima da Silva, que reforçaram a intenção em publicar essas reflexões. Agradeço aos pareceristas anônimos da *Amazônica: Revista de Antropologia*, pela leitura rigorosa e pelas sugestões esclarecedoras. Sou grata ao meu pai e a todos aqueles aeronautas e aeroviários, variguanos ou não, que fizeram parte desta

pesquisa e me permitiram partilhar com amor do universo mítico do voo.

8. REFERÊNCIAS

- Bachelard, G. 1976. *A poética do espaço*. Rio de Janeiro: Eldorado.
- Bourdieu, P. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. 1998. A ilusão biográfica, in *Usos e abusos da história oral*. Organizado por M. M. Ferreira e J. Amado, pp. 183-191. Rio: Editora da FGV.
- Brasil. 2005. Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. *Diário Oficial da União*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm. Acesso em: 18 fev. 2019.
- Castel, R. 2001. *As metamorfoses da questão social*. 3. ed. Petrópolis: Vozes.
- Chevalier, J., e A. Gheerbrant. 1996. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Comte-Sponville, A. 1984. *Le mythe d'Icare: traité du désespoir et de la béatitude*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Durand, G. 1983. *Mito e sociedade: a mitanálise e a sociologia das profundezas*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Durand, G. 1995. *A fé do sapateiro*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

- Durand, G. 1997. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes.
- Durand, G. 1997. *As estruturas antropológicas do imaginário e Antropologia*. Editado por M. Mauss, pp. 183-294. v. II. São Paulo: Edusp.
- Durkheim, E. 1999. *Da divisão social do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes.
- Durkheim, E. 2000. *Suicídio*. São Paulo: Martins Fontes.
- Duvignaud, J. 1973. *Heresie et subversion: essais sur l'anomie*. Paris: Anthropos.
- Enriquez, E. 1997. *A organização em análise*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Enriquez, E. 1997. *A organização em análise e Antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Geertz, C. 1966. A transição para a humanidade, in *Panorama em Antropologia*. Editado por S. Tax, pp. 31-43. Rio de Janeiro, São Paulo e Lisboa: Fundo de Cultura.
- Geertz, C. 1978. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Geertz, C. 1998. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Lévi-Strauss, C. 2008. A eficácia simbólica, in *Antropologia estrutural*, pp. 265-291. São Paulo: Cosac Naify.
- Lopes, J. L. 2011. Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais. *Mana* 17(3):583-605. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132011000300004>.
- Melo, M., e S. Araujo. 2018. Calvário Linhas Aéreas: como bilionário calote trabalhista afetou a vida de milhares de ex-funcionários da VARIG, VASP e TRANSBRASIL. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/penuria-como-sobrevivem-ex-funcionarios-de-varig-vasp-e-transbrasil-2> Acesso em: 18 fev. 2019.
- Morin, E. 1975. *O enigma do homem: para uma nova antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Nascimento, T. 2006. Demissões na VARIG somam 5.500. *Diário de Pernambuco*, 29 jul., Caderno Economia, p. B1, B2.
- Pollak, M. 1989. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos* 2(3):3-15.
- Ricoeur, P. 2007. O esquecimento, in *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp.
- Rodrigues, M. 2000. Investigando o imaginário entre aeronautas e aeroviários. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.
- Romeiro, T. 2014. O uso da Lei de Falências no caso VARIG. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- Mauss, M. 1974. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas, in *Sociologia*
- Sahlins, M. 1979. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Santos, W. 1979. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.
- Velho, O. G. 2009. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Xausa, M. 1993. A importância das instituições e o desafio à liderança institucional. O caso VARIG. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Xerez, A. 2013. Mãe rampa: os impactos do encerramento do aterro metropolitano de Jardim Gramacho nos catadores de materiais recicláveis. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

APÊNDICE 1 - Trechos de entrevista realizada com um ex-funcionário da VARIG, identificado nesta pesquisa como Pertinvolzes, em 24 de outubro de 2018.

Eu entrei na VARIG em dezembro de 1988 e saí de lá em junho de 2006, que foi quando a VARIG faliu, né? [com tristeza na voz] Então foram quase 18 anos trabalhando na VARIG, como DOV. Essa foi a profissão que eu escolhi. Nunca tive nenhum tipo de talento para outra área, comercial, educacional, musical, artística, apesar de gostar muito de música. Mas foram quase dezoito anos exercendo a mesma função. Algumas vezes em estados diferentes e, muito eventualmente, em outros países. A falência da VARIG trouxe, né, um inusitado de uma realidade que eu não pensava, apesar da crise estar iminente e que se aproximava, com os salários parcelados, as pessoas muito emocionalmente abaladas, mesmo antes dela falir. Essa situação já se arrastava assim há uns três anos para você ter uma ideia! Mas, mesmo assim, eu acreditava que eu era – sei lá – intocável pelo fato de eu ser um, por achar que eu era um **padrão de profissional**, né? Também por não acreditar no fim de uma empresa assim!

Mas eu percebi, então, que no momento que eu estava demitido que isso realmente não contava, não tinha que ser padrão, nem nada disso, na falência todos foram atingidos, né? [pigarro e pausa] Nós e a empresa, apesar de sua **importância social**.

Em termos financeiros, eu saí de lá sem receber nada.

A sorte – vou chamar de sorte – é que eu nunca tinha usado o fundo de garantia durante os dezoito anos e me vi com ele para me suprir durante um tempo e mesmo a esposa trabalhando – isso também me ajudou bastante – e aí a gente

combinou que eu ia me preparar para um concurso público, estudar para isso, já que eu não queria ir para São Paulo, porque era o único mercado disponível na época. Então, eu ficava o dia todo estudando até que uns dois ou três meses depois eu fiquei sabendo que a ANAC tinha aberto um concurso e – **coisa de Deus** – pedia dois DOVS – tinha duas vagas para DOV.

Aí eu pensei: é a grande chance que eu tenho para ficar no Rio. Quando eu li o edital, eu vi que **o salário era a metade do que eu recebia na VARIG**, mas eu não achei isso tão ruim, pelo fato de eu ficar no Rio. Para mim já seria bom. Eu tomei posse no dia 3 de setembro de 2007, como técnico em regulação aérea, na atividade de DOV, pois lá tinham muitas outras profissões, piloto, engenheiro, muitas outras. E eu consegui uma dessas duas vagas de DOV que estavam dedicadas ao concurso.

Trabalho no grupo de exames teóricos desde que entrei. A partir de abril (2018), se eu quisesse ter me aposentado eu poderia ter me aposentado, ou seja, eu já consegui os requisitos mínimos para me aposentar, mas **eu não quero me aposentar agora**. Poderia me aposentar e continuar fazendo outra coisa, mas confesso a você que eu não me vejo correndo atrás de outro trabalho fora da aviação para tentar ganhar mais um pouco. Eu acho que na fase atual eu estou ganhando um salário que para o meu padrão e para as condições que eu tenho de conhecimento e de experiência, se não é o justo, mas para mim é o necessário. Então eu não tenho grandes ambições assim de ganhar um salário muito alto.

Então, eu me sinto um privilegiado, confesso a você. Eu gosto muito de trabalhar lá, eu gosto muito do que eu faço. Apesar de nesses quase 29 anos ou mais na profissão eu não ter me desenvolvido dentro dessa área da aviação de uma forma mais, como é que eu vou te dizer, assim, mais brilhante, sei lá, de uma melhor forma, de não ter conseguido assim grandes progressos como profissional. É uma profissão técnica que eu não, não... Ao longo do tempo, se você não procurar se desenvolver você vai ficar nela a vida toda. O máximo que pode chegar numa empresa aí, depois de muito trabalho e depois de muita **política!** É uma gerência, é uma supervisão, assim, e depois uma gerência. Eu sequer consegui nos 18 anos de VARIG uma supervisão, mas aí já são outras histórias, né? Já é outra situação. Mas nunca fiquei, digamos assim, **magoado** por essas coisas, porque eu acho que depende muito de mim, eu não culpo ninguém de nada. Depende demais da minha, da minha, do meu desempenho, da minha procura, depende muito do que **eu queira realmente da vida.** E eu nunca fui muito **ambicioso**, isso é que é a verdade, nunca fiquei de olho ou, digamos assim, ou tentando conseguir graus maiores de sucesso. Eu nunca fui assim.

Eu vejo como ponto positivo, como eu falei, eu me sinto muito satisfeito. Existem essas situações de **viajar** para trabalhar que eu acho legal. Essa **liberdade** de ir e vir. Dá uma experiência boa. Um **conhecimento** maior. Eu tenho hoje, em relação há 20 anos atrás, uma mente mais aberta. Eu tenho uma disposição melhor. As pessoas que eu conheci agregaram

a mim certos **valores de vontade. De ter um pensamento positivo.**

Mas mesmo com 60 anos de idade agora. É, eu deveria ter uma cabeça mais madura! Apesar de sessenta anos, às vezes eu tenho a impressão que eu não cresci. É como se eu estivesse ainda com 15 anos de idade. Pode parecer uma **loucura**, né? Mas às vezes eu acho isso. Eu resolvi **agora estudar também**, vou me inscrever na segunda-feira, num curso à distância, curso de **Ciências Aeronáuticas.** É de uma Universidade do Rio Grande do Sul.

De positivo, nesse tempo todo, eu consegui melhorar minha autoconfiança, isso é que é a verdade. Me sinto mais confiante do que eu era há anos atrás. Eu não me preocupo mais com o **futuro.** Eu vivo os dias, eu vivo hoje, vou viver amanhã, e os dias vão passando e eu vou vivendo. Eu tenho mais coragem para fazer mais determinadas coisas. Apesar de eu falar que eu tenho, às vezes, essa impressão de ter 15 anos, mas também, às vezes, eu me olho e vejo que **eu estou numa posição melhor tanto cronológica, como emocionalmente, eu acho.**

Eu acredito que o **tempo**, ele tem sido bom comigo. Acho que eu sei, acho que eu aprendi a usar melhor o tempo. Esse tempo ele me favorece muitas vezes. Eu acho que a minha maior qualidade é a **paciência**, eu percebi já há um tempo, atrás, que essa minha **serenidade**, ela é, apesar de ser uma serenidade que se vê, que eu deixo transparecer, mas às vezes, por dentro, eu estou, digamos assim, muito **agitado.** Tanto é que em certas situações eu sou muito **impulsivo.** Eu sei que tenho que me controlar nessa parte.

APÊNDICE 2 - Trechos de entrevista feita com uma ex-funcionária da VARIG, identificada nesta pesquisa como Zangolbireve, em 24 de setembro de 2018.

Entrei na VARIG em março de 1988, em Salvador. Eu vim do interior, Itabuna. Eu fui com uma leva para o aeroporto de 18 meninas, contrataram de vez. Aí, eu fui, entrei. Me botaram no *check-in*. Tinham aqueles que, como eu, queriam seguir carreira na aviação.

- E você saiu da VARIG?

Na verdade, **eu não saí**, né? Tipo assim, em 2006, você foi demitido da VARIG e contratado pela VRG S.A. Demitido num dia e contratado no outro, sei lá. Você só assinou o papel e continuou trabalhando.

O pessoal da SATA⁶ não tinha dinheiro para ir trabalhar. O povo perguntava, quem tem dinheiro? Eu tenho dez reais, então toma aí para você vir trabalhar. O pessoal vinha trabalhar por **amor**.

Olha a história. Eu já era gerente de aeroporto, em Recife. Ia fechar, eu estava trabalhando e eu tinha sessenta e poucos funcionários lá, em Recife. Sessenta e quatro. Aí o chefe liga e fala assim: eu preciso de uma lista com dez nomes, que são os que vão ficar. Você e mais dez, que vão ficar. Minha secretária ficou assim desesperada e eu falei: “calma, fica aí. Preciso de você inteira para me ajudar a me segurar”.

- E hoje, como você está?

Depois eu te falo dos meus bicos, do que é que eu faço para ganhar dinheiro.

Se eu recebesse o dinheiro que tão me devendo, eu quitava meu apartamento. Com o dinheiro que eu ganho hoje, se eu não tivesse a dívida do apartamento, dava para eu ficar tranquila. Sem luxo, mas vivendo, né?

Eu só lembro o pessoal dizendo assim: “Ah, vai deixar a gente trabalhar o final de semana para depois demitir”. Alguns falavam, assim: “Ah, eu já não venho mais nesse final de semana”. Mas a maioria era muito comprometida, né? Vestiam a camisa. Não era nem vestiam a camisa. Estava no **sangue**.

Aí, quando chegou sábado de manhã, vamos para o aeroporto! Cheguei no aeroporto, chamei minha secretária, era de minha confiança e começamos a emitir as cartas. Tinha um menino, que era da segurança do trabalho, que disse: “eu também venho ajudar vocês”. Ele ficou comigo. Aí eu comecei a demitir o povo do turno da manhã. Chegou o pessoal do turno da tarde, aí eu comecei a demitir o povo do turno da tarde. Aí, assim, aí eu comecei a passar mal. Aí o emocional, assim. E tendo de dizer. O que que eu ia explicar para as pessoas? Porque que eu não fiquei com fulano? E eram pessoas, e é uma família, gente que era arrimo de família, que era um salário que bem ou mal sustentava a casa. Só sei que teve uma hora que eu passei mal, a minha pressão baixou. Aí, o R. (o segurança do trabalho) veio com um copo de água. Ele trouxe um copo de água para mim. E eu disse, vamos lá, cara. **Eu tenho que passar por isso**.

Aí, fiquei com dez pessoas. E como é que trabalhava? Tinham os horários, tinham os turnos. Eu só sei que um menino falou assim: “mas quem é que vai vir amanhã de madrugada?”. Eu falei: “não sei, eu venho”. E ele, “não! Eu venho”. Eu vou

6 A Serviços Auxiliares de Transportes Aéreos (SATA) também foi uma empresa do Grupo VARIG.

assinar hoje a demissão, mas eu venho. Ele veio trabalhar demitido.

Quando virou VRG S/A, e aí começou a voltar uns voos, o primeiro que chamei foi ele. Aí, chamei, Maria da loja. Maria hoje está vendendo roupa. Numa lojinha lá em Jaboatão.

Aí ficamos com a história do chinês. Aí depois teve o zum, zum, zum da GOL. Ah, a GOL comprou a VARIG. Aí já foi em 2007. E eu fui a primeira a ser transferida da VARIG para a GOL, no Brasil todo, de aeroporto. E tinha um detalhe, a VARIG pagava um **salário bom**, né? A GOL pagava um salário **merreca**. E eu fui transferida para o Galeão. E eu lembro que quando cheguei lá me falaram: “você ganha muito mais que o ex-gerente da GOL”. Quiseram baixar meu salário, mas não conseguiram por se tratar de transferência. Eu disse: “Me transferiram para cá para eu ganhar o mesmo salário”.

E olha lá, quando eu me candidatei para ser supervisora de turno no Galeão pela VARIG, o trabalho como gerente era dez vezes, muito maior. Então, quando eu me candidatei, o salário era 50% maior do que o de gerente de aeroporto em Recife. **Eu acho que uma das coisas que eu acho que deve ter quebrado a VARIG também eram esses salários muito altos**⁷.

O fechamento da VARIG foi **usurpador**, foi **agressivo**.

Porque depois que eu entrei na aviação, eu me **fascinei** assim. Comecei a encerrar como uma

carreira, comecei a **estudar**, comecei a buscar a legislação, coisa que ninguém ia assim. Na época, não existia faculdade de aviação civil, não existia.

Hoje, eu não tenho vergonha do meu trabalho. Eu não tenho, graças a Deus, eu não tive problema com isso. Tipo, ah, eu fui uma gerente da VARIG, hoje eu não sou. Hoje, eu não tenho nenhum cargo. Sou super de boa com isso. Me viro. Eu foco a minha energia em outra coisa. Olha só. Vamos! Eu tenho apartamento para pagar, tem filho para dar de comer, muita coisa para curtir e vamo que vamo.

Mas é muita história. A gente hoje tem um grupo do pessoal de Salvador e volta e meia todo mundo marca encontros, o pessoal de Brasília, tipo assim, eu vou a encontros de todas as bases que eu já trabalhei. Até hoje, nós temos um vínculo que ninguém consegue explicar. Esse grupo tem um menino que trabalha em Barcelona que foi do meu turno. Tem uma menina que mora em Mônaco que foi do meu turno [...]. Então, tipo assim, o grupo está com pessoas espalhadas no mundo inteiro e todo mundo tem aquele carinho, tem aquela lembrança. Aquele carinho. Volta e meia manda fotos antigas da época da VARIG. É em qualquer lugar. Eu tenho um grupo de amigos de Recife, da VARIG de Recife, tenho um grupo de amigos da VARIG de Brasília. Eu, graças a Deus, tive essa experiência em três cidades.

Na VARIG, eu gostava desse sentimento de orgulho de trabalhar nela. Toda viagem que a gente fazia no exterior, a gente queria ir na loja

7 Em valores nominais, no momento em que se candidatou à vaga, em 2002, o salário de gerente de aeroporto da VARIG, no Recife, era de aproximadamente R\$ 5.000 mil, e um supervisor de turno, com menor responsabilidade do que um gerente de aeroporto, no Galeão, já ganhava R\$ 7.500,00. Caso a ex-variguiiana viesse a trocar a gerência de aeroporto, do Recife, pelo cargo de supervisão, no Galeão, acumularia ainda mais R\$ 1.000,00 de adicional de antiguidade. Ou seja, a VARIG, além de respeitar as diferenças de custo de vida e de quantidade de trabalho entre as cidades brasileiras, fazia acréscimos no salário por antiguidade.

da VARIG. Paris, Portugal, Nova Iorque. Eu tenho foto minha na loja da VARIG em Bangkok, que doideira, **lembrar** disso agora, que eu fui na loja da VARIG em Bangkok, Nossa Senhora. A gente estava voltando de Bali. Na época, eu fui com meu ex-marido, que também trabalhava na VARIG.

Com a VARIG já em crise, eu vim fazer uma entrevista numa empresa de helicóptero e me chamaram, eu estava em Recife, mas eu não fui, eu disse, eu sei que a VARIG está ruim, mas eu resolvi apostar ainda na VARIG. Ia trabalhar em Macaé, com transporte para a Petrobras. Fui só testar minha empregabilidade.

Depois que eu fui para a GOL, fiquei de 2007 até 2013. Eu fui gerente de aeroporto, depois virei gerente regional, aí também gerenciava bases no exterior, gerenciava bases na Bolívia e na República Dominicana.

Foi muita ralação, sofri muito naquele Galeão. Eu cheguei a ficar 36 horas trabalhando no Galeão uma vez.

Depois, uma amiga que foi demitida no mesmo dia que eu, da GOL, me falou: “olha, o pessoal da Copa está contratando para trabalhar na Copa do Mundo, para coordenar os voos nos aeroportos. Tem em Cuiabá, Porto Alegre e Natal”. Disse: “vou para qualquer lugar”. Passada uma semana ela ligou: “Amiga, você vai para Manaus”. “Mas, como assim, você não vai para Manaus?”. Não, eu desisti! “E você vai ficar na casa de minha tia. Eu vou te levar lá. Eu pego um voo aqui de São Paulo e você aí do Rio e vou te entregar para ela”. Foi ótimo! Seis meses de trabalho.

Voltei e vamos procurar emprego. Fiquei agosto e setembro, quando foi final de agosto, início de setembro, fiz uma entrevista de seis

etapas para ser gerente de uma escola em Nova Iguaçu. Salário de R\$ 8 mil reais. Aí, aceitei e passei seis meses em Nova Iguaçu. Curso de mídias eletrônicas. Cuidava da manutenção da escola, dos professores, da administração da escola. Foi de outubro a março, aí me ligam para eu trabalhar nas Olimpíadas. Aí, eu estou na escola e me ligam, o pessoal da turma de eventos, que é uma mesma panelinha. Aí, me ofereceram R\$ 9 mil e 500 e eu saí da escola, mesmo sabendo que era por tempo determinado. Resolvi **arriscar**. Pedi as contas na escola. Me identificava com o trabalho. Fiquei um ano e meio nas Olimpíadas. Me acabei, passei por vários perrengues também. **Aprendi** muito. Uma galera muito doida, mas sobrevivi.

Aí terminou as Olimpíadas, o Rio de Janeiro faliu. Ferrou. Aí, de outubro de 2016, fiquei no seguro desemprego. A minha síndica, que trabalhou na VARIG, perguntou se eu não queria trabalhar na secretaria para ajudá-la a administrar o prédio, nas férias da funcionária. Me pagando em RPA. Aceitei. Ela e o marido trabalharam na VARIG. Aí, a menina voltou das férias, mas a outra menina que trabalhava com ela pediu demissão. Aí a síndica me chamou novamente. Me fez a proposta de não assinar a carteira e pagar como Pessoa Jurídica. Aí, eu fiz o microempreendedor individual e, mesmo sabendo que o recolhimento da aposentadoria só pode ser no valor de um salário mínimo, aceitei. Cuido de toda parte de orçamento, condomínio e compras.

Rola uns bicos, a gente faz trocentos bicos aí. E vamos vivendo.

Eu provei que eu, apesar da expertise na aviação, eu posso administrar qualquer coisa. Eu

posso administrar uma escola, uma vila olímpica, que eu era responsável pelo transporte, todos os atletas que entravam eu era gerente geral de transporte, da vila, dos atletas. Então, o que rolar aí vamos ter que encarar.

A aviação tem esse poder. A memória é muito forte daquele tempo. Tipo assim, **a VARIG me abriu o leque do mundo**. Eu não tinha ideia da dimensão do mundo antes de entrar na VARIG. Eu acho **que não é um emprego qualquer** trabalhar na aviação. Mesmo hoje em dia, que já perdeu um pouco de *glamour*. Trabalhar na aviação é assim... [pausa longa] Vou dizer que eu não sinto saudade? Eu sinto saudade, foi quase uma vida inteira, foram 19 anos de VARIG, mais seis de GOL. Mais de vinte e cinco anos de vivência de aeroporto. Quando a VARIG começou com a crise, eu tinha, todos os meus amigos eram fãs da VARIG. Tipo assim, pros meus amigos que não eram da aviação isso era um *must*, para a família, para os amigos, nossa! A **aviação** abriu o leque do mundo. Mas eles agora falam assim: “cara, mas **você trabalhou sua vida inteira na aviação, se eu até para te indicar para outro emprego, o que você sabe fazer?**”. As pessoas tinham muito isso também. E eu dizia: “oh, cara, a pessoa só porque trabalhou no aeroporto, essa pessoa pode trabalhar em qualquer lugar!”. Você tem uma escola de vida, né? De tudo, do que você pode fazer. Tudo o que você encarou no Galeão. Você encontra todo tipo de pessoa, tanto de passageiro quanto da equipe,

como autoridades aeroportuárias. Você lidar com Polícia Federal, com Receita Federal, não é? Então eu lembro uma vez, em Salvador, que o cara me deu voz de prisão no dia de Natal. Ele disse: “você quer que eu te prenda?”. Eu respondi: “você faz o que você achar melhor”. Eu já abri malas com drogas, com ouro. Eu já peguei um paletó que um passageiro esqueceu no avião com vinte e cinco mil dólares em notas de cem. Eu devolvi. Então, a aviação tinha essa coisa. Eu conheci o mundo. Criança, meu sonho era ir para Disney. Então, nas primeiras férias internacionais, eu fui para Disney. Levei minha mãe, levei minha tia. Então, eu acho que foi tudo na época certa. Foi muito bom. Foi bom enquanto durou. Então se tiver que voltar eu volto. Encaro. É como dizem hoje. Ah, são os órfãos e **viúvas** da VARIG. Mas **tudo que a gente viveu não tem preço**. Ano passado nós fizemos um encontro em Salvador, no hotel da Bahia, no Tropical, que era do grupo VARIG, do pessoal de Salvador. E eu peguei uma passagem e fui só para esse encontro. Só para ir nessa feijoada. Então, tinham mais de oitenta pessoas de todos os setores da VARIG de Salvador. Todo mundo feliz! E todo mundo contava os causos e foi uma tarde inteira, a gente fechou o restaurante do hotel. Ficou a tarde inteira e todo mundo relembrando as histórias. E não era barato. Foi novembro de 2017. Fizeram até as bolas para comemorar os noventa anos da VARIG. E a gente organizou o encontro num final de semana. Olha a foto da galera!

O OFÍCIO TEATRAL NO CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÕES URBANAS: A EXPERIÊNCIA DO TEATRO POPULAR UNIÃO E OLHO VIVO

Ana Paula Parodi Eberhardt

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Porto Alegre - RS - Brasil

submissão: 19/02/2019 | aprovação: 04/05/2019

RESUMO

O presente artigo é fruto da pesquisa etnográfica realizada acerca das práticas de trabalho do grupo Teatro Popular União e Olho Vivo (TUOV), atuante na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. Descendente do movimento de teatro engajado dos anos sessenta, este grupo se insere na discussão crítica a respeito da mercantilização da arte, e se posiciona de forma antagônica às relações capitalistas de trabalho. Pretende-se, aqui, abarcar uma reflexão sobre as memórias de dois senhores – Idibal Pivetta e Neriney Moreira –, fundadores deste grupo e ainda atuantes nele – referentes aos impactos que o crescimento da cidade de São Paulo trouxe aos seus trabalhos no âmbito artístico e às estratégias por eles utilizadas para transformar as relações de trabalho no interior desta trupe.

Palavras-chave: ofício teatral; memória; antropologia urbana.

L'ARTISANAT THÉÂTRAL DANS LE CONTEXTE DES TRANSFORMATIONS URBAINES: L'EXPÉRIENCE DE *TEATRO POPULAR UNIÃO E OLHO VIVO*

RÉSUMÉ

Cet article est le résultat de la recherche ethnographique sur les pratiques de travail du groupe Teatro Popular União e Olho Vivo (TUOV), qui opère dans la ville de São Paulo, São Paulo. Descendant du mouvement théâtral engagé des années soixante, ce groupe s'insère dans la discussion critique sur la marchandisation de l'art et se positionne de manière antagoniste aux relations de travail capitalistes. Il est destiné ici à inclure une réflexion sur la mémoire de deux seigneurs - Idibal Pivetta et Neriney Moreira, fondateurs de ce groupe et toujours actifs - sur les impacts de la croissance de la ville de São Paulo sur leurs travaux dans le domaine artistique et les stratégies de ils transformaient les relations de travail au sein de cette troupe.

Mots-clés: artisanat théâtral; mémoire;
anthropologie urbaine.

EL OFICIO TEATRAL EN EL CONTEXTO DE TRANSFORMACIONES URBANAS: LA EXPERIENCIA DEL *TEATRO POPULAR UNIÃO E OLHO VIVO*

RESUMEN

El presente artículo es fruto de la investigación etnográfica sobre las prácticas de trabajo del grupo *Teatro Popular União e Olho Vivo* (TUOV), actuante en la ciudad de São Paulo, São Paulo. Descendiente del movimiento de teatro comprometido de los años sesenta, este grupo se inserta en la discusión crítica acerca de la mercantilización del arte, y se posiciona de forma antagónica a las relaciones capitalistas de trabajo. La intención de esta propuesta es generar una reflexión sobre las memorias de dos de los fundadores de este grupo (Idibal Pivetta y Neriney Moreira, aún actuantes) sobre los impactos que el crecimiento de la ciudad de São Paulo trajo a sus trabajos en el ámbito artístico, al igual, que las estrategias por ellos utilizadas para transformar las relaciones de trabajo en el interior de esta compañía.

Palabras clave: ofício teatral; memoria;
antropologia urbana.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa etnográfica mais ampla da qual este artigo se originou versou sobre as memórias e as práticas teatrais do grupo Teatro Popular União e Olho Vivo (TUOV)¹, percebendo a duração dessas práticas (Eckert & Rocha 2013) no tempo presente através da remontagem de instantes vividos no interior das dinâmicas urbanas do campo artístico e social da cidade de São Paulo. Esta pesquisa debruçou-se sobre as narrativas de alguns integrantes do grupo teatral, para dar conta da apreensão de instantes que conformam as rupturas e as continuidades que compõem esta duração. Seguindo a linhagem da antropologia urbana, a partir das obras de Velho (1994) e de Magnani (2002), podemos perceber, nessas narrativas, as dinâmicas sociais de criação e de consolidação de um “campo de possibilidades” (Velho 1994), que tornou possível a manutenção deste “projeto coletivo” de teatro (Velho 1994). Como ancoragem importante para essa duração, destaca-se o “potencial de metamorfose” (Velho 1994) de integrantes desta trupe, tanto na manutenção de suas práticas, como nas alterações necessárias a este projeto, no contexto das transformações urbanas ocorridas durante a trajetória de mais de cinquenta anos do grupo.

2. PERCURSOS DA PESQUISA

Para esta pesquisa, o trabalho etnográfico foi desenvolvido ao longo de um ano e meio, sendo utilizadas as técnicas de observação participante, escritas de diários de campo, entrevistas e registros audiovisuais junto aos eventos públicos e a atividades de organização interna do grupo.

Entre esses eventos, o de maior relevância foi o acompanhamento da oficina de metodologia de trabalho do TUOV, ocorrida de janeiro a agosto de 2017, dividida em módulos que espelham as comissões de trabalho desta trupe: dramaturgia, musicalidade, cenário, figurino e vídeo. A oficina foi promovida por ocasião das comemorações de 50 anos do TUOV, e, neste projeto comemorativo, ainda foram desenvolvidas a reforma da sede de trabalho, a organização e a abertura de uma exposição da trajetória do grupo, bem como apresentações teatrais de espetáculos do TUOV, interpretados por outros grupos de teatro que partilham a linhagem teatral deste.

Tendo como foco a narrativa, como suporte da memória e reelaboração de experiências, a pesquisa se serviu de entrevistas semiestruturadas, realizadas com três principais interlocutores, todos eles ainda atuantes: César Vieira (nome artístico de Idibal Pivetta), 87 anos, advogado, fundador e dramaturgo do grupo; Neriney Moreira, 74 anos, advogado, fundador e ator; e Cesinha Pivetta, 34 anos, músico, filho de Idibal e ator do TUOV desde criança. Em se tratando de uma pesquisa que segue os fios destas memórias individuais, as quais se tornam coletivas na articulação entre acontecimentos pessoais e sociais, a utilização de alguns longos relatos foi necessária, seguindo pressupostos teóricos de uma etnografia da duração (Eckert & Rocha 2013).

Dentro da revisão bibliográfica a respeito do grupo teatral e da temática abordada, estão os trabalhos publicados por membros do próprio TUOV, escritos por integrantes dessa trajetória e que foram compilados por César Vieira.

1 Para maiores informações, consultar Eberhardt (2018).

Essas publicações referem-se ao volume intitulado “Em busca de um teatro popular” (Vieira 2015) e a textos de espetáculos de repertório de Vieira, com acréscimos de críticas de outros dramaturgos e pensadores do teatro paulista.

Além desse material disponibilizado pelo grupo, foi feito um levantamento acerca da bibliografia que discute o tema da arte e suas regras de legitimação, tais como “As regras da arte” e “O poder simbólico”, de Pierre Bourdieu (1996, 1989), além de outros escritos que versam sobre a construção do campo teatral brasileiro e discutem a respeito da cultura popular (Ortiz 2006; Hollanda 1980; Jacob 2008; Collaço 2009; Carone 1984).

Entre os trabalhos acadêmicos sobre o TUOV, destaca-se o estudo de Cruz (2012), que, pelo viés historiográfico, analisa e compara o Olho Vivo com a Cia do Latão, ambos identificados como formas contra-hegemônicas de produção teatral. Para a interpretação das entrevistas, foram utilizadas as obras de Paul Ricoeur (1994, 1997) e de Eckert & Rocha (2005, 2013) como embasamento teórico, no intuito de perceber as narrativas das memórias dos integrantes como conformação de uma identidade, através da análise do relato de si e da remontagem dos instantes vividos por meio das narrativas biográficas, bem como da construção de trajetórias sociais.

3. SOBRE O TUOV

O grupo Teatro Popular União e Olho Vivo originou-se em 1966 na cidade de São Paulo e, desde 1985, tem sua sede no Bairro Bom Retiro. Sendo criado em meio à ditadura civil-militar, manteve suas atividades artísticas atreladas à

linhagem de teatro político, com prática engajada na busca por uma linguagem popular. Ao longo de sua trajetória, desenvolveu metodologias de trabalho particulares, que o diferenciam dos demais grupos formados no mesmo cenário cultural.

Todos os trabalhos realizados por essa trupe têm cunho político-social, este é um aspecto peculiar do grupo, que se expressa no conteúdo de suas tramas narrativas nos espetáculos, na divisão de papéis e em suas apresentações, voltadas à população de baixa renda da cidade. Tal escolha faz com que a estética do grupo esteja atrelada a uma ética específica, que pode ser definida como militante e que privilegia a atuação em um circuito teatral não convencional, em oposição às grandes casas de espetáculo.

A prática desse teatro não visa à profissionalização, portanto, todos os integrantes têm seus trabalhos remunerados fora da atividade teatral, dedicando-se às práticas artísticas apenas aos finais de semana. Esta característica de se tratar de um grupo de trabalhadores com orgulho de se declararem como artistas amadores foi bastante frisada pelos interlocutores da pesquisa.

Em decorrência de tal posicionamento, o grupo sobrevive com trabalho voluntário de seus integrantes, algumas vezes contanto com verbas de editais públicos, buscando como primordial a horizontalidade das relações entre seus membros e a divisão de tarefas de forma igualitária: premissas herdadas do movimento comunista das décadas de 1960 e 1970 e que marcam a trajetória do grupo.

No campo teatral, há a prática do que se denomina como “teatro de grupo”, uma contraposição ao chamado “teatro de elenco”. Nele, verifica-se a permanência de integrantes,

independentemente do trabalho a ser realizado; já no teatro de elenco, há uma escolha por artistas para compor um trabalho específico, e o grupo não necessariamente se mantém, havendo divisão bem hierarquizada de trabalho, a partir de funções e de remunerações diferenciadas. No TUOV há um discurso de igualdade entre os integrantes sendo o processo de criação compartilhado nas esferas de produção, confecção de figurinos, cenário, dramaturgia entre outros aspectos.

Como já afirmado, os espetáculos são dirigidos ao público morador de bairros periféricos da cidade, e suas temáticas abordam aspectos da história do Brasil, tendo como pano de fundo acontecimentos que retratam um momento – marcante do país (como a Guerra de Canudos, a Revolta da Chibata, a Greve Geral em São Paulo, entre outros), mesclados com a literatura em verso de cordel, com uma trama ligada a elementos da cultura popular (futebol, carnaval, lendas folclóricas, por exemplo). Na encenação, vemos como peculiar o protagonismo de atores negros, o grande número de atores em cena e um não acabamento da obra, que sempre está aberta às mudanças e a novas formas de interpretação.

No momento de formação deste coletivo esse tipo de teatro engajado no Brasil estava em pleno desenvolvimento tanto junto a entidades estudantis, como os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE), quanto ao movimento do Teatro de Arena de São Paulo. Ambos utilizavam essa manifestação artística como forma de comunicação e de conscientização política

no combate ao regime militar entre estudantes e classes operárias, partilhando com o TUOV uma rede de conhecimento e de prática teatral.

4. TRAJETÓRIA SOCIAL E FORMAÇÃO DE UM CAMPO DE POSSIBILIDADES

O ideal de vida com perspectiva comunitária, que permeia o trabalho teatral do TUOV, já perpassava a formação de uma intelectualidade de esquerda e, neste contexto, tem suas origens no movimento operário paulista, formado no final do século XIX, com a vinda de imigrantes para as lavouras de café². Se, por um lado, esse processo empreendedor da indústria cafeeira possibilitou a emergência de uma classe abastada que se fixou na cidade, por outro, estabilizou uma classe de operários, em sua maioria composta por estrangeiros. Nesse contexto, surgem centros de cultura, clubes desportivos e sindicatos, que organizaram um movimento cultural, patrocinado por esses operários, de produção de jornais e de teatro³. O movimento de teatro popular coloca-se em contraponto com a forma teatral praticada até então, que reforçava a prática de distanciamento entre artistas e público, entre a ficção do palco e a realidade das fábricas: “Para o movimento operário, o teatro e a expressão artística deveriam ser desvinculados dos interesses comerciais [...], visando superar as diferenças formais entre artista/obra/público” (Jacob 2008:34-35).

A trajetória de Idibal Pivetta é marcada por esses acontecimentos, mesclando elementos da formação de São Paulo com a sua própria vivência.

2 Entre os anos de 1872 a 1910, a população de São Paulo aumentou em 764%. Para mais informações a esse respeito, ver Carone (1984).

3 Sobre isso, ver Jacob (2008).

Ele conta que seus avós vieram de navio da Itália e se conheceram ao desembarcar em São Paulo. Seu pai parece ilustrar este emergente italiano, imerso em uma sociabilidade comunitária:

Ele foi fundador do... do PC. Só que não é Partido Comunista, é Partido Constitucionalista. Que foi... começou ali na década de trinta, que foi fundado e começou a estabelecer discussões pra classe operária. Também não seria um partido de esquerda, mas seria um partido politizado burguesmente... Ele foi eleito e depois foi cassado. [...] Daí, lá em Jundiá a gente comeu o pão que o diabo amassou... a casa era de piso de... de barro... no bairro do parque São Jorge, que é onde tem o estádio do Corinthians até hoje, né? E tinha esse time Guarani que era verde, chamado Guarani e também era do mesmo bairro, eles tinham toda aquela rivalidade. Hoje não dá pra mensurar esse tipo de coisa, mas... era a comunidade funcionando, através do seus... se não tivesse verba, e não tinha, [...] se virava, fazia jogos, cobrava. [...] Saía uma discussão sobre uma comunidade em andamento. Seria um clube de futebol que joga futebol, mas daí ele chega, vindo da origem dos italianos que vieram pra cá, vieram milhares, né? E que aqui... começaram a trazer todas as... as...atividades deles, comunitárias, dentro do seu setor. Isso é muito importante e são sede do teatro anarquista de São Paulo, o que as origens mesmo nossas seriam isso. (Idibal Pivetta, comunicação pessoal, 30 nov. 2016).

A referência que Idibal traz ao teatro anarquista de São Paulo provém da organização sindical

realizada por imigrantes, em sua maioria italianos, que se fixaram na cidade entre o final do século XIX e o início do século XX. Além da produção deste teatro amador, eram veiculados filmes e distribuídos folhetins e jornais feitos por esse operariado, que noticiavam e comentavam eventos das fábricas e dos bairros: uma comunidade em formação, que não tinha acesso aos bens artísticos da elite paulista. Nesse ínterim, o governo da República brasileira institui dois decretos: em 1900, cujo objetivo era “inspecionar as associações públicas de divertimento e recreio, os teatros e espetáculos públicos de qualquer espécie”, e em 1920, instaurando a censura prévia aos espetáculos teatrais e às películas cinematográficas (Jacob 2008:37). Por vezes, essas atividades foram dispersadas por forças policiais, que já vinham se colocando contra as atividades operárias desses setores. O circuito de teatro amador criado por este movimento terá uma importante contribuição para a modernização e o aparecimento de uma vanguarda teatral nos anos 1950 e 1960.

Neriney Moreira, também fundador do TUOV, difere 13 anos da idade de Idibal, mas nos relata experiências similares de uma infância simples, no interior do município de Ubá, em Minas Gerais, muito próxima deste ideal de vida comunitária, não pela política, mas pela vivência do campo e também pelo amor ao futebol:

Eu nasci em 1944 e até os 15 anos de idade eu vivi lá no mato. O pai era roceiro mesmo e cultivava o fumo, [...] ele comercializava o dele que ele plantava e comprava dos vizinhos. Ia com caminhão lotado: quatro, cinco mil quilos e voltava com o caminhão lotado. Vendia. O cara não tinha

dinheiro pra pagar e “me dá arroz, me dá vinho”. [...] Eles pagavam em mercadoria. E aliado a isso aí toda a minha, a minha, como se diz... o meu crescimento infantil: descalço, pé descalço no chão. Então eu fui criado desse jeito. Pro mato, solto pro mato. No meio dos cachorro, dos cabrito, dos cavalos, sabe...

Meu pai era analfabeto, tanto meu pai quanto a minha mãe, mas tinha essa sabedoria que vem de dentro pra fora do coração... Isso só quem tem e pratica que sabe, isso a gente não aprende em escola não, nem em faculdade, faculdade não ensina isso... [...] Futebol, eu sabia, e jogava. Eu provavelmente seguiria a vida como atleta...

Eu comecei a vir pros bairros em São Paulo, pro futebol, tá me entendendo? Eu jogava no time do IPC, Instituto do Presidente do Café, aqui no centro da cidade. Eu arrumei um emprego no banco e no mesmo prédio funcionava o IPC, e quando chegava todo o sábado e domingo eles iam pro bairro, pra jogar no bairro, e eu ia com eles. Jogava no primeiro e no segundo quadro, ficava sempre no futebol. Só que nessa época, 62, 63, não tinha nem o União e Olho Vivo ainda... Eu comecei a ir pra periferia com o futebol. (Neriney Moreira, comunicação pessoal, 17 fev. 2017).

A infância e a adolescência destes senhores são marcadas por um processo de modernização do país e de surgimento das grandes cidades industriais. Suas trajetórias são permeadas por um movimento de crescimento urbano e de início de uma sociabilidade urbana. Com a instauração do Estado Novo, abriu-se um processo de modernização do

país que alterou significativamente a forma de vida dos habitantes das cidades.

Conforme Vera Collaço (2009), no governo de Getúlio Vargas foi instituído o Serviço Nacional de Teatro (SNT), o primeiro organismo estatal criado para atender às demandas do teatro, sua regulamentação e a formação de profissionais técnicos para exercê-la. Essa invenção veio para adequar uma nova arte à efervescência de consolidação do Estado Novo, trazendo novos paradigmas que auxiliassem a superar o “atraso” brasileiro:

[...] O Brasil ainda não conseguiu educar o seu povo ao ponto de se tornar o teatro uma verdadeira exigência de sua civilização. [...] Não basta proteger e amparar o teatro para que ele exista, se antes não são solucionados os problemas de ordem econômica, da difusão do ensino e até o da própria saúde pública. Um povo inculto não é um povo civilizado e o Teatro é um produto espontâneo da civilização (Collaço 2009:6).

A ideia era alavancar a qualidade dos espetáculos encenados, que eram rotulados como de mau gosto, distanciando-se do tradicionalismo popular e mais condizentes ao momento progressista que o país estava vivendo.

Joracy aponta para estatísticas ao afirmar que 80% da população brasileira era de analfabetos, e que “apenas 2% da população do Rio de Janeiro podem frequentar teatros” (CAMARGO, 1937:22). Esta população vive em precárias condições econômicas, e,

consequentemente, não tem condições culturais e intelectuais de apreciar um teatro literário, de boa qualidade. Neste ponto as falas se aproximam, um bom teatro se pauta por um bom texto, que significa um ensinamento moral e cultural, eliminando com isso um teatro cujo único propósito é “a mera diversão” (Collaço 2009:7).

Nesse contexto, o teatro e a cultura artística aparecem como meio civilizador de aprimoramento moral, baseado em um espírito progressista, que auxilie na formação de um Estado desenvolvido. A partir dessas políticas, foram criadas escolas de teatro, cujo modelo era o teatro europeu. Era o caminho de progresso de uma cultura nacional e desenvolvimentista de expansão. A mudança de um país agrário, abrindo-se para a industrialização.

Neriney Moreira narra o episódio de quando saiu do interior de Ubá para a cidade propriamente dita, onde conheceu o cinema, em 1952⁴:

Aprendi a gostar de cinema. Não tinha visão de teatro. Mas cinema: toda aquela produção da Atlântida, com Oscarito, sabe? Grande Otelo? - Eu vi tudo aquilo lá: Flash Gordon, Dick Trace. Era viciado neste negócio. Ficava doente se eu não fosse no cinema. Em Ubá tinha dois cinemas. Mas esse chamava Cine Brasil. Vi tudo, todas as produções... da Atlântida, sabe, aqueles musicais: via tudo! Existia muito esta coisa de novela. A novelada era da minha época, só que eram dez capítulos, sabe? Tinham os

seriados que eram os capítulos, né? - O que vai acontecer com o Dick Trace? Vai dar um tiro, vai morrer? Aí cortava e tu ia ver só na outra [sessão]. Era quarta-feira e sábado, que passava... O Tarzan... Nossa! A Chita! (Neriney Moreira, comunicação pessoal, 17 fev. 2017).

A temporalidade da vida da primeira metade do século XX traz a memória de uma vida simples e calma, pautada pelo tempo da caminhada tranquila, de ver e ser visto, de uma época diferente, que não existe mais:

Aí eu ia quinta. Depois, no domingo, era o romantismo, os filmes românticos... [A sessão de cinema] era sábado, domingo e quinta-feira, eram esses dias. Aí vai crescendo, vai criando as namoradinhas... Vai passeando nas praças, vai, fica rondando lá, andando por aquela praça. Mexendo com as meninas, as meninas com você. Aí você namora, namora uma, duas, três, não namora nenhuma... Namora tudo e não namora nada, sabe? Aquelas coisas... sadias da idade... (Neriney Moreira, comunicação pessoal, 17 fev. 2017).

Não era a ditadura de sessenta e quatro, mas era a ditadura do Getúlio [Vargas] e foi tão sangrenta quanto a outra. Tremendamente sangrenta. E aí vem todas as reminiscências pra

4 Dentro do processo desenvolvimentista do país, Getúlio Vargas também é responsável pela alavancada da produção nacional cinematográfica, ocorrida em meados dos anos 1930, com a primeira Lei de Incentivo à Produção Nacional. Franco Zampari, empresário italiano, também criador do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), teve um papel fundamental na distribuição de salas de cinema por São Paulo, sendo fundador da companhia cinematográfica Vera Cruz.

mim, na minha cabeça é a juventude... Futebol de bairro, é a escola tal... o *footing* que é o lugar onde as meninas passeavam e os rapazes ficavam olhando, fazendo sinalzinho e tal. Tudo isso foi ficando... Futebol mesmo nos bairros... [...] O circo passando no bairro, que hoje não tinha mais, os circos são americanizados quando existem. Naquele tempo, não, pô! Eu fiz o Evangelho Segundo Zebedeu, me saiu na cabeça de vir para isso, o circo! Vida, paixão e morte. Vida, paixão e morte de Jesus e nós tivemos a vida, paixão e morte de Antônio Conselheiro, aí eu já fiz essa ligação (Idibal Pivetta, comunicação pessoal, 30 nov. 2016).

A memória das camadas de tempo da vida social se entrelaçam, e é pela narrativa da história de vida, como “vida examinada” (Ricoeur 1997) destes atores sociais, que podemos seguir a meada transformada em fio condutor da significação de si, ordenação de lembranças e esquecimentos, que fazem com que os jogos da memória (Eckert & Rocha 2005) deem uma possibilidade de duração no tempo e no espaço. A paixão pelo futebol, em especial pelo Corinthians, e o trabalho comunitário vão permear a trajetória de Idibal e darão o tom da atuação do TUOV, que teve muitas de suas peças apresentadas em estádios e/ou com a participação das torcidas organizadas, buscando o popular através do contato com essas camadas da população.

Através da remontagem desses instantes da vida cotidiana no interior da narrativa biográfica, articula-se o tempo vivido e o tempo pensado (Bachelard 1988), em uma intriga que temporaliza

a experiência de sujeitos (Ricoeur 1994). Assim, podem-se acessar elementos constituintes de uma memória que é performatizada e que vai para além do indivíduo e de suas experiências pessoais, dando pistas de uma memória coletiva, de experiências análogas e homólogas de rearranjos de si e do mundo social, frente às transformações urbanas contemporâneas.

A chegada à capital traz novas oportunidades e outra configuração para a vida cotidiana. Podemos perceber esta mudança em algumas histórias de Neriney, sobre sua infância e a mudança de sua família de Ubá, em Minas Gerais, para a capital de São Paulo, configurando uma ruptura da sua trajetória:

Eu vim pra cá em 61. [...] O proprietário queria vender, porque descobriram que tinha um projeto pra passar uma avenida lá [Avenida Faria Lima]. Aí o pai disse “vai lá”. Vendeu a fazenda e comprou o apartamento. O meu pai não queria de jeito nenhum, meu pai queria voltar... A gente morava em uma fazenda enorme e morar aqui em um apartamento de x metros quadrados? Pra ele era piada... Cê” trocar uma fazenda, sabe? Aquelas casas velhas, sabe? Janelona de uma porta só. Era tramela, não era fechadura, era tramelada, a gente morava nesse... Tinha cinco quartos, três cozinhas, o terreno tinha 700 metros quadrados, tinha mais de 500 metros quadrados de terreno construído, tinha nossa casa e tinha a casa do nosso empregado que morava junto e ainda sobrava mato pra lá, e ainda tinha a empresa de negócio deles ali... Pra morar aqui em São Paulo em uma avenida, dentro de um apartamento! Tava doidinho pra

ir embora e voltar. “Ah, vamos voltar!”, “E você vai fazer o que em Ubá? [Aqui] a gente vai estudar” (Neriney Moreira, comunicação pessoal, 17 fev. 2017).

Nessa mudança de estilo de vida, a família de Neriney mudou-se toda para São Paulo (seus sete irmãos e seus pais). Os pais dele não realizaram a formação escolar e viam a necessidade de os filhos virem para a capital paulista para estudar em “escolas boas”. Segundo ele, todos fizeram “alguma coisa da vida”, referindo-se às graduações dele e de seus irmãos na universidade, os quais adquiriram uma profissão. Neriney conta que, de “tão contrariado” pela mudança de vida, seu pai “não ficou: foi pro outro lado”, segundo ele, por não se adaptar à cidade. A narrativa da trajetória de Neri com a morte de seu pai está em consonância com a ruptura com o estilo de vida simples, do campo, para a adesão a um novo projeto de vida: os estudos e a formação de uma carreira. Nesse processo de metamorfose (Velho 1994), Neri ainda não sabia muito bem como se inserir no novo mundo:

Quando eu vim pra São Paulo eu vim no segundo, segunda série ginásial. Eu tive que ficar mais dois anos em São Paulo pra tirar o ginásio, pra saber o que eu queria ser: advogado, médico, dentista, professor... Qualquer coisa eu escolhia...

Aí na época, eu não sei o que eu queria ser... Quando eu comecei a estudar pra escolher uma profissão...

Aí, “vamos fazer o seguinte? Vou ser advogado”. Administrador não sabia o que era... Não sabia o que era nada, sabe? Tinha falta de saber o que era

as coisas, sabe? Técnico... Tinha essa problemática: o que você vai querer ser? Estudar, estudei. Não tinha este problema.

[...] Quando eu fiz a opção por fazer a faculdade era porque não pagava nada... Aí eu escolhi a São Francisco. Ah, e não pagava nada!

Aí eu comecei a estudar. A concorrência era terrível!

Estudar, eu estudei pra caramba. Na verdade, eu estudei pra passar.

Eu já trabalhava fora e então eu não tinha muito tempo pra estudar, e então como eu queria entrar sem pagar nada eu... Acho que naquela época era dez por um. Eram dez candidatos por uma vaga... O bicho pegava feio! Tanto que quando eu fiz eu pensei, vou fazer por fazer (Neriney Moreira, comunicação pessoal, 17 fev. 2017).

A chegada à cidade grande foi o período em que esses jovens começaram a ter contato com a produção cultural artística, fruto do desenvolvimentismo nacional. Ambas as lembranças remontam à chegada à capital paulista, como demonstra o relato de Idibal:

Eu tinha uma tia que... até faleceu há pouco tempo, com cem anos. E eu era o sobrinho querido dela. Ela morava com a minha mãe, com minhas irmãs e tal... E ela era louca por teatro e me levava pra assistir todas as peças: Paulo Autran, Tônia Carreiro. Esse pessoal, eu fui quase que engatinhando levado por essa minha tia que chamava Antonieta. [Ela] é que é responsável pela guarda deste acervo [de material gráfico do TUOV]. Quando a gente fala acervo não é o acervo do Olho Vivo, mas o acervo do teatro na

época, quando se recorta um jornal, uma noticiuzinha... Vinha notícia grande e assim..., né? (Idibal Pivetta, comunicação pessoal, 30 nov. 2016).

Neriney, por sua vez, articula sua aproximação com o teatro à alegria de passar no vestibular:

Eu mal sabia somar e multiplicar. Mas história e português eu sabia, tinha facilidade. Aí foi quando eu entrei na faculdade, mais ou menos nessa época que começou a ter o teatro.

Tava muito em voga na época o Arena, o Boal e o pessoal da época... o Zé Celso Martinez, tava com o Oficina, fazendo um sucesso danado...

Aí quando eu entrei na faculdade e começou a sair os resultados, na primeira lista que saiu, já saiu o meu nome.

Eu saí assim, “ah!”, depois da segunda nota, do segundo nome, eu já não vi de mais ninguém! Não vi de mais ninguém! Tava eu lá (risos).

Eu devo ter este recorte, que saiu no Estadão nessa época, até hoje.

Eu tinha feito na PUC, ali, e nas primeiras notas não tinha saído... Aí na primeira chamada da USP saiu o meu nome (Neriney Moreira, comunicação pessoal, 17 fev. 2017).

A perspectiva de uma vida nova na grande cidade trouxe uma série de rupturas para Neri, que se refere a elas como um conhecimento adquirido de coisas mais sérias, que pareciam não estar ao seu alcance antes:

Quando a gente chegou aqui era 60, eu era uma criança. Eu não sabia nada. A única coisa que eu sabia era cinema. De cinema, o que tava por

cima dos filmes do Mazaropi, eu não sabia. Não entendia um filme do Mazaropi! Fazer análise da obra do ator, do Mazaropi? Eu não tinha esta consciência. Tu tá entendendo? Esta consciência eu adquiri aqui [no TUOV]. Eu sabia ver lá, como se diz? Como diversão. Mas não sabia que por trás daquela diversão tinha coisas mais sérias. Eu não tinha essa consciência, eu aprendi isso aqui (Neriney Moreira, comunicação pessoal, 17 fev. 2017).

O entendimento subjetivo que Neriney foi percebendo como propiciado pela nova cidade trouxe paulatinamente questionamentos sobre coisas mais sérias, em razão de a situação do país também ter se tornado mais densa. A faculdade teve esse papel de mostrar outras possibilidades de perguntas, junto a um movimento de discussão política, que já estava em curso e que esbarrava em um contexto de ditadura:

Você entra em uma faculdade onde os caras só falavam isso [sobre política]. Cê tá entendendo? Entra na faculdade e toda a diretoria tá presa! Presa por quê? É bandido? Em 68, o movimento estudantil tava pegando fogo aqui, eles falaram que ia estourar uma outra queda da bastilha, lá na França... Imagina como tava isso aqui... 20 vezes pior. [...] Aí o União e Olho Vivo nasceu nesta década, logo que eu entrei na faculdade. A diretoria toda presa e o XI queria se manifestar, e achou que a única forma que podia se manifestar era fazer teatro. E pra fazer teatro tinha que desenterrar o Teatro do XI, que tava enterrado. Eles começaram a montar “A peste”, de

Albert Camus, e foi todo mundo preso. Aí foi quando chamaram o César, que já era um pouco mais velho que eu e já era advogado... Aí o César trouxe o texto do Zebedeu. (Neriney Moreira, comunicação pessoal, 17 fev. 2017).

Os ideais de transformação social se alastravam pelo mundo e Neri, agora por meio do teatro e da universidade, via mais longe do que o cinema mostrava. O movimento de contracultura ganhava força e seus rumores já podiam ser sentidos como promessa de uma nova “queda da bastilha”. Nesse contexto, ele conhece Idibal:

Tinha um cartaz “precisa-se de 40 trabalhadores”. Eu me lembro muito bem. Escrito que era pra fazer o teatro. E foi na época em que eu entrei. Não sabia o que era ator. Via nas novelas, o Paulo Autran, que também era advogado mas ganhava a vida como ator (formado também pela São Francisco), a Fernanda Montenegro, tudo novinho. Aí eu comecei a conhecer este pessoal nessa época. Aí o Zebedeu foi minha primeira experiência. Aí com o Zebedeu a gente começou a fazer as primeiras transformações. Vamos fazer teatro. Mas que teatro? A única coisa que o pessoal via é que tinha muita peça estrangeira. E não tinha brasileira nenhuma; aí a gente começou a pegar e, “vamos fazer peça brasileira”. Aí o César como autor (Neriney Moreira, comunicação pessoal, 17 fev. 2017).

Acompanhando as transformações urbanas que ocorriam à sua volta, bem como os reflexos de uma nova organização social, pautada pelo ritmo do trabalho na consolidação do sistema capitalista industrial, esses jovens foram testemunhas de alterações drásticas no

ritmo da vida cotidiana que trouxeram consequências importantes para suas vidas e para o país. Além do trabalho junto ao teatro, Idibal atuou como advogado de presos políticos durante a ditadura militar, momento em que adotou o pseudônimo de César Vieira, para burlar a censura a seus textos.

O crescimento de São Paulo como uma grande metrópole estabeleceu novas formas de sociabilidade e de subjetivações de si. Podemos perceber este movimento à luz dos escritos de Simmel (2005), a respeito da relação entre a metrópole e a vida mental de seus habitantes.

Simmel (2005) discute a ideia de que os diversos estímulos de uma cidade grande nos trazem uma atitude de indiferença e reserva, tornando-nos menos sensíveis aos acontecimentos da vida cotidiana, em razão de objetivarmos mais as relações interpessoais subjetivas. Segundo ele, isso se dá pelo processo de individualização crescente que a monetarização propiciou ao indivíduo moderno da metrópole. Seguindo neste raciocínio, temos a dinâmica da cidade como construtora dessas relações, a partir de uma lógica de mercado e de produção, onde as trocas exercidas estão calcadas na objetividade das trocas monetárias, que trazem impessoalidade para as relações e exprimem, com rigor qualitativo, o valor das trocas:

Na medida em que o dinheiro, com sua ausência de cor e indiferença, se alça a denominador comum de todos os valores, ele se torna o mais terrível nivelador, ele corrói irremediavelmente o núcleo das coisas, sua peculiaridade, seu valor específico, sua incomparabilidade. Eis porque as cidades grandes, centros, a circulação de dinheiro e nas quais a venalidade das coisas se impõem em uma

extensão completamente diferente do que nas situações mais restritas (Simmel 2005:582).

Frente à ameaça de fragmentação, característica das grandes cidades (Velho 1994), estes senhores encontraram no trabalho teatral comunitário, de cunho político e social, uma forma de duração de si, criando, através do teatro, um espaço de resistência às lógicas mercantis e impessoais da metrópole. Por ter caráter efêmero e subjetivo, o teatro passou a ser visto como uma potente ferramenta pedagógica de percepção e de ação no mundo social. Segundo César Vieira (2015:48), “O teatro foi o meio que escolhemos para participar. O meio para dizer presente. O meio para lutar pela transformação da sociedade. A forma de integrarmos no processo de emancipação do homem”.

Por meio deste compromisso ético, que se reflete na sua estética e na sua organização de trabalho, a formação do ator se dá por um processo pedagógico, desenvolvido pelo grupo, que visa abranger o indivíduo em sua totalidade. Assim, a relação de ensino/aprendizado realizada no interior deste coletivo também se coloca como um meio para essa transformação social mais ampla, sendo incorporada nos processos de organização interna que se contrapõem à lógica hierarquizante da sociedade. Nessa perspectiva, o desenvolvimento formativo e cotidiano dos trabalhos do grupo denota uma aderência a um *ethos* específico de coletividade e de solidariedade, que se reflete nas dimensões de criação e de execução de seus espetáculos, bem como na relação com seus integrantes e seu público.

5. UM TEATRO DE OPOSIÇÃO

Na busca por um teatro popular, o TUOV busca refletir e incorporar as críticas à indústria

cultural à sua forma de trabalho. Um dos aspectos mais relevantes desta forma de se opor à visão da arte como mercadoria é a opção desta trupe em deixar sua obra teatral, o espetáculo, aberta a modificações, mantendo-a inacabada, mesmo após a sua estreia. Também a não profissionalização de seus atores, distanciando-se da formação especializada tradicional e da divisão do trabalho nos moldes capitalistas. De acordo com Pâmela Peregrino da Cruz (2012), esta forma de trabalho pode ser considerada como contra-hegemônica, pois subverte a lógica dos modos de produção da arte. Operando por essa outra maneira de se colocar no mundo artístico, o TUOV busca formas de financiamento que fogem dos meandros da disputa na indústria cultural. Cesinha Pivetta conta, em entrevista, que o grupo se manteve financeiramente, ao longo dos anos, por uma tática chamada de “Robin Hood”:

Que era vender o espetáculo pra um público que tinha condições de pagar, pra burguesia, e aplicar [o dinheiro] em vários espetáculos pra um que nunca tinha visto teatro, sabe? Um que queria ver mais uma peça “ah eu quero ver mais uma peça agora!” e pagava pra isso, e outro que nunca tinha visto e a gente chegava e fazia espetáculo pra vários... Aplicava isso e sobreviveu assim, sem os atores receberem nunca porque trabalhavam só fim de semana no teatro (Cesinha Pivetta, comunicação pessoal, 31 out. 2016).

Essa crítica ao teatro profissional aparece em muitas falas de César Vieira. Segundo ele, esta forma de produção mantém e reforça uma estrutura desigual de classes, tanto pela sua lógica de trabalho hierarquizante de produção quanto na

estrutura das apresentações e na relação com o público. O palco elevado, que distancia os atores do público, e a cotação do preço do ingresso, que varia de acordo com a possibilidade de assistir mais ou menos plenamente a um espetáculo, reforçam essa desigualdade econômica e a manutenção dos privilégios de quem pode pagar para ver arte.

César aponta o longo processo de enfrentamento da censura ocorrido durante a ditadura, e afirma que, hoje em dia, a censura está ainda presente, mas agora ela se traveste de censura econômica. As formas de financiamento para um espetáculo, no geral, passam pela escrita de um projeto a um edital, seja público ou privado, cerceando a liberdade artística e criativa. Isso também ocorre pelo fato de a temática do edital ser escolhida pelo promotor do certame para nortear o espetáculo, ou pelo fato de o cumprimento dos prazos ser restrito, reduzindo, assim, o tempo de pesquisa de linguagem a se enquadrar na previsão de prazo dada pelo edital, sem a possibilidade de grandes alterações neste processo.

A ideia de não profissionalização de seu ofício esta imbricada com a proposta de se distanciar deste controle e cerceamento da indústria de mercado, opondo-se à noção de teatro como mercadoria e reafirmando-o enquanto ferramenta de “emancipação do homem”. Isso está em consonância com os escritos de Walter Benjamin (1985), em seu texto “O autor como produtor”, no qual ele reflete que a arte que visa alcançar uma transformação social, na busca por uma sociedade mais igualitária e justa, tem o dever de repensar e reestruturar seu trabalho de forma revolucionária, discutindo seu papel e sua relação enquanto meio de produção. Benjamin (1985) alerta para o fato

de que, neste caso, o autor não deve ser apenas um intelectual apartado dos demais setores da sociedade, mas sim um produtor, estreitando os laços de solidariedade com as demais classes trabalhadoras.

A eficácia desta arte revolucionária deve colocar em cheque a própria estrutura dominante política e econômica, não buscando apenas uma alteração na forma de seu produto final, mas ampliando tal atitude reflexiva para a práxis de transformação em seu meio de produção, buscando uma função organizativa do trabalho. Caso contrário, o trabalho pode ser identificado como contrarrevolucionário, sendo assimilado pela estrutura de dominação hegemônica, transformando-se em mais um artigo de consumo.

Sobre esse movimento de arte engajada neste período no país, temos o importante relato de Heloísa Buarque de Hollanda, que faz uma crítica a esse respeito:

Fracassada em suas pretensões revolucionárias e impedida de chegar às classes populares, a produção cultural engajada passa a realizar-se num circuito nitidamente integrado ao sistema – teatro, cinema, disco – e a ser consumido por um público já “convertido” de intelectuais e estudantes da classe média (Hollanda 1980:30).

A discussão sobre a prática artística popular, e o próprio conceito do que é considerado popular ou não, é um fator decisivo na mudança das práticas do TUOV. Em 1978, a atividade artística foi regulamentada como profissional no país, trazendo consigo uma série de normatizações.

Em consequência e somando-se a isso, a expansão dos meios de comunicação em massa fez com que muitos atores dos teatros engajados deste período migrassem suas carreiras para a televisão e o cinema, visando, com isso, que seu discurso pudesse abranger maior número de pessoas. É este movimento que acaba sendo duramente criticado como algo que vinha se tornando uma nova mercadoria, absorvida pela indústria e reforçando o distanciamento do artista intelectual, apartado do povo. Seguindo os preceitos do lema da época, que diz que a arte deve ser feita pelo povo, para o povo e onde o povo está, o TUOV seguiu o caminho oposto à massificação, voltando-se para as apresentações nos bairros de periferia, para discutir junto com o público seus problemas:

Acentuava-se o entendimento de que deveríamos permanecer por mais tempo no local dos espetáculos, para aprofundar a troca de experiências. [...] Estabelecemos que o ideal seria a permanência por quinze dias em cada comunidade. [...] Algumas entidades [que nos solicitavam] queriam que fizéssemos um só espetáculo para reunir gente motivada pela encenação e, depois, durante o debate das questões que o espetáculo levantava, propor a discussão de um tema específico: a urgente necessidade de uma escola para o bairro, a canalização de um córrego, etc. [...] O espetáculo, pelo seu tema, se prestava a suscitar questões. De seu conflito central, a luta pela liberdade, passava-se facilmente à ampla discussão da conquista da liberdade verdadeira, a liberdade primeira de poder o homem ter uma vida digna, de poder comer, vestir, estudar (Vieira 2015:110-111).

Essa prática de longa duração do Olho Vivo transformou-se em uma das principais características do grupo que, optando por não fazer parte do circuito comercial de teatro, dedicou e dedica seu trabalho para que o público que ainda não acessa o direito à arte possa ser contemplado.

Esse ponto de relação do grupo com o seu público mostra-se como uma interessante marca deste coletivo. Buscando uma relação mais horizontal com o espectador, o grupo conseguiu se destacar dos demais coletivos teatrais da época de seu contexto de criação e adensar a discussão sobre cultura popular. Deste encontro, muitos foram os espectadores que se aproximaram do grupo e se transformaram em atores dos espetáculos. Assim, o TUOV conseguiu colocar em prática seu ideal de distribuição dos meios de produção teatral ao povo, invertendo a lógica mercantil mais ampla e distribuindo o protagonismo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do potencial de metamorfose, no rearranjo do projeto coletivo do TUOV, podemos perceber a continuação de uma linhagem teatral engajada, ancorada em princípios éticos de solidariedade entre seus integrantes. Trilhando este caminho, o grupo se faz construtor de um campo de possibilidades do teatro como um evento de encontro e de compartilhamento, onde a partilha do sensível possibilita a duração das relações através do tempo. Neste movimento, a contra-hegemonia desta trupe destaca-se por suas práticas externas e internas.

Quando os senhores entrevistados nesta pesquisa chegaram à cidade de São Paulo, em meados do século XX, a transformação de

um campo de possibilidades estava em plena atuação, trazendo para a experiência individual a necessidade de construir um projeto de vida que se ajustasse a uma nova lógica. Buscando uma não ruptura drástica de suas trajetórias, até então construídas, eles encontraram no fazer artístico de caráter engajado e político uma forma de duração de si. Mas, mesmo o campo artístico, que parecia propício para a continuidade de um projeto pessoal, tornou-se hostil, no sentido da irrupção de um contexto ditatorial, que marcou deserções forçadas e voluntárias, e onde uma nova possibilidade se abriu: a indústria cultural, que absorveu muitos de seus contemporâneos. A continuidade de seus pressupostos frente a isso tornou-se uma resistência, que, longe de ser ingênua, foi “maliciosa”, pelo potencial de metamorfose que continha e que desenvolveu.

Agindo a partir do ideal de transformação da sociedade, o Olho Vivo busca que seus trabalhos – externo (o espetáculo) e interno (sua organização) – sejam parte desse processo de emancipação. Se, como afirma Cruz (2012), a atuação do grupo pode ser encarada como contra-hegemônica, por se colocar à margem do sistema capitalista da indústria cultural, em sua prática cotidiana interna também percebo este mesmo movimento de se contrapor à lógica social mais ampla, em razão de estes indivíduos estabelecerem uma proposição organizativa que difere das relações concorrentes, anônimas e blasés da grande cidade.

Por se manter como um grupo de teatro amador, o TUOV consegue não se submeter à lógica mercantil da arte profissional, e esta prerrogativa acarreta uma experiência peculiar, no que se refere à relação com o trabalho. Se, por um lado, o dia a

dia profissional fora do TUOV traz uma relação de obrigação, pela necessidade da geração de renda pessoal, por outro, o ofício dentro dele traz uma possibilidade de conjugar o lazer e a autonomia.

7. REFERÊNCIAS

Bachelard, G. 1988. *A dialética da duração*. São Paulo: Editora Ática.

Benjamin, W. 1985. O autor como produtor, in *Walter Benjamin: magia e técnica, arte e política*. pp. 120-136. São Paulo: Brasiliense.

Bourdieu, P. 1989. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A.

Bourdieu, P. 1996. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras.

Carone, E. 1984. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2. ed. São Paulo: Difel.

Collaço, V. R. M. 2009. Três projetos de modernização para o teatro brasileiro e suas relações com as políticas culturais do Estado Novo. *Anais do Simpósio Nacional de História* 25:1-12.

Cruz, P. P. 2012. *A relação/tensão entre arte e capital no Brasil: a atuação de grupos teatrais contra hegemônicos (1990-2010)*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Eberhardt, A. P. P. 2018. “União olho vivo e pé ligeiro”: estudo etnográfico das memórias e

- duração das práticas do teatro popular União e Olho Vivo na cidade de São Paulo/SP. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Eckert C., e A. L. C. Rocha. 2005. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- Eckert, C., e A. L. C. Rocha. 2013. *Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas nas coleções etnográficas*. Porto Alegre: Marcavizual.
- Hollanda, H. B. 1980. *Impressões de viagens: CPC, vanguardas e desbunde, 1960-1970*. São Paulo: Brasiliense.
- Jacob, M. M. 2008. *Na cena paulista, o teatro amador: circuito alternativo e popular de cultura (1927-1945)*. São Paulo: Ícone.
- Magnani, J. G. C. 2002. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 17(49):11-29. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>.
- Ortiz, R. 2006. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. 9ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense.
- Ricoeur, P. 1994. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus.
- Ricoeur, P. 1997. *Tempo e narrativa III*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus.
- Simmel, G. 2005. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana* 11(2):577-591. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010>.
- Velho, G. 1994. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Vieira, C. 2015. *Em busca de um teatro popular*. São Paulo: SMC.

PINTOR OU *DESIGNER* POPULAR: A ETNOGRAFIA DE UM OFÍCIO ATRAVÉS DO ACERVO DE EDSON MEIRELLES

Suiá Omim

Universidade Federal do Tocantins | Porto Nacional - TO - Brasil

submissão: 24/02/2019 | aprovação: 24/04/2019

RESUMO

Edson Meirelles, fotógrafo e pesquisador carioca, confeccionou um acervo fotográfico composto por mais de 20 mil cromos entre 1971 e 2004, cujo principal objetivo é alavancar uma vasta documentação de expressões pictóricas populares, coletadas em diferentes cidades do Brasil. A categoria pintor ou *designer* popular foi utilizada por Meirelles para descrever uma atividade manual de pintura, que – embora heterogênea nas formas, propósitos e usos nas diferentes regiões do Brasil contemporâneo – delimita um ofício específico, envolvendo técnicas, talentos, conhecimentos e reconhecimentos, distinguindo-o de outras atividades, como a de pintor de paredes ou de quadros, de artista plástico, de *designer* ou de artista gráfico. O presente artigo propõe-se a realizar uma etnografia dos textos escritos por Meirelles sobre as especificidades e as diversidades dessas atividades que configuram o ofício de pintor ou *designer* popular.

Palavras-chave: pintor ou *designer* popular; acervo fotográfico; memória social.

POPULAR PAINTER OR DESIGNER: THE ETHNOGRAPHY OF A CRAFT THROUGH THE COLLECTION OF EDSON MEIRELLES

ABSTRACT

Edson Meirelles, a photographer and researcher from Rio de Janeiro, organized a photographic collection composed of more than 20 thousand chromes from 1971 to 2004, which main goal was to leverage a vast documentation of popular pictorial expressions collected around different Brazilian cities. The category of popular painter or designer was used by Meirelles in order to describe a manual painting activity which – despite being heterogeneous in its forms, purposes and uses in the different regions of contemporary Brazil – outlines a specific craft, involving techniques, talents, knowledges and recognitions, which distinguishes itself from other activities such as painter of walls or frames, plastic artist, designer or graphic artist. The purpose of this paper is to carry out an ethnography of the texts written by Meirelles on the specificities and the diversities of those activities that constitute the craft of a popular painter or designer.

Keywords: painter or popular designer; photographic collection; social memory.

PINTOR O DISEÑADOR POPULAR: LA ETNOGRAFÍA DE UN OFICIO A TRAVÉS DEL ACERVO DE EDSON MEIRELLES

RESUMEN

Edson Meirelles, fotógrafo e investigador carioca, confeccionó un acervo fotográfico compuesto por más de 20 mil cromos entre 1971 y 2004, cuyo principal objetivo es impulsar una vasta documentación de expresiones pictóricas populares recogidas en diferentes ciudades de Brasil. La categoría pintor o diseñador popular fue utilizada por Meirelles para describir una actividad manual de pintura que -aunque heterogénea en sus formas, propósitos y usos en las diferentes regiones del Brasil contemporáneo- delimita un oficio específico, que incluye técnicas, talentos, conocimientos y reconocimientos, que lo distingue de otros oficios como el pintor de paredes, el pintor de cuadros, el artista plástico, el diseñador, el artista gráfico. El presente artículo se propone realizar una etnografía de los textos escritos por Meirelles sobre las especificidades y diversidades de estas actividades que configuran el oficio de pintor o diseñador popular.

Palabras clave: pintor o diseñador popular; acervo fotográfico; memoria social.

[...] um pintor de tetos e tabuletas, que levou a fantasia artística ao ponto de fazer, a pincel, uma trepadeira em volta da sua porta, onde se viam pássaros [pintados] de várias cores e feitios, muito comprometedores para o crédito profissional do autor (Aluísio de Azevedo, grifos meus).

1. INTRODUÇÃO

Este artigo aborda os ofícios de pintor e de *designer* popular tal como conceituados por Edson Meirelles, fotógrafo carioca, pesquisador, colecionador e criador de um grande acervo de cromos. A frenética atividade de documentação fotográfica e de catalogação do acervo foi executada durante mais de 30 anos (de 1971 a 2004). O material dessa extensa pesquisa está reunido em coleções de diferentes pinturas feitas à mão, tipografias e grafismos, amostras do *design* popular em diferentes cidades brasileiras. Aliás, essas pinturas muitas vezes sequer são entendidas como obras de arte. Meirelles costuma explicar com um verso a invisibilidade de tais produções. Segundo ele, a pessoa “olha, mas não vê, vê, mas não enxerga” (Edson Meirelles comunicação pessoal, 2012) tais produções¹. Sua obra, tanto fotográfica quanto textual, desenvolve a problemática da atividade profissional em que o artista, *designer* ou pintor é entendido muitas vezes como quem atua em um ofício “menor”, improvisado, não reconhecido, que transpõe a linguagem oral para o código escrito com “erros” e adaptações. Semelhante à visão do narrador

de “O cortiço”, que considera o resultado do trabalho do “pintor de tetos e tabuletas” como algo comprometedor para o próprio “crédito profissional” (Azevedo s/d:215) do autor das imagens pintadas. É precisamente pelo olhar de rejeição às letras, às palavras e às formas plásticas pintadas por mãos não treinadas na perspectiva acadêmica, por vezes autodidatas, improvisadas, que Meirelles se dedicou a demonstrar, com suas fotos e seus textos, como essas expressões da criatividade têm valor como repertório plástico popular e coletivo, que pode ser legitimado como arte e/ou como *design*. O “Projeto Mafuá”, como o fotógrafo batizou a sua atividade específica de pesquisa pessoal, teve como tarefa dar visibilidade a essas obras anônimas. O trabalho de Edson Meirelles é um caso exemplar de uma obra coletiva que, em seu conjunto, leva a assinatura daquele que detalhadamente a confeccionou através do meio fotográfico. Ainda que a obra em questão não componha, até agora, o acervo fixo de nenhum museu ou instituição cultural, as fotos desse trabalho, intitulado pelo fotógrafo como “Projeto Mafuá”, foram expostas em espaços bastante reconhecidos nos “mundos artísticos” (Becker 1977:9), tais como o Museu de Arte Moderna (MAM), no Rio de Janeiro (1983-1984), as unidades do Serviço Social do Comércio (SESC) São Paulo e Pompeia (2000), em São Paulo, o SESC Araraquara (2001), o SESC Santa Catarina (2004), o Paço Imperial, no Rio de Janeiro (2004), e o Instituto Tomie Ohtake, em São Paulo (2013). O objetivo principal das

1 As entrevistas com Edson Meirelles foram todas realizadas entre os anos de 2011 e 2015, no âmbito da pesquisa realizada para a produção de minha tese de doutorado, no Rio de Janeiro.

extensas coleções fotográficas, que somam mais de 20 mil cromos, é criar um material de referência sobre a criatividade das produções plásticas populares, objetos gráficos que não costumam ser assinados nem apresentam autoria necessariamente identificada.

O “Projeto Mafuá”, de Edson Meirelles, consiste em uma pesquisa fotográfica de documentação de inúmeras pinturas, letras, palavras, números, desenhos, anúncios, tipografias e grafismos não figurativos que estampam diferentes cidades brasileiras, apresentando suportes também distintos, tais como placas, paredes, muros, portas, portais de circo, painéis e brinquedos de parques de diversão, ônibus, carrocinhas de ambulantes, estabelecimentos comerciais, entre muitos outros. Esse conjunto de objetos plásticos traz como tema central a pintura popular – em extensa variedade de formas capturadas pela objetiva de Edson Meirelles. O foco principal do fotógrafo-pesquisador pode ser resumido em uma expressão de Sontag (2004:13): criar “uma antologia de imagens”.

Esse projeto é composto por coleções em *slides* (Omim 2015), textos e publicações sobre a iniciativa, veiculados em revistas especializadas sobre arte e *design*, bem como por catálogos de exposições realizadas no SESC, no Paço Imperial e no Instituto Tomie Ohtake. Já ao “Acervo Mafuá” se somam os dados produzidos pela minha própria pesquisa, como as entrevistas realizadas com Meirelles entre 2011 e 2015; a digitalização de várias cartelas de cromos e outros documentos; a redação de diários de campo(s) múltiplos, tanto com o autor quanto com o acervo, separadamente.

Nesse sentido, a pesquisa dirigiu-se também para uma “etnografia do arquivo” (Cunha 2004). Olívia Cunha (2004:315) denominou de “tempo imperfeito” uma espécie de “camada” dos territórios arquivísticos: “um conjunto diferenciado de intervenções produzidas ao longo de um tempo imperfeito”. De acordo com Cunha (2004:293):

Apesar da familiaridade da antropologia com os arquivos, a relação entre ambos esteve sujeita a diferentes apropriações. A identificação da pesquisa em arquivos com as práticas antropológicas, entre elas a pesquisa de campo e a produção de etnografias, permanece sendo alvo de tensão. Tem sido associada à impossibilidade de estar lá e a formas secundárias de contato entre observadores e ‘nativos’, mediadas por cima das interpretações intransponíveis e contaminadas. Descrever e interpretar a partir de informações contidas em documentos caracterizaria uma atividade periférica, complementar e distinta da pesquisa de campo e suas modalidades narrativas. Assim, a presença do arquivo na prática antropológica ou está afastada temporalmente daquilo que os antropólogos de fato fazem – caracterizando a prática dos chamados antropólogos de gabinete – ou constitui marcadores fronteiros da antropologia com outras disciplinas – uma vez vinculados à prática dos historiadores, museólogos e arquivistas (Clifford 1994; Stocking Jr. 1986).

A autora coloca em foco a importância de observar os arquivos e as coleções não apenas

como documentos, mas como “resultado de procedimentos sucessivos de constituir e ordenar conhecimentos, realizados não só pelas mãos dos arquivistas, mas por seus virtuais usuários” (Cunha 2004:291). Como uma “usuária” do “Acervo Mafuá”, proponho-me ao “processamento antropológico dos conhecimentos”, de que fala Strathern (2013), ao chamar atenção sobre a reflexividade conceitual das “auto-antropologias”:

[...] não me refiro à devolução da informação da forma como ela foi oferecida, mas ao processamento antropológico do ‘conhecimento’, informado por conceitos que também pertencem à sociedade e à cultura estudadas (Strathern 2013:136).

São notáveis as afinidades teóricas de Meirelles com os artistas modernistas com verve romântica, folclorista, colecionadora, cuja

“atitude documentária” (Clifford 1998:154) revela uma espécie de surrealismo em um “sentido expandido, para circunscrever uma estética que valoriza fragmentos, coleções curiosas, inesperadas, justaposições” (Clifford 1998:133). Além de criar um conjunto extenso de imagens do *design* e da pintura popular, o “Acervo Mafuá” qualifica e fornece inúmeras formas e reflexões sobre os ofícios específicos de pintor, *designer*, letristas, pintores de mafuá (parques de diversão), muralistas, autodidatas, pintores ocasionais. O propósito do fotógrafo é documentar uma obra coletiva de pintores no Brasil de Norte a Sul, a maioria das obras sem assinatura, portanto, anônima (Figura 1).

Procurro, neste artigo, analisar a produção textual que circunda essa extensa “antologia de imagens”, bem como certos elementos relacionados ao processo de pesquisa anterior à escrita desses textos, privilegiando a busca de fontes e de referências



Figura 1 - Os cromos de Edson Meirelles: 1º cromo - pintor em ação; 2º cromo - letras de anúncio de pintor. Fotos: Suiá Omim (2011).

bibliográficas que compuseram, ainda que de modo fragmentado, a arquitetura teórica autodidata do “Projeto Mafuá”. Meirelles procura, nestes textos, embasar a sua antropologia feita por imagens. Busco, aqui, debater a hipótese de que o pesquisador-fotógrafo é também um antropólogo, que se coloca em uma posição específica dentro de uma linhagem de produção de antropologias “sem *métier*” (Geiger 1999), tais como as produzidas por Mário de Andrade (Geiger 1999), Oswald de Andrade (Viveiros de Castro & Sztutman 2008), Câmara Cascudo (Gonçalves 2007), Lélia Coelho Frota (Velho 2011), entre outros. Meirelles, em sua pesquisa, escolheu alguns desses autores para fundamentar sua antropologia e suas escolhas metodológicas e epistemológicas, mesmo sem os citar explicitamente².

Aqui, a questão dos ofícios é colocada em foco em diferentes instâncias: desde o fotógrafo profissional e pesquisador autodidata, que se pensa como um “antropólogo visual” (sem *metiér*), até o fato de o próprio objeto de pesquisa de Meirelles (“Projeto Mafuá”) problematizar

(tanto nas imagens quanto nos textos) o ofício de pintor e de *designer* popular, na intenção de dar visibilidade às expressões plásticas do “pintor anônimo”. Há, ainda, a minha pesquisa, que não deixa de ser uma “metapesquisa”, a qual procura entender a questão dos “ofícios raros” (Abreu 2009) neste acervo (de imagens e textos) criado por Meirelles, o qual chamei de “Acervo Mafuá”, em referência ao nome de seu “Projeto Mafuá”. O conceito de “antropologia reversa”, de Roy Wagner (2010), é definidor do caminho de construir uma “meta” pesquisa e de criar os limites de uma “autoantropologia” (Strathern 1987). O desafio é percorrer as imagens e os textos do “Acervo Mafuá” e estabelecer relações entre a(s) criatividade(s) da pintura popular objetivadas pela obra de Edson Meirelles, com aquela empreendida pelo fotógrafo no seu trabalho de colecionar esses milhares e multiformes objetos imagéticos, e relacioná-los por meio da organização e da confecção de um acervo, “inventando”, assim, uma cultura (Wagner 2010)³.

2 Não é incomum encontrar artigos, textos acadêmicos e críticos, livros, teses e dissertações que abordem o “olhar etnográfico” de autores não antropólogos, ou não rigorosamente acadêmicos. Silviano Santiago (1982) considerou Euclides da Cunha, Mário de Andrade e João Guimarães Rosa como autores expoentes de uma “vertente antropológica” da ficção brasileira, principalmente pelo fascínio com a alteridade exercitado nas viagens pelos interiores profundos do Brasil, portando suas cadernetas de notas, observando e escrevendo sobre os outros ‘brasis’. Mário de Andrade é um autor bastante estudado como referência nos estudos sobre o patrimônio artístico nacional, não apenas por seus escritos, pesquisas e atuações políticas inovadoras, que delimitam uma “antropologia sem *métier*” ou “antropologia selvagem” (Geiger 1999), mas também pela contribuição “etnográfica” como fotógrafo “super-turista” (Sontag 1983 apud Carnicel 1998). Essa produção de conhecimentos “não perfeitamente sistemáticos” (Andrade 1991:91) sobre as manifestações populares é entendida como uma característica desta “antropologia selvagem” feita pelos modernistas (Geiger 1999), que influenciou, de algum modo, várias gerações de artistas e pesquisadores. Muitos deles, inclusive, refizeram percursos das viagens de Mário de Andrade, alguns anos depois, documentando e registrando as culturas populares de diversos modos, ou mesmo apostando em uma devoração do popular para entender o brasileiro, o nacional. Ver Omim (2016).

3 “A invenção é sempre uma espécie de ‘aprendizado’, e o aprendizado é invariavelmente um ato de invenção, ou reinvenção – tanto que é de pouca ajuda falar do aprendizado como um processo ou dividi-lo em ‘estágios’. Uma criança participa da dialética da invenção e da convenção tanto quanto um adulto (no máximo, sua memória é um pouco mais curta), e afirmar que ela vive em ‘um mundo diferente’ não diz muita coisa. Todos vivemos em mundos diferentes” (Wagner 2010:100).

2. UMA ETNOGRAFIA TEXTUAL

Edson Meirelles escreveu uma pequena coletânea de textos visando tanto delimitar seu objeto de pesquisa – “a pintura popular brasileira” – quanto elaborar algumas problemáticas relevantes para o “Projeto Mafuá”, tais como reflexões sobre a arte, a pintura, a arte gráfica popular brasileira, a arte popular e o *design* popular no Brasil. Nesses textos, ele enfatiza certas especificidades destes temas em um panorama universal, ao mesmo tempo circunscritos nas discussões sobre uma arte brasileira em um contexto de modernidade.

Os textos, escritos em 2001, estão reunidos sob o título “Pesquisa sobre a pintura popular brasileira”. Após estudar os textos minuciosamente, decidi, para fins metodológicos, dividi-los em três partes. Denomino a primeira de “As perguntas e as respostas sobre a pesquisa”; a segunda de “Os escritos sobre arte”; e a terceira de “Dois segmentos específicos do ‘Projeto Mafuá’”. Tal distinção analítica e metodológica ajudou-me a perceber a complexidade de questões temáticas dentro do projeto de Meirelles, que parecem ter sido condensadas nas sumárias doze páginas impressas (sem numeração) que a coletânea de textos totaliza.

Os tópicos a seguir partem desta organização da coletânea em duas partes principais, que serão aqui investigadas. O terceiro conjunto de textos aborda dois seguimentos específicos da pesquisa: “Mitopoética do trem fantasma” e “Nilton Bravo, um Michelangelo carioca”, que não serão abordados neste artigo.

3. AS PERGUNTAS E AS RESPOSTAS DA PESQUISA

Edson Meirelles inicia os escritos respondendo às três perguntas (elaboradas pelo próprio autor) sobre

a sua pesquisa fotográfica. Vejamos a primeira: “O que é a pesquisa sobre a pintura popular brasileira?”.

Em seguida, a resposta:

É uma pesquisa que vem sendo executada com recursos próprios ao longo de 29 anos, no exercício de minha atividade profissional de fotógrafo e pesquisador de antropologia visual, em que procuro estudar e registrar, com documentação fotográfica e textos, toda a forma de expressão da “Pintura Popular Brasileira”, além de homenagear o pintor anônimo dos subúrbios e das cidades do interior do Brasil, este artista anônimo que consegue transformar letras, desenhos e palavras em exemplos da mais genuína arte popular brasileira (Meirelles 2001:s/p, grifos meus).

Como fica enunciado na resposta apresentada, Meirelles considera suas atividades profissionais como duas, isto é, além de fotógrafo, intitula-se “pesquisador de antropologia visual”, especificamente no que se refere à sua produção fotográfica e de pesquisa. O fotógrafo considera-se, assim, pesquisador de antropologia visual, por investir em um projeto de vida (sem qualquer vínculo institucional ou apoio financeiro) dedicado a documentar fotograficamente uma enorme quantidade de pinturas populares.

Na medida em que o arquivamento de sua pesquisa crescia, ele criava novas classificações e coleções, aproveitando suas viagens de trabalho (fotografando para publicidade, música etc.) ou deslocando-se com seus próprios recursos para capturar,

com sua câmera, novos exemplares desses traços de tinta advindos da imaginação e das referências “populares”. A designação desta segunda atividade profissional, que faz referência direta à área de conhecimento a que esta pesquisa se propõe a contribuir – a antropologia –, merece, assim, um tratamento cuidadoso.

Uma das questões que se colocou como centrais em minha pesquisa (Omim 2016) é, justamente, compreender o que o fotógrafo está chamando de antropologia, mais precisamente de “antropologia visual”, já que, rigorosamente, Meirelles não tem formação acadêmica nesta disciplina. Esse ponto compõe uma das principais questões conceituais enunciadas pelo “Projeto Mafuá” e, não por acaso, tornou-se também objeto de investigação desta reflexão sobre ofícios “autodidatas”. O autor qualifica-se como pesquisador de antropologia visual, mas não escreve uma definição sobre a noção de antropologia que está utilizando. Durante uma entrevista, em 2012, tive a oportunidade de perguntar sobre a utilização do termo, ao que me respondeu:

A antropologia visual foi um termo que começou a circular no final dos anos 1970. Até então, a fotografia era um mero instrumento de reprodução. Fotografia não era associada ao contexto antropológico. É a velha guerra contra a fotografia, né? No conceito de suporte da pesquisa antropológica, a fotografia não era importante. O documental passou a ter um peso maior do final dos anos 1980 para cá. Parece pretensioso [qualificar o “Projeto Mafuá” como antropologia visual], mas acho que não... (Edson Meirelles, comunicação pessoal, 2012).

Meirelles aborda, nesta fala, a mudança de *status* da fotografia no que concerne ao seu reconhecimento como suporte da pesquisa antropológica. O “Projeto Mafuá” apresenta como acervo mais de 20 mil cromos de grafismos populares, em contrapartida com 12 páginas de pequenos textos temáticos. O fato de o volume de imagens do projeto ser quantitativamente maior do que o textual não se deve apenas a uma assimetria numérica, mas a uma evidente afirmação de que a pesquisa antropológica pode ter a fotografia (e não o texto) como seu principal suporte. Assim, fazer das imagens fotográficas o principal suporte da “antropologia visual” consiste, antes de tudo, em uma escolha epistemológica do “Projeto Mafuá”, um modo de conhecer que elege as imagens como principal artefato de descrição e de objetificação de uma cultura.

Sylvia Caiuby Novaes (2005) expõe os vínculos da tradição filosófica racionalista e positivista das Ciências Humanas, ao investigar o uso da imagem, especialmente na disciplina antropológica. O destaque concedido à esfera do inteligível em detrimento à do sensível demonstra as projeções da leitura cartesiana nas quais as imagens são entendidas como engano ou ilusão. A autora explicita que a antropologia acompanhou a virada tecnológica da fotografia e do cinema e, desde o final do século XIX, veio incorporando em pesquisas científicas as câmeras disponíveis (Haddon & Rivers 1898; Flaherty 1922; Malinowski 1922 apud Caiuby Novaes 2005:109). Na década de 1940, foi publicado o livro “*Balinese character: a photographic analysis*”, de Gegory Bateson e Margaret Mead, considerado a “primeira pesquisa antropológica a se servir sistematicamente da fotografia e do cinema como instrumentos tanto

na coleta de dados quanto na divulgação de seus resultados” (Freire 2006:64). O livro de Bateson e Mead apresentava fotografias com o acompanhamento de legendas, além de uma introdução de Margaret Mead (Bateson & Mead 1987). Os autores buscavam entender o comportamento balinês comprometido, de acordo com Bateson, “com métodos fotográficos de registro e descrição” (Bateson 2000[1972]:108, tradução nossa). Nesta questão, Caiuby Novaes (2005:109) argumenta que

o valor do documental sobre os recursos imagéticos e não textuais continua sendo pouco explorado e mesmo contestado em vários círculos acadêmicos, a partir da pressuposição de que os textos escritos teriam uma riqueza informativa superior à da imagem.

Esta hierarquia do texto em relação à imagem é justamente um objeto de contestação do “Projeto Mafuá”, na medida em que as imagens na pesquisa não procuram ser meras ilustrações, mas principalmente um modo de apreensão/descrição/tradução/objetificação da gráfica popular, que busca investigar e comparar as variedades das habilidades, soluções estéticas e criatividade dos pintores espalhados por um país tão diversificado.

Em outra entrevista realizada em 2014, Meirelles define o “Projeto Mafuá” como: “uma obra de registro documental, uma obra antropológica onde a fotografia é apenas um elemento, um instrumento da minha percepção de uma cultura, de um segmento da cultura brasileira. Este é o foco” (Edson Meirelles, comunicação pessoal, 2014).

Com essa fala, o fotógrafo demonstra que a cultura gráfica em questão se torna visível por

meio da documentação iconográfica realizada por ele, sendo as fotografias não só o instrumento, por excelência, de objetificação desta cultura, mas também o principal “controle” da pesquisa de Meirelles (Wagner 2010). Isto é, entendo que a noção de antropologia visual que está em jogo no “Projeto Mafuá” traz como pressuposto a imagem fotográfica como modo de obtenção, que funciona como um “controle” da cultura, na medida em que constato, com Roy Wagner, que: “os objetos de estudo a que nos dedicamos nas artes e nas ciências podem ser vistos como ‘controles’ na criação da nossa cultura” (Wagner 2010:41).

Retomando esta pergunta-resposta de Meirelles, ainda nos resta analisar sua segunda parte. Trata-se também, segundo o autor, de “homenagear o pintor anônimo dos subúrbios e das cidades do interior do Brasil, esse artista anônimo que consegue transformar letras, desenhos e palavras em exemplos da mais genuína arte popular brasileira” (Meirelles 2001:57).

Apresenta-se aqui um personagem-conceitual do “Projeto Mafuá”: o pintor anônimo. Nessa homenagem, Meirelles coloca-se a tarefa de dar visibilidade às habilidades (*skill*) (Ingold 2000) deste ofício, enfrentando a prodigiosa tarefa de documentar o máximo possível de formas, estilos e finalidades dessas obras anônimas. A questão do anonimato demonstra a intenção fundamental da sua obra: mostrar que pinturas feitas à mão e pincel – que alguns consideram “muito comprometedoras para o crédito profissional” do pintor, como o narrador da epígrafe extraída do romance “O cortiço” – são uma espécie de tesouro escondido da arte brasileira. Uma arte invisível, ainda que esteja ao alcance dos nossos olhos a todo momento (Figura 2). Esse



Figura 2 - Os cromos de Edson Meirelles: tipografias do carrinho ambulante da Coca-Cola: *design* onomatopeico “beim” gelada! Fotos: Suiá Omim (2011).

tesouro só se torna ‘real’ quando o fotógrafo captura a expressividade disso que não se vê na ‘realidade’, mas que sua câmera tem a obstinação de registrar. Como aponta Walter Benjamin (1994:104): “cada um de nós pode observar que uma imagem, uma escultura e principalmente um edifício são mais facilmente visíveis na fotografia que na realidade”.

De acordo com Omim (2015:54):

O objeto desta pesquisa é um exemplo preciso desta observação de Benjamin sobre a capacidade do enquadramento fotográfico tornar visível elementos do ‘real’, que fixados, objetificados, dão vida a conjuntos de pinturas, letras, alfabetos, desenhos, carrocinhas de ambulantes, caminhões de ilusionismo, imagens de cenários de trens fantasmas e outros brinquedos de parques de diversão. O dramaturgo Bertold Brecht já alertava para uma consciência da importância da artificialidade: “menos que nunca a simples reprodução da realidade consegue

dizer algo sobre a realidade. [...] É preciso, pois, construir alguma coisa, algo artificial, de fabricado” (Brecht apud Benjamin, 1994:106). Com todas as problemáticas que a palavra ‘realidade’ implica, Benjamin, tal como Brecht, confronta-se sobretudo com uma reflexão que, no âmbito da antropologia, incidiu em questões sobre as diversas formas de objetificação da cultura (Wagner, 2010; Strathern, 2006; Latour, 1994; Henare et alii, 2007; Miller, 1987; Kirshenblatt-Gimblett, 1998; Haraway, 2009; Lagrou, 2009; Gonçalves, 2007), identificando a centralidade da relação sujeito e objeto para o pensamento moderno, e, por sua vez, investindo em novas abordagens etnográficas destas noções, já demasiado “objetificadas”, e “sobrecodificadas”, ‘categorias de ida’ apenas, nos termos de Carneiro da Cunha (2010).

As fotografias de Meirelles dão visibilidade a uma série de artefatos culturais produzidos por pintores também invisíveis (Figura 3). O processo



Figura 3 - Os cromos de Edson Meirelles: pinturas na bilheteria de um parque de diversões.
Fotos: Suiá Omim (2011).

de documentar obras anônimas foi o que fez nascer o pesquisador que havia no fotógrafo. O que nos leva à segunda pergunta-resposta.

À segunda pergunta – “o que vem realizando a pesquisa sobre a pintura popular brasileira?” –, Meirelles responde:

Vem realizando uma pesquisa objetiva e racional, um levantamento das diversas manifestações da pintura popular brasileira, apoiando em documentação fotográfica e textos de minha autoria executado com planejamento e “*rigore obsessivo*”, como diria Leonardo, cujo resultado são livros que servirão aos apreciadores de arte em geral, e aos estudiosos do fenômeno artístico, uma significativa parcela dos aspectos antropológicos e históricos que a pintura popular encerra (Meirelles 2001:s/p, grifos meus).

Nesta segunda resposta, fica evidente a preocupação em qualificar a metodologia

utilizada no mapeamento das pinturas populares como “objetiva e racional”. Nesse texto, vemos a relevância enunciada pelo fotógrafo em legitimar a seriedade de sua dedicada pesquisa autodidata diante dos rigores acadêmicos, na medida em que utiliza jargões científicos positivistas e racionalistas, já há muito questionados na história teórica da disciplina antropológica. Em seguida, Meirelles utiliza uma adaptação da expressão de Leonardo Da Vinci – o “*rigore ostinato*” – para qualificar o modo como ele próprio conduziu a documentação das pinturas populares: um rigor obstinado, obsessivo. A expressão de Da Vinci, utilizada por Meirelles, sugere uma analogia entre o rigor empregado nas obras do grandioso pintor e inventor renascentista com aquele utilizado na sua atividade de fotógrafo, cuja obstinação é colecionar fotograficamente as pinturas populares. O rigor da documentação do “Projeto Mafuá”, da utilização da técnica fotográfica para o registro dessas pinturas, parece buscar uma sistemática autodidata, cujo propósito seria situar-se “entre” a arte e a ciência,

tendo apresentado um *modus operandi* – uma obsessão – de colecionador (Omim 2015, 2016).

Susan Sontag (2004) estabelece uma comparação entre as figuras do fotógrafo e do colecionador, especialmente no que concerne à atribuição de autenticidade aos objetos trazidos à coleção:

Assim como o colecionador, o fotógrafo é animado por uma paixão que, mesmo quando aparenta ser paixão pelo presente, está ligada ao passado. Mas enquanto as artes tradicionais da consciência histórica tentam pôr o passado em ordem, distinguindo o inovador do retrógrado, o central do marginal, o relevante do irrelevante ou meramente interessante, a abordagem do fotógrafo – a exemplo do colecionador – é assistemática. O entusiasmo do fotógrafo por um tema não tem nenhuma relação essencial com seu conteúdo ou o seu valor, aquilo que torna um tema classificável. É acima de tudo a existência do tema, sua honestidade (a honestidade de um olhar cara a cara, da ordenação de um grupo de objetos), que equivale ao padrão de autenticidade do colecionador; sua equidade – quaisquer virtudes que o tornam único (Sontag 2004:92-93, grifo meu).

O caráter assistemático do colecionismo do “Projeto Mafuá” evidencia um rigor constituído pelo tema e por seus vários desdobramentos, em uma atitude semelhante ao que James Clifford (1998) chamou de “surrealismo etnográfico”. O autor propõe um uso expandido do termo surrealismo, que, para além do que se conhece como movimento de vanguarda na França do início do século XX, circunscreve “uma estética que

valoriza fragmentos, coleções curiosas, inesperadas justaposições – que funciona para provocar a manifestação de realidades extraordinárias com base no domínio do erótico, do exótico e do inconsciente” (Clifford 1998:133).

A atitude fotográfica de enquadrar pinturas populares por todo Brasil, retirá-las de seus contextos funcionais e montá-las em um acervo de variedades sobre um tema de pesquisa pode, sem esforço, ser comparada às práticas surrealistas de montagem, *collage*, *objets trouvés*, o *ready-made*, e a atitude documentária de culturas. Clifford (1998) explicita a sua utilização do termo etnografia para pensar sobre surrealismo etnográfico, que difere da pesquisa empírica acadêmica. Trata-se de uma

predisposição cultural mais geral, que atravessa toda antropologia moderna e que esta ciência partilha com a arte e a escrita do século XX. O rótulo etnográfico sugere uma característica atitude de observação participante entre os artefatos de uma realidade cultural tornada estranha (Clifford 1998:136).

Clifford demonstra as relações estreitas entre as práticas surrealistas com a emergente noção de relativismo cultural. Como formulou Lagrou (2008:222): “fazer etnografia nos anos 1920 era uma maneira de se concretizar a crítica surrealista da sociedade através da justaposição equivalente de diferentes maneiras de ser. Do surrealismo teria nascido o relativismo cultural”. Nessa mesma linha de argumentação, Clifford (1998:137) afirma que o surrealismo é um “cúmplice secreto da etnografia”.

Voltando ao texto desta segunda resposta de Meirelles, ele expressa a intenção de transformar

a pesquisa em livros dirigidos a um público interessado em arte, antropologia ou história. O autor quer evidenciar a existência de uma metodologia rigorosa de documentação e de pesquisa, cujo desdobramento final seria a produção de livros que possibilitem, assim, sua divulgação como uma fonte inédita de pesquisa, de maneira a ser um produto final de seu trabalho. Meirelles, ao pensar em um artefato que sintetizasse o acervo fotográfico, expressa o insistente “desejo de livro” (Coelho 2010), que seria o objeto final de seu trabalho: transformar seu acervo em um objeto de circulação.

4. “PROJETO MAFUÁ” - ESCRITOS SOBRE ARTE

O fotógrafo delimitou seis tópicos ao escrever sobre arte, são eles: 1) a arte; 2) a pintura no Brasil; 3) a arte gráfica popular brasileira – um pouco de história; 4) a arte gráfica brasileira; 5) a arte popular; e 6) a arte gráfica popular brasileira. No intuito de criar um recorte específico sobre o ofício do pintor ou do *designer* popular, selecionei trechos de alguns tópicos dos escritos de Edson Meirelles, para, assim, tecer meus comentários analíticos. Nos Anexos 1 a 3, são destacados trechos selecionados dos textos de Meirelles para análise neste artigo. Todos estes trechos compõem a coletânea de textos “Pesquisa sobre a pintura popular” (Meirelles 2001), que apresenta 12 páginas não numeradas e vários subtítulos, mantidos aqui.

4.1. A ARTE GRÁFICA BRASILEIRA

A principal questão colocada no texto presente no Anexo 1 está centrada nos estudos de alfabetos, tipografias e classificação do *design*, que, de acordo com o autor, deixam escapar as

escritas e o *design* popular das sistematizações e tipologias. No campo do *design*, costuma-se utilizar um termo específico para definir tais escritas – a tipografia vernacular ou, como o próprio Meirelles designa, a tipografia popular. Neste texto, o discurso se detém em questões bem semelhantes àquelas discutidas no texto “Pintura no Brasil” (Meirelles 2001), contrastando os artistas brasileiros populares do barroco com os estrangeiros da Missão Francesa, que pintavam o Brasil e detinham autoridade institucional na Escola Imperial de Belas Artes. A diferença é que, se, em “Pintura no Brasil”, apareciam apenas os termos “arte” e “arte menor” para descrever as produções populares, no texto do Anexo 1, Meirelles introduz o termo “*design*” para qualificar obras produzidas por artistas populares. No Anexo 1, os mesmos artistas barrocos considerados por Meirelles como autênticos representantes de uma arte popular são chamados de “*designers*”. O que esta designação pode acrescentar?

Ainda que tais objetos projetem imagens incidentes na “zona de contato” colonial – a exemplo dos santeiros, que produzem objetos da cosmologia cristã, um tema mais do que clássico na arte ocidental, como o dos santos barrocos –, para Edson Meirelles, as características populares são encontradas no estilo. O tema e/ou o conteúdo das obras não são o referencial principal de qualificação das produções como “brasileiras”, mas a forma e o estilo, que, livre das regras e dos modelos metropolitanos, expressem artisticamente o “sentimento de brasilidade”. Essa ideia fica clara quando, primeiramente, o autor considera “inautênticas” as pinturas da Missão Francesa que tematizam cenas coloniais do Brasil

(e, inclusive, evidenciam a assimetria das relações hierárquicas escravocratas) e também quando concebe o período barroco como um marco na produção de uma “estética nacional” e popular, cuja base temática é a religiosidade cristã europeia. Nas palavras de Meirelles (apud Borges 2000:199): “Muitos brasileiros aprenderam as primeiras letras nos livros religiosos. Temos este referencial do inconsciente. O português é muito religioso. A estampa religiosa foi a mãe do desenho brasileiro”.

Ao qualificar os artistas barrocos como *designers*, Meirelles aproxima-se da perspectiva do historiador do *design* Rafael Cardoso, que reflete sobre “o *design* brasileiro antes do *design*”, argumento que se fundamenta neste aparente paradoxo. Cardoso (2005:7) afirma:

[...] perdura na consciência nacional o mito que o *design* teve sua gênese por volta de 1960. [...] Os anos de experimentação entre a abertura do Instituto de Arte Contemporânea do MASP, em 1951, e a inauguração da Escola Superior de Desenho Industrial [ESDI], em 1963, marcam uma mudança fundamental de paradigma. Surgiu nesta época não o *design* propriamente dito – ou seja, as atividades projetuais relacionadas à produção e ao consumo em escala industrial –, mas antes a consciência do *design* como conceito, profissão e ideologia.

Nesse sentido, Cardoso (2005:7) defende o uso de um anacronismo “provocativo” para descrever como *designer* “alguém que provavelmente não reconheceria o sentido da palavra e talvez nem soubesse pronunciar-la”. O livro organizado por Cardoso procura mostrar que antes da importação do modelo concretista/

ulmiano havia uma cultura projetiva “até certo ponto, mais representativa do longo processo histórico de formação da identidade nacional, o qual data do fim do período colonial” (Cardoso 2005:11).

Em uma publicação organizada por Lauro Cavalcanti, resultante da exposição intitulada “Tudo é Brasil”, que incluiu fotografias do “Projeto Mafuá”, Rafael Cardoso apresenta outro argumento semelhante ao de Meirelles em relação à questão da nacionalidade brasileira, ao afirmar que a cultura visual erudita no país remete a uma “história de rupturas importadas” (Cardoso 2004:81), citando, por exemplo, os casos da Missão Francesa (1816), da vinda de Le Corbusier (1929), da estada de Max Bill (1951 e 1953) e das movimentações relativas à instauração de uma escola de criação técnica no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1959). Para Cardoso (2004), as perspectivas mais nacionalistas seriam formas de resistência à recorrente imposição de modelos culturais e artísticos estrangeiros, que atropelam outras tradições menos hegemônicas, em nome de uma pretensa racionalidade modernizadora.

A afirmação da identidade nacional seria, para Rafael Cardoso, uma forma de reação/negação aos modelos exógenos que se desenvolve na “oposição tácita entre ser brasileiro e ser moderno” (Cardoso 2004:81). O autor expressa o incômodo: “o *design*, moderno de berço e por vocação, lida há pelo menos 40 anos com a provocação irritante de ter que provar que também é brasileiro” (Cardoso 2004:81). Para Meirelles, a presença de elementos da “zona de contato” colonial como o referencial religioso (temática mais do que representada ao longo da história da arte) não constitui um obstáculo para o regime de autenticidade, pois a arte popular

parece ser reconhecida no seu estilo e não no seu tema. Ao que parece, o traço ou o estilo popular são índices de uma “brasildade”.

A ideia de *design*, no Brasil, está associada predominantemente ao conceito de objeto industrial, e não ao de objeto manual, artesanal e popular. Adélia Borges, ao abordar a relação entre *design* e artesanato no Brasil, demonstra que “o ideário racionalista gestado na Europa pós-Revolução Industrial, segundo a qual a máquina liberaria o homem da escravidão do trabalho propiciando felicidade universal, veio para nós [brasileiros] com muita força” (Borges 2011:32). A autora explicita que o processo de industrialização brasileiro teve como base os fundamentos racionais – a ciência, a técnica, a metodologia –, descartando e desvalorizando as produções de artefatos e de cultura material popular, ao contrário dos países em que o *design* erudito e industrial se desenvolveu a partir da tradição artesanal (por exemplo, Itália, Japão e países escandinavos). No Brasil, essas duas atividades sempre viveram em mundos separados, situados em campos até mesmo opostos. Nas palavras de Borges (2011:31):

A institucionalização do *design* no Brasil foi feita a partir da ruptura com o saber ancestral manifesto em nossa cultura material. [...] O desejo deliberado de abolir o objeto feito à mão em prol do feito à máquina obedeceu à visão de que a tradição da manualidade era parte do passado de atraso, subdesenvolvimento e pobreza que o futuro promissor proporcionado pelas máquinas nos faria superar.

A ideia de *design* no Brasil, bem como seu processo de institucionalização nos anos 1960, tem a marca funcionalista da escola de Ulm, na Alemanha.

Como aponta Borges, a criação da primeira escola de desenho industrial no Brasil – a ESDI, no Rio de Janeiro –, em 1963, foi “gestada dentro do programa desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek baseado no investimento pesado na industrialização do país, vista como a única forma de crescer ‘cinquenta anos em cinco’” (Borges 2011:32).

De acordo com Rafael Cardoso, a influência universalista da Escola de Arte Bauhaus, da Alemanha, em que a “forma segue a função”, consolidou, no Brasil, uma atitude de

antagonismo dos *designers* com relação à arte e ao artesanato. [...] Acabaram prevalecendo aquelas opiniões que buscavam legitimar o *design* ao afastá-lo da criatividade individual e aproximá-lo de uma pretensa objetividade técnica e científica (Cardoso 2000 apud Borges 2011:33).

A visão ulmiana apresentava um modelo internacional que enxergava as culturas populares, indígenas, negras etc. como indícios do atraso e do subdesenvolvimento do país, aspectos que deveriam ser superados por meio de uma acelerada produção industrial.

No Brasil, no entanto, e pelo menos desde os anos 1960, destacam-se importantes produções no sentido de haver uma aproximação do *design* com os conhecimentos populares, tais como a de Lina Bo Bardi e de Aloísio Magalhães, que defenderam perspectivas contrárias à “importação acrítica dos padrões de pensamento e prática da Escola de Ulm” (Borges 2011:32). Borges demonstra que tanto Lina Bo Bardi quanto Aloísio de Magalhães estariam voltados para a produção artesanal e para a cultura popular como a base de fundamentação de um *design*

propriamente brasileiro⁴. A partir da segunda metade da década de 1970, o problema da identidade nacional ocupou um dos primeiros planos nas preocupações dos *designers*. Esse tipo de pensamento, do qual Aloísio foi o expoente, implicava a análise do que fosse nacional e também do que fosse popular (Souza 1996:277).

Interessante notar que a década de 1970 é justamente o período inicial da pesquisa de Meirelles. Em 1972, trabalhando com criação de *stands* em feiras industriais, em várias cidades do Nordeste, o fotógrafo percebeu a atividade profissional de letrista, as habilidades manuais destes pintores (sejam os profissionalizados por cursos técnicos ou aqueles autodidatas) como um campo de pesquisa e de documentação das expressões plásticas indicativas das práticas criativas brasileiras de base, que estariam ameaçadas pelo avanço da industrialização.

Essa preocupação de Meirelles com uma investigação das gráficas populares pode ser pensada como uma visão próxima daquela que João Souza Leite chama de “outra vertente do *design* brasileiro” (Souza Leite 2006). Essa outra vertente do *design* no Brasil é considerada por Borges (2011) como sendo as “vozes isoladas” do *design* brasileiro. Segundo Souza Leite (2006:252), “Marcadamente sob a influência europeia, a arte concretista no Brasil – de origem paulista – se contrapôs ao modernismo brasileiro dos

anos 20-30, e foi vitoriosa na institucionalização de um novo modelo pedagógico para o *design*”.

Avançando em seus argumentos, Borges (2011:260) afirma:

Lina Bo Bardi tentou delinear outra vertente – à qual se pode dizer que Aluísio Magalhães pertencia – ao formular em Salvador, Bahia, um projeto de escola de desenho industrial atrelado à produção artesanal nordestina. De certo modo, Lina recuperava uma linha de ação vinculada ao ensinamento dos ofícios, inserida numa visão cultural mais ampla, não codificada pelo vocabulário do construtivismo internacional, aqui concretismo. Em 1962 – portanto, contemporâneo às discussões para implantação da ESDI, Lina projetou uma ampla e detalhada ação para a criação de uma “Escola de Desenho Industrial e Artesanato”, visando estabelecer outros rumos para o desenvolvimento do *design* no país.

Pedro Luiz Souza explicita que a reação crítica ao formalismo técnico do modelo da Bauhaus foi essa “tendência nacionalista do *design*” ou “a ideia de um *design* sintonizado com uma realidade nacional” (Souza 1996:232) ou, ainda, um “*design* de identidade nacional” (Souza 1996:303), que, ao invés de reproduzir

4 Sobre a relação entre *design* e identidade nacional, Anastassakis (2011:57-58) comenta que diversos autores abordaram esta problemática, levantada tanto por Lina Bo Bardi quanto por Aloísio Magalhães: “Se vários deles trazem para a discussão apenas um ou outro (por vezes os aproximando ou contrastando com outros atores) (Cardoso, 2004, Cornejo, 2008, Souza, 1996), alguns abordam de forma explícita as relações (implícitas) entre os posicionamentos de ambos (Borges, 2009, Cara, [(2008) 2010], Chagas, 2002, Souza Leite, 2006, Lessa, 1994, Moraes, 2006, Nobre, 2008). Acompanhando alguns de seus trabalhos é possível perceber, então, em que quadro maior de discussão esses autores têm comentado as atuações de Lina Bo Bardi e Aloísio Magalhães, trazendo à tona, assim, as suas leituras sobre as contribuições de Lina Bo Bardi e Aloísio Magalhães para a conformação de um *design* vinculado de forma mais a uma identidade cultural brasileira. Ao atribuírem a Lina Bo Bardi e a Aloísio Magalhães um certo pioneirismo na crítica à influência germânica entre o *design* brasileiro, esses críticos delegam ao pernambucano e à italiana poderes de criação de uma vertente (ou seja, de formação de uma discursividade (Faria, 2002), que só é assim nomeada por eles, *a posteriori*, mas que tem sua gênese localizada, por eles, nas proposições e atuações dos dois, em suas trajetórias profissionais”.

o *design* endurecido pela noção industrial funcionalista e universalista, teria caminhado em uma direção “mais antropológica” e culturalista, inclusive mais próxima dos modernistas dos anos 20 e 30, especialmente de Mário de Andrade (Lessa 1994).

Voltando, assim, ao texto de Meirelles presente no Anexo 1, quando ele afirma que os artistas barrocos, pintores e artesãos populares são *designers*, renovadores “dos velhos valores metropolitanos”, está fomentando um conceito de *design* “contracultural”, isto é, contra o convencional industrial, universal técnico e racional e apoiado pelo Estado. Edson Meirelles procura, com o *design* popular, estender o conceito de *design* erudito/acadêmico, acenando como expressão de autenticidade de uma arte “tipicamente brasileira”. Como diz a epígrafe deste artigo, de autoria de Picasso, “A arte não é a aplicação de uma regra de beleza, mas aquilo que o instinto e o cérebro podem conceber além de qualquer regra”. Estes aspectos contracultural, minoritário, antropológico do *design* e da arte fundamentam as bases de uma “política da

visualidade” (Demarchi 2014) que a obra de Meirelles procura “inventar”, através do enquadramento desses objetos gráficos de toda sorte, embasando o inventário de um patrimônio cultural gráfico.

A disposição contraculturalista foi acabar desembocando no processo de desrecalque das múltiplas personalidades que nos compõem e no reconhecimento pleno da pluralidade cultural brasileira. É assim que podemos falar da contribuição da contracultura para o alargamento e o aprofundamento da consciência e da sensibilidade antropológicas no Brasil, produzindo rachaduras irreparáveis no superego europeu de nossa cultura (Risério 1995:30).

O uso dos conceitos *design* e arte tem a intenção de afirmar não apenas uma diferença, mas uma aproximação e um “alargamento” do conceito de arte, que passaria a abarcar objetos gráficos mais “úteis”, “cotidianos”, “tipográficos”, como as escritas populares (Figura 4). A distinção entre os termos simplesmente não importa: “Arte gráfica ou



Figura 4 - Os cromos de Edson Meirelles: viaduto pintado pelo Profeta Gentileza, Rio de Janeiro, em 2000. Fotos: Suiá Omim (2011).

design popular é tudo a mesma coisa: o modo do povo se expressar através da pintura” (Edson Meirelles, comunicação pessoal, 2012). Uma afirmação de Lagrou (2009:14) sobre as relações entre as noções de arte étnica e arte contemporânea nos permite sintetizar o pensamento de Meirelles e o alargamento dos conceitos de arte e de *design* que ele quer proporcionar: “somente quando o *design* vier a suplantar as ‘artes puras’ ou ‘belas artes’ teremos nas metrópoles um quadro similar ao das sociedades indígenas”.

4.2. A ARTE POPULAR

Uma parte de mim
é permanente:
outra parte se sabe
de repente
(Ferreira Gullar)

Ferreira Gullar, poeta e crítico de arte, um dos nomes do movimento neoconcreto, no poema “Traduzir-se”, evidenciou algumas inquietações ontológicas do eu-lírico, que se encontra dividido em sentimentos, pensamentos e ações aparentemente opostas: “Uma parte de mim / é todo mundo / outra parte é ninguém: / fundo sem fundo”. O eu-lírico experimenta uma contradição pela presença simultânea de sentimentos de pertencimento e de adequação à vida cotidiana: “uma parte de mim / almoça e janta”; e sentimentos de estranheza, delírio e solidão: “outra parte / se espanta”. Na tentativa de expressar a existência e convivência ambígua dessas duas partes, ou seja, de “traduzir uma parte / na outra parte”, que se torna “uma questão de vida ou morte”, o autor elabora a seguinte questão: “será arte?”. Esta ideia que separa o tipo de atitude do homem comum,

cotidiano, que simplesmente segue a vida em suas necessidades primordiais, da atitude daquele que questiona, se espanta e necessita da expressão da sua singularidade consiste em uma imagem mais alinhada ao senso comum do pensamento ocidental para delimitar a distinção entre o homem comum e o artista, que supõe uma oposição entre arte e vida. A pergunta que guia o poema – “será arte?” – parece trazer à cena um elemento de afirmação dos textos de Meirelles: evidenciar que a gráfica cotidiana, o *design*, o popular, o coletivo, o anônimo, as escritas menores, o comum, o espontâneo podem, sim, ser arte.

No texto de Meirelles constante do Anexo 2, ele reflete, primeiramente, sobre a arte sob um ponto de vista mais geral, apresentando a inteligência, a sensibilidade e a habilidade como elementos da criação artística, sendo esta considerada como uma ação individual que está em profunda relação com a cultura e a comunidade em que o indivíduo se vê inserido. Meirelles reflete sobre certas questões artísticas por meio de reflexões sociológicas, como as noções de indivíduo, de coletividade, de povo e de identidade cultural (urbana ou rural), sem, no entanto, abordar a questão da “brasilidade”. A arte popular é apresentada como “uma arte de todos”, sendo entendida sob o signo da apropriação, da assimilação e da *mimesis*.

Essa questão do individual e do coletivo é um aspecto analítico bastante evocado nos estudos das artes populares. Ao refletir sobre o acervo do Museu Casa do Pontal, a antropóloga Angela Mascelani (2011:s/p) aponta:

em alguns casos, o destaque é o artista individual, com o seu pensamento, sua criação formal e soluções plásticas encontradas. [...] Em outros, a ênfase

está posta na coletividade, com suas marcas comuns, seja no uso das cores, seja nas formas ou nos temas preferenciais.

E menciona, assim, as produções de barro em Caruaru, em Pernambuco; no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais; objetos de certas áreas do Cariri, no Ceará, e no Vale do Paraíba, em São Paulo.

Meirelles parece conceber, entre outras artes, que a “arte popular” é aquela que apresenta mais influência do meio social, sendo uma “manifestação do coletivo”. Como observa Mascelani (2011:s/p):

a noção de arte popular tem sido usada historicamente para assinalar a origem social de seus autores e nos remete a um conjunto de valores indicativo de um modo de ser nativo; de criar e transformar a partir do que tem no entorno; de iluminar os valores da nacionalidade, sintetizando aspectos do pensamento coletivo.

Quando Meirelles afirma que as mãos são do artista popular, “mas a criação é da coletividade”, ele explicita a existência de um repertório coletivo de formas, figuras, temas, tipos, cores, que seriam, assim, apropriados pelas habilidades manuais do artista. Esse domínio público “do popular” seria uma espécie de patrimônio coletivo, uma coleção de objetos que são versões de uma forma adotada coletivamente, mas passíveis de serem apropriados, remontados, personificados, estilizados pelas mãos dos artistas. Meirelles discute um caráter mais coletivo da criatividade

do povo como um modo de distinção do modelo predominantemente “autoral” da arte ocidental, onde o artista é entendido como um indivíduo iluminado que cria.

A inexistência da figura do artista enquanto indivíduo criador – cujo compromisso com a invenção do novo é maior que sua vontade de dar continuidade a uma tradição ou estilo artístico considerado ancestral – é outra diferença crucial. Não que artistas contemporâneos metropolitanos não trabalhem dentro de tradições estilísticas bem definidas. Vale lembrar que o fundador da arte conceitual, Marcel Duchamp, instalou seu urinol há praticamente um século, em 1917, e desde então o paradigma do fazer artístico não mudou, mas ideologicamente a figura do artista se projeta como inventor do seu próprio estilo, como inovador incessante, ao modo de um Picasso – emblema do Modernismo na arte. A fonte de inspiração e legitimação se encontra no gênio do artista que é visto como agente principal no processo de relações e interações que envolvem a produção de sua obra, uma obra produzida com o único fim de ser uma obra de arte (Lagrou 2009:14).

Nos redutos artísticos populares citados por Mascelani (2011), encontram-se inúmeros objetos com temáticas, escolhas formais, uso de cores que se assemelham, mas que são feitos por artistas diferentes, por exemplo as esculturas de barro das famílias de retirantes, os personagens do bumba meu boi, do maracatu, as diversas profissões que se encontram na Feira de Caruaru,

as noivas e moringas feitas pelas artistas do Vale do Jequitinhonha ou os santeiros no Sertão do Cariri. Na poesia popular dos folhetos, também se coloca a questão da coletividade/criatividade para a qual Gonçalves (s/d) encontra uma saída benjaminiana:

O poeta de Cordel, como o entende Ruth Terra (1983: cap. 2), deve ser compreendido para além de uma figura personalizada de autor, pois compartilha uma visão de mundo com seu público. Se esta ideia parece ser absolutamente verdadeira, deve-se também evitar tomar o contexto em sua radicalidade de modo que elida a criatividade individual e poética reduzindo a criação a uma comunidade narrativa, a uma sociedade. Uma saída possível para o impasse contexto/criatividade é a encontrada na definição de Benjamim (1980:63), em que a narrativa seria ao mesmo tempo uma fórmula social e pessoal de criação, como a obra de um artesão: adere à narrativa a marca de quem a narra como na tigela de barro a marca das mãos do oleiro (Gonçalves s/d:34).

Outra questão colocada por Meirelles é a dicotomia entre o popular urbano e o rural. O urbano é considerado por Meirelles como mais suscetível à “domesticação” tecnológica do mundo moderno, “por maior que sejam os seus apelos e seduções, continua popular”. Ele é confrontado com o popular rural, que sente mais lentamente o impacto da urbanização e das novas tecnologias. Os meios tecnológicos são vistos como sedutores

e apelativos, a cultura de massa é entendida como máquina de captura do irrefreável processo civilizatório. Meirelles, ao fim, expressa uma leitura mais “evolucionista” da criatividade, quando afirma, conforme o trecho que compõe o Anexo 2, que “o homem do povo vai dando vazão à sua sensibilidade, e expressando a sua beleza com sua arte espontânea e simbólica, provando que não importa o estágio evolutivo de sua cultura, ele é um animal que cria”⁵.

Essa concepção de arte popular expressa por Meirelles pode ser pensada tanto em relação às teorias mais materialistas da arte ocidental (conceitual, surrealista, modernista) quanto em face daquelas teorias mais perspectivistas da “arte das sociedades contra o estado” (Lagrou 2011; Clastres 1978). De acordo com Lagrou (2009:11), “[...] não é porque inexistente o conceito de estética e os valores, que o campo das artes agrega na tradição ocidental, que outros povos não teriam formulado seus próprios termos e critérios para distinguir e produzir beleza”. Entre os indígenas Kayapó, aponta a autora, todos os membros do grupo têm o direito de produzir enfeites e artefatos cerimoniais, mas o direito de “uso” dos bens é definido pelo nome do indivíduo.

O fator considerado responsável pelo êxito de um artefato depende do tipo de arte em questão: pintura corporal, tecelagem, trançado, cerâmica, escultura, produção de máscaras ou arte plumária. Quando predomina a dificuldade técnica, serão prezadas a concentração, a habilidade, a perfeição formal e a disciplina do mestre. Mas quando predomina a expressividade da forma, a fonte de inspiração é quase sempre atribuída a seres não humanos ou divindades que aparecem em sonhos e/ou visões.

5 Sobre este assunto, ver Strathern (2013).

Difícilmente se responsabilizará a ‘criatividade’ do artista pela produção de novas formas de expressão. Ele está mais para aquele que capta e transmite ao modo de um rádio transistor do que para um criador. Preza-se mais sua capacidade de diálogo, de percepção e de interação com seres não humanos, cuja presença se faz sentir na maior parte das obras de aspecto figurativo, do que a capacidade de criação *ex nihilo*, criação do nada. Essa ideia de ser mais receptor, tradutor e transmissor do que criador vale para a música, a performance e a fabricação de imagens visuais e palpáveis (Lagrou 2009:22).

Como demonstra Lagrou, o artista kayapó é antes “um rádio transistor do que um criador” que interage, recebendo e transmitindo, afetado pelos seres não humanos. Acredito que esta imagem do artista como “rádio”, capaz de captar e de disseminar conhecimento e estética coletivos, traz rendimentos no que tange à argumentação de Edson Meirelles sobre a arte popular como um repertório de possibilidades apropriativas e criativas de produção de “diferenças” e de estilos, a partir de instâncias e domínios coletivos com as articulações particulares de cada artista.

Não pretendo, com essas aproximações, criar “identidades” nem “continuidades” entre as tão diferentes concepções de arte (vanguarda, ameríndia,

popular). Entendo apenas que há uma “zona de contato” entre os modos de pensar as criatividades nos mundos artísticos metropolitanos, urbanos e nas cosmologias artísticas contrainstitucionalizantes. Essa questão será melhor elaborada no próximo e último texto de Edson Meirelles, disponibilizado no Anexo 3.

4.3. A ARTE GRÁFICA POPULAR BRASILEIRA

Neste último texto de “Escrito sobre arte”, em Meirelles (2001), presente no Anexo 3, o autor delimita o conceito de “arte gráfica popular brasileira”, que consiste em uma espécie de termo geral, definidor do objeto da sua pesquisa. Além de nomear uma das coleções do “Projeto Mafuá”, o termo “arte gráfica popular brasileira” foi criado para conceituar a totalidade das variedades “ontológicas” da pintura popular brasileira, tanto aquela rigorosamente colecionada por Edson Meirelles quanto as tantas outras que se espalham pelo Brasil⁶. O conceito se aplica ao conjunto de expressões gráficas e delimita também uma técnica específica: a pintura feita à mão com pincel, sem mediações de outros instrumentos como aeróglifo, serigrafia ou *spray*. De acordo com Meirelles:

É difícil ter um termo para isto. O pessoal da ABIGRAF [Associação Brasileira de Industrias Gráficas] me

6 Carlo Ginzburg (1989:178-179) aborda “o rigor flexível” do “paradigma indiciário” nas Ciências Humanas como uma inspiração do método de Morelli, pseudônimo do médico italiano que inspirou Freud na criação da psicanálise: “Mas pode um paradigma indiciário ser rigoroso? A orientação quantitativa e antiantropocêntrica das ciências da natureza a partir de Galileu colocou as ciências humanas num desagradável dilema: ou assumir o estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância. [...] Mas vem a dúvida de que este tipo de rigor é não só inatingível mas também indesejável para as formas de saber mais ligadas à experiência cotidiana – ou, mais precisamente, a todas as situações em que a unicidade e o caráter insubstituível dos dados são, aos olhos das pessoas envolvidas, decisivos. [...] O rigor flexível (se nos for permitido o oxímoro) do paradigma indiciário mostra-se ineliminável. Trata-se de formas de saber tendencialmente mudas – no sentido de que, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras pré-existentes. Neste tipo de conhecimento entram em jogo [...] elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição”.

deu muita força, fizeram materiais maravilhosos. E pediram para eu mudar o termo “arte gráfica popular brasileira”, pois gráfico dentro do contexto literário vernacular, seria a arte da impressora, das pessoas que trabalham dentro da gráfica. Mas o meu conceito é muito mais elástico. Eu comecei a chamar de designer popular, que é um pouco pretensioso porque não há termo em português para isto. Eu gosto mais de arte gráfica popular brasileira. Eu comecei a pensar em mudar o termo por causa da solicitação do pessoal da ABIGRAF. Mas não importa, arte gráfica ou *design* popular é tudo a mesma coisa: o modo do povo se expressar através da pintura (Edson Meirelles, comunicação pessoal, 2012, grifos meus).

A técnica privilegiada pela câmera-olho de Meirelles foi nomeada pelos especialistas como “*design* popular”, embora o fotógrafo demonstre não se importar com o termo “correto”, contanto que se reconheça a singularidade da arte em questão. Para Antônio Risério (1995:73), “o *design* é a necessidade do mundo de se sentir global. Inteiro. Humanos vivendo em um sistema internacional”. Meirelles parece justamente “estranhar” como um conceito de sofisticação “global” como o *design* pode ser utilizado para abarcar uma arte tão “popular” e “brasileira”. É como se expressasse a necessidade de um “conceito nativo”, em detrimento de um “conceito exportado”.

Por excelência, o conceito nativo do presente estudo é o de arte gráfica popular brasileira que delimita, como vimos, um conjunto específico de expressões pictóricas. No entanto, é importante ressaltar que Meirelles utiliza o conceito de *design*,

embora o considere “mais elástico”, abarcando a integridade das variedades de objetos pictóricos, que são classificados pelo conceito de arte gráfica popular brasileira. A atividade sobre a qual a obra do fotógrafo se debruça é diferenciada narrativamente de categorias e de terminologias “estabelecidas” por diversos mundos artísticos, tais como artesanato, arte popular e folclore. O “Projeto Mafuá” tem como justificativa criar um registro documental que conceda visibilidade à pintura popular, justo aquela que, entre as artes “rejeitadas e populares”, apresenta a peculiaridade de ser o “nó górdio”, isto é, a mais desconhecida e ignorada de todas. Meirelles diferencia, por exemplo, a sua conceituação de arte gráfica de outras produções populares, como artesanato e arte popular:

Estes temas já foram explorados: folclore, artesanato, arte popular. A pintura popular é que é o nó górdio. O sentido de rejeição de toda arte popular por conta da cultura dominante, a cultura erudita sempre rejeitou o popular. Veja a dificuldade de o samba ser aceito. As artes populares sempre tiveram uma dificuldade de aparecer, de ter um registro sério (Edson Meirelles, comunicação pessoal, 2012).

O texto do Anexo 3 é iniciado com a demonstração dos diversos suportes em que se produz a arte gráfica popular brasileira, qualificada como “esta estética tão nossa quanto ignorada”. Ao analisar os suportes enumerados pelo autor – rótulos de bebidas, garrafadas e unguentos, portas de circos e shows de ilusionismo, reclames comerciais, barracas, placas, cartazes e carrocinhas de ambulantes –, fica evidente que o termo arte

gráfica é uma delimitação geral do seu objeto de pesquisa, que engloba todos os seguimentos e coleções do “Projeto Mafuá”. Minha hipótese é a de que o conceito de arte gráfica engloba os conceitos de *design* e da tipografia popular, e não o contrário. Isso ocorre na medida em que o ponto crucial para o autor é a operação conceitual de converter anônimos em artistas, reivindicando um reconhecimento às produções pictóricas “cotidianas”, “utilitárias”, “imperfeitas”, “populares”, que estão em relação de alteridade com as produções legitimadas pelos mundos artísticos e museológicos.

O autor prossegue a argumentação, afirmando que a “beleza” encontrada nessas plasticidades populares se expressa de “maneira distinta, combinando ou isolando entre si o ritmo de cores, das formas e do movimento”, conforme o Anexo 3. Afirma, deste modo, que há uma beleza “outra” nestas produções, modificando os termos de valoração estética estabelecida pela cultura dominante.

O artista gráfico popular é invariavelmente dotado de uma intuitiva sabedoria plástica, que se manifesta em contraposição à sua ausência de técnica e, ao mesmo tempo, dá suporte tão característico aos autodidatas, nos quais se destaca o elementarismo das cores quase sempre puras, os sentidos decorativos, a expressiva simplicidade do desenho e a originalidade do traço (Meirelles 2001:s/p).

Meirelles afirma o valor desta arte, inclusive pela característica que distingue como “ausência

de técnica”, apreendida no sentido de serem produções que não dialogam com os rigorosos padrões acadêmicos de perspectiva, composição, luz, cores, matizes. A “ausência de técnica” dos artistas gráficos é entendida como uma “intuitiva sabedoria plástica”, que denota um elemento do autodidatismo e da capacidade de improviso desses artistas. O autor chega à seguinte formulação, conforme o Anexo 3: “a ausência de técnica acaba transformando-se na maior qualidade de sua obra, [...] não sendo exagero afirmar que, quanto menos perfeita sua técnica, mais pleno seu sentido artístico”. Nesse aspecto, Meirelles cria, nos termos de Clastres, uma “rotação da perspectiva”, uma “revolução copernicana”, que converte uma suposta “ausência” em qualidade. Assim, a alteridade e a não adequação aos regimes artísticos eurocêntricos tornam-se o ponto de partida da “originalidade” de tais expressões.

Lévi-Strauss e Clastres foram contemporâneos e têm em comum a procura das implicações filosóficas de escolhas, respectivamente políticas e artísticas, feitas pelos povos de forma coletiva. Vemos, deste modo, surgir em Lévi-Strauss o que poderíamos chamar de uma “arte dos povos contra o Estado”. Ambos os autores usam a oposição nós/outros como meio heurístico para se pensar a possibilidade de outras filosofias políticas, também para o futuro e o presente do Ocidente. Esta possibilidade será por sua vez explorada por Deleuze e Guatarri (1976 [1972]). Clastres afirma querer fazer para o conceito de política e de poder o que Lévi-Strauss fez para o de razão, invertendo a lógica do olhar para perceber no lugar da falta a abundância

de um discurso outro sobre o modo de se estar no mundo (Stolze Lima & Goldman, 2003). Em *O Pensamento Selvagem* (1976), Lévi-Strauss propõe esta inversão de perspectiva para a compreensão da razão humana através de um olhar sobre a arte, a arte representando aqui um modo de conhecimento sobre o mundo (Lagrou 2011:750-751).

É justamente a arte como um modo de conhecimento “popular” sobre o mundo o foco do conceito de arte gráfica popular brasileira de Edson Meirelles, tendo como ponto de partida um valor artístico que toma “no lugar da falta a abundância” (Lagrou 2011:751). Por exemplo, o artista gráfico popular, tal como observado por Meirelles, é aquele “cara que leva jeito” para pintar. O pintor ou letrista faz um uso oral da língua, que, por sua vez, é expressa por meio da palavra escrita. Meirelles ressalta que a existência de um “erro” ortográfico ou gramatical na palavra pintada não compromete a comunicação do que está sendo dito. Desse modo, para o fotógrafo, essa apropriação “selvagem” da língua escrita torna-se apenas um aspecto singular, de base, do *design* popular.

Meirelles define o “popular” na sua conceituação de arte gráfica em contraposição às artes acadêmicas:

O *designer* popular desconhece a técnica acadêmica escolarizada, a artificialidade, e apresenta-se quase sempre de forma não codificável por elementos alheios à sua realidade socioeconômica-cultural, sendo por isso interpretado como rudimentar e imperfeito, enfim, uma expressão artística de má qualidade

e desprovida de valor documental. Sem dúvida, essa interpretação se deve ao fato de a palavra “popular”, de conotação pejorativa, estar associada à produção vulgar, pobre e sem valor (Meirelles 2003:34).

O autor ressalta a diferença da condição do *designer* popular em relação ao *designer*/artista reconhecido socialmente como tal, ou seja, identifica uma assimetria entre a arte popular e a arte consagrada. É possível ver, neste posicionamento, uma atitude semelhante àquela apresentada por Lévi-Strauss, no livro “O pensamento selvagem” (2008), quando afirma que uma das vocações destas outras formas de pensamento, ação e produção é justamente provocar “o alargamento da visão ocidental”. Podemos extrair desta comparação a ideia de que um dos objetivos de Meirelles é justamente desestabilizar o conceito de arte, horizontalizando, ou melhor, transversalizando (Clastres 1978) certas oposições duais: o popular e o erudito, o formal e o informal, o primitivo e o civilizado, o belo e o feio. Na base destas oposições, residem as categorias de alteridade “ocidentais” em relação às quais Meirelles parece estar agindo “contra”.

Sem dúvida, Meirelles teve contato com o pensamento de Lévi-Strauss através do livro de Lélia Coelho Frota (1978), “Mitopoética de 9 artistas brasileiros”. No livro, a autora se propõe a analisar “a produção e comportamento social dos artistas comumente chamados de primitivos”, e ressalta que as “especulações relativas à criatividade de conotação popular, ou a ela recorrentes, tornam, como é notório, especialmente difícil e delicada uma primeira conceituação dessas manifestações artísticas” (Frota 1978:3).

Em sua abordagem psicológica de nove artistas populares, Frota (1978:3) trabalha com as histórias de vida e motivações de cada artista:

o artista popular desconhece implicações de autoria e gratuidade em arte, conforme a entendemos. O ‘primitivo’ proveniente em geral de estratos populares olha com uma visão altamente pessoal através da cultura que recebeu.

A diferença básica, para Lélia Frota entre o artista primitivo e o artista erudito seria o fato de o último ter um “conceito intelectual de arte e da natureza, formado por valores elitistas da civilização ocidental” (Frota 1978:6), qualificando, assim, este artista como ‘marginal’, tal como definido por Evertt V. Stonequist⁷ (apud Frota 1978:3), que revela a ambiguidade e a liminaridade de estar entre duas normas. Algo que o aproxima da ideia de *bricoleur*, utilizada por Lévi-Strauss para abordar o mecanismo de pensamento mitopoético:

subsiste entre nós uma forma de atividade que, no plano técnico, permite conceber perfeitamente aquilo que, no plano da especulação, pode ser uma ciência que preferimos antes chamar de ‘primeira’ mais que de primitiva: é aquela comumente designada pelo termo *bricolage* (Lévi-Strauss 2008:32).

Embora Frota (1978) não cite o termo *bricoleur*, encontra, na noção de mitopoética,

a chave analítica para abordar este universo artístico, considerado, aos olhos do mundo ocidental, “ingênuo” e “bruto”:

Essa empatia criadora para o confronto de comportamento que nos parecem inéditos, mas que na realidade complementam o nosso, como o espaço que passa a existir do outro lado de uma linha que traçamos, é constantemente reivindicada por Claude Lévi-Strauss, não apenas para a reconceituação e recuperação, para nós, das sociedades sem história, mas também para que reintegremos elementos das sociedades industriais urbanas, onde ele denomina de mitopoético o caso exemplar da arquitetura de Ferdinand Cheval (1836-1934) em Hauterives, França. Lévi-Strauss, citando Jaques Lacan, defende também uma revisão de nossa atitude em relação aos internos psiquiátricos, aplicado a toda arte marginalizada, onde se escreve a dos primitivos (Frota 1978:6).

Lévi-Strauss procura ressaltar a relação entre atividade técnica e a operação mental – o *bricolage* intelectual –, produzida no processo de elaboração de artefatos. O personagem conceitual do *bricoleur* tornou-se fundamental na história da antropologia para se produzir e afirmar os conhecimentos com base em uma relação de alteridade que se proponha não etnocêntrica ou simétrica:

o *bricoler* é aquele que trabalha com as mãos, utilizando meios indiretos se comparados com os do artista. Ora, a característica do pensamento mítico é a

7 Stonequist, E. V. 1937. *The marginal man*. New York: C. Scribner’s sons.

expressão auxiliada por repertório cuja composição é heteróclita e que, mesmo sendo extenso, permanece limitado, entretanto, é necessário que o utilize qualquer que seja a tarefa proposta, pois nada mais tem à mão. Ele se apresenta, assim como uma espécie de *bricolage* intelectual, o que explica relações que se observam entre ambos (Lévi-Strauss 2008:32).

A relação entre o *bricoler* e o pensamento mítico se apoia na própria ideia de “mitopoética”, exigindo da mente do “engenheiro” um alargamento dos conceitos através da diversificação dos signos, das percepções classificatórias e da imersão a uma ordenação “selvagem” do pensamento. Uma ciência selvagem “horizontalmente” constituída por meio do conhecimento de uma “alteridade radical” (Peirano 1995) em relação ao pensamento racionalista e positivista com o qual a antropologia francesa moderna se debatia. O signo seria o elo concreto entre a imagem e o conceito, com a diferença de que o conceito é ilimitado, enquanto o signo é limitado. Lévi-Strauss (2008:32) procura mostrar como o conjunto de elementos da reflexão mítica encontra-se situado a “meio caminho entre os perceptos e os conceitos”. A mitopoética é entendida aqui como meio produtivo de compreender uma técnica como vínculo para um sistema de pensamento. A nota esclarecedora dos tradutores da primeira edição brasileira de “O pensamento selvagem” demonstra a relevância do uso da palavra francesa *bricoler*:

[...] para melhor acompanhar o autor em suas considerações sobre o pensamento mítico, mantivemos na tradução os termos *bricoler*, *bricoleur*

e *bricolage* que, no seu sentido atual, exemplificam com grande felicidade o *modus operandi* da reflexão mitopoética. O *bricoleur* é o que executa um trabalho usando meios e expedientes que denunciam a ausência de um plano pré-concebido e se afastam dos processos e normas adotados pela técnica. Caracteriza-o especialmente o fato de operar com materiais fragmentários já elaborados, ao contrário, por exemplo, do engenheiro que, para dar execução ao seu trabalho, necessita da matéria-prima (Lévi-Strauss 2008:32).

Podemos dizer que uma semelhança primordial entre as obras de Lélia Coelho Frota e Edson Meirelles consiste na utilização da noção de mitopoética associada à “palavra primitiva com a sua carga positiva” (Frota 1978:4), de modo a qualificar as respectivas “artes” de que estão tratando, criando conexões com a abordagem que Lévi-Strauss apresenta em “O pensamento selvagem” e, posteriormente, nas “Mitológicas” (Lévi-Strauss 2004a, 2004b).

Meirelles aponta o anonimato das obras populares como “um divisor de águas” em relação ao *design* erudito. Acredito que a argumentação está, aqui, em continuidade com a obra fotográfica produzida no âmbito do “Projeto Mafuá”. Diferentemente do trabalho de Lélia Coelho Frota, Meirelles privilegia o aspecto não autoral (com raras exceções) dos trabalhos dos quais se ocupou em documentar, criando um registro gráfico numeroso e inédito de uma obra que apresenta a pretensão de um

enquadramento “coletivo” e que informa também sobre uma noção de “brasilidade” (Figura 5).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que o “Projeto Mafuá” e o seu autor delimitam como arte gráfica popular brasileira constitui-se como uma relação de alteridade, uma “categoria de volta”, nos termos de Carneiro da Cunha (2009), já que propõe uma questão política para os especialistas do “mundo da arte” (Becker 1977) ou, mais especificamente, para “o mundo da arte popular brasileira” (Mascelani 2002). A proposta do fotógrafo apresenta uma crítica feroz ao não reconhecimento (e conseqüente “não patrimonialização”) do objeto de sua pesquisa – “a pintura e o *design* popular brasileiro” –, que não tem seu lugar garantido nos museus

e publicações brasileiros. Retomando trecho dele que consta no Anexo 3:

Provavelmente seja esta a razão de continuarmos, teimosamente, a ignorar o significado da expressão “arte popular” e sua legitimidade, procurando, com definições sofisticadas, mascarar a expressão artística do homem do povo, depositário de uma arte que foi depurada pela crítica maior dos séculos. Desta forma, o “*design* popular”, esse nosso bem ignorado, continuará expressando o seu apuramento no cerne da nossa cultura nacional, a partir da matéria-prima e tesouro único das culturas: a sensibilidade do artista anônimo (Meirelles 2001:s/p).

O autodidatismo antropológico de Meirelles, sua “antropologia sem *métier*”, é estruturalmente



Figura 5 - Os cromos de Edson Meirelles: cartela da coleção “Tipografia popular”, diversas fontes da letra S. Foto: Suiá Omim (2011).

homóloga ao autodidatismo dos produtores de arte gráfica popular brasileira. Se é possível fazer uma rotação de perspectiva em relação à noção de arte, ou de poder e política, ou mesmo de razão, por que não o fazer com a própria ideia de antropologia? Por que não tornar positiva também a falta de um suposto rigor científico presente na antropologia feita por Meirelles? A ideia é aplicar a torção de perspectivas realizada pelo autor para as noções de arte e *design* popular, também para a forma como ele constitui coleções e produz antropologias com elas e a partir delas. É essa antropologia que, segundo Viveiros de Castro (2015:20), “está pronta para assumir integralmente sua verdadeira missão, a de ser uma teoria prática da descolonização permanente do pensamento”.

6. AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Edson Meirelles, pela generosidade de me permitir livre acesso ao seu precioso acervo de pesquisa. Agradeço também a André Demarchi e Marco Antonio Gonçalves, pelas leituras e pelos comentários a este texto.

7. REFERÊNCIAS

Abreu, R. 2009. Tesouros humanos vivos ou quando as pessoas tornam-se patrimônio cultural - notas sobre a experiência francesa do Mestre da Arte, in *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Organizado por R. Abreu & M. Chagas, pp. 83-96. Rio de Janeiro: Lamparina.

Anastassakis, Z. 2011. Triunfos e impasses: Lina Bo Bardi, Aloísio Magalhães e a institucionalização do *design* no Brasil. Tese de Doutorado, Departamento de

Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Andrade, M. 1991. *Cartas de Mário de Andrade a Luis Câmara Cascudo*. Belo Horizonte: Ed. Vila Rica.

Azevedo, A. s/d. *O cortiço*. São Paulo: Círculo do Livro.

Bateson, G., e M. Mead. 1987. *Balinese character: a photographic analysis*. New York: The New York Academy of Sciences.

Bateson, G. 2000 [1972]. *Steps to an Ecology of mind*. Chicago: The University of Chicago Press.

Becker, H. S. 1977. Mundos artísticos e tipos sociais, in *Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Organizado por G. Velho, pp. 9-26. Rio de Janeiro: Zahar.

Benjamin, W. 1994. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense. (Obras escolhidas v. 1).

Borges, A. 2000. Um caçador de letras. *Gazeta Mercantil*. São Paulo. 23/06/2000.

Borges, A. 2011. *Design + artesanato: o caminho brasileiro*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

Caiuby Novaes, S. 2005. O uso da imagem na Antropologia, in *O fotográfico*. Organizado por E. Samain, pp. 107-115. 2. ed. São Paulo: Hucitec e SENAC.

Cardoso, R. 2004. Tudo é moderno; nada é Brasil: *design* e a busca de uma identidade nacional, in *Tudo*

- é Brasil*. Organizado por L. Cavalcanti, pp. 81-91. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Paço Imperial.
- Cardoso, R. 2005. *O design brasileiro antes do design*. São Paulo: Cosac Naify.
- Carneiro da Cunha, M. 2009. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify.
- Carnicel, A. 1998. O olho etnográfico de Mário de Andrade, in *O fotográfico*. Organizado por E. Samain, pp. 169-176. São Paulo: Ed. Hucitec.
- Clastres, P. 1978. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. Rio de Janeiro: F. Alves.
- Clifford, J. 1998. *A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Coelho, F. 2010. *Livro ou livro-me: escritos babilônicos de Hélio Oiticica (1971-1978)*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Cunha, O. M. G. 2004. Tempo imperfeito: etnografia do arquivo. *Mana* 10(2):287-322.
- Demarchi, A. 2014. *Kukràdjà Nhipêjx/Fazendo cultura: beleza, ritual e políticas da visualidade entre os Mebêngôkre – Kayapó*. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia Cultural, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Freire, M. 2006. Gregory Bateson, Margaret Mead e o caráter balinês. Notas sobre os procedimentos de observação fotográfica em Balinese Character. A Photographic Analysis. *ALCEU* 7(13):60-72.
- Frota, L. C. 1978. *Mitopoética de 9 artistas brasileiros*. Rio de Janeiro: FUNARTE.
- Geiger, A. 1999. Uma antropologia sem *métier*: primitivismo e crítica cultural no modernismo brasileiro. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Ginzburg, C. 1989. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Gonçalves, J. R. S. 2007. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: IPHAN.
- Gonçalves, M. A. s/d. *O mundo poético do cordel*. Mimeo.
- Ingold, T. 2000. *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling, and skill*. London: Routledge.
- Lagrou, E. 2008. A arte do Outro no surrealismo e hoje? *Horizontes Antropológicos* 14(29):217-230. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832008000100009>.
- Lagrou, E. 2009. *Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação*. Belo Horizonte: C/Arte.
- Lagrou, E. 2011. Existiria uma arte das sociedades contra o Estado? *Revista de Antropologia* 54(2):747-780. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2011.39645>.

- Lessa, W. D. 1994. A ESDI e a contextualização do design. *Piracema* 2(2):102-107.
- Lévi-Strauss, C. 2004a. *O cru e o cozido. Mitológicas* 1. São Paulo: CosacNaify.
- Lévi-Strauss, C. 2004b. *Do mel às cinzas. Mitológicas* 2. São Paulo: CosacNaify.
- Lévi-Strauss, C. 2008. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus.
- Mascelani, A. 2002. *O mundo da arte popular brasileira*. Rio de Janeiro: Museu Casa do Pontal; Mauad Editora.
- Mascelani, A. 2011. *O Brasil na arte popular*. Rio de Janeiro: Museu Casa do Pontal.
- Meirelles, E. 2001. *Pesquisa a 'Pintura Popular Brasileira'*. Mimeo. s/p.
- Meirelles, E. 2003. Lentes abertas à expressão popular. *Revista Abrigraf*(205):56-58.
- Omim, S. 2015. Acervo Mafuá: notas etnográficas sobre três coleções de pintura e design popular no Brasil. *Museologia e Patrimônio* 8(1):53-77.
- Omim, S. 2016. Acervo Mafuá: uma etnografia da pintura e do design popular na obra fotográfica de Edson Meirelles. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia Cultural, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Peirano, M. 1995. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Risério, A. 1995. *Avant-garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi.
- Santiago, S. 1982. *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Sontag, S. 2004. *Sobre a fotografia*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Souza, P. L. P. 1996. *ESDI: biografia de uma ideia*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Souza Leite, J. 2006. De costas para o Brasil, o ensino de um design internacionalista, in *O design gráfico brasileiro – anos 60*. Organizado por C. H. Melo, pp. 252-283. São Paulo: Cosac & Naify.
- Strathern, M. 1987. The limits of auto-anthropology, in *Anthropology at home*. Editado por A. Jackson, pp. 59-67. London: Tavistock.
- Strathern, M. 2013. *Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia*. São Paulo: Terceiro Nome.
- Velho, G. 2011. Lélia Coelho Frota: pioneira e mediadora, in *Catálogo da 15ª Mostra do Filme Etnográfico*. Rio de Janeiro: Interior Produções.
- Viveiros de Castro, E., e R. Sztutman. 2008. *Encontros: Eduardo Viveiros de Castro*. 1. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Azougue Editorial.

Viveiros de Castro, E. 2015. *Metafísicas canibais*. São Paulo: Cosac Naify & n-1 Edições.

Wagner, R. 2010. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify.

ANEXO 1 - A arte gráfica brasileira. Fonte: Meirelles (2001:s/p).

Nos muitos variados estudos e classificações do *design* e dos alfabetos, existe uma infinidade de critérios para defini-los e sistematizá-los, normalmente escapam da ótica dos estudiosos os alfabetos e o *design* de origem popular. Esta questão, a do reconhecimento das manifestações artísticas oriundas das camadas menos cultas da sociedade, não é nova, como também não é nova a questão da busca da nossa identidade cultural, da autenticidade de nossa arte. A questão do nacional, do autêntico, da brasilidade, constitui até hoje, às vésperas de completar quinhentos anos do descobrimento, a preocupação de uma considerável parcela da intelectualidade brasileira. Porém, quando estas manifestações emanam das camadas mais cultas da sociedade, como a arte erudita, este reconhecimento é mais fácil e imediato, pois continuamos mantendo as velhas relações que predominavam no Brasil-colônia, onde a cultura era um traço exclusivo da classe dominante. Nosso *design*, se assim o pudéssemos [sic] chamá-lo no princípio do século passado, era produzido para um mercado restrito aos centros coloniais mais importantes – Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro –, onde a igreja pontificava como seu maior e quase que exclusivo consumidor, e era a esse tempo, considerado arte menor. Arte menor porque os artistas, pintores e escultores, entalhadores eram, na sua maioria, brasileiros autodidatas e sem formação técnica, escravos, negros libertos e mulatos. Sua expressão artística era calcada em valores metropolitanos, onde as estampas e gravuras religiosas, geralmente espanholas, alemãs e italianas, eram a grande mestra. Esse *design*, embora não correspondesse a uma estética faustosa e de ostentação, tão característica do clero e das classes

dominantes da época, influenciando, ainda, na técnica e na expressão, pelos maneirismos barrocos que nos chegavam da Europa, destacou diversos artistas de origem popular, alguns de qualidades excepcionais. Antonio da Silva Lisboa – o Aleijadinho –, sem sombra de dúvida, o maior expoente deste período, arquiteto *designer*, artista plástico, escultor, entalhador, o mestre da pedra sabão, Valentin Fonseca e Silva – o Mestre Valentin, *designer* e entalhador, Mestre Ataíde e tantos outros, que, sob a influência decisiva do barroco, buscavam já a renovação de velhos modelos metropolitanos. Podemos considerar este período, para as artes plástica brasileiras, as primeiras tentativas de um *design* com uma correspondência entre forma e conteúdo, que nos aproximasse de uma estética nacional, notadamente no movimento das formas, no uso intenso das cores e fundamentalmente na expressão exuberante do sentimento. Todo desenvolvimento, estilístico, e suas consequentes manifestações estéticas do *design* brasileiro, foi interrompido com a chegada da Missão Artística Francesa em 1816. Mandada buscar por D. João VI, era encabeçada por Joaquim Montigny, que juntamente com outros vão construir o corpo docente da Academia de Belas Artes. Formada de figuras ilustres da arte europeia da época, neoclássicos ou acadêmicos todos produzem aqui uma arte transplantada, estilizada, inautêntica. Embora a arte alcance agora o *status* de arte legitimada, pois erudita, esta deixa para bem mais tarde para ser reconhecida como arte tipicamente brasileira, pois o que vai dar a procurada autenticidade da nossa arte e do nosso *design* não será certamente o conteúdo, tema ou assunto, e sim o sentimento de brasilidade que nos vem da forma e das cores.

ANEXO 2 - A arte popular. Fonte: Meirelles (2001:s/p).

A arte comporta em si as mais diversas manifestações do homem. Ao criar, o artista não utiliza apenas a inteligência, a sensibilidade ou mesmo suas habilidades. O seu “saber” e o seu “fazer” estão ligados ao meio cultural e à comunidade. Em nenhuma expressão de arte a manifestação do coletivo é tão evidente como na arte popular, na qual a influência do meio se revela não somente de forma material, mas definitivamente, de forma psicológica. O artista popular não é, a rigor, um criador individual, uma vez que se encontra imerso no ambiente que determina sua própria individualidade. Quando, em desenvolvimento do seu processo artístico, seu espírito criador acaba entrando em comunhão com o absoluto, fonte primacial de toda a criação, onde o resultado formal da sua obra é o fruto do seu labor, sem dúvida, mas a sua criação pertence ao coletivo: “as mãos são do artista, a criação é da coletividade”. Ao exprimir esse sentimento, o artista popular manifesta não as

influências eruditas, intelectuais ou escolarizadas e sim a temática, as cores e as formas de sua gente. Ele manifesta através da sua sensibilidade, uma identidade coletiva, refletindo através de sua arte, uma arte de todos – dos que praticam e dos que assimilam. Uma arte do povo e não para ele. E podemos, assim, perceber o tipo de arte de cada grupo cultural ou de cada região, onde a expressão tem uma identidade comum, porém feita com mãos diferentes. O popular urbano, recebendo influência exterior através dos modernos meios de comunicação, por maior que sejam os seus apelos e seduções, continua popular. Diferente do popular rural, muito mais fechado em si e isolado no seu dia a dia, ambos sentindo, porém, lenta e inexoravelmente, o impacto das novas tecnologias. Assim, o homem do povo vai dando vazão à sua sensibilidade, e expressando a sua beleza com sua arte espontânea e simbólica, provando que, não importa o estágio evolutivo de sua cultura, ele é um animal que cria.

ANEXO 3 - A arte gráfica popular brasileira. Fonte: Meirelles (2001:s/p).

A arte gráfica popular brasileira, esta estética tão nossa, quanto ignorada, normalmente, é encontrada em rótulos de bebidas, garrafadas e unguentos, em portas de circos e shows de ilusionismo, em reclames comerciais, em barracas, placas, cartazes e carrocinhas de ambulantes, enfim, em todas as possíveis expressões da arte gráfica do artista popular, pelos confins do Brasil. A beleza de sua representação plástica manifesta-se de maneira distinta, combinando ou isolando entre si o ritmo de cores, das formas e do movimento.

O artista gráfico popular exprime o seu sentimento estético sem regras e sem barreiras, e o resultado é um “*design*” despido de tecnicismo conceitual, em que espaço e profundidade, altura e largura, não têm a mínima importância, pois expressa com emoção e sentimento uma obra extremamente pessoal. O que vale é a emoção e o sentimento, já que estamos falando de uma obra extremamente pessoal. De caráter puro, ingênuo, e algumas vezes irracional, sua maior característica é o anonimato, espécie de divisor de águas ante o *design* erudito.

O artista gráfico popular é invariavelmente dotado de uma intuitiva sabedoria plástica, que se manifesta em contraposição à sua ausência de técnica e, ao mesmo tempo, dá suporte tão característico aos autodidatas, nos quais se destaca o elementarismo das cores quase sempre puras, o senso decorativo, a expressiva simplicidade do desenho e a originalidade do traço. Além da exuberância das cores, da coerência entre forma e conteúdo, há que se ressaltar as particularidades linguísticas e o lirismo mesmo, na interpretação de sua mensagem, quando o *design* se encontra

acompanhado de um texto. Um *design* espontâneo e ausente de intelectualismo, que procura transmitir sua mensagem com a maior fidelidade possível.

Detalhista, pois a gente do povo trabalha sempre com cuidado e paciência, o artista gráfico popular não respeita nem o tempo nem o espaço, e sua lógica, longe de ser realista, busca interpretar seus sentimentos. A ausência de técnica acaba transformando-se na maior qualidade de sua obra, pois, não conseguindo transmitir exatamente o que sente e o que vê, recorre à sensibilidade para realizá-la, não sendo exagero afirmar que, quanto menos perfeita sua técnica, mais pleno seu sentido artístico. Sua ampla liberdade de criar e gerar uma obra livre da pressão e padronização formais. O padrão é sempre do povo, enquanto o estilo é do artista. Cada região ou grupo cultural tem sua técnica, sua maneira de comunicação. A arte gráfica regional, que pode se caracterizar de diversas maneiras, revela o sabor pitoresco das tradições, usos e costumes locais. Mas é definitivamente na expressão das cores que o *design* popular se manifesta de forma mais autêntica e seminal. O vermelho pleno, pintado na tabuleta de um bar em Belém, será diferente quando utilizado por um artista para pintar uma carranca, nas barrancas do Rio São Francisco, na Bahia. O amarelo espiga de milho antropomórfica, pintada numa carrocinha de ambulante no interior de Minas Gerais, não terá o mesmo brilho e intensidade do amarelo usado no cartaz de uma loja na zona rural em Santa Catarina.

O “*design*” popular desconhece a técnica acadêmica escolarizada, a artificialidade, e apresenta-se quase sempre de forma não decodificável por elementos alheios à sua

realidade socioeconômica-cultural, sendo por isso interpretado como rudimentar e imperfeito, enfim, uma expressão artística de má qualidade e desprovida de valor documental. Sem dúvida, essa interpretação se deve ao fato de a palavra “popular”, de conotação pejorativa, estar associada à produção vulgar, pobre e sem valor, traduzindo, desta forma, as velhas rejeições tão características das ideias aristocráticas, de desprezo de tudo que é do povo. Provavelmente seja esta a razão de continuarmos,

teimosamente, a ignorar o significado da expressão “arte popular” e sua legitimidade, procurando, com definições sofisticadas, mascarar a expressão artística do homem do povo, depositário de uma arte que foi depurada pela crítica maior dos séculos. Desta forma, o “*design* popular”, esse nosso bem ignorado, continuará expressando o seu apuramento no cerne da nossa cultura nacional, a partir da matéria-prima e do tesouro único das culturas: a sensibilidade do artista anônimo.

The page features four stylized sun icons in a light gray color. Each sun has a central circle with a smaller dot inside, and several elongated, teardrop-shaped rays radiating from the top and sides. The largest sun is at the top center, with two smaller ones on the left and one at the bottom left, and a medium-sized one on the right.

**ARTIGOS
ORIGINAIS**

MONITORAMENTO PARTICIPATIVO DA BIODIVERSIDADE EM SISTEMAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DO PROBUC NO ESTADO DO AMAZONAS

Daniel Carneiro Costa

Universidade Federal do Amazonas | Manaus - AM - Brasil

Guillaume Antoine Emile Louis Marchand

Universidade Federal do Amazonas | Manaus - AM - Brasil

Henrique dos Santos Pereira

Universidade Federal do Amazonas | Manaus - AM - Brasil

submissão: 12/02/2018 | aprovação: 27/06/2018

RESUMO

Nas últimas décadas, o monitoramento participativo tem sido apontado como um instrumento crescentemente importante para a consolidação da gestão de áreas protegidas. No estado do Amazonas, a criação, em 2005, do Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso de Recursos Naturais de Unidades de Conservação (ProBUC) representou um importante passo para a efetividade do monitoramento participativo das unidades estaduais de conservação (UC estaduais). Apresentamos, sinteticamente, os resultados de uma avaliação qualitativa do funcionamento deste programa, identificando suas contribuições e limitações para a vida das comunidades locais. Iniciamos com uma revisão da literatura sobre as principais razões do surgimento dos programas de monitoramento participativo e chegamos às observações dos atores sociais gestores, especialistas e comunitários, envolvidos na construção do ProBUC, por meio de entrevistas. Constatamos que o programa contribuiu para a conscientização ambiental e produziu dados sobre a biodiversidade, embora não se tenha verificado o subsídio à gestão das unidades de conservação.

Palavras-chave: monitoramento participativo; gestão da biodiversidade; unidades de conservação.

PARTICIPATORY MONITORING OF BIODIVERSITY IN CONSERVATION UNIT SYSTEMS: THE CASE OF PROBUC IN THE STATE OF AMAZONAS

ABSTRACT

In the last decades, participatory monitoring has been pointed out as an increasingly important instrument for consolidating the management of protected areas. In the state of Amazonas, the creation of the Program for Monitoring the Biodiversity and the Use of Natural Resources (ProBUC), in 2005, represented an important step towards the effectiveness of participatory monitoring of state conservation units (state CUs). We briefly present the results of a qualitative evaluation of the functioning of this program, identifying its contributions and limitations to the life of local communities. We started with a literature review on the main reasons for the emergence of the participatory monitoring programs and we came to the observations of managers, specialists and community members social actors involved in the construction of ProBUC, through interviews. We found that the program contributed to environmental awareness and produced data on biodiversity, although the subsidy for the management of conservation units was not verified.

Keywords: participatory monitoring; management of biodiversity; conservation units.

MONITOREO PARTICIPATIVO DE LA BIODIVERSIDAD EN SISTEMAS DE UNIDADES DE CONSERVACIÓN: EL CASO DEL PROBUC EN EL ESTADO DEL AMAZONAS

RESUMEN

En las últimas décadas, el monitoreo participativo ha sido señalado como un instrumento crecientemente importante para la consolidación de la gestión de áreas protegidas. En el Estado de Amazonas, la creación, en 2005, del Programa de Monitoreo de la Biodiversidad y Uso de los Recursos Naturales - ProBUC - representó un importante paso para la efectividad del monitoreo participativo de las unidades estatales de conservación (UCs estaduais). Presentamos, sintéticamente, los resultados de una evaluación cualitativa del funcionamiento de este programa, identificando sus contribuciones y limitaciones a la vida de las comunidades locales. Iniciamos con una revisión de la literatura sobre las principales razones del surgimiento de los programas de monitoreo participativo y llegamos a las observaciones de los actores sociales gestores, especialistas y comunitarios involucrados en la construcción del ProBUC, a través de entrevistas. Constatamos que el programa contribuyó a la concientización ambiental y produjo datos sobre la biodiversidad, aunque no se constató el subsidio a la gestión de las unidades de conservación.

Palabras clave: monitoreo participativo; gestión de la biodiversidad; unidades de conservación.

1. INTRODUÇÃO

Em termos gerais, os programas de monitoramento de áreas protegidas foram criados com o propósito de auxiliar na gestão dessas áreas, por meio da produção de dados para identificar tendências da biodiversidade (Boissière et al. 2014:150; Lee et al. 2005:3; Schmeller et al. 2009:308). Os programas de monitoramento participativo, de modo mais particular, foram concebidos como propulsores da participação de comunidades usuárias da biodiversidade no processo de gestão (Danielsen et al. 2000:1672). Como observaram Magnusson et al. (2013:21), eles são cada vez mais utilizados na promoção da gestão participativa da biodiversidade, inclusive nas áreas protegidas brasileiras denominadas de unidades de conservação (UC).

Contudo, para se chegar a esse patamar de reconhecimento e de valorização do monitoramento participativo, é importante salientar que o feito de forma convencional, exclusivo dos cientistas, revelou-se insuficiente para auxiliar na gestão da conservação da biodiversidade. Isso resultou na criação da estratégia de envolvimento das comunidades usuárias da biodiversidade no processo de gestão e de monitoramento, implicando uma “coordenação social”, que significa a aprendizagem decorrente de um processo de gestão com distintos atores relacionados, como pesquisadores, gestores públicos e comunidades (Danielsen et al. 2010:3; Stuart-Hill 2005:2622; Cundill & Fabricius 2009:3206).

Este processo ganhou visibilidade na década de 1980, quando as agências internacionais de financiamento para criação e consolidação de áreas protegidas passaram a exigir dos governos a elaboração de projetos que alcançassem a

participação direta de comunidades na própria gestão das áreas protegidas (Estrella & Gaventa 1998:3). Essa nova metodologia de monitoramento passou a depender de aprovações dentro das organizações das comunidades locais (Garcia & Lescuyer 2008:1304) e favoreceu, em alguns países, a aceleração de inventários biológicos e as tomadas de decisões, que evitaram a extinção de determinadas espécies biológicas (Sheil & Lawrence 2004:634).

É neste cenário que a criação do Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso de Recursos Naturais de Unidades de Conservação (ProBUC) se insere no contexto de reconhecimento da relevância do monitoramento participativo no processo de consolidação de áreas protegidas no estado do Amazonas.

Este programa foi concebido para monitorar as dinâmicas das espécies amazônicas e também para viabilizar o uso sustentável dos recursos naturais. Seus objetivos principais eram

gerar, continuamente e de forma participativa, informações estratégicas para a gestão de unidades de conservação [...] e permitir a inserção das comunidades no processo decisório das ações de gestão da UC onde estão localizadas (Fonseca Junior et al. 2011:15).

De um lado, acreditava-se que o ProBUC seria capaz de identificar estados críticos relacionados à sobrevivência de certas espécies, a fim de orientar a gestão das unidades de conservação e de conscientizar os próprios comunitários sobre a necessidade de reduzir ou minimizar o uso da biodiversidade pressionada. Por outro, esperava-se que esse monitoramento facilitasse a avaliação da

disponibilidade de espécies passíveis de utilização planejada, inclusive para fins econômicos, como no caso das atividades de manejo extrativo.

A pesquisa efetuada demonstrou que o programa apresenta lacunas para cumprir adequadamente seus objetivos previstos, o que exige ajustes estruturais na sua gestão, para que não tenha problemas de continuidade. Todavia, verificou-se que ele colaborou para reforçar a conscientização da proteção da biodiversidade amazônica, por meio do protagonismo das comunidades existentes no interior das unidades de conservação.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1. PARTICULARIDADES DO PROBUC: ÁREAS DE ABRANGÊNCIA, GESTÃO E OBJETOS DE MONITORAMENTO

De acordo com Costa (2014:17), o programa foi implantado, em 2005, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Uacari, localizada no município de Carauari. Em 2007, o programa foi estendido ao Parque Estadual (PAREST) do Rio Negro Setor Norte, no município de Novo Airão; e, em 2009, ocorreu sua terceira implantação, dessa vez, na RDS Uatumã, entre os municípios de São Sebastião do Uatumã e de Presidente Figueiredo. É importante observar que, na fase piloto, ele foi implantado em duas UC de uso sustentável (áreas que contemplam a convivência humana) e em uma de proteção integral (áreas com restrições para a presença e para atividades humanas).

Em 2018, conforme informações obtidas junto ao Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão

de Unidades de Conservação (DEMUC), vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado do Amazonas (SEMA), o programa encontra-se implementado nas seguintes unidades de conservação estaduais: RDS Puranga Conquista (área rural de Manaus); RDS Madeira (abrangendo parte dos municípios de Novo Aripuanã e Manicoré); RDS Amapá (também nas proximidades do município de Manicoré); RDS Matupiri (nos limites dos municípios de Borba e Manicoré); Reserva Extrativista (RESEX) Canutama (localizada no município de mesmo nome); PAREST Rio Negro Setor Sul (o mesmo acesso do PAREST Rio Negro Setor Norte); PAREST Matupiri; e Mosaico do Apuí (no município de Apuí).

No ProBUC, as espécies e os bens comuns que são objetos de monitoramento são chamados “componentes”. Até 2014, quando da consolidação da pesquisa de dissertação de mestrado intitulada “Limites e potencialidades do Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso de Recursos Naturais – ProBUC - para a gestão ambiental de unidades de conservação do Amazonas”, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (PPGASA-UFAM), os seguintes componentes haviam sido aprovados para implementação paulatina: medição do tamanho das espécies e estimativa da quantidade de quelônios e de jacarés; recenseamento das atividades produtivas e do consumo dos comunitários entrevistados; especificação do trânsito de embarcações, mediante anotação dos barcos que ingressam nas áreas de interesse, com horários específicos; observação em trilha pré-definida dos animais silvestres, por meio de anotação e do registro da captura

de pescado¹ (Costa 2014:17). O programa em análise custou mais de R\$ 1 milhão, distribuídos entre 2006 e 2011, ficando 9% acima do que fora projetado. Recentemente, sabemos que apenas três componentes prosseguem funcionando: o de quelônios, o de trânsito de embarcações e o de recenseamento.

A gestão do ProBUC esteve, originalmente, sob responsabilidade do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), órgão da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), atualmente denominada de Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). Por conseguinte, o CEUC passou a ser chamado de Departamento de Mudanças Climáticas e gestão de UC (DEMUC), tendo sua estrutura reduzida, em comparação com a anterior. Havia, de início, o objetivo de estender o ProBUC ao conjunto das UC estaduais, integrantes do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), que, por seu turno, compõe o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), principal arranjo institucional das áreas protegidas brasileiras.

Em tese, o ProBUC deveria alimentar, com dados obtidos da monitoria comunitária, o próprio órgão ambiental estadual, qualificando e integrando a gestão das UC. Este era um propósito bastante ambicioso, haja vista as dificuldades inerentes às dimensões continentais do estado do Amazonas.

2.2. OBJETIVOS DA PESQUISA E INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa empreendida procurou avaliar qualitativamente o funcionamento do ProBUC a partir da contribuição dos grupos de

interesse diretamente relacionados: gestores, pesquisadores e comunitários. Procurou-se obter um diagnóstico do programa, com foco principal nas opiniões destes atores sobre as deficiências e os potenciais do programa. Para tanto, os instrumentos metodológicos empregados foram: pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas semiestruturadas e observação direta.

A pesquisa bibliográfica consistiu no debate teórico sobre o tema do monitoramento participativo da biodiversidade, abrangendo seu histórico e os seus fundamentos. Por sua vez, a pesquisa documental representou o acesso a informações oficiais sobre o programa que estavam em publicações do CEUC.

As entrevistas semiestruturadas obedeceram a um roteiro pré-definido, que procurava extrair dos entrevistados o máximo de informações e de impressões sobre o programa. Estas entrevistas foram realizadas entre outubro de 2013 e junho de 2014.

As entrevistas com cinco pesquisadores do ProBUC transcorreram em Manaus, entre outubro e dezembro de 2013. Entre os critérios escolhidos, houve os da participação na implementação ou na avaliação do programa, além da utilização de dados contidos no CEUC para publicações acadêmicas.

As entrevistas com seis gestores envolvidos com o programa distribuíram-se em dois momentos: na sede do CEUC, ainda em 2013, quando houve encontros com três servidores responsáveis diretamente pela gestão do ProBUC, e nas viagens às unidades de conservação (RDS Uatumã, RDS Uacari e PAREST Rio Negro Setor Norte), ocasião

¹ Esse componente não foi implementado nas UC visitadas durante a pesquisa de dissertação de mestrado, nem naquelas em que o programa foi, posteriormente, efetivado.

em que os três gestores de cada uma dessas UC foram entrevistados.

Nestas mesmas viagens às UC, efetivadas entre fevereiro e junho de 2014, cerca de 67 comunitários foram entrevistados. Ao todo, foram 30 na RDS Uatumã, 27 na RDS Uacari e dez no PAREST Rio Negro Setor Norte². Como critérios, procurou-se entrevistar comunitários que participavam do programa como monitores, entrevistados de recenseamento, lideranças vinculadas ao conselho deliberativo da UC e até mesmo comunitários que não tinham participação permanente no ProBUC, mas que eventualmente estiveram em alguma reunião que abordou o programa. Este esforço resultou na totalidade de 42 monitores e de 25 não monitores entrevistados.

Por meio das respostas dadas nestas entrevistas pelo conjunto dos grupos de interesse, identificaram-se os principais aspectos favoráveis e desfavoráveis da integração do programa à vida das comunidades em que foi estabelecido, debatidos à luz da literatura disponível. Este panorama permitiu a apresentação de um conjunto de recomendações que visava colaborar com o aprimoramento da gestão do programa.

A avaliação exposta neste trabalho é uma síntese dos resultados da dissertação de mestrado mencionada (Costa 2014), que se destinou a conhecer as principais limitações e deficiências do ProBUC, objetivando propor alterações em seu funcionamento, para melhorar seu desempenho.

3. RESULTADOS DO PROBUC À LUZ DOS DESAFIOS GLOBAIS DO MONITORAMENTO PARTICIPATIVO

3.1. PONDERAÇÕES SOBRE O PROBUC BASEADAS EM DEPOIMENTOS DE GESTORES E DE ESPECIALISTAS

Entre os aspectos essenciais e críticos do ProBUC ressaltados pelos especialistas e gestores, elencamos os limites da participação comunitária, o financiamento e o retorno de dados. Em linhas gerais, esses dois atores sociais defenderam o caráter participativo do programa. Contudo, as entrevistas realizadas com os gestores do CEUC nos revelaram que, diante dos diversos níveis de envolvimento dos comunitários com as iniciativas de conservação da biodiversidade, fez-se importante apostar na aprovação de perfis de monitores que se adaptassem melhor à proposta de funcionamento do programa.

Soubemos que as indicações da equipe técnica do ProBUC passaram pelo aval da maioria dos moradores presentes nas reuniões comunitárias que se destinavam a aprovar a implementação do programa. Para tanto, os técnicos partiram da identificação de potenciais monitores nos primeiros contatos feitos com os comunitários, a fim de convencê-los a aderir ao programa. Essa identificação prévia foi importante para a inclusão de pessoas com afinidades em cada uma das funções de monitoria – algo que seria aprovado apenas posteriormente pelos

2 A realização das entrevistas em campo foi possível graças ao financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), por meio do projeto “Sustentabilidade socioeconômica e ambiental do programa de monitoramento da biodiversidade e do uso de recursos naturais em unidades de conservação do Amazonas”. Esse financiamento garantiu a logística necessária para os deslocamentos até as unidades de conservação onde vigorava o programa. A pesquisa foi registrada no Comitê de Ética sob o número 23250113.2.0000.5020.

comunitários. Nesse sentido, pode-se afirmar que houve influência técnica na indicação dos monitores, sob a alegação da relevância da escolha de pessoas adequadas às necessidades de cada trabalho para que o programa obtivesse resultados consistentes.

Por sua vez, os especialistas alegaram que não houve divergências significativas quanto aos procedimentos adotados pelos técnicos do programa para incluir a participação comunitária. Para eles, tal como para os gestores, efetivou-se o cumprimento das formalidades que conferiram caráter participativo ao processo, o que garantiu a incorporação dos interesses comunitários tanto para a escolha dos monitores como para a seleção dos componentes.

O cumprimento formal da participação comunitária em um programa de monitoramento, todavia, não é suficiente para garantir que os interesses de todas as partes envolvidas estejam corretamente atendidos. A esse respeito, Evans & Guariguata (2008:10) apontam a existência de uma divisão de grupos de interesse na construção desse tipo de programa: de um lado, estariam as populações locais, que detêm uma forma direta de uso dos recursos ou das espécies, em conformidade com seu modo de vida; de outro, os pesquisadores, os governos e as organizações não governamentais, geralmente imbuídos de interesses protecionistas, mais do que o primeiro grupo de interesse. Esse segundo grupo traz recursos financeiros e técnicos essenciais para a institucionalização dos programas; já os usuários da biodiversidade são essenciais para a constituição de um monitoramento efetivamente democrático.

Por essa razão, a negociação permanente de prioridades provenientes dos grupos de interesse

é fundamental para que os programas funcionem com legitimidade (Lawrence et al. 2007:329). No caso do ProBUC, não tivemos condições de avaliar com maior profundidade se as negociações que resultaram nos componentes aprovados também pelos comunitários refletiram, da maneira mais fidedigna possível, os interesses dessas populações locais. No máximo, como mencionado, sabemos que os componentes aprovados não encontraram objeções das comunidades, assim como sua indicação foi baseada em particularidades apontadas pelos planos de manejo das unidades de conservação em que o programa se efetivaria.

Em relação ao financiamento do programa, gestores e especialistas confirmaram a dependência que o ProBUC mantinha em relação a repasses da fundação norte-americana Moore, o que corroborou a deficiência crônica consistente no vínculo que programas de monitoramento participativo de diversas partes do mundo possuem no que concerne a recursos externos (Whitelaw et al. 2003:412). Essa situação é mais crítica quando se trata de programas situados em países periféricos ou em desenvolvimento, onde a limitação orçamentária acentuada e permanente torna o funcionamento deles mais dependente de agências internacionais e de organizações não governamentais (Danielsen et al. 2007:566).

O ProBUC não fugia à regra dos programas com dependência financeira externa e que sofrem com a instabilidade dessa condição. Tanto gestores quanto especialistas reconheceram que essa dependência tinha um reflexo direto na rotina das atividades. As renovações contratuais eram períodos em que o programa ficava paralisado, sem recursos, com sérios problemas de continuidade. Associado a

isso, havia elevada rotatividade da equipe técnica. Normalmente, os técnicos ocupavam cargos comissionados, com permanência incerta, pois a mudança na direção da secretaria de meio ambiente significava alteração também desses membros do ProBUC. E tais alterações, muitas vezes bruscas, implicavam a dissolução de laços de confiança e de afetividade criados entre a equipe técnica e os próprios comunitários, que acabavam se desanimando com sua participação no ProBUC, além de serem obrigados a aguardar o retorno das atividades por tempo incerto, como testemunhado em algumas entrevistas.

Como terceira limitação relevante destacada pelos gestores e especialistas entrevistados, devemos assinalar que o ProBUC não cumpriu a principal tarefa de oferecer dados que auxiliem na gestão das áreas protegidas. No entanto, gestores e especialistas defenderam que o programa, na prática, contribuiu para valorizar conhecimentos tradicionais por meio da monitoria, discutindo a importância da conservação e recolhendo dados para a gerência do programa, além de ter subsidiado pesquisas acadêmicas.

Como ressaltado pelos próprios gestores, os dados foram expostos em reuniões comunitárias, para que fossem socializados ao máximo entre as pessoas locais. Também ficaram disponíveis em um banco de informações localizado no CEUC, sendo utilizados por pesquisadores para projetos específicos, mediante formalização. Mas essas informações não serviram como base para a elaboração de políticas que pudessem aperfeiçoar a gestão das unidades de conservação, como para a criação de planos de manejo e para a revisão de zonas de proteção da biodiversidade,

o que corresponderia à razão primordial desta iniciativa. Nesse sentido, os especialistas foram mais críticos ao afirmarem que faltou do próprio governo estadual uma política ambiental que conferisse ao monitoramento participativo uma função estratégica para alimentar e subsidiar a gestão das unidades de conservação, através do uso sistemático dos dados apurados pela monitoria comunitária.

Essa problemática do retorno de dados como benefícios não é, certamente, específica do ProBUC, pois Garcia & Lescuyer (2008:1304) utilizam a ideia de “relação disfuncional” para descrever o desencontro entre a produção participativa de dados e o aproveitamento deles na gestão da área protegida. É necessário enfatizar, do mesmo modo, que também há exemplos de aproveitamento do retorno dos dados coletados pelos programas de monitoramento, por intermédio de políticas públicas que ajustaram regras de uso e legislações sobre a biodiversidade monitorada, como as experiências verificadas nos Estados Unidos e nas Filipinas (Andrianadransana et al. 2005:2760; Danielsen et al. 2007:569).

3.2. A CONSISTÊNCIA DO PROBUC NA PERSPECTIVA DOS COMUNITÁRIOS

Nas entrevistas realizadas com os comunitários, entre os principais pontos positivos sobre a existência do ProBUC, foram destacadas a melhoria do conhecimento sobre biodiversidade, os recursos naturais e o seu uso (19,5%) e a ajuda financeira oferecida aos monitores (15,9%). A primeira vantagem demonstra o reforço ambiental representado pelo programa. Os moradores locais informaram que, desde a criação da área protegida,

são comuns cursos e oficinas que trabalham a perspectiva da conscientização ambiental. Assim, o ProBUC aparece como mais uma oportunidade para que eles conheçam a importância do uso controlado de espécies e de recursos naturais no interior da UC em que vivem.

A esse respeito, é interessante sublinhar que Garcia & Lescuyer (2008:2) demarcam que a metodologia participativa presume uma aproximação entre comunidades e estruturas do poder estatal, na tentativa de descentralizar a tomada de decisões na “gestão sustentável”. Ela funciona como um ensejo para que os próprios usuários da biodiversidade, com base no conhecimento produzido e difundido pelo monitoramento, revejam suas práticas, com o fito de adaptá-las a condições de menor impacto.

Essa sensibilização ambiental comunitária, contraditoriamente, não deixa de ser impositiva, porque “subjuga [as] práticas locais às novas restrições ecológicas” (Andrianadransana et al. 2005:2758). Por essa razão, a criação de regras para o uso da biodiversidade precisa estar vinculada às organizações comunitárias. Para Ghate & Nagendra (2005:511), ações coletivas voltadas para a regulação do acesso e da utilização da biodiversidade devem ser frutos de um processo de convencimento, fundamentado nas regras definidas pelos próprios comunitários usuários, não em ideias simplesmente impostas por agentes externos.

Quanto ao segundo ponto positivo do ProBUC, cabe frisar que, entre as razões para aceitar a monitoria, as duas principais respostas dividiram-se entre vontade de conhecer melhor a reserva e seus recursos naturais (21,8%) e sensibilidade para

valorizar os recursos naturais (14,5%). Como foi uma seleção de voluntários, no ato da candidatura, os comunitários realmente não sabiam se haveria ajuda de custo, algo que lhes foi revelado apenas após os resultados da aprovação, durante a oficina de capacitação. No momento desta pesquisa, a ajuda de custo, equivalente a diárias de trabalho, consistia nos seguintes valores: R\$ 25,00 por dia de monitoramento, sendo que os de fauna e de jacaré, por serem considerados os de maior periculosidade, chegavam a R\$ 35,00. Como, em média, a atividade do monitoramento ocupava os colaboradores uma vez a cada quinzena, eles chegavam a receber, de modo bimestral, entre R\$ 100,00 e R\$ 140,00 por este trabalho. Ademais, na RDS Uacari, os monitores de quelônios recebiam um rancho mensal referente a R\$ 300,00. Estes valores foram considerados importantes, uma vez que a renda mensal da população era baixa, sendo, em média, de R\$ 770,91 por domicílio. No entanto, a retribuição financeira foi avaliada como insuficiente por alguns dos monitores (17,20%). Os riscos oferecidos e o tempo empregado para a monitoria apareceram como motivos para justificar a necessidade de melhorias no valor concedido. Justamente em decorrência da dedicação ao programa, cerca de 50% dos monitores entrevistados afirmaram que não executariam mais o trabalho sem recompensa financeira.

Entretanto, algumas pessoas declararam que, mesmo sem qualquer remuneração, permaneceriam na função, pela satisfação de conhecer a biodiversidade (18,2%) e por considerá-la um trabalho útil à comunidade (27,30%). Deve ser feita menção especial aos colaboradores que já realizavam o monitoramento de quelônios antes

da chegada do ProBUC. Uma expressiva parcela de monitores da RDS Uacari (62,5%) garantiu que continuaria o monitoramento sem remuneração. Muitos acreditavam que esse trabalho aumentaria a quantidade de quelônios, ainda que não dispusessem de dados comprobatórios, até o momento da investigação.

Sobre esse tema, Danielsen et al. (2010:1167) comentam que o pagamento pode colaborar para que haja mudanças nas atitudes dos comunitários, que passariam a adotar comportamentos mais conservacionistas em relação aos recursos da biodiversidade. Por seu turno, Jorgensen et al. (2005:2669) alegam que o comprometimento com o dever do monitoramento precisa ser compensado por incentivos econômicos, uma vez que tal atividade ocupa um tempo que poderia ser gasto pela população em suas tarefas cotidianas, relacionadas especialmente à sobrevivência. Contudo, os autores enfatizam que a compensação se justifica dentro da estratégia de incentivos sociais, em benefício de toda a comunidade.

Dando prosseguimento aos resultados obtidos, as principais deficiências apresentadas pelos comunitários sobre o ProBUC relacionam-se à existência de dificuldades para definir o programa (16,5%) e ao desconhecimento sobre a utilidade dos dados produzidos por ele (34%). Verificamos mais comunitários não monitores que desconheciam o programa (21%) do que comunitários monitores que o desconheciam (13,5%). De todo modo, é preocupante a constatação de que havia participantes diretos que não sabiam defini-lo. Afinal, todos os monitores receberam formação para esse tipo de trabalho, incluindo, é claro,

informações básicas sobre os objetivos e as razões do programa.

É possível que essa formação sobre o programa, realizada pelos técnicos, tenha sido insuficiente para conduzir a uma compreensão mais abrangente dele. Contudo, a articulação entre conhecimentos práticos das comunidades locais e o conhecimento científico propicia a valorização da experiência de moradores que são usuários diretos da biodiversidade, enriquecendo a gestão da biodiversidade (Reed et al. 2008:1253; Evans & Guariguata 2008:5).

Em referência ao desconhecimento dos dados produzidos pelo monitoramento, uma parcela expressiva dos entrevistados não monitores informou nunca ter tido nenhum contato com os resultados do ProBUC (65,5%). É um nível de desinformação bastante elevado, o que certamente comprometeu o engajamento comunitário, haja vista a dificuldade de se obter apoio da população para algo que é por ela desconhecido. Entretanto, a maioria dos monitores (63%) alegou que os resultados eram divulgados nas reuniões comunitárias. Pelo percentual observado, esse procedimento parece ter sido insuficiente para popularizar os resultados do programa.

Destacamos, ainda, que existiam dificuldades de compreensão dos resultados até mesmo por parte dos monitores (23%), os quais disseram, na ocasião, entender “parcialmente” os boletins encaminhados pela equipe técnica do programa. Ademais, alguns deles (13%) declararam simplesmente que não compreendiam nenhum dos resultados expressos nos boletins. Considerando isso, é possível afirmar que as incompreensões sobre os dados e as informações por parte dos próprios monitores

prejudicavam a divulgação deles aos demais comunitários.

Essa questão nos remeteu ao problema mais amplo de comunicação dos resultados do ProBUC. Para ultrapassar esse obstáculo, há a necessidade de criar alternativas que facilitem a compreensão dos dados pelos comunitários. A respeito disso, Guijit (2008:36) salienta que, muitas vezes, os programas de monitoramento acabam encerrando-se no papel de meros produtores de dados, sem materializar um retorno sistemático, condizente com as condições sociais de aprendizagem, que seria fundamental para nivelar um entendimento mínimo e comum para todos os atores que participam do processo.

Mesmo desconhecendo ou não sabendo utilizar os dados produzidos, em geral, os comunitários acreditavam que o ProBUC poderia contribuir para melhorias em suas estratégias produtivas. Aproximadamente 25% imaginavam ou desejavam que o programa ajudasse na geração de renda e no aumento de oportunidades econômicas. Ou seja, o envolvimento passava pela expectativa de satisfação de suas necessidades. Magnusson et al. (2013:21) assinalam que a participação direta dos comunitários no monitoramento participativo se torna viável à medida que os programas se vinculam a direitos socioeconômicos, como reconhecimento do uso da terra, do rio e da biodiversidade, geração de renda, entre outros benefícios.

Um exemplo notável, observado por Danielsen et al. (2007:569), ocorreu nas Filipinas, onde o monitoramento facilitou a racionalização do uso da biodiversidade pelos comunitários usuários, que atuaram como gestores dos próprios parques onde vivem com seus sistemas tradicionais. Gimenez et al. (2008:2) asseveram que os benefícios se associam

também ao protagonismo comunitário em todo o processo de gestão do programa, em conjunto com as diferentes etapas, como aprovação de protocolos, realização de coleta de dados e análise dos resultados, produzindo, assim, o denominado “monitoramento colaborativo”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um programa de monitoramento que pretenda integrar todas as gestões das UC estaduais do Amazonas é um desafio, e exige um maciço investimento. Nesse sentido, o ProBUC foi uma interessante iniciativa.

No contexto de consolidação das unidades de conservação estaduais, este programa contribuiu com a capacidade de mobilizar moradores locais em torno da proposta da monitoria comunitária, debatendo a importância da conservação da biodiversidade e gerando dados, que podem indicar tendências relevantes para subsidiar as intervenções públicas nas UC em que o programa foi inserido. Inegavelmente, serviu como suporte econômico para comunitários que dele participaram, embora isso não constasse como objetivo do programa.

A existência do ProBUC até os dias atuais, ainda que reduzido a poucos componentes, é uma demonstração de sua viabilidade, até porque está estendido a um número maior de UC. Fortalecê-lo é um imperativo. Para tanto, é fundamental que os recursos do programa federal “Áreas Protegidas da Amazônia”, que hoje o sustentam, sejam capazes de financiá-lo em longo prazo, permitindo investimentos em logística e na promoção de uma equipe técnica permanente, para que não haja mais problemas de continuidade.

Da mesma forma, é inadiável que os dados acumulados ao longo da existência do programa sejam direcionados tanto para a revisão dos planos de gestão das UC quanto para os órgãos responsáveis pela implementação dos planos de manejo, gerando programas de renda que atendam e motivem as comunidades usuárias diretas da biodiversidade.

5. REFERÊNCIAS

- Andrianadransana, H. T., J. Randriamahefasoa, J. Durbin, R. E. Lewis, e J. H. Ratsimbafy, 2005. Participatory ecological monitoring of the Alaotra wetlands in Madagascar. *Biodiversity & Conservation* 14(1):2757-2774. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10531-005-8413-y>.
- Boissière, M., F. Bastide, I. Basuki, J. L. Pfund, e A. Boucard. 2014. Can we make participatory NTFP monitoring work? Lessons learnt from the development of a multistakeholder system in Northern Laos. *Biodiversity Conservation* 23(1):149-170. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10531-013-0589-y>.
- Costa, D. C. 2014. Limitações e potencialidades do Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso de Recursos Naturais – ProBUC – para a gestão ambiental de unidades de conservação do Amazonas. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Brasil.
- Cundill, G., e C. Fabricius. 2009. Monitoring in adaptive co-management: toward a learning based approach. *Journal of Environmental Management* 90(11):3205-3211. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2009.05.012>.
- Danielsen, F., D. S. Balete, M. K. Polsen, M. Enghoff, C. M. Nozawa, e A. E. Jensen. 2000. A simple system for monitoring biodiversity in protected areas of a developing country. *Biodiversity & Conservation* 9(12):1671-1705. DOI: <https://doi.org/10.1023/A:1026505324342>.
- Danielsen, F., M. M. Mendoza, A. Tagtag, P. A. Alviola, D. S. Balete, A. E. Jensen, M. Enghoff, e M. K. Polsen. 2007. Increasing conservation management action by involving local people in natura resource monitoring. *Ambio* 36(7):7:566-570. DOI: [https://doi.org/10.1579/0044-7447\(2007\)36\[566:icmabi\]2.0.co;2](https://doi.org/10.1579/0044-7447(2007)36[566:icmabi]2.0.co;2).
- Danielsen, F., N. D. Burgess, P. M. Jensen, e K. Pirhofer-Walzl. 2010. Environmental monitoring: the scale and speed of implementation varies according to the degree of peoples involvement. *Journal of Applied Ecology* 47(6):1166-1168. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2664.2010.01874.x>.
- Estrella, M., e J. Gaventa. 1998. *Who counts reality? Participatory monitoring and evaluation: a literature review*. (IDS working papers, 70). Brighton: Institute of Development Studies. Disponível em: <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/123456789/3388/Wp70.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- Evans, K., e M. R. Guariguata. 2008. *Participatory monitoring in tropical forest management: a review of tools, concepts and lessons learned*. Indonesia: Center for International Forestry Research.

- Disponível em: http://www.cifor.org/publications/pdf_files/Books/BGuariguata0801.pdf. Acesso em: 8 out. 2016.
- Fonseca Junior, S. F. et al. 2011. *Programa de monitoramento da biodiversidade e do uso de recursos naturais - ProBUC: a experiência das unidades de conservação estaduais do Amazonas*. Manaus: Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas.
- Garcia, C. A., e G. Lescuyer. 2008. Monitoring, indicators and community based forest management in the tropics: pretexts or red herrings. *Biodiversity & Conservation* 17(6):1303-1317. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10531-008-9347-y>.
- Ghate, R., e H. Nagendra. 2005. Role of monitoring in institutional performance: forest management in Maharashtra, India. *Conservation & Society* 3(2):509-532. Disponível em: <http://www.conservationandsociety.org/text.asp?2005/3/2/509/49325>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- Gimenez, M. E. F., H. L. Ballard, e V. E. Stutervant. 2008. Adaptive management and social learning in collaborative and community-based monitoring: a study of five community-based forestry organizations in the western USA. *Ecology and Society* 13(2):1-22. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss2/art4/main.html>. Acesso em: 18 ago. 2016.
- Guijit, I. 2008. Seeking surprise: rethinking monitoring for collective learning in rural resource management. Tese de Doutorado, Wageningen University, Holanda. Disponível em: <http://library.wur.nl/WebQuery/wda/abstract/1865671>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- Jorgensen, E. T., M. K. Poulsen, J. F. Lund, e J. F. Massao. 2005. Community-based monitoring of natural resource use and forest quality in montane forests and miombo woodlands of Tanzania. *Biodiversity & Conservation* 14(11):2653-2677. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10531-005-8399-5>.
- Lawrence, A., K. Paudel, R. Barnes, e Y. Malla. 2007. Adaptive value of participatory biodiversity monitoring in community forestry, Nepal. *Environmental Conservation* 33(4):325-334. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0376892906003432>.
- Lee, W., M. Mcglone, e E. Wright. 2005. *Biodiversity inventory monitoring: a review of national and international systems and a proposed framework for future biodiversity monitoring by the Department of Conservation*. Nova Zelândia: Landcare Research New Zealand Ltd. Disponível em: <https://tinyurl.com/y3p47orf>. Acesso em: 20 out. 2016.
- Magnusson, W., R. Braga Neto, F. Pezzini, F. Baccaro, H. Bergallo, J. Penha, D. Rodrigues, L. M. Verdade, A. Lima, A. L. Albernaz, J.-M. Hero, B. Lawson, C. Castilho, D. Drucker, E. Franklin, F. Mendonça, F. Costa, G. Galdino, G. Castley, J. Zuanon, J. Vale, J. L. C. Santos, R. Luizão, R. Cintra, R. I. Barbosa, A. Lisboa, R. V. Koblitz, C. N. Cunha, e A. R. Mendes Pontes. 2013. *Biodiversidade e monitoramento ambiental integrado*. São Paulo: Áttema Editorial. Disponível em: https://ppbio.inpa.gov.br/sites/default/files/Biodiversidade_e_monitoramento_ambiental_integrado.pdf. Acesso em: 15 maio 2016.
- Reed, M. S., A. J. Dougill, e T. R. Baker. 2008. Participatory indicator development: what can ecologists and local communities learn from each

- other? *Ecological Applications* 18(5):1253-1269. DOI: <https://doi.org/10.1890/07-0519.1>.
- Schmeller, D. S., P. Y. Henry, R. Julliard, B. Gruber, J. Clobert, F. Dziock, S. Lengyel, P. Nowick, E. Déri, E. Budrys, T. Kull, K. Tali, B. Buch, J. Settele, C. Van Swaay, A. Kobler, V. Babij, E. Papastergiadou, e K. Henle. 2009. Advantages of volunteer-based biodiversity monitoring in Europe. *Conservation Biology* 23(2):307-316. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2008.01125.x>.
- Sheil, D., e A. Lawrence. 2004. Tropical biologists, local people and conservation: new opportunities for collaboration. *Trends in Ecology & Evolution* 19(12):634-638. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tree.2004.09.019>.
- Stuart-Hill, G., R. Diggle, B. Munale, J. Tagg, e D. Ward. 2005. The event book system: community-based monitoring in Namibia. *Biodiversity & Conservation* 14(11):2611-2631. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10531-005-8391-0>.
- Whitelaw, G., H. Vaughan, B. Craige, e D. Atkinson. 2003. Establishing the Canadian community monitoring network. *Environmental Monitoring and Assessment* 88(1-3):409-418. DOI: <https://doi.org/10.1023/A:1025545813057>.

INDIGENISMO EMPRESARIAL EM BELO MONTE: UMA ETNOGRAFIA DA POLÍTICA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE UM MEGAEMPREENHIMENTO NA AMAZÔNIA

Rafael Costa

Universidade Federal de Minas Gerais | Belo Horizonte - MG - Brasil

submissão: 28/07/2018 | aprovação: 26/11/2018

RESUMO

Este artigo é resultado de uma etnografia baseada na minha experiência como consultor ambiental durante a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Mais especificamente, da minha participação como pesquisador nos Estudos Complementares do Rio Bacajá, os quais, seguindo determinação da Fundação Nacional do Índio, objetivavam o levantamento dos aspectos ecológicos do rio Bacajá, com especial atenção aos modos de vida dos Xikrin da Terra Indígena Trincheira Bacajá, cujas aldeias estão localizadas às margens desse rio. A análise desse campo suscita oportuna reflexão sobre a prática do “indigenismo empresarial”, processo que, segundo Stephen Baines, submete o ordenamento jurídico-administrativo das políticas indigenistas do Estado aos interesses privados de corporações empenhadas na instalação de empreendimentos no interior, através ou nos limites de territórios indígenas. Busco problematizar a estrutura prática do indigenismo empresarial, de forma a explorar como suas regras e princípios tecnocráticos dissimulam a temporalidade destrutiva do capitalismo.

Palavras-chave: indigenismo empresarial; etnografia; Belo Monte; Amazônia.

CORPORATE INDIGENISM IN BELO MONTE: AN ETHNOGRAPHY OF THE ENVIRONMENTAL LICENSING POLICY OF A MEGA-BUSINESS IN THE AMAZON

ABSTRACT

This article is the result of an ethnography based on my experience as an environmental consultant during the construction of Belo Monte dam. In particular, about my participation as a researcher in the Complementary Studies of the Bacajá River, which, following the determination of the Brazilian Indigenous Foundation, focused on the ecological aspects of the Bacajá river, especially the ways of life of the Xikrin population located on the banks of the river. The analysis of this field raises a timely reflection on “corporate indigenism” practice, a process that, accordingly to Stephen Baines, submits the legal and administrative order of the state’s indigenist policies to the private interests of companies and corporations engaged in the installation of enterprises in, across or on the frontiers of indigenous territories. I intend to problematize the practical structure of corporate indigenism in order to explore how its rules and principles (bureaucratic and techno-scientific) disguise the destructive temporality of capitalism.

Keywords: corporate indigenism; ethnography; Belo Monte; Amazon.

INDIGENISMO EMPRESARIAL EN BELO MONTE: UNA ETNOGRAFÍA DE LA POLÍTICA DEL LICENCIAMIENTO AMBIENTAL DE UN MEGAPROYECTO EN LA AMAZONIA

RESUMEN

Este artículo resulta de una etnografía basada en mi experiencia como consultor ambiental durante la construcción de la hidroeléctrica de Belo Monte. Específicamente, de mi participación en los Estudios Complementares del Río Bacajá, que, siguiendo la directriz de la Fundación Nacional del Indio, objetivaban el levantamiento de los aspectos ecológicos del río Bacajá, con especial atención a los modos de vida de los Xikrin de la Tierra Indígena Trincheira Bacajá, cuyas aldeas están localizadas a márgenes de este río. Este análisis suscita una oportuna reflexión sobre la práctica del “indigenismo empresarial” que, según Stephen Baines, somete el ordenamiento jurídico-administrativo de las políticas indigenistas del Estado a los intereses privados de corporaciones empeñadas en la instalación de emprendimientos dentro, a través, o en los límites de los territorios indígenas. Busco problematizar la estructura práctica del indigenismo empresarial para explorar cómo sus reglas y principios tecnocráticos disimulan la temporalidad destructiva del capitalismo.

Palabras clave: indigenismo empresarial; etnografía; Belo Monte; Amazonia.

1. INTRODUÇÃO: A AUTOANTROPOLOGIA DE UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO CAMPO DO INDIGENISMO EMPRESARIAL

Este artigo traz uma autoantropologia da minha experiência como consultor ambiental no processo de licenciamento ambiental da usina hidrelétrica Belo Monte¹, entre os anos de 2010 a 2013, em uma empresa privada². Para a presente exposição, tomo como recorte analítico a minha participação na execução de uma condicionante específica da Licença de Instalação (LI) de Belo Monte, os Estudos Complementares do Rio Bacajá (ECRB) (Norte Energia 2012a). Tais estudos, ordenados a partir de parecer técnico da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), objetivavam o levantamento dos “aspectos de navegabilidade, ictiofauna, sedimentação [qualidade da água] e hidrologia” (FUNAI 2009:68) do rio Bacajá, com especial atenção à correlação desses aspectos com os modos de vida dos Xikrin, da Terra Indígena Trincheira Bacajá (TITB), fortemente dependentes desse rio³.

A autoanálise de tal experiência traz à tona uma oportuna reflexão sobre a prática do “indigenismo

empresarial” na Amazônia, processo que, segundo o antropólogo Stephen Baines (1995, 2004, 2012), submete o ordenamento jurídico-administrativo das políticas indigenistas do Estado aos interesses privados de empresas e de corporações, empenhadas na instalação de grandes empreendimentos econômicos no interior, através e/ou nos limites de terras indígenas (como barragens para geração de energia hidrelétrica, mineração, rodovias, complexos portuários, projetos do agronegócio, entre outros) (Baines 1995, 2004, 2012).

Nesta reflexão, busco problematizar a estrutura prática do indigenismo empresarial, de forma a explorar como suas regras e seus princípios, ancorados em aparatos tecnocientíficos e burocráticos, dissimulam, ao invés de evidenciarem, a temporalidade destrutiva do capitalismo moderno. Contudo, o argumento central do artigo não trata de denunciar a forma como o aparelhamento do indigenismo empresarial “tem o efeito de diminuir os impactos desmedidamente nefastos de uma grande usina hidrelétrica” (Baines

1 Belo Monte é um empreendimento de aproveitamento hidroenergético do rio Xingu, no estado do Pará, na região Norte do Brasil. Sua construção iniciou-se em setembro de 2011, a partir da concessão da licença de instalação pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e segue sendo implantada, considerando-se que nem todas as turbinas de geração de energia foram instaladas até o momento.

2 Nomeadamente, a Leme Engenharia. Originalmente, uma empresa de engenharia consultiva constituída em 1965, no estado de Minas Gerais, que, desde 2000, passou a ser subsidiária da empresa de engenharia belga Tractebel, tendo adotado seu nome desde 2013. A Tractebel, por sua vez, pertence ao Grupo Engie, que é uma empresa de capital misto da França, mundialmente reconhecida como uma das maiores produtoras de energia elétrica, com atuação em 70 países. No Brasil, a Tractebel/Engie tem uma atuação marcante no avanço da fronteira hidrelétrica do Estado brasileiro sobre a Amazônia, destacando sua participação na engenharia consultiva dos projetos das usinas de Santo Antônio e Jirau. Sua atuação na prestação de serviços ambientais no país é iniciada, pelo menos, desde 2005, a partir da coordenação dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte (Eletrobrás 2009a).

3 Os ECRB compõem uma determinação da FUNAI (FUNAI 2009), elaborada a partir de sua análise dos Estudos do Componente Indígena (ECI) dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte (Eletrobrás 2009a, 2009b). A recomendação da FUNAI para que os Estudos Complementares fossem realizados segue, por sua vez, determinação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em sua análise ambiental dos estudos do componente indígena do EIA de Belo Monte (IBAMA 2009 apud FUNAI 2009), como condição para a aprovação da licença de instalação da usina.

2012:119), embora tal tema não esteja ausente do texto, mas sim busca demonstrar como tal mascaramento é experimentado pelos profissionais executores de tais políticas. No caso aqui analisado, os analistas ambientais de empresas privadas de consultoria ambiental. Desse modo, o objetivo principal do texto é oferecer um relato autoetnográfico deste processo de dissimulação/mascaramento vivenciado pelos praticantes do indigenismo empresarial (no caso específico, dos ECRB).

Dada a nova estruturação das políticas públicas no Brasil (Sousa Lima & Castro 2015), onde a formulação de planos, ações e tecnologias de governo não se restringe às organizações administrativas dos Estados, mas se expandem por diferentes modalidades de organizações (Sousa Lima & Castro 2015:35), a responsabilidade de uma empresa privada em conduzir o levantamento de informações complementares sobre os impactos de uma usina hidrelétrica contra determinado território indígena deve ser **sim** problematizada. Contudo, o que acontece quando a “racionalidade” ou o aparelhamento desse processo se depara com as dimensões afetivas, de dúvida, de ansiedade, de incerteza e de contenção, experimentadas pela pessoa humana alocada nesses campos, na qualidade de “indigenista empresarial”?

Nesse sentido, a partir da descrição da forma como a política do indigenismo empresarial, no caso específico dos ECRB, está estruturada de modo a dissimular a dimensão destrutiva do megaempreendimento e estabilizá-la em uma rotina tecnocientífica e burocrática. Busco problematizar as implicações dessa estrutura para os profissionais que executam tais políticas, bem como para as comunidades indígenas atingidas por essas intervenções. Com esse objetivo, uma reflexão teórica é possibilitada: explorar os níveis (possíveis) de sensibilidade e de reação intuitiva dos

profissionais do indigenismo empresarial, ao invés de enquadrá-los como máquinas/engrenagens dos aparelhos ideológicos do Estado.

Nessa perspectiva, a ênfase dada aqui, na possibilidade de etnografar o cotidiano dessas práticas, direciona menos atenção à forma como esse processo se estrutura a partir de “técnica[s] de produção de crença” (Sousa Lima & Castro 2015:37), já que o aspecto que tentei privilegiar na descrição da experiência do profissional da consultoria ambiental (minha, por sinal) enfatiza mais as **relações** possíveis no **campo** de interação destes profissionais do que a determinação ideológica por meio da qual o processo de “fazer Estado” (Sousa Lima & Castro 2015:39) se efetiva mediante à produção de subjetividades e de assujeitamentos a códigos de conduta e de moralidades sancionados via regulamentos jurídico-administrativos governamentais.

Afinal, é a **experiência de campo** do profissional da consultoria ambiental que pretendo acentuar, a qual é profundamente marcada pelo contraponto material e espiritual das comunidades indígenas, bem como pela dimensão destrutiva do capitalismo, colocando incessantemente à prova o sistema formal de pensamento do indigenismo empresarial, assim como pontos de vista ou de **crenças** previamente estabelecidas. Se “o aparelho do nosso ser social pode ser desfeito e refeito pela viagem”, tal como assinalou Merleau-Ponty (1991:129), é a possibilidade de explorar uma imaginável “experiência etnológica” (Merleau-Ponty 1991:129) dos profissionais do indigenismo empresarial que pretendo considerar a partir da autoetnografia dessa prática, de modo que os resultados desta análise possibilitem a estes profissionais um engajamento crítico tanto para as pressuposições quanto para os **efeitos** de suas ações.

Aquilo que se convencionou chamar atualmente de “autoantropologia” – i.e., “a antropologia realizada no contexto social que a produziu”, cujo resultado implica a devolução “à cultura ou sociedade em que se origina os construtos centrais dessa cultura” (Strathern 2015:134, 150) – nunca deixou de ser matéria da pesquisa **etnológica**. Afinal, conforme nos demonstrou Strathern (2015:150), “Colocar-se na posição de autor [de uma etnografia] é testemunhar o mundo através de olhos diferentes”. E isso resulta, consequentemente, em uma alteração do ponto de vista sobre si mesmo e sobre o mundo: “Se o ponto de vista não tiver sua autoria revista – se não for absorvido como um processo enriquecedor cujo propósito é o autoconhecimento – pode-se considerar que ele acrescenta muito pouco” (Strathern 2015:150).

Nessa mesma linha, o antropólogo Tim Ingold (2003), certa vez, argumentou que “na antropologia estudamos nós mesmos, precisamente porque ela requer uma mudança de concepção de ‘quem’ somos, desde um exclusivo ‘nós’ Ocidental para um inclusivo ‘nós’ global” (Ingold 2003:xv). Ainda segundo Ingold (2003:xv):

Adotar uma atitude antropológica é largar mão de um pretensão pertencimento a uma associação seletiva de ocidentais, singularmente privilegiados nos seus olhares sobre os habitantes de “outras culturas”, e reconhecer que ao lado desses outros, cuja companhia compartilhamos (ainda que temporariamente), somos todos companheiros viajantes neste mesmo mundo.

Explorar as possibilidades do desligamento dos privilégios (muitas vezes, frustrantes e desconcertantes)

iminentes às posições de poder ocupadas pelos profissionais do indigenismo empresarial, possibilidades estas ativadas a partir do contraponto indígena, é o objetivo principal deste artigo. Dessa forma, antevê-se a possibilidade de desconectar a atividade cognitiva dos profissionais da consultoria ambiental em relação aos constrangimentos⁴ que condicionam a sua atuação política à lógica operacional do setor elétrico (cf. Zhouri & Oliveira 2013) e reativá-la às **perplexidades** que seus sistemas de regras, procedimentos operativos e códigos de condutas morais tentam dissimular, mas cuja “lógica” os indígenas não deixam de asseverar.

2. O CONTRAPONTO INDÍGENA: “KUBËN DO NGÔ BEYËT, O RIO BACAJÁ VAI SECAR”

Eu sei que o rio Bacajá vai secar, todos os Xikrin sabem, mas vocês não querem acreditar. Eu vou falar reto para você, falar direto, porque Mebêngôkre fala assim forte e reto, não enrola ninguém. Quero apostar com você. Se vocês estiverem certos e o rio Bacajá não secar com o barramento do Xingu, vocês voltarão aqui na aldeia e poderão me amarrar num pau no meio da aldeia onde eu ficarei amarrado três dias e três noites, sem comer e nem beber água. Agora, se vocês estiverem errados e o rio Bacajá secar, ficar quente e rápido eu vou te buscar e vou te amarrar aqui na aldeia por três dias e três noites, sem água e sem comida. Vocês precisam aprender que os Xikrin conhecem o rio Bacajá e sabem que ele vai secar se o rio Xingu for barrado. Os Xikrin falam certo e vocês falam feio, falam mentira (Meiti Xikrin, TITB, abr. 2012, registro e tradução feitos por Mantovanelli 2016a:197).

4 Ou, como diria Bourdieu (2003:284), das “propriedades tristemente impessoais”.

O rio Bacajá é o principal tributário do rio Xingu, na região da Volta Grande⁵. Boa parte da sua bacia hidrográfica (com área aproximada de 1.650.000 hectares) é ocupada pela Terra Indígena Trinchreira Bacajá (TITB) (cerca de 1.500.000 hectares) (Figura 1), que, por sua vez, é habitada pelos Xikrin, um dos ramos dos Kayapó Setentrionais, falantes da língua Mebêngôkre, pertencentes à família Jê. A TITB é uma grande aliada na preservação ambiental da bacia hidrográfica do rio Bacajá, uma vez que seus limites territoriais ajudam a conter o desmatamento da floresta amazônica, iniciado pelo processo de assentamento rural nas margens da rodovia Transamazônica a partir da década de 70 (Anexo 1).

Minha atuação nos Estudos Complementares do Rio Bacajá (ECRB), ordenados a partir de parecer técnico da FUNAI (2009) no processo de licenciamento ambiental de Belo Monte (já mencionado), concentrou-se no registro dos aspectos socioeconômicos da navegação que os Xikrin empreendiam no rio Bacajá e entre a TITB e a cidade de Altamira, a fim de fundamentar eventuais medidas mitigatórias e compensatórias para manutenção das condições de navegabilidade e acessibilidade dos Xikrin, em decorrência das mudanças nos regimes hidrológicos dos rios Xingu e Bacajá a partir da instalação de Belo Monte.

Para tanto, visitei a Terra Indígena três vezes durante todo o ano de 2012, em datas espaçadas, de

modo a cobrir a navegação praticada pelos Xikrin nos respectivos ciclos hidrológicos dos rios Bacajá e Xingu, de seca, cheia e vazante/enchente, respectivamente. Foram mais de 2.500 km percorridos pelos rios Xingu e Bacajá ao longo daquele ano, contabilizando tanto o trajeto entre a cidade de Altamira até as cinco aldeias da TITB⁶ quanto os deslocamentos no interior do território Xikrin, para mapeamento da navegação local. A viagem realizada no período de seca foi a mais demorada, com duração de cinco dias, tempo necessário para completar os 700 km de ida e volta, desde a cidade de Altamira até a aldeia mais a montante no rio Bacajá, Mrotidjãm, naquela época do ano.

As outras equipes dos estudos, responsáveis pelo levantamento da ictiofauna e da qualidade da água, também realizaram campanhas de campo na TITB ao longo dos ciclos hidrológicos do rio Bacajá. A ideia era caracterizar os aspectos da biota aquática e da qualidade da água daquele rio em cada um de seus períodos hidrológicos, tal como se previu para a caracterização da navegação, de modo a correlacionar os resultados desse diagnóstico com a reprodução dos modos de vida Xikrin (e.g., consumo proteico, saúde humana, disponibilidade de recursos, mobilidade, escoamento da produção e etnoecologia).

Contudo, a questão central em torno da qual se estruturava os ECRB concentrava-se nos efeitos do

5 Denominação atribuída ao trecho fluvial do rio Xingu, com extensão de aproximadamente cento e quarenta quilômetros, localizado entre a cidade de Altamira, no Pará, e a comunidade de pescadores Belo Monte do Pontal, no distrito do município de Vitória do Xingu, também no Pará. O trecho é assim denominado em razão da acentuada curva que o rio traça na sua área de transição entre o médio e o baixo Xingu.

6 Em 2012, eram cinco as aldeias dos Xikrin na TITB: Pykayakà, mais próxima à foz do rio Bacajá, no rio Xingu, a aproximadamente 60 km da foz; Pot-Krô, a aproximadamente 100 km da foz; Pytako (ou aldeia do Onça), localizada a 160 km da foz; além das aldeias Bacajá e a Mrotidjãm, localizadas na região mais a montante da TI, a aproximadamente 270 km da foz. Recentemente, nove aldeias compõem a TITB. Além das já citadas, fazem parte, ainda, Khãnh, Kamôktkô, Kenkudjoi e Rapkô.

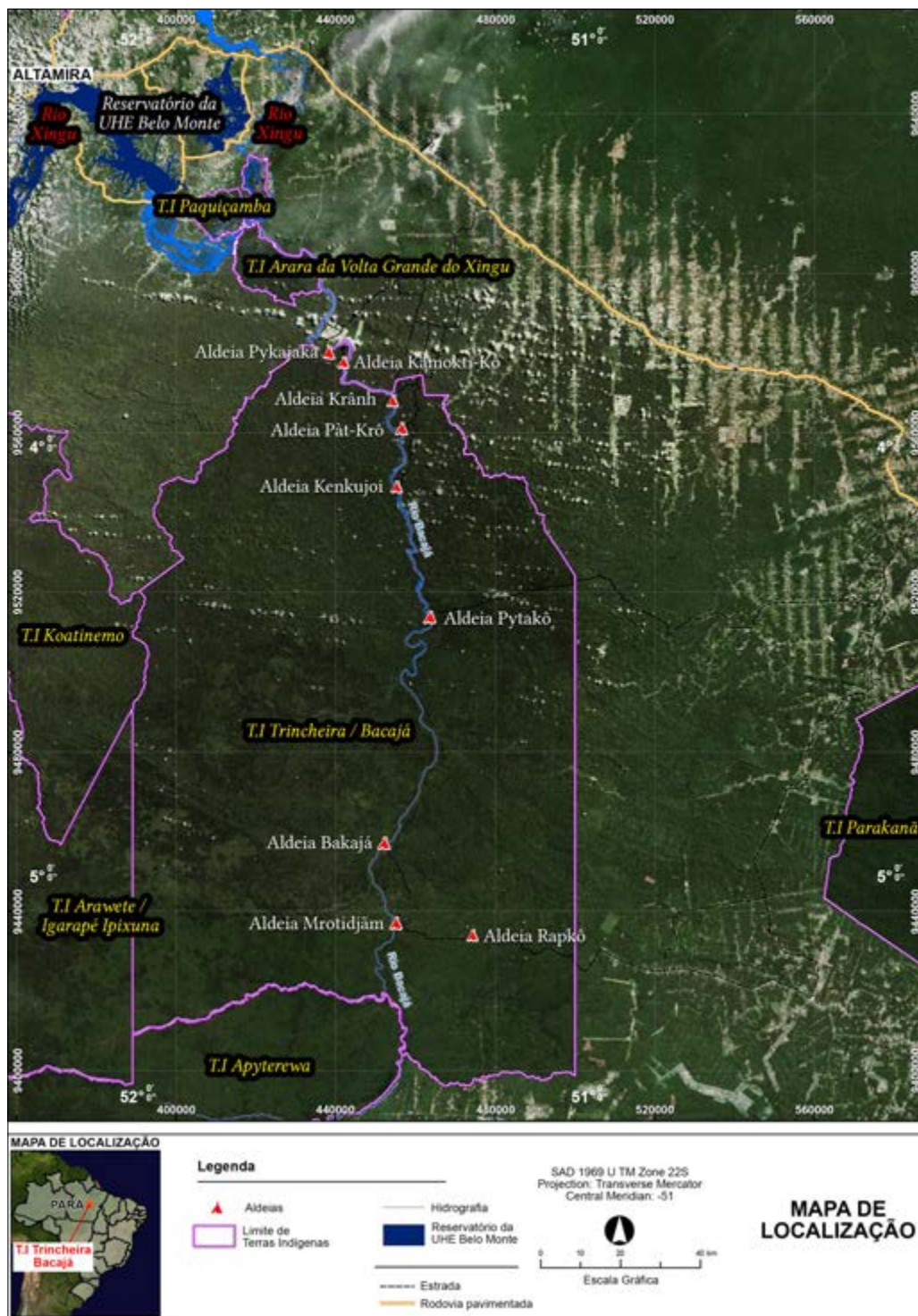


Figura 1 – Mapa de localização da TITB e de suas aldeias em relação à usina Belo Monte.
Fonte: Norte Energia (2009a).

barramento do rio Xingu sobre este rio. Conforme apontado pelos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) da usina Belo Monte (Eletrobrás 2009a:40-42), o baixo curso do rio Bacajá seria afetado pela imposição da vazão reduzida na Volta Grande do Xingu, devido à diminuição do “efeito de remanso” neste trecho, pois, no baixo curso do rio Bacajá, em uma condição sem a usina (i.e., natural), o rio Xingu avançava sobre sua foz por uma extensão de, aproximadamente, 25 km no seu ciclo de cheia, gerando efeito de represamento do rio Bacajá neste período. Esta característica é que é denominada pelos engenheiros hídricos dos ECRB como “efeito de remanso”⁷.

Conforme apontado no EIA (Eletrobrás 2009a), com o início da operação de Belo Monte e a imposição da vazão reduzida na Volta Grande⁸, as cheias do rio Xingu iriam “diminuir drasticamente, comprometendo o curso do baixo Bacajá... pois o rio Bacajá depende das cheias anuais do rio Xingu para a reprodução de seus processos ecológicos” (Eletrobrás 2009a: 41-42). Desse modo, após a instalação da usina,

a inundação das planícies aluviais e do canal do baixo curso do rio Bacajá nos ciclos de cheia do rio Xingu não seriam mais registradas.

Entre os danos prognosticados pelo EIA (Eletrobrás 2009a), a partir da alteração nos regimes hidrológicos dos rios Xingu e Bacajá, poder-se-iam destacar: i) comprometimento dos fluxos de peixes migratórios e de seus processos reprodutivos e, conseqüentemente, a diversidade de espécies da ictiofauna encontrada no interior da TITB; ii) aumento da velocidade do escoamento fluvial do rio Bacajá, sem o “efeito remanso” do rio Xingu, o que comprometeria a estabilidade de suas encostas; iii) a exposição do baixo curso do Bacajá a uma condição contínua de seca comprometeria a navegação no local, uma vez sendo identificada ali a formação de fortes corredeiras durante os ciclos hidrológicos de seca. Ainda segundo o EIA (Eletrobrás 2009a), o trecho fluvial do baixo curso do rio Bacajá **era** um dos locais de maior biodiversidade relativa na “área de abrangência” definida para os estudos de impacto ambiental de Belo Monte.

7 Segundo os engenheiros hídricos responsáveis pelos estudos hidrológicos dos ECRB: “Por efeito de remanso, entende-se a desaceleração das águas de um curso de água devido a alguma restrição física ao escoamento. A foz do rio Bacajá no rio Xingu tem seu escoamento sujeito ao remanso das águas provocado pela maior magnitude das vazões do rio Xingu quando comparadas às do rio Bacajá [no ciclo hidrológico de cheia]” (Norte Energia 2012a:10).

8 Com o barramento do rio Xingu e o desvio de suas águas para conformação de um segundo reservatório (onde estão sendo instaladas as turbinas da Casa de Força Principal da usina), uma extensão de aproximadamente cem quilômetros do trecho fluvial da Volta Grande, a jusante do eixo do barramento principal da hidrelétrica, será submetida a uma vazão residual. Essa **imposição** foi reconhecida pelos estudos ambientais da usina, muito contraditoriamente, como “hidrograma ecológico de consenso” ou “hidrograma mínimo” (Norte Energia 2011:367). Afinal, a definição das vazões mínimas para o trecho, de modo a, supostamente, permitir a manutenção da “sazonalidade do regime fluvial da região, sem, contudo, prejudicar significativamente o desempenho da usina quanto à sua capacidade de produção” de energia (Eletrobrás 2009a:206), foi uma definição meramente técnica, tomada de forma monocrática pelos profissionais que coordenaram e executaram o EIA da usina, sem o consentimento das populações locais da Volta Grande – como os próprios técnicos afirmam em artigo publicado no XX Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica. Segundo eles: “O EIA chegou à conclusão de que se deve garantir vazões mínimas que permitam a navegação no período de seca e vazões de cheias que permitam pelo menos um mínimo de inundação das florestas aluviais, além da manutenção da variação dessas vazões, mesmo que em menos amplitude, de forma semelhante ao que ocorre hoje” (Garcia et al. 2009:7).

A partir desse cenário, o impacto direto da alteração hídrica e territorial dos rios Xingu e Bacajá provocada pela usina sobre as condições de vida dos Xikrin deveria ser melhor estudado,

a fim de esclarecer dúvidas sobre as possibilidades de assoreamento [do rio Bacajá], diminuição de vazão, impactos sobre ictiofauna, que pode[ria]m comprometer de alguma maneira tanto as atividades de subsistência (pesca) como comerciais (castanha) e a locomoção das comunidades Xikrin (IBAMA apud FUNAI 2009:5 grifo meu).

Realizadas as campanhas, os resultados finais dos Estudos Complementares do Rio Bacajá corroboraram as dimensões destrutivas da usina previstas no EIA e em pareceres técnicos da FUNAI e do IBAMA, além de projetarem as medidas a serem adotadas para mitigar e compensar os impactos prognosticados. Contudo, o “esclarecimento das dúvidas” com relação aos efeitos desse diagnóstico sobre os modos de vida dos Xikrin da TITB não pôde ser sanado pelas alternativas propostas pelos analistas ambientais responsáveis pelos ECRB. E foi exatamente contra essa situação de incerteza, esforçadamente sustentada pela prática da consultoria ambiental, que emergiu o contraponto indígena. Vejamos.

Após a conclusão das pesquisas de campo dos ECRB, do tratamento dos dados e da sistematização de seus resultados, uma série de reuniões para a apresentação dos estudos foi agendada em cada uma das aldeias da TITB. Nesses encontros, era esperado que todos os técnicos das áreas estudadas (hidrologia, ictiologia, etnoecologia, navegação e qualidade da água) estivessem presentes nas aldeias,

para expor os resultados finais de suas pesquisas, de modo a informar os Xikrin sobre as ações em curso e que ainda seriam implementadas, a fim de conter o prognóstico destrutivo anunciado. Em outras palavras, isso foi feito para reduzir a “preocupação dos Xikrin” (como enunciava um dos materiais gráficos utilizados nas reuniões) com relação à reprodução de seus modos de vida após a instalação de Belo Monte.

Contudo, apesar da reunião cumprir o protocolo procedimental previsto pelos ECRB, no contexto do licenciamento ambiental do empreendimento hidrelétrico, sua eficácia em informar e, assim, sanar a inquietação dos indígenas com relação ao futuro do rio Bacajá, a partir da construção da usina, não foi alcançada. Afinal, mesmo reunidos nas aldeias com todo seu conhecimento acumulado, equipados com imagens, gráficos, mapas e cartazes coloridos (*banners*) – que detalhavam os métodos empregados nas pesquisas, os equipamentos técnicos utilizados e todo o esforço de campo empreendido pelos pesquisadores para chegarem aos seus resultados, contando, inclusive, com a participação e envolvimento direto dos Xikrin –, os analistas ambientais não foram capazes de contradizer o argumento dos indígenas de que “o rio Bacajá iria secar” ou convencê-los do contrário.

Foram muitos os dados apresentados pelos profissionais dos ECRB durante as reuniões, mas as discussões findavam-se sempre na oposição, de um lado, dos Xikrin, afirmando que “o rio Bacajá iria secar”, e, de outro, dos analistas ambientais do ECRB, afirmando que não, “o rio Bacajá não iria secar”. Antes de adentrarmos nas justificativas apresentadas por cada um dos lados desse desacordo, é válida a exposição daquilo que estava sendo apresentado e proposto pelos analistas

ambientais durante as reuniões, nas aldeias da TITB. Trata-se de uma exposição que nos ajuda a reconhecer um dos motivos dessa divergência.

Por exemplo, no que se refere aos levantamentos da ictiofauna – os quais buscaram conhecer a biodiversidade das espécies de peixes do rio Bacajá (sua riqueza, raridade, endemismo e abundância), suas dinâmicas ecológicas (ambientes preferenciais, migração e biologia reprodutiva), bem como sua importância para a manutenção de aspectos socioeconômicos dos Xikrin (pesca, consumo e comercialização) –, foi apresentado que a foz deste rio é um local “muito importante” para a reprodução no que tange a este aspecto, e que, devido à diminuição das áreas de inundação neste local a partir da instalação da usina (um dos ambientes preferenciais para a reprodução das espécies da ictiofauna do rio Bacajá), “espera-se uma redução da abundância da ictiofauna nessa região” (Norte Energia 2012b:6).

Ademais, foi também apresentado pelas equipes dos estudos sobre a ictiofauna que a diminuição das áreas de inundação na foz do rio Bacajá iria dificultar a subida de algumas espécies de peixes migradores até a TITB, principalmente os de maior porte, como o surubim e o pirarara, o que acarretaria também redução da biodiversidade da ictiofauna no interior da TITB e, conseqüentemente, comprometimento das dinâmicas socioeconômicas dos Xikrin, considerando-se que tais espécies eram consumidas e comercializadas pelos indígenas durante os ciclos hidrológicos de vazante e seca do rio (Norte Energia 2012b).

Contudo, surpreendentemente, mesmo após tal previsão já ter sido apresentada no EIA, nos

pareceres da FUNAI e do IBAMA e, agora, nos ECRB, era afirmado que

A real magnitude dos impactos no recrutamento, alimentação e migrações da ictiofauna pelas alterações do rio Bacajá só poderia ser medida com projetos de monitoramento, já que não existem para a região informações mais precisas que permitam dimensionar exatamente a intensidade do decréscimo da biomassa de peixes nessas novas condições (Norte Energia 2012b:7, grifo meu).

Com esse argumento, os analistas ambientais, especialistas em ictiofauna, afirmavam, durante as reuniões nas aldeias Xikrin, que um monitoramento seria necessário para saber ‘ao certo’ se a redução do “efeito de remanso” do Xingu sobre o Bacajá comprometeria a pesca, a reprodução e a migração das espécies de peixes encontradas no rio Bacajá. Nesse sentido, sustentavam que as características da biodiversidade e da ecologia da ictiofauna deste rio deveriam ser revistas regularmente nos próximos anos, durante e após a construção da usina, por estudos de monitoramento específicos e em locais definidos ao longo dele.

Essa mesma proposta de “monitoramento” foi reproduzida pelos pesquisadores de outras especialidades dos ECRB. Por exemplo, no caso dos estudos etnoecológicos, os quais objetivavam compreender como os ambientes da TITB eram utilizados pelos Xikrin nas diferentes épocas do ano, tendo apontado a relevância da alimentação indígena baseada na caça e na pesca⁹, medidas de monitoramento também foram propostas. Entre

9 Segundo os resultados dos estudos sobre o consumo de fontes proteicas de alimentos, realizados nas aldeias da

elas, destaque-se a fiscalização e a recuperação das fronteiras e do entorno da TITB, ameaçadas pelo avanço de atividades ilegais de extração de madeira, garimpo, criação de gado, caça e pesca. Este é um cenário que poderia ser intensificado pela maior disponibilidade de acesso via terrestre à TITB, uma das medidas compensatórias propostas para garantir a acessibilidade dos Xikrin.

Na realidade, todas os especialistas dos ECRB propuseram essa dinâmica de monitoramento. Em relação à qualidade da água, por exemplo, uma vez identificado que o rio Bacajá possui água de boa qualidade para a manutenção da fauna e flora local, não sendo contaminado por substâncias químicas, como pesticidas, óleos e graxas, também foi proposto pelos analistas o monitoramento desse aspecto em relação ao rio Bacajá durante e após a construção da usina. Da mesma forma, medidas de monitoramento foram propostas pelas equipes dos estudos sobre a navegação, a principal forma de acesso dos Xikrin à TITB em 2012. Em diálogo constante com a equipe de hidrologia, foi constatada que a redução do “efeito remanso” do Xingu sobre o Bacajá dificultaria a transposição fluvial de embarcações nas corredeiras que se formavam durante a seca nos quilômetros iniciais deste rio desde a sua foz. Assim, medidas de monitoramento da navegação foram também previstas.

Ou seja, todas as exposições dos analistas ambientais aos Xikrin sobre os resultados dos ECRB

e, de modo consequente, os encaminhamentos propostos para a manutenção dos aspectos ecológicos relacionados aos rios Xingu e Bacajá, assim como à reprodução dos modos de vida Xikrin, tiveram em comum a apresentação de uma proposta de monitoramento dos efeitos do empreendimento sobre a hidrologia, a ictiologia, a etnoecologia, a qualidade da água e a navegabilidade do rio Bacajá. Isto é, dito de um modo mais sincero, todas as exposições realizadas pelos especialistas dos ECRB nas aldeias Xikrin tiveram em comum a tentativa de estabilizar a dimensão destrutiva de Belo Monte sobre a **vida** na TITB em uma rotina prática, materializada por meio da política tecnocientífica e burocrática do licenciamento ambiental.

Como afirmou Andrew Goffey (2011), na introdução de sua tradução da obra “Capitalism sorcery”, de Philippe Pignarre & Isabelle Stengers (2011), “o tipo de destruição que ocorre sob a égide do progresso ou da modernidade depende da criação de um ambiente de práticas rotineiras e estabilizadas” (Goffey 2011:xiv). E a forma como a estabilização dessa dimensão destrutiva é conduzida pelos agentes do capitalismo deve ser explorada, sobretudo quando tais sujeitos são incapazes de hesitar “na presença dos fatos contínuos de destruição” (Stengers 2005:186) que a sua prática representa (embora essa competência não esteja afastada de certas doses de pânico e desespero que, por ventura, esses profissionais experimentem).

TITB, no âmbito dos ECRB, “As taxas de consumo de alimentos proteicos denotam índices altos; os valores vão de 401 *g.capita*⁻¹.*dia*⁻¹, na cheia, a 589 *g.capita*⁻¹.*dia*⁻¹, na vazante, que correspondem a aproximadamente 90 g de proteínas por pessoa, quase três vezes mais do que o mínimo recomendado pela Organização Mundial da Saúde, que é de 36 g para uma pessoa de 60 kg de peso. O peixe está em primeiro lugar, com médias de 232 *g.capita*⁻¹.*dia*⁻¹ [...]. Em segundo lugar está a carne de caça, com 146 *g.capita*⁻¹.*dia*⁻¹. Estes resultados denotam a importância da conservação dos recursos naturais para a segurança alimentar das comunidades” (Norte Energia 2012b:7).

É certo que o trabalho de estabilização das dimensões destrutivas de Belo Monte na rotina prática do monitoramento ambiental relativo ao licenciamento da usina está associado à “fabricação, laboriosa, de uma multitude de atores que, juntos, fazem conexões, equipamentos e operações que a asseguram, mantêm e suportam” (cf. Pignarre & Stengers 2011:28 apud Latour 2000). Como afirmou Latour (2000:50, grifo do autor), “o status de uma afirmação depende das afirmações ulteriores”. Todo trabalho de construção da certeza de uma afirmação está muito mais ligado à consolidação de condições que possibilitem assegurar essas afirmações do que à afirmação em si mesma. “O rio Bacajá não vai secar”, afirmam os consultores ambientais, que podem declarar, por exemplo: “para confirmar esse fato, seguiremos monitorando, o que envolverá muitos recursos, vários especialistas, bem como a validação do estado por parte das equipes do IBAMA e da FUNAI”.

No entanto, o laborioso dessa relação depende também de um esforço tremendo por parte dos analistas ambientais dos megaempreendimentos para excluir e/ou conter uma série de fugas, situações, eventos, disputas e sentidos que se colocam fora dos cálculos e das intenções expressas nos aparatos tecnocráticos produzidos por estes profissionais. Afinal, na estabilização do prognóstico destrutivo previsto para a TITB (anunciado desde a elaboração do EIA de Belo Monte, em 2009) em um processo de monitoramento ambiental, o que se pretende realizar é o desvio de questões fundamentalmente perplexas e irresolutas, envoltas na construção de um megaempreendimento na Amazônia.

Logo, tudo o que parecia duvidoso com relação à viabilidade ambiental do megaempreendimento

pôde, agora, ser estabilizado, a partir da linguagem normativa da rotina burocrática do monitoramento ambiental. E assim ocorreu, pelo menos em teoria. As equipes do ECRB partiram rumo à TITB com esse ideal: adquirir o consentimento dos Xikrin a respeito dos aspectos destrutivos de Belo Monte, por meio de sua autorização quanto aos procedimentos laboriosos da política do licenciamento ambiental e do indigenismo empresarial. Contudo, uma posição dos indígenas abalara essa pressuposição: “o rio Bacajá vai secar”. De que servia o monitoramento ambiental proposto pelos analistas, se não haverá mais água onde pescar, navegar, banhar? Enfim, se “o rio Bacajá vai secar”?

E, aqui, podemos retornar à discussão sobre as justificativas apresentadas por cada um dos lados desse desacordo durante as reuniões de apresentação dos resultados dos ECRB nas aldeias da TITB, em que a mobilização do conhecimento da (e pelas equipes de) hidrologia, com todo seu trabalho interpretativo já encaminhado, buscou dominar o debate, com a complacência de outros especialistas e analistas ambientais presentes. Nesse momento, a hidrologia não apenas se sobrepôs a outras disciplinas, ela foi convocada como o construto científico mais promissivo para livrar os pesquisadores dos ECRB da desconfiança, da dúvida e do protesto dos Xikrin contra a falta de sentido que representava as propostas de monitoramento ambiental do rio Bacajá. A Figura 2 traz uma expressão da reação dos Xikrin com relação às propostas dos analistas ambientais.

Contra a afirmação dos Xikrin, de que “o rio Bacajá vai secar”, os engenheiros hídricos dos ECRB apontavam para a seguinte conclusão (Norte Energia 2012a:74):



Figura 2 – Reação de um Xikrin da aldeia Pykaiakã, da TITB, durante reunião de apresentação dos resultados dos ECRB, em abril de 2012. Foto: Rafael Costa (2012).

O maior impacto simulado (diferença entre a condição natural e a condição com usina) mostra que a perda de efeito de remanso chega até... cerca de 28 km da foz do rio Bacajá, ou seja, não se espera impacto sobre o rio Bacajá dentro da Terra Indígena Trincheira Bacajá, que está a cerca de 50 km da foz do rio.

Nesses termos, o impacto da alteração do regime fluvial do rio Xingu a partir da instalação de Belo Monte sobre o Bacajá, segundo os resultados dos estudos hidrológicos dos ECRB, não acarretaria em “alterações significativas”

nos regimes fluviais deste rio, bem como nas condições de vida das populações da TITB. E, pois, era esperado que os “ciclos de cheia, seca, vazante e enchente deste rio [no interior da TITB] permanecessem muito próximos do que ocorre hoje sem a barragem”, uma vez que a mudança no regime hidrológico do rio Bacajá se restringiria aos 28 km iniciais desde a sua foz, conforme afirmado por um dos consultores ambientais do ECRB, durante apresentação dos resultados dos estudos aos Xikrin, fala oportunamente registrada pela antropóloga Thais Mantovanelli (2016a:195):

A vida de vocês, Xikrin, aqui na Terra Indígena não será alterada significativamente com a construção do empreendimento porque os regimes de cheia, seca, vazante e enchente do rio Bacajá permanecerão muito próximos do que ocorre hoje sem a barragem.

Em contraposição a essa afirmativa, edificava-se o posicionamento dos Xikrin. Segundo os indígenas, aquela afirmação tratava-se de algo *punúre*, termo classificatório mebêngôkre para designar coisas ou atitudes obscuras, incorretas, erradas, não verdadeiras (Mantovanelli 2016a, 2016b). Tais explicações desconsideravam as teorias Xikrin acerca dos impactos que a obra acarretaria ao rio Bacajá e a todo seu território, por conta do barramento do rio Xingu (Mantovanelli 2016a), uma vez que, segundo os Xikrin, o rio iria secar: “Eu sei que o rio Bacajá vai secar, todos os Xikrin sabem, mas vocês não querem acreditar”, afirmara Meiti Xikrin, cacique antigo da aldeia Pot-krô, a quarta da TITB, subindo o rio desde o Xingu – fala assinalada na epígrafe desta sessão, registrada por Mantovanelli (2016a:197) durante reunião

de apresentação dos resultados dos ECRB nas aldeias da TITB.

Uma das explicações que os Xikrin ofereciam para justificar o seu argumento (cf. Mantovanelli 2016b) alertava para uma variação brusca da hidrologia dos rios Xingu e Bacajá a cada dez anos, aproximadamente:

Segundo os Xikrin, a cada período de dez anos (aproximadamente) os rios Bacajá e Xingu vivenciam uma seca bastante severa e mais duradoura. Por esse motivo, afirmavam que um ano de realização de estudos não era suficiente para que os engenheiros entendessem e vissem esse período de seca (Mantovanelli 2016b:182).

Do outro lado, os consultores ambientais (os *kubên do ngô beyêt*, tal como os Xikrin os denominaram¹⁰), a partir do conhecimento produzido pelos profissionais da engenharia hídrica dos ECRB, afirmavam que se tratava de uma questão de “modelagem matemática”, cujos resultados – obtidos a partir da projeção justaposta dos dados das séries históricas das vazões do rio Bacajá entre os anos 1977 a 2011, com a disponibilidade de dados topobatmétricos deste rio e de informações quanto à vazão do rio Xingu¹¹ –

10 *Kkubên do ngô beyêt* é como os Xikrin denominam os brancos da usina Belo Monte, na tradução literal: “brancos da água barrada”. Uma expressão formada pelas palavras *Mêbêngôkre Kubên* (brancos) e *ngô beyêt* (denominação atribuída à barragem de Belo Monte enquanto “água barrada”, “água pobre, água velha, água suja”) e pela conjunção de pertença “do” em português (cf. Mantovanelli 2016a:20, 24; 2016b:160).

11 Para o cálculo da modelagem matemática, os valores do histórico das vazões do rio Xingu e os das vazões reduzidas previstas para a Volta Grande do Xingu após a instalação da usina foram transformados em cotas na região da foz do rio Bacajá, cujo resultado permitiu simular não apenas o avanço “natural” das águas do Xingu sobre o rio Bacajá nos períodos de cheia sob uma condição sem a usina, mas também a simulação de como seria esse avanço e quais as condições do rio Bacajá após a instalação do empreendimento (Figuras 3 e 4). Os resultados das séries históricas das vazões dos rios Xingu e Bacajá são auferidos a partir de distintos cenários de simulação da linha d’água destes rios, correspondentes a: i) vazões médias do histórico de dados dos rios Xingu e Bacajá; ii) ano mais seco do histórico de

permitted to ensure that the effects of the damming of Belo Monte on the Bacajá river would not exceed the 28 km stipulated since its mouth, attesting, for the sake of the matter, that the river would not dry up.

Despite this disagreement, it is valid to note that both explanations – on the one hand, from the Xikrin, that “the Bacajá river will dry up”, and on the other, from the environmental consultants, that “no, the Bacajá river will not dry up” – do not deal with abstractions or preconceived visions of reality, but are sustained from the data of observation, since the two exposures correspond to “a more firm attention to the properties of the real”, for which we use an expression of Lévi-Strauss (2016:17).

However, as already pointed out by Lévi-Strauss (2016), the existence of common properties between indigenous thought and modern science – both sustained by care with observation, exhaustive of objects in the world and with the ordering of their relations and connections in a classificatory plane – can result in strange or dissimilar social constructs, as expressed in the distinct positions of the Xikrin and the consultants with regard to the future of the Bacajá river. And the reason for this divergence should be found in the distinction between methods or operations of thought, but in different functions and at different levels, in that nature leaves to be explored by each of these modalities of knowledge (Lévi-Strauss 2016).

Now, if in both positions about the future of the Bacajá river – both from the Xikrin and from the environmental consultants – the hydrological properties of this river were considered – on the one hand, “the severe and more lasting droughts of the Xingu and Bacajá

in every ten-year period, approximately”, and on the other, “the results of the historical series of the flows of the Xingu and Bacajá rivers and of the topographic data” –, it is the mode corresponding to that each group establishes its “real relations” with these objects (i.e. with the Xingu and Bacajá rivers), based on perspective planes and space-temporal scales quite specific, that would allow for its comparison.

Therefore, as the environmental analysts subordinate their relation with the Bacajá river to the execution of the hydroelectric project of the Xingu river, producing, thus, a universe of utensils that are for them understood and sought in the course and in the execution of this project, on the other hand, in the position of the Xikrin, there does not exist this type of subordination. The relation of the Xikrin with the Bacajá river is not defined by transience, complacency or resignation to the hydroelectric project of the Xingu river. On the contrary, its relation with this river does not require subordination to any particular project. It “constitutes a true experience about the object” (for which we use an expression of Lévi-Strauss 2016:41), at the same time concrete and virtual. There is no need to reorganize it from a structure established elsewhere, as they do the environmental analysts.

The environmental analysts reorganize their experience in the world (their experience in Volta Grande of the Xingu river, for example) from the means and the unlimited power that they are granted by the practice of the environmental licensing and the indigenous entrepreneurship, relative to the mega-projects of capitalism

vazões; e iii) cenário com o ano de vazões mais altas do histórico de dados (Norte Energia 2012a).

moderno; ao passo que os indígenas se situam aquém desses poderes, o que lhes possibilita pensar a sua relação com o rio de um modo mais próximo da intuição sensível. Aos analistas ambientais, resta pensar de modo mais distanciado dessa intuição.

Esse distanciamento tem efeitos produtivos no trabalho de estabilização da dimensão destrutiva e da incerteza provocadas por megaempreendimentos do capitalismo moderno. Afinal, essa é a condição possível para o trabalho de análise ambiental de consultorias privadas nessas situações, pois as relações reais estabelecidas por essa prática nunca estão situadas no campo propriamente traumático, incerto, duvidoso – e por isso também violento – das experiências de campo das pessoas atingidas por tais empreendimentos, mas são determinadas por outros contextos, que não aqueles vivenciados no chão das megaobras do capitalismo moderno, tais como os produzidos pelas conexões entre as atividades de monitoramento e os ambientes dos laboratórios, das universidades, dos escritórios das empresas de consultoria ambiental, ou pelos processos de prestação de contas e de interlocução com órgãos ambientais, auditores externos ou com os empreendedores, propriamente.

Ao efetivar esse distanciamento, ao transigir um contexto de relações sociais sobre o outro, os analistas ambientais parecem se abster da violência e do trauma provocados pelos megaempreendimentos. Contudo, o trabalho de manutenção desse distanciamento não acontece sem percalços, pois exige uma dedicação extraordinária por parte desses profissionais, não apenas em reorganizar, continuamente, os processos políticos que sustentam tais empreendimentos (como

o movimento que se estende, interminavelmente, desde a realização de estudos de impacto ambiental até a prática do monitoramento ambiental), mas, especialmente, em conter tudo aquilo que se coloca fora da lógica dos processos infundáveis dessa legitimação. Nesse movimento, há sempre uma fuga que deve ser bloqueada, algo que vaza e que deve ser contido. As definições tecnocráticas e normativas que guiam a prática da análise ambiental dos megaempreendimentos funcionam sempre de modo a conter qualquer possibilidade que ameace evadir essas definições (cf. Pignarre & Stengers 2011:32).

As implicações desses “atos de contenção” são bastante conhecidas entre as populações atingidas por grandes empreendimentos, em razão de serem exatamente esses movimentos que possibilitam estabilizar a dimensão destrutiva do capitalismo sobre suas vidas em uma rotina prática. Eles são as condições para a criação de um regime discursivo que legitima a violência. Na realidade, a violência exercida pela prática da análise ambiental de grandes empreendimentos não é sequer vista como violência, mas como medidas regulares ou administrativas (racionais) da prática da política do licenciamento ambiental (cf. Nixon 2011). Acredito que essas contenções sejam uma das causas do mascaramento dessa violência, bem como da subsunção do sofrimento social a que são acometidos os atingidos por barragens pelos processos normativos e institucionais da prática do indigenismo empresarial¹².

Contudo, a pergunta que se coloca é: como a reprodução dessa estrutura regimentar destrutiva e violenta é experimentada pelas **pessoas** – e não apenas os sujeitos cognoscentes chamados

12 Para uma análise dos processos científicos, normativos e institucionais que subsumem ou obscurecem as dimensões do sofrimento social das populações atingidas por barragens, ver Magalhães (2007).

para operacionalizar essas decisões na qualidade de “analistas ambientais” ou “indigenistas empresariais” – no seu campo de atuação? Como são definidos os relacionamentos desses profissionais com o campo mais imediato de sua experiência, frente às divergências, às contradições, à dúvida e às incertezas por eles vivenciadas e colocadas pelas populações atingidas por tais empreendimentos? Seria possível a “realidade” de sua interação com essas populações e seus ambientes ser reduzida aos procedimentos e práticas definidos por uma circunstância externa, supralocal?

É preciso mapear o modo como os analistas ambientais se movem por entre os percalços e as contenções, exigidas pela sua atuação profissional. Nesse mapeamento, é possível romper com o silêncio desses trabalhadores, que, protegidos por forças políticas, econômicas e científicas muito poderosas, são coprodutores da dor e do sofrimento impostos às populações atingidas pelos megaempreendimentos.

3. O GOVERNO DOS CONSULTORES AMBIENTAIS: OS MODOS DE REPRESENTAÇÃO E DE RELACIONAMENTO DA PRÁTICA DA POLÍTICA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O antropólogo Tim Ingold (2002), certa vez, escreveu sobre uma situação próxima à divergência observada entre os Xikrin e os consultores ambientais, em Belo Monte, ao constatar a existência de duas explicações, por um lado, feitas por biólogos, por outro, pelos povos Cree, da região nordeste

do Canadá, para o comportamento dos caribu (ou rena): animais que permanecem estáticos, ao invés de correrem, quando deparados com um caçador na floresta. Segundo Ingold (2002:13-16), os biólogos atribuem esse comportamento à adaptação dos caribu à predação dos lobos, pois, quando param, o lobo que os perseguia também para. Este seria um momento em que ambos administram a retomada de fôlego para a fase final e decisiva desse episódio, o ataque do lobo e a fuga dos caribu. Do ponto de vista dos Cree, a parada das renas diante dos caçadores é um momento em que o animal se oferece a seu predador, um tanto que intencionalmente e em um espírito de boa vontade, até mesmo de amor (Ingold 2002).

Ingold (2002) estabelece, ainda, um terceiro ponto de vista para a explicação dessa situação: o dos antropólogos culturais. Segundo o autor, os antropólogos descartariam o julgamento sobre a veracidade de ambas as posições, em favor da “compreensão do que elas significam, dado o contexto no qual são desenvolvidas”¹³ (Ingold 2002:14). Isso permitiria voltar a atenção menos para “a realidade tal como ela é”; a forma como a natureza realmente funciona (o ponto de vista “objetivo” dos biólogos), e mais para os “diversos modos nos quais os constituintes do mundo natural figuram no imaginário, ou nos assim chamados mundos cognoscíveis dos sujeitos culturais”¹⁴ (Ingold 2002:14).

No entanto, ainda segundo o autor, se a abordagem antropológica torna possível

13 “The anthropologist’s first concern is not to judge the truth of the proposition but to understand what it means, given the context in which it is advanced” (Ingold 2002:14).

14 “[...] the diverse ways in which the constituents of the natural world figure in the imagined, or so-called ‘cognised’ worlds of cultural subjects” (Ingold 2002:14).

problematizar as “descrições de valor neutro do mundo físico”, presentes nas explicações meramente comportamentais dos biólogos sobre a reação dos caribu, por outro lado, seus apontamentos, restritos aos termos dos “mundos discursivos de significância culturalmente construída” – nos quais os caçadores Cree, supostamente, narrariam e interpretariam seus encontros com os caribu nos termos de um “sistema de crenças cosmológicas” –, acabam por estabelecer um conhecimento de tipo formal e autorizado, transmissível em contextos desconectados da relação que os Cree estabelecem com os caribu, tal como fazem os biólogos.

Ora, se a relação que se estabelece entre os caçadores, as renas, os biólogos e os antropólogos é demarcada pela **presença** de todos no mundo, tanto as explicações comportamentais dos biólogos como aquelas baseadas nos “mundos significativos”¹⁵ dos antropólogos resultariam em uma “abordagem autoritária de como a natureza realmente funciona” (Ingold 2002:15), a qual, por fim, convalidaria o “duplo desengajamento do observador com o mundo” (Ingold 2002:15), tal como o estabelece a razão abstrata do pensamento ocidental.

Nesse sentido, as explicações dos antropólogos de que “diferentes repertórios culturais percebem a realidade de modos diferentes a partir do momento em que processam os mesmos dados da experiência nos termos de quadros alternativos de pensamento ou esquemas de representação”¹⁶ (Ingold 2002:15) não só subscrevem, como reforçam a visão das ciências naturais. Afinal, a ideia de “diferentes visões de mundo” também fundamenta a “construção

específica de uma realidade externa”, estabelecida para além da pessoa humana e de sua relação com o mundo. Segundo Ingold (2002), é exatamente o deslocamento do observador do mundo promovido por ambas as explicações que deve ser superado, se quisermos nos recolocar no engajamento ativo e contínuo com nossos ambientes.

A proposição de Ingold (2002) fornece-nos uma nova compreensão para a distinção entre os posicionamentos dos Xikrin e dos consultores ambientais sobre o destino do rio Bacajá, após a instalação de Belo Monte, pois a sua explicação não nos autoriza a buscar uma comparação para essa divergência a partir da reprodução de diferentes quadros ou modelos interpretativos da realidade; muito menos nos permite considerar que tais modelos interpretativos são construídos desde uma realidade externa, onde o princípio dessas distinções estaria ancorado nos modos correspondentes à forma como cada grupo ordena as suas observações do mundo, com base em distintos processos, funções ou níveis estratégicos.

Nesses termos, considerando a evidência da **presença** de ambos, consultores e indígenas, no rio Bacajá, o que se pode perceber como distinto, no posicionamento dos Xikrin e dos consultores ambientais, é o modo correspondente à maneira como cada um desses grupos se relaciona com o rio. Trata-se de uma relação que não se estabelece a partir da oposição de duas visões de mundo ou de projetos perseguidos, mas sim de dois modos de relacionamento com o mundo, cujos **sentidos**, tanto em uma como na outra posição, não devem ser ignorados.

15 Para utilizar uma expressão de Clifford Geertz (2000:151).

16 “[...] that people from different cultural backgrounds perceive reality in different ways since they process the same data of experience in terms of alternative frameworks of belief or representational schemata” (Ingold 2002:15).

Sendo assim, o que deve ser resgatado é o lugar primordial que tais sentidos ou sentimentos humanos ocupam nas formas de expressão desse relacionamento ou dessa interação com a natureza, tanto no posicionamento Xikrin como no dos consultores ambientais. Ingold (2002) argumenta que a narrativa dos Cree sobre o seu encontro com o caribu – o momento em que esses animais se oferecem ao caçador, na floresta, em um ato de boa vontade, até mesmo de amor –, “dá forma a um sentimento humano” (Ingold 2002:25). Neste caso, destacamos “o sentimento da proximidade vívida [junto] dos caribu como um outro ser vivo, sensível”¹⁷ (Ingold 2002:25), um “modo ativo, perceptivo de engajamento, um meio de estar literalmente ‘em contato’ com o mundo”¹⁸ (Ingold 2002:23). É nesta chave que busco problematizar as distintas expressões e modos de conhecimento que orientam os posicionamentos assinalados pelos Xikrin e pelos consultores ambientais sobre o destino do rio Bacajá.

Afinal, a narrativa dos Xikrin de que “o rio Bacajá vai secar, todos os Xikrin sabem, mas vocês não querem acreditar”, tal como a narrativa dos Cree, dá forma a um sentimento humano. Nessa expressão, o rio torna-se vívido, próximo, sensível, percebido, ativo, em contato. Na medida em que, na formulação dos consultores ambientais, sem querer privar essas pessoas de sentidos, existe a tendência de estranhar esses sentimentos em favor de outros, isto é, a tendência de substituir toda a relação expressa em vivacidade, sensibilidade, atividade e contato pela **indiferença**, pela apatia, pela frieza, pelo desprendimento e pela descontinuidade.

Na percepção do analista ambiental:

O rio Bacajá não irá secar, mas a sua navegabilidade será comprometida, os fluxos migratórios de espécies de peixes serão afetados, bem como seus processos reprodutivos, a diversidade de espécies encontrada no interior da TITB será reduzida, a velocidade do escoamento fluvial comprometerá a estabilidade das suas encostas, enfim, o mundo tal como os Xikrin o conhecem, e que os consultores registraram em determinado momento de seu trabalho, não será mais o mesmo.

Nessa relação, todo o comprometimento com a manutenção dos modos de vida Xikrin exigidos pela prática da análise ambiental parece dispensar uma série de aspectos registrados por estes profissionais ao longo de suas pesquisas de campo. E essa dispensa deveria ser considerada, por parâmetros mínimos de responsabilidade, como uma ofensa à ética destes profissionais. Contudo, sem a pretensão de ditar padrões normativos éticos para a consultoria ambiental, talvez seja oportuno interrogarmos sobre os processos por meio dos quais essa dispensa é assegurada.

Afinal, se os **modos de relacionamento** exigidos pela prática da consultoria ambiental são definidos por operações de sentidos que tendem a desarticular a experiência de campo dos profissionais da consultoria ambiental, em um deslocamento que coloca em perspectiva não os modos de vida material e espiritual das comunidades indígenas, nem mesmo

17 “[...] in this case the feeling of the caribou’s vivid proximity as another vivid, sentient being” (Ingold 2002:25).

18 “[...] is a mode of active, perceptual engagement, a way of being literally ‘in touch’ with the world” (Ingold 2002:23).

as interações mais próximas com os ambientes de atuação desses profissionais (e.g., a Volta Grande do rio Xingu), **mas sim** uma realidade conectada a processos estabelecidos desde outro lugar, uma pergunta se faz necessária: como tal relacionamento, que se estabelece de modo indiferente às aflições dos Xikrin com relação à usina Belo Monte, é experimentado pelos consultores ambientais? Como tal experiência é processada pelos consultores ambientais, a despeito de toda a interação desses profissionais com o rio Bacajá, com o rio Xingu e com os modos de vida das populações que ali habitam?

Nessa proposição, a atenção retorna aos mediadores da atividade dos consultores ambientais, isto é, ao conjunto de técnicas e práticas de produção de conhecimento por eles utilizado para sustentar e reificar seus posicionamentos, não apenas para fundamentar a maneira como suas formas de expressão produzem um “nível de realidade” à parte, ordenado pela intervenção do Estado na região da Volta Grande¹⁹, de modo a mascarar os impactos desmedidamente nefastos de uma grande usina hidrelétrica, neutralizar os seus críticos, apaziguar os conflitos e contornar as perplexidades que tais empreendimentos geram.

Se o retorno a esses mediadores permite denunciar os limites do Estado, essa denúncia deve ser também buscada nos limites impostos aos sentidos humanos pelos atos de contenção da prática da política do

licenciamento ambiental. Afinal, se a intervenção que o trabalho desses profissionais busca estabelecer se ampara na indiferença, em um movimento cujos relacionamentos micropolíticos cedem espaço para a expressão dos campos formais, autorizados, supralocais, criados para transmitir o conhecimento adquirido no campo em contextos mais além da sua experiência imediata, a ética a ser buscada por (e para) esses profissionais deve iniciar pela inauguração de um estado de crise para consigo mesmos, isto é, pela criação de uma relação crítica para com os padrões normativos que, em determinado momento histórico, designaram essas pessoas a reproduzirem tecnologias e procedimentos de governo de modo objetivo, suprassensível, desumano, impessoal, imparcial ou desinteressado.

No caso dos ECRB, foi exatamente a reprodução dessas tecnologias e desses procedimentos que permitiu, pelo menos para os consultores ambientais e suas redes de relacionamento²⁰, afirmar o posicionamento de que o rio Bacajá não iria secar. Na formulação dos consultores ambientais, era a objetividade científica da modelagem matemática, expressa por meio de imagens gráficas, cujo esquema representava a simulação das condições do rio Bacajá com e sem usina (Figuras 3 e 4)²¹, o que permitia a esses profissionais afirmarem o seu posicionamento, na medida em que desarticulavam o contraponto dos Xikrin.

19 Um “nível de realidade” que se materializa por meio de uma série de processos, procedimentos e práticas específicos de governo, tal como nos demonstrou Michel Foucault, a partir do conceito de “governamentalidade do estado” (cf. Foucault 2002, 2008).

20 Nas quais estão incluídas a FUNAI, o IBAMA, a Norte Energia e seus investidores, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), enfim, toda a rede de poder supralocal que é criada a partir da prática do licenciamento ambiental.

21 Para a compreensão de como as simulações das condições hidrológicas do rio Bacajá “com e sem a usina” foram alcançadas, ver nota 11 deste artigo.

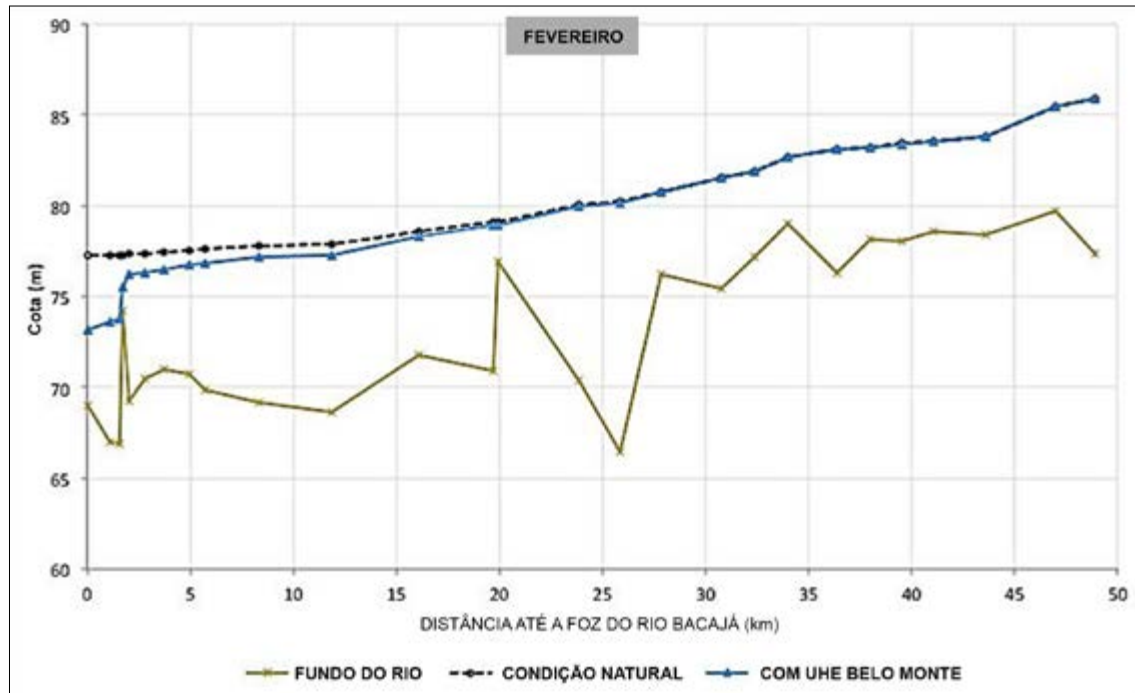


Figura 3 – Linhas d'água simuladas para o mês de fevereiro (condição natural e com Belo Monte), cenário de vazões médias. Fonte: Norte Energia (2012a).

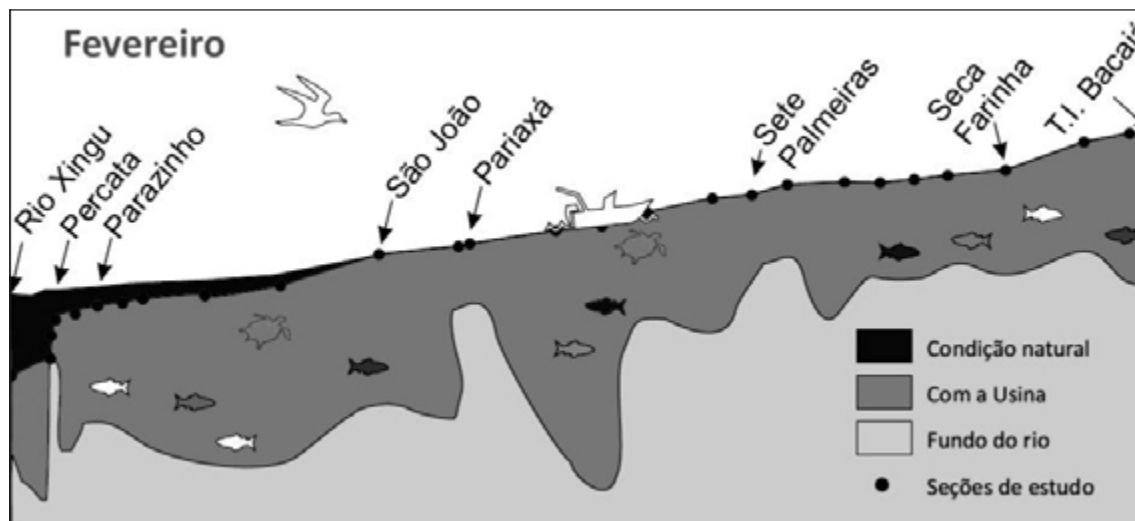


Figura 4 – Linhas d'água simuladas para o mês de fevereiro, cenário de vazões médias. Trecho de pôster utilizado durante a apresentação dos resultados dos ECRB na TITB. Fonte: Norte Energia (2012a; imagem colorida no original).

Foram as imagens gráficas anteriormente representadas que permitiram aos ECRB e seus autores chegarem à conclusão já referenciada, de que o

[...] maior impacto simulado (a diferença entre a condição natural e a condição com usina) mostra que a perda de efeito de remanso chega[ria] até [...] cerca de 28 km da foz do rio Bacajá [local onde está situada a corredeira Pariaxá, Figura 4], ou seja, não se espera impacto sobre o rio Bacajá dentro da TITB, que está a cerca de 50 km da foz do rio (Norte Energia 2012a).

Enfim, o que informa a reprodução das tecnologias e dos procedimentos da política do licenciamento ambiental de megaempreendimentos na Amazônia é um processo de racionalização da vida, instrumentalizado pela economia, o qual, segundo Michel Foucault (1999, 2002, 2008), permite ajustar os fenômenos sociais e naturais de determinado território aos processos econômicos de interesse do Estado, por meio de mecanismos de poder-saber bastante específicos. No caso de Belo Monte, a novidade de tal processo está no papel assumido pelos consultores ambientais no exercício desse governo econômico, bem como na sua capacidade, por meio do conhecimento experto, de definir a sua realidade²².

Ademais, se esse movimento de racionalização aparece como uma abstração

separada de uma ordem social definida, tal como nos revela Timothy Mitchell (2002, 2011, 2014) (a separação que o pensamento da consultoria ambiental faz da prática social e dos modos de vida dos Xikrin no rio Bacajá), ou se esse processo é marcado pela exclusão e pelo mascaramento da violência sobre modos de vida bastante particulares (Baines 2004:36; 2012:109-110), é porque, na história recente do capitalismo, as práticas sociotécnicas que convencionaram a separação entre a natureza e a cultura – ancoradas em interesses econômicos exclusivos – estão cada vez mais organizadas, coordenadas e efetivas (cf. Mitchell 2002, 2011).

Em uma etnografia recente sobre o papel do conhecimento produzido por consultores (ou experts) no contexto de um projeto de “desenvolvimento” na Índia rural – o *Indo-British Rainfed Farming Project* (IBRFP), executado pela Agência Britânica de Cooperação para o Desenvolvimento (*UK Department for International Development – DFID*) –, o antropólogo David Mosse (2005) afirma que o trabalho desses profissionais no campo operativo das políticas públicas para o desenvolvimento é mais conceitual do que prático.

Segundo o autor, embora os “modelos interventivos” criados pelos consultores em desenvolvimento, nas suas diferentes frentes de atuação (e.g. economia, ciências do solo e genética vegetal, antropologia social etc.), fundamentassem-se em dados empíricos das

22 Afinal, a inclusão das variáveis naturais do rio Bacajá aos cálculos dos profissionais da consultoria não preenche outra função além da fundamentação do interesse do Estado de explorar a região da Volta Grande do rio Xingu para geração de energia elétrica, tal como havia sido estabelecido pela Resolução n. 6 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), de julho de 2008, a qual indicava “o interesse estratégico do rio Xingu para fins energéticos”, ao lado das estratégias de “conservação, diversidade biológica e da proteção da cultura indígena.

realidades trabalhadas, eles não eram dirigidos para o desempenho de práticas particulares, mas sim para o estabelecimento de um marco gerencial, ordenado a partir de rotinas organizacionais e relacionamentos políticos supralocais, sustentados menos pelo controle das ações por parte das comunidades rurais de ‘beneficiários’ do que pelas relações entre a Agência Britânica e suas instituições parceiras, tais como a KBCL²³, uma cooperativa indiana de fertilizantes.

A grande contribuição do livro de Mosse (2005) – que se estrutura a partir da autoetnografia de seu envolvimento direto e regular (entre os anos de 1990-1997) no IBRFP, atuando como consultor antropológico nos processos de ‘planejamento participativo’ das ações do projeto – está na maneira como sua análise evidencia as formas como os “modelos das políticas públicas para o desenvolvimento”, encobertos por incertezas, mas legitimados pelo conhecimento experto, não são desenhados para transformar a política em realidade, mas para justificar regras e procedimentos normativos de governo desmembrados do contexto de sua atuação (Mosse 2005:157-183).

Nesse processo, o que está em jogo é o modo como o aparato conceitual dos consultores – i.e., os mediadores da sua atividade profissional, atendendo à finalidade específica de racionalizar, estabilizar e

autorizar determinadas representações econômicas sobre eventos, atos e sentimentos; e ordenados a partir de redes de poder supralocais – deslocam as articulações possíveis que esses profissionais poderiam estabelecer com o campo mais imediato de sua atuação.

Como colocou David Mosse (2005), numa avaliação crítica da sua atuação no IBRFP:

Nossa escrita, modelos e mapas desmanchavam os agenciamentos pessoais, híbridos e contingentes, bem como nossas conexões, lutas e interações com a prática concreta ao representar os eventos como resultado de uma intensão racional guiada pelo conhecimento especializado (Mosse 2005:270).

É esse processo de deslocamento da vida social mais imediata, vivenciado pela relação dos consultores ambientais com seus interlocutores no campo de sua atuação, permitido por um trabalho de representação capaz de definir a realidade de uma região nos termos econômicos, que torna tão poderoso o trabalho da consultoria ambiental na sua fundamentação do interesse de Estado. Ora, no caso de Belo Monte, os consultores ambientais assumiram um papel decisivo para a “viabilização sociopolítica” do megaempreendimento²⁴.

23 O significado por extenso desta sigla não é apresentado no livro de David Mosse (2005). A sigla indica apenas uma “cooperativa nacional de fertilizantes, um dos parceiros do *UK Department for International Development* (DFID) na execução do *Indo-British Rainfed Farming Project* (IBRFP).

24 A expressão “viabilização sociopolítica” de Belo Monte é registrada pela primeira vez no relatório final do Grupo de Trabalho (GT) Belo Monte, criado pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), em 1994, com o objetivo de atualizar e complementar os estudos de viabilidade de Belo Monte, concluídos em 1989. Entre as recomendações do GT, expressas no seu relatório final publicado em 1995, estava a “elaboração e implantação simultânea de um programa de viabilização sociopolítica do empreendimento [...] com indicação de procedimentos visando obter um relacionamento com a sociedade em busca de participação e apoio” (Eletrobrás 2009a:30-32; grifo meu). O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte, iniciado em 2002 e concluído em 2009, a despeito da

Por outro lado, embora o trabalho dos consultores ambientais, ainda que economicamente orientado, seja sempre o resultado da interação do humano e do não humano, do orgânico e do técnico, do programado e do não previsto²⁵, a separação que os resultados de suas representações fazem da realidade mais próxima de sua interlocução não pode ser dispensada. Afinal, é exatamente essa separação que a história recente do capitalismo nos revela, como assinala o historiador Timothy Mitchell (2011:269):

Ao longo do último século, mais e mais trabalho foi feito para produzir representações da natureza e para produzir o que aparece como uma separação progressivamente mais distinta entre essas interações a que chamamos de natureza e aquelas que organizamos como imagens da natureza. Seu resultado foi a abertura, por uma série de mudanças, desvios e atrasos, para o que aparece como uma distância cada vez mais eficaz entre nossos encontros com as forças naturais e nossos encontros com os relatórios e imagens daqueles encontros. É importante entender a produção dessas remoções e atrasos e os tipos de separação que eles efetuam. Dispensar tais remoções e separações como um falso binário (ainda que seja melhor que assumir

o dualismo simples da natureza *versus* a representação) pode negligenciar a tarefa de rastrear como tais remoções e separações foram produzidas.

Os trabalhos de representação da natureza pela prática da consultoria ambiental, por meio de imagens gráficas, mapas, relatórios, são, definitivamente, modos eficazes de produzir e promover o distanciamento entre natureza e cultura. As mudanças, os desvios e os atrasos que tais representações fazem do nosso encontro com as forças naturais, a fim de fundamentar interesses econômicos, endereçam a razão de sua finalidade. Se, como apontou Giorgio Agamben (2007), a operação de incluir a vida nos mecanismos e cálculos do poder estatal implica uma relação de exclusão, onde as próprias condições do corpo vivente humano lhes aparecem como opostas e separadas, como algo que não pode ser assumido integralmente e que, por isso, deve ser excluído, no trabalho da consultoria ambiental, essa relação de exclusão aparece como a condição para a atuação profissional.

Se, por um lado, decisões como a instalação de Belo Monte podem ser sustentadas apenas mediante a participação em uma rede ampla de relações institucionais, informada por papéis morais, historicamente constituídos e reificados em processos e procedimentos operacionais

legislação ambiental no Brasil, é resultado desse processo de “viabilização sociopolítica” da usina, que até o início da década de 90 fora marcado por grande contestação das comunidades locais, sobretudo as comunidades indígenas. Isto é, Belo Monte é um empreendimento econômico do Estado brasileiro que só se tornou “viável” pelo trabalho interpretativo dos consultores ambientais, organizados em torno das práticas da política do licenciamento ambiental.

25 O trabalho de construção de barragens, projetos de reflorestamento, irrigação de áreas desérticas e de administração de comunidades rurais é sempre orientado por formas de representação da natureza que derivam de uma variedade de interações técnico-orgânicas e de práticas sociotécnicas – a escrita, os registros, as projeções e referências –, que não estão separadas em um plano imaterial (cf. Mitchell 2011).

culturalmente consolidados, o discurso como o “rio Bacajá não irá secar” pode ser proferido, a despeito de toda a desarticulação de modos de vida que tais decisões e discursos representam. Por outro lado, a evidente eficácia das redes de poder que se estruturam em torno do campo da política do licenciamento ambiental requer a potência de uma outra relação. Afinal, o que está em jogo é a forma como essas redes, a partir de modos bastante específicos de relacionamento com o ambiente – possibilitados por práticas sociotécnicas instrumentalizadas pela economia e deslocadas de contextos sociais particulares –, criam um nível de realidade que desconecta as pessoas dos contextos relacionais mais próximos de sua interlocução, produzindo, assim, a indiferença²⁶.

Esse texto é uma tentativa de reflexão sobre **como** os modos de relacionamento, expressão e conhecimento operados pelos consultores ambientais, em contraposição aos modos de relacionamento, expressão e conhecimento operados pelos Xikrin do Bacajá, são marcados pela indiferença. Contudo, os esforços aqui empregados buscam também problematizar²⁷ como esses fatores, quando característicos da prática da consultoria ambiental estabelecida a partir da separação natureza/cultura, têm

prejudicado a nossa relação com nós mesmos. Afinal, de quantas formas **nós** (profissionais que, em algum dia, nos engajamos com a prática da consultoria ambiental ou qualquer outra prática da política do licenciamento ambiental de grandes empreendimentos) herdamos na carne os desenvolvimentos turbulentos e desagradáveis do capitalismo?

Nesse sentido, a questão se volta para a forma como um sistema representativo, autorizado a conduzir os sujeitos e as práticas nos contextos da instalação de megaempreendimentos – expresso na forma do indigenismo empresarial ou na forma da política do licenciamento ambiental –, pode coexistir com as aflições das populações afetadas por tais empreendimentos, de modo indiferente a todas as evidentes perdas (sociais e ambientais) que esses posicionamentos institucionais subscrevem.

O que passa na introspecção coletiva destes profissionais quando as convenções sociais por eles veneradas – tal como a informada pelo aparato ideológico edificado em torno da política do licenciamento ambiental – são atravessadas pelas incertezas e aflições presentes no **campo** de sua atuação?²⁸ Por outro lado, o que se passa na privacidade da introspecção coletiva destes profissionais quando suas identidades, suas

26 Tema a que Gustavo Lins Ribeiro (1988), de certa forma, já se aproximava, na sua leitura dos processos sociais e de poder que permitiram a implantação da usina hidrelétrica Yacyretá, no rio Paraná, na fronteira da Argentina com o Paraguai, ao caracterizar, entre as dimensões sociais essenciais para a sustentação destes empreendimentos, o marco “temporal” dos fluxos migratórios da sua força de trabalho como um dos fatores que desestimulam os indivíduos engajados nesses fluxos transitórios a conceberem sua experiência mais próxima como **permanente**, tanto no nível profissional quanto familiar (Ribeiro 1988:156-171).

27 À luz de Donna Haraway (2003) e Isabelle Stengers (2017).

28 A formulação desse questionamento se deve à leitura de Michael Herzfeld (2008) e de seu conceito de *dissemia*, definido enquanto “a tensão formal ou codificada entre a autoapresentação oficial e o que vai passando na privacidade da introspecção coletiva” (Herzfeld 2008:31; *itálico no original*). Segundo o autor, “Embora o aspecto oficial seja um

convenções de autojustificação e modelos de existência social deparam-se com os sentidos práticos locais, os quais passam a ser por eles vivenciados (in)conscientemente na sua experiência sensorial, durante o trabalho de campo, junto às populações afetadas por grandes empreendimentos?

Afinal, o que, de fato, acontece com o consultor ambiental no campo da sua atuação é a experimentação de um “domínio social” (Latour 2005)²⁹ ou relacional, cujos sentidos e efeitos percebidos “mobilizam seu próprio estoque de imagens” (Favret-Saada 2005:159), de modo que a “carga energética” a que são expostos esses profissionais no campo da sua atuação, tomando de empréstimo o texto de Favret-Saada (2005:159), causam um distúrbio provisório de percepção, uma quase alucinação, ou uma modificação das dimensões; ou, ainda, a sensação de estar submerso num sentimento de pânico, ou de angústia maciça.

Ora, em todo o meu envolvimento com os modos de vida Xikrin e com suas dinâmicas de navegação fluvial, acabei por ser direcionado “a uma variedade particular de experiência” (Favret-Saada 2005:159), cujos sentidos o meu corpo passou a processar. Nesse contexto relacional, as categorias da política do licenciamento ambiental não figuravam como bons guias para a minha experiência **peçoal**, na medida em que “a crença de que era possível reduzir os efeitos sociais produzidos [por Belo Monte]” (Bronz 2016:43) se

desfez, as posições de poder se estremeceram e a imaterialidade da mercadoria se desligou, de modo a ativar outros agenciamentos do cosmos, cujos termos classificatórios buscavam ansiosamente outra expressão, que não a indiferença.

Recordando, foram mais de 2.500 quilômetros percorridos pelos rios Xingu e Bacajá somente em 2012, contabilizando apenas o trajeto entre a cidade de Altamira até as cinco aldeias da TITB e os deslocamentos locais no interior da TI, fora outros percursos realizados na Volta Grande para mapeamento da navegação das populações ribeirinhas locais. Longas conversas com os Xikrin, entre outros moradores da região, foram conduzidas, a fim de caracterizar as dinâmicas da navegação fluvial. Os canais de navegação dos rios Xingu e Bacajá foram percorridos e as dificuldades para transpor suas corredeiras nos períodos de seca, bem como para enfrentar os rebojos, as neblinas ou as fortes chuvas durante a cheia foram vivenciadas (Figura 5). Durante os meus levantamentos, foi experimentado todo o “sistema de aprendizado” (Ingold 2002:37) dos navegadores dos rios Xingu e Bacajá, praticamente engajados com os movimentos hidrológicos desses rios, o que os permitia navegar durante todo o ano, independente das dificuldades impostas pelos ciclos hidrológicos locais (cheia, vazante, seca e enchente)³⁰.

Contudo, toda essa rede de relações estava sendo contrastada por um único evento possível: a instalação

objeto legítimo (e de fato necessário) de análise etnográfica, a intimidade que ele mascara é o sujeito de um profundo sentido de vulnerabilidade cultural e política” (Herzfeld 2008:31).

29 Considerando aqui a pressuposição de Latour (2005:6), de que o domínio social é muito mais extensivo do que a tentativa de limitá-lo à esfera dos humanos e das sociedades modernas.

30 Tais como o conhecimento sobre as pedras “não marcadas” no fundo dos rios Xingu e Bacajá, as informações



Figura 5 – Corredeira Jericoá, no rio Bacajá, localizada no interior da TITB, a aproximadamente 60 km da foz. Registro feito durante o período de seca, no mês de outubro de 2012. Vazão registrada em 910 m³/s. Nesse trecho, durante o mapeamento, enquanto o piloto Xikrin acionava o motor 15 HP do barco para subir o rio, e seu filho aproava a embarcação com a ajuda de uma “vara de pau”, eu puxava o barco com a ajuda de uma corda, em um ponto seguro a montante da cachoeira. Essa era a única forma de vencer esse trecho fluvial no período de seca. Foto: Rafael Costa (2012).

da usina Belo Monte. E esse contraste, marcado pela dimensão destrutiva que Belo Monte representava sobre a experiência prática das populações da Volta Grande, me levava a querer evitar as mensagens abertamente contraditórias, proferidas pelas políticas de indigenismo empresarial e do licenciamento ambiental, as quais eram fonte de uma sensação de pânico e desespero, pois: por mais que experienciasse as longas jornadas de navegação nos rios Xingu e Bacajá – que num percurso fluvial de 350 km, distância entre a cidade de Altamira até a aldeia mais a montante da TITB, durante o ciclo hidrológico de seca, chegava a durar dois dias e meio de viagem –, poderia ser atormentado pela possibilidade da imposição

da vazão reduzida na Volta Grande alargar os tempos dos deslocamentos. Essa angústia (tanto minha como dos Xikrin e demais navegadores da região) deveria ser sanada na reprodução da dinâmica proposta pelo monitoramento ambiental da navegabilidade e da acessibilidade regional. Por mais que eu soubesse que as dificuldades à navegação mais comuns na Volta Grande e no rio Bacajá se davam nos períodos de estiagem, em função da redução natural da vazão do rio, do estreitamento dos canais navegáveis e da formação de fortes corredeiras em trechos com declives relativamente acentuados, e que essas dificuldades seriam intensificadas a partir da imposição da vazão reduzida na região, a ideia de propor alternativas de acesso à TITB, como a construção de estradas, sabendo que isso poderia ocasionar

maior fluxo de caçadores, madeireiros e garimpeiros ao território indígena, me parecia absurda. Por mais que eu aprendesse sobre as denominações dos furos, dos igarapés, dos igapós, dos poções, das ilhas, das cachoeiras e dos largos da Volta Grande e conhecesse seus respectivos usos privilegiados em cada uma das épocas do ano para caça, coleta, roça, pesca de bagres ou peixes ornamentais, e pudesse ser atormentado pela alteração ecológica que a vazão reduzida iria representar na reprodução destes ecossistemas e dos modos de vida relacionados, essa aflição deveria ser contida pela estrutura objetiva dos procedimentos da política do licenciamento ambiental.

sobre a velocidade a empregar na descida de corredeiras ou quando usar cordas para subi-las nos ciclos de seca, a indicação dos locais que regulavam o tempo da viagem, as ilhas mais apropriadas para a pernoite durante longos deslocamentos, para não “toparmos com a onça”, enfim, todas as suas respostas sociais às condições naturais da Volta Grande, as quais permitiam a perenidade da atividade durante todo ano.

4. AS CATEGORIAS SOCIAIS E AS 'ALTERIDADES SIGNIFICANTES' NO CAMPO DE ATUAÇÃO DOS CONSULTORES AMBIENTAIS

Donna Haraway (2003), tomando como exemplo o conceito de “ontologias emergentes”, de Helen Verran, faz uma pergunta obrigatória: como pode o conhecimento geral ser cultivado nos mundos pós-coloniais, comprometidos em levar a diferença a sério? Para a autora, a resposta para essa pergunta só pode ser oferecida em conjunto com práticas emergentes, i.e., no vulnerável, no chão do trabalho que remenda agências não harmoniosas e modos de vida, responsáveis tanto por seus legados históricos discrepantes quanto pela escassa possibilidade, mas absolutamente necessária, de um futuro comum. Segundo Haraway (2003), isso é o que representa **alteridade significativa**. Em outras palavras, é uma forma de construir categorias de modo relacional, e menos discursivo, no sentido foucaultiano.

Contudo, o aferro aos mediadores dos procedimentos científicos da política do licenciamento ambiental, a exegese interpretativa que eles possibilitam, suas “expressões fixas permanentes”, suas constituições indiferentes e deslocadas da realidade vivida, bem como as redes de poder que eles sustentam são alguns dos aspectos a impedirem os consultores ambientais de compartilhar um mundo experiencial comum com os indígenas e os demais habitantes (humanos e não humanos) da Volta Grande. As categorias sociais que devem se sustentar para manter a condição social (e de poder) que lhes foi atribuída não podem ser agenciadas pelo mesmo campo de sentidos do ambiente de sua interação, pois, na operação do

pensamento profissional da consultoria ambiental, a pessoa humana deve ser deslocada dos efeitos que tal processo classificatório gera sobre o mundo.

O “trabalho categorial” que informa a condição no mundo dos profissionais das consultorias ambientais, ou a sua operação de “criação de mundos (*worlding*)” (Haraway & Gane 2009), não é nada relativo. Não porque tal trabalho categorial fuja à interação natureza/cultura, mas porque ele não permite aos consultores ambientais que vivam as consequências de seus atos, tal como os Xikrin as vivenciam. Tal trabalho não permite a eles se situarem inexoravelmente à criação de seus mundos significativos, já que os perigos mortais de suas construções são obscurecidos por um pensamento e uma realidade (econômica) que se sustentam desde outro lugar, que não o da sua experiência mais próxima.

5. CONCLUSÃO PRIMEIRA: O *ICONOCLASH* XIKRIN OU A SUSPENSÃO DOS ÍCONES DA POLÍTICA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A definição de *iconoclash*, de Bruno Latour (2008:117, 144), nos informa sobre “aquilo que acontece quando há incerteza a respeito do papel exato da mão que trabalha na produção de um mediador”, de modo a redirecionar a atenção para as suas fraqueza e fragilidade. Este é um bom enquadramento para o contraponto Xikrin. Afinal, não é a destruição das imagens produzidas pelos consultores ambientais o que eles pleiteiam com o seu posicionamento, mas a postulação de algo que lhes falta ou que lhes está ausente. Uma imagem “feita em ato”, como

colocou tão bem Thais Mantovanelli (2016a:48), a qual incluía homens e mulheres, constituída através de encontros e engajamentos com parentes, com o rio, com a floresta, com os sonhos e, inclusive, com os consultores ambientais que realizaram por tanto tempo trabalhos de campo na TITB.

Uma imagem feita corretamente, verdadeira, bela, que envolva a alegria de estar junto, feita em conjunto, enfim, uma imagem que promova “ações efetivas no mundo”, tal como os Xikrin descrevem nas suas falas (*kaben pudjy* [fala única, fala reta]), “diferentes dos brancos... marcadas pela desconfiança e pela mentira” (Mantovanelli 2016a:99, 115). No posicionamento Xikrin, as imagens gráficas apresentadas pelos consultores ocultavam, ao invés de revelarem, os reais efeitos de Belo Monte, pois elas não estavam direcionadas para os índios, para o rio, enfim, para todo o domínio relacional de sua existência, estavam sim voltadas para fundamentar interesses empresariais, orientados pela exploração da região da Volta Grande para fins energéticos.

É contra esse não engajamento das imagens dos ECRB, “fora de seu fluxo” (Latour 2008), i.e., fora dos fluxos contínuos e em movimento do rio Bacajá e dos modos de vida Xikrin, em uma contraposição ao poder de dissimulação de seus modos de vida, que os Xikrin estabeleceram o seu argumento. É contra a possibilidade dos mediadores ou dos produtos do trabalho do indigenismo empresarial prevaricarem a violência de tais empreendimentos que os Xikrin sustentam o seu posicionamento.

6. CONCLUSÃO SEGUNDA: ENTRE A MÁ CONSCIÊNCIA E O INDIGENISMO ALÉM DO HUMANO

A tese da “má consciência” foi, certa vez, atribuída ao pensamento indígena da Amazônia, para interpretar sua atitude ambivalente em relação à carne de caça (Hugh-Jones 1996 apud Descola 1998:30). No contexto da relação entre caçadores e presas,

Uma densa rede de interdições e prescrições alimentares, de procedimentos rituais de descontaminação e de dispositivos semânticos de ocultação deve[ria] atenuar, então, as consequências da triste obrigação em que se encontram os homens de destruir vidas animais para reproduzir a sua. Segundo Hugh-Jones, essa mistura de reconciliação e duplicidade com relação ao matar e consumir o animal não seria própria dos índios da Amazônia; refletiria um traço universal da natureza humana e, nesse sentido, o comportamento dos ameríndios nada teria de exótico ou arcaico, mas seria inteiramente homólogo à má consciência que os ocidentais experimentam atualmente diante da carne dos açougues (Descola 1998:30, grifos meus).

No entanto, a disputa semântica ora evidenciada entre os Xikrin e os consultores ambientais sobre o destino do rio Bacajá informa-nos que a “teoria da má consciência” não é tão universal assim, figurando-se, ainda, como uma das virtudes soberanas da cultura ocidental. Na afirmação dos Xikrin, de que “o rio iria secar”, não há dissimulação da dimensão de perda (e morte) que a instalação de Belo Monte acarretaria aos modos de vida da região da Volta Grande

do rio Xingu. Essa dimensão dissimulante está exclusivamente evidenciada na relação que os consultores ambientais e indigenistas empresariais estabelecem com os mediadores da produção de seu trabalho social, os quais, materializados em imagens gráficas, provêm um meio eficaz para lidarem com o infortúnio de suas atribuições no marco do capitalismo moderno³¹.

Não se deve ignorar o poder de dissimulação que os instrumentos de trabalho da consultoria ambiental promovem com relação à dimensão de perdas social e ambiental causadas por megaempreendimentos, na sua implicação direta no apaziguamento dos conflitos pessoais e coletivos, vivenciados por estes profissionais na execução de seu trabalho. Afinal, na esteira de Michael Herzfeld (2008, 2016), a intimidade que esse poder mascara é muitas vezes a do sujeito de um profundo sentido de vulnerabilidade cultural e política. Interromper esse trabalho de dissimulação é uma proposta muito válida, principalmente quando se tem em pauta não somente o mapeamento dos sentidos de indiferença que são agenciados nessa dissimulação, mas, sobretudo, a proposição de representar outros sentidos, cujos significados podem superar os modos como nossos distanciamentos da natureza têm prejudicado a nossa relação com nós mesmos.

Por fim, se são os indígenas que nos convidam a repensar nossos modos de interação com a natureza, talvez esse seria o momento de propor um novo indigenismo, um “indigenismo emergente”, tal como propôs de la Cadena (2010). Um indigenismo para além

do empresarial ou do governamental, “com a capacidade de perturbar significativamente as formações políticas predominantes” (de la Cadena 2010:336), tais como o estado, a nação e o desenvolvimento, as quais, amparadas por forças e realidades tecnonormativas poderosas, fazem-nos reproduzir toda a destruição e a violência do capitalismo em um labor diário infernal, que nega seus próprios sentidos, seus efeitos e suas consequências.

7. REFERÊNCIAS

- Agamben, G. 2007. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Baines, S. G. 1995. Os Waimiri-Atroari e a invenção social da etnicidade pelo indigenismo empresarial. *Anuário Antropológico* 19(1):127-159.
- Baines, S. G. 2004. Antropologia do Desenvolvimento e a questão das sociedades indígenas. *Revista Antropológicas* 15(2):29-46.
- Baines, S. G. 2012. As usinas hidrelétricas na Amazônia: o indigenismo empresarial e a insustentabilidade de grandes hidrelétricas em terras indígenas, in *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Organizado por A. Zhouri, pp. 98-121. Brasília: ABA.
- Bourdieu, P. 2003. Participant objectivation. *Journal of the Royal Anthropological Institute* 9(2):281-294. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9655.00150>.

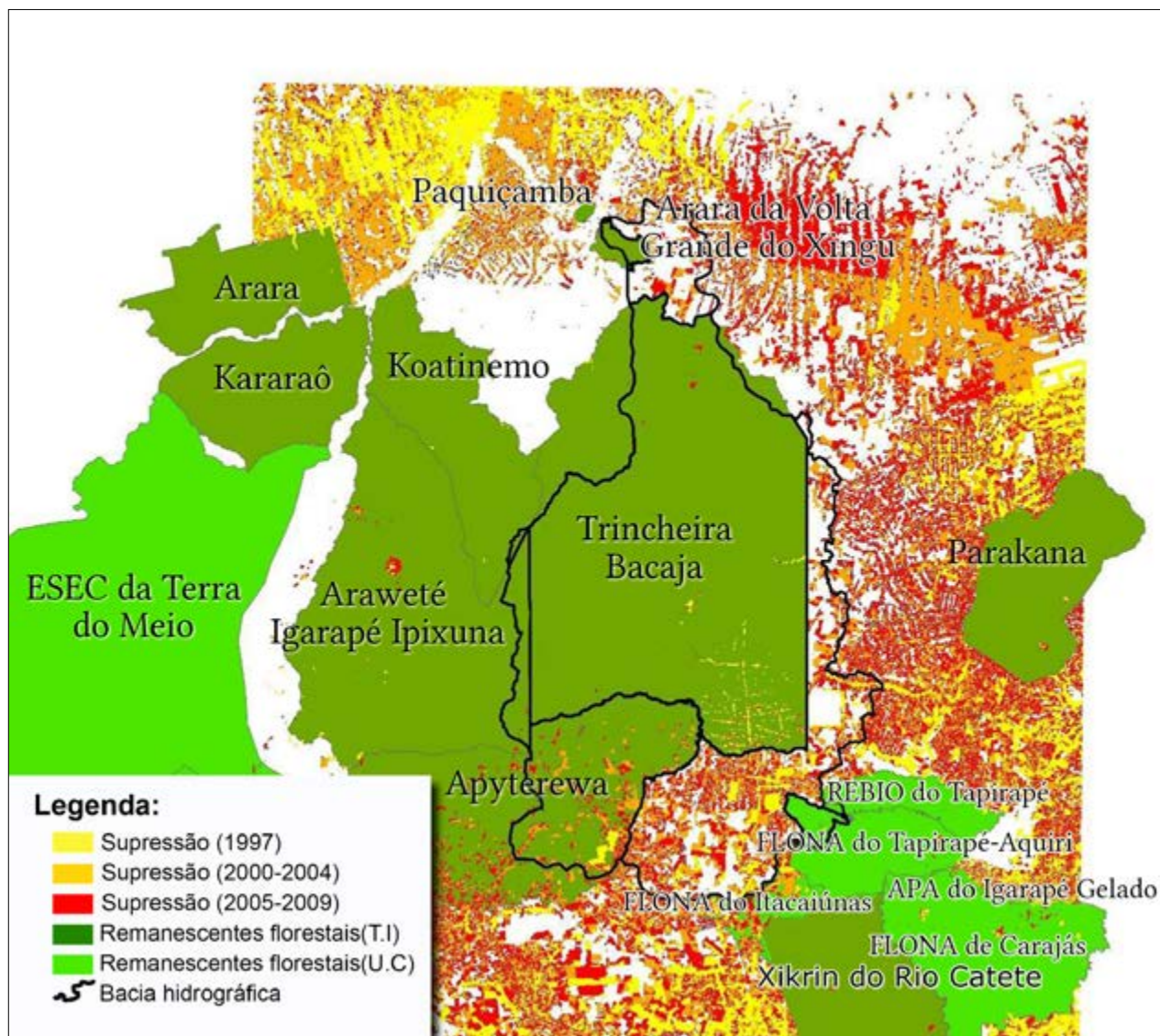
31 Como bem apontou Herzfeld (2016), a análise do idioma comum das práticas burocráticas do estado moderno, tais como os expressos nas convenções sociais da “democracia”, do “governo racional”, da “ciência e tecnologia”, do “individualismo”, do “compromisso ético e cultural” etc., indica não só a capacidade dessas “entidades imaginárias” gerirem e significarem as identidades pessoais e coletivas, mas a sua capacidade de “provê as pessoas de meios sociais para lidar com o desapontamento” (Herzfeld 2016:11, 16).

- Bronz, D. 2016. *Nos bastidores do licenciamento ambiental: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- De la Cadena, M. 2010. Indigenous cosmopolitics in the Andes: conceptual reflections beyond “politics”. *Cultural Anthropology* 25(2):334-370. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1548-1360.2010.01061.x>.
- Descola, P. 1998. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. *Mana* 4(1):23-45. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131998000100002>.
- Eletrobrás. 2009a. *Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte: relatório de impacto ambiental – Rima*. Brasília: Leme Engenharia Ltda.
- Eletrobrás. 2009b. *Estudos etnoecológicos: Estudo de Impacto Ambiental do aproveitamento hidroelétrico (AHE) de Belo Monte*. Tomo 5. Brasília: Leme Engenharia Ltda.
- Favret-Saada, J. 2005. Ser afetado. *Cadernos de Campo* (13):155-161.
- Foucault, M. 1999. *História da sexualidade. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. 2002. A governamentalidade, in *Microfísica do poder*, pp. 277-293. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. 2008. *Segurança, território, população. Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fundação Nacional do Índio (FUNAI). 2009. *Parecer técnico n. 21: análise do componente indígena dos estudos de impacto ambiental - UHE Belo Monte*. Brasília: FUNAI.
- Garcia, M. F., I. N. Jezler, M. L. Milazzo, D. J. L. Rocha, S. Froehlich, e C. Vieira. 2009. A influência da componente ambiental na definição do Projeto AHE Belo Monte, in *Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica* 20:1-8.
- Geertz, C. 2000. The way we think now: toward an ethnography of modern thought, in *Local knowledge: further essays in interpretative anthropological*. C. Geertz, pp. 147-163. Washington DC: Basic Books.
- Goffey, A. 2011. Introduction: on the witch’s broomstick, in *Capitalist sorcery: breaking the spell*. Organizado por P. Pignarre e I. Stengers, pp. vii-xxiv. London: Palgrave Macmillan Stengers.
- Haraway, D. 2003. *The companion species manifesto: dogs, people, and significant otherness*. Chicago: Prickly Paradigm Press.
- Haraway, D., e N. Gane. 2009. Se nós nunca fomos humanos, o que fazer? *Ponto Urbe* 6:1-22. DOI: <http://dx.doi.org/10.4000/pontourbe.1635>.
- Herzfeld, M. 2008. *Intimidade cultural: poéticas sociais no Estado-Nação*. Lisboa: Edições 70.
- Herzfeld, M. 2016. *A produção social da indiferença: explorando as raízes da burocracia ocidental*. Petrópolis: Editora Vozes.

- Ingold, T. 2002. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London, New York: Routledge.
- Ingold, T. 2003. General introduction, in *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Editado por T. Ingold, pp. xii-xxii. London and New York: Routledge.
- Latour, B. 2000. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp.
- Latour, B. 2005. *Reassembling the social: an introduction to Actor-Network Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Latour, B. 2008. O que é iconoclash? Ou, há um mundo além das guerras de imagem? *Horizontes Antropológicos* 14(29):111-150. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832008000100006>.
- Lévi-Strauss, C. 2016. *O pensamento selvagem*. Campinas: Editora Papirus.
- Magalhães, S. 2007. Lamento e dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Brasil; Universidade Paris 13, França.
- Mantovanelli, T. 2016a. Os Xikrin do Bacajá e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte: uma crítica indígena à política dos brancos. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, Brasil.
- Mantovanelli, T. 2016b. Os Xikrin da Terra Indígena Trincheira-Bacajá e os Estudos Complementares do Rio Bacajá: reflexões sobre a elaboração de um laudo de impacto ambiental. *Horizontes Antropológicos* 22(46):159-188. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832016000200006>.
- Merleau-Ponty, M. 1991. De Mauss a Claude Lévi-Strauss, in *Signos*, pp. 123-135. São Paulo: Martins Fontes.
- Mitchell, T. 2002. *Rule of experts: Egypt, technopolitics, modernity*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- Mitchell, T. 2011. Afterword: are environmental imaginaries culturally constructed?, in *Environmental imaginaries of the Middle East and North Africa: history, policy, power, and practice*. Editado por D. Davis e E. Burke, pp. 265-273. Athens: Ohio University Press.
- Mitchell, T. 2014. Economentality: how the future entered government. *Critical Inquiry* 40(4):579-507. DOI: <https://doi.org/10.1086/676417>.
- Mosse, D. 2005. *Cultivating development: an ethnography of aid policy and practice*. London: Pluto Press.
- Nixon, R. 2011. *Slow violence and the environmentalism of the poor*. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press.
- Norte Energia. 2011. *Projeto básico ambiental Usina Hidrelétrica Belo Monte (PBA)*. Brasília: Leme Engenharia Ltda.; CENEC Worley Parsons.

- Norte Energia. 2012a. *Estudos complementares do Rio Bacajá*. Brasília: Leme Engenharia Ltda.
- Norte Energia. 2012b. *Nota técnica sobre os Estudos Complementares do Rio Bacajá*. Brasília: Leme Engenharia Ltda.
- Pignarre, P., e I. Stengers. 2011. *Capitalist sorcery: breaking the spell*. London: Palgrave Macmillan Stengers.
- Ribeiro, G. L. 1988. *Empresas transnacionais: um grande projeto por dentro*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Editora Marco Zero e ANPOCS.
- Sousa Lima, A. C., e J. P. M. Castro. 2015. Notas para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s). *Revista Antropológicas* 26(2):17-54.
- Stengers, I. 2005. Introductory notes on an ecology of practices. *Cultural Studies Review* 11(1):183-196. DOI: <https://doi.org/10.5130/csr.v11i1.3459>.
- Stengers, I. 2007. *Reativar o animismo*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. Belo Horizonte: Chão de Feira. (Caderno de Leituras n. 62).
- Strathern, M. 2015. Os limites da autoantropologia, in *O efeito etnográfico e outros ensaios*, pp. 133-157. São Paulo: Cosac Naify.
- Zhour, A., e R. Oliveira. 2013. Conflitos entre desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: desafios para a antropologia e os antropólogos, in *Desafios da Antropologia brasileira*. Organizado por B. Feldman-Bianco, pp. 75-108. Brasília: ABA.

ANEXO 1 - Mapa da dinâmica de ocupação no entorno da bacia hidrográfica do rio Bacajá, das Terras Indígenas e das Unidades de Conservação. Fonte: Norte Energia (2012a).



CAMPESINATO DE FRONTEIRA, PAGAMENTOS E SERVIÇOS AMBIENTAIS: ANÁLISE DA EXPRESSÃO DIFERENCIADA DA LÓGICA DE MERCADO EM ANAPU, PARÁ

Sammy Silva Sales

Universidade Federal do Pará | Belém - PA - Brasil

Roberto Porro

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental | Belém - PA - Brasil

Noemi Sakiara Miyasaka Porro

Universidade Federal do Pará | Belém - PA - Brasil

submissão: 06/03/2018 | aprovação: 06/06/2018

RESUMO

Analisando quatro estudos de caso no município de Anapu, no Pará, este artigo contrasta duas abordagens para a provisão de serviços ambientais: através do pagamento em efetivo para conservação, ou pagamento por serviços ambientais (PSA), e do apoio a sistemas sustentáveis agrícolas e florestais. As abordagens são avaliadas à luz da teoria do campesinato de fronteira, destacando-se como conclusão que a abordagem de “PSA de conservação” não se mostra adequada para replicação nesse contexto, enquanto as demais abordagens são mais adequadas no propósito de aliar conservação ambiental e produção sustentável, desde que o acesso aos recursos financeiros e de capital humano se consolide com perspectivas de longo prazo.

Palavras-chave: campesinato; Transamazônica; pagamento por serviços ambientais.

FRONTIER PEASANTRY, PAYMENTS AND ENVIRONMENTAL SERVICES: ANALYSIS OF THE DIFFERENTIATED EXPRESSION OF THE MARKET LOGIC IN ANAPU, PARÁ

ABSTRACT

Analyzing four case studies in the city of Anapu, Pará, this article contrasts two approaches to environmental services provision: through cash payments for conservation (PES) and support to sustainable agricultural and forestry systems. The approaches are evaluated in the light of the frontier peasantry theory, highlighting as a conclusion that the “PES for conservation” approach does not prove adequate for replication in this context, while the other approaches are more suitable in order to combine environmental conservation and sustainability, provided that access to financial and human capital resources is consolidated with long-term prospects.

Keywords: peasantry; Transamazon; payment for environmental services.

CAMPESINADO DE FRONTERA, PAGOS Y SERVICIOS AMBIENTALES: ANÁLISIS DE LA EXPRESIÓN DIFERENCIADA DE LA LÓGICA DE MERCADO EN ANAPU, PARÁ

RESUMEN

A partir del análisis de cuatro estudios de caso del municipio de Anapu, estado de Pará, este artículo contrasta dos enfoques para la provisión de servicios ambientales: a través del pago en efectivo para la conservación (PSA) y del apoyo a sistemas agrícolas y forestales sostenibles. Los enfoques son válidos a la luz de la teoría del campesinado de frontera. Se destaca como conclusión que el enfoque “PSA de conservación” no es adecuado para ser replicado en este contexto, mientras que los demás enfoques son más adecuados para el propósito de unir conservación ambiental y producción sostenible, siempre y cuando el acceso a los recursos financieros y de capital humano se consolide con perspectiva de largo plazo.

Palabras clave: campesinado, Transamazónica, pago por servicios ambientales.

1. INTRODUÇÃO

Como parte de estratégias fundadas na lógica de mercado globalizado para cumprir as metas de contenção ao desmatamento associado às mudanças climáticas, a modalidade de pagamento por serviços ambientais teve seu início em 2002 (Ferraro & Kiss 2002). Desde então, diferentes abordagens têm sido adotadas, especialmente para a aplicação em contextos sob cobertura florestal. Os serviços ambientais (SA) geralmente referidos são fertilidade do solo, regularidade pluvial, controle integrado de pragas, polinização, estabilidade do clima, entre outros (Swift et al. 2004). As abordagens variam de pagamento efetivo por esses serviços, em mercados criados especificamente para eles (Wunder 2005; Wunder et al. 2009), até pagamentos por serviços ambientais embutidos nos preços de produtos oriundos de experiências integrantes de aspectos econômicos, socioculturais e ecológicos (Bennett & Gosnell 2015). As abordagens incluem indicadores de valoração subjetivos, como percepções de bem-estar (Iniasta-Arandia et al. 2014), e apresentam-se como alternativa de combate à pobreza (Grieg-Gran et al. 2005) e de conservação da biodiversidade e segurança alimentar (Brussaard et al. 2010; Chappell & LaValle 2011).

Neste artigo, apresentamos reflexões quanto a duas abordagens que incentivam aqueles que manejam ecossistemas locais a regular e a valorizarem a provisão de serviços ambientais (SA): (1) a criação de um mercado para SA e o pagamento em efetivo pela provisão dos mesmos, ou pagamento por serviços ambientais (PSA);

e (2) o apoio a sistemas de produção baseados principalmente no manejo de recursos renováveis locais e na integração da produção agrícola e florestal, resultando na provisão de SA como componente, e não como produto/mercadoria do sistema, com pagamento embutido nos preços dos produtos.

A primeira abordagem, focalizada na criação de um mercado para SA, conta com amplo apoio de Estados, agências multilaterais de desenvolvimento, corporações transnacionais e organizações não governamentais. A essência desta abordagem é pagar em efetivo, para que produtores individuais ou organizados em grupo mantenham ou melhorem as várias formas de SA prestados pelos ecossistemas por eles manejados, gerando o PSA. Tal abordagem pode implicar a situação em que esses usuários dos recursos deixem de desenvolver atividades produtivas em florestas e meios hídricos dentro de seus territórios, de acordo com suas práticas tradicionais.

Desde o início dos anos 2000, inúmeros programas de PSA passaram a ser implantados, especialmente nos chamados países em desenvolvimento (por exemplo, como discutem Bond et al. 2009). A maior iniciativa de PSA é o Programa Colaborativo das Nações Unidas sobre Redução de Emissões Derivadas do Desmatamento e Degradação Florestal em Países em Desenvolvimento (REDD). Trata-se de uma ação de âmbito global que visa proteger, via lógica de mercado globalizado, áreas florestadas, para garantir o sequestro de carbono, a biodiversidade e a integridade dos ciclos de água e de nutrientes.

A segunda abordagem, que trata da provisão de SA em uma perspectiva agroecológica, é expressa

em iniciativas como a implantação de sistemas agroflorestais, o manejo florestal sustentável ou o comércio justo para produtos florestais madeireiros e não madeireiros. Esta abordagem parte do pressuposto de que produção e conservação não podem ser separadas no tempo e no espaço, devendo ser planejadas no mesmo contexto, incorporando diretamente sistemas de produção local (Chappell & LaValle 2011).

Sistemas de produção agrícola que integram e mantêm SA já são historicamente praticados por agricultores familiares em todo o mundo, incluindo desde diferentes tipos de agricultura orgânica, agroecológica, permacultura e abordagens agroflorestais até a adaptação contextual de muitos agricultores familiares que buscam manejar os recursos agrícolas e florestais. Nesses sistemas, os SA passam a constituir a principal fonte de apoio para a produção de alimentos, energia e fibras, atendendo suas necessidades de consumo, de insumos e de fluxo de caixa (Brookfield et al. 2003; Swift et al. 2004). Via de regra, nessa abordagem, o pagamento pelos SA gerados é embutido nos preços dos produtos oriundos desses sistemas de produção.

Neste artigo, discutiremos as diferenças e as similaridades entre as duas abordagens, e argumentaremos a sua pertinência segundo uma leitura revisada à luz da teoria do campesinato de fronteira, através da análise comparativa de quatro estudos de caso, durante pesquisa realizada junto a camponeses no município de Anapu, no estado do Pará. Como maneira de contextualizar a expressão das duas abordagens de pagamento por serviços ambientais, apresentamos, na sequência, de forma sucinta,

o processo de ocupação, de estrutura fundiária e de organização social dos camponeses na área de estudo.

2. ACESSO À TERRA E LUTA SOCIAL DOS CAMPONESES EM ANAPU

O município de Anapu está localizado às margens da rodovia Transamazônica (BR-230), na denominada Transa-Leste, que liga Altamira a Marabá, possuindo expressiva população rural. Em sua constituição territorial atual, predominam assentamentos da reforma agrária, lotes do antigo Projeto Integrado de Colonização (PIC), grandes fazendas e a Terra Indígena (TI) Trincheira-Bacajá. A construção da rodovia Transamazônica e a implementação dos projetos de colonização pelo governo militar foram decisivas para o desenvolvimento dessa nova fronteira (Hébette 2004a). Através da ocupação, criou-se um lugar privilegiado de desenvolvimento da pequena propriedade e, conseqüentemente, de um novo ator social: o campesinato de fronteira (Velho 1974). Interessante debate acadêmico desenvolveu-se sobre a inserção *versus* a aversão desse campesinato ante a expansão do capitalismo nessas fronteiras amazônicas (Martins 1997; Velho 1974, 2013).

A chamada “integração nacional” da Amazônia ao restante do país objetivava a ocupação das terras às margens da rodovia por projetos de colonização e empreendimentos agropecuários. Os lotes de 100 ha do PIC, às margens da rodovia, eram destinados à pequena agricultura. Transversalmente à estrada, no limite de 10 km, foram demarcados lotes de 500 ha e, após esse limite, lotes de 3.000 ha, também chamados de glebas (INCRA 2005) foram destinados a grandes empreendimentos.

Esse modelo de colonização, incentivado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), propunha que, tanto agricultores familiares quanto fazendeiros, investissem na derrubada da floresta, para a produção agropecuária. Porém, a distribuição das terras não se deu de forma equitativa. As glebas foram conduzidas a leilões e arrematadas por empresas de capital nacional e por bancos, com os quais o poder público estabeleceu o chamado Contrato de Alienação de Terras Públicas (CATP) (IPAM 2006; Palmeira 1989; Treccani 2010). Essas empresas, externas à região e ao setor agropecuário, foram os principais beneficiários de incentivos fiscais.

A política econômica implementada não contemplava os tradicionais sistemas de produção do agricultor familiar imigrante, cujos meios de vida são garantidos pela agricultura de corte-e-queima (sobretudo para cultivo de arroz, milho, feijão e mandioca). Conforme exposto por Hurtienne (2005), em sua descrição do ciclo de fronteira, estes agricultores são

[...] minado[s] paulatinamente pelo capital mercantil explorador, títulos de propriedade inseguros, infraestrutura insuficiente, uma política agrária dirigida aos grandes estabelecimentos e pela queda dos rendimentos devido aos solos pobres em nutrientes depois da derrubada da floresta primária. No final do ciclo da fronteira, a maioria dos colonos é expulsa ou marginalizada pela grande pecuária e pelas plantações de culturas perenes (Hurtienne 2005:38).

As políticas foram ainda mais perversas ao campesinato amazônico, cujo entendimento de

governança não coadunava com formas econômicas limitantes da autonomia no controle sobre os meios de vida, causando profundos impactos sociais e culturais (Hébette 2004a).

As condições da porção leste da rodovia Transamazônica, onde localizam-se Anapu e Pacajá, sempre se apresentaram aquém do evidenciado pela propaganda governamental do projeto de colonização. Ao contrário da Transa-Oeste, que liga Altamira e Rurópolis, caracterizada pela colonização dirigida, na Transa-Leste predominou a “colonização espontânea” de migrantes oriundos fundamentalmente do Nordeste brasileiro (Bringel 2014:392). As famílias migrantes que chegaram a essa região se deparavam com falta de infraestrutura da própria estrada, ausência de escolas, de postos de saúde e de assistência técnica.

Nos anos 70, ocorreu a combinação entre a tensão fundiária, em diferentes pontos do país, e a inauguração dos projetos de colonização como importante vetor de orientação de fluxos migratórios (Hébette 2004a), resultando na ocupação de áreas que ultrapassaram a faixa mais próxima da rodovia, avançando para glebas em CATP. Posteriormente, o projeto de colonização não tardou a ser abandonado pelo governo federal. O estabelecimento de famílias migrantes como posseiros nas terras públicas e a expansão da concentração de terras, combinados à crescente ausência do Estado, fizeram com que os conflitos sociais e agrários não tardassem a surgir (Hébette 2004b; Mendes & Porro 2015). Passam a fazer parte da rotina do município de Anapu relações sociais extremamente violentas e uma forma de gestão do território com base na ilegalidade, na intimidação e na agressão aos menos favorecidos (Folhes et al. 2016:305).

Portanto, a configuração da atual estrutura fundiária do município de Anapu é, em parte, resultado de diversos projetos e políticas implementados em áreas ocupadas pela colonização espontânea na região da Transamazônica, onde prevaleceu a ampliação de latifúndios, a expansão da grilagem de terras públicas e as consequentes violência e disputa por terra e recursos naturais. A região foi alvo de políticas governamentais que priorizaram a atividade agropecuária, em detrimento do incentivo à diversificação e à verticalização de atividades agroflorestais (Hébette 2004b), características do campesinato.

Em reação à essa estrutura desigual, agricultores, organizados no Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST) e, posteriormente, no Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), contavam com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Católica, em mobilizações pela retomada do projeto de colonização, em reivindicações junto a órgãos governamentais e na formação e organização social para garantir os meios de vida através da produção (Souza 2006). Por sua vez, segundo Rocha & Barbosa (2003), a academia também contribuiu, através do Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET), com parcerias e/ou assessorias de longo termo às organizações locais, aos sindicatos e à federação. Tendo Altamira como centro irradiador de ações conjuntas, essa rede se contrapõe aos desafios postos por indústria madeireira, garimpo, questão

indígena, grandes projetos, entre outros. Os autores destacam a intensidade e a abrangência da chamada ecogrilagem, ou seja, a velha grilagem com uma claudicante roupagem ambientalista, e destacam que, por outro lado, em toda a Transamazônica, os agricultores familiares também têm extrema dificuldade em lograr uma ocupação sustentável.

Anapu também é exemplo dessa situação, e na década de 1980, o movimento social de agricultores do município, apoiado pela missionária Dorothy Stang, iniciou ações de mobilização política e de resistência à apropriação indevida e à grilagem de terras na região, acompanhando outros movimentos sociais da Transamazônica, cujos esforços para alcançar o desenvolvimento econômico e sustentável incluíam a integração da agricultura familiar com atividades florestais (Souza 2006).

No contexto da Rio 92¹, a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) tornou-se a representante jurídica do movimento social organizado pelo MDTX, responsável pela captação de recursos e pela implementação de projetos e de programas sociais e ambientais na região da Transamazônica e do Xingu (Souza 2006). Entre eles, projetos apoiados pelo Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) consolidaram-se como iniciativas de transição da agricultura de corte-e-queima para sistemas agroflorestais, formações e apoio ao manejo florestal comunitário (Projeto de Manejo Florestal

1 Conhecida no Brasil como Eco-92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento teve o objetivo, em linhas gerais, de promover o debate sobre a catalisação do desenvolvimento, sem a degradação do ambiente. Para uma visão crítica a respeito desta proposta de aprimoramento ao desenvolvimento, ver Escobar (2010) e Sachs (1992).

Comunitário - PROMANEJO) e usos de produtos florestais não madeireiros.

Adotando discursos socioambientais, organizações e movimentos sociais da Transamazônica conquistaram relevantes recursos para seus projetos coletivos, especialmente durante o governo Lula, embora com adaptações em sua agenda comum e afetando agendas familiares. Henchen (2012) analisou essas evidências, situando-as a partir do final da década de 1980, enquanto constituição de um processo de ambientalização de ações públicas, ressaltando o contexto de profundas transformações sociais, não apenas em termos de representação do campesinato, mas também de sua relação com a natureza. Mudanças nas práticas cotidianas em nível familiar e estratégias em nível coletivo tomaram parte de projetos ambientalizados, como as Reservas Extrativistas (RESEX) e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Emblemáticas nesse sentido, as organizações sociais de Anapu propuseram a criação das RESEX Bacajá e Belo Monte – com área total correspondente a 135.000 hectares (45 lotes de 3.000 hectares) –, como uma forma de combater a devastação ambiental e social que o município vinha enfrentando desde a retomada do projeto de construção da hidrelétrica de Belo Monte e pelo asfaltamento da Transamazônica, bem como pela possibilidade de desenvolver a agricultura familiar com especial atenção à conservação dos recursos ambientais.

Naquele momento, o contexto era de exploração de madeira ilegal, instalação de

empresas madeireiras no município, expansão da concentração fundiária a partir da grilagem de terras e crescente devastação da cobertura florestal para implantação de projetos agropecuários com recursos da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Como resposta às reivindicações do movimento social de Anapu, em 1998 e 1999, o INCRA realizou o recadastramento das terras, cujos resultados indicaram que a área pleiteada para criação das RESEX era improdutiva. Após a arrecadação de parte dessas terras, foi possível sua conversão em áreas para reforma agrária que, atualmente, correspondem aos Projetos de Assentamento (PA) Grotão da Onça e Pilão Poente II, e aos PDS de Anapu². O PDS é uma modalidade de assentamento ambientalmente diferenciada, criada em 1999 e modificada em 2002³, considerada adequada às expectativas de conservação e de desenvolvimento, almejadas pela missionária Dorothy Stang e pelas organizações sociais de Anapu (Mendes & Porro 2015).

Diante do contexto de disputas e de conflitos por terra, consideramos que a problemática das abordagens e das estratégias adotadas para a conservação de florestas na Transamazônica não se refere isolada ou prioritariamente à questão ambiental ou climática, mas articula-se intrinsecamente a arraigadas relações políticas que regem a vida social na Amazônia, sob uma expressão específica do capitalismo: o capitalismo autoritário (Velho 1974). Tais relações produzem tensões e contradições entre a terra de trabalho e

2 Portaria INCRA/SR-01 (G) n. 39, de 13 de novembro de 2002 (INCRA 2002a).

3 Portarias n. 477/1999 e n. 1.040/2002 do INCRA (INCRA 1999, 2002b).

a terra de negócio, associadas, respectivamente, aos “processos de transformação da ‘frente pioneira’, onde o acesso à terra é obtido pela posse, e a ‘frente de expansão’, caracterizada pela implantação do regime de propriedade privada da terra” (Costa 2004 apud Castro 2005:12). Essas tensões e contradições tornam-se ainda mais fortes quando entra na equação, além da terra de trabalho (mesmo que para manejo florestal comunitário) e da terra de negócio (lotes no mercado informal), a perspectiva da terra tomada como “ambientalizada”.

Portanto, como afirma Henchen (2012:217):

[...] devemos perceber que no interior do processo de ambientalização não se apresentam, de forma clara, indícios que sinalizem na direção de que estaríamos nós às vésperas da sua culminância ou no ponto final, como numa espécie de reta de chegada. Ao contrário, muitas evidências apontam para significativos impasses ou mesmo derrotas parciais, como em períodos de transição estruturalmente semelhantes em outros processos e, portanto, tais períodos de transição são abundantes em tensões não superadas, em processos inconclusos de integração de forças divergentes, de projetos ou objetivos distintos, cuja duração exata não é, de forma alguma, previsível e cuja direção apenas se deixa vislumbrar no horizonte das possibilidades. A direção apontava, até cerca de cinco anos atrás, por volta do final dos anos 2007/8, por um lado, para uma crescente descentralização do monopólio da

ação governamental acerca das tomadas de decisão relativas às formas de apropriação, de gestão e usos dos recursos naturais; por outro lado, para a emergência de atores e agentes sociais que reivindicam a participação nos espaços públicos em que tais decisões são tomadas.

Se, em 2012, o autor evidenciava para essa inflexão dual, hoje, imersos na crise que se abateu nos mais abrangentes e profundos aspectos da vida social brasileira, temos evidências concretas de que o ponto de chegada estava, de fato, mais longe do que esperávamos.

Nesse sentido, o pagamento por serviços ambientais, se entendido meramente como transação comercial de uma nova *commodity* (SA), cuja venda estimularia a contenção ao desmatamento, carregaria uma distorção visceral: àqueles em situação de maior dependência aos pagamentos (já tidos como inseguros) contradiz a autonomia que os define como camponeses. Além disso, os investimentos de tempo e de capitais humano e financeiro, necessários a essa transação, transformam a estratégia em fim. Como veremos a seguir, a contenção ao desmatamento como fim não se sustenta nem na lógica camponesa nem na lógica do capital nas fronteiras ainda indefinidas da Amazônia.

3. PROVISÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS E SUA COMPENSAÇÃO EM CONTEXTOS DE CAMPESINATO DE FRONTEIRA

Os quatro contextos específicos analisados neste artigo são identificados espacialmente através da Figura 1, e apresentados a seguir.



Figura 1 - Mapa de localização dos estudos de caso em Anapu, região da Transamazônica, Pará.
Mapa: Roberto Porro (2018).

3.1. PROJETO ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS (PAS): PSA EM EFETIVO

O Projeto Assentamentos Sustentáveis (PAS) é uma proposta de política pública para o desenvolvimento de um modelo produtivo adequado aos assentamentos de reforma agrária da Amazônia, que concilia o uso sustentável dos recursos florestais e a produção agropecuária, através de investimentos para o aumento da

produtividade nas áreas já desmatadas, de forma combinada ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

O projeto está sendo executado a partir de uma estratégia de gestão compartilhada entre unidades familiares dos assentamentos, em lotes de até 100 ha, participando da iniciativa associações de moradores, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), o Instituto de

Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), a FVPP e o INCRA.

O PAS está sendo implementado em três assentamentos de reforma agrária, de forma a coincidir com o antigo Polo do Proambiente⁴, na Transamazônica, nos municípios de Pacajá, Senador José Porfírio e Anapu. O estudo de caso aborda o núcleo para a implantação do sistema piloto de PSA entre unidades familiares dos Projetos de Assentamento (PA) Grotão da Onça e Pilão Poente II, em Anapu.

Segundo os próprios promotores e participantes, o Proambiente, ainda que tenha afetado de modo positivo algumas práticas de uso da terra, apresentou falhas no monitoramento e, sendo extremamente dependente da agenda político-partidária, mostrou-se incapaz de garantir a continuidade da provisão dos serviços ambientais (Bartels 2009). Dadas as divergências internas ao então governo federal, o programa não se firmou sequer como política de governo, e o marco legal para a regulamentação do Pagamento de Serviços Ambientais no Brasil, um componente inovador do programa, permaneceu pendente.

No contexto global, os governos de países desenvolvidos cujas economias seriam mais impactadas pelo aquecimento global negociaram em novos termos suas ações de combate ao desmatamento. Tendo o Brasil já reduzido consideravelmente as taxas de desmatamento, ao invés de doações, exigia-se compromissos com estratégias ancoradas na noção de “pagamento por performance”, com objetivos e suporte financeiros bem definidos. No Brasil, criou-se o Fundo Amazônia, gerenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Decreto n. 6.527, de 01 de agosto de 2008), que recebeu recursos da Noruega, da Alemanha e do próprio país, através da Petrobrás.

Em 2011, a FVPP e o IPAM elaboram um projeto REDD+⁵, intitulado Projeto Assentamentos Sustentáveis (PAS), apresentado ao Fundo Amazônia com o objetivo de promover mudanças na base produtiva dos assentamentos de reforma agrária, aumentando a rentabilidade das áreas já abertas e contribuindo para a redução do desmatamento.

Segundo ponderações de representantes de ambas instituições, o atual projeto prevê dar continuidade a transformações no modelo

4 “O Proambiente (Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural) foi elaborado em 2000 por movimentos sociais com a contribuição de ONGs (visando a construção de novos modelos de assistência técnica e de crédito para o desenvolvimento da agricultura familiar, integrado à conservação ambiental na Amazônia brasileira. Uma inovação do programa foi a identificação de instrumentos econômicos para a promoção do desenvolvimento regional que fossem além do crédito rural já existente no Brasil, avançando na preservação dos valores socioculturais, na manutenção e criação de empregos rurais e na conservação do meio ambiente” (Ferreira Neto 2008:5). Em 2011, proposta semelhante foi aprovada pela Lei n. 12.512, referente ao Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, que concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300,00 às famílias em situações de extrema pobreza que vivem em áreas prioritárias para conservação ambiental.

5 Desde os anos 2000, as políticas conhecidas como REDD+ (redução das emissões por desmatamento e degradação florestal, associada a ações de conservação e manejo florestal) são iniciativas que pressionam a criação de mecanismos internacionais para compensar países responsáveis por parte do desmatamento global – como o Brasil e a Indonésia – e que queiram reduzir emissões oriundas do desmatamento (Toni & Ferreira 2011).

produtivo e na lógica econômica iniciados pelo Proambiente, acrescido do componente de valoração dos serviços ambientais, ou seja, efetiva a realização de um pagamento por desmatamento evitado e adoção, pelos agricultores, de práticas agrícolas alternativas ao corte-e-queima. Na fase de planejamento do projeto, houve o entendimento da necessidade de fortalecer a cooperação com o poder público local para o sucesso da iniciativa, sendo firmadas parcerias com Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura dos municípios participantes.

Os STTR selecionaram famílias para o PAS, priorizando participantes do Proambiente, e incorporando novas famílias que atendessem a exigência de manter 80% de cobertura florestal do lote. Ainda que tais critérios tenham sido discutidos com as entidades representativas, no entanto, não foram debatidos amplamente com as unidades familiares participantes, que se referiam ao projeto como “Projeto do IPAM”. Houve, inicialmente, mudanças que afetaram o claro entendimento dos critérios de participação, como ressalta uma integrante:

[...] falaram que quem tinha muita mata ia tirar o benefício [PSA] maior. Mas depois, quem tinha o lote todo derramado de pasto e nós que tinha mais mata ficamos tudo igual. Ninguém entendeu foi nada. Porque eles diziam que quem tinha mais mata tirava mais dinheiro (F.S., mulher, participante do PAS, maio 2015, PA Pilão Poente II).

Com aparentes reformulações, o PAS retomou o projeto de pagamento por serviços ambientais,

combinado com novas estratégias, como investimentos na infraestrutura dos lotes e incentivos aos agricultores para o abandono da prática de corte-e-queima, ao estabelecerem novos roçados:

Nesses quatro anos que nós estamos nesse projeto, não pode mais derrubar mata, não pode fazer queimada mais em nada, nem em juquirão, nem em mata, nem em nada. Ai eles dão 420 [reais] de três em três mês e liberou arame, liberou capim, fez pasto pra algumas pessoas, fez esses buracos pro gado beber água. Agora vão trazer adubo pra colocar no cacau, que o nosso projeto era mais pra adubo no cacau (F.S., mulher, participante do PAS, maio 2015, PA Pilão Poente II).

Mesmo entre aqueles que participaram do Proambiente, a adesão ao projeto foi relativa. Agricultores que optaram em não participar do PAS consideraram que o pagamento por serviço ambiental (PSA) não ultrapassaria os ganhos monetários provenientes de atividades agropecuárias já desenvolvidas. Por outro lado, houve aqueles que ponderaram as vantagens dos investimentos em insumos e infraestrutura previstos no projeto e aderiram a ele. Entre os que nunca haviam participado de projeto algum, houve aqueles que levaram em consideração, para a aderência, as oportunidades de aprendizado através do assessoramento técnico, bem como a oportunidade de investimento do recurso proveniente do PSA.

Há questões específicas relacionadas à adesão ao projeto e às suas regras. Entre aqueles que vislumbram aparentes vantagens econômicas futuras e conhecimento técnico, o ajustamento

às regras previamente estabelecidas não é necessariamente percebido como interferência na autonomia e no controle de seus meios de vida e recursos naturais disponíveis nos lotes individuais. Uma intervenção na autonomia pode tornar-se motivo de desistência do projeto, e realmente há uma quantidade significativa de desistências voluntárias. Mas há também desistências involuntárias, nas situações, por exemplo, de identificação de uso do fogo e de abertura de áreas não autorizadas por órgão ambiental, via monitoramento por satélite, seguida de suspensão da participação. Por outro lado, a integral adesão às regras ambientais – e, portanto, a aplicação de práticas sustentáveis – está relacionada com a expectativa de aumento da produtividade, a consolidação de experiências piloto e a estabilidade econômica do lote a curto e longo prazos, como exemplifica um agricultor:

[...] o que fez a gente engajar no projeto é a questão da articulação, reunião pra esclarecer e a gente vê as coisas acontecer. Inclusive, agora em agosto tem um projeto pra fazer umas roça mecanizada. Tem que acontecer, não pode ficar só no papel não (L.S.P., homem, jun. 2015, PA Pilão Poente II).

Em meados de 2012, na primeira fase de execução do projeto, o IPAM elaborou diagnósticos socioeconômicos, os planos de uso das terras, e viabilizou a regularização ambiental por meio do

Cadastro Ambiental Rural (CAR). Nesse momento, cada unidade familiar participou de maneira mais incisiva durante a elaboração do plano de uso de sua propriedade.

O tamanho médio dos lotes em assentamentos de Anapu é de 100 ha, tendo cada unidade familiar autonomia relativa no uso dos recursos disponíveis e nas formas de uso da terra, porém dentro dos limites estabelecidos pelo atual Código Florestal de 2012⁶. É o que expressa um dos participantes do projeto, a respeito da adequação às regras ambientais estabelecidas: “Pelo amor de Deus, você não pode derrubar! Tem que acompanhar o governo, a lei que o governo botar, você tem que acompanhar!” (A.C.F., homem, jun. 2015, Vila Nazaré).

Para tanto, o INCRA tem estimulado e assistido a elaboração de Planos de Uso nos assentamentos. Na percepção dos agricultores, deveriam constar no Plano de Uso investimentos nos sistemas de produção e infraestrutura do lote capazes de gerar melhorias, consoante a aptidão produtiva de cada unidade familiar. Entre as propostas oferecidas pelo projeto, constam os seguintes sistemas: (1) intensificação da pecuária através da rotação de pastagens e manejo do rebanho; (2) produção de grãos através da roça mecanizada; (3) criação de galinhas e suínos; (4) implantação de sistemas agroflorestais; (5) melhoria na produção cacaueteira; (6) recuperação de Áreas de Proteção Permanente (APP); e (7) piscicultura. Em tese, cada plano de uso deveria incluir uma combinação dessas ações,

6 Segundo o Código Florestal (Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012), na Amazônia, cada estabelecimento pode ter 20% de sua área destinados ao uso alternativo do solo, excetuando-se as áreas de preservação permanente. A reserva legal deve ocupar 80% da área. Em projetos de assentamento de reforma agrária, como o PDS, por exemplo, definiu-se como área de uso alternativo 20 ha, e todo o restante da área (80%) é destinado à reserva legal, que pode ser utilizada mediante aprovação de Plano de Manejo.

de modo a alcançar o limite de cinco mil reais, previstos como investimento do Fundo Amazônia para cada unidade familiar, para os cinco anos de vigência do projeto. A escolha de tais sistemas pautou-se em resultados de iniciativas anteriores, desenvolvidas na região.

A roça de corte-e-queima era a técnica amplamente difundida entre os agricultores na região da Transamazônica. Através dela, produziam arroz, feijão, milho e mandioca, alimentos essenciais para o autoconsumo familiar. Com as exigências do novo Código Florestal, a adoção de práticas sustentáveis de produção passou a ser exigida, bem como alterações no sistema produtivo dos lotes, como destacado na narrativa abaixo:

No começo, nós mexia com arroz, feijão, com milho. Aí nós paremos quando começou a plantar cacau muito, não dá conta mais, aí nós paremos de plantar esses legumes, nós tá só comprando [...] planta um pouquinho de milho, aí dá das galinha comer até metade do ano, aí depois pode começar comprar milho [risos] (M.C.S., mulher, maio 2015, PA Pilão Poente II).

Uma das iniciativas anteriores consideradas foi o projeto Roça Sem Queimar, que introduziu novos processos de produção sem o uso do fogo. Houve também tentativa de replicar experiências de lavoura cacaueteira, empreendida por colonos da porção oeste da Transamazônica. Essas iniciativas de transformação nas práticas de agricultores eram vistas como uma maneira de os sujeitos adequarem-se às “leis do governo”. Nesse contexto, foram vastos as experiências e os projetos cujos objetivos

eram a consolidação de práticas ambientalmente sustentáveis de produção entre agricultores.

A aplicação dos investimentos previstos no Plano de Uso do lote é feita através das “atividades de campo” realizadas pelas equipes técnicas do IPAM. Consoante ao interesse e à afinidade da unidade familiar, investiu-se majoritariamente na intensificação da pecuária e na melhoria da produção cacaueteira. O aproveitamento de pastagens através da pecuária intensiva com cercas elétricas mostrou-se uma experiência bem-sucedida pelos ganhos monetários.

Para algumas famílias, a oportunidade de desenvolver a piscicultura mostrou-se interessante por garantir uma fonte relevante de proteínas ao autoconsumo. Porém, a criação de peixes em tanques apresenta uma série de desafios, devido à inexperiência nessa atividade, às inadequações técnicas e às dificuldades de acesso a recursos essenciais: água e alimentação adequadas.

A roça mecanizada foi uma das iniciativas de maior aderência dos agricultores. Além de garantir produtos tradicionais, atendeu à exigência do projeto de maneira mais sustentável:

[...] o foco da coisa era controlar mais a natureza. Se era pra eu derrubar um alqueire, mas “na técnica certa, na forma deles” que ia ter o maquinário, era derrubar 1 ha e aquele hectare ia render tudo pra mim como se fosse um alqueire. A produção mecanizada ia trabalhar ali dois, três, quatro anos naquele pedaço de terra, ia tirar o básico pra gente tentar suprir as necessidades diárias das famílias, no caso: o arroz, o feijão, a mandioca, o milho... (L.S.P., homem, jun. 2015, PA Pilão Poente II).

Registra-se aqui um dos principais entraves nessa abordagem: a ameaça à autonomia, um princípio da economia camponesa. Seja a dependência financeira do pagamento por um ator distante e desconhecido, seja a dependência à equipe técnica ou à compra de insumos e ao acesso aos maquinários. A relação com a natureza passa a ser mediada por aquele que detém a “técnica certa, na forma deles”. Até mesmo aquilo que não vem acontecendo afeta, a exemplo dos atrasos na entrega dos materiais ou na realização das atividades programadas, uma vez que a própria ONG depende dos tempos e recursos do financiador, que, por sua vez, é diferente do tempo do plantio e da colheita.

Nessa experiência, registramos que as dificuldades encontram-se na dependência de um capital não apenas financeiro, mas humano. A despeito das estratégias de participação, elas não incidem diretamente no fortalecimento de iniciativas coletivas. Na iniciativa do PAS, não identificamos apoio consolidado para gestão e aperfeiçoamento do associativismo e cooperativismo que contribuiriam à governança local.

3.2. ABORDAGEM AGROFLORESTAL DA AGROECO: SAF EM SUBSTITUIÇÃO A PASTAGENS

Na segunda abordagem, o serviço ambiental não é percebido como mercadoria em si, objeto atrelado a um PSA. Não há necessariamente expectativa de pagamento diferenciado pela prestação de serviços ambientais de forma destacada ou distinta do valor do produto obtido agroecologicamente. Exemplificando esta segunda

abordagem, apresentamos a experiência de famílias representadas pela Associação Agroecológica dos Trabalhadores Rurais da Comunidade Santo Antônio do PDS de Anapu I (AGROECO) que, desde 2010, investem na substituição de pastagens por sistemas agroflorestais (SAF) no lote 55 do PDS Esperança.

Essa iniciativa é apoiada pela CPT de Anapu e contou com o envolvimento do Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (INDESAM), empresa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), contratada pelo INCRA para assessorar tecnicamente a implementação de sistemas agroflorestais individuais e coletivos nos PDS de Anapu.

A adoção de sistemas agroflorestais é considerada, pelos participantes, como expressão da resistência a sistemas de produção hegemônicos, representados pela pecuária e extração madeireira ilegal. A perspectiva agroecológica assumida pela AGROECO é fortemente politizada, sobretudo através do simbolismo da substituição da pastagem por cultivos agrícolas.

A área onde foi criado o PDS Esperança consiste de um mosaico de lotes de CATP da gleba Bacajá, com extensa cobertura florestal, entre eles o chamado lote 55:

[...] a gleba 55, quando a gente chegou aqui era mata ainda, mas quando o pessoal dos fazendeiros souberam que era pra ser PDS, eles invadiram essa mata... Isso aqui não foi colono que derrubou [...] Entraram e derrubaram tudo isso aí a força, derrubaram sem roçar, fizeram quebradão⁷, tacaram fogo e

7 Expressão local utilizada para descrever a derrubada da floresta quando não há retirada anterior de cipós e de espécies de pequeno porte (broque), destinada para a formação direta de pastagens após a queimada.

plantaram capim (I.V., homem, abr. 2015, PDS Esperança).

A partir de 2003, cartas dos movimentos sociais de Anapu, redigidas pela irmã Dorothy e endereçadas aos órgãos de fiscalização ambiental, denunciaram a exploração madeireira ilegal, a grilagem de terras, a expansão de pastagens, bem como atos de violência contra posseiros. No processo ilegal de negociação dessas terras públicas, em 2004, foram desmatados e queimados cerca de 1.000 ha de floresta do lote 55 da gleba Bacajá. Somente após o assassinato de irmã Dorothy, em 2005, a Justiça Federal desapropriou esse lote, incorporando-o ao PDS Esperança, com capacidade de assentamento de trinta unidades familiares adicionais: “[...] aconteceu aquilo que aconteceu com a Dorothy e a justiça entrou e terminou de retomar e assentou os agricultores [...]. Se não fosse a morte da Dorothy eu acho que nós não tava aqui hoje” (E.C.R., homem, abr. 2015, PDS Esperança).

No ano de 2008, o lote 55 constituiu-se mais uma vez em área de conflito. Não havia consenso quanto à forma de uso das pastagens. Vigoravam restrições quanto ao aluguel do pasto a pecuaristas da região, o que tornava a área vulnerável à retomada da posse pelos fazendeiros. Até então, nenhuma família havia sido assentada nesse lote, em face das dificuldades para estabelecer cultivos em uma área já desmatada e que, sob a perspectiva camponesa, era por eles considerada degradada.

Nesse sentido, a diretoria da Associação Esperança, que até então era a única que existia no PDS, e o INCRA elaboraram proposta para promover o assentamento de famílias na chamada “área de capim” do lote 55. Tal processo incluiu a

seleção de famílias, a construção de estradas de acesso, a ocupação das parcelas e a homologação dos beneficiários pelo INCRA. A proposta inicial era construir uma vila de casas, e as pessoas viriam a produzir em área coletiva. Porém, tal proposta não evoluiu, devido à lógica camponesa de autonomia do trabalho familiar. Naquela ocasião, surgiu a ideia de um Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), que deveria ser submetido ao INCRA, órgão que provisionaria recursos para destinação social e recuperação ambiental da área convertida em pastagem. Tal proposta não foi, contudo, levada adiante naquele momento:

O INCRA queria um projeto que viesse apresentar pra sociedade que o assassinato da irmã Dorothy não tinha sido em vão, e que na área pela qual ela tinha sido assassinada o pessoal tava morando e tava tirando o pasto que tinha sido a causa [do assassinato]... O povo matando o capim e plantando cacau (E.C.R., homem, abr. 2015, PDS Esperança).

Indicados pela CPT e pela Associação, muitos assentados não permaneceram diante das dificuldades de cultivar roças em áreas de capim. Após a desistência desse primeiro grupo, nova mobilização foi realizada em 2010, resultando no assentamento de outras famílias. Desde então, as famílias que permaneceram diante das dificuldades de “vencer o capim” receberam orientação técnica da Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia (ASSEEF), então prestadora de ATES, contratada pelo INCRA, para a implantação de SAF comerciais, tendo o cacau como principal cultura.

O cacau já era, de fato, o cultivo mais promissor e amplamente utilizado nas áreas de ocupação anterior no PDS Esperança, caracterizado por extensas manchas de terra roxa, solo reconhecidamente fértil e propício para tal espécie.

Desde 2006, iniciara-se, no PDS Esperança, discussão de uma proposta de manejo florestal comunitário, sobre o qual até o presente não há consenso. Ao contrário, o tema contribuiu para acirrar rupturas entre lideranças e, posteriormente, para a criação de nova associação de moradores, a AGROECO, formalizada em 2013.

A existência de duas associações de moradores exacerbou a necessidade de construção de um plano de uso que harmonizasse visões bastante distintas quanto a meios de vida no PDS Esperança. De um lado, as famílias que constituíam a nova AGROECO, predominantemente na área de capim, buscavam práticas coerentes com o significado do próprio nome da organização, e expresso de maneira simbólica na substituição da pastagem e do gado pelo cacau e a banana. De outro lado, a Associação Esperança agregava a maior parte dos assentados e vislumbrava negócios através de parceria com empresa madeireira, que oferecia retornos financeiros vultosos, os quais não se concretizaram, devido aos entraves legais que inviabilizaram tal parceria.

As necessidades quanto às áreas de uso alternativo de famílias assentadas em parcelas ainda com predominância de florestas ou capoeiras mostravam-se distintas daquelas de famílias assentadas na “área de capim”. Por conta dessa ruptura, a AGROECO passou a reivindicar apoio diferenciado junto ao INCRA e à prestadora de ATES.

As dificuldades das duas associações e seus projetos divergentes causaram ainda maior impacto, devido à inconstância nos pagamentos do INCRA às prestadoras de ATES, sendo que, durante certo período, os serviços de assistência técnica foram suspensos em razão de prolongada falta de pagamento. Especialmente a partir do final de 2014, essas dificuldades intensificaram-se como reflexo da situação financeira do país, prejudicando ainda mais a continuidade do estabelecimento de SAF.

A existência de um ativo mercado regional de cacau e a liquidez da cultura resultaram no fato de os agricultores terem preferido investir trabalho em seu cultivo. Devido aos cuidados e ao tempo que essa cultura exige, é bastante difícil conciliá-la com as culturas da chamada lavoura branca. Assim, todos os esforços foram concentrados no cultivo de cacau, levando quase ao abandono das roças de mandioca, arroz, feijão e milho, como relembra um agricultor: “[...] antigamente era mexer com lavoura branca mesmo, era fazer farinha, plantar arroz, mandioca. Nunca teve aquele valor, mas é bom porque a gente come. A gente fazia pra vender pros outro e sobrava pra comer também” (I.V., homem, abr. 2015, PDS Esperança).

Nos lotes das famílias que estão há seis anos assentadas na área de capim e que seguiram as recomendações técnicas de implementação dos SAF, é visível o nível de produtividade da roça de cacau. Aqueles que chegaram posteriormente e não receberam tal acompanhamento, diante da emergência de produzir, defrontam-se com dificuldades e problemas que afetam o meio em comum:

[...] você mexer com a uma área de capim pra plantar mil pé de cacau você não vai dar conta de mexer com ele

[capim], só cortando ele. Se você só corta ele, daqui a oito dias ele tá do mesmo jeito. Sem a condição que a gente não tem muita aqui, então a saída é o veneno. É uma coisa que tá fazendo medo pra gente aqui (I.V., homem, abr. 2015, PDS Esperança).

De fato, apesar do simbolismo da substituição do capim pelo cacau, as condições para os sócios da AGROECO viabilizarem tal processo resumiam-se, sobretudo, ao uso de práticas que paradoxalmente contradiziam os princípios agroecológicos e resultavam em consequências negativas para a provisão de serviços ambientais: a densa biomassa representada pelo capim braquiário ou mombaça era somente controlada através do uso do fogo ou do emprego de agrotóxicos. A alternativa ambientalmente íntegra que restaria seria a mecanização ou o uso intensivo de mão de obra. Esta última, porém, não estava ao alcance de boa parte dos assentados, fragilizados economicamente e não dispendo de mão de obra excedente. A mecanização dependeria de investimentos externos, arcados pelo poder público, e passou a ser identificada como estratégia prioritária.

Buscando alternativas econômicas viáveis, em 2015, o INDESAM investiu no estabelecimento de uma Unidade Demonstrativa com rotação de culturas (tomate, maracujá, feijão, banana) até o estabelecimento da cultura definitiva do cacau. Tal unidade foi instalada por meio de trabalho coletivo: em cada dia de campo realizado pela equipe técnica e nas demais atividades necessárias para manutenção, contou-se com mutirões comunitários.

Se, *a priori*, o abandono dos roçados que garantiam o autoconsumo faz supor que há perda de autonomia do grupo camponês, a aderência às práticas relativas a SAF, frente ao apelo do cultivo comercial de cacau, agrega conhecimentos para evitar o uso de insumos como herbicidas:

Eu, pra mim, no meu pensamento, uma terra mecanizada por uma parte e fazer aquilo que o menino [técnico] tá mostrando ali [Unidade Demonstrativa], tentar plantar umas coisa que a gente vai tentar diminuir esse capim, sem precisar de mexer com veneno, que aí sim, é uma coisa que ela [terra] vai voltar com a força dela e muda muito (J.B.S., homem, abr. 2015, PDS Esperança).

Os agricultores tornam-se dependentes de maquinário externo e do acompanhamento para assimilação das técnicas tidas como corretas. Porém, neste caso específico, alternativas ao uso de agrotóxicos constituem-se em resultado positivo de uma experiência que, para seu sucesso, ainda depende de investimentos e transferência de conhecimento qualificado, uma vez que a qualidade do solo onde o capim fora instalado, sobretudo terra roxa, ainda compensa tal investimento: “A esperança desse monte de gente que tá aqui é que tem capim, mas é uma terra boa. O que você plantar tem aquela certeza que vai dar alguma coisa, né?” (J.B.S., homem, abr. 2015, PDS Esperança).

De forma complementar, a equipe de assistência técnica enfim elaborou um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), aprovado pelo INCRA. Tal plano garante a recuperação de APP prioritárias, como margens de nascentes e cursos

d'água. Para tanto, juntamente com a construção da Unidade Demonstrativa na “área do capim”, está se investindo na produção de mudas de essências florestais. O plantio destas essências é também adequado ao sombreamento do cacau, mostrando-se com potencial para manutenção da biodiversidade e com boas perspectivas econômicas, através do uso de produtos florestais não madeireiros e madeireiros.

Portanto, buscando a consolidação do plantio de cacau em SAF que substitui o capim, os agricultores incorporaram técnicas que auxiliam tanto o desenvolvimento da planta quanto a provisão de serviços ambientais. A expectativa de que o produto alcance preços competitivos no mercado não é, contudo, por eles associada a um pagamento por serviço ambiental.

3.3. COPOBOM E COPCAO: PSA ATRAVÉS DO MERCADO DE ORGÂNICOS

Também adotando a perspectiva agroecológica, o terceiro estudo de caso refere-se às cooperativas de cacau orgânico criadas no âmbito do Programa de Produção Orgânica da FVPP, em cooperação com o então Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED) e apoiado pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), com o objetivo de alavancar a produção de cacau orgânico e de melhorar os meios de comercialização dos produtores familiares. Em 2006, foram criadas a Cooperativa de Produtos Orgânicos de Bom Jesus (COPOBOM-Anapu), a Cooperativa de Produtores de Cacau Orgânico (COPCAO-Pacajá), entre outras, nos municípios de Uruará, Medicilândia, Brasil Novo e Vitória do Xingu.

O incentivo ao cooperativismo foi a forma adotada com o intuito de obter escala suficiente para minimizar os custos financeiros e obter a certificação (Barth 2009) necessária para inserção no mercado verde. Ao longo do processo, constatou-se que, para atender as exigências do mercado consumidor, era necessário obter adicionalmente a certificação de comércio justo, o que foi alcançado pelas cooperativas de Medicilândia e de Uruará.

A produção da lavoura cacaueira é incentivada na região da Transamazônica desde a década de 1970. A CEPLAC investia no fortalecimento da região como polo cacaueiro, como alternativa ao desenvolvimento da agricultura familiar e de modo a diminuir os impactos à cobertura florestal derivados da colonização e dos projetos agropecuários.

A produção de cacau, além de atender a um mercado em expansão, mostrou-se viável ambientalmente, por ser uma cultura permanente que protege o solo, retendo, assim, nutrientes e mantendo a fertilidade. A modalidade desenvolvida pela CEPLAC inclui sombreamento definitivo para garantir boa produtividade. Para o sombreamento, investiu-se na produção de espécies madeireiras, o que não deixa de ser um tipo de reflorestamento.

Na localidade Vila Nazaré, município de Pacajá, há famílias estabelecidas desde a colonização antiga, hoje cooperados à COPCAO, cujas lavouras de cacau mais antigas datam da década de 1980, como afirma um dos “pioneiros” do projeto de colonização: “Foi plantado em 1981 e, naquele tempo, nem se falava em orgânico, né? Foi derrubado a mata e plantado, no lema daquele tempo: derrubar, queimar e plantar [...]” (M. J. L., homem, jul. 2015, Vila Nazaré).

Quando se criaram as cooperativas, os produtores contaram com a assessoria técnica das instituições para a transição à produção orgânica. Além do apoio à produção, os agricultores receberam variadas formações, para organização coletiva e comercial e gestão das cooperativas: “Eu aprendi com a CEPLAC [...] o orgânico passou por um período de três anos, sem uso de agrotóxico, sem uso de adubo químico, aí tornava-se orgânico, né? E depois disso ninguém mais usou na área do cacau” (O.C.S., homem, jun. 2015, Vila Nazaré).

Entre as famílias pioneiras, é perceptível maior aderência às novas exigências da legislação ambiental, bem como a adoção de novas práticas de uso do solo. A hipótese considerada para tanto pode ser o histórico de participação no movimento social de agricultores da Transamazônica, desde a época em que a temática de preservação e de produção foi incorporada às suas lutas, e projetos de desenvolvimento foram empreendidos.

Em contrapartida, na comunidade Bom Jesus, em Anapu, de ocupação mais recente, os cooperados da COPOBOM, enquanto assentados no PA Pilão Poente, realizaram seus primeiros plantios, quando aderiram ao cooperativismo e à produção de cacau orgânico. Se alguns utilizaram o sistema de corte e queima, outros, com as lições aprendidas das experiências mais antigas de cacau, aderiram a técnicas consideradas mais sustentáveis. Assim, ainda que a COPOBOM e a COPCAO tenham sido criadas no mesmo período, a iniciativa para produção do cacau orgânico e a maneira como os agricultores percebem e reagem à proposta estão diretamente relacionadas às suas histórias sociais.

Apesar do processo de transição para produção orgânica visando comercializar diretamente no mercado de nicho diferenciado, os agricultores nunca deixaram de trabalhar individualmente no mercado local, como afirma um informante: “Em parte é [para comercializar através da cooperativa], em outra parte é com o atravessador mesmo [...], trabalhar pela cooperativa é aquela briga, sem dinheiro não tem como segurar o cacau do sócio” (O.C.S., homem, jun. 2015, Vila Nazaré).

Com o apoio técnico da CEPLAC para a produção, os cooperados recebiam da DED e da FVPP cursos para gestão administrativa-financeira e para a formação de lideranças, bem como assessoramento comercial para contratos com empresas nacionais e internacionais. Ainda que a DED tenha desenvolvido eficiente trabalho, sua atuação não logrou o total fortalecimento do protagonismo dos produtores locais, haja vista que, após a saída de seus assessores, as cooperativas depararam-se com dificuldades na continuidade das atividades de gestão, principalmente com o déficit financeiro no capital de giro.

A comercialização da produção orgânica realizou-se através de cooperação com empresas nacionais e europeias. Em 2010, as seis cooperativas comercializaram cerca de 50 toneladas de amêndoas secas para a austríaca Zotter Chocolates, 15 toneladas para a brasileira Harald, 100 toneladas para a Natura, além de cerca de 400 toneladas no mercado regional. Entre 2011 e 2013, cerca de 45 toneladas de amêndoa de cacau foram vendidas à Zotter e 25 toneladas para a Harald. Apesar dos altos valores dessas transações, por várias vezes, COPOBOM e COPCAO viram-se em dificuldades financeiras

que prejudicaram a produção para as exportações, retendo-a. Como frisado por vários agricultores, os produtores viram-se obrigados a oferecer o cacau para atravessadores no mercado local:

É muito doído um cara como eu ficar quatro-cinco meses sem receber [pelo cacau depositado] [...]. O seu Raimundo, meu vizinho, ele vendeu uma tonelada de cacau para o atravessador. E a gente não ficou porque não tinha capital... Em Pacajá segurou 25 sócios. Aqui foram dez que desistiram. Lá o pessoal é mais estabilizado. Tem 10-15-20 anos de produção. Todos têm uma fonte de renda além do cacau (R.D., homem, cooperado, nov. 2013, Bom Jesus).

Diante dessa situação, conclui-se que a produtividade dos agricultores não é compatível com sua prática de gestão, incapaz de viabilizar o escoamento da produção para mercados com melhores preços. Neste caso, os SA também são percebidos de forma difusa, e pagamentos diferenciados seriam devidos aos nichos de mercado para produtos orgânicos, sem PSA em efetivo: “[...] não é muito fácil produto orgânico [...] não tem problema nenhum com o mercado, a dificuldade é de produzir o orgânico. Não é muito simples, não é muito fácil” (R.D., homem, jul. 2015, Bom Jesus).

Na comunidade Bom Jesus, desde 2006 observou-se, em paralelo à constituição da cooperativa, uma iniciativa de produção de cacau em sistema de cabruca, ou “cacau na mata”. Contando com assessoria técnica de um extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-Pará), 18 produtores obtiveram financiamento para instalar seus

plantios sem a eliminação do dossel florestal, mantendo espécies selecionadas para sombrear o cacau:

Os que têm esse sistema de cabruca, ninguém é ligado na cooperativa! Eles plantaram porque era cacau financiado, e o projeto do Banco era aquele. O PRONAF, se fosse para roçar e queimar, não tinha o crédito. Só três dos 18 eram ligados na Cooperativa (R.D., homem, nov. 2012, Bom Jesus).

O cacau na mata exige que o preparo inicial da área comece um ano antes, quando é realizado o broque e são cortados os cipós, a exemplo do que é feito nas operações de manejo florestal. Devido ao entrelaçamento de árvores com cipós, a derruba parcial de árvores sem a realização prévia desta operação resultaria em impactos ambientais negativos. No ano seguinte, são, então, realizados a derruba, o roço e a picagem, com utilização de motosserra. De acordo com o então presidente da COPOBOM e principal produtor desta modalidade, o nível de sombreamento ideal seria de 30%, podendo chegar no máximo a 50%. As espécies preferenciais para sombreamento são a faveira, a castanheira, o melancieiro, o amarelão e a inhará. As covas utilizadas nesse sistema são geralmente mais profundas do que no sistema tradicional. No primeiro ano, é possível integrar plantios de feijão, melancia, mandioca e, principalmente, banana, esta última sendo a mais interessante economicamente.

Além dos desafios para a produção, o programa de produção orgânica, na busca por solucionar entraves de natureza comercial, estimulou a adoção das chamadas Parcerias com o Setor Empresarial (PSE) e, desde 2006, a Natura Cosméticos constituiu-se como principal parceira comercial das cooperativas, como frisaram

os produtores. A empresa, desde que lançou produtos cosméticos com ativos da biodiversidade brasileira, tem investido em tecnologia e em cooperações com as comunidades fornecedoras de matéria-prima para a fabricação da sua linha de produtos. Em 2007, foi inaugurada a Unidade Industrial de Benevides, no estado do Pará, onde vinha sendo processado todo o volume de sementes e frutos, inclusive a transformação das amêndoas de cacau em manteiga. Com relação às cooperativas de cacau orgânico da Transamazônica, a empresa adotou a estratégia de verticalização da produção da matéria-prima utilizada na fábrica de sabonetes. Em 2012, a Natura investiu na construção de uma agroindústria de processamento do cacau e do coco babaçu na Vila Nazaré.

Os recursos para a construção de dois galpões – de armazenamento e de instalação das máquinas – são provenientes da repartição de benefícios após contrato para acesso ao patrimônio genético e/ou conhecimento tradicional associado, estabelecido entre uma cooperativa e a empresa:

Os testes com babaçu iniciaram em 2014. Somente em 2015 a Natura realiza a compra do fruto para gerar renda e motivar os agricultores. A gente tava trabalhando com doação pra pesquisa. Agora a gente parou de trabalhar com doação, compra babaçu pra que eles possam produzir o óleo. As pessoas doavam e, em contrapartida: armazém, fábrica, apoio técnico (F.G.S., homem, funcionário, jul. 2015, agroindústria da Vila Nazaré).

A contrapartida indicada, entretanto, corresponde à repartição de benefícios, uma espécie de “pagamento” pelo acesso ao patrimônio

genético através de pesquisa e bioprospecção do coco babaçu.

Em 2014, as cooperativas venderam um pouco mais de três toneladas de manteiga de cacau para a Natura e forneceram nove toneladas de babaçu. Em 2015, a produção foi de 50 toneladas de amêndoas de cacau, transformadas em 15 toneladas de manteiga. O processamento do babaçu ainda está em fase experimental, mas a estimativa da empresa é de que uma tonelada do fruto equivalha a 60 quilos de amêndoas, dos quais, por sua vez, se obtém 50% de rendimento de óleo (30 kg). Porém, os resultados iniciais estão aquém da expectativa da empresa.

Desde 2014, esforços organizacionais estão voltados para a criação e o fortalecimento de uma central das cooperativas em Altamira, cujo objetivo principal seria aumentar a capacidade de comercialização, através de uma única representação jurídica. Ainda que tal proposta não esteja totalmente regularizada, a “central” funcionava, em 2016, com dois agentes, cujos salários são pagos pela Natura, responsáveis pelo assessoramento nas atividades de comercialização das cooperativas junto à própria empresa e aos demais parceiros comerciais.

A proposta de comercialização do cacau orgânico obteve relativa aderência de agricultores, que abandonaram parcial ou integralmente suas roças tradicionais, na perspectiva de que, através do cooperativismo, poderia ser fortalecida a produção e garantida a comercialização com preços de venda superiores ao cacau convencional:

A intenção do cacau orgânico era a melhoria por agregar valores no cacau e preservar a natureza. Porque assim, com orgânico, você evita a questão

do fogo, herbicida, veneno, tudo isso. Tenta controlar sem esse tipo de coisa. E o fundamento mesmo, seria organizar e agregar valor ao produto (R.D., homem, jun. 2015, comunidade Bom Jesus).

No entanto, mesmo com investimento e apoio de instituições parceiras, a demora no escoamento da produção e as pendências no pagamento aos cooperados têm causado a saída de muitos produtores. Para eles, é problemático deparar-se com entraves no contexto de um mercado onde é possível vender antecipadamente a produção a atravessadores e obter a liquidez do recurso disponível para a manutenção da unidade familiar.

Outras limitações do sistema orgânico são o impedimento de uso de fertilizantes químicos e a carência de substitutos que possam ser produzidos localmente, seja para a adubação seja para o controle de eventuais pragas e doenças: “Em Vitória [do Xingu], um dos membros da cooperativa tinha roça de cacau de 30 anos. Antes do cacau orgânico adubava e produzia 800 gramas por pé. Agora, com o orgânico, produz 400 g. Vai sair da cooperativa!” (R.D., homem, nov. 2012, comunidade Bom Jesus).

Em 2009, participavam do Projeto Cacau Orgânico 125 agricultores familiares, em cerca de 1.700 ha de plantações de cacau (Barth 2009). A COPOBOM iniciou com 26 cooperados, mas, atualmente, somente dez agricultores permanecem ligados à cooperativa, sendo que, em 2016, a nova diretoria da COPOBOM avaliou e decidiu pela saída da central das cooperativas. Já a COPCAO permaneceu na central das cooperativas, mas contava, em 2016, com apenas 15 dos 30 cooperados que chegou a ter. Os principais argumentos para

a desistência dos produtores são a não adequação ao padrão da certificadora e a alegada demora do pagamento pelos produtos aos cooperados: “Esse cacau orgânico da Transamazônica cresceu demais, mas o pessoal esqueceu da base. Hoje a gente tem nome no mundo todo, mas umas cooperativas fracas. Pra mim, sem participação não tem cooperativa” (R.D., homem, nov. 2013, comunidade Bom Jesus).

3.4. PDS VIROLA-JATOBÁ: ACORDO EMPRESA-COMUNIDADE PARA MANEJO FLORESTAL

Por fim, também ilustrando a segunda abordagem, analisamos a experiência de manejo florestal comunitário vivido pela Associação Virola Jatobá (AVJ), em parceria com a empresa Vitória Régia, no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá (PDS-VJ), entre os anos de 2008 e 2013. As características do solo do PDS-VJ não favorecem a produção de cacau voltada ao mercado, corroborando a proposta de enfoque em uma vocação florestal. A proposta da exploração madeireira teve sua origem em projetos apoiados pelo IBAMA por meio do PROMANEJO. Iniciando em 2006 com capacitação, prosseguiu em 2007 com apoio para um projeto de manejo florestal comunitário, que visava tanto a proteção da reserva legal do PDS contra madeireiros ilegais quanto a obtenção de renda pelo uso sustentável da floresta, para investir na intensificação da agricultura em áreas de uso alternativo do solo. A aprovação do Plano de Manejo Florestal Comunitário ocorreu em 2008 e permitiu quatro colheitas realizadas através de parceria com empresa privada até 2012-2013.

Essa iniciativa preconiza o PSA embutido no preço das toras obtidas através de manejo

florestal sustentável, recebendo-se maior valor para recursos florestais legalizados e sob produção sustentável. O serviço ambiental seria provido por florestas que sequestrariam carbono sob uso sustentável.

O PDS constitui modalidade de assentamento da reforma agrária com ênfase ambiental que busca combinar a conservação e a produção familiar na agricultura e exploração florestal. No PDS-VJ, as famílias reconhecidas pelo INCRA como “beneficiárias” da reforma agrária possuem o direito sobre 20 hectares para uso alternativo do solo. Em caráter coletivo e com respeito às regras ambientais vigentes, o uso da reserva legal somente é permitido após aprovação do plano de manejo pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS-PA).

A experiência de manejo florestal comunitário da AVJ, em parceria com empresa, contou com assessoria, inicialmente, da prestadora de assistência técnica ASSEFA, e apoio do Instituto de Florestas Tropicais (IFT) e do IPAM que, em 2005, elaboraram o chamado “Consórcio Estradas Verdes”. No ano de 2006, as associações dos dois PDS de Anapu haviam acessado recursos do PROMANEJO e realizaram capacitações em organização comunitária e de execução das atividades de manejo florestal. Com incentivo do IBAMA, em 2007, obtiveram novo apoio do PROMANEJO, dessa vez para a formação de cooperativas e efetiva execução de planos de manejo florestal.

No PDS-VJ, o Plano de Manejo chegou a ser elaborado e executado. Contudo, sua primeira Unidade de Produção Anual (UPA), de 180 hectares, não foi explorada por falta de capital de giro.

A AVJ contava com uma serraria portátil, com capacidade reduzida de processamento de madeira em tora, mas não possuía recursos suficientes para capital de giro e aquisição de máquinas necessárias. Além disso, necessitava amadurecer o processo organizativo e administrativo para gerenciar um empreendimento florestal de grande porte. Mediante às contínuas invasões e pilhagens de madeira nas partes mais distantes do PDS-VJ, a AVJ aceitou a proposta do IBAMA de firmar parceria com empresa madeireira para a exploração florestal. Após 18 meses de discussões e orientações interinstitucionais, foi celebrado contrato entre a AVJ e a empresa Vitória Régia.

A partir de 2008, algumas UPAs de 500 hectares foram propostas e aprovadas, inicialmente pelo IBAMA e posteriormente pela SEMAS-PA. Trata-se de manejo florestal pleno, ou seja, com metas de exploração de até 30 m³ de madeira por hectare, mas cujo instrumento de execução, o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), tem como detentor uma comunidade, através de sua associação, sendo executado pela empresa, com a qual a AVJ havia assinado, em 2008, um contrato de 15 anos. O contrato foi, porém, rompido após cinco anos, como será visto adiante. De 2008 a 2013, foram explorados efetivamente 3.068 hectares, cuja madeira vendida para a empresa resultou em mais de R\$ 4 milhões para a AVJ (Porro et al. 2015).

A diretoria da AVJ era a principal interlocutora da empresa. Porém, eram nas assembleias da associação que se tomavam as principais decisões a respeito dos acordos comerciais empresa-comunidade. No primeiro ano de exploração madeireira, o Ministério Público Federal (MPF) decidiu que todo o recurso adquirido seria utilizado para compra de bens

coletivos (caminhão, usina de beneficiamento de arroz e construção de galpão), pois nem todas as famílias assentadas estavam na relação de beneficiários do INCRA, devido a pendências judiciais que impediam a anexação formal de lotes ao PDS, o que somente ocorreu em 2009.

Nos anos posteriores, regimento interno definido pela AVJ determinava que, do valor bruto recebido como pagamento da madeira retirada pela empresa, 55% seriam distribuídos entre os sócios residentes há pelo menos um ano no PDS, em condição regular de assentado perante ao INCRA. O restante (45%) seria aplicado em benefícios comuns e no custeio administrativo da exploração por parte da associação. No entanto, ainda que a AVJ aplicasse o recurso na obtenção de patrimônio indispensável para a operação do manejo, não tardou para que assumisse custos de manutenção altos e diversos, com pouca transparência e insuficiente controle financeiro pelos associados.

No total, ocorreram cinco episódios de distribuição de renda derivada do manejo florestal: Plano Operativo Anual (POA) 2009 (junho de 2010), POA 2010 (maio de 2011 e fevereiro de 2012), POA 2012 (dezembro de 2012 e dezembro de 2013). Entre 2010 e 2013, o valor total de R\$ 1.762.980,00 foi distribuído a 180 famílias. Ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para junho de 2015, o valor anual médio total de R\$ 558.789,00 foi rateado a 124 famílias (em média, a cada ano), cabendo a cada uma o valor médio (ajustado) de R\$ 4.506,00, no total dos cinco rateios. Contudo, das 180 famílias beneficiadas com recursos do manejo florestal, apenas 44% (80 famílias) permaneciam no PDS em dezembro de 2015, e apenas 70 participaram de todos os cinco

rateios realizados. Destas 70 famílias, 21 deixaram o PDS-VJ após 2013 (Porro et al. 2018).

Cabe ainda destacar que, durante a vigência do manejo florestal, diversos assentados trabalharam em atividades remuneradas pela empresa, ou foram pagos pela associação a partir dos repasses recebidos, além da distribuição aos associados. Se fossem contabilizados esses valores recebidos pelos assentados envolvidos diretamente na atividade, tal renda elevaria substancialmente o valor total gerado pelo manejo florestal. A vigência de uma atividade que assegurava receita tão significativa para a economia familiar, e que ainda por cima o fazia sem demandar o envolvimento direto da maioria dos assentados na execução da atividade, não foi, contudo, suficiente para consolidar o manejo florestal como estratégia econômica preferencial das famílias do PDS-VJ.

De fato, considera-se que, para a maioria da comunidade, não houve interferências significativas nos meios de vida no que se refere às áreas de uso alternativo. Os recursos distribuídos aos associados foram, sobretudo, utilizados no custeio (alimentação) e, eventualmente, em bens de consumo (por exemplo, bombas de água, motocicletas). No entanto, valores relativamente vultuosos oriundos do sistema florestal trouxeram à tona a falta de coesão entre as famílias, com percepções e práticas contraditórias no que se refere a serviços ambientais. O embate entre o interesse individual em receber o recurso da exploração madeireira, em detrimento de decisões mais coerentes aos interesses coletivos, era visível nos espaços de decisão. A questão econômica se sobrepôs à questão ambiental. Os pagamentos recebidos não eram percebidos em sua vinculação a serviços ambientais gerados pelo manejo florestal.

Além do controle financeiro fraco, a AVJ não participava ativamente das decisões relacionadas ao monitoramento das autorizações de transporte e processamento da madeira. A participação da AVJ, em termos de controle, consistia em ocupar a guarita na entrada do PDS e verificar notas com vistas a evitar desvios de carga. Além disso, apesar de detentores da senha para controlar os trâmites referentes ao seu Plano de Manejo no sistema estabelecido na SEMAS, as lideranças da AVJ não reuniam, na época, condições para efetiva coordenação. Por outro lado, nos itens em que poderiam ter mais controle, como os valores depositados em sua conta pela empresa, tampouco houve dedicação.

Diante do cenário de pouca transparência e insuficiente participação dos associados, não tardou para que irregularidades fossem identificadas, situação verificada em outros acordos empresa-comunidade, em diferentes assentamentos do país. Assim, o INCRA, mediante denúncias de procedimentos ilegais, emitiu a Instrução Normativa (IN) n. 65, de 2010, visando barrar os danos derivados de má conduta de empresas, que, via de regra, desrespeitavam normas sociais, econômicas e ambientais na exploração florestal em áreas de projetos de assentamento de reforma agrária (INCRA 2010). A IN-65 estabelecia novas regras para o manejo florestal comunitário, e concedia prazo de dois anos para a total retirada de empresas, de forma que a gestão e a execução das atividades de manejo passassem a ser de responsabilidade direta dos próprios beneficiários.

Após rescisão do contrato e avaliação realizada pela AVJ para decidir sobre a retomada do manejo florestal comunitário com apoio de parceiros institucionais (especialmente Empresa Brasileira de

Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e Universidade Federal do Pará - UFPA), os comunitários identificaram irregularidades cometidas pela empresa, como o passivo ambiental pelo mau planejamento e abertura de estradas, retirada de madeira de APP, não aproveitamento de árvores derrubadas e retirada das melhores espécies, sem respeitar o inventário de exploração.

A partir de 2014, a AVJ e a COOPAF solicitaram à EMBRAPA, à UFPA e ao INCRA que os apoiassem na retomada do Projeto de Manejo Florestal Comunitário. Parte desse interesse deve-se à situação de intensa repressão do Estado às roças, a partir de corte-e-queima de capoeiras com mais de cinco anos. Mesmo que a antropização das terras do PDS Virola-Jatobá seja inferior a 7%, o município de Anapu como um todo encontra-se em situação de embargo (SEMAS 2015). Portanto, nessa retomada, planeja-se a articulação entre o licenciamento das atividades agrícolas e a exploração de recursos florestais também nas áreas de uso alternativo. A participação continua bastante precária, levantando dúvidas sobre o futuro da governança local. A noção de serviços ambientais continua distante, e o pagamento embutido no preço das toras oriundas de manejo florestal comunitário está longe de ser percebido como PSA pela maioria dos beneficiários do projeto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE ABORDAGENS DIFERENCIADAS DE PSA PARA UM CAMPESINATO DE FRONTEIRA AMAZÔNICA

Observações empíricas sobre práticas produtivas que desafiam a lógica de mercado da economia capitalista nos permitem assumir que a economia do campesinato da Transamazônica

não é necessariamente **anticapitalista**, na concepção de Martins (1997). Especialmente em situações como as do município de Anapu, em que os conflitos que tanto caracterizam a situação de fronteira ainda são frequentes, percebemos esses camponeses como atores fundamentais para a emergência e a persistência do que Velho (1974) concebeu há mais de quatro décadas como o capitalismo autoritário. O autor argumenta que, nas situações de expansão da fronteira na Amazônia, onde nem uma burguesia industrial nem atores revolucionários se fizeram presentes, o capitalismo realizou-se de forma diferenciada. Esse capitalismo com dominância autoritária teria como característica predomínio do político sobre o econômico, não logrando homogeneização completa dos detentores da força de trabalho, mas dependendo do campesinato como modo subordinado de produção.

Tomando os quatro estudos de caso como base empírica de dados, vimos que os investimentos para a provisão de serviços ambientais em sistemas ecologicamente melhorados, quer agrícolas, agroflorestais ou florestais, ocorreram em todos os casos. Assim, todos teriam PSA embutidos nos preços dos produtos gerados, percebidos ou não como PSA pelos produtores recipientes. À guisa de conclusão, avaliamos comparativamente os efeitos destas abordagens no que tange aos impactos sociais, aos meios de vida e à governança local.

No caso do Projeto Assentamentos Sustentáveis, a compreensão dos participantes do que são SA e PSA deriva do fato de o PSA ser em efetivo e também da existência de um processo de informação e formação. No entanto, essa compreensão não necessariamente os diferencia dos participantes

de outros casos. Seria necessária pesquisa adicional para analisar se haveria diferença caso a magnitude do valor pago e/ou do número de recipientes do pagamento fosse maior. Mas, na atual situação, o pagamento em efetivo não resultou em distinção de outras abordagens.

Nas reações dos agricultores participantes do PAS, a combinação de PSA e investimentos dependentes de controle externo e alheio ao grupo local, ao mesmo tempo que evidencia o contraste entre práticas tradicionais e a adoção de novas técnicas ditas mais sustentáveis, mostra-se como uma ameaça à autonomia camponesa, dadas as desistências voluntárias identificadas.

Por sua vez, se tal iniciativa pouco incide nas práticas coletivas de governança local, as oportunidades de, no futuro, o grupo participar mais incisivamente nas discussões e avaliações institucionais de continuidade do projeto são reduzidas, não permitindo o deslocamento dos agricultores do papel de mero “provedor de SA” para atores responsáveis pela dita produção sustentável.

Nos três casos em que não houve pagamento em efetivo, as diferenças deram-se na percepção sobre o pagamento e sua associação a um mercado específico. Somente para as Cooperativas de Cacau Orgânico (além do caso com PSA em efetivo), os entrevistados demonstraram compreensão do vínculo entre o preço diferenciado e a forma específica – orgânica – de produzir. Nesse caso, os meios de vida foram modificados, especialmente pelo impacto cultural da interferência na autonomia sobre o sistema produtivo. Ainda assim, agregar valor com preservação não

impediu o abandono da COPOBOM da rede de cooperativas com o objetivo de maior liberdade para a comercialização no mercado local, onde a liquidez de recurso é mais acessível.

Nos outros dois casos, a noção de SA e de PSA não pertence ao cotidiano das atividades dos projetos em andamento. De certa forma, no PDS Virola-Jatobá, os participantes vislumbram os pagamentos pelas toras oriundas de manejo florestal como algo associado a uma forma específica de conduzir a exploração florestal. Porém, essa percepção limita-se ao percentual menor de associados que acompanham mais proximamente o projeto. A maioria dos recipientes do pagamento o associa ao mero fato de estarem na relação de beneficiários do INCRA.

No caso da AGROECO, a substituição da pastagem por um sistema agroflorestal foi, sobretudo, um manifesto político contra os fazendeiros. Os participantes não vislumbram, todavia, um pagamento pelos produtos, ainda menos um pagamento diferenciado por nele estar embutido o valor de um SA. Entretanto, a experiência no lote 55, do PDS Esperança, mostrou potencial de gerar resultados positivos a meios de vida locais, desde que investimentos específicos e consolidados para recuperação de áreas degradadas e de diversificação da lavoura do cacau sejam aplicados, garantindo o abandono do uso de agrotóxicos e de dependência de trabalhos externos em fazendas na região.

Em resumo, as abordagens ainda não apresentam diferenças significativas em relação a seus efeitos em termos de governança, meios de vida e impactos sociais. No entanto,

uma diferença notável em todos os casos encontra-se naqueles participantes que, enquanto grupo, associam suas atividades a um processo de politização, ou seja, a um processo de transformação nas relações de poder. Nos quatro casos, em termos de governança, entrevistados manifestaram uma preponderância da questão ambiental, um autoritarismo verde, definindo formas corretas e incorretas de produção, sanções e restrições. Porém, entre eles, sobressaem participantes que, embora reconhecendo o autoritarismo verde, fazem de suas atividades uma alavanca para revertê-lo. Portanto, a distinção não se encontra nem entre abordagens, nem entre casos, mas dentro de cada caso, entre aqueles que continuam em subordinação e aqueles que, por suas trajetórias sociais, conseguem afrontar as limitações impostas pelas autoridades. Estes últimos, a despeito das dificuldades dos aspectos econômicos, assumem uma atitude política, propondo-se a construir coletivamente novas formas de relação com os recursos sociais e naturais.

A abordagem de “PSA de conservação”, proposta por especialistas para a Amazônia brasileira, não se mostra adequada para replicação em experiências no contexto do campesinato de fronteira, na região da Transamazônica. As demais abordagens mostram-se mais adequadas em seus propósitos de aliar a conservação ambiental com produção sustentável, desde que o acesso aos recursos financeiros e de capital humano se consolide em projetos com perspectivas de longo prazo.

5. REFERÊNCIAS

- Bartels, W.-L. 2009. Participatory land use planning in the Brazilian Amazon: creating learning networks among farmers, Non-Governmental Organizations, and government institutions. Tese de Doutorado, Universidade da Flórida, EUA.
- Barth, S. 2009. Produção, certificação e comercialização de cacau orgânico no estado do Pará. *Simpósio Internacional Cacau e Sustentabilidade no Sul da Bahia*, 1:1-7.
- Bennett, D., e H. Gosnell. 2015. Integrating multiple perspectives on payments for ecosystem services through a social-ecological systems framework. *Ecological Economics* 116:172-181. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2015.04.019>.
- Bond, I., M. Grieg-Gran, P. Hazlewood, S. Wunder, e A. Angelsen. 2009. *Incentives to sustain forest ecosystem services. A review and lessons for REDD*. London, UK: International Institute for Environment and Development; Bogor, Indonesia: CIFOR; Washington D.C., USA: World Resources Institute.
- Brasil. 2008. Decreto n. 6.527, de 1º de agosto de 2008. Dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. *Diário Oficial da União*, 4 ago. 2008.
- Brasil. 2012. Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012. *Diário Oficial da União*, 28 maio 2012. Seção 1, p. 1.
- Bringel, F. O. 2014. Territorialização camponesa e fronteira agrária – o caso do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança em Anapu – Pará – Brasil. *Boletim Gaúcho de Geografia* 41(2):384-403.
- Brookfield, H., H. Parsons, e M. Brookfield. 2003. *Agrodiversity: learning from farmers across the world*. Tokyo: United Nations University Press.
- Brussaard, L., P. Caron, B. Campbell, L. Lipper, S. Mainka, R. Rabbinge, D. Babin, e M. Pulleman. 2010. Reconciling biodiversity conservation and food security: scientific challenges for a new agriculture. *Current Opinion in Environmental Sustainability* 2(1-2):34-42. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2010.03.007>.
- Castro, E. 2005. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA* 8(2):5-39. DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v8i2.51>.
- Chappell, M. J., e L. A. Lavallo. 2011. Food security and biodiversity: can we have both? An agroecological analysis. *Agriculture and Human Values* 28(1):3-26. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10460-009-9251-4>.
- Escobar, A. 2010. *Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales*. Programa Democracia y Transformación Global (Perú) Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima (Perú). Disponível em: <https://opsur.files.wordpress.com/2010/11/escobar-2010-unaminga.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2016.

- Ferraro, P., e A. Kiss. 2002. Direct payments to conserve biodiversity. *Science* 298(5599):1718-1719. DOI: <http://dx.doi.org/10.1126/science.1078104>.
- Ferreira Neto, P. S. 2008. *Avaliação do Proambiente: Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural*. Brasília: MMA. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sds_proambiente/_arquivos/33_05122008040536.pdf. Acesso em: 31 jul. 2016.
- Folhes, R., O. Canto, P. Léna, e R. Bastos. 2016. Conflitos fundiários e reforma agrária na Amazônia: experiência do PDS Esperança no município de Anapu. *Passages de Paris* 12:304-318.
- Grieg-Gran, M., I. T. Porras, e S. Wunder. 2005. How can market mechanisms for forest environmental services help the poor? Preliminary lessons from Latin America. *World Development* 33(9):1511-1527. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2005.05.002>.
- Hébette, J. 2004a. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Volume 1 – Migração, colonização e ilusões de desenvolvimento*. Belém: Edufpa.
- Hébette, J. 2004b. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Volume 3 – Os grandes projetos. A questão ambiental: problemas e propostas*. Belém: Edufpa.
- Henchen, M. J. 2012. Processo de ambientalização da ação pública no território Xingu: as estratégias dos mediadores camponeses. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Hurtienne, T. 2005. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA* 8(1):19-71.
- Iniesta-Arandia, I., M. García-Llorente, P. Aguilera, C. Montes, e B. Martín-López. 2014. Socio-cultural valuation of ecosystem services: uncovering the links between values, drivers of change, and human well-being. *Ecological Economics* 108:36-48. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2014.09.028>.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 1999. Portaria INCRA/P/n. 477. *Diário Oficial da União*, 4 nov. 1999.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 2002a. Portaria INCRA/SR-01 (G)/n. 39. *Diário Oficial da União*, 13 nov. 2002.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 2002b. Portaria INCRA n. 1.040. *Diário Oficial da União*, 11 nov. 2002.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 2005. *Processo administrativo sobre o município de Anapu*. Posto de Atendimento do INCRA no município de Anapu. (Impresso).
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 2010. Instrução Normativa INCRA n. 65 de 27/12/2010. *Diário Oficial da União*, n. 251, 31 dez. 2010. Seção I, p. 136.

- Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). 2006. *A grilagem de terras públicas na Amazônia*. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao30012009114114.pdf. Acesso em: 31 jul. 2016.
- Martins, J. D. S. 1997. *Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec.
- Mendes, J., e N. M. Porro. 2015. Conflitos sociais em tempos de ambientalismo: direito vivo à terra em assentamentos com enfoque conservacionista. *Ambiente & Sociedade* 18(2):97-114. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOCEX06V1822015en>.
- Palmeira, M. 1989. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados* 3(7):87-108. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000300006>.
- Porro, R., N. M. Porro, M. Menezes, e Ö. Bartholdson. 2015. Collective action and forest management: institutional challenges for the environmental agrarian reform in Anapu, Brazilian Amazon. *International Forestry Review* 17(s1):47-56. DOI: <https://doi.org/10.1505/146554815814668990>.
- Porro, R., N. M. Porro, O. D. S. Watrin, H. D. N. Assunção, e C. F. D. Santos Junior. 2018. Implicações sociais, econômicas e ambientais de uma iniciativa de manejo florestal comunitário em assentamento na Amazônia Oriental. *Revista de Economia e Sociologia Rural* 56(4):623-644. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560405>.
- Rocha, C. G. S., e C. Barbosa. 2003. Altamira: recursos naturais e sociedade ameaçados pela ineficiência estatal, in *Municípios e gestão florestal na Amazônia*. Editado por F. Toni e D. Kaimowitz, pp. 65-103. Natal: A.S. Editores.
- Sachs, W. 1992. *The development dictionary: a guide to knowledge as power*. New York: Zed Books Ltd.
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS). 2015. Instrução Normativa 08 de 28/10/2015. *Diário Oficial do Estado*, 33.003, 03 nov. 2015.
- Souza, A. P. 2006. O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso a muitas vozes. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Swift, M. J., A. M. N. Izac, e M. Van Noordwijk. 2004. Biodiversity and ecosystem services in agricultural landscapes-are we asking the right questions? *Agriculture, Ecosystems & Environment* 104(1):113-134. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.agee.2004.01.013>.
- Toni, F., e I. Ferreira. 2011. De quem é o carbono? Descentralização, recentralização e a implementação do REDD+ no Brasil, in *Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas*. Editado por S. Sauer e W. Almeida, pp. 381-410. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Treccani, G. 2010. *O título de posse e a legitimação de posse como formas de aquisição da propriedade*. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/>

- Politica_Agraria/7TRECCANITitulodePosse.pdf. *área da Transamazônica*. 3. ed. Manaus: UEA
Acesso em: 7 fev. 2016. Edições.
- Velho, O. G. 1974. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL/Difusão Editorial.
- Wunder, S. 2005. Payments for environmental services: some nuts and bolts. *CIFOR Occasional Paper*(42):1-23.
- Velho, O. G. 2013. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa* Wunder, S., J. Börner, M. Tito, e L. Pereira. 2009. *Pagamentos por serviços ambientais: perspectivas para a Amazônia Legal*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Série Estudos 10.

LEVANTAMENTO DAS PERSPECTIVAS DOS ATORES SOCIAIS DA FEIRA DO PESCADO DE SANTARÉM, PARÁ, BRASIL, ACERCA DO PERÍODO DE DEFESO

Devaneris Viegas Tavares

Universidade da Amazônia | Santarém - PA - Brasil

Tiago Henrique Rodrigues Siebert

Universidade da Amazônia | Santarém - PA - Brasil

Paloma Rodrigues Siebert

Instituto Federal do Pará | Santarém - PA - Brasil

submissão: 18/05/2018 | aprovação: 01/09/2018

RESUMO

Este estudo objetivou identificar a compreensão de atores sociais da Feira do Pescado, em Santarém, Pará, Brasil, acerca da política de seguro-desemprego do pescador artesanal. Para tanto, realizou-se pesquisa documental e de campo, a fim de construir conhecimento acerca da atuação das entidades representativas e dos associados à colônia de pescadores do município de Santarém. Para a coleta de dados, foram aplicados oitenta questionários com questões abertas e fechadas. Os resultados foram tabelados, bem como elaborou-se mapas conceituais, para melhor visualização das respostas obtidas. Os dados permitiram inferir que a pesca artesanal em Santarém enfrenta desafios diversos nas áreas social, econômica e ambiental, de modo a atender à demanda crescente da comunidade, ao mesmo tempo em que há inegável necessidade do estabelecimento de ações que busquem a preservação ambiental das espécies de pescado.

Palavras-chave: período de defeso; pesca; concepções; atores sociais.

SURVEY ON THE PERSPECTIVES OF THE SOCIAL ACTORS OF THE FISH FAIR OF SANTARÉM, PARÁ, BRAZIL, ABOUT THE OFF SEASON

ABSTRACT

This study aimed to identify the understanding of social actors of the Fish Fair in Santarém, Pará, Brazil, about the unemployment insurance policy of the artisanal fisherman. In order to do so, we performed documentary and field research in order to build knowledge about the performance of the representative entities and those associated with the fishermen's colony of the municipality of Santarém. For the data collection, eighty questionnaires with open and closed questions were applied. The results were tabulated, as well as conceptual maps were elaborated aiming at greater visualization of the obtained answers. The data allowed us to infer that artisanal fishing in Santarém faces different challenges in the social, economic and environmental areas, in order to meet the increasing demand of the community, while there is an undeniable need to establish actions aimed at the environmental preservation of the species of fish.

Keywords: Off season; fishing; conceptions; social actors.

LEVANTAMIENTO DE PERSPECTIVAS DE LOS ACTORES SOCIALES DE LA FERIA DEL PESCADO DE SANTARÉM, PARÁ, BRASIL, ACERCA DE LA VEDA

RESUMEN

Este estudio tuvo por objeto identificar la comprensión de actores sociales de la Feria del Pescado en Santarém, Pará, Brasil, acerca de la Política del Seguro Desempleo del Pescador Artesanal. Para ello, se realizó investigación documental y de campo, a fin de construir conocimiento acerca de la actuación de las entidades representativas y los asociados a la colonia de pescadores del municipio de Santarém. Para la recolección de datos se aplicaron ochenta cuestionarios con preguntas abiertas y cerradas. Los resultados fueron tabulados, también se elaboraron mapas conceptuales para una mejor visualización de las respuestas obtenidas. Los datos permitieron inferir que la pesca artesanal en Santarém enfrenta desafíos diversos en las áreas social, económica y ambiental, para atender la creciente demanda de la comunidad; al tiempo que hay una innegable necesidad de acciones destinadas a la preservación ambiental de las especies de peces.

Palabras clave: veda; pesca; concepciones; actores sociales.

1. INTRODUÇÃO

A pesca é uma das mais antigas atividades praticadas no mundo. No Brasil, a sua evolução é marcada por diferentes etapas, que acompanham o desenvolvimento do país. Assim sendo, ao longo do século XX, destaca-se a presença do pescador artesanal como personagem central desta atividade. A política brasileira de regulamentação da atividade pesqueira preocupou-se, durante muito tempo, com a criação de órgãos para regulamentar a extração do pescado, destacando a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), a partir da década de 1960, quando a atividade pesqueira tomou maior impulso, mas pouco se preocupou em diagnosticar e ampliar o estoque de pescado nacional, fato que somente se concretizou a partir de 1989, com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). As regulamentações voltadas para o ordenamento pesqueiro começaram a fazer parte ativamente da política nacional para tal atividade a partir da década de 1970, porém, tomaram maior dimensão a partir da segunda metade dos anos 1980, em um contexto de maior preocupação com a conservação dos recursos naturais renováveis (Maia 2009).

Segundo Mathis (2001), por falta de legislações específicas, tornam-se ineficientes as ações de preservação ambiental e de políticas preservacionistas desenvolvidas pelo poder público. Conforme o autor, as leis ordinárias, em vigor na época de sua pesquisa, voltadas à punição de infratores do meio ambiente são, em sua maioria, inócuas e obsoletas, seja por falta de previsão para determinados comportamentos danosos, seja por estabelecerem penas ora demasiadamente severas

ora leves demais. Os instrumentos legais – como o Código de Pesca, no caso da atividade pesqueira – tratam da questão ambiental de forma pontual e dissociada, não considerando o meio ambiente como um todo.

Surge, nesse contexto, com iniciativa do IBAMA, o Projeto de Lei de Crimes Ambientais, que iniciou seu trâmite nas instâncias legais em 1991. Esta lei foi sancionada em 1998 e atualmente é conhecida como “Lei da vida: Lei dos crimes ambientais” (Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998) (IBAMA 2014).

Diante das dificuldades enfrentadas pelo setor pesqueiro/artesanal, com sucessivas diminuições na produção, atreladas à necessidade de manejo das espécies da pesca marinha e de águas continentais para garantir a sustentabilidade do recurso, a partir de 2003, o governo federal criou a política do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA), conhecida também como “seguro-defeso”. Essa política tem como finalidade garantir a renda do pescador artesanal durante o período da proibição da pesca e, com isso, contribuir com a reprodução das espécies. O seguro-defeso situa-se na confluência das políticas sociais e ambientais definidas após a Constituição Federal de 1988, no Brasil. Trata-se de uma política pública que ampara os pescadores artesanais, os quais são impedidos de subsistir com seu trabalho durante certo período do ano – segundo a lei, no momento da desova de determinadas espécies –, oferecendo proteção e possibilidade de repovoamento das populações marinhas, fluviais e lacustres que integram o ecossistema brasileiro (Brasil 2003).

A Comissão das Comunidades Europeias, realizada em 2001, relatou que todas as atividades de

pesca causam impactos nos ecossistemas aquáticos e depredam o ambiente, sendo que, frequentemente, não se tem noção da gravidade desse impacto e do tempo necessário para recomposição dos danos. Em função disso, torna-se necessário que sejam tomadas medidas normativas para evitar o colapso das economias pesqueiras (Peres et al. 2001), objetivando a proteção das espécies em épocas de reprodução ou de recrutamento (Vasques & Couto 2011).

Durante a vigência do período de defeso, o profissional da pesca fica impossibilitado de praticar a atividade sobre as espécies protegidas. Em contrapartida, o pescador recebe, nesse período, o seguro desemprego, que visa auxiliar economicamente os dependentes diretos dessa atividade, permitindo a redução do esforço de pesca sobre os estoques naturais, que estão recrutando (Pieve et al. 2008). No entanto, nota-se que, mesmo contemplados com este benefício, alguns pescadores continuam exercendo a atividade ilegalmente e comercializando o pescado (Moreira et al. 2009).

Na região amazônica, Vidal et al. (2015) discutem os aspectos complexos do setor da pesca continental:

A gestão da pesca em água doce muitas vezes é extremamente difícil devido à natureza dispersa da pesca, ao grande número de pessoas envolvidas e à distância dos grandes centros urbanos. Como resultado, os regulamentos de pesca são poucas vezes aplicados e, mesmo quando aplicados, o seu sucesso também pode ser questionável, porque normalmente são estabelecidos pelas autoridades do governo central e

não atendem às necessidades de cada um dos corpos d'água e às populações de pescadores. Além disso, os fatores de mudança e produtividade em muitas populações de peixe surgem de fora da pesca, geralmente sob a forma de impactos ambientais decorrentes de outros usuários ou atividades de exploração dos recursos aquáticos (Vidal et al. 2015:58).

Dessa forma, por apresentar uma gestão ineficiente, sem o estabelecimento de efetivas políticas públicas para a promoção do desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, com manejo inadequado, falhas no monitoramento e no controle e deficiências nas estratégias específicas para conservação dos ecossistemas de várzea na região central da bacia amazônica, foi criado, no início da década de 2000, o Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (ProVárzea) (IBAMA 2002; Santos 2005; Silva-Forsberg et al. 2006; Vidal et al. 2015).

De acordo com Vidal et al. (2015), o ProVárzea investiu cerca de R\$ 8.928.834,34 em 25 projetos, apoiados no período de janeiro de 2002 a setembro de 2007. A maior parte deste recurso, segundo os autores, foi destinada à capacitação, ao monitoramento, à conservação e à comercialização da produção, sendo beneficiadas cerca de 115.486 pessoas em 39 municípios dos estados do Amazonas e do Pará. Foram manejados aproximadamente 100.000 hectares de ecossistemas terrestres e aquáticos, com uma parcela significativa de áreas aquáticas regidas por acordos de pesca, alguns dos quais foram formalizados por meio de Instruções Normativas do IBAMA, elaboradas e/ou reeditadas

sob a influência das ações dos projetos. O município de Santarém foi beneficiado com pelo menos nove dessas Instruções Normativas, regulamentando a pesca na região.

Os principais autores que fazem uso dos recursos da região de várzea são ribeirinhos, fazendeiros e pescadores comerciais. Os ribeirinhos são moradores das comunidades de várzeas, podem apresentar diversidade de fonte econômica, como criação de animais, agricultura e extrativismos, mas, em geral, a atividade principal deles é a pesca artesanal. Nesse sentido, estes atores são os criadores dos acordos de pesca e, portanto, são os que mais se beneficiam com o seu estabelecimento. Em relação aos fazendeiros, pode-se dizer que são criadores de gado e utilizam as várzeas no período de seca. Em geral, eles não são diretamente prejudicados com os acordos de pesca, porque possuem pouca ligação com esta atividade. Quem, no entanto, é prejudicado por esses acordos são os pescadores comerciais, provenientes das áreas urbanas; eles podem ser capitalizados com barcos e equipamentos mais sofisticados, com capacidade para realizar deslocamentos por longas distâncias, ou pouco capitalizados, praticando a pesca apenas em lagos e várzeas próximas à área urbana. O fato de os pescadores urbanos serem considerados “invasores” de lagos comunitários é fonte de constantes conflitos de pesca (Castro & Mcgrath 2001).

Desde o início do ProVárzea, uma crescente quantidade de acordos de pesca na Amazônia passou a ser observada. O fato de criar um acordo de pesca, contudo, não garante o êxito no manejo comunitário. As regras estabelecidas devem atender às demandas de todo sistema

comunitário, contemplando, assim, os aspectos ecológicos, sociais e econômicos envolvidos. De acordo com Castro & Mcgrath (2001), a elaboração de acordos de pesca na região amazônica evidencia que os grupos usuários das áreas de pesca são agentes ativos que se relacionam com o recurso, entre si, e com o sistema externo, e respondem conforme os padrões de oportunidades e de limites ambientais, articulando as características ecológicas, sociais e econômicas. Como o ambiente de várzea é complexo, heterogêneo e dinâmico em todas estas dimensões, os acordos de pesca devem ser observados como uma instituição igualmente complexa, com resultados variados, segundo as características ecológicas e sociais de cada caso.

A região de Santarém apresenta diversas comunidades ribeirinhas, que vivem às margens de rios e lagos. Nesses locais, observam-se muitos acordos de pesca objetivando a construção de instrumentos comunitários para gestão sustentável dos recursos pesqueiros. Como exemplo, podemos destacar a comunidade Ilha de São Miguel, na região de várzea do rio Amazonas. Nela, foi elaborado, no ano de 1985, o acordo de pesca que é mantido até os dias atuais, o qual restringiu a permissão de pesca na ilha apenas aos moradores da área, bem como proibiu definitivamente o uso de malhadeiras. Outras ações foram consolidadas pelos moradores, tais como o manejo e o controle da comercialização do pirarucu (*Arapaima gigas*), bem como a fiscalização dos lagos pelos pescadores, evidenciando uma alternativa promissora para uma gestão da pesca por meio do uso racional dos recursos pesqueiros na comunidade (Ferreira & Silva 2017).

Segundo Silva & Ferreira (2018), nas microrregiões de Santarém, entre 1990 a 2004, foram observados 42 acordos de pesca para as regiões do Tapará, Urucurituba, Ituqui, Lago Grande, Arapixuna, Maicá, Aritapera, além de Juá e Área Verde. Dessa forma, esses acordos, em consonância com as políticas públicas voltadas a atingir populações ribeirinhas, apontam para um processo social dinâmico, no qual ribeirinhos e governo elaboraram agendas a partir de necessidades coletivas.

Neste contexto, e entendendo a importância da atividade pesqueira na região do baixo Amazonas, bem como a relevância de políticas públicas voltadas para tal atividade, este artigo buscou identificar as perspectivas de comerciantes, consumidores e pescadores artesanais acerca da aplicabilidade da política do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal na cidade de Santarém, Pará, Brasil. Trata-se de um levantamento cujos resultados poderão servir de subsídios para o planejamento de políticas públicas e para elaboração de projetos voltados à área de educação ambiental pesqueira.

Cabe destacar que a cidade de Santarém está localizada na confluência dos rios Amazonas e Tapajós, na região oeste do estado do Pará, no Norte do Brasil, na América do Sul. O município ocupa área de 22.887 km² e possui população de 296.302 habitantes. Foi fundado em 22 de junho de 1661, pelo padre jesuíta, nascido em Luxemburgo, João Felipe Bettendorf, e elevado à categoria de cidade no dia 24 de outubro de 1848 (IBGE 2017).

A zona rural do município de Santarém está dividida em sub-regiões: várzeas (regiões ribeirinhas e de várzeas ao longo do rio Amazonas, no território do município); rios Tapajós e Arapiuns

(terras envolvidas pelas áreas ribeirinhas desses rios e respectivas zonas de influência); Lago Grande (regiões de várzeas e terra firme que compõem a área entre as margens direita do rio Amazonas e esquerda do rio Arapiuns); Planalto (áreas de terra firme, entre as bacias dos rios Curuá-Una e Tapajós) (IBGE 2017).

Economicamente, essas sub-regiões envolvem manifestações culturais, produções agrícolas diversas e a pesca artesanal, cujos atores são os pequenos produtores do município de Santarém. Eles comercializam seus produtos agrícolas e pesqueiros, motivados pelas demandas sociais e culturais. O pescado na região é abundante: são, aproximadamente, 2.300 espécies de peixes que constituem a fauna da Amazônia, sendo que cerca de 100 delas são exploradas comercialmente ou destinadas ao consumo familiar. Em Santarém, observa-se que uma parcela significativa do pescado que desembarca na cidade é composta por somente dez espécies de peixes (Cerdeira et al. 1997), as quais têm como principal ponto de desembarque o local tradicionalmente denominado pelos pescadores e pela população como Feira do Pescado, na orla da cidade.

2. METODOLOGIA

Este estudo apresenta enfoque quantitativo e qualitativo, na busca por compreender as perspectivas de atores sociais da Feira do Pescado, em Santarém, Pará, acerca da aplicabilidade da política do seguro-desemprego do pescador artesanal. O estudo qualitativo foi escolhido, pois, segundo Teixeira (2006:137), “com o enfoque qualitativo o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto

e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação”.

Kauark et al. (2010) apresentam, ainda, a definição de pesquisa qualitativa:

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (Kauark et al. 2010:26).

Já as categorias de análise da pesquisa quantitativa, de acordo com Stake (1983), são: perceber o fenômeno; isolar casos; observar seqüências, testemunhos, contextos; selecionar casos; observar, entrevistar, registrar; determinar padrões, selecionar e classificar; triangular, validar, interpretar; fazer estudos de casos ou relatórios; produzir: compreender com ênfase em generalidades; realçar valores, compreensão e atitudes.

Segundo Grácio & Garrutti (2005), atualmente, faz-se necessária a superação da dicotomia das abordagens qualitativa e quantitativa. Além disso, é preciso aproximar a área da Educação com a quantificação, pois isso possibilita uma concepção mais completa dos problemas que encontramos em nossa realidade. De acordo com os autores, “as quantificações fortalecem os argumentos e constituem indicadores importantes para análises

qualitativas” (Grácio & Garrutti 2005:119). Sendo assim:

[...] destacamos a relevância da complementaridade entre as tendências que orientam as atuais pesquisas, para a resolução de problemas de diversas naturezas. Nesse sentido, no presente trabalho, consideramos que também no âmbito educacional deve haver a complementaridade entre os enfoques metodológicos para que se possa alcançar resultados de pesquisa mais amplos e globais (Grácio & Garrutti 2005:120).

Gil (1999:35) também expõe que “os procedimentos estatísticos fornecem considerável reforço às conclusões obtidas”, uma vez que apresentam razoáveis graus de precisão, tornando-os bastante aceitos entre os pesquisadores.

Participaram do presente estudo 80 indivíduos, divididos entre pescadores (20 sujeitos), comerciantes (30 sujeitos) e consumidores (30 sujeitos), e os dados foram coletados na Feira do Pescado, em Santarém, Pará. Cabe destacar que, segundo as informações oficiais concedidas por dirigentes da Colônia de Pescadores Z-20, entidade responsável pela administração do espaço, estão cadastrados 119 trabalhadores, distribuídos entre pescadores/vendedores de pescado, verdureiros, vendedores de lanche e carregadores.

Na fase da pesquisa exploratória, os sujeitos foram convidados a participar da pesquisa. Após assinarem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foi aplicado um questionário, com perguntas abertas e fechadas, a 50 trabalhadores da Feira do Pescado, entre eles 20 são pescadores

e 30 são comerciantes, o que corresponde a 42,01% de um público de 119 trabalhadores do local. Além disso, participaram da pesquisa 30 consumidores que frequentam o espaço. O questionário completo pode ser visualizado no Apêndice 1. Cabe ressaltar que este documento foi preenchido pelos pesquisadores de acordo com as respostas emitidas pelos sujeitos participantes do estudo, uma vez que a maioria deles encontrava-se manuseando pescado no momento da abordagem.

Os dados obtidos por meio das perguntas fechadas foram tabulados e quantificados, compondo tabelas, já as respostas obtidas por meio das perguntas abertas foram organizadas em categorias de análise. Para Bardin (1977), a categorização pode ser definida como:

[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero, com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. A categorização tem como primeiro objetivo fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos (Bardin 1977:117).

De acordo com Lüdke & André (1986), a tarefa de análise implica a organização do material obtido e o estabelecimento de relações entre esse material, procurando identificar padrões e tendências relevantes. Organizamos as respostas dos sujeitos da pesquisa em três categorias de

análise: 1) importância da Portaria de Defeso; 2) problemas identificados por pescadores, consumidores e comerciantes; e 3) intervenção do Estado como mecanismo de controle.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Pará, o período de defeso inicia no dia 15 de novembro e termina no dia 15 de março. O município de Santarém destaca-se como um dos principais polos de produção pesqueira do estado, diante das potencialidades naturais das várzeas existentes em torno de toda extensão do rio Amazonas, onde o município faz suas confrontações geográficas. Entretanto, a atividade pesqueira é carente de estudos e pesquisas socioeconômicas que possibilitem maior desenvolvimento da região e, por consequência, gerem excedentes comercializáveis para melhorar a qualidade de vida das populações que dependem da pesca (IBAMA 2007).

Em Santarém, as espécies que estão protegidas são o pacu (*Myleus spp.* e *Mylossoma spp.*), a jatuarana (*Brycon spp.*), a pirapitinga (*Piaractus brachypomus*), o aracu (*Schizodon spp.*), a fura-calça (*Pimelodina flavipinnis*), o mapará (*Hypophthalmus edentatus*), o curimatá (*Prochilodus nigricans*) e a branquinha (*Curimata amazonica*, *C. inorata*) (IBAMA 2007). A pesca do tambaqui (*Colossoma macropomum*) é proibida do dia 1º de outubro até 31 de dezembro (IBAMA 2005); o acari (*Liposarcus pardalis*) entra no período de defeso entre o dia 1º de dezembro a 31 de maio; e o pirarucu (*Arapaima gigas*), entre 1º de dezembro e 31 de maio (IBAMA 2004). Nos tópicos que seguem, serão apresentadas as sistematizações e a discussão dos resultados dos questionários. A apresentação dos dados está

dividida entre as respostas emitidas às questões fechadas e abertas.

3.1. ANÁLISE DAS RESPOSTAS EMITIDAS ÀS QUESTÕES FECHADAS

As Tabelas de 1 a 3 tratam de informações fornecidas pelos atores sociais que são formados por pescadores, comerciantes e consumidores da Feira do Pescado, em Santarém, Pará, sobre a política do seguro-desemprego do pescador artesanal.

A Tabela 1 permite-nos inferir que há um conhecimento significativo por parte dos pescadores acerca do que é o período de defeso, bem como de sua importância para muitas espécies de peixes comerciais. Essa inferência é decorrente da observação de que 100% dos trabalhadores que fornecem peixe na Feira do Pescado, em Santarém, Pará, são favoráveis a este período e 95% têm conhecimento das normas que regulam o evento marcado pela desova das espécies. Dos 20 pescadores que participaram desta pesquisa, apenas um mencionou não conhecer o período em questão. É válido refletir que esta resposta

pode estar relacionada ao fato de o entrevistado não conhecer as normas que regulam esta política pública, mas também por não compreender a pergunta que foi realizada ou, ainda, por não possuir conhecimento aprofundado acerca do tema, optando por assinalar que não apresentava entendimento sobre o assunto. Destaca-se, ainda, que todos os pescadores afirmaram concordar com a existência de normas para garantir a sobrevivência das espécies, ou seja, para o grupo entrevistado, o período de defeso é muito importante.

Sobre as espécies liberadas ou do estoque, 100% dos pesquisados comercializam ou comercializaram pescado nesse período. Optamos por não perguntar se este material se refere a pescado proibido, pois, uma vez que se trata de uma atividade ilegal, o questionamento poderia constranger o respondente. No entanto, inferimos que provavelmente as espécies comercializadas no período em questão estariam protegidas pelo defeso, dado que são as mais rentáveis e consumidas. Portanto, não poderia haver essa comercialização. Aqui, nota-se um dado interessante: os mesmos pescadores que afirmam ser favoráveis à existência

Tabela 1 - Respostas dos pescadores da Feira do Pescado ao questionário sobre o período de defeso, aplicado entre 8 a 14 de setembro de 2017, em Santarém, Pará.

Pescador	Não	%	Sim	%
Favorável ao período de defeso	-	-	20	100
Tem conhecimento sobre o período de defeso	1	5	19	95
Comercializa ou já comercializou pescado no período de defeso	-	-	20	100
Acredita que ainda haveria peixe em abundância sem o período de defeso	20	100	-	-
Considera importante o período de defeso	-	-	20	100

do defeso são os que possivelmente comercializam ou já comercializaram pescado protegido por esta política pública. Essa aparente incoerência pode ser explicada por graves falhas que ocorrem na aplicação de tal política, as quais podem vir a prejudicar os pescadores e suas famílias. Este dado fica mais evidente ao analisarmos as respostas dadas às perguntas abertas, expostas e discutidas no tópico seguinte.

A análise das respostas dos comerciantes às perguntas fechadas, sistematizadas na Tabela 2, permite-nos deduzir que, de modo geral, o grupo de sujeitos participantes da pesquisa também apresenta conhecimentos sobre a política do período de defeso. No entanto, cabe destacar que, comparado ao grupo dos pescadores, o índice referente aos comerciantes é menor, uma vez que um número considerável de entrevistados (17%) afirmou ser contra tal política, apesar de apenas um participante entre eles ter informado não possuir conhecimento acerca do tema.

Outro dado relevante extraído desta pesquisa é que uma parcela significativa dos comerciantes que participaram deste estudo (40%) afirmou comercializar

ou já ter comercializado pescado durante o período de fechamento da pesca. Novamente, enfatizamos que não necessariamente o pescado em questão se encontra protegido, mas, dado que as espécies que entram no período são as mais rentáveis comercialmente, há uma possibilidade elevada de tratar-se destes animais. É válido salientar que, apesar de este número ser significativamente menor do que o de pescadores que afirmaram realizar tal atividade (no caso, 100%), ainda assim trata-se de uma porcentagem elevada.

A prática de comercializar pescado proibido durante o período estudado vai ao encontro das respostas dadas pelos comerciantes, ao serem questionados se ainda haveria peixe em abundância sem esta política pública. Um elevado número de respondentes (30%) afirmou que sim, ou seja, para este expressivo número de pessoas ainda haveria peixe com fartura, mesmo sem a Portaria do Defeso. Em outras palavras, o desconhecimento dos indivíduos acerca da biologia das espécies dulcícolas, seus modos de vida e suas particularidades reprodutivas pode ser responsável pela perpetuação da falsa concepção de que os recursos biológicos são infinitos, culminando, então, na despreocupação em comercializar pescado protegido durante o defeso.

Tabela 2 - Respostas dos comerciantes da Feira do Pescado ao questionário sobre o período de defeso, aplicado entre 8 a 14 de setembro de 2017, em Santarém, Pará.

Comerciante	Não	%	Sim	%
Favorável ao período de defeso	5	17	25	83
Tem conhecimento sobre o período de defeso	1	3	29	97
Comercializa ou já comercializou pescado no período de defeso	18	60	12	40
Acredita que ainda haveria peixe em abundância sem o período de defeso	21	70	9	30
Considera importante o período de defeso	5	17	25	83

A Tabela 3 indica que a maioria expressiva de consumidores que participaram desta pesquisa (90%) é favorável e afirmou apresentar conhecimentos (87%) acerca da política do período de defeso. Destaca-se, ainda, que a quase totalidade dos respondentes na qualidade de consumidores (97%) afirmou considerar importante esta política pública.

Um dado relevante a ser mencionado é que uma porcentagem considerável dos consumidores entrevistados (17%) afirmou que ainda haveria peixe em abundância, mesmo sem a existência do período de defeso. Ou seja, é nítido que alguns respondentes não compreendem bem o tema, apesar de acreditarem possuir conhecimentos suficientes neste assunto, uma vez que, como já afirmado, o período de fechamento da pesca existe exatamente para que as espécies protegidas possam se recuperar enquanto populações. Sem a existência desta política pública, a desova e a maturidade das espécies juvenis seriam prejudicadas.

Outro dado importante dessa parte das entrevistas refere-se ao consumo dos produtos proibidos no defeso. Um número considerável de consumidores pesquisados (44%) afirmou que consome ou já consumiu pescado proibido durante

o período de fechamento da pesca. Nesse caso, a pergunta foi direta (ou seja, diferentemente dos outros casos, questionou-se sobre o consumo de pescado proibido), dado que não há sanções para consumidores de espécies proibidas, apenas para pescadores e comerciantes. Mais uma vez, é válido destacar que a ausência de conhecimentos acerca da importância do fechamento da pesca, bem como o pensamento individualista podem contribuir para que os consumidores não se preocupem com o tipo de pescado que estão comprando.

Por fim, outro dado sobre o qual é preciso refletir concerne ao fato de que a quase totalidade dos consumidores entrevistados (97%) considera importante a existência do período em questão, mas uma porcentagem um pouco menor (90%) defende a sua existência. Em outras palavras, um pequeno grupo de consumidores assume a importância da política de fechamento da pesca, ao mesmo tempo em que defende que esta deixe de existir. Essa aparente incoerência pode ser explicada pela escassez do pescado no mercado, bem como pelo aumento dos preços dos produtos durante a vigência do período.

Tabela 3 - Respostas dos consumidores da Feira do Pescado ao questionário sobre o período de defeso, aplicado entre 8 a 14 de setembro de 2017, em Santarém, Pará.

Consumidor	Não	%	Sim	%
Favorável ao período de defeso	3	10	27	90
Tem conhecimento sobre o período de defeso	4	13	26	87
Consome ou já consumiu pescado proibido no período do defeso	17	57	13	43
Considera que ainda haveria peixe em abundância sem o período do defeso	25	83	5	17
Considera importante o período de defeso	1	3	29	97

3.2. ANÁLISE DAS RESPOSTAS EMITIDAS ÀS QUESTÕES ABERTAS

Organizamos as respostas dos sujeitos da pesquisa em duas categorias de análise – 1) a importância da Portaria do Defeso; e 2) problemas identificados por pescadores, consumidores e comerciantes –, as quais serão apresentadas e discutidas nos tópicos que seguem. Cabe destacar que foram selecionadas as falas mais relevantes para representar cada categoria de análise.

Com relação às colocações dos colaboradores desta pesquisa, optamos por adotar os seguintes critérios: para a exposição das respostas às perguntas abertas, serão destacados o segmento do trabalhador, a numeração, que pode ir de 1 a 80, seguida da idade e do gênero, ou seja, as fontes serão expostas como no modelo: (Pescador: 1, 45-M). A numeração seguirá a seguinte sequência: pescadores - 1 a 20; consumidores - 21 a 50; e comerciantes - 51 a 80.

3.2.1. CATEGORIA 1: A IMPORTÂNCIA DA PORTARIA DO DEFESO

Todos os pescadores que trabalham na Feira do Pescado, em Santarém, Pará, e que participaram desta pesquisa afirmaram que o período de defeso é muito importante, pois preserva as espécies, respeita o momento da desova, assegurando o futuro das gerações, contribuindo com o crescimento das populações e, ainda, garantindo o descanso do pescador. Nesse período em que os peixes estão desovando, se forem capturados, a possibilidade de garantir às espécies as gerações futuras é mínima.

O período de defeso é importante. Caso contrário, os peixes poderiam ser extintos dos lagos. O defeso ajuda

a preservar e manter as espécies para garantir o sustento das pessoas nos próximos anos. [...] Sem o defeso poderia até mesmo acabar com os peixes e a sobrevivência das pessoas se tornaria mais difícil (Pescador: 2, 56-M).

O defeso é importante, pois é o tempo em que os peixes estão desovando e por conta desse fenômeno da natureza eles se multiplicam no ano seguinte. O defeso só traz solução para a preservação das espécies. Sem o defeso se tornaria um caos, porque as espécies poderiam ser extintas da natureza, dificultando a pesca e a sobrevivência das pessoas (Pescador: 3, 42-M).

O defeso é importante para a preservação dos peixes que se encontram no período da desova. Não podemos capturar as espécies nesse período (Pescador: 13, 77-M).

O período é importante para o peixe reproduzir e a gente descansa um pouco nessa época (Pescador: 18, 43-M).

A concepção da importância desse momento, apresentada pelos pescadores, é compartilhada pela maioria dos comerciantes, mas não por todos, conforme pode ser observado nos fragmentos que seguem:

O defeso não é importante porque a nossa renda cai muito nessa época. Os clientes procuram peixe, mas não tem (Comerciante: 52, 31-M).

O período não é importante porque não temos peixes para atender nossos clientes e por isso fica mais caro (Comerciante: 56, 46-M).

O período de defeso não é importante, pois não temos variedade de peixe para oferecer aos clientes (Comerciante: 74, 58-F).

Esse período é importante. Mesmo que o peixe fique mais caro, assegura a reprodução e o crescimento dos filhotes (Consumidor: 25, 52-M).

Os fragmentos extraídos para exemplificar a concepção dos comerciantes que discordam da importância desse período deixam claro que, na verdade, o que incomoda a estes indivíduos é a queda na renda familiar e a impossibilidade de atender aos seus clientes. Em outras palavras, não necessariamente essas pessoas desconsideram a importância do defeso em si, tampouco menosprezam o mérito desta prática, mas a perda individual gerada pela política mencionada acaba se sobressaindo em relação aos aspectos coletivo e ambiental.

A maioria dos consumidores participantes da pesquisa também compartilha da concepção dos pescadores e de grande parte dos comerciantes, ou seja, para eles o período é importante para assegurar a manutenção das espécies. Os fragmentos que seguem ilustram esta afirmação:

Esse período é importante para preservar os peixes por ocasião da desova e, com isso, garante-se a alimentação nos próximos anos (Consumidor: 23, 35-M).

Outro benefício apontado por um consumidor no que tange à aplicação da política do período de defeso diz respeito ao papel do Estado brasileiro no combate às desigualdades sociais, ao distribuir renda aos pescadores artesanais, especialmente do interior, por meio do pagamento do seguro-defeso: “Esse período é importante porque o pessoal do interior recebe o seguro. O defeso não traz problema algum. Só ajuda. Sem o defeso, imagino que estariam passando fome” (Consumidor: 33, 67-M). Entretanto, essa concepção não é unânime entre os consumidores, conforme pode ser observado no excerto: “O período de defeso não é importante porque o peixe fica muito caro” (Consumidor: 39, 73-M).

Novamente, observa-se que o problema apontado pelo sujeito da pesquisa não diz respeito ao período de defeso em si, mas a uma consequência da regulação do mercado, no que diz respeito à aplicação desta política pública.

A Figura 1 sistematiza as concepções acerca da importância deste evento para os atores sociais da

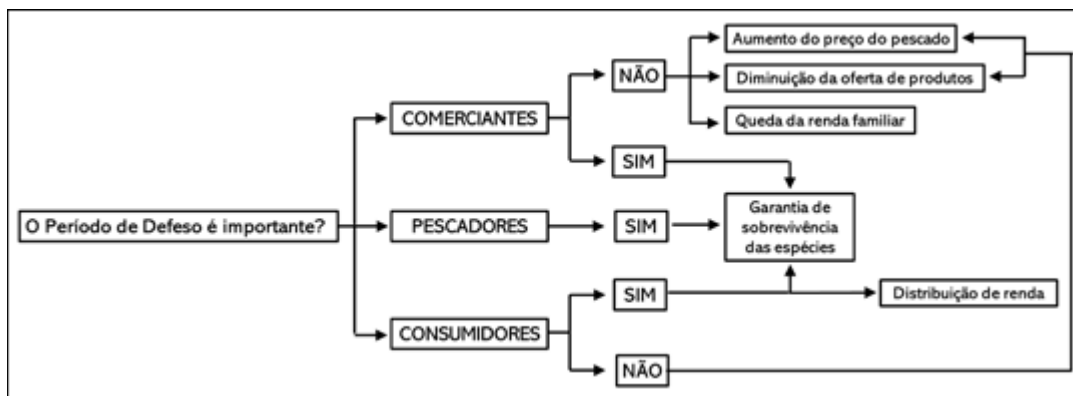


Figura 1 - Mapa conceitual elaborado a partir da sistematização das respostas dos atores sociais da Feira do Pescado da cidade de Santarém, Pará, acerca de questionamento quanto à importância do período de defeso.

Feira do Pescado, em Santarém, Pará, evidenciando um mapa conceitual onde se pode observar, de forma compilada, os resultados encontrados.

3.2.2. CATEGORIA 2: PROBLEMAS IDENTIFICADOS POR PESCADORES, CONSUMIDORES E COMERCIANTES

No que tange à lei relacionada ao período de defeso, há diversos problemas elencados pelos sujeitos da pesquisa. Entre os pescadores entrevistados, os principais problemas apontados foram: desrespeito com o cumprimento da lei pelos próprios pescadores; ausência de órgãos oficiais para fiscalizar a prática da pesca e do comércio de espécies proibidas; indivíduos que recebem o seguro-defeso e não são pescadores; dificuldade dos pescadores artesanais em competir com os donos de geleiras¹; atraso no pagamento do seguro-defeso; e equívoco quanto à data de fechamento da pesca para algumas espécies.

Alguns entrevistados afirmaram ser frequente a situação em que pescadores, mesmo quando beneficiados pelo seguro-defeso, continuam a realizar a pesca e a comercialização ilegal do pescado, ainda que corram o risco de ser multados pelos órgãos de fiscalização. Os trechos a seguir demonstram este panorama:

O problema é a continuidade da pesca, mesmo o pescador correndo o risco de ser multado pelos órgãos de fiscalização (Pescador: 1, 54-M).

[...] no mês de novembro ocorre a pesca indiscriminada com arrastões, praticada até mesmo por pescadores da região; a fiscalização é feita nos

portos de Santarém, deixando os rios e os lagos descobertos aos invasores (Pescador: 6, 52-M).

O defeso é importante porque esse tempo que fica proibido serve para aumentar a população de peixe. Um dos problemas é pegar os peixes e comercializar mesmo sabendo que aquela espécie está proibida (Pescador: 15, 40-M).

Essa denúncia também aparece por parte dos comerciantes e dos consumidores entrevistados, segundo os quais muitos pescadores, apesar de receberem o seguro-defeso, ainda continuam pescando espécies proibidas:

Os maiores problemas são as pessoas que não respeitam a lei do pescado [...] (Comerciante: 56, 70-M).

O problema é que a maioria dos pescadores não cumpre a lei do defeso, mesmo recebendo o seguro (Comerciante: 64, 65-M).

O problema é que muitos pescadores não respeitam o período estabelecido pela lei e ainda recebem o seguro (Comerciante: 25, 52-M).

O problema é a falta de consciência das pessoas que não respeitam a lei; também falta fiscalização dos órgãos competentes nos rios da região (Comerciante: 32, 50-F).

Nesse sentido, tanto os pescadores quanto os comerciantes e os consumidores entrevistados

1 “Donos de geleiras” referem-se aos empresários proprietários de frigoríficos, os quais praticam a comercialização industrial do pescado.

reivindicam maior fiscalização por parte dos órgãos competentes, de modo a coibir a prática da pesca no momento em que é proibida e aplicar sanções àqueles que não respeitam as leis. Para os três segmentos entrevistados, a fiscalização deve ir além dos portos de Santarém, necessitando atingir rios e lagos, que sempre ficam descobertos, com fácil acesso aos invasores:

Entre os maiores problemas está a pesca indiscriminada com arrastões no período de defeso; a falta de fiscalização tanto nos portos de Santarém quanto em locais mais distantes do município (Pescador: 10, 28-M).

[...] a fiscalização tem que agir no local da pescaria, porque depois que o peixe está morto não se pode jogar fora e a sua apreensão não é solução (Comerciante: 62, 43-M).

Um dos problemas é a captura dos peixes nessa época, necessitando de mais fiscalização nos lagos e menos nos portos de Santarém, porque depois dos peixes mortos não há mais nada o que fazer (Comerciante: 73, 29-F).

O problema é que os pescadores, em grande maioria, não cumprem a lei como deveriam. As pessoas têm que levar a sério, caso contrário não terá peixe no futuro; precisa de mais fiscalização pelo IBAMA (Consumidor: 23, 35-M).

Sendo assim, cabe discutir que, além de se criarem leis, são necessárias ações para que a legislação seja, de fato, colocada em prática. A Portaria do Defeso é de suma importância para permitir a perpetuação das espécies, no entanto,

cabe ao governo fiscalizar o cumprimento dela pelos envolvidos. As denúncias dos pescadores e dos comerciantes da Feira do Pescado vão ao encontro de duas principais finalidades da política do seguro-defeso:

O primeiro [objetivo] é assegurar amparo ao pescador artesanal, sob a forma de transferência monetária, durante o período de defeso, quando ele não pode retirar sua subsistência do mar, dos rios ou dos lagos. O segundo objetivo, relacionado a este, é ajudar na preservação de várias espécies de peixes, crustáceos etc. cuja reprodução ocorre justamente durante o período de defeso (Campos & Chaves 2014:77-78).

Sendo assim, zelar pelo cumprimento da legislação vigente é deveras relevante tanto para o pescador, apesar de muitos não terem ciência imediata dos benefícios desta política pública, quanto para as espécies de peixes mais comercializadas na região.

Outra denúncia feita pelos pescadores, comerciantes e consumidores entrevistados é de que há muitas pessoas que recebem o seguro-defeso sem fazer jus a ele, uma vez que não se tratam de pescadores. Mais uma vez, os entrevistados cobram um posicionamento dos órgãos fiscalizadores do Estado, que deveriam impedir o acontecimento de tais ações:

O benefício deveria atender apenas aos pescadores. Mas há outras pessoas que se beneficiam, recebendo o seguro, a exemplo de fazendeiros e comerciantes e, para coibir esse abuso deveria haver mais fiscalização

por parte do governo (Pescador: 4, 32-M).

Os maiores problemas do defeso são as pessoas que não respeitam as leis, pois continuam pescando as espécies proibidas; falta mais fiscalização por parte dos órgãos responsáveis; muitas pessoas também continuam recebendo o seguro sem ser pescador (Pescador: 8, 45-M).

O problema é que os comerciantes não recebem o seguro, mas há pessoas que recebem e não trabalham com peixe (Comerciante: 78, 51-M).

Um dos problemas é que muitos pescadores não podem pescar; há pescadores que não recebem o seguro e outros que nem são pescadores recebem (Consumidor: 22, 28-M).

Note-se que, na denúncia do consumidor (22, 28-M), há a informação de que muitos pescadores acabam por não receber o seguro-defeso, o que frequentemente faz com que o indivíduo descumpra a legislação vigente para que possa manter a subsistência própria e de seus familiares. Essa denúncia aparece na fala de muitos pescadores entrevistados, que se ressentem da demora da liberação do benefício. Não é raro o período chegar ao seu término e muitos não terem recebido o recurso. Assim, por necessidade, são obrigados a pescar, mesmo sabendo que as espécies estão proibidas.

Um dos maiores problemas é quando o seguro não é liberado no período certo e os pescadores são obrigados a pescar, mesmo sabendo que aquela espécie

está proibida. Sem a regulamentação, a captura dos peixes ficaria cada vez mais difícil (Pescador: 9, 46-M).

Fica clara, na fala dos entrevistados, a necessidade de que as políticas públicas em relação ao período de defeso sejam mais eficientes, tanto no que tange à fiscalização, impedindo que haja a pesca no período de reprodução das espécies, quanto na celeridade do pagamento do benefício, de modo a permitir a subsistência dos pescadores e de suas famílias, sem que sejam levados a cometer atividades ilícitas.

Soma-se a tantos problemas a denúncia feita por pescadores sobre a realização de contrabando do pescado, praticado por comerciantes que são donos de grandes geleiras e vêm de outros estados para comercializar peixes de maneira desleal, levando o produto para a capital do Pará e do Amapá, enquanto os pescadores artesanais são proibidos de praticar esse comércio: “Um dos problemas do defeso é que os donos de geleiras fazem a comercialização desleal, levando o pescado para a capital do estado, enquanto que os pescadores artesanais são proibidos de pescar” (Pescador: 5, 57-M).

A última problemática apontada pelos pescadores entrevistados foi a data equivocada do período de defeso para algumas espécies:

[...] a data do período de defeso deveria ser prolongada, pois termina quando muitas espécies ainda estão desovando (Pescador: 7, 40-M).

[...] a data em relação a algumas espécies está errada, a exemplo do curimatá, aracu, mapará e pirarucu, pois quando termina o

defeso, essas e outras espécies ainda estão desovando (Pescador: 14, 49-M).

Ou seja, segundo os pescadores entrevistados, no momento de encerramento do defeso, isto é, quando a pesca é novamente liberada, muitas espécies encontram-se em período de reprodução. Assim, o maior objetivo desta política pública (permitir que as populações de peixes se recuperassem) não está sendo exitoso. Esta denúncia também aparece nas falas dos comerciantes, que corroboram a problemática apontada pelos pescadores: “a data está errada, pois dependendo da chuva, muitas espécies ainda estão desovando quando o defeso termina, a exemplo do aracu, curimatá e pacu desovando” (Comerciante: 56, 70-M).

Os comerciantes e os consumidores entrevistados também denunciam que, com o período de defeso, há escassez de pescado disponível para venda, o que culmina na elevação dos preços. Desse modo, as vendas diminuem drasticamente, o que leva a uma queda na renda familiar do comerciante e compele a uma mudança nos hábitos alimentares da população local.

Os maiores problemas é que a gente fica sem poder vender o peixe proibido; diminui a oferta do pescado e por isso fica mais caro (Comerciante: 55, 54-F).

O problema é que a maioria dos pescadores não cumpre a lei do defeso, mesmo recebendo o seguro; por outro lado, a nossa venda cai muito nessa época já que não podemos comercializar as espécies proibidas e não recebemos o seguro, assim como os pescadores (Comerciante: 64, 65-M).

Um dos problemas é que não podemos comercializar as espécies proibidas, mas as pessoas procuram muito; deveríamos receber o seguro assim como os pescadores para suprir nossos prejuízos (Comerciante: 76, 26-M).

O maior problema é a falta de respeito de muitas pessoas que não cumprem a lei; nesse período falta peixe nas feiras e mercados, com isso aumenta consideravelmente o preço (Consumidor: 34, 40-F).

A maioria dos comerciantes reivindica o recebimento do seguro, assim como os pescadores o recebem. Apesar de poder comercializar pescado de cativeiro, os comerciantes alegam que esta categoria de peixes apresenta custos mais elevados do que a pesca extrativista, o que faz com que as vendas diminuam.

Essa é uma discussão que não pode ser ignorada quando pensamos na implementação de ações de preservação ambiental. De um lado, tem-se o ambiente, que precisa ser protegido para garantir a manutenção das espécies; do outro, a sobrevivência de famílias, que dependem da comercialização de espécies para subsistirem. Percebe-se, portanto, a complexidade desta discussão, que demanda intensos debates, entre os mais diversos atores sociais envolvidos neste processo.

A Figura 2 sistematiza os problemas identificados por pescadores, consumidores e comerciantes da Feira do Pescado, em Santarém, Pará, trazendo um mapa conceitual, no qual se pode observar, de forma compilada, os resultados encontrados.

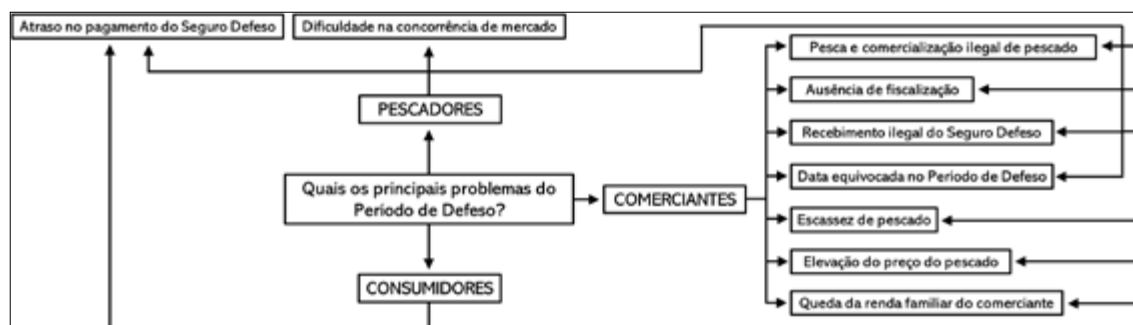


Figura 2 - Mapa conceitual elaborado a partir da sistematização das respostas dos atores sociais da Feira do Pescado, na cidade de Santarém, Pará, acerca do questionamento sobre quais são os principais problemas identificados quanto ao período de defeso.

4. CONCLUSÕES

Este artigo investigou, de forma sucinta, as perspectivas dos principais atores sociais que trabalham com a pesca e a comercialização na Feira do Pescado, em Santarém, Pará, assim como alguns aspectos do seguro-defeso.

Pelas perspectivas dos pescadores, comerciantes e consumidores, observa-se que a pesca artesanal em Santarém, Pará, enfrenta desafios diversos nas áreas social, econômica e ambiental, de modo a atender à demanda crescente da comunidade, ao mesmo tempo em que há uma inegável necessidade de ações visando à preservação ambiental das espécies de pescado. Muitas das problemáticas levantadas tornam-se ainda mais acentuadas pela falta de fiscalização eficiente, que seja capaz de coibir a pesca indiscriminada, em contínua ascendência.

É válido destacar que, durante os trabalhos de campo, notamos a completa ausência de algum tipo de controle ou fiscalização no local por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Divisão de Vigilância Sanitária (DIVISA) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA). Além disso, a organização mínima que há no espaço parte

sempre do interesse dos próprios atores sociais que atuam na Feira do Pescado. Desse modo, apesar de a pesca ser uma das atividades econômicas e sociais mais importantes da Amazônia, em especial em Santarém, percebe-se o descaso do poder público com a atividade.

Constatamos que muitos dos entrevistados conhecem e até defendem a existência de um período de fechamento da pesca, no entanto continuam praticando o comércio ilícitamente. Este dado indica que, muitas vezes, apenas o conhecimento não é suficiente para que haja mudança efetiva de comportamento, dado que as necessidades reais de subsistência do indivíduo e de sua família acabam por ser priorizadas.

A pesquisa ainda deixa claro que o desconhecimento acerca da biologia e da fisiologia das espécies tende a perpetuar a falsa concepção de que os recursos naturais são infinitos. Assim, muitos indivíduos que compartilham destas ideias argumentam que legislações para a proteção da desova das espécies e o crescimento dos alevinos são desnecessários.

Nesse sentido, apresentamos algumas sugestões de ações que podem contribuir para reduzir os problemas identificados, de ordem

legal, social, econômica e ambiental, dado que estes, uma vez reduzidos ou sanados, podem ajudar no processo de elaboração de políticas públicas mais eficientes à pesca artesanal em Santarém e região, a saber: implementar ações mais eficientes de controle, monitoramento e fiscalização da produção pesqueira, assim como armazenamento e escoamento da produção; dinamizar a cadeia produtiva de pescado, de forma a garantir o aumento da regularidade da oferta, da qualidade e da renda dos pescadores; fortalecer acordos de cooperação técnica entre Estado, município e outras entidades afins com a atividade pesqueira, com vistas a proporcionar melhores condições aos pescadores, comerciantes e consumidores; criar estímulos e colaboração para que ações de proteção dos recursos naturais de várzeas sejam empreendidas pelos próprios membros da comunidade; adotar pedagogia mais acessível para divulgar as informações técnico-científicas junto às comunidades, visando fortalecer o entendimento dos comunitários sobre a preservação das espécies; romper o isolamento existente entre os segmentos sociais dos pescadores e das instituições públicas nos diversos setores, visando à troca de conhecimentos e experiências; implementar ações que possibilitem que os veículos de comunicação divulguem informações e serviços a serem prestados aos pescadores, comerciantes e consumidores.

Embora se trate de uma pesquisa inicial, este estudo, sem jamais ousar concluir a discussão, tem a finalidade primeira de ampliar e provocar o debate sobre a temática, fazendo com que novos desafios sejam envidados, em busca de aprofundar cada vez mais a pesquisa sobre um dos setores mais

importantes que move a economia, a cultura e o meio ambiente em Santarém e região.

5. REFERÊNCIAS

Bardin, L. 1977. *Análise de conteúdo*. Tradução de L. A. Reto e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70.

Brasil. 2003. Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. *Diário Oficial da União*, 26 nov. 2003.

Campos, A. G., e J. V. Chaves. 2014. Seguro defeso: problemas enfrentados pelo programa. *Mercado de Trabalho* (56):77-84.

Castro, F., e D. Mcgrath. 2001. O manejo comunitário de lagos na Amazônia. *Parcerias Estratégicas* 6(12):112-126.

Cerdeira, R. G. P., M. L. Ruffino, e V. J. Isaac. 1997. Consumo de pescado e outros alimentos pela população ribeirinha do Lago Grande de Monte Alegre, PA – Brasil. *Acta Amazonica* 27(3):213-228. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43921997273228>.

Ferreira, R. R., e R. E. Silva. 2017. Acordo de pesca como gestão dos recursos: o caso da Ilha de São Miguel, Santarém, Pará. *Amazônica: Revista de Antropologia* 9(1):156-178. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v9i1.5487>.

Gil, A. C. 1999. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

- Grácio, M. M. C., e E. A. Garrutti. 2005. Estatística aplicada à educação: uma análise de conteúdos programáticos de planos de ensino de livros didáticos. *Revista de Matemática e Estatística* 23(3):107-126.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 dez. 2017.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). 2002. *Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – ProVárzea: conceito e estratégia*. 1. ed. Manaus: IBAMA/ProVárzea.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). 2004. Instrução Normativa nº 34, 18 de junho de 2004. *Diário Oficial da União*, 22 jun. 2004.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). 2005. Instrução Normativa nº 35, 29 de setembro de 2005. *Diário Oficial da União*, 30 set. 2005.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). 2007. Instrução Normativa nº 48, 05 de novembro de 2007. *Diário Oficial da União*, 6 nov. 2007.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). 2014. *Lei da vida: Lei dos crimes ambientais: Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008*. 2. ed., revista e atualizada. CNIA. Brasília: IBAMA.
- Kauark, F. S., F. C. Manhães, e C. H. Medeiros. 2010. *Metodologia da pesquisa: um guia prático*. Itabuna: Via Litterarum.
- Lüdke, M., e M. E. D. A. André. 1986. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 6. ed. São Paulo: EPU.
- Maia, M. B. R. 2009. Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal: a inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- Mathis, A. 2001. Reflexões sobre a reforma do Estado na Amazônia, in *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Organizado por M. C. N. Coelho et al., pp. 85-90. Belém: Cejup/UFGA-NAEA.
- Moreira, H. C. L., E. F. Scherer, e S. M. Sales. 2009. A política do eco defeso e os pescadores artesanais da comunidade do Cai na Água - Manaquiri/AM. *Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* 61.
- Peres, J. A. A., P. R. Pezzuto, L. F. Rodrigues, H. Valentini, e C. M. Vooren. 2001. Relatório da reunião técnica de ordenamento da pesca de arrasto nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. *Notas Técnicas Facimar* 5:1-34.

- Pieve, S. M. N., S. G. Coelho, e R. R. Kubo. 2008. Conflitos socioambientais: o papel da legislação ambiental na utilização de recursos naturais. *Encontro da Rede de Estudos Rurais* 3:1-15.
- Santos, M. T. 2005. *Aprendizados do Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – ProVárzea*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Silva, R. E., e R. R. Ferreira. 2018. Construção de acordos de pesca e políticas públicas para gestão de recursos pesqueiros na região de Santarém, Pará (1990-2004). *O Social em Questão* 21(41):327-354.
- Silva-Forsberg, M. C., M. B. Raseira, e E. P. L. Câmara. 2006. Encontros e desencontros na elaboração e na implementação de um sistema de monitoramento e avaliação de impactos: as lições do ProVárzea/IBAMA, in *Estratégias e métodos de monitoramento em projetos de proteção das florestas tropicais brasileiras*. Organizado por R. Guerra & P. Ascher, pp. 85-116. Brasília: MMA.
- Stake, R. E. 1983. Pesquisa qualitativa/naturalista: problemas epistemológicos. *Educação e Seleção*(7):19-27.
- Teixeira, E. 2006. *As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Vasques, R. O., e E. C. G. Couto. 2011. Percepção dos pescadores quanto ao estabelecimento do período de defeso da pesca de arrasto para a região de Ilhéus (Bahia, Brasil). *Revista da Gestão Costeira Integrada* 11(4):479-485.
- Vidal, M. D., M. B. Raseira, e M. L. Ruffino. 2015. Manejo participativo dos recursos naturais amazônicos - a experiência do ProVárzea. *Biota Amazônia* 5(1):53-60. DOI: <http://dx.doi.org/10.18561/2179-5746/biotaamazonia.v5n1p53-60>.

APÊNDICE 1 - Questionário aplicado aos 80 participantes da pesquisa, sendo 20 pescadores, 30 comerciantes e 30 consumidores.

QUESTIONÁRIO

LOCAL: Feira do Pescado	CATEGORIA:	
NÚMERO DA FONTE PESQUISADA:	IDADE:	GÊNERO ()
ESCOLARIDADE:	DATA:	

1. Você é favorável ao Período do Defeso?
SIM () NÃO ()
2. Você tem conhecimento sobre o Período do Defeso?
SIM () NÃO ()
3. Pescadores e vendedores: você comercializa ou já comercializou pescado no Período do Defeso? (Aos consumidores: Você consome ou já consumiu pescado proibido no Período do Defeso?)
SIM () NÃO ()
4. Para você, ainda haveria peixe em abundância sem o Período do Defeso?
SIM () NÃO ()
5. O Período do Defeso é importante?
SIM () NÃO ()

Por que?

6. Na sua opinião, quais os principais problemas sobre o Período do Defeso?

7. Na sua opinião, o que aconteceria se não houvesse período do defeso?

Agradecemos a sua participação neste projeto de investigação. Se tiver alguma questão ou observação a este questionário, utilize o espaço abaixo.

The background features four stylized sun icons in a light gray color. Each sun has a central circle with a smaller dot inside, and several elongated, teardrop-shaped rays radiating outwards. The largest sun is at the top center, and three smaller ones are positioned around it: one to the left, one to the right, and one at the bottom left.

**NOTÍCIAS DE PESQUISA
EM ANDAMENTO**

“ODOR DE ROSAS”: FAMÍLIA E MEMÓRIA DA PHEBO EM BELÉM

Fernanda Valli Nummer

Universidade Federal do Pará | Belém - PA - Brasil

submissão: 19/02/2019 | aprovação: 16/05/2019

Esta é a primeira parte de um projeto que pretende resgatar a memória da empresa Phebo, na cidade de Belém, Pará, a partir da realização de entrevistas com a família dos fundadores da empresa, os Santiago, apoiada no sabonete “Odor de Rosas”, como suportes de memória. O sabonete “Odor de Rosas” foi o primeiro produto criado pelos irmãos Santiago e ainda está no mercado, porém apresentando fórmula diferente da original. Procura-se construir a origem da fábrica e as relações de parentesco dos portugueses que chegaram à Amazônia nos anos 1930, no século XX, em busca de trabalho em uma fábrica de chapéus artesanais e de tabaco, e que receberam uma saboaria como pagamento de uma dívida, casa que, em 1936, viria a ser registrada como Perfumaria Phebo Ltda. O Sr. Maximino Rodrigues da Costa era um português que já morava em Belém e foi responsável por conceder a “Carta de Chamada”¹ ao Sr. Antônio da Silva Santiago. No início da década de 1920, o Sr. Mário da Gouveia Santiago e o Sr. Silvio Gouveia, primos do Sr. Antônio por parte de mãe, fundaram a Phebo.

O Sr. Silvio Gouveia Santiago não ficou muito tempo em Belém, pois retornou a Portugal logo após a abertura da Phebo, e também não casou nem teve herdeiros. Já o Sr. Antônio da Silva Santiago foi pai de três mulheres e o Sr. Mário da Gouveia Santiago, de cinco mulheres, as quais – uma filha de Sr. Antônio, D. Odete, e duas do Sr. Mário, D. Sônia e D. Sílvia – são inicialmente fontes do estudo das dinâmicas das redes familiares que se construíram em torno da fábrica, enquanto referência de uma base identitária da classe alta de

imigrantes de Belém. A fábrica aparece na memória destas mulheres como fonte de renda, já que seus maridos é que trabalhavam no espaço, tanto na sede, em Belém, quando na filial, em São Paulo, para onde o Sr. Mário mudou-se com a família ao final da década de 1950.

De início, buscávamos uma “memória transgeracional” (Halbwachs 1990), pois três das primas têm diferença de idade de quase dez anos; nasceram no Brasil em décadas diferentes de desenvolvimento da fábrica; uma família morou em Belém e outra em São Paulo. Todas as filhas de Sr. Antônio e Sr. Mário chamam-se Maria como primeiro nome. As “Marias” de Belém casaram-se com portugueses e as “Marias” de São Paulo, com brasileiros. Pretende-se conhecer como essas relações se construíram de formas diferenciadas. Pretende-se também compreender se existe uma “memória compartilhada” (Ricoeur 2007) das experiências familiares com a fábrica, tendo em vista que a família teve o controle acionário da empresa entre o período de 1924 a 1988, quando foi vendida a Granado Farmácias®.

Escolheu-se a fábrica Phebo, na cidade de Belém, como objeto de pesquisa em razão de ser parte inerente da história das famílias dos paraenses e de muitos brasileiros. Segundo Sarges (2000), Belém tornou-se um dos grandes centros nacionais, sendo uma cidade importadora de cultura, arquitetura, moda e hábitos europeus, e isso deve ter influenciado os primos Santiago na busca por se alinhar aos padrões europeus de civilização, com a criação do primeiro sabonete de padrão internacional. Os primos portugueses, que

1 Uma das maneiras de conseguir a entrada de imigrantes no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, para aqueles que já tinham parentes ou conhecidos no país.

desembarcaram em Belém entre as décadas de 1920 e 1930, chegaram à capital paraense e procuraram um produto que atendesse ao aburguesamento da classe abastada do final do século XIX e início do século XX. O objetivo principal da empresa era criar um sabonete de acordo com o modelo europeu de “*pears soap*”, sabonete transparente.

Histórias da criação da empresa são de ampla divulgação nos *sites* institucionais da Phebo e no vídeo, que buscam retratar a história da empresa: Baldini (2014); Mundo das Marcas (2006); História da Phebo (2013), bem como no trabalho desenvolvido na área de economia de autoria de Chiacchio (2009). Porém, como meu objetivo é compreender como se desenvolveu esta empresa em Belém a partir das recriações das memórias dos agentes sociais com o mundo do trabalho, comecei a pesquisa buscando os relatos da família dos fundadores.

Já foram realizadas entrevistas com a Sra. Odete, filha do Sr. Antônio e da Sra. Sônia, que, por sua vez, é filha do Sr. Mário; com a Sra. Graça, neta do Sr. Antônio; e com a Sra. Laudicéia, segunda esposa do Sr. Ramiro Vidal, marido da irmã, já falecida, de D. Odete. O “suporte de memórias” utilizado nas entrevistas foi o sabonete “Odor de Rosas” e a minha história pessoal e familiar com o produto.

Localizada no bairro do Reduto, a fábrica é um símbolo emblemático de uma Belém próspera. O Reduto era conhecido como “bairro operário”, por ter abrigado grande número de indústrias, porém, atualmente, a Phebo é uma das poucas indústrias que continuam em funcionamento no local. Na paisagem da capital paraense, o bairro é um dos mais antigos, foco de análise privilegiada

da relação entre a modernidade e a manutenção de traços históricos do desenvolvimento da cidade.

As entrevistas estão em andamento porque determinados assuntos familiares ainda são motivos de conflito entre os seus membros. Duarte & Gomes (2008), que estudaram trajetórias transgeracionais e identidade, afirmam que o desenraizamento da tradição familiar pode provocar caminhos que levem o indivíduo à reprodução ou à diferenciação, o que percebemos nas duas famílias já estudadas em relação ao sentido de fundadores da fábrica. A solidariedade e a correção moral, ligadas às gerações passadas, podem expressar-se em tensões e conflitos familiares atuais. O que ainda falta percebermos é como e o porquê estas relações criaram conflitos entre as famílias dos fundadores, embora todas afirmem que “não há conflitos, apenas não são próximas”, quase trinta anos depois da venda da fábrica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Dra. Maria Cristina Caminha Castilhos França e a Dra. Mônica Prates Conrado, pelas contribuições na leitura e na discussão constante dos dados.

REFERÊNCIAS

- Baldini, J. R. 2014. *Phebo: História*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6ffnhusJg5w>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- Chiacchio, M. A. 2009. Indústria na Amazônia: a história da Perfumarias Phebo S/A em Belém –PA. *Anais do Congresso Brasileiro de História Econômica e Conferência Internacional de História de Empresas* (8/9):1-20.

- Duarte, L. F. D., e E. C. Gomes. 2008. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: FGV, FINEP, CNP.
- Halbwachs, M. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- História da PHEBO. 2013. *Phebo, odor inconfundível*. Disponível em: <http://historiaphebo.blogspot.com/2013/>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- Mundo das Marcas. 2006. *PHEBO desde 1930*. Disponível em: <http://mundodasmarcas.blogspot.com/2006/10/phebo-odor-inconfundivel.html>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- Ricoeur, P. 2007. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Unicamp.
- Sarges, M. N. 2000. *Belém: riquezas produzindo a belle époque: 1870-1912*. Belém: Paka-Tatu.

The page features four stylized sun icons in a light gray color. Each icon consists of a central circle with a smaller dot in the middle, surrounded by several elongated, teardrop-shaped rays. The icons are arranged with one large sun at the top center, one medium sun to the left, one large sun to the right, and one small sun at the bottom left.

**ENSAIOS
FOTOGRAFICOS**



CONEXÕES ENTRE IMAGEM FOTOGRAFICA E MEMÓRIA SOCIAL DO GARIMPO

Carlos de Matos Bandeira Junior

Universidade Federal do Oeste do Pará | Santarém - PA - Brasil

Rubens Elias da Silva

Universidade Federal do Oeste do Pará | Santarém - PA - Brasil

submissão: 10/02/2019 | aprovação: 04/04/2019

1. INTRODUÇÃO

A garimpagem de ouro faz parte de um importante capítulo da história da Amazônia. A atual fase de expansão da exploração deste minério na região iniciou-se nos anos finais da década de 1950, estando diretamente associada a descobertas de jazidas ricas em minério na região do rio Tapajós e indiretamente relacionada com a política de ocupação da Amazônia, fomentada pelo planejamento governamental, realizado por meio da intervenção do Estado sobre a economia e sobre o território (Cleary 1992; Marthis 1995). De acordo com Becker (2004), esse processo toma corpo ainda no governo de Getúlio Vargas, com o programa “Marcha para Oeste”, a criação da Fundação Brasil Central e a implementação do Programa de Desenvolvimento para Amazônia. As políticas desenvolvimentistas ganham pujança no governo de Juscelino Kubitschek, no qual ações efetivas impactaram a região com investimentos em energia e com a construção de uma malha rodoviária de integração regional, como a abertura das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre. Essas políticas tiveram seguimento nas ações dos governos militares.

Em razão de não terem levado em consideração as especificidades da população e seus processos históricos, as políticas implementadas sobre a Amazônia brasileira produziram conflitos, impactos ambientais e não proporcionaram condições dignas de vida, tanto para as populações locais quanto para as pessoas que vieram para a região por meio de processos migratórios. Essa ineficácia deixou milhares de trabalhadores inseguros diante de um contexto

de baixíssima absorção de mão de obra, em um cenário em que não havia infraestrutura mínima para a comercialização da produção agrícola. Todos esses elementos contribuíram para o direcionamento dessas pessoas a outros modos de produção, a fim de garantir o próprio desenvolvimento (Salomão 1984:54).

Nesse ponto, a garimpagem de ouro adquiriu papel fundamental na atração de mão de obra e, com o tempo, tornou-se uma frente de expansão autônoma na atração de trabalhadores. Cleary (1992) aponta que um dos elementos para que a garimpagem fosse vista como um modo de produção de grande interesse é a capacidade que a exploração aurífera, baseada na informalidade, possui de movimentar vultosa cifra financeira. Durante o período de 1986 a 1989 foram extraídas 46 toneladas de ouro da região do Tapajós, que, nesse momento, se tornou a maior produtora do país (Mathis 1995).

Toda essa pujança financeira proporcionada pela garimpagem teve grande papel no processo de ocupação demográfica da Amazônia, atraindo pessoas de diferentes partes do Brasil, principalmente da região Nordeste, dos estados da Bahia, do Ceará, do Piauí e do Maranhão, histórias que guardavam em comum o projeto pessoal e coletivo de melhorar de vida. Neste período, a população garimpeira presente na região amazônica foi estimada em torno de 200 mil pessoas, sem contar com os familiares (mulher e filhos) que acompanhavam o homem na sua jornada migratória (Cleary 1992:10).

O relato do ex-garimpeiro Jacinto, de 67 anos, oriundo da cidade de Timbira, no Maranhão,

expressa o modo como ocorreu seu ingresso nesta empreitada: “[...] apareciam uns vizinhos que trabalhavam no garimpo e faziam aquela fofoca de que o garimpo era muito bom, ganhava-se muito dinheiro”. Nas palavras dele, os outros garimpeiros faziam “fofoca”, retornavam às suas localidades com vestimentas distintas, cordões de ouro e externando os benefícios resultantes de se trabalhar nesses espaços. Aos que permaneciam (na maioria das vezes, agricultores familiares), essas impressões eram convites para também buscarem desenvolver tal atividade e, conseqüentemente, melhorar a vida.

Mesmo que esta atividade represente aspecto significativo para a compreensão a respeito das relações econômicas, culturais e populacionais da Amazônia, pesquisas sobre a temática ainda são escassas. Nesse sentido, o presente estudo vislumbra constituir uma história sensível (Bosi 2003), amparada nas fotografias, nas lembranças, nas narrativas, enfim, na memória social coletiva (Halbwachs 1968) de garimpeiros, atores sociais que vivenciaram as sociabilidades nos diversos contextos dos garimpos da região, trazendo à baila as subjetividades, as emoções e os silêncios das experiências individuais que se conectam ao universo social desses agentes.

2. FOTOGRAFIA COMO NARRATIVA DE EXPERIÊNCIAS SOCIAIS

Este ensaio¹, composto por fotografias produzidas pelo pesquisador Carlos de Matos

Bandeira Junior e principalmente oriundas de acervo pessoal dos interlocutores (Figuras 1 a 10), propõe-se a refletir sobre as conexões entre a imagem fotográfica e o processo de constituição de memória coletiva (Halbwachs 1968), articulada por ex-garimpeiros acerca do trabalho e da cotidianidade das relações elaboradas nos garimpos de ouro da região amazônica, sobretudo os da área do Tapajós, com grande efervescência entre as décadas de 1970 e 1980 e onde esses agentes vivenciaram essas experiências em várias etapas da vida.

Por se tratar predominantemente de fotos organizadas em álbuns de família, as imagens podem ser pensadas na perspectiva proposta por Miriam Lifchit Moreira Leite (1993), ao buscar interpretar os significados e os conteúdos culturais contidos nelas, e conectados ao processo de memória dos personagens retratados, ou no contexto evidenciado pelas fotos. Leite (1993) defende esse entrelaçamento justamente pelo caráter fragmentário e descontínuo da fotografia, pois considera que, apesar de a imagem comunicar de modo excelente os sentimentos e as percepções, ela peca ao transmitir as redes de relacionamentos que fogem à capacidade comunicativa das suas dimensões espaciais. Portanto, se não houver uma descrição verbal do contexto da imagem, a fotografia pode ser um elemento mudo e ambíguo (Leite 1993:148).

A conexão entre a produção de discurso e o universo icônico da imagem funciona como

1 As imagens que compõem este ensaio fotográfico fazem parte de uma pesquisa de mestrado em curso no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGCS/UFOPA) e foram permitidas pelos interlocutores do estudo, com a devida ciência, para fins acadêmicos.

gatilho de memória (Teixeira 2014) para o agente, que, a partir da visualidade da fotografia, é capaz de evocar lembranças e emoções sociais, como a saudade de situações vividas, as quais podem ser encurtadas entre um tempo passado e o tempo presente (Koury 2014).

Nas narrativas produzidas pelos garimpeiros, nas quais contaram suas histórias por meio de posse de fotografias do tempo do garimpo, as reminiscências emergiram de forma mais profunda e detalhada. Lembravam-se das minúcias cotidianas, do fotógrafo que capturou a imagem, dos amigos falecidos e de histórias de outros que nunca mais viram. Surgiram explicações sobre os equipamentos de trabalho, as técnicas para ser um bom garimpeiro e também descrições dos espaços e de vivências. Percebeu-se que uma gama de memórias já esquecidas foi disparada pela materialização proporcionada pela fotografia, dando possibilidades ao etnógrafo de atrelar as narrativas dos agentes, seus imaginários, aos discursos das camadas de significação contidas na imagem.

Para além do campo icônico da imagem, podemos tecer reflexões históricas e também observações relativas ao ato fotográfico, capturado por um filtro cultural (o autor), estabelecido em um espaço/tempo específico (Kossoy 2001). Portanto, a narrativa fotográfica sobre o garimpo possibilita-nos realizar uma comunicação das paisagens, das construções corporais dos atores fotografados, das técnicas e das tecnologias empregadas pelos personagens, a exemplo do autor das imagens, e das seleções do olhar na realidade representada.

Nesse sentido, é possível tomar a linguagem visual da fotografia como artefato cultural, com capacidade comunicacional de despertar nos leitores amplas conexões imaginárias em relação às variadas dimensões morais, sociais e estéticas contidas na realidade fotográfica (Koury 1999) e, no caso deste estudo, na realidade dos garimpos da região amazônica.

As fotografias apresentadas neste ensaio são utilizadas como meio de reavivar a memória dos ex-garimpeiros e, por meio da consciência discursiva (Giddens 2003), elaboram discursos onde se apresentam as dimensões contextuais e os espaços temporais de cada imagem, fornecendo-nos subsídios para embasar as leituras interpretativas dessas fotografias e traçar conexões mais amplas sobre as práticas sociais garimpeiras.

3. REFERÊNCIAS

- Becker, B. K. 2004. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- Bosi, E. 2003. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Cleary, D. 1992. *A garimpagem de ouro na Amazônia: uma abordagem antropológica*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Giddens, A. 2003. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Halbwachs, M. 1968. A memória coletiva; traduzido do francês *La mémoire collective*. Tradução de Laurent Léon Schffter. 2. ed. Paris: Press Uniersitaries de France.

- Kossoy, B. 2001. *Fotografia & história*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Koury, M. G. P. 1999. A imagem nas ciências sociais do Brasil: um balanço crítico. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais-BIB* (47):49-63.
- Koury, M. G. P. 2014. *Estilos de vida e individualidade: escritos em antropologia e sociologia das emoções*. Curitiba: Appris.
- Leite, M. M. 1993. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo: Edusp.
- Mathis, A. 1995. *Garimpagem de ouro na Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA.
- Salomão, E. P. 1984. O ofício e a condição de garimpar, in *Em busca do Ouro*. Editado por G. A. Rocha, pp. 35-86. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Teixeira, J. O. 2014. A proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória: aplicação à história de Telêmaco Borba-PR (1950-1969). *Discursos Fotográficos* 10(16):275-276.



Figura 1 - Sr. Toim, 81 anos, cearense. Nascido em Frecheirinha, Ceará, veio ainda moço ao Pará para ganhar a vida. Como diz ele: “eu vim jogado aí num navio, o governo estava jogando gente naquele tempo, em 1958, por causa da seca”. Toim é analfabeto, de estatura de pouco mais de 1,50 metros, sempre trajando calça e camisa impecavelmente passadas. Ele carrega o diminutivo do nome Antônio da infância, em alusão ao seu tamanho, e foi assim que ficou conhecido no garimpo. Com emoção singular, relata a vida de homem forjado no trabalho pesado e dos sofrimentos passados durante sua trajetória, considerados vencidos por ele, sob um olhar já na velhice. Foto: Carlos Bandeira Jr. (2018).



Figura 2 - João Maranhense, 76 anos, migrou ao Pará na década de 1960. Inicialmente, trabalhou com lavoura e derrubada para plantação em diversas colônias da região do baixo Tapajós. Depois de muito escutar notícias sobre garimpo, foi tentar a vida nessa atividade. Ele informou que trabalhou apanas na garimpagem manual, sem uso de bombas de água, e conseguiu, na época, tirar uma boa quantidade de ouro, quase um quilo, mas gastou tudo com mulheres e bebidas nos bares da corrutela. Atualmente, é agricultor familiar e possui uma pequena propriedade localizada no planalto santareno.

Foto: Carlos Bandeira Jr. (2018).



Figura 3 - Sr. Jovêncio, 73 anos, piauiense, relatou a perda dos pais ainda criança e o sofrimento passado durante a criação dada pelos tios. Conta ele que apanhava muito e tinha que trabalhar pesado no corte de lenha, o que o fez sair de casa ou “tomar conta das vendas” aos doze anos de idade. O primeiro deslocamento que realizou foi para a capital maranhense, a cidade de Imperatriz, lugar onde casou pela primeira vez. Logo depois disso, dirigiu-se para Marabá, Pará. Até esse momento da vida, sua atividade de trabalho era na lavoura e na juquirá, que é uma etapa de trabalho de derrubada do mato para realizar a plantação. Trabalhava no regime de diária como peão. Não contou quanto tempo ficou em Marabá, mas que lá constituiu patrimônio, como gados, casas de aluguel e fazenda. Após a separação da primeira esposa e o casamento com a segunda, retornou ao Piauí. Relatou o insucesso de trabalho neste local e, com conhecimento mínimo sobre o garimpo, no ano de 1965, entrou por conta própria para essa atividade na Fazenda do Mamuí, no regime de trabalho manual. Atualmente, o Sr. Jovêncio vive dos proventos da aposentadoria e de aluguéis de casas que construiu ainda quando era garimpeiro. Foto: acervo pessoal.



Figura 4 - Sr. Paulo Afonso, paraense, 52 anos, começou na atividade garimpeira aos 16 anos na região do Tapajós. Inicialmente, integrou equipe de garimpeiros de exploração, grupo que desbravava mata virgem em busca de novas áreas mineráveis. Posteriormente, atuou como jateiro (no manuseio da mangueira bico-jato, fazendo o corte das paredes do barranco), em barrancos – onde ocorre a exploração do ouro. Quando adquiriu condições financeiras, comprou um par de máquinas, bomba d'água e mangueira bico-jato, além de uma área de garimpagem. Segundo ele, nesse período, chegou a “bamburrar” (que, no garimpo, significa ficar rico, pegar muito ouro, possuir poder de compra), por ter conseguido mais de um quilo de ouro. Desse dinheiro lembra que o único bem que restou foi a atual residência onde mora em Santarém, pois gastou o restante com farras e prejuízos em barrancos pobres em ouro. Foto: Carlos Bandeira Jr. (2018).



Figura 5 - Sr. José Luiz ao lado do cantor Bartô Galeno. Foto: acervo pessoal.

No toca-fita do meu carro,
Uma canção me faz lembrar você,
Acendo mais um cigarro
E procuro lhe esquecer.
Do meu lado está vazio,
Você tanta falta me faz,
pois cada dia que passa
Eu te amo muito mais
Encontrei no porta-luva um lençinho
Que você esqueceu.
E num cantinho bem bordado
O seu nome junto ao meu
(Música: “No toca fita do meu carro”/Bartô Galeno)



Figura 6 - Sr. Zé Luiz, 76 anos, paraense, nasceu em Santa Maria das Barreiras. Seu primeiro contato com o garimpo foi como marreteiro. Comprava mercadoria na cidade e vendia nas zonas garimpeiras. Induzido pela “fofoca” do ouro possibilitar bamburrar, veio a atuar nos barrancos no regime de trabalho manual e, com o passar do tempo, migrou para a exploração semi-mecanizada. Zé Luiz foi garimpeiro “manso” – na terminologia garimpeira, refere-se a trabalhador experiente, com amplo domínio dos saberes da atividade –, esteve em vários garimpos da região do Tapajós, como Creporizinho e Cuiú. Também chegou a garimpos das Guianas de forma clandestina, mas não permaneceu lá por muito tempo, devido à fiscalização intensa sobre a atividade nessa região. Relatou nunca ter possuído muito ouro, apesar de ter sido dono de maquinário e de uma pequena área de garimpo. Devido a prejuízo decorrente de barrancos pobres em ouro, necessitou vender seu maquinário fiado e a prestações. Ele carrega mágoa dessa negociação, pois só recebeu a primeira parcela do combinado, o que o fez ficar no “brefo” (isto é, pobre, sem dinheiro, passando necessidade), até para suprir as necessidades básicas. Para comer, ele fazia um “reco”, que é reprocessar o curimã, a terra que já tinha sido explorada em momento anterior. Dessa ação garantia uma, duas gramas, o que dava para sobreviver de maneira precária. Atualmente, Zé Luiz vive em uma pequena casa localizada em um bairro periférico de Santarém e sustenta-se da aposentadoria e de sua pequena roça de legumes e verduras, que cuida com imenso carinho. Na Figura 5, ele está ao lado do cantor Bartô Galeno no garimpo do Cuiú. No auge financeiro dos garimpos do Tapajós, era comum artistas de renome nacional realizarem shows nas corrutelas garimpeiras. Foto: acervo pessoal



Figura 7 - Paulo Afonso operando a mangueira bico-jato. Na imagem, o garimpeiro trabalha como jateiro, que tem a função de realizar a derrubada das paredes do barranco e encaminhar a lama com ouro por meio de um canal até um poço aberto pelos trabalhadores, para que esse material seja puxado pela maraca até o topo do barranco, onde fica a “lontona”¹, ou caixa, equipamento responsável por agarrar o ouro misturado à lama. Foto: acervo pessoal.

1 Maquinária artesanal confeccionada pelos próprios garimpeiros com madeira retirada da floresta. O garimpeiro Luiz detalha o equipamento: “A lontona é tipo uma porta, só que ela é maior que uma porta, ela dá umas três portas de comprimento, aí a gente bota uma tábua assim de lado, baixinho, na base de uns 10 cm. Ela é calafetada porque não pode varar água de jeito nenhum, se não o ouro vai embora. A gente calafeta com mangueira, pega a mangueira, queima e bota nas brechas da tábua. Quando acabar, bota a sarrapilha e depois um carpete de 2 m, perto de onde vai cair a bica com o cascalho. O carpete é da largura dela. Entarisca (ação de pôr talas de um lado a outro do equipamento para que a água desça em cascata), bota muito azougue ali. Uma base de umas 200 g de azougue para poder o ouro, quando bater o azougue, pegar o ouro. O azougue é para segurar o ouro” (Sr. Zé Luiz, comunicação pessoal, out. 2017).



Figura 8 - Paulo Afonso e parceiros de trabalho consertando mangueira de absorção do cascalho de ouro.
Foto: acervo pessoal.



Figura 9 - Paulo Afonso e parceiro sobre o poço da maraca, a bomba de sucção da lama com o ouro.
Foto: acervo pessoal.



Figura 10 - Despescagem da caixa/“lontona”, uma das finais para obtenção do ouro. Após o processamento na “lontona”, passa-se para esse momento, que é a retirada do carpete com ouro, como se vê na imagem. Esse carpete é lavado com sabão em pó dentro de baldes, sendo comumente utilizados carotes de óleo ou coxos. Os coxos são recipientes cilíndricos feitos de troncos de árvores. O ouro com terra cai dentro dos baldes. Note-se que está misturado ao azougue, que é a nomenclatura garimpeira para o metal pesado mercúrio, utilizado para segurar o ouro que passa junto com outros detritos pela “lontona”. Esses baldes são levados para um local próximo a um igarapé, para que o material seja “bateiado”, isto é, para que seja feita a limpeza do ouro por meio do equipamento bateia, que é um disco cônico de metal. Foto: acervo pessoal.



MULHERES DA ETNIA ANAMBÉ NA PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA

Nádile Juliane Costa de Castro

Universidade Federal do Pará | Belém - PA - Brasil

submissão: 12/05/2018 | aprovação: 04/11/2018

Este ensaio faz parte de uma experiência em campo realizada na aldeia da etnia Anambé, localizada no município de Mocajuba, no estado do Pará. O ensaio fotográfico tem por objetivo identificar a participação ativa das mulheres indígenas na produção da farinha de mandioca, que é o subproduto principal do cultivo desta espécie pelos povos indígenas da região (Figuras 1 a 8).

Os Anambé são, atualmente, 161 indígenas, de família linguística Tupi-Guarani, que tem perdido, ao longo das últimas décadas, seus elementos culturais, incluindo, nessas mudanças, casamentos interétnicos. Vivem em condições semelhantes à de sertanejos da região, incluindo a construção de casas com coberturas de palha, preservando alguns traços regionais, como a fabricação de peneiras, de cestos de cargas, de pilões, de arcos e flechas (PIB 2017). Para sua subsistência, praticam a caça, a pesca e cultivam roças, entre elas a de mandioca, que gera subprodutos como a farinha de mandioca, elemento que também serve de moeda de troca para adquirir produtos industrializados, por meio de fornecedor local.

O contexto da história desta etnia já demonstra a importância da cultura da mandioca

na aldeia. O registro dessa atividade possibilita identificar as mulheres como força de trabalho, dando mostras quanto à divisão do trabalho dentro destes grupos quanto ao gênero, pois são elas as responsáveis pela produção da farinha. Há também a passagem de valores e de conhecimentos entre gerações, percebida pelas diversidades de faixas etárias registradas na produção da farinha de mandioca.

É evidente a participação ativa, a liderança e as singularidades das mulheres deste povo nessa atividade. Por certo, a produção da farinha de mandioca é um exemplo das relações de força de trabalho entre essas mulheres e de seu protagonismo. Sobretudo, a importância desse produto está na manutenção da tradição amazônica. A mulher da etnia anambé conduz com maestria as etapas da cadeia produtiva da farinha de mandioca.

REFERÊNCIAS

Povos Indígenas do Brasil (PIB). 2017. *Anambé: modo de vida*. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/anambe/48>. Acesso em: 20 nov. 2017.



Figura 1 - A aldeia Anambé possui uma casa de farinha conjunta para todas as famílias do local que possuem acesso pela mata primária circundante às casas. As mulheres, no dia da produção, com todas as gerações, lideram a produção da farinha de mandioca. A imagem é do entorno da casa de farinha.

Foto: Nádile Juliane Costa de Castro (2008).



Figura 2 - Fase inicial da produção da farinha de mandioca, o descasco.
Foto: Nádile Juliane Costa de Castro (2008).



Figura 3 - Preparo da massa de mandioca para o Tipiti, que é uma prensa de palha trançada.
Foto: Nádile Juliane Costa de Castro (2008).



Figura 4 - Retirada do tipiti pós-prensa da massa de mandioca e extração dos subprodutos: goma e tucupi.
Foto: Nádile Juliane Costa de Castro (2008).



Figura 5 - Indígena da etnia Anambé peneirando a farinha de mandioca.
Foto: Nádile Juliane Costa de Castro (2008).



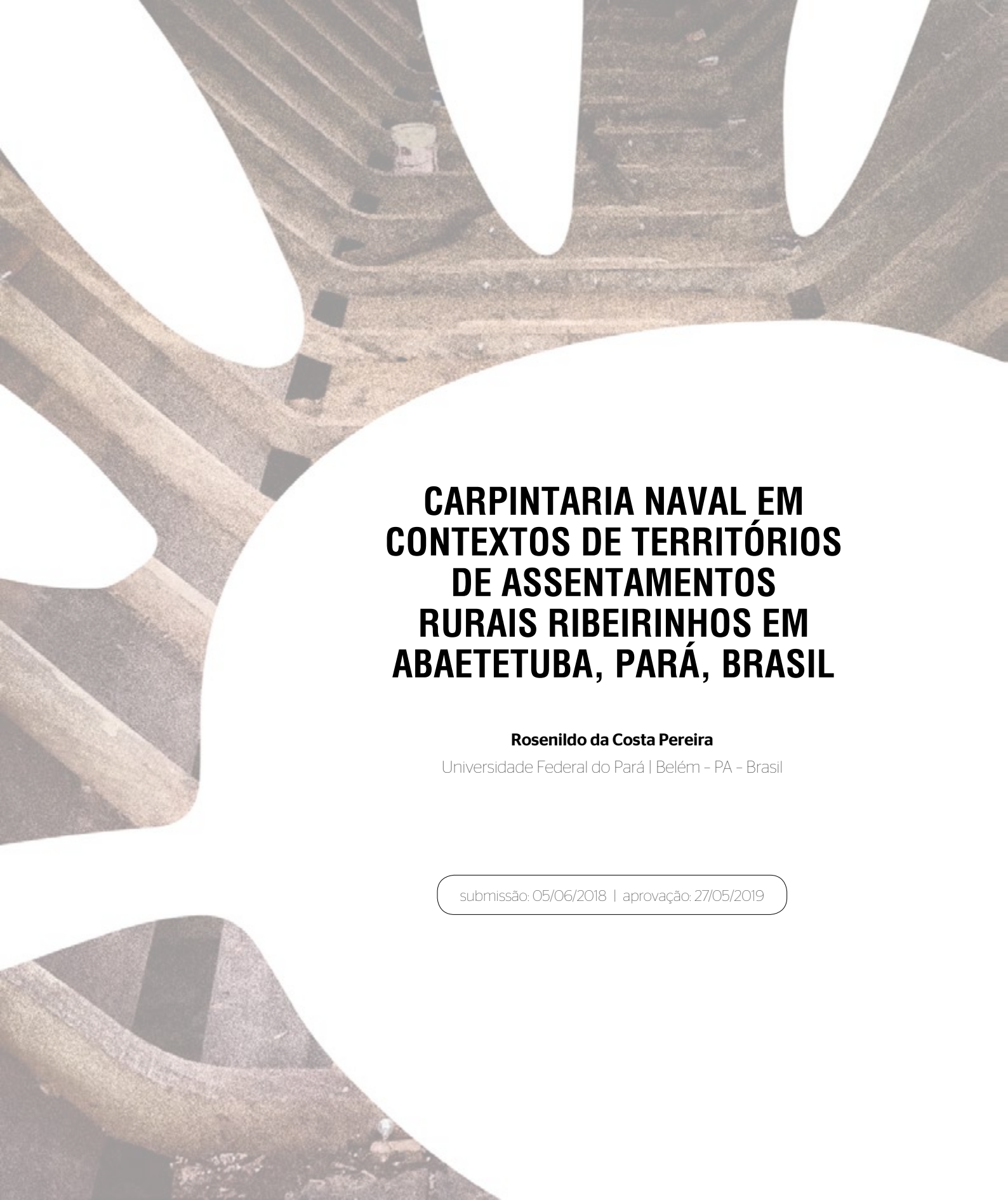
Figura 6 - Peneira de palha produzida pela etnia e farinha de mandioca peneirada.
Foto: Nádile Juliane Costa de Castro (2008).



Figura 7 - Mulheres de várias gerações entre caixa de peneira e forno artesanal com base de argila.
Foto: Nádile Juliane Costa de Castro (2008).



Figura 8 - As diversas gerações de mulheres da etnia Anambé na produção artesanal da farinha de mandioca.
Foto: Nádile Juliane Costa de Castro (2008).



CARPINTARIA NAVAL EM CONTEXTOS DE TERRITÓRIOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS RIBEIRINHOS EM ABAETETUBA, PARÁ, BRASIL

Rosenildo da Costa Pereira

Universidade Federal do Pará | Belém - PA - Brasil

submissão: 05/06/2018 | aprovação: 27/05/2019

Ainda que timidamente, pesquisas têm sido realizadas acerca do universo do trabalho no/do campo, especificamente voltadas para a agricultura familiar praticada na relação com a terra e/ou a água. Pouco se tem explorado sobre a prática da carpintaria naval existente e executada por ribeirinhos de assentamentos rurais de Abaetetuba, Pará.

Nesse sentido, o presente ensaio busca registrar essa prática social, ainda pouco pesquisada por cientistas. Fazer este registro é compreender como esses sujeitos, que nunca frequentaram uma faculdade de curso de engenharia naval, têm notório saber e domínio sobre o processo de construção de embarcações, usadas no deslocamento cotidiano. Fazer tal descrição é, assim:

[...] pensar nas técnicas que cada um destes utiliza para produzir “seus” objetos, buscando comparar os distintos sistemas de produção, os estilos, bem como a relação que estabelece entre esses elementos e a organização social e do trabalho, suas expressões culturais e simbólicas (Mura 2011:97).

Como diz Mura (2011), as tecnologias oriundas do trabalho de comunidades tradicionais são relevantes para a organização

social e do trabalho efetivado a partir do próprio território desses sujeitos.

Apreender os saberes da carpintaria naval como trabalho de comunidades tradicionais praticado no território rural ribeirinho do Assentamento São João Batista é mergulhar em uma teia de tramas de conhecimentos oriundos de experiências de anos, plasmados na relação do ver e do presenciar o ofício do carpinteiro cotidianamente, e transmitidos de geração em geração entre os membros de uma mesma família.

Este ensaio fotográfico tem o importante papel de trazer à tona os saberes que envolvem o fazer da carpintaria naval, apresentando fotos (Figuras 1 a 14) que demarcam cada etapa de construção de embarcações e os processos que a envolvem.

Assim, seguem os registros fotográficos desta atividade de trabalho presente também no território do campo, especificamente do campo ribeirinho do Assentamento São João Batista, em Abaetetuba, Pará.

REFERÊNCIA

Mura, F. 2011. De sujeitos e objetos: um ensaio crítico de antropologia da técnica e da tecnologia. *Horizontes Antropológicos* 17(36):95-125. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832011000200005>.



Figura 1 - Estaleiro de construção de rabetas e barcos (ateliê) em Abaetetuba, Pará.
Foto: Rosenildo da Costa Pereira (25 maio 2018).



Figura 2 - Madeira usada na confecção das embarcações.
Foto: Rosenildo da Costa Pereira (25 nov. 2018).



Figura 3 - Plainadora elétrica usada para fazer o polimento das madeiras empregadas na fabricação das embarcações. O equipamento funciona acoplado a um motor gerador de energia.

Foto: Rosenildo da Costa Pereira (25 nov. 2018).



Figura 4 - Madeira polida após passar pela plainadora elétrica.
Foto: Rosenildo da Costa Pereira (25 nov. 2018).



Figura 5 - Barco em construção.
Foto: Rosenildo da Costa Pereira (25 nov. 2018).



Figura 6 - Barco construído.
Foto: Rosenildo da Costa Pereira (25 nov. 2018).



Figura 7 - Rabetas em fase de construção.
Foto: Rosenildo da Costa Pereira (25 nov. 2018).



Figura 8 - Rabetas em fase de construção.
Foto: Rosenildo da Costa Pereira (25 nov. 2018).



Figura 9 - Rabeta em fase construção.
Foto: Rosenildo da Costa Pereira (25 nov. 2018).



Figura 10 - Rabeta em fase de construção.
Foto: Rosenildo da Costa Pereira (25 nov. 2018).



Figura 11 - Rabeta em fase de construção.
Foto: Rosenildo da Costa Pereira (25 nov. 2018).



Figura 12 - Rabeta em fase de construção.
Foto: Rosenildo da Costa Pereira (25 nov. 2018).



Figura 13 - Rabeta pronta após serviço de carpintaria.
Foto: Rosenildo da Costa Pereira (25 nov. 2018).



Figura 14 - Rabeta pronta após serviço de carpintaria.
Foto: Rosenildo da Costa Pereira (25 nov. 2018).

The background features four stylized sun icons in a light gray color. Each sun has a central circle with a smaller dot inside, and several elongated, teardrop-shaped rays radiating outwards. The largest sun is at the top center, with two smaller ones on the left and one at the bottom left, and a medium-sized one on the right.

**RESENHA
DE LIVRO**

ESTADO, POLÍTICAS E AGENCIAMENTOS SOCIAIS EM SAÚDE

STATE, POLICIES AND SOCIAL ASSEMBLAGES IN HEALTH

ESTADO, POLÍTICAS Y AGENCIAMIENTOS SOCIALES EN SALUD

Priscila Farfan Barroso

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul | Porto Alegre - RS - Brasil

submissão: 24/01/2019 | aprovação: 14/05/2019



Maluf, S. W., e Quinaglia Silva, E. (Org.). 2018. *Estado, políticas e agenciamentos sociais em saúde*. Florianópolis: Editora da UFSC.

A obra “Estado, políticas e agenciamentos sociais em saúde”, organizada por Sônia Maluf e Érica Quinaglia Silva, é indispensável para estudiosos da área de Saúde Pública e para profissionais das Ciências Humanas que estabelecem estudos transversais com esses campos de conhecimento.

Composta por etnografias, realizadas em profundidade, a coletânea está dividida em duas partes, com focos diferentes, mas complementares, para a análise da complexidade em saúde pública. A primeira delas retrata aspectos institucionais, estatais e concernentes às políticas públicas a partir da perspectiva das práticas de Estado, e a segunda

apresenta os agenciamentos e as experiências vividas por quem demanda e se mobiliza por serviços de saúde.

Dos 12 capítulos, seis são dedicados à reflexão na área de saúde mental, tendo como mote a loucura, a adicção e as políticas públicas, e os outros artigos perpassam as temáticas do aborto legal, da gestão de pacientes, da hanseníase, do envelhecimento, dos cuidados tradicionais e das doenças raras. Cabe destacar, ainda, que a grande maioria dos autores tem formação na área de Antropologia.

Na apresentação do livro, as organizadoras explicitam a busca por compreender as políticas públicas em saúde a partir do ponto de vista de “baixo”, isto é, de quem vivencia as práticas do Estado. Sendo assim, a obra problematiza as relações de poder existentes, a produção de verdade e as estratégias de sujeitos e de coletividades, a fim de analisar os diversos agenciamentos de processos de saúde-adoecimento. Ainda nesse início, é feita uma breve apresentação dos textos.

O artigo de Maluf abre esta publicação com uma discussão sobre a biolegitimidade no âmbito das políticas de saúde mental do Brasil, como um dispositivo de produção de direitos por parte dos sujeitos mais vulneráveis. Assim, até mesmo a demanda pelo reconhecimento de uma patologia por parte do Estado torna-se uma luta na proposta de políticas sociais. Como nem sempre a questão de direitos é considerada como legítima, os movimentos e os grupos de pressão apelam para a defesa da vida. A autora evidencia, ainda, que, no contexto do neoliberalismo, as ambivalências do Estado nas políticas de saúde mental tornam-se visíveis em meio às experiências dos sujeitos sociais, o que permite definir o processo estatal como heterogêneo, desigual e até contraditório. Nesse quesito, uma nova medicalização da saúde mental, a racionalização da biomedicina, que afeta

as políticas sociais, e as formas de abordagens do ciclo de vida das mulheres apontam os limites das próprias políticas. Sendo assim, de forma geral, a autora reforça os desafios para a biolegitimidade de questões sociais importantes, em um contexto que abrange políticas da vida, experiências dos sujeitos sociais e reconhecimento por direitos.

O artigo seguinte trata sobre gênero, raça e loucura e é de autoria de Quinaglia Silva, Santos e Cruz. As autoras baseiam-se em uma pesquisa quanti-qualitativa, realizada a partir da análise documental de processos e prontuários, no Distrito Federal, tomando como foco mulheres que cumpriram medida de segurança entre os anos de 2013 a 2014. O perfil geral dessas mulheres é composto por negras, solteiras, com baixa escolaridade, desempregadas e que foram presas em razão de crimes cometidos contra o patrimônio. Há uma dupla estigmatização social nelas, por serem consideradas loucas e infratoras. Após desvinculadas dos serviços da justiça, acabam abandonadas pelo Estado, sem receber atendimento nos serviços ambulatoriais de saúde mental, que as deveriam acolher. Ao evidenciar questões de gênero-raça-loucura, as autoras permitem também repensar as políticas públicas direcionadas a essas mulheres, que acabam invisibilizadas pelo processo de estigmatização e de desatenção do Estado.

No terceiro artigo da coletânea, Camargo evidencia a história de Benedita Fernandes, que deu nome a um hospital psiquiátrico localizado no interior de São Paulo, e relaciona sua trajetória de vida às mudanças de compreensão sobre a saúde mental nessas instituições. A arquitetura do prédio também é analisada pela autora, a qual evidencia o isolamento vivenciado pelos pacientes, que eram

demarcados pelos muros, pela vigília constante – por meio da disposição das enfermarias – e pela separação entre internos. Benedita destacou-se como uma liderança política, social e também espiritual na história da filantropia brasileira, relacionada ao movimento espírita. Após sua morte, os processos de psiquiatrização nos sanatórios ganharam força para o tratamento da loucura.

No artigo seguinte, Fleischer enfoca a atenção dada ao problema de pressão em relação ao grupo de idosos e idosas em um posto de saúde. Os pacientes compreendiam que a assistência recebida seria mais uma “ajuda” profissional do que um direito ofertado pelo estabelecimento de saúde. Os profissionais, por sua vez, estabeleciam uma classificação dos pacientes entre aqueles com pressão “destrambelhada” e aqueles com pressão controlada, ofertando atenção diferenciada a cada um desses perfis. Apesar dessa atenção diferenciada, nos casos em que a pressão subia, somente o paciente era culpabilizado.

No artigo de Costa e Porto, são analisadas as representações dos profissionais de saúde sobre as práticas de aborto legal, mais especificamente observando os “usos” e os “desusos” da objeção de consciência. No âmbito do Rio Grande do Norte, a etnografia feita por essas pesquisadoras acompanhou o Programa de Assistência às Vítimas de Abuso Sexual (PAVAS) para discutir a questão da violência sexual, o estigma do estupro e a demora de atendimento às mulheres vítimas de violência. O programa, no entanto, era pouco divulgado, até mesmo pelos profissionais da rede de atenção. Ao mesmo tempo, a infraestrutura da maternidade pesquisada sofria superlotação,

pela escassez de serviços na região. As autoras destacam, ainda, que a burocracia pela qual passa a mulher violentada se configura como violência institucional, devido às diversas avaliações profissionais a que são submetidas e às estruturas públicas, que não se conectam para prestar essa atenção. Informam também que, quando o aborto legal é encaminhado, os profissionais que acionam a objeção de consciência parecem ter dificuldade e repulsa de lidar com o fruto da violência.

Em seguida, no livro organizado por Maluf e Quinaglia Silva, o processo de reparação estatal aos ex-internos de colônias hospitalares para hanseníase é estudado por Maricato, à luz de uma legislação que entrou em vigor no Brasil a partir de 2007. A autora acompanhou o trabalho da equipe responsável pelo recebimento e pela análise dos pedidos de reparação para a Comissão Interministerial de Avaliação (CIA), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em Brasília. Primeiramente, Maricato apresenta a constituição da Comissão, explicando o seu funcionamento, e apresenta o perfil dos relatores envolvidos. Em um segundo momento, ela traz a trajetória de vida de dois sujeitos que demandaram reparação por terem uma vida em segregação, ainda que não tenham permanecido por longo tempo em leprosários. Assim, a autora mostra que, ao analisar a ação de reparação, é preciso considerar a ação autoritária do Estado durante essa demanda, mas também compreender como o Estado esteve ausente no processo de atenção aos portadores de hanseníase. Com isso, são apresentados os efeitos da performatização do

Estado, mostrando ações que diferem do que está prescrito na lei.

Nessa primeira parte da obra, as análises são dedicadas a pensar as práticas do Estado e suas consequências para as populações-alvo. Entretanto, como evidencia Gupta (2012), a moderna burocracia produz sistematicamente arbitrariedades, que geram resultados divergentes para parte da população, sendo relevantes a análise e a discussão destes. Já na segunda parte da coletânea, são evidenciadas as demandas sociais de atenção em saúde e as mobilizações dos atores em questão, para alcançar seus direitos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O artigo de Nóbrega analisa os estudos feitos na área da Genética para tornar acessíveis tecnologias que permitem atender pessoas com síndromes raras no Brasil. Nesse caso, a síndrome é de Berardinelli, mais conhecida como doença dos magros. A fim de legitimar ações de cuidado, qualidade de vida e aceitação para crianças com essa síndrome, suas mães se mobilizaram politicamente não apenas para o reconhecimento médico dessa doença, mas também para o reconhecimento moral e simbólico por parte da sociedade. Essa situação estimulou novas pesquisas científicas sobre esta doença rara, buscando uma “cidadania terapêutica”, a partir das demandas das mães de crianças afetadas. A rede de relações estabelecida envolveu a comunidade científica na busca de um reconhecimento biossocial, além daquele estabelecido pela administração central, que buscava repensar a condição genética dessa síndrome, para permitir o engendramento de uma bioidentidade ancorada nas novas tecnologias biomédicas.

Para compreender o cuidado como polissêmico, dinâmico e relacional, Longhi estudou o cotidiano

de um posto de saúde em Pernambuco, até chegar nas relações de parentesco entre usuários do serviço. Desse modo, a rede de relações e a dinâmica do local onde se encontram os usuários tornam a sala de espera para vacinação um ambiente familiar. A pesquisadora ainda evidenciou que as noções de autonomia e de liberdade podem ser resignificadas no processo de envelhecimento, pois passam por aspectos físicos do próprio indivíduo, mas também por dimensões sócio-históricas, econômicas e políticas que envolvem o ambiente social.

O artigo de Melo, por sua vez, discute os regimes de verdade sobre a doença “dependência química” a partir de um grupo de ajuda mútua e de uma comunidade terapêutica. A doença, que não está vinculada a uma classe social, parece atingir a pessoa inteira e desmoraliza quem ela é. Assim, para esses sujeitos, somente a abstinência poderia conceder a “sobriedade” para uma identidade positiva. No âmbito da comunidade terapêutica, a terapia laboral visa instrumentalizar o sujeito para o mercado de trabalho, sendo que a disciplina estabelecida pelas regras institucionais busca a reinserção social, após o cumprimento do prazo de tratamento na instituição. Nesse sentido, o que é entendido como recuperação do adicto acaba por naturalizar classificações sociais, calcadas na ideia de autocontrole de emoções e de ações, visto que, durante o tratamento, busca-se constituir cidadãos disciplinados em um mundo de desigualdades.

Saretta discute a subjetividade e a alteridade, a partir de situações vivenciadas por pacientes no contexto do funcionamento de um hospital psiquiátrico, após a Reforma Psiquiátrica. Ao mesmo tempo, o autor mostra seu desconforto com o embate político entre atores que buscavam modificar as

propostas desses serviços e outros que entendiam que essas propostas poderiam levar ao fechamento da instituição. Diante de um ato político, o antropólogo aponta o que está sendo evidenciado e o que está sendo deixado de lado nas perspectivas de alguns pacientes e profissionais, de modo que certas vivências e contradições percebidas pelos pacientes não são levadas em consideração na discussão. Com isso, busca apresentar modos de existência divergentes, para refletir sobre o que pensa o paciente a respeito do seu modo de vida e do cuidado institucional.

Dando continuidade a este bloco da coletânea, a partir de um trabalho de campo no âmbito de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Andrade analisa a produção de subjetividade dos usuários dos serviços na relação entre categoria de loucura e de doença mental no processo de desinstitucionalização. Assim, evidencia o reconhecimento da diferença entre o que é próprio da doença e o que seria loucura, em uma relação entre razão e desrazão, que leva em consideração a experiência do doente e a singularidade na vivência da doença. Desse modo, no artigo, há uma desnaturalização da doença como categoria universal, onde a autora reflete sobre os modos de nos relacionarmos com a loucura, o que nos permite pensar em estratégias de luta e de resistência aos saberes instituídos.

Cordeiro e Montardo apresentam a etnografia das práticas não biomédicas de cura entre mulheres na zona urbana do Amazonas. Em meio às práticas biomédicas, são etnografados procedimentos tradicionais, referendados nas terras ameríndias para os cuidados no pré e pós-parto, como massagens, que buscam ajudar na formação da criança, e banhos, tanto na mãe

como no recém-nascido, que visam “limpar” e “proteger” seus corpos. Esse rito de passagem é negado, quando os profissionais de saúde questionam as mães, pois essas práticas se chocam com as recomendações dadas por eles. Dessa forma, as autoras mostram como a cosmologia indígena persiste no espaço urbano.

Diante dessas análises pertinentes à área de saúde pública, podemos destacar que o cuidado nas políticas públicas também está em discussão. Assim, como nos diz Bellacasa (2010), o cuidado é uma tecnologia viva, que demanda um compromisso ético, mas também político, e tem implicações vitais para humanos e não humanos. Dessa forma, pensar o cuidado nas

políticas em saúde, na imbricação entre Estado, políticas e agenciamentos, nos permite visualizar os processos, compreender contradições e reorganizar as demandas no âmbito do Sistema Único de Saúde.

REFERÊNCIAS

- Bellacasa, M. P. 2010. Matters of care in technoscience: assembling neglected things. *Social Studies of Science* 41(1): 85-106. DOI: <https://doi.org/10.1177/0306312710380301>.
- Gupta, A. 2012. *Red tape: bureaucracy, structural violence, and poverty in India*. Durham: Duke University Press.

